RELATÓRIO E CONTAS

2008

Caixa Geral de Depositos

RELATÓRIO E CONTAS 2008 – ÍNDICE GERAL

VOLUME 1

I RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Principais Indicadores

Mensagem do Presidente

Sumário Executivo

Apresentação do Grupo

Enquadramento Macroeconómico

Estratégia e Modelo de Negócio

Análise Financeira

Gestão dos Riscos

Eventos Subsequentes

Proposta de Aplicação de Resultados

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

VOLUME 2

II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Anexo – Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) Relativas à Transparência de Informação e à Valorização dos Activos

Relatório de Auditoria – Contas Individuais

Certificação Legal das Contas Individuais

Relatório de Auditoria – Contas Consolidadas

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VOLUME 3

III – RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

VOLUME I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I . RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2008

ÍNDICE

Principais Indicadores	2
Mensagem do Presidente	4
Sumário Executivo	12
Apresentação do Grupo	16
Enquadramento Macroeconómico	34
Estratégia e Modelo de Negócio	46
Análise Financeira	102
Gestão dos Riscos	138
Eventos Subsequentes	158
Proposta de Aplicação de Resultados	162
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	168

PRINCIPAIS INDICADORES

(milhões de euros)

	2005	2006	2007	2008
De Balanço				
Créditos sobre clientes (bruto)	52 153	58 824	69 636	77 432
Recursos de clientes	50 162	53 768	54 039	60 128
Responsabilidades representadas por títulos	11 652	13 360	16 231	19 929
Capitais próprios	4 325	5 014	5 541	5 484
Activo líquido	86 461	96 246	103 554	111 060
De Exploração				
Margem financeira alargada	1 454	1 778	2 032	2 201
Margem complementar	658	620	568	845
Margem técnica da actividade seguradora	513	586	549	515
Produto da actividade	2 625	2 984	3 149	3 561
Resultado bruto da exploração	998	1289	1 414	1 722
Resultado antes de impostos	674	990	1 075	662
Resultado líquido de impostos	538	734	856	459
Rácios				
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	12,4%	10,5%	10,1%	10,7%
TIER I (Banco de Portugal)	7,4%	7,4%	6,2%	7,0%
Créd. com incumprimento/Créd. total [(a)]	2,69%	2,29%	2,07%	2,33%
Crédito vencido/Crédito total	2,44%	2,15%	2,05%	2,38%
Imparidade acumulada/Crédito vencido	111,7%	123,2%	121,4%	115,1%
Imparidade acumulada/Crédito vencido há mais de 90 dias	125,2%	138,5%	137,9%	137,3%

continuação

	2005	2006	2007	2008
Cost-to income	61,2%	56,2%	55,1%	51,2%
Cost-to-income bancário	57,7%	53,6%	52,5%	46,1%
ROE (após impostos)	15,1%	16,5%	17,1%	9,6%
ROA (após impostos)	0,67%	0,86%	0,91%	0,47%
Outros indicadores				
Numero de Agências bancárias	1 099	1 137	1 1 87	1 224
Portugal	771	789	811	832
Estrangeiro	328	348	376	392
Número de escritórios de Representação	10	11	11	11
Número de empregados [(b)]	20 778	20 106	20 464	20 869
CGD Portugal	10 161	9 759	9 695	9 727
Noutras instituições bancárias	3 485	3 698	3 953	4 170
Seguradoras	3 822	3 441	3 503	3 433
Sociedades financeiras	308	332	338	314
Em outras actividades	3002	2 876	2975	3 225
Ratings (longo / curto prazo)				
Standard & Poor's	A+ /A-1	A+ /A-1	A+ /A-1	A+ /A-1
Moody's	Aa3 /P-1	Aa3 /P-1	Aa1 /P-1	Aa1 /P-1
FitchRatings	AA- /F1+	AA- /F1+	AA- /F1+	AA- /F1+

(a) Indicador calculado de acordo com instruções do Banco de Portugal.

(b) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD colocados no Departamento de Apoio à CGA (298) ou requisitados em serviço público ou outras situações (78).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. O Relatório e Contas que agora se apresentam dizem respeito ao primeiro ano de mandato do Conselho de Administração da CGD a que tenho a honra de presidir.

No balanço do ano de 2008 é inevitável a referência ao aprofundamento da crise financeira mundial, iniciada nos EUA, no segundo semestre de 2007, através do fenómeno do "subprime", e ao impacto desta nos níveis de confiança da generalidade dos agentes, com a consequente redução dos indicadores de actividade económica mundial. A intensidade e amplitude do impacto da crise financeira levarão certamente a que o ano de 2008 seja recordado como aquele em que se iniciou um dos mais graves períodos de crise económica e financeira à escala mundial.

Esta envolvente macroeconómica, cujo término se não vislumbra ainda, foi acompanhada por uma quebra generalizada da rentabilidade da grande maioria das empresas, com particular destaque para as instituições financeiras, onde a crise se instalou logo desde o seu início.

2. A visão estratégica do Grupo CGD, apresentada pelo Conselho de Administração ao accionista Estado no início do novo mandato, em Fevereiro de 2008 e por este aprovado, integrava, designadamente os seguintes aspectos:

- A CGD deve manter-se como **instituição de referência no sistema financeiro**, contribuindo para a sua estabilidade e solidez, e assumindo uma relevância e responsabilidade fortes no **financiamento da economia**, contribuindo para o seu desenvolvimento e competitividade.

- O Grupo CGD tem como principal meta uma evolução equilibrada entre **solidez financeira**, **rentabilidade**, **crescimento**, **eficiência operacional** e **responsabilidade social**, com uma permanente **atenção ao cliente** e optimização da **qualidade do serviço** que a ele é prestado. Privilegia-se, naturalmente, a solidez - o que, na conjuntura de crise financeira e económica que o mundo atravessa, nos obriga a reforçar o **rigor** na gestão, a **competência** na actuação e a **eficácia** no funcionamento -, defendendo intransigentemente o **interesse público**, o do **accionista**, dos **depositantes**, dos **obrigacionistas**, dos **trabalhadores**.

De entre as 19 **prioridades de gestão** constantes das orientações estratégicas, salientam-se:
- o crescimento da concessão de crédito das PMEs, com aumento da quota da CGD neste segmento
- a manutenção da **liderança** no conjunto dos maiores bancos portugueses em activo líquido total, resultados líquidos totais, captação de recursos, crédito hipotecário e na actividade seguradora
- o aumento da contribuição da **área internacional** para os resultados do Grupo e a sua ampliação para o mercado de Angola-Brasil
- o crescimento do negócio de **capital de risco**
- a melhoria da **eficiência** operativa (CIR) e da qualidade do serviço
- o desenvolvimento e a realização profissional dos **recursos humanos** do Grupo e a introdução de processos de gestão activa de talento.

3. Neste ano de 2008, cumpriram-se os nossos objectivos estratégicos, apesar dos efeitos da crise nos mercados financeiros (designadamente da escassez de liquidez e dos custos de "funding", de um mercado de crédito deteriorado, de um mercado de capitais em forte declínio, das elevadas perdas na banca e, a partir do terceiro quadrimestre, da descida das taxas de juro de referência, com consequências na margem financeira e da rentabilidade, a par do agravamento da confiança por parte de investidores e consumidores) e da sua propagação à actividade económica.

A CGD, pese embora os excelentes resultados obtidos através da sua actividade de banca de retalho, que se situarão porventura entre os melhores da sua história, não ficou imune à forte desvalorização dos mercados de capitais, sobretudo o português, com o PSI-20 a registar uma queda de 51,3%.

Assim, **os resultados líquidos consolidados** do Grupo Caixa Geral de Depósitos cifraram-se em **459 milhões de euros**, representando uma quebra de 46,4% relativamente ao ano de 2007, que havia sido, por sua vez, aquele em que a CGD registou os seus maiores resultados de sempre.

Esta redução face aos 856,3 milhões no ano anterior traduz os efeitos muito negativos da crise vivida nos mercados financeiros, com reflexos na desvalorização das carteiras de participações financeiras e de títulos e na necessidade do reconhecimento em resultados líquidos das respectivas perdas, com destaque para as participações no BCP e na ZON-Multimédia, nos montantes de 220 e 262,2 milhões de euros, respectivamente, bem como em outras imparidades de outros títulos relacionados com a actividade seguradora (122,1 milhões de euros).

Na apresentação de contas de 2007 o Conselho de Administração havia já prevenido para a forte probabilidade de uma tal evolução, tendo em atenção as pressões que já se começavam a sentir na altura oriundas dos mercados accionistas, que afectaram não só a actividade bancária como também a seguradora.

Os impactos negativos nos resultados líquidos consolidados da Instituição por via do reconhecimento das imparidades, incluindo tambem as referentes a créditos garantidos por acções, foram parcialmente compensados pela venda de participações financeiras detidas pela CGD na REN e na ADP, que originaram mais valias de 83 e 72 milhões de euros, respectivamente.

Convém referir que, caso não se tivessem verificado os referidos efeitos extraordinários, a CGD teria apresentado um resultado líquido consolidado ligeiramente superior ao registado no ano transacto.

4. Isolados os impactos mais directos da crise financeira nos resultados líquidos da Instituição, observa-se com agrado o facto de os restantes indicadores económicos e financeiros da actividade do Grupo CGD corresponderem a um desempenho francamente bom no que era controlável, i.é., ao nível dos resultados operacionais – **o resultado bruto de exploração melhorou 21,8% em relação a 2007**.

Realçam-se os excelentes resultados obtidos pela actividade bancária de retalho, quer em Portugal quer no estrangeiro, que se traduziram em crescimentos significativos do **produto bancário comercial** (+7,1%), da **margem financeira alargada** (+8,3%) e das **comissões líquidas** (+6,0%). O **produto da actividade bancária e seguradora** atingiu um crescimento de +13,1% e os custos evoluíram de forma contida, tendo-se reduzido os **rácios de eficiência** para 51,2% (Grupo) e 46,1% (actividade bancária).

Esta evolução assentou em grande parte no aumento do negócio, já que se obtiveram variações positivas quer do **crédito bruto a clientes** (+11,2%) quer dos **recursos totais captados** (+7,8%).

5. Os resultados líquidos da CGD traduzem-se num ROE de 12,6% e permitem o pagamento ao accionista Estado de um dividendo de 300 M Euros.

A evolução do ROE da CGD nesta década foi a seguinte:

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
17%	20,7%	20%	19,8%	17%	18,1%	21,3%	20,5%	12,6%

o que se traduz numa média aritmética de 18,6%. Isto é, **o capital injectado pelo Estado na CGD** tem uma **remuneração muito positiva**.

De 1998 a 2008, a CGD pagou, em dividendos ao Estado, 2,7 mil milhões de Euros, acima dos aumentos de capital realizados no mesmo período.

A diminuição para um ROE de 12,6% este ano (em qualquer caso uma taxa muito positiva) tem plena justificação, face ao que acima se disse. Não podemos esquecer que a rentabilidade da banca caiu significativamente em todo o mundo desenvolvido e que as perdas totais já reconhecidas pelos bancos são da ordem dos 740 mil milhões de dólares.

6. O nosso balanço denota também a **solidez do Grupo**. O **rácio de solvabilidade** atinge **10,7%**, o do TIER I 7,0% e o Core TIER I 6,8%. O próximo aumento de capital de 1000 milhões de Euros, que se prevê para este ano, destina-se à realização de novos investimentos, em particular em Angola, e a manter um ritmo adequado de concessão de crédito, e vai reforçar ainda mais a solidez da CGD, **o 36º banco mais seguro do Mundo, segundo a Global Finance.**

   Para a obtenção destes indicadores, que colocam o Grupo CGD numa posição confortável em termos de solvabilidade atendendo à conjuntura actual, contribuiu o **aumento de capital de 400 milhões de euros**, subscrito pelo Estado, que deu mais uma vez um sinal de confiança no desenvolvimento da Instituição.

7. Traduzindo a orientação estratégica de reforço do contributo do Grupo para o desenvolvimento económico e, em particular, o aumento da sua presença junto das PME, importa destacar o **aumento de 16,1% no crédito concedido a empresas**, sendo que o **crédito às PME** em Portugal apresentou uma variação positiva de cerca de **20%**. A quota de mercado da CGD nas PMEs aproximou-se dos 15%.

   O **financiamento à economia** já representa mais de 50% do total da nossa carteira, que se decompõe da seguinte maneira: particulares (incluindo crédito à habitação): 49,7%; grandes empresas (incluindo financeiras): 22,2%; PME: 21,5% e institucionais: 6,5%.

8. Merece igualmente uma referência o contributo das **participadas da CGD no estrangeiro** para o resultado líquido total, que passou de 12% para 19% destacando-se os contributos das filiais de Espanha, Macau e África do Sul. . Na actividade internacional registe-se ainda a autorização pelas autoridades brasileiras para a constituição do **Banco Caixa Geral Brasil** que permitiu ao Grupo retomar a actividade naquele país em Fevereiro de 2009. Entretanto concluiram-se as negociações para aquisição de parte do capital da Banco Totta Angola.

9. Condicionado por um lado pelo elevado valor de imparidades de títulos a reconhecer e, por outro, pela entrada em funcionamento de novas unidades hospitalares, o contributo da **actividade seguradora e de saúde** para o resultado do Grupo sofreu um decréscimo significativo (12 milhões de euros em 2008 contra 162 milhões de euros em 2007), pese embora a manutenção de um elevado nível de desempenho operacional da sua actividade.

10. **O Banco de Investimento do Grupo** prosseguiu o seu crescimento, mesmo no contexto adverso que atravessamos. No domínio de **capital de risco**, destaca-se a actividade desenvolvida nesta área, nas suas diferentes vertentes: capital semente (seed-capital), voltada para o empreendedorismo; capital de risco (venture capital), destinada a reforçar o capital de empresas que já vingaram, são competitivas e devem crescer; capital de desenvolvimento, indicado para favorecer o crescimento, diversificação e a internacionalização das empresas, ou para proporcionar processos de fusão ou associação entre PME. Estão a ser reforçados e vão ser constituídos novos fundos de capital de risco e lançada uma campanha de promoção em todo o país, desta importante ferramenta para o desenvolvimento empresarial, pouco procurada no nosso país.

11. No que se refere ao **relacionamento com os nossos clientes**, temos procurado não só melhorar a qualidade dos nossos serviços e a diversidade dos nossos produtos financeiros como seguir uma atitude (uma cultura de comunicação) no acolhimento, no atendimento e na atenção amigável e responsável, particularmente relevante em momentos de crise. A proximidade com o cliente tem de ser cada vez mais sentida por este. De facto, a CGD tem revelado um natural sentido de responsabilidade social, que também se manifesta nestes domínios, particularmente reflectido num conjunto de medidas (como a criação do Gabinete de Apoio ao Cliente) e de produtos que procuram corresponder às necessidades dos clientes face aos problemas que enfrentam (como foram exemplo o fundo especial - Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Urbano - que permite aos clientes com dificuldades para pagarem as prestações dos seus empréstimos à habitação venderem os seus andares, passando a pagar uma renda justa, mantendo uma opção de compra a exercer quando tiverem condições para isso), ou a possibilidade de alargarem o prazo do crédito à habitação, ou solicitarem a sua revisão para uma outra forma que permita ajustar as prestações de capital e juros às suas possibilidades e seja aceitável para o Banco.

    A CGD não quer ser apenas o **maior** e **mais sólido** banco português – quer ser o **melhor** e o **mais desejado** pelos seus depositantes e clientes.

12. Salienta-se ainda a constituição da **PARCAIXA**, holding de participações sociais. Foi constituída por escritura pública em 23 de Dezembro de 2008 e tem como únicos accionistas a Caixa Geral de Depósitos e a Parpública, respectivamente, com 51% e 49% do capital social, o qual tem o valor de mil milhões de euros.

    A Parcaixa tem como missão contribuir para uma gestão mais racional da carteira de participações financeiras dos seus accionistas.

    A carteira inicial da sociedade contém participações correspondentes a 19% do capital da AdP, 100% da Caixa Leasing e Factoring e 19,5% do capital da Sagesecur.

    No decurso de 2009, de acordo com as condições concretas do mercado bolsista, a Parcaixa tem a intenção de aplicar a sua liquidez no aumento da carteira de participações.

13. Para alem de realizar a sua missão de financiar a economia, a CGD, atenta a conjuntura de crise de liquidez, participou no apoio (financiamentos) a outras instituições de crédito, assim cumprindo a sua função **de contribuir para a estabilidade e solidez do sistema financeiro português.**

    Realço, em particular, o facto de termos sido encarregados pelo Estado de assegurar a gestão do BPN, na sequência da sua nacionalização, com um mandato que, designadamente, previa o levantamento rigoroso da situação daquela instituição financeira e o estudo e proposta de soluções para o futuro do banco, se completou nos prazos estipulados.

    Por outro lado, mantivemos com os nossos principais concorrentes relações de colaboração e cooperação muito estreita, tendo sempre presente a salvaguarda do prestígio e fortalecimento conjunto do sistema financeiro nacional.

14. No âmbito da responsabilidade social, mantivemos intensa actividade cultural e de apoio a várias iniciativas de solidariedade social. De realçar o início da actividade da **Fundação Caixa Geral de Depósitos-Culturgest**, que prossegue o mesmo objectivo da **Culturgest, SA**, agora mais alargado.

    Particular relevo foi dado ao tema do **desenvolvimento sustentável**. Vários programas foram lançados neste domínio (como por exemplo Caixa Carbono Zero e a nossa Central Solar).

    O Grupo CGD, para além de se pautar por elevados padrões de transparência, qualidade e comportamento ético, tem a aspiração de se constituir como uma referência em modelos de governação e de conduta.

15. O Conselho de Administração não pode deixar, pois, de endereçar a todos os **colaboradores** do Grupo CGD um sinal de satisfação pelo elevado empenho e profissionalismo que colocaram no desempenho das suas funções e que permitiram ao Grupo continuar a merecer a confiança dos seus Clientes na difícil conjuntura vivida, sem a qual não teria sido possível obter os bons resultados referidos.

    O Conselho de Adminsitração expressa também o seu reconhecimento ao **accionista Estado**, ao **Banco de Portugal** e à **CMVM**, ao **Conselho Fiscal**, ao **Revisor Oficial de Contas**, ao **Auditor Externo**, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade da CGD.

16. Se é pois verdade que temos razões para estar satisfeitos com os resultados alcançados, também nunca é demais recordar que os efeitos da crise ainda se irão continuar a fazer sentir, porventura com maior intensidade, durante o ano de 2009, o que representará para o Grupo CGD desafios acrescidos.

    Há elementos do contexto que estamos a enfrentar em 2009 que são inegáveis e forçosamente se reflectem na nossa actividade:

- Escassez de liquidez a níveis que representam uma mudança de paradigma do sector - prosseguiremos o esforço de captação de recursos e identificaremos as melhores alternativas de financiamento;

- Questões sobre solvabilidade da generalidade dos bancos – realizaremos uma gestão muito eficiente do nosso capital;

- Acompanhamento da evolução do incumprimento em todos os segmentos – temos que reforçar a nossa eficácia no acompanhamento e recuperação de crédito para assegurar capacidade de resposta a esta realidade;

- Selectividade na concessão de crédito - em função das condições de funding - adoptaremos práticas rigorosas de preço ajustado ao risco;

- Falta de confiança generalizada – temos que dar o exemplo e encarar o momento actual com rigor, como agentes mobilizadores do "engenho e arte".

Conscientes das realidades este é, acima de tudo, e especialmente para a CGD, **um tempo de acção e de determinação.**

Acção ou proactividade, para buscar soluções eficazes, estabelecer planos e tomar medidas.

Determinação, porque sabemos que é necessário um esforço adicional, inconformista, para superar os desafios. E servir da melhor maneira os nossos clientes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os Resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2008 totalizaram 459,0 milhões de euros, tendo diminuído 46,4% apesar do contributo muito positivo do Produto da actividade bancária e seguradora que registou um aumento de 13,1%. A redução verificada traduz os efeitos muito negativos da crise vivida nos mercados financeiros, com reflexos na desvalorização da carteira de títulos e na necessidade do reconhecimento das respectivas perdas, com destaque para as participações no BCP e na ZON-Multimédia, nos montantes de 220 e 262,2 milhões de euros, respectivamente, bem como em outras imparidades de outos títulos relacionados com a actividade seguradora (122,1 milhões de euros).

A actividade da CGD contribuiu com 67,7% do Resultado Líquido obtido pelo Grupo, sendo de realçar também o desempenho muito favorável das unidades no exterior, com 87,9 milhões de euros, ou seja 19,1% do total, contra 11,9% no ano anterior.

A Margem financeira alargada elevou-se a 2 201,4 milhões de euros (+8,3%), repartidos pela Margem financeira estrita, com 2 081,2 milhões de euros (+7,3%), e pelos Rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), com 120,3 milhões de euros (+29,4%).

Os Resultados em operações financeiras apresentaram um valor positivo de 246,6 milhões de euros, influenciado pelo impacto negativo da reavaliação das carteiras de títulos para negociação a preços de mercado e o consequente registo de menos-valias como perdas, compensado pela mais-valia no montante de 156 milhões de euros obtida com a alienação das participações detidas pela CGD na REN-Redes Energéticas Nacionais e na ADP-Águas de Portugal.

A Margem técnica da actividade de seguros contribuiu com 515 milhões de euros para o produto da actividade do Grupo, o que representou uma redução de 34,3 milhões face ao ano anterior (-6,2%). Esta quebra é explicada pela redução dos rendimentos e ganhos de investimentos afectos a contratos de seguros em 83,7 milhões de euros (-26,9%), que foram afectados pelos resultados negativos de 58,8 milhões de euros com a alienação e valorização de investimentos, enquanto que no ano anterior esta rubrica apresentou um contributo positivo de 40,6 milhões de euros. Estes resultados estão em linha com a evolução negativa dos mercados financeiros.

Em resultado da evolução descrita o Produto da actividade bancária e seguradora totalizou 3 561,2 milhões de euros, registando um aumento de 13,1%.

Os Custos operativos somaram 1 838,7 milhões de euros, registando um acréscimo de 103,0 milhões (+5,9%), comportamento resultante dos aumentos verificados nos custos com pessoal (+6,5%), nos outros gastos administrativos (+3,9%) e nas depreciações e amortizações (+11,4%). Os aumentos de custos mais significativos registaram-se na actividade internacional e no sector segurador, neste último associado à entrada em funcionamento em 2008 de duas novas unidades hospitalares da HPP e a reformas antecipadas e indemnizações por cessação de emprego, no âmbito da implementação em curso da nova estrutura organizativa.

O rácio de eficiência do Grupo – cost-to-income – melhorou significativamente, reduzindo-se de 55,1% para 51,2% no Grupo e de 52,5% para 46,1% na actividade bancária.

Tendo em consideração os valores alcançados pelo produto da actividade e os custos operativos, o Resultado bruto de exploração foi de 1 722,5 milhões de euros, valor significativamente superior ao do ano anterior (+21,9%).

A Dotação para provisões e a Imparidade de outros activos ascenderam, no seu conjunto, a 643,5 milhões de euros, correspondente a um aumento de 551,3 milhões face ao ano precedente, incluindo-se neste último agregado cerca de 482 milhões de euros relativos às participações no BCP e na ZON-Multimédia e ainda, imparidade de outros títulos da carteira da Caixa-Seguros, no montante de 122,1 milhões de euros. A Imparidade do crédito, líquida de reversões, atingiu 447,6 milhões de euros (+79,4%).

A Rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em 9,6% (12,6% antes de impostos) e a rendibilidade líquida do activo (ROA) em 0,47% (0,61% antes de impostos).

O Activo líquido do Grupo CGD totalizou 111,1 mil milhões de euros no final de 2008, o que corresponde a um aumento de 7,5 mil milhões (+7,2%) face a igual data do ano anterior, assente, em grande parte, na evolução do Crédito a Clientes.

A qualidade dos activos medida pelo rácio de crédito com incumprimento fixou-se em 2,33%, enquanto que o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias foi de 2,00%, contra 1,83% em Dezembro de 2007. O grau de cobertura de crédito vencido, com mais de 90 dias cifrou-se em 137,3%, valor próximo do registado um ano antes (137,9%).

As Aplicações em títulos, que incluem a actividade de investimento das seguradoras do Grupo, ascenderam a 21,3 mil milhões de euros, valor inferior em 2,7% ao registado no ano anterior.

Em termos de *funding*, os Recursos totais captados pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) totalizaram 98,3 mil milhões de euros, +7,8% que um ano antes, distribuídos por recursos de balanço, com 88,1 mil milhões (+12,2%) e "fora do balanço", com 10,2 mil milhões (-19,9%).

Os recursos de retalho de balanço somaram 66,8 mil milhões de euros (+8,7%), beneficiando da evolução quer dos Depósitos de Clientes, que se expandiram em 9,7%, quer dos recursos captados junto de investidores institucionais através de emissões próprias cresceu 4,3 mil milhões de euros (+25%).

Os capitais próprios do Grupo ascenderam a 5,5 mil milhões de euros, montante inferior ao registado em Dezembro de 2007 em 57 milhões de euros (-1,0%), influenciado pelas Reservas de justo valor que diminuíram 1 254 milhões de euros como resultado da crise financeira internacional, determinando menos-valias potenciais em diversos activos financeiros com reflexo no comportamento dos capitais próprios.

Em Dezembro de 2008 o Rácio de solvabilidade em base consolidada, determinado no quadro regulamentar do Basileia II, fixou-se em 10,7%. Também é de destacar a evolução positiva dos rácios Core Tier I e Tier I que se cifraram em 6,8% e 7%, respectivamente.

APRESENTAÇÃO DO GRUPO

ÍNDICE

Estrutura accionista	18	Marca	26
Marcos Históricos	18	Qualidade	30
Dimensão do Grupo e Ranking Internacional	19	Recursos Humanos	31
Evolução do Grupo CGD	21		
Rede de Distribuição	23		

ESTRUTURA ACCIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo accionista único, o Estado Português. Em 1 de Agosto de 2008 o Estado aprovou um aumento do capital social em 400 milhões de euros elevando-o para 3 500 milhões de euros.

MARCOS HISTÓRICOS

1876 Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios constituídos por imposição da Lei ou dos tribunais.

1880 É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de menos abastadas, que seria fundida, de facto, com a CGD EM 1885.

1896 A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD, dão criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados e o Monte da Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.

1918 A CGD desenvolve as actividades de crédito em geral.

1969 A CGD até então serviço público, sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.

1975 Criação da Sucursal de Paris.

1982 São criadas as empresas de leasing Locapor e Imoleasing em (1982). Nos anos seguintes, são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário (Fundimo, em1986) e mobiliário (Caixagest, em 1990) – e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem (Sofin, em 1998) – e para aquisição a crédito – (Caixa de Crédito, em 2000).

1988 Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino e na Companhia de Seguros Fidelidade.

1991 Aquisição, em Espanha, do Banco da Extremadura e do Chase Manhattan Bank España, que se passou a designar por Banco Luso-Español.

1992 Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindustria, instituição que em 1997 deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.

1993 A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças e de apoio ao desenvolvimento do país.

1995 Aquisição, em Espanha, do Banco Simeón.

1997 Criação, de raiz do Banco Comercial de Investimentos de Moçambique.

1998 A CGD entra na área da saúde através da criação do HPP- Hospitais Privados de Portugal.

2000 Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimentos, SA, mais tarde denominado Caixa Banco de Investimento.

2001 CGD inaugura Sucursal em Timor-leste.

2001 A Sucursal de Paris integra o Banque Franco Portuguaise, dando origem à Sucursal de França.

2002 Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha, mediante a fusão do Banco Luso Espanhol, do Banco da Extremadura e do Banco Simeón.

2004 Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o grupo CGD passa a liderar o sector segurador nacional.

2004 Através de um reforço de capital, a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding da África do Sul.

2006 O Banco Siméon altera a designação para Banco Caixa Geral.

2008 Constituição da Parcaixa (Capital: mil milhões € - 51% CGD, 49% Parpública)

2008 Autorização para a constituição do Banco Caixa Geral Brasil com início da operação já em 2009

2008 Criação da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.

2008 A Caixa Seguros passa a designar-se Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA após uma reorganização naquelas áreas de negócio, com passagem do universo HPP do balanço da Fidelidade-Mundial para o balanço da Caixa-Seguros

DIMENSÃO DO GRUPO E RANKING INTERNACIONAL

A CGD manteve em 2008 a posição de liderança nas principais áreas de actuação, com destaque para a banca de retalho em Portugal, a actividade seguradora e a área de gestão de activos, conforme é evidenciado no quadro seguinte:

QUOTAS DE MERCADO EM PORTUGAL

	Dez 2007		Dez 2008	
	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Actividade Bancária				
Activo líquido [a]	30,2%	1º	30,2%	1º
Crédito a clientes [b]	20,2%	2º	19,9%	2º

continuação

	Dez 2007		Dez 2008	
	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Crédito a empresas	14,9%	n.d	14,8%	n.d
Crédito a particulares	23,4%	1º	23,2%	1º
Crédito à habitação	27,0%	1º	26,8%	1º
Depósitos de clientes [b]	27,3%	1º	27,6%	1º
Depósitos de particulares	32,9%	1º	32,1%	1º
Actividade Seguradora [c]	26,0%	1º	26,1%	1º
Ramo vida	23,6%	1º	24,7%	1º
Ramo não-vida	31,2%	1º	29,8%	1º
Crédito Especializado [d]				
Leasing imobiliário	16,9%	3º	22,9%	3º
Leasing mobiliário	12,8%	5º	15,7%	2º
Factoring	13,9%	3º	14,0%	4º
Gestão de Activos				
Fundo de investim.mobiliário (FIM) [e]	24,1%	1º	25,2%	1º
Fundo de investim. imobiliário (FII) [e]	12,2%	2º	12,6%	1º
Fundo de pensões [f]	6,5%	6º	7,8%	5º
Gestão de patrimónios [g]	24,7%	2º	27,2%	1º

(a) Considerando a actividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.
(b) Fonte: E.M.F. do Banco de Portugal. No Crédito estão incluídas as operações titular izadas.
(c) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal para Dez/07 e Associação Portuguesa de Seguradores para Dez/08. Respeitam à actividade em Portugal.
(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.
(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).
(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Quotas conjuntas da CGD Pensões, SA e da Fidelidade-Mundial, SA (dados provisórios em Setembro 2008).
(g) Fonte: CMVM. A partir do 2º trimestre de 2008 a Caixagest passou a gerir os Fundos de Pensões da CGD pensões, os quais incluídos para efeitos de Quota e Ranking na Gestão de Patrimónios (dados provisórios em Junho 2008).

Na área de banca de retalho em Portugal, a CGD reforçou a sua quota de mercado nos Depósitos de clientes de 27,3% para 27,6% no final do ano, para o que contribuiu sobretudo o aumento da quota das empresas, de 8,6% para 12,1%. Nos segmentos de particulares e emigrantes, as quotas detidas elevaram-se a 32,1% e 40,1%, respectivamente.

No Crédito a Clientes, a quota de mercado da CGD em Portugal ascendeu a 19,9%, mantendo a Caixa a liderança nos segmentos de Habitação, com uma quota de 26,8%, e do Sector Público Administrativo, com 44,2%. Nas Empresas a quota de mercado alcançou 14,8%.

Na área de seguros, o Grupo CGD mantém a liderança no sector em Portugal, alcançando, no final de 2008, uma quota de mercado global de 26,1% (26% no ano anterior), que resultou de um reforço da quota nos Ramos Vida para 24,7% (confirmando a liderança já detida neste segmento) e de uma redução da representatividade nos Ramos Não Vida para 29,6%. Não obstante esta redução, o Grupo consolida-se como líder destacado em todos os principais segmentos de negócio dos Ramos Não Vida.

É igualmente de realçar o facto de o Grupo CGD ter, pela primeira vez, alcançado a liderança do mercado segurador português em termos de recursos captados pelo Ramo Vida (incluindo Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros associados a Contratos de Investimento), ou seja, na captação e retenção de aplicações financeiras através de seguros por parte dos agentes económicos nacionais

A actividade da área do crédito especializado, desenvolvida através da CLF-Caixa Leasing e Factoring, também evidenciou crescimentos no ano acima da média do sector em todos os produtos, em especial no leasing mobiliário (+21%) e no imobiliário (+26%), a que corresponderam aumentos das respectivas quotas de mercado de 12,8% em 2007 para 15,7% em 2008 e de 16,9% para 22,9%.

Na gestão de activos, a Caixagest reforçou a posição de liderança no *ranking* das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário a operar em Portugal, com a quota de mercado a atingir 25,2%, face aos 24,1% registados em 2007. A Fundimo, nos fundos de investimento imobiliário, alcançou uma quota de 12,6% (12,2% em 2007), passando a liderar o *ranking* das sociedades gestoras.

Na área de gestão de activos, perante a conjuntura menos favorável, o Grupo CGD registou um decréscimo dos montantes globais sob gestão em relação a 2007, à semelhança do registado no sector. Contudo, o Grupo conseguiu reforçar a liderança do mercado em Portugal nos fundos mobiliários e ascender à liderança nos fundos imobiliários.

Na área de banca de investimento, o Caixa–Banco de Investimento (CaixaBI) reforçou o seu estatuto de líder, tendo sido distinguido pela revista Euromoney como o "Melhor Banco de Investimento" em Portugal, pela segunda vez consecutiva. Por seu turno a revista The Banker atribuiu ao Banco o prémio "*Deal of the Year* in Portugal".

Na vertente de *project finance* o CaixaBI ocupa a 1ª posição no *ranking* nacional e o 6º lugar no *ranking* europeu, segundo a *Project Finance Magazine*. Esta revista da especialidade atribuíu a negócios onde o CaixaBI assumiu o papel de Mandated Lead Arranger (MLA), o estatuto de "Deal of the Year" nas seguintes categorias: "European Infrastructure" para o projecto Túnel do Marão, "European Renewable Solar" para o projecto Tuin Zonne e "North America Transport" para o projecto SH130.

Também na área de Assessoria Financeira o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em 2008, tendo ocupado a primeira posição no *ranking* de fusões e aquisições em Portugal em termos de volume de operações concretizadas.

No contexto mundial e de acordo com a Revista "*The Banker*", edição de Julho de 2008, a CGD subiu para a 99ª posição no *ranking* das maiores instituições bancárias (103ª posição em 2007), pelo critério do volume de Activos, tendo também subido para a 128ª posição (131ª em 2007), em termos do volume de capitais próprios.

A CGD figura em 36º lugar no relatório da "Global FInance", de Fevereiro de 2009, sobre os 50 bancos mais seguros do mundo, sendo o único banco nacional que figura nesta lista.

EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD

No exercício de 2008 merece especial destaque, no âmbito da racionalização dos recursos próprios da CGD, a constituição, em parceria com a Parpública - Participações Públicas, SGPS, da Parcaixa, SGPS, cujo capital é detido em 51% pela CGD e em 49% pela Parpública. A nova *holding* detém a totalidade do capital da Caixa Leasing e Factoring - IFIC, 19% do capital da AdP - Águas de Portugal, SGPS e 19,5% da Sagesecur - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos.

Num ano atípico, marcado pela crise que debilitou os mercados financeiros, o Caixa - Banco de Investimento confirmou a solidez da sua estratégia comercial e conseguiu o melhor produto bancário de sempre, reforçando o seu estatuto de líder na banca de investimento. A revista *Euromoney* elegeu o Caixa BI como o Melhor Banco de Investimento em Portugal, pela segunda vez consecutiva, e a revista *The Banker* atribuiu-lhe o prémio *Deal of the Year in Portugal*.

Na área de gestão de activos, perante a conjuntura menos favorável, o Grupo CGD registou um decréscimo dos montantes globais sob gestão em relação a 2007, à semelhança ao registado no sector.

Nos seguros merece referência a alteração, já no início de 2009, da denominação de Caixa Seguros, SGPS para Caixa Seguros e Saúde, SGPS, com o objectivo de evidenciar a posição da *holding* do Grupo para os negócios segurador e hospitalar. Dentro desta lógica, a Caixa Seguros e Saúde passou a deter 75% do capital da HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, em parceria com a USP Hospitales, que detém os restantes 25%. Importa ainda realçar a conclusão do processo de fusão por incorporação da Império Bonança, SGPS na Caixa Seguros e Saúde, pelo que, esta última sociedade, ficou a deter directamente o capital das principais seguradoras do Grupo CGD.

Na área internacional, a CGD viu coroada de êxito a sua pretensão de obter uma autorização para a criação de um banco no Brasil, o qual iniciou a sua actividade no início de 2009. O novo banco, denominado Banco Caixa Geral – Brasil, tem a sede em São Paulo e está vocacionado para actuar nas áreas de banca de negócios e de investimento.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

	NACIONAL		INTERNACIONAL	
BANCA COMERCIAL	Caixa Geral de Depósitos, SA		Banco Caixa Geral (Espanha)	99,8%
			Banco Caixa Geral (Brasil)	100,0%
			BNU (Macau)	100,0%
			CGD Subsidiária Offshore Macau	100,0%
			B. Comercial Atlântico (C.Verde)	65,0%
			B. Interatlântico (C.Verde)	70,0%
			Mercantile Bank Hold (Áfri.ca Sul)	91,8%
			B. Com. Invest. (Moçambique)	51,0%
GESTÃO DE ACTIVOS	Caixa Gestão de Activos, SGPS	100,0%		
	CAIXA GEST	100,0%		
	CGD Pensões	100,0%		
	FUNDIMO	100,0%		
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Caixa Leasing e Factoring – IFC	51,0%	BCI—ALD (Moçambique)	100,0%
	CREDIP - IFIC	80,0%		
BANCA INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO	Gerbanca, SGPS	100,0%	A Promotora (Cabo Verde)	62,2%
	Caixa-Banco de Investimento	99,7%	GCI-S.Capital Risco (Moçambique)	39,0%
	Caixa Capital	100,0%		
	Caixa Desenvolvimento SGPS	100,0%		
SEGUROS	Caixa Seguros e Saúde, SGPS	100,0%	Garantia (Cabo Verde)	80,9%
	Comp. .Seg. Fidelidade Mundial	100,0%		
	Império Bonança.Comp.Seguros	100,0%		
	Via Directa Comp. De Seguros	100,0%		
	Cares Companhia de Seguros	100,0%		
	Companhia Port. De Resseguros	100,0%		
	Fidelidade Mundial, SGII	100,0%		
	GEP- Gestão De Perit.Automóveis	100,0%		
	EAPS – E. Análise, Prev. e Seg.	100,0%		

continuação

	NACIONAL		INTERNACIONAL	
SÁUDE	HPP Hospitais Privados. Portugal	75,0%		
	LCS – Linhas de cuidado de saúde	100,0%		
	Multicare - Seguros de Saúde	100,0%		
	EPS – Gestão de Sistemas de Saúde	100,0%		
SERVIÇOS AUXILIARES	Fundação CGD - CULTURGEST	100,0%	INTERBANCOS (Moçambique)	37,0%
	Caixatec- Tecnologia de Informação	100,0%	SISP (Cabo Verde)	20,0%
	IMOCAIXA	100,0%		
	Sogrupo Sistema Informação ACE	--		
	Sogrupo Serviços Administrativos ACE	--		
	Sogrupo IV Gestão de Imóveis ACE	_		
	CAIXANET	80,0%		
	ESSEGUR	50,0%		
	LOCARENT	45,0%		
	SIBS	21,6%		
	UNICRE	17,6%		
	EUFI SERV	3,9%		

OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

OUTRAS PARTICIPAÇÕES	PARCAIXA SGPS	51%	Seap (Macau)	25,0%
	Banco Comercial Português	3,8%	JETCO (Macau)	0,01%
	Portugal Telecom	7,3%		
	EDP	5,2%		
	REN Redes Energéticas Nacionais	5,1%		
	GALP Energia	1,2%		
	ZON Multimédia	17,8%		
	TAGUSPARQUE	10,0%		
	AdP Águas de Portugal, SGPS	9,7%		
	SOFID Soc. Financ.Desenv. IFIC	10,0%		
	F. TURISMO, Soc.Gest.F.Inv.Imob.	33,5%		
	Floresta Atlântica SGFII	11,9%		

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD era constituída no final de 2008 por 1 223 agências, das quais 832 localizadas em Portugal e 391 no estrangeiro tendo sido reforçada em 36 unidades, 15 no exterior e 21 em Portugal. Na actividade internacional há a realçar o reforço da rede em Moçambique (BCI) em 8 unidades e em Espanha (BCG) em 5. Em território nacional, privilegiou-se, em especial, as zonas urbanas de grande densidade populacional, como a Região de Lisboa com dez agências inauguradas, a Região do Porto com cinco e Coimbra com quatro.

NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

	2007	2008
CGD (Portugal)	810	831
Rede de balcões	770	792
Rede Gabinete Empresas & Soluções	40	39
Caixa – Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2
Sucursal de França	45	46
Banco Caixa Geral (Espanha)	208	213
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	14	14
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	42	50
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	6	7
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	27	28
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15
Outras Sucursais da CGD	17	16
Subsdiiária Offshore de Macau	1	1
Total	**1 187**	**1 223**
Escritórios de representação	**12**	**12**

No âmbito do serviço Caixazul, principal suporte da relação com o segmento de clientes **Gama Alta**, foram instalados em agências 19 novos **Espaços Caixazul**, elevando-se o número de agências com aqueles espaços a 505 no final do ano.

Também para os **residentes no estrangeiro**, no âmbito da melhoria e adequação da oferta de produtos e serviços específicos para este segmento, destaca-se a criação de 9 **Postos de Atendimento Especializados** que agora somam um total de 35 (18 para clientes portugueses e 17 para estrangeiros).

REDE DE DISTRIBUIÇÃO BANCÁRIA EM PORTUGAL

AÇORES	
Rede de Balcões	26
Gabinete de Empresas	1

MADEIRA	
Rede de Balcões	19
Gabinete de Empresas	1

REGIÃO NORTE	
VIANA DO CASTELO	
Rede de Balcões	16
Gabinete de Empresas	1
BRAGA	
Rede de Balcões	41
Gabinete de Empresas	3
VILA REAL	
Rede de Balcões	20
Gabinete de Empresas	1
BRAGANÇA	
Rede de Balcões	13
Gabinete de Empresas	0
PORTO	
Rede de Balcões	106
Gabinete de Empresas	5

REGIÃO SUL	
PORTALEGRE	
Rede de Balcões	16
Gabinete de Empresas	0
ÉVORA	
Rede de Balcões	18
Gabinete de Empresas	0
SETÚBAL	
Rede de Balcões	53
Gabinete de Empresas	2
BEJA	
Rede de Balcões	18
Gabinete de Empresas	0
FARO	
Rede de Balcões	33
Gabinete de Empresas	2

REGIÃO CENTRO	
AVEIRO	
Rede de Balcões	42
Gabinete de Empresas	4
VISEU	
Rede de Balcões	33
Gabinete de Empresas	1
GUARDA	
Rede de Balcões	17
Gabinete de Empresas	1
COIMBRA	
Rede de Balcões	42
Gabinete de Empresas	1
LEIRIA	
Rede de Balcões	33
Gabinete de Empresas	4
CASTELO BRANCO	
Rede de Balcões	20
Gabinete de Empresas	1
LISBOA	
Rede de Balcões	192
Gabinete de Empresas	9
SANTARÉM	
Rede de Balcões	34
Gabinete de Empresas	2

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

EUROPA

ESPANHA		**ALEMANHA**			
BANCO CAIXA GERAL	213	CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1		
CAIXA-BANCO DE INVESTIMENTO	1				
CGD SUCURSAL DE ESPANHA	1	**REINO UNIDO**		**BÉLGICA**	
FIDELIDADE MUNDIAL SUCURSAL DE ESPANHA	1	CGD SUCURSAL DE LONDRES	1	CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1
FRANÇA					
CGD SUCURSAL DE FRANÇA	45				
FIDELIDADE MUNDIAL SUCURSAL DE FRANÇA	1	**LUXEMBURGO**		**SUIÇA**	
ILHA DA MADEIRA		CGD SUCURSAL DE LUXEMBURGO	2	CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1
SUCURSAL FINANCEIRA EXTERIOR	1	IMPÉRIO BONANÇA SUCURSAL DE LUXEMBURGO	1	BANCO CAIXA GERAL ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÃO	1

AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS		**VENEZUELA**		**ILHAS CAIMÃO**	
CGD SUCURSAL DE NOVA IORQUE	1	CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1	CGD SUCURSAL ILHAS CAIMÃO	1
		B. CAIXA GERAL ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1		
MÉXICO		**BRASIL**			
BANCO CAIXA GERAL ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÃO	1	BANCO CAIXA GERAL BRASIL	1		
		CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	1		

ÁFRICA

CABO VERDE		**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**		**ÁFRICA DO SUL**	
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO	28	BANCO INTERNACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍINCIPE	4	MERCANTILE BANK	15
BANCO INTERATLÂNTICO	7				
GARANTIA	6	**MOÇAMBIQUE**			
A PROMOTORA	1	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS	50		

ÁSIA

CHINA		**CHINA - MACAU**		**TIMOR LESTE**	
CGD SUCURSAL DO ZHUHAI	1	BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, SA	14	CGD SUCURSAL DE TIMOR LESTE	8
CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE XANGAI	1	SUBSIDIÁRIA OFFSHORE DE MACAU	1	**ÍNDIA**	
		FIDELIDADE MUNDIAL SUCURSAL DE MACAU	2	CGD ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	2

A MARCA CAIXA

1. A Marca Caixa

Com 133 anos, a Marca Caixa Geral de Depósitos é a referência no mercado financeiro português, aliando a tradição à modernidade. A Marca é um dos principais activos da instituição, e a consistência da sua notoriedade tem contribuído de forma ímpar para o sucesso.

A Caixa tem vindo a acompanhar e a estimular o desenvolvimento económico e social do país, constituindo-se, desde a data da sua criação (10 de Abril de 1876), numa referência do sector bancário português, no apoio às famílias, às empresas e às instituições nacionais.

Através de uma cultura forte, assente nos mais elevados padrões éticos, no rigor e no profissionalismo, mas também numa atitude de permanente disponibilidade para a mudança, a Caixa é hoje a matriz de um moderno Grupo financeiro, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de clientes e para responder aos desafios da globalização dos mercados.

1.1 Valores da Marca

A Caixa guia-se pelos seus valores orientadores, que incluem a dedicação à promoção da excelência da Marca e a perseverança em manter elevados padrões de qualidade em tudo o que produz.

A Caixa, líder no sector bancário, apresenta um posicionamento assente nos seguintes valores: confiança, prestígio/referência, solidez /segurança e tradição e forte dimensão nacional e internacional.

Os seus pilares de imagem são ainda suportados por um perfil de marca responsável, honesta, exemplo de cidadania, simpática e atenciosa.

Fonte: Brand Performance Barometer 2008 – Relatório BrandScore Grupo Consultores

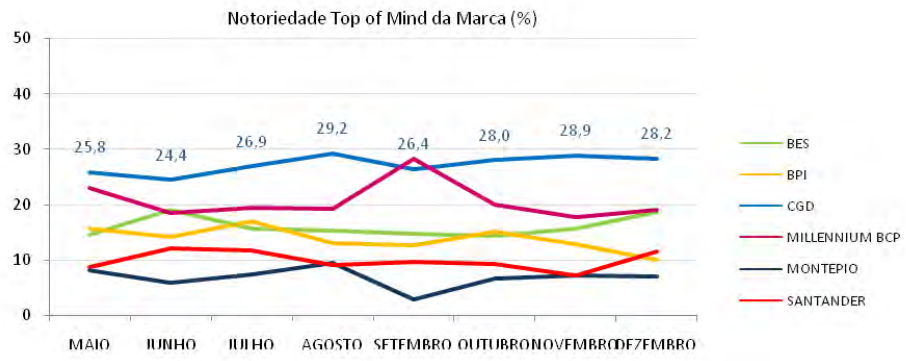
Aspectos Metodológicos - BrandScore:

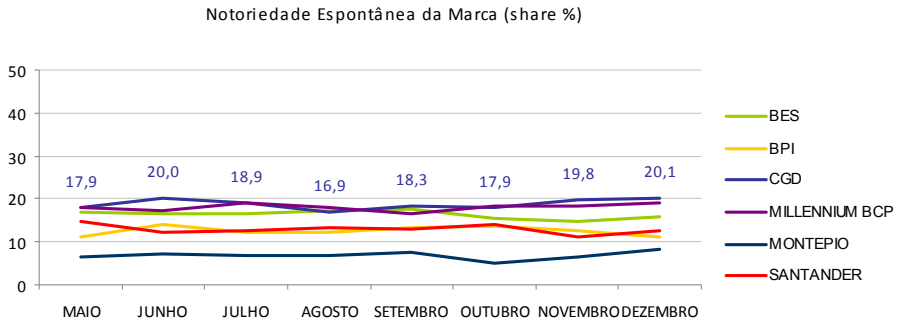
Universo: Indivíduos de ambos os sexos, com idades entre os 15 e 55 anos e residentes em Portugal Continental a que corresponde uma população total de 8.311.000 indivíduos.

Amostra: 12 000 entrevistas/ano telefónicas e pessoais, distribuídas por vagas mensais garantindo um mínimo de 2000 entrevistas por cada marca participante do estudo. No ano 2008 em cada mês a amostra por marca deverá ser de 222 entrevistas.

1.2 Notoriedade da Marca

A Caixa é líder em Notoriedade de Marca – Top-of-mind e Espontânea. A elevada performance na notoriedade da Marca está correlacionada com a sua quota de mercado e a comunicação comercial e institucional.





Fonte: Brand Performance Barometer 2008 – Relatório BrandScore Grupo Consultores

2. Identidade Corporativa | Rebranding

2.1 Caixa Empresas

No âmbito do Projecto Caixa 2007 – Um Banco Melhor e da iniciativa Pequenos Negócios foi necessário definir um nome para o serviço a prestar ao Segmento Empresas, com o objectivo de potenciar a actividade da Caixa nos mercados sectoriais.

Foi necessário promover a implementação de um novo modelo de atenção e proposta de valor para os ENIS e Micro-empresas, bem como o reposicionamento da Caixa como Banco para as Empresas.

A nova Marca "Caixa Empresas", que consolida as soluções financeiras e de atendimento, para os vários subsegmentos de Empresas, promoveu o posicionamento da Caixa como player competitivo no mercado e alargando a percepção do nível de serviço da Caixa.

2.2 Banco Caixa Geral Brasil – nova Marca a operar no sector financeiro brasileiro

Foi criada a Marca Banco Caixa Geral Brasil com elevada importância no mercado brasileiro para a internacionalização do negócio das empresas portuguesas e no intercâmbio comercial entre Portugal e o Brasil.

A actuação do Banco Caixa Geral no Brasil pauta-se pela construção de um posicionamento de Banca Comercial e de Investimento na actividade de suporte à internacionalização de empresas, em particular às empresas portuguesas e espanholas com interesses comerciais no Brasil e brasileiras com interesses na Península Ibérica, com actuação privilegiada também ao nível da actividade cambial.

Em 2008, a nova Marca Banco Caixa Geral Brasil começou a operar no sector financeiro brasileiro.

3. Distinções

3.1 Marca Magnética | Caixa Geral de Depósitos e Fidelidade Mundial

Em 2008, as marcas Caixa Geral de Depósitos e a Fidelidade Mundial fizeram parte do ranking das Marcas Magnéticas.

O Estudo Brands' Magnetic Fields tem por objectivo avaliar o grau de atracção exercida sobre os consumidores portugueses pelas marcas presentes no mercado nacional.

Neste âmbito, a Marca Caixa Geral de Depósitos recebeu 2 distinções:

Marca eleita no Top10 | Caixa – Marca vencedora na Categoria Serviços Financeiros

A Marca Fidelidade Mundial foi distinguida como vencedora na Categoria Companhia de Seguros.

Segundo este estudo os factores que contribuem para diferenciar uma marca das restantes, são a confiança que a Marca inspira, o seu prestígio, a identificação do consumidor com a Marca. Este estudo é desenvolvido pela Brandia Central (Empresa de referência na construção e gestão de marcas) em parceria com a Marklab.

Representatividade do Estudo Brands' Magnetic Fields:
Amostra aleatória escolhida (num total de 1063 inquiridos, maiores de 18 anos, residentes no Continente e arquipélagos), habitualmente utilizada nas sondagens eleitorais que inclui todos os estratos da população portuguesa
.

3.2 Marca de Confiança | Caixa Geral de Depósitos e Multicare

No estudo "Marcas de Confiança", que as Selecções do Reader's Digest realizam há já 8 anos, a Caixa Geral de Depósitos e a Multicare reconfirmam a sua condição de Marcas de Confianças.

Para além da reeleição, a Caixa Geral de Depósitos apresenta evoluções significativas na pontuação de todos os atributos analisados no questionário.

Metodologia do Estudo Marcas de Confiança Selecções do Reader's Digest: postal, amostra de 10 120 assinantes; Selecção: filtro 24 meses; Período de recolha de respostas: 20 Set. - 30 Nov. 2007; 16 países; Processamento: Wyman Dillon; Dados ponderados à população; Margem de erro: 3.1;
Descrição da amostra: Homens: 48%, Mulheres: 52%; Idade média aprox.: 47 anos; Crianças no lar: 55%; Instrução Primária: 8%; Ensino Secundário: 47%;Curso Médio/ Universitário: 45%

3.3 Distinções de actividade Caixa Geral de Depósitos | CIT Golden Card 2008

O Cartão de Crédito Leve venceu o CIT Golden Card 2008, na categoria de melhor cartão de fidelização.
Num mercado bastante competitivo e com grande experiência na indústria de cartões como é o mercado Ibérico, o cartão Leve foi vencedor nesta categoria, num evento que contou com a presença de inúmeras empresas e milhares de profissionais desta indústria.
Os prémios do CIT (Congresso e Exposição de Cartões e Meios de Pagamento) distinguem as soluções de maior inovação estratégica e tecnológica em cartões e meios de pagamento na Península Ibérica.

3.4 Distinções de actividade Caixa Geral de Depósitos | VRL Knowledge Bank 2008 – Best Commercial Credit Card Issuer

O Cartão Caixaworks foi distinguido na Conferência Cards & Payments Europe 2008, vencendo o prémio VRL Knowledge Bank 2008 – Best Commercial Credit Card Issuer.

O painel internacional de juízes reconheceu as seguintes vantagens do Cartão Caixaworks: mais autonomia, flexibilidade, rapidez na gestão de tesouraria e a possibilidade de aquisição de um pacote de seguros, em condições especiais.

Este cartão de crédito, já distinguido a nível nacional em 2007, destina-se a Empresários em nome individual (ENIs), micro e pequenas empresas, afirmando-se como um produto flexível.

3.5 Prémios de Publicidade – Sapo | Caixa Geral de Depósitos3

A edição dos Prémios Sapo promove, anualmente, o meio internet e reconhece a criatividade e a adaptação tecnológica dos trabalhos publicitários nacionais, veiculados online. Os prémios atribuídos à Caixa Geral de Depósitos foram:

Soluções Poupança Jovem - Categoria Melhor Campanha Digital **(ouro)**

Campanha Saldo Positivo - Categoria Sector Financeiro (**Prata)**

Campanha Reabilitação Urbana - Categoria Sector Financeiro **(Bronze)**

Metodologia: Os trabalhos apresentados a concurso têm de ter sido produzidos numa relação de negócio. Os trabalhos inscritos são avaliados pelos utilizadores e por um Júri profissional nomeado pela PT.COM.

3.6 Prémios de Publicidade – Eficácia | Caixa Geral de Depósitos

Os Prémios Eficácia, promovidos pela APAN – Associação Portuguesa de Anunciantes, destinam-se a premiar as campanhas com a melhor eficácia em comunicação comercial.

O Planeta Agradece, uma das iniciativas do Programa Caixa Carbono Zero, recebeu o Prémio Eficácia 2008 (bronze) na área da Responsabilidade Social.

O Planeta Agradece é a marca de conteúdos editoriais da Caixa que esteve na base de um conjunto de programas de televisão (apresentados por Diogo Infante, na RTP1) e de uma rubrica diária na rádio TSF, bem como do blog **oplanetagradece.blogs.sapo.pt**

QUALIDADE

Constitui uma prioridade estratégica da Caixa o prosseguimento de iniciativas de enfoque na qualidade de serviço ao cliente. O objectivo é garantir que os clientes tenham o melhor acolhimento das suas necessidades e usufruam de um serviço de qualidade superior quando se dirijam à Caixa, qualquer que seja o canal utilizado ou o produto pretendido.

A CGD tem vindo a efectuar o seguimento de níveis de serviço, e revisão permanente de processos de venda e atendimento como forma de promoção de mudança organizacional.

No ano de 2008 a Caixa reforçou o processo de centralização da gestão e tratamento de reclamações de Clientes, iniciado no ano anterior, através da implantação do Gabinete de Apoio ao Cliente na dependência directa do Conselho de Administração.

Este Gabinete garante a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente. Para tanto, e quando necessário, recorre a outras áreas internas da Caixa ou a Empresas do Grupo, para preparação da resposta.

Como tal, e sendo as reclamações e sugestões de Cliente um meio privilegiado para melhorar a qualidade do serviço prestado, cumpre ao Gabinete de Apoio ao Cliente actuar com vista à dinamização da implementação das oportunidades de melhoria daí decorrentes.

Não se pretendeu, em nenhum momento, com o reforço da centralização perder de vista a relevância da resolução da queixa do Cliente no acto do atendimento. Assim, o Gabinete acolheu na sua missão a compilação e divulgação de informação relevante para o acolhimento da insatisfação dos Clientes no atendimento.

Para o ano de 2009, está previsto reforçar as actividades de âmbito pró-activo e de desenvolvimento, incluindo a agilização do processo de tratamento de reclamações que, representando uma parcela ainda significativa do total, têm a sua resolução dependente de uma entidade externa, como é o caso dos levantamentos efectuados com cartões em ATM.

Espera-se, com este tipo de actuação, contribuir para garantir o cumprimento do nível de serviço definido, de 10 dias e, excepcionalmente, para situações mais complexas e/ou que requeiram contactos externos, de 30 dias.

RECURSOS HUMANOS

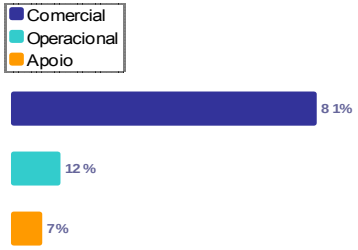
O apoio directo ao negócio e à expansão da rede comercial, o reconhecimento do mérito e do potencial interno, o desenvolvimento das capacidades e competências dos empregados e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos elementos das equipas foram os eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos no ano de 2008.

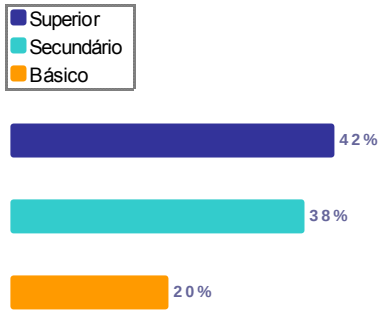
Em 31 de Dezembro de 2008, faziam parte do quadro global da Caixa Geral de Depósitos 10 943 empregados, traduzindo uma redução de 4,9% desde 2005. Ao serviço efectivo [1] da CGD em 2008, estiveram 9 727 empregados.

As admissões de jovens licenciados, aliadas às reformas dos empregados mais idosos, permitiram uma redução da média de idades de 42,5 anos para os 42,3 anos e o reforço gradual do número de empregados com habilitações ao nível do Ensino Superior (de 38,8% em 2007 para 41,8% em 2008).

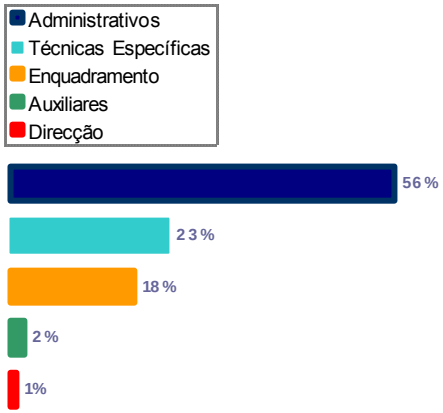
Na distribuição por género, mantém-se a tendência de crescimento do número de mulheres (53,7%), mais evidenciada no grupo etário abaixo dos 35 anos onde mais de 68% do número total de empregados é do sexo feminino.

A dinamização da mobilidade interna manteve a convergência para um melhor balanceamento entre as Áreas Comerciais e as Direcções de Suporte. Assim, resulta que 81% do total de empregados ao serviço efectivo desenvolvem actividade comercial.





- Distriibuição por nível de habilitação -



- Distribuição funcional -

Número de Empregados CGD

	2007	2008	Var. Abs.	Var. Rel.
Nº de Empregados				
Global da CGD	10 943	10 943	0	*0,0%*
Serviço Efectivo (1)	9 695	9 727	32	*0,3%*
Entradas	380	498	118	*31,1%*
Saídas	444	466	22	*5,0%*
Principais indicadores				
Idade média	42,5	42,3	0	*-0,5%*
Antiguidade média	17,6	17,4	0	*-1,1%*
Tx de Habilitações superiores ao Ens. Secundário	38,8	41,8	3	*8,0%*
Tx de Feminização	52,7	53,7	1	*1,9%*
Tx de Absentismo	5,6	5,4	-0,2	*-3,6%*

(1) Não inclui empregados destacados nos Agrupamentos Complementares de Empresa (ACE's), nas empresas do Grupo, requisitados, licenças sem vencimento e estruturas representativas de trabalhadores.

Atrair

A CGD tem vindo a dinamizar junto dos candidatos a Internet como forma privilegiada do envio de candidaturas, tendo sido recebidas em 2008 por esta via um total de 952 candidaturas. Durante o ano de 2008, foram admitidos 398 novos empregados com uma idade média de 28 anos, tendo-se privilegiado em 70% dos casos a frequência de cursos superiores e em quase 75% a sua colocação nas Áreas Comerciais.

Ao nível do seu Programa de Estágios, a CGD promoveu oportunidades de contacto com a realidade bancária a 399 jovens estudantes e recém-licenciados.

Qualificar

A CGD deu sequência a uma estratégia de gestão do conhecimento orientada para o desenvolvimento das pessoas e do negócio, conjugando uma perspectiva de curto prazo, assente na capacitação dos empregados para uma resposta imediata às exigências das suas funções, especialmente orientada para aspectos técnicos da actividade bancária, com uma perspectiva de médio e longo prazo, focalizada no desenvolvimento de competências que garantam o crescimento profissional dos empregados, optimizando o seu potencial.

Assim, durante o ano de 2008, foram ministradas 406 609 horas de formação aos empregados em Serviço Efectivo, abrangendo um total de 149 615 participações, correspondendo a um número de horas de formação por empregado de 41,8.

Número de Horas de Formação

	(Número de horas)
	2008
Agrupamentos Funcionais	
Direcção	9 195
Enquadramento	118 178
Técnicas Específicas	113 661
Administrativas	162 592
Outras	2 983
Total	**406 609**

No âmbito da sua politica de apoio aos jovens finalistas e recém-licenciados, a CGD proporcionou também a realização de estágios que responderam, quer às obrigações

curriculares de alguns cursos, quer ao incremento da empregabilidade dos jovens, permitindo uma primeira experiência em contexto profissional.

Desenvolver

A admissão de mais de 300 novos empregados para a Rede Comercial, a abertura de 22 novas agências ao longo de 2008, com a constituição das respectivas equipas, traduzem o alinhamento entre os objectivos estratégicos da Instituição e a actividade desenvolvida pela gestão dos recursos humanos. No âmbito desse alinhamento, constituiu factor descisivo uma dinâmica de mobilidade funcional que ao todo envolveu cerca de 5% do efectivo, através nomeadamente da nomeação de 150 empregados para os órgãos de Gerência e de 146 para as funções de Gestor de Cliente sem recurso a contratações do exterior .

Motivar e Reconhecer

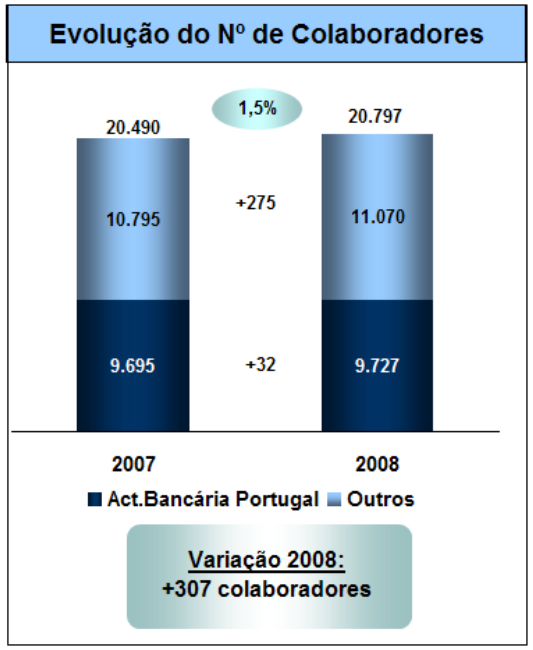
Com o objectivo de melhor diferenciar e reconhecer o desempenho dos seus empregados, a CGD tem vindo a reforçar a sua remuneração variável, já patente na Participação nos Lucros que tem vindo a premiar o grau de contribuição de cada empregado para os resultados anuais da CGD, com a consolidação desde 2005 do seu Sistema de Objectivos e Incentivos Comerciais.

Este Sistema visa motivar e premiar a consecução dos objectivos fixados quer individualmente quer ao nível da equipa dos empregados afectos à Rede Comercial. Considerando os resultados alcançados no 2º semestre de 2007 e no 1º semestre de 2008, estes empregados receberam em média em 2008 um incentivo na ordem dos 44% da sua remuneração mensal efectiva, o que conjugado com a Participação nos Lucros resulta numa remuneração variável média de 2,14 remunerações mensais efectivas (cerca de 15% da sua remuneração anual total).

.

Evolução do número de Colaboradores do Grupo CGD

O grupo CGD apresentou em 2008 um crescimento de 1,5% do número de Colaboradores (+307). O aumento verificado foi influenciado pela evolução da actividade internacional (destacando-se o incremento anual de 128 colaboradores do BCI) e do sector segurador. Neste último a variação observada (aumento de 173 colaboradores) está relacionada com a entrada em funcionamento de duas unidades hospitalares da HPP e com as reformas antecipadas no âmbito da implementação da nova estrutura organizativa. A Actividade Bancária em Portugal apresenta um aumento de 32 colaboradores (0,3%) reflectindo as diversas iniciativas de contenção de custos que tem vindo a ser prosseguidas na CGD.



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ÍNDICE

Economia Internacional	36	Taxas de Juro	42
Evolução Global	36	Evolução Cambial	43
União Europeia	37	Mercado Accionista	44
Economia Portuguesa	39	Mercado Obrigacionista	45
Evolução Global	39		
Agregados de Depósitos e Crédito	40		

ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica.

Taxa de variação em %

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia	**2,9**	**0,9**	**2,3**	**3,7**	**7,1**	**7,0**
Área do Euro	2,6	0,8	2,1	3,3	7,5	7,5
Alemanha	2,5	1,3	2,3	2,8	8,4	7,3
França	2,2	0,9 [(a)]	1,6	3,2	8,3	7,7
Reino Unido	3,0	0,7	2,3	3,6	5,3	n.d.
Espanha	3,7	1,3 [(a)]	2,8	4,1	8,3	11,3
Itália	1,5	0 [(a)]	2,0	3,5	6,1	n.d.
EUA	**2,0**	**1,1**	**2,8**	**3,8**	**4,6**	**5,8**
Japão	**2,4**	**-0,7**	**0,0**	**1,4**	**3,9**	**4,0**
Rússia [(b)]	**8,1**	**6,2**	**n,d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**
China [(b)]	**13,0**	**9,0**	**n,d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**
Índia[(b)]	**9,3**	**7,3**	**n,d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil[(b)]	**5,7**	**5,8**	**n,d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**

Eurostat – Economy and Finance (05-03-2009)

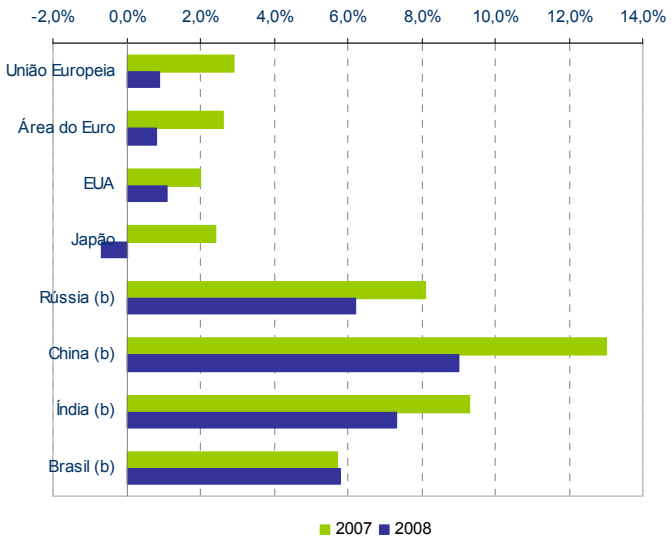
(a) Estimativa do Eurostat

(b) FMI:World Ecomic Outlook update- Janeiro de 2009

Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente. Embora em desaceleração, as economias emergentes deverão ter continuado a ser as principais dinamizadoras do crescimento mundial, com uma progressão estimada de 6,3% em 2008. Merece destaque a performance da China e da Índia, que deverão ter registado taxas de crescimento de 9,0% e 7,3%, respectivamente.

Em contraste com estes níveis robustos de crescimento, as economias mais avançadas viram o ritmo de expansão da sua actividade económica ser reduzido para patamares muito baixos, tendo inclusivamente o Japão registado um decréscimo do produto na ordem dos 0,7% em 2008.

Produto Interno Bruto



Durante o primeiro semestre, os sinais de desaceleração económica foram-se tornando cada vez mais evidentes, sobretudo nos EUA, enquanto na Europa se mantinha ainda como principal preocupação a subida da inflação. Esta situação explica a diferença de actuação entre a Reserva Federal e o BCE: até Abril o FED cortou as suas taxas de juro em 225 p.b., enquanto o BCE em Julho subia ainda a sua taxa directora em 25 p.b..

No segundo semestre, a deterioração do balanço das instituições financeiras, com anúncios sucessivos de perdas elevadas, acentuou a turbulência nos mercados.

A incerteza e o aumento do risco de contraparte atingiram uma dimensão que levou à quase paralisia dos mercados monetários interbancários e de dívida privada, obrigando os bancos centrais à tomada de medidas excepcionais, que passaram pela criação de novas linhas de financiamento, pelo alargamento do leque de instituições e colaterais elegíveis e pela flexibilização de regras contabilísticas.

O aperto das condições de financiamento no sistema financeiro culminou em Setembro com a declaração de falência da Lehman Brothers e as notícias de situações preocupantes noutras grandes instituições americanas e europeias que obrigaram a uma acção concertada por parte das autoridades monetárias e governamentais de diversos países, no sentido de restabelecerem o normal funcionamento dos mercados e evitarem situações de risco sistémico.

Neste âmbito, destacaram-se a concessão de garantias para emissões de dívida e a entrada no capital de instituições financeiras por parte dos governos, situação que nalguns casos atingiu mesmo a nacionalização.

Neste enquadramento, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a sucessivas descidas das taxas de referência, bem como a injecções de liquidez.

A 8 de Outubro de 2008, numa iniciativa inédita, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra procederam a um corte nas taxas de referência em 50 p.b.. Estas instituições procederam posteriormente a novas descidas, tendo a taxa directora no final do ano sido fixada em 2,5% na Zona Euro e num patamar entre zero e 0,25% nos EUA.

Finalmente, em consequência da diminuição da procura a nível mundial, os preços dos combustíveis e das *commodities* têm vindo a diminuir consideravelmente, tendo o petróleo passado de uns historicamente elevados 147 dólares, em Julho, para patamares abaixo de 40 dólares durante Dezembro de 2008.

Para fazer face a esta situação, a OPEP procedeu a diversos cortes de produção desde Setembro, tendo deliberado a 17 de Dezembro realizar uma nova intervenção, consubstanciada na redução da produção em 9%. No entanto, este corte não se revelou suficiente para inverter a tendência descendente do preço desta matéria-prima, cujo preço se fixou em 40 dólares a 31 de Dezembro de 2008.

Em consequência da desaceleração da actividade económica, com reflexo na capacidade das empresas manterem o seu nível de liquidez e solvência, o mercado accionista acumulou perdas avultadas em 2008, tendo certos índices regressado a valores de 2003.

União Europeia

Os primeiros sinais de abrandamento económico na Área Euro surgiram no final de 2007. A turbulência verificada nos mercados financeiros internacionais teve como consequência uma diminuição dos índices de confiança dos consumidores e empresas, o que, a par da subida do preço dos bens energéticos e da apreciação do euro verificada na primeira metade do ano, deixou antever a desaceleração da actividade económica que se verificou em 2008.

Deste modo, segundo as primeiras estimativas do Eurostat, a União Europeia e a Área Euro deverão ter registado um crescimento do PIB de 0,9% e 0,8%, respectivamente, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (2,9% e 2,6%).

Taxa de variação em %

	União Europeia		Área do Euro	
	2007	2008	2007	2008
Produto Interno Bruto (PIB)	**2,9**	**0,9**	**2,6**	**0,8**
Consumo privado	2,2	1,0	1,6	0,5
Consumo público	2,0	2,1	2,2	2,0
FBCF	5,5	0,4	4,4	0,4
Procura Interna	3,0	1,0	2,4	0,8
Exportações	5,0	2,0	5,9	1,5
Importações	5,2	2,1	5,3	1,5
Taxa de Inflação (IHPC)	**2,3**	**3,7**	**2,1**	**3,3**
Rácios				
Taxa de desemprego	7,1	7,0	7,5	7,5
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-0,9	-2,0	-0,6	-1,7

Eurostat - Economy and Finance (05-03-2009)
(a) CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Até Julho, o constante aumento do preço do *brent* provocou um acréscimo nos custos de produção, que, por sua vez, se reflectiu no preço a que os bens se encontravam acessíveis no mercado.

Desta forma o rendimento disponível pela população da área euro registou um decréscimo no primeiro semestre de 2008, o que provocou uma desaceleração no consumo privado.

Por outro lado, a apreciação do euro face ao dólar contribuiu para a redução da dinâmica das exportações, uma vez que os bens produzidos na área euro tornaram-se relativamente mais caros para os parceiros comerciais.

De acordo com a Eurostat, a Área Euro entrou em recessão técnica no terceiro trimestre de 2008, uma vez que apresentou crescimento do produto negativo em dois trimestres consecutivos (-0,2%). Esta redução do produto foi provocada pelo decréscimo verificado no crescimento do investimento, bem como pelo aumento das importações.

No que diz respeito à evolução dos preços, a taxa homóloga de inflação em Dezembro foi de 1,6%, o que representa um relevante decréscimo em relação aos 4,0% verificados em Julho.

Face à súbita diminuição das pressões inflacionistas, o BCE decidiu abandonar a política monetária seguida desde 2005, caracterizada por subidas sucessivas das taxas de referência como instrumento para controlo da taxa de inflação.

No último trimestre de 2008, a autoridade monetária da Zona Euro interveio por três vezes na taxa directora, acumulando uma descida de 1,75 p.p., tendo-a fixado em 2,5% na reunião de 4 de Dezembro de 2008.

A par da descida da taxa directora, o BCE decidiu ainda alargar a lista de activos elegíveis como garantia em operações de crédito do Eurosistema.

Em 2008 a taxa de desemprego manteve-se inalterada na Área Euro (7,5%), sofrendo uma redução marginal na União Europeia, de 7,1% em 2007 para 7,0% em 2008.

De modo a atenuar os efeitos da crise económica, a Comissão Europeia aprovou em Dezembro um plano no qual prevê a utilização de 1,5% do PIB europeu em medidas de relançamento da

economia, o que, em conjugação com a redução das receitas deverá conduzir ainda em 2008 a um aumento do défice do Sector Público Administrativo, devendo este fixar-se em 2,0% do PIB.

ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução Global

Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, a economia portuguesa apresentou um crescimento nulo do PIB em 2008, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado no ano transacto (1,9%).

Esta performance foi bastante condicionada pelo contributo negativo das Exportações e FBCF, que, respectivamente, verificaram decréscimos de 0,5% e 0,1% em 2008.

Indicadores da Economia Portuguesa

%

	2006	2007	2008
PIB (Taxas de variação real)	1,4	1,9	0,0
Consumo privado	1,9	1,6	1,6
Consumo público	-1,4	0,0	0,5
FBCF	-0,3	3,2	-0,1
Procura Interna	0,8	1,6	1,0
Exportações	8,7	7,5	-0,5
Importações	5,1	5,6	2,1
Taxa de Inflação (IHPC)	**3,0**	**2,4**	**2,7**

continuação

	2006	2007	2008
Rácios			
Taxa de desemprego	7,7	8,0	7,6
Défice do SPA (em % do PIB)	-3,9	-2,7	-2,2
Dívida Pública (em % do PIB)	64,7	63,6	65,9

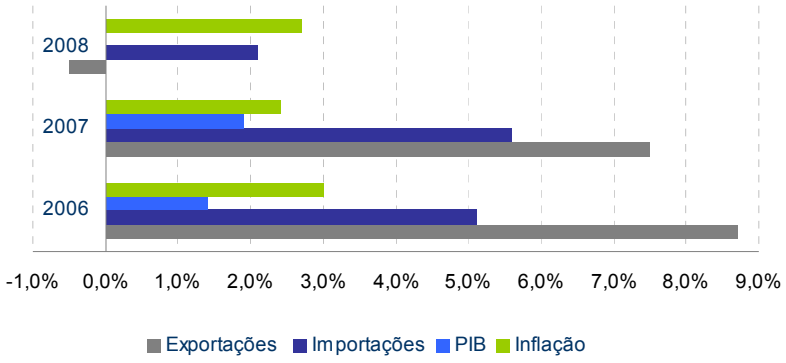
Fonte: INE
CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Estes valores incorporam o agravamento do enquadramento internacional com a propagação da crise dos mercados financeiros à economia real, que se reflectiu na diminuição da procura externa dirigida à economia portuguesa, com a consequente desaceleração das exportações, que deverão ter apresentado uma redução de 8,0 p.p. no seu crescimento, fixando-se em -0,5% em 2008.

No mesmo sentido, a deterioração da confiança por parte dos investidores e consumidores, em conjugação com uma maior restritividade no acesso ao crédito, deverá ter-se reflectido no investimento e consumo, nomeadamente no crédito à habitação.

De facto, o contexto de elevada incerteza relativa à evolução da economia e de elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas enfrentam, a par da redução verificada no nível de inflação na segunda metade de 2008, poderão ter conduzido a uma reavaliação das decisões de consumo por parte dos particulares, não obstante a redução da taxa normal do IVA de 21% para 20% que se verificou em Julho de 2008.

Indicadores da Economia Portuguesa



Ao nível da inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter verificado uma média anual de crescimento de 2,7%, o que representaria um acréscimo de 0,3 p.p. face ao verificado no ano precedente. Esta evolução foi bastante condicionada pelo aumento dos preços verificado nos bens energéticos e de matérias-primas na primeira metade do ano, que entretanto se inverteu, fruto da redução da procura a nível mundial e consequente aumento das reservas.

A taxa de desemprego em 2008 apresentou uma ligeira redução dos 8,0% verificados em 2007 para os 7,6%, o que pode ser explicado pelo desfasamento existente entre o ciclo económico e as consequências a nível do mercado de trabalho. Deste modo, o reflexo da crise económica que actualmente se verifica, apenas deverá ter repercussões na taxa de desemprego em 2009.

Finalmente, o défice do Sector Público Administrativo apresentou uma redução de 0,5 p.p. face a 2007 o que se encontra em linha com o definido no Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental.

Agregados de Depósitos e Crédito

O agregado de liquidez M3, excluindo a circulação monetária, registou um crescimento de 13,1% face ao período homólogo, o que representa uma aceleração face ao verificado em 2007 (8,9%). Do total de depósitos, merece destaque a evolução dos Depósitos de Particulares e Emigrantes, cujo crescimento se fixou em 14,3%.

Agredados monetários em Portugal (taxas de variação anual) [(a)]

	2006	2007	2008
M3, excluindo circulação monetária	**3,4%**	**8,9%**	**13,1%**
Depósitos Totais	4,5%	5,0%	9,6%
Depósitos de Soc. Não Financeiras	6,6%	-1,5%	-1,9%
Depósitos de Particulares e Emigrantes	3,5%	8,1%	14,3%
Crédito Interno Total	**10,6%**	**11,4%**	**10,4%**
Crédito às Administrações Públicas (b)	7,2%	-3,5%	20,9%
Crédito a Sociedades Não Financeiras	10,8%	14,3%	11,3%
Crédito Habitação	9,9%	8,5%	4,3%
Crédito ao Consumo e Outros Fins	10,1%	11,1%	6,1%

Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2009.

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos não estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados.

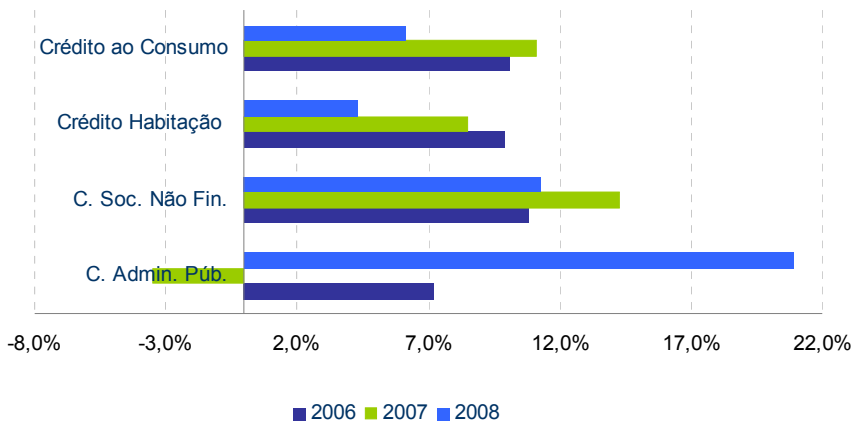
(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central.

À semelhança do verificado em exercícios anteriores, o Crédito Interno total apresentou um crescimento relativo superior ao dos Depósitos totais, ainda que com ritmos muito semelhantes..

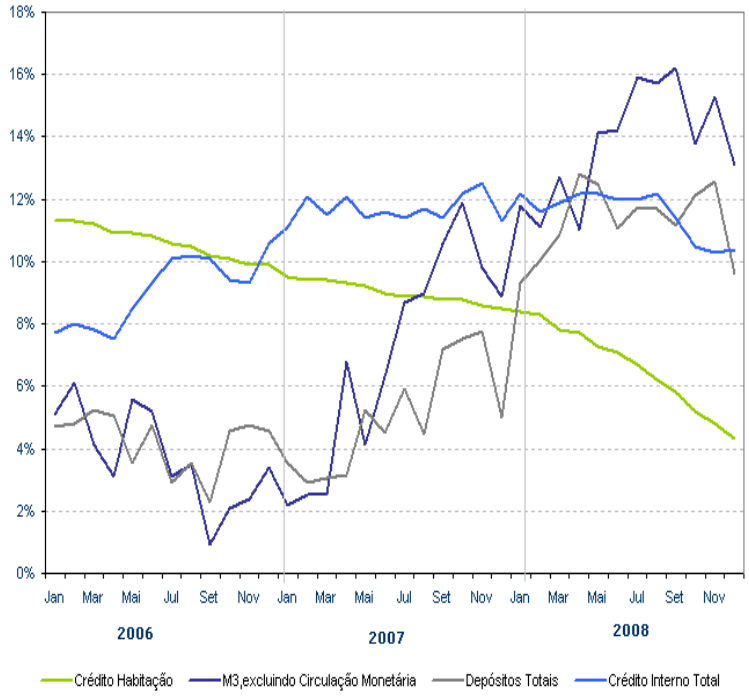
Assistiu-se à inversão da quebra do Crédito às Administrações Públicas, que apresentou um crescimento de cerca de 21% no período em análise, enquanto os restantes tipos de crédito registaram uma relevante desaceleração.

Destaca-se a este nível, a evolução do Crédito à Habitação, que tendo crescido 8,5% em 2007, registou uma expansão de 4,3% em 2008.

Evolução do Crédito em Portugal



MOEDA E CRÉDITO
(Taxas de variação homóloga)



Taxas de Juro

Tal como referido anteriormente, até Julho o Banco Central Europeu prosseguiu uma política de incremento das taxas directoras como forma de garantir um nível de inflação compatível com a estabilidade de preços, tendo neste mês procedido a um aumento de 25 p.b. na taxa de referência.

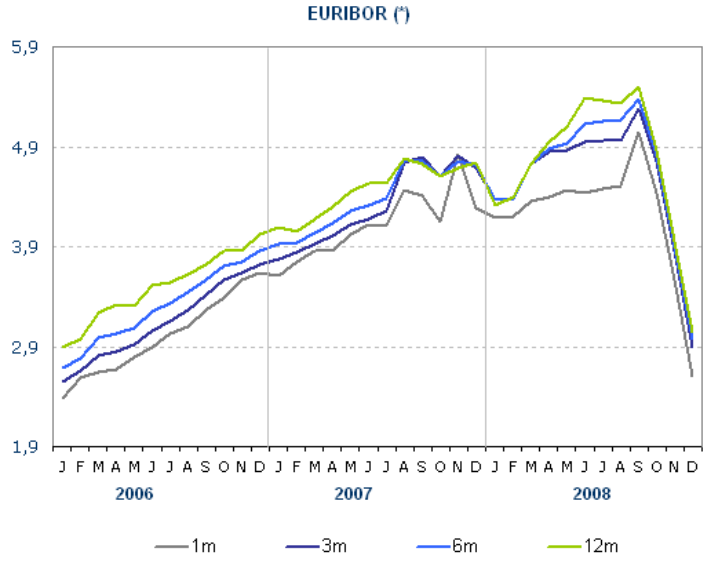
No entanto, após esta data, as pressões inflacionistas foram-se reduzindo, à medida que os preços do petróleo e das principais matérias-primas diminuíam, fruto da redução da procura mundial.

Com os sinais cada vez mais evidentes de dificuldades na economia europeia, e consequente aumento da incerteza e da percepção do risco, o mercado monetário apresentou crescentes sinais de ineficiência, o que implicou que o BCE procedesse a diversas injecções monetárias, como forma de garantir as necessidades de liquidez dos bancos.

Até ao final do ano, a autoridade monetária da Zona Euro ainda interveio sobre a taxa directora mais uma vez, fixando a mesma em 2,5%.

No que concerne às taxas de juro aplicadas a novas operações de crédito, é possível aferir uma tendência ascendente em 2008, que teve o seu expoente máximo em Setembro, quando a taxa activa atingiu os 6,51% nos novos empréstimos a empresas, contra os 5,55% observados em Março.

No crédito à habitação, a taxa aplicável a novos empréstimos sofreu um acréscimo de 0,71 p.p..



Fonte: Banco de Portugal

(*) Valores relativos ao último dia do mês

Taxas de Juro (1)

Valores em %

	2006	2007	2008			
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos *FED Funds*	**5,25**	**4,25**	**2,25**	**2,00**	**2,00**	**[0-0,25]**
Taxa Directora do BCE	**3,50**	**4,00**	**4,00**	**4,00**	**4,25**	**2,50**
Euribor						
Overnight	3,69	3,92	4,16	4,27	4,17	2,35
1 mês	3,63	4,29	4,36	4,44	5,05	2,60
3 meses	3,73	4,68	4,73	4,95	5,28	2,89
6 meses	3,85	4,71	4,73	5,13	5,38	2,97
12 meses	4,03	4,75	4,73	5,39	5,5	3,05
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não Financeiras (2)	5,00	5,69	5,55	5,79	6,51	5,76
Particulares – Habitação	4,40	5,18	5,03	5,58	5,74	4,96
Depósitos a Prazo e de Poupança (3)						
Sociedades Não Financeiras	3,66	4,75	4,41	4,68	4,84	4,58
Particulares	2,43	3,23	3,30	3,48	3,78	3,89

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, Fev./2009
(1) Taxas relativas a último dia do mês
(2) Operações acima de 1 milhão de euros
(3) Depósitos com prazo acordado até 2 anos

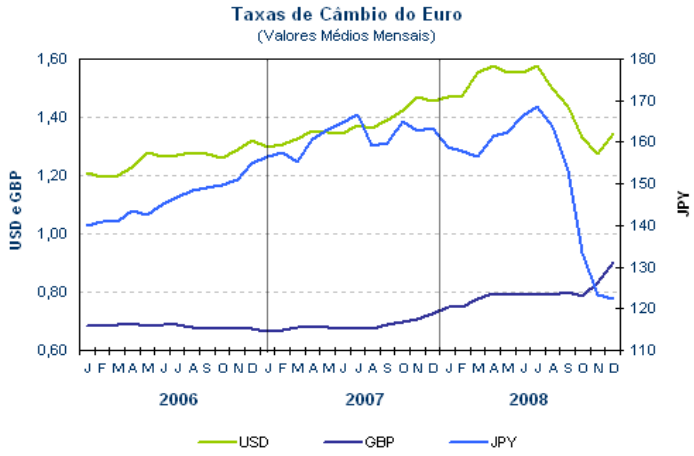
A subida das taxas de juro verificou-se também nas operações passivas, tendo em Setembro a taxa de Depósitos a Prazo e de Poupança (com prazo acordado até 2 anos) atingido os 4,84% nas Sociedades, enquanto que para Particulares se fixou em 3,78%.

Fruto das alterações efectuadas pelo BCE nas taxas directoras, as taxas activas e passivas no sistema bancário inverteram a tendência ascendente a partir de Outubro, sendo expectável que as mesmas se aproximem da taxa de referência a médio prazo.

Evolução cambial

A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou, em Dezembro de 2008, um valor médio de 1,345 USD, o que representa uma desvalorização de 7,7% face ao ano anterior. Até Julho de 2008, o euro apresentou valorizações face ao dólar, tendo atingido nesta data um valor de 1,577 USD. Esta tendência foi invertida com a divulgação de dados económicos da Área do Euro mais negativos que o expectável.

Face à libra esterlina, o euro obteve uma valorização de 24,6% em 2008, registando, em sentido inverso, uma depreciação face ao iene japonês (-25,1%).



Fonte: Banco de Portugal

Taxas de câmbio do euro

(valores médios mensais em %)

	USD	GBP	JPY
Dez 2006	1,321	0,673	154,82
Dez 2007	1,457	0,726	163,55
Dez 2008	1,345	0,904	122,51

Mercado Accionista

A globalidade dos mercados accionistas apresentou uma tendência negativa ao longo do ano, em linha com a crescente deterioração da actividade económica mundial.

No final de Setembro, a situação nos mercados agudizou-se com a notícia de graves problemas de liquidez e solvência de grandes instituições financeiras americanas e europeias. Os principais índices bolsistas registaram quedas abruptas, voltando nalguns casos a valores de 2003. A partir daí assistiu-se a uma estabilização em torno desses mínimos, ainda que num quadro de forte volatilidade, o que reflecte também o reconhecimento da situação de recessão actual ou futura nas principais economias desenvolvidas e o respectivo impacto nas perspectivas de lucros das empresas.

Principais índices bolsistas

	2007		2008	
	Índice	Variação %	Índice	Variação %
Dow Jones (Nova Iorque)	13.281	6,6%	8.776	-33,9%
Nasdaq (Nova Iorque)	2.652	9,8%	1.577	-40,5%
FTSE (Londres)	6.457	3,8%	4.434	-31,3%
NIKKEI (Tóquio)	15.308	-11,1%	8.860	-42,1%
CAC (Paris)	5.614	1,3%	3.218	-42,7%
DAX (Frankfurt)	8.067	22,3%	4.810	-40,4%
IBEX (Madrid)	15.182	7,3%	9.196	-39,4%
PSI-20 (Lisboa)	13.019	16,3%	6.341	-51,3%

No final do ano contabilizavam-se descidas de 34% no Dow Jones, 44% no Euro Stoxx 50 e 42% no Nikkei, com o sector bancário a fortemente penalizado, conforme evidenciado pela queda de 65% no índice que reproduz o comportamento das cotações dos principais bancos europeus (DJ Euro Stoxx Banks) .

A nível nacional, o índice PSI-20 sofreu uma desvalorização de 51% e o volume de transacções em mercado secundário caiu para metade face ao ano de 2007, com o segmento de acções a registar uma queda de 30%.
No mercado primário, a actividade foi também limitada com a entrada em bolsa de apenas três novas empresas; a Ramada Investimentos e a Sonae Capital, por cisão das empresas-mãe, e a EDP Renováveis, através de uma oferta pública de subscrição combinada com uma venda institucional. Esta IPO foi a maior de sempre do mercado português e uma das maiores do ano na Europa, tendo a CaixaBI participado, juntamente com outras instituições financeiras, como coordenadora desta operação.

Mercado Obrigacionista

A instabilidade caracterizou também os mercados obrigacionistas no ano transacto, quer na vertente privada, quer na pública. Com o espectro de incumprimento e mesmo de falências de empresas e bancos, os spreads da dívida privada face à dívida pública dispararam, em particular no sector financeiro, onde as taxas chegaram a registar aumentos de 240 p.b. face a 2007.

Por seu lado, as taxas de rendibilidade da dívida pública evidenciaram comportamentos totalmente distintos na primeira e na segunda metade do ano. Até meados de Julho, as taxas da dívida pública de longo prazo na área do euro aumentaram significativamente (cerca de 70 p.b.) em reflexo do aumento das pressões inflacionistas via produtos energéticos e alimentares e da maior restritividade da política monetária do BCE, tendo atingindo um máximo, no caso da dívida alemã, de 4,68%.

Na segunda metade do ano, a descida dos preços do petróleo e o acentuar do pessimismo quanto às perspectivas de crescimento económico, conjuntamente com os crescentes problemas no sector financeiro, conduziram a uma fuga dos investidores para o mercado da dívida pública originando uma descida das respectivas taxas de rendibilidade. Nos EUA, essa descida foi particularmente abrupta com os yields a 10 anos a caírem de 3,95% no final de Outubro para 2,2% no final do ano.

Taxas de juro das obrigações a 10 anos

	2007	2008
EUA	4,03%	2,21%
Reino Unido	4,57%	3,02%
Japão	1,51%	1,17%
França	4,42%	3,41%
Alemanha	4,32%	2,95%
Espanha	4,40%	3,81%
Portugal	4,44%	3,97%

Valores no final do ano.

As taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa seguiram a evolução das taxas da zona euro, embora com um alargamento do spread face à dívida alemã que traduziu a preferência por dívida soberana mais líquida e de mais elevado rating num contexto de aumento da aversão ao risco.

O Programa de Financiamento e Gestão da Dívida Pública manteve em 2008 como objectivos a minimização dos custos da dívida a longo prazo e a não exposição a riscos excessivos. O financiamento baseou-se sobretudo na emissão de OT e BT, a qual atingiu em valores líquidos de amortizações cerca de EUR 6,2 mil milhões. Destaca-se a emissão de 2 novas séries de OT, de EUR 3 mil milhões cada, a OT 4.45% 2018 e a OT 4.95% 2023, tendo a CaixaBI participado como “joint-lead manager” no sindicato desta última.

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

ÍNDICE

Visão Estratégica 2008 -2010	48	C) Actividade Internacional	76
Áreas de Negócio	50	D) Banca de Investimento	84
A) Banca de Retalho	50	E) Gestão de Activos	88
B) Crédito Especializado	74	F) Actividade Seguradora e da Saúde	93

VISÃO ESTRATÉGICA 2008-2010

A actividade da CGD em 2008 teve como principal elemento orientador a Visão Estratégica definida pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Accionista, para o triénio 2008-2010.

De acordo com essa Visão, o Grupo CGD deve procurar consolidar-se como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:

O desenvolvimento económico
O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas
A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional

Enquanto líder do mercado, o Grupo CGD deve procurar uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

Foram definidos seis eixos estratégicos de desenvolvimento da actividade, a partir das principais tendências perspectivadas para a envolvente externa e do posicionamento do Grupo CGD no mercado.

Um primeiro eixo centra-se na necessidade de sustentar o crescimento rentável do negócio, factor-chave para manter a posição de referência que a CGD tem no mercado financeiro nacional. Este crescimento deve passar pela consolidação da liderança em áreas de tradicional força da CGD (captura de recursos, crédito à habitação), a par de uma maior presença junto das melhores PMEs, ou de um crescimento nos mercados internacionais, entre outros. Adicionalmente, a contribuição para o crescimento económico é uma prioridade central, nomeadamente através do apoio às empresas e da participação no financiamento de projectos estruturantes para o País.

Um segundo eixo fixa-se na necessidade de reforçar esforços de eficiência operativa e melhoria da qualidade de serviço, ambos factores críticos de sucesso na actividade financeira actualmente. O Grupo CGD tem tido uma evolução positiva em termos de *cost-to-income* nos últimos anos, mas os seus principais concorrentes têm levado a cabo programas agressivos de redução de custos, o que, conjuntamente com um contexto económico menos favorável, vem reforçar o aumento de eficiência como um imperativo competitivo para os próximos anos.

Um terceiro eixo prioritário é o reforço das capacidades de gestão de risco, área central à actividade bancária, que surge neste ciclo com importância acrescida, dada a incerteza que existe em torno da evolução económica e dos mercados financeiros a nível internacional.

Um quarto eixo é o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho. Nesta frente, surge a aspiração de desenvolver uma cultura empresarial mais orientada ao desempenho e de melhorar a produtividade dos recursos humanos, sempre no quadro da harmonia laboral.

Um quinto eixo, centra-se no desenvolvimento cultural e social e na promoção da sustentabilidade que o Grupo CGD aspira a reforçar, bem como na vontade de se estabelecer como uma referência nacional em Bom Governo e conduta ética.

Finalmente, um sexto eixo prende-se com a necessidade de proceder a uma reestruturação do modelo corporativo de forma a atingir uma estrutura de capital mais eficiente e

simultaneamente libertar recursos importantes para o desenvolvimento do negócio em áreas estratégicas.

No âmbito do processo de gestão estratégica levado a cabo do Grupo CGD foi assegurado o alinhamento de toda a organização em torno de 12 Projectos Transversais Estruturantes, que na prática visam consubstanciar a operacionalização da estratégia:

Dinamizar actividade comercial particulares e pequenos negócios
Dinamizar actividade comercial PME's
Executar estratégia multicanal
Potenciar o Assurfinance
Desenvolver negócio internacional
Optimizar a gestão de risco e do capital do Banco
Reforçar a atenção sobre a recuperação de crédito do Grupo ao longo de toda a cadeia de valor
Desenvolver negócio de capital de risco
Promover a redução de custos
Reforçar a eficiência de processos e qualidade de serviço
Desenvolver o talento
Optimizar a infra-estrutura tecnológica

ÁREAS DE NEGÓCIO

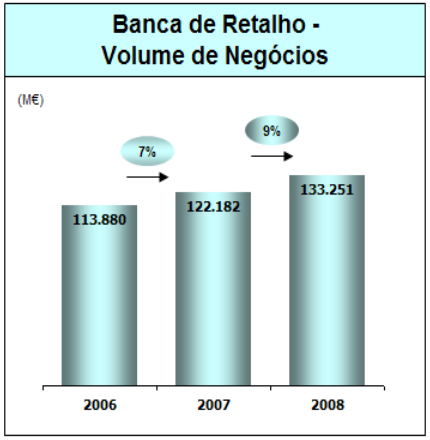
A) Banca de Retalho Portugal

Durante o ano de 2008, a vertente de distribuição da Banca de Retalho evoluiu significativamente no desenvolvimento do serviço oferecido em diversos canais: Agências, canais on-line e canal mobile.

Relativamente às Agências, a rede comercial contava, no final de 2008, com 788 Agências e 39 Gabinetes Caixa Empresas (com 23 novas Agências desde o início do ano).

O ano de 2008 foi marcado pela concretização de um conjunto de passos de transformação do modelo de atendimento em Agência, dando sequência ao piloto realizado em 5 Agências no ano de 2007:

- Definição dos princípios de Segmentação e Modelo de Atendimento da Rede de Agências;
- *Roll-out* do Novo Modelo em 110 Agências;
- Formação sobre o Novo Modelo, incluída no projecto de formação global dedicado à excelência no Atendimento.



No âmbito do **Volume de Negócios** (Captação+Colocação+Garantias) , a Banca de Retalho totalizou 133 251 milhões de euros, apresentando em 2008 uma expansão. traduzida num crescimento anual de 9%, superior ao verificado no ano anterior em 2 p.p..

Descrevem-se seguidamente, as principais linhas de evolução na Rede de Retalho durante o ano de 2008 por segmentos e produtos mais significativos

1- SEGMENTAÇÃO E PRODUTOS

O segmento Particulares em 2008, apresentou um aumento de 5% do Volume de Negócios e apresenta crescimentos em todas as vertentes.

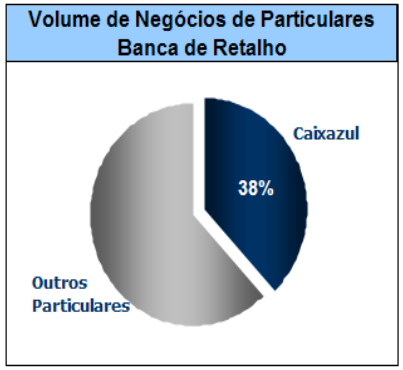
1.1 - Segmento Mass Market Residentes

A Caixa atribuiu aos clientes Mass Market um lugar de destaque na actuação estratégica, com a definição de requisitos para um modelo de atenção que permitirá aumentar a sua vinculação e a percepção das melhorias no nível de serviço que lhes é dirigido.

No âmbito da inovação da Oferta destacou-se em 2008 :

- as **Soluções Caixa Woman;**
- A Linha de **Crédito Pessoal para Energias Renováveis**, com base em Protocolo com a EDP no âmbito do projecto My.Energy

Ainda no contexto do financiamento de energias renováveis a particulares, salienta-se que desde 2007 já se contrataram 289 operações que totalizaram cerca de 2 milhões de euros.



1.2 - Segmento Gama Alta

No segmento de clientes Gama Alta destaca-se o **Serviço Caixazul**, através do qual a Caixa apresenta as soluções financeiras para as necessidades dos clientes Mass Affluent.

Em 31 de Dezembro de 2008 este serviço abrangia 306 241 clientes e contribuía com 38% para o Volume de Negócios de Particulares.

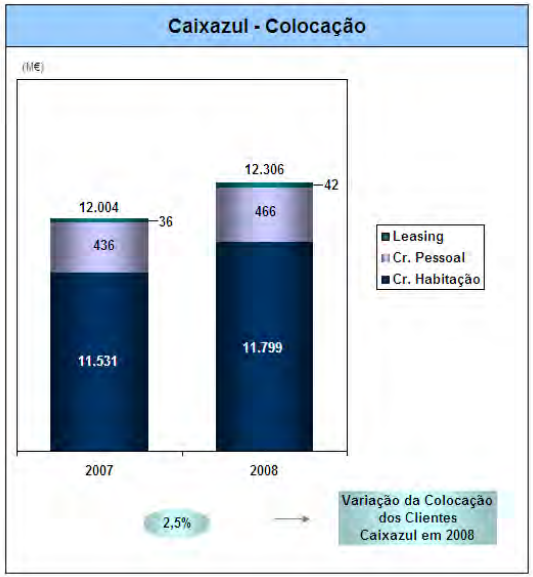
Este Serviço personalizado, evoluiu ao longo de 2008 com os seguintes objectivos:

- sofisticação da oferta;
- incremento do relacionamento comercial ;
- fortalecimento da marca.

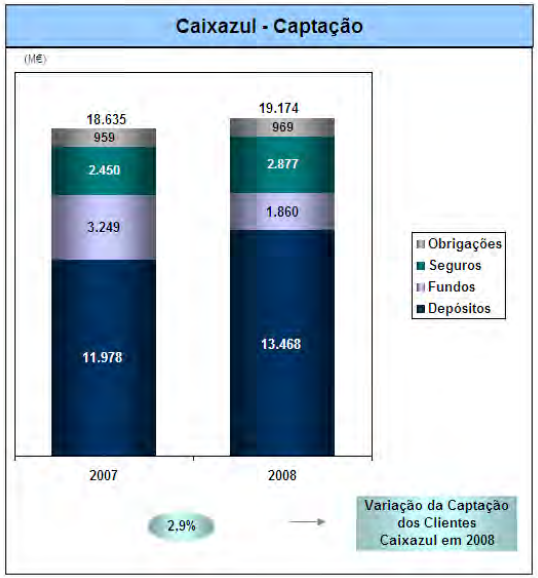
A sofisticação da oferta está traduzida na disponibilização de produtos únicos, inovadores e adequados à satisfação das necessidades dos clientes, tais como:

- Cartão Caixazul, cartão de débito e de identificação dos clientes Caixazul;
- Depósito a prazo Netpr@zo;
- Depósito a prazo Caixazul Praemium;
- Crédito pessoal Vida Azul.

O alargamento a todos os clientes do serviço "**Gestor On-line"** (serviço que permite que o Gestor informe das oportunidades de negócio adequadas ao cliente em cada momento e o cliente responda através de mensagens seguras, ou que proceda à adesão dos produtos ou serviços oferecidos) tornou-se um factor decisivo para o incremento do relacionamento comercial.



O fortalecimento da marca , foi reforçado com uma campanha nos media sobre o serviço Caixazul, ancorada na inovação mais significativa (**Gestor On-line)** e no lançamento de um site próprio para a marca: **cgd.caixazul.pt.**



Neste serviço destacou-se ainda em 2008 :

- No Âmbito Externo:

A melhoria da visibilidade da Caixa junto de classes profissionais de prestígio através da participação e patrocínio de vários eventos organizados pelas respectivas associações da Ordem dos Economistas – Congresso Nacional, Conferência Anual e Convenção Nacional; da Ordem Ordem dos Médicos Dentistas - Congresso Anual; Ordem dos Engenheiros – XVII Congresso Nacional; Associação Sindical Juízes Portugueses – Congresso; Sindicato dos Magistrados do Magistério Público - Congresso.

- No Âmbito Interno:

A manutenção de um programa integrado de reuniões de seguimento e monitorização da actividade envolvendo todos os níveis da hierarquia comercial, bem como um plano de visitas e de coaching dos Gestores de cross-selling às Agências e o fortalecimento do programa de avaliação do nível de serviço Caixazul, através das vertentes de inquérito postal e inquérito telefónico.

1.3 - Segmento Jovem e Universitários

Jovens

O ano de 2008 foi um ano de consolidação da estratégia de médio/longo prazo definida para o Segmento Jovem. Nesse enquadramento foram desenvolvidas e implementadas medidas que visam aumentar o envolvimento e potenciar o relacionamento bancário do Segmento.

No âmbito da oferta dirigiida a este segmento salientou-se ao longo deste ano:

- As soluções de poupança exclusivas para Jovens: o **Caixa PopNet** ;o **Caixa PopPrazo** e o **Caixa PopSeguro** ;
- Os cartões pré-pagos: o cartão LOL (a partir dos 15 anos) e LOL Júnior (a partir dos 10 anos) ;
- O **Crédito Habitação Triplex:** procedeu-se ao relançamento da dinamização comercial desta linha de financiamento imobiliário, garantindo aos jovens (até aos 35 anos de idade, inclusive) o acesso a uma solução de financiamento que permite obter a prestação mais baixa do mercado, pela conjugação das opções de pagar apenas juros nos primeiros anos do empréstimo com o diferimento do pagamento de até 30% do capital para o fim do prazo.

Universitários e Universidades

O modelo dirigido ao segmento universitário está consubstanciado por dois pilares de relacionamento, AUC (Agência Universitária Central) e Agências Universitárias. Tem como objectivo a obtenção de melhorias substanciais nas interacções com os clientes, tendo em consideração os objectivos estratégicos de captação de novos clientes, valorização e satisfação dos universitários no relacionamento com a CGD, garantindo a sua continuidade como cliente na vida activa.

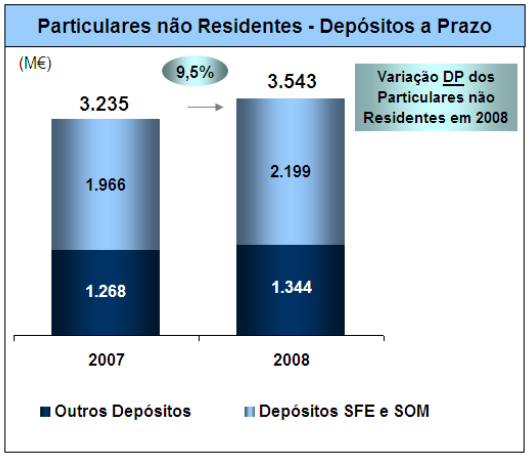
Como forma de facilitar a comunicação na apresentação de soluções financeiras para apoiar os estudantes de ensino superior durante todo o ciclo da vida académica, agregaram-se diferentes produtos (Mesada Segura, LDN, Crediformação, Formula U, Cartão MTV, Caixa Jovem Empreendedor) num inovador ***Pack* Super Caixa**.

A oferta global para o segmento está alicerçada no **cartão CUP**, um cartão com a mais moderna tecnologia e que agrega a vertente de identificação da Escola e funções bancárias (por opção dos estudantes), o qual mereceu, recentemente, a distinção com o galardão internacional OSCARDS, numa competição onde concorreram mais de 500 cartões de débito e crédito de todo o mundo, tendo sido o vencedor na Europa.

O interesse estratégico inerente à manutenção de relações privilegiadas da Caixa com Instituições de Ensino Superior, motivou a renovação de um conjunto alargado de **Protocolos**, enquanto instrumento formal de apresentação de benefícios a favor da população académica de cada estabelecimento de ensino.

1.4 - Segmento Residentes no Estrangeiro

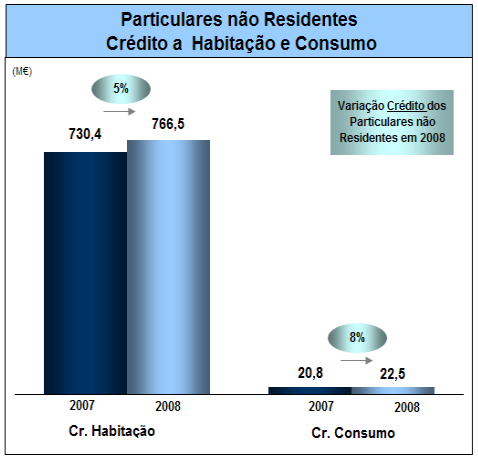
Na evolução do Volume de Negócios do Segmento de Residentes no Estrangeiro da Banca de Retalho, destacou-se em 2008, a evolução muito positiva, dos Depósitos a Prazo que aumentaram 9,5% e atingindo o montante de 3. 543 milhões de euros.



Na âmbito da oferta de Produtos de Depósitos dirigidos a este segmento destacaram-se este ano:

- A nova conta de poupança **Caixa Aforro Residentes no Estrangeiro:** lançada como alternativa de investimento para os titulares das contas poupança emigrante após a entrada em vigor da lei nº 67 – A/2007, desde Janeiro/08 que elimina alguns benefícios fiscais dos Emigrantes;
- o **Caixa Euri 6M:** um depósito estruturado exclusivo de subscrição telefónica, através do Caixadirecta telefone, para clientes residentes no estrangeiro que tivessem os seus dados pessoais, incluindo contactos, actualizados.

O **Crédito à Habitação** deste segemento cresceu 5% alcançando 766,5 milhões de euros no final de 2008.



No 2º semestre do ano, foi lançada a campanha de **Crédito à Habitação "Live in Portugal – Member get Member"**, dirigida a clientes estrangeiros a residir fora de Portugal, com o objectivo de aumentar o número de clientes e reforçar a quota de mercado da Caixa em Crédito à Habitação. Esta Campanha decorreu entre Agosto/08 e Abril/09 e contou com uma acção de marketing directo dirigida a clientes estrangeiros com nacionalidade e residência em determinados países seleccionados, convidando-os a encaminhar familiares ou amigos para contratarem o seu crédito à habitação na Caixa para financiamento de 2ª habitação em Portugal.

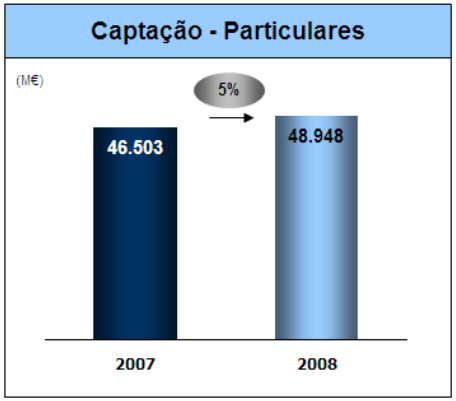
O Crédito ao Consumo deste segmento somou 22,5 milhões de euros, apresentando um aumento de 8% face a 2007.

No mês de Dezembro foi realizada uma acção de dinamização de **Crédito Pessoal** dirigida aos clientes residentes no estrangeiro, que visou a disponibilização de uma linha de crédito pessoal para qualquer finalidade e com um montante base pré-aprovado.

A Caixa tem vindo a utilizar um modelo de serviço assente no acolhimento e conveniência, articulado entre Agências Caixa, Sucursais e Escritórios de Representação no exterior e maior acessibilidade no recurso aos canais à distância, destacando-se aqui o serviço Caixadirecta internacional, lançado em 2007, que permite aos clientes que residem fora de Portugal contactarem o seu Banco através de linhas de telefone gratuitas.

1.5 - Poupança

A Captação do segmento Particulares aumentou 5% em 2008 e contribuiu com 37% para o Volume de Negócios da Banca de Retalho.



No âmbito da captação da Poupança e com o objectivo de potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos existentes, a Caixa lançou diversas **Soluções de Poupança e Investimento** ao longo de 2008, sempre com a preocupação de adequar a sua oferta aos perfis de investimento dos seus clientes: Prudente; Equilibrado; Dinâmico e Arrojado.

Destacam-se os seguintes produtos e ofertas integradas:

➢Soluções Aforro da Caixa:

Conjunto de produtos estruturados dirigidos a clientes com varios perfis de risco e caracterizados por: taxas de juro atractivas, prémios de fidelização e liquidez imediata. Estes produtos apresentaram um peso muito elevado nas novas operações dos Particulares e foram colocados em duas fases: Março a Outubro de 2008 (cerca de 2 800 milhões de euros) e de 27 de Outubro até final de 2008 (cerca de 1 765 milhões de euros).

➢Caixa Poupa & Ganha

Oferta de produtos (com um volume global superior a 402 Milhões de euros em 2008) que combinam um Depósito a Prazo (normalmente 50% do Investimento) de curto prazo, remunerado a taxas superiores às de mercado, com a subscrição de um Fundo Especial de Investimento (FEI) Aberto Caixagest (normalmente também 50% do Investimento), com prazos geralmente superiores a 3 anos. Através desta modalidade foram lançados 5 novos FEI Abertos: Caixagest Maximizer Plus, Caixagest Selecção Especial, Caixagest Premium Plus, Caixagest Super Premium e Caixagest Super Premium II.

➢Oferta de Obrigações de Caixa

Salientaram-se os produtos:

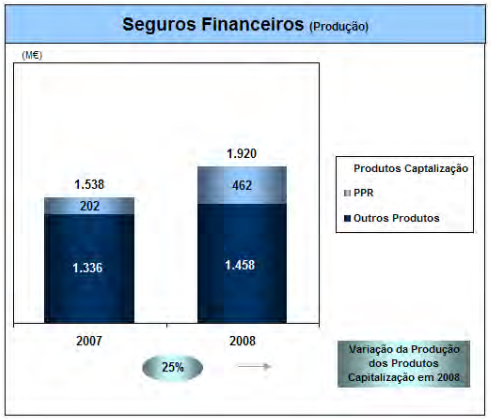
- **Caixa Aniversário 132 Anos:** Obrigações de caixa estruturadas a 2 anos., disponibilizadas em duas séries, uma para o público em geral e outra exclusiva para os colaboradores do Grupo Caixa com capital garantido na maturidade e liquidez assegurada com a admissão das obrigações à cotação na Euronext (Colocação de cerca de 140 milhões de euros);
- **Obrigações de caixa subordinadas CGD 2008/2018:** Emissão de dívida subordinada no montante global de cerca de 370 milhões de euros, com maturidade de 10 anos, destinando-se preferencialmente a clientes mais conservadores (com os perfis de prudente e equilibrado).

➢Depósitos estruturados

Conjunto de depósitos estruturados maioritariamente a 1 ano, com características que permitem diferenciarem esses produtos da oferta base da Caixa, pelo facto da sua rendibilidade estar dependente, total ou parcialmente, de outro instrumento financeiro, uma taxa de câmbio, um índice, etc,. Lançaram-se durante o ano de 2008 dezassete campanhas, com um volume global aproximado de 430 Milhões de euros.

➢Oferta de Seguros Financeiros

Foram lançadas durante o ano de 2008, oito campanhas de seguros de capitalização, a médio/longo prazo, com um volume global de 932 Milhões de euros, compreendendo na maioria dos casos seguros financeiros que garantem no final do prazo o capital e uma remuneração mista (fixa nos primeiros anos e variável nos restantes).



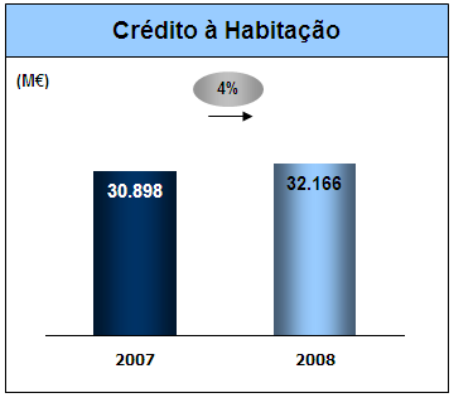
No que se refere a PPR´s salientou-se os produtos **Levexpert PPR** (Plano de Poupança Reforma exclusivo para clientes com idade igual ou superior a 55 anos que atingiu um volume global aproximado de 170 milhões de euros em 4 séries) e **Caixa Reforma Prudente** (novo fundo de pensões com uma política de investimentos bastante conservadora baseada principalmente em aplicações financeiras da Caixa).

➢**Outros Produtos:**

A Caixa liderou a operação **OPS da EDP Renováveis** colocando mais de 40% da oferta, o que envolveu um investimento por parte dos clientes de 144 Milhões de euros, dos quais cerca de 60 Milhões de euros foram financiados pela Caixa.

1.6 - Crédito à Habitação

O Crédito à Habitação contribui com 33% para a variação anual do Volume de Negócios dos Particulares e 11% para o total da Banca de Retalho. Apesar da conjuntura negativa em 2008, este produto apresentou um crescimento anual de 4% da Carteira. As novas operações do crédito à Habitação, que no total do Sistema Bancário registam uma redução anual de 31%, verificam na CGD um decréscimo de 18% face ao ano anterior.



Em 2008, no êmbito do Crédto Imobiliário salientam-se as seguintes actividades da CGD:

➢Reforço da competitividade da oferta
➢Decisão de crédito e política de preços
➢Novo modelo de atenção ao cliente
➢Novas oportunidades no crédito à habitação
➢Protocolos e associações

➢ **Reforço da competitividade da oferta**

Contrariando o período de abrandamento do mercado, a Caixa procurou potenciar a **competitividade da sua oferta** de crédito à habitação, prosseguindo o lançamento de variadas soluções designadamente:

- a campanha **"Crédito à Habitação – "Oferta da 1.ª prestação, agora e quando mudar de casa",** promovendo e dinamizando a colocação de novas operações de crédito à habitação. A oferta contemplou ainda condições preferenciais em seguros e no crédito pessoal, complementar à operação de crédito à habitação;
- dinamização comercial do **Crédito Habitação Triplex** para oferecer as melhores condições na compra de casa para os jovens até aos 35 anos de idade no âmbito da segmentação da oferta;
- crédito à habitação com **prestação fixa** - a Caixa acompanhou a crescente procura deste tipo de soluções tendo para o efeito alterado a oferta de carácter permanente para as maturidades de taxa fixa, a fim de possibilitar aos clientes a contratação de operações de crédito à habitação com prazos compreendidos entre os 2 e os 30 anos;
- Informação dirigida aos clientes de crédito à habitação abrangidos por **regimes bonificados** referente à entrada em vigor da Portaria n.º 310/08. Esta portaria veio permitir o alargamento até 50 anos do prazo dos empréstimos em vigor nos regimes Bonificado e Jovem Bonificado, a Caixa decidiu informar os primeiros mutuários desta alteração, possibilitando a redução do montante da prestação mensal e assegurando a vinculação e fidelização dos seus clientes;
- Campanha **"Crédito Pré-aprovado"** : Campanha de Marketing Directo fdireccionada aos actuais clientes de Crédito à Habitação com oferta de plafond já

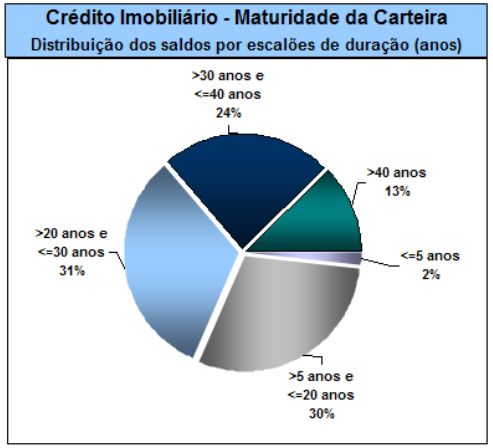
aprovado que permitie conferir maior celeridade na contratação de novas operações.

➢ Decisão de crédito e política de preços

Em termos de decisão de crédito e de política de preços, a Caixa respondeu eficazmente às evoluções recentes do mercado e aos requisitos do Novo Acordo de Basileia II, implementando um novo modelo no qual as taxas de juro passaram a ser fixadas em função da notação de risco (nível de scoring) e da relação de financiamento/garantia da operação.

➢ Novo modelo de atenção ao cliente

Atenta ao esforço financeiro crescente determinado pela subida das taxas de juro, a Caixa implementou um novo modelo de atenção ao cliente, com o intuito de acompanhar os seus clientes de crédito imobiliário. Este modelo visou ainda propor novas soluções de crédito, melhorando os indicadores de confiança do mercado e ajudando os clientes a lidar com o fenómeno conjuntural da subida das taxas de juro. Neste sentido, lançou um conjunto de 5 iniciativas, permitindo que o valor das prestações com a habitação assuma um peso mais reduzido no cabaz de despesas dos seus clientes e mitigando riscos de eventuais situações de sobreendividamento.



O conjunto de propostas enunciadas permite aos clientes usufruir de um conjunto de vantagens das quais se destacam a redução do valor das prestações. Assim, os clientes passaram a beneficiar de maior flexibilidade através das seguintes opções:

- Alargamento a todas as idades da possibilidade de contratação de um período de carência;
- Possibilidade de conjugação do período de carência com o diferimento de capital;
- Aumento do limite de idade dos clientes no vencimento do empréstimo;
- Lançamento de uma nova solução de taxa de juro – Taxa Prémio: antecipando eventuais descidas da Euribor, esta solução proporciona a contratação de um valor mínimo do indexante (Euribor a seis meses na base 360 dias). Em contrapartida, o cliente beneficia de um prémio que corresponde a 0,25% de dedução à taxa final, durante um prazo de 5 anos. Sempre que, à data da revisão da Euribor esta se situe abaixo do Valor Mínimo do Indexante, a taxa passará a estar indexada a esse valor.
- Nova campanha de transferências: a CGD renovou a sua oferta permanente de transferência de créditos, suportada por uma campanha de transferências " Mude para a Caixa e reduza a sua prestação".

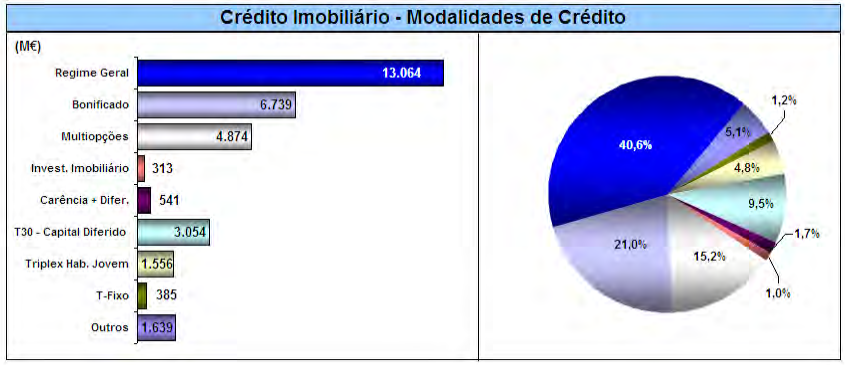
➢Reforço da competitividade da oferta

No que respeita às oportunidades no crédito à habitação com potencial impacto em 2008 e nos anos posteriores, prevê-se que o mercado da Reabilitação Urbana venha a adquirir uma crescente importância no sector da construção, em resultado da deterioração acentuada do parque habitacional em Portugal. Assim, a Caixa tem vindo a responder a este desafio através da **campanha "Reabilitação Urbana – Nova Oferta Promocional",** a qual disponibiliza soluções competitivas e adaptadas às características dos projectos de reabilitação dos edifícios urbanos, em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI). Numa conjuntura de preocupação crescente pelas questões ambientais, esta linha de crédito permite ainda responder eficazmente às novas tendências de eficiência energética e de preservação do meio ambiente, financiando a aquisição de equipamentos destinados à melhoria das condições de habitabilidade e sustentabilidade. Esta oferta destina-se a todas as entidades, incluindo autarquias e empresas municipais, que se proponham levar a cabo obras de reabilitação, razão pela qual a CGD cimentou a sua cooperação com diversas sociedades de reabilitação urbana, celebrando

protocolos em diversos pontos do País. Complementarmente, a Caixa tem vindo a participar em Fundos de Investimento Imobiliário, com o objectivo de impulsionar a reabilitação e a revitalização dos principais centros urbanos.

➢Novas oportunidades no crédito à habitação

Paralelamente, a Caixa acompanhou a evolução recente do **mercado de arrendamento** e o



crescente interesse manifestado por vários agentes económicos, reforçando a sua oferta, com o lançamento de um produto "Buy to let", o qual responde eficazmente às necessidades de financiamento de uma área de negócio para a qual se perspectiva um forte crescimento nos próximos anos.

Considerando o elevado investimento efectuado em Portugal na construção de empreendimentos destinados **a estrangeiros não residentes** que pretendam adquirir, construir ou realizar obras numa habitação secundária em Portugal, a Caixa levou a cabo em 2008 várias iniciativas de dinamização do produto "Live in Portugal", das quais se destacam:

- Protocolos com entidades estrangeiras designadamente, bancos, empresas de mediação imobiliária e consultoras financeiras;
- Alargamento dos postos de atendimento específicos a outras agências localizadas em mercados com crescimento potencial no turismo residencial;
- Participação em feiras internacionais de imobiliário de segunda habitação;
- Lançamento da campanha de Marketing directo "Member Get Member", com o objectivo de capitalizar a actual base de clientes estrangeiros da CGD para a captação de novo crédito.

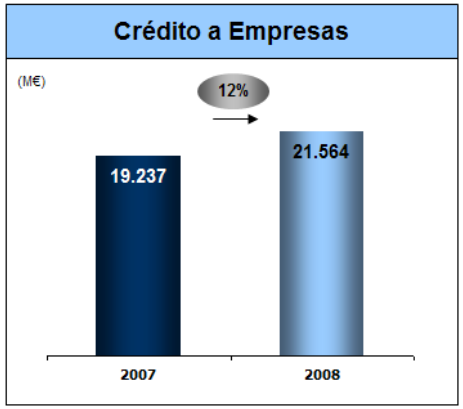
A Caixa tem dedicado uma particular atenção aos **novos canais de distribuição** de crédito imobiliário, razão pela qual tem estabelecido parcerias com entidades especialistas na venda de imóveis através de leilões imobiliários, com o objectivo de colocar no mercado alguns dos imóveis pertencentes ao Grupo e simultaneamente incrementar o volume de operações de crédito imobiliário.

➢ Protocolos e associações

A Caixa associou-se ao **Projecto "Casa Pronta",** participando activamente no procedimento especial de transmissão, oneração e registo de prédios urbanos em atendimento presencial único. Com este projecto, foram alargadas as competências do serviço de registo predial, facilitando o relacionamento deste com as diversas entidades envolvidas, permitindo ainda que o serviço de registo competente inicie e conclua a tramitação do procedimento no mesmo dia. Neste sentido, com a associação e o envolvimento directo da Caixa a esta importante medida, foi assegurada a possibilidade de realizar todas as operações e actos necessários, no serviço de registo predial da área da situação do prédio, nomeadamente a celebração do contrato, a liquidação dos impostos devidos (IMT e IS), a realização de registos, a alteração da morada fiscal, entre outros.

A Caixa celebrou, com a Associação Portuguesa de Bancos e com os principais Bancos do sistema, um **protocolo que pretende simplificar a renúncia à garantia hipotecária**. Constitui finalidade do protocolo a simplificação e padronização de procedimentos na renúncia à garantia hipotecária, tanto na situação de transferência de crédito, como na situação de alienação a terceiro do bem hipotecado, mediante financiamento obtido por este junto de outra Instituição, ou seja, pretende-se facilitar a transferência de operações entre Bancos, mantendo ou dando lugar a novos mutuários. A caixa esteve presente em **certames dedicados ao sector imobiliário**, com o objectivo de se posicionar como referência na área do financiamento imobiliário. A Caixa esteve igualmente na 4.ª edição do Salão Ibérico do Mercado Imobiliário e Turismo Residencial (IMOBITUR e na 11ª edição do Salão Imobiliário de Lisboa (SIL) .

1.7 - Segmento de Empresas



O segmento Empresas apresentou em 2008 um aumento de 18% no Volume de Negócios, salientando-se as taxas de crescimento anuais de 12% no Crédito e 24% nos Depósitos. O Sistema Bancário em 2008, registava para este segmento um crescimento anual de cerca de 11% no Crédito e uma quebra de 2% nos Depósitos. Em 31 de Dezembro de 2008 as PME´s apresentavam um peso de 55% no total da Carteira de Crédito a Empresas .

Ao longo do ano desenvolveu-se um conjunto de acções destinadas a intensificar a intervenção da Caixa no segmento empresas com o objectivo de fidelizar clientes e captar novos clientes de forma a aumentar o volume de operações e a respectiva quota de mercado no segmento. Destacaram-se as iniciativas nas seguintes àreas:

- Apoio ao Investimento
- Oferta permante diversificada
- Novos produtos e serviços
- Protocolos com Associações empresariais
- Seminários e outras ações de divulgação de informação

➢ **Apoio ao Investimento**

No âmbito do apoio ao Investimento foram desenvolvidas as seguintes ofertas:

▪ **LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE CAIXA QREN**

Linhas de Crédito Especiais para Pequenas e Médias Empresas (PME), com garantia mútua, criadas no âmbito de uma parceria entre a Caixa, as Sociedades de Garantia Mútua e as Autoridades de Gestão do QREN por forma a melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME portuguesas.

▪ **SOLUÇÃO CAIXA QREN EMPRESAS**

Conjunto de produtos e serviços, adaptados às necessidades associadas aos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas que visa criar condições que permitam à CGD incrementar o negócio com as empresas que apresentem propostas enquadradas no âmbito do QREN (Quadro Referência Estratégico Nacional).

▪ **SOLUÇÃO CAIXA EMPRESAS - ENERGIAS RENOVÁVEIS**

Solução com condições vantajosas que visa apoiar a promoção do investimento das empresas na área das energias renováveis – solares, hídricas e eólicas.

▪ **LINHAS DE CRÉDITO BEI - BEI XIV E MID CAP I**

A Caixa colocou à disposição das empresas 250 milhões de euros para financiamento de projectos de investimento apresentados pelas PME, que visem a melhoria da produtividade e competitividade das empresas – inovação, energias renováveis, eficiência energética, factores produtivos, ambiente, investigação e desenvolvimento (com *funding* preferencial do BEI e vantagens transmissíveis para os clientes).

▪ **Oferta Caixa PME Líder**

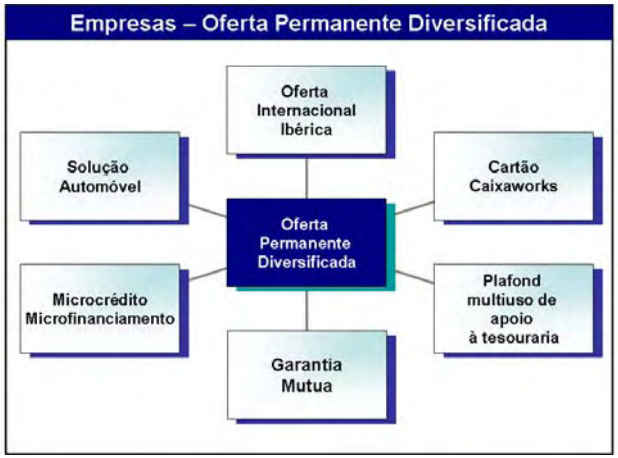
Em 2008 foi reforçada a oferta Caixa PME Líder, dirigida às empresas com esta classificação como PME Líder (empresas que se destacam pela sua performance económico-financeira), Realça-se que, das 2668 empresas com estatuto PME Líder, 760 (28%) resultaram de candidaturas apresentadas pela Caixa.

➢**Oferta Permanente Diversificada**

No que respeita à oferta permanente da Caixa dirigida ao segmento Empresas, em 2008 destacam-se:

▪ **Oferta Internacional / Ibérica**

Esta oferta tem um papel de relevo no posicionamento da Caixa no mercado das empresas. Com especial atenção ao mercado ibérico, e aproveitando as oportunidades de negócio resultantes do processo de progressiva integração das economias portuguesa e espanhola, a dinamização da Oferta Internacional / Oferta Ibérica é um contributo para o posicionamento da Caixa como Banco de Empresas e do Grupo CGD na qualidade de parceiro financeiro de referência na Península Ibérica.



Através da rede de agências e de gabinetes de empresas da Caixa e do Banco Caixa Geral, os clientes beneficiam de uma ampla oferta de produtos e serviços e das sinergias resultantes de uma estratégia concertada entre os dois bancos, orientada para o negócio bilateral. Salienta-se uma melhoria da eficiência ao nível da oferta existente, designadamente, maior rapidez na execução de transferências entre Caixa e o Banco Caixa Geral (em tempo real) e na cobrança de cheques e "pagarés" na praça espanhola.

▪ **CARTÃO CAIXAWORKS**

Lançado a pensar nos empresários e pequenas empresas, como um instrumento que "torna mais fácil a tesouraria da empresa", assumindo-se essencialmente como um limite de crédito agregador das suas responsabilidades de curto prazo.

▪ **PLAFOND MULTIUSOS DE APOIO À TESOURARIA**

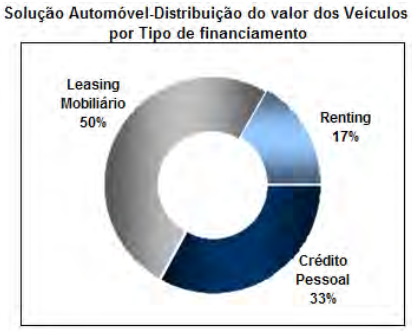
Constituído por limites de crédito pré-atribuídos, a um *pricing* preferencial ajustado ao risco, e destinado a clientes com envolvimento relevante com a Caixa, caracterizando-se por multifinalidade e aplicação multiempresa (casa-mãe, afiliadas em Portugal e afiliadas e/ou subsidiárias noutros países).

▪ **GARANTIA MÚTUA**

Linha de Crédito Especial para Pequenas e Médias Empresas (PME), com garantia mútua, no âmbito de uma parceria entre a Caixa e as Sociedades de Garantia Mútua, destinada a melhorar as condições de acesso e assegurar preços mais atractivos no financiamento das **PME Portuguesas**.

▪ **SOLUÇÃO AUTOMÓVEL**

O Grupo Caixa reestruturou a sua oferta para aquisição de veículos tornando-a mais competitiva e adequada a cada segmento: prazos mais alargados; taxas muito favoráveis, condições especiais na subscrição do seguro automóvel. Com descontos significativos, a aposta do Grupo nesta área de negócio foi suportada por uma campanha interna de dinamização do negócio nas três vertentes, crédito pessoal, leasing e renting.



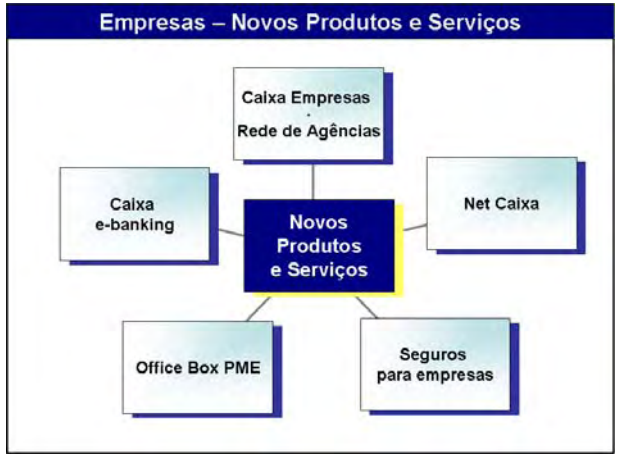
▪ **MICROCRÉDITO / MICROFINANCIAMENTO**

Em 2008 foi desenvolvido um novo modelo de serviço para a área do microcrédito, através da criação de uma agência que centraliza todas as operações desta natureza - Agência Central para o Microcrédito (ACM) – que iniciou a sua actividade no 2º semestre.

Na área do "microcrédito / microfianciamento", destaca-se a consolidação dos produtos criados com os protocolos celebrados com a ANDC – Associação Nacional para o Direito ao Crédito - e JRS - Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados. Na vertente do microfinanciamento, deu-se continuidade às iniciativas: Linha de Crédito Caixa Jovem Empreendedor, Linha de Crédito para a ANPME, Linha de Microfinanciamento – ANJE, Linha de Crédito para a Raia Histórica e Programa FINICIA – Eixo 3 (parceria CGD, IAPMEI, SGM e Municípios).

➢ **Novos Produtos e Serviços**

Durante o ano de 2008 registaram especial relevo os seguintes novos produtos e serviços dirigidos a Empresas:



▪ **Caixa Empresas – Rede de Agências**

O serviço Caixa Empresas foi consolidado, através da especialização e de aconselhamento prestado por uma equipa de 105 gestores, distribuídos por 101 Agências da CGD.

Este novo modelo de serviço Caixa Empresas tem subjacente uma estratégia de abordagem e conceito de serviço bancário para as empresas clientes da Caixa. A oferta de produtos foi organizada de acordo com as necessidades das empresas: gestão corrente, investimento, internacional, e direccionada a alguns sectores de actividade como a Restauração, Comércio e Serviços e Farmácias.

▪ **NET CAIXA**

Trata-se de uma solução integrada, destinada às empresas em geral e composta por:

Uma vertente transaccional, permitindo a aceitação de pagamentos com cartões das marcas internacionais Visa, MasterCard e da marca nacional Multibanco;

Uma vertente de equipamento, com a disponibilização de Terminais de Pagamento Automático (TPA) adaptados às necessidades dos clientes;

Uma vertente de comunicações, com a oferta de diversos tipos de linhas para transmissão de dados, adequados às características de cada negócio;

Inclui ainda uma Oferta de Valor com condições exclusivas a aderentes do serviço netcaixa (não aplicável a adesões MB Only) e muito vantajosas para os clientes, designadamente taxas de serviço ao comerciante (tsc) muito competitivas.

▪ **Conta Gestão Automática de Tesouraria**

Destinada a clientes vinculados à Caixa, a conta GAT é um produto que facilita a gestão da tesouraria das empresas aplicando de forma automática os excedentes e financiando as necessidades de liquidez, quando necessário.

▪ **Seguros para Empresas**

Em parceria com a Fidelidade Mundial foram desenvolvidas três campanhas de dinamização interna de seguros: Protecção Empresas, Protecção Pessoas e Auto e Soluções Fiscais para Empresas e ENIs.

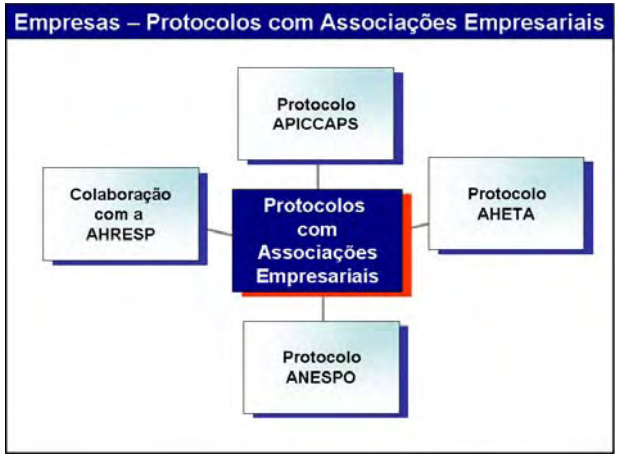
▪ **OFFICE BOX PME**

No quadro de uma acção de parceria com a TMN a Caixa disponibiliza crédito, para aquisição da solução Office Box PME em condições exclusivas (descontos até 5% para clientes portadores do cartão Caixaworks), a qual agrega cinco módulos: Internet Móvel, Voz Fixa, Voz Móvel, Internet Fixa e Computador Portátil.

▪ **CAIXA E-BANKING**

Com o objectivo de fomentar a utilização de canais alternativos a Caixa apostou na melhoria das funcionalidades do Caixa e-banking para empresas.

➢**Protocolos com Associações Empresariais**



De entre os protocolos existentes com Associações Empresariais destacamos os seguintes:

▪ **Protocolo APICCAPS**

No âmbito do protocolo com a APICCAPS a Caixa apoiou, em cooperação com o Banco Caixa Geral em Espanha, a participação das empresas portuguesas na feira "Moda Calzado 2008", em Madrid, promovendo a actividade comercial do Grupo no mercado ibérico.

Trimestralmente foi divulgada informação sobre a oferta de produtos e serviços da Caixa às empresas através da inserção de folhetos em acções de mailing aos associados.

▪ **Protocolo AHETA**

Considerando que o sector do turismo ocupa uma importante posição no contexto da economia nacional e que a Caixa Geral Depósitos sempre apoiou a actividade do sector, foi celebrado um protocolo com a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve para a dinamização do relacionamento comercial com as empresas suas associadas.

▪ **Protocolo ANESPO**

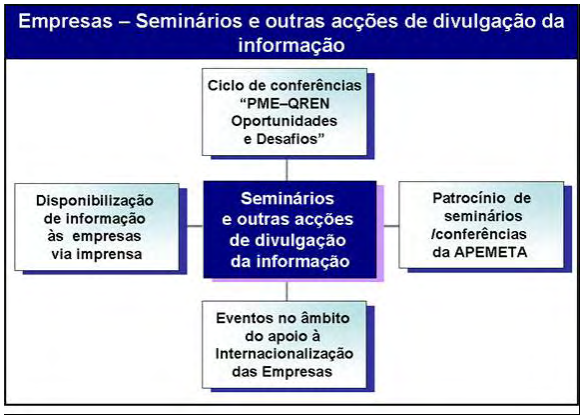
Considerando o interesse e a dimensão do sector da Educação, a Caixa renovou o protocolo de cooperação com a ANESPO e o POPH que visa apoiar as Entidades Proprietárias das Escolas Profissionais, associadas ou não da ANESPO, beneficiárias de financiamentos comunitários no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano.

▪ **Colaboração com AHRESP**

Foram desenvolvidas acções em parceria com a AHRESP no âmbito do protocolo existente com a Caixa. Foram patrocinados 6 encontros empresariais (Santarém, Batalha, Fátima, Caldas da Rainha, Almada e Viseu) promovidos pela Associação, que contaram com a participação activa da rede comercial local e de muitos empresários do sector, permitindo a divulgação da oferta da Caixa para as empresas.Foi dada continuidade ao apoio ao Departamento de Estudos Económicos da Associação, cujo âmbito da actuação foi alargado ao sector de hotelaria.

➢ **Seminários e outras acções de divulgação de informação às empresas**

Em 2008 a CGD promoveu diversos Seminários e outras acções de divulgação de informação às empresas, nomeadamente:



▪ O ciclo **de conferências sobre "PME – QREN – Oportunidades e Desafios"**, organizado em colaboração com o IAPMEI, as Universidades Portuguesas e as Associações Empresariais Nacionais, com o objectivo de promover o diálogo com as PME e simultaneamente debater temas relevantes e actuais para as empresas;

▪ o patrocinou a seminários / conferências realizadas pela APEMETA para divulgação dos apoios disponíveis para as empresas do sector do **ambiente**;

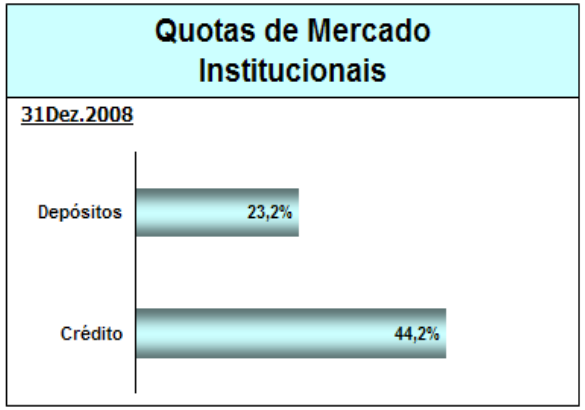
▪ a realização de eventos no âmbito do apoio à **internacionalização das empresas** e abordagem de novos mercados, em parceria com diversas Instituições, Câmaras de Comércio e Associações Empresarias, nomeadamente AICEP, AEP (projecto "Exportar Mais 2008"), Câmara de Comércio Luso Francesa, Câmara de Comércio Luso Alemã e outras;

▪ a disponibilização de informação às empresas, via imprensa, nomeadamente o projecto "Caixa Empresas" constituído por encartes temáticos publicados no Diário Económico, abordando temas de interesse empresarial: **Empreendedorismo, Soluções Saúde, Novos Apoios para as PME** e outros.

1.8 - Segmento Institucionais

No final de 2008, o Segmento dos Institucionais registava um peso de 4% no Volume de Negócios da Banca de Retalho.

O Crédito a Institucionais apresentou uma taxa de crescimento anual de 24% na CGD e 21% no total do Sistema Bancário Português. Em 31 Dezembro de 2008 a CGD verificava neste segmento as seguintes quotas de mercado: 44% no Crédito e 23% nos Depósitos.



2- MEIOS DE PAGAMENTO – CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO

Em 2008, a área de meios de pagamento manteve a sua estratégia de crescimento e inovação, materializada pelo conjunto de acções desenvolvidas, nomeadamente, de lançamento de novos produtos, de criação de propostas de valor diferenciadas e de melhoria dos níveis de serviço prestados.

Do conjunto de acções desenvolvidas em 2008, destacam-se, em matéria de inovação, a realização do Projecto-Piloto "Contactless" com a SIBS e MasterCard, permitindo o pagamento de baixos valores através da simples aproximação do cartão ao terminal de pagamento, de Projectos de Ticketing na área de Transportes, bem como de Projectos no âmbito das Redes Privativas da SIBS, que permitem aos Clientes escolher, no próprio terminal, o plano de pagamentos a crédito pretendido para aquela compra.

Também em termos de inovação na oferta, regista-se o lançamento dos cartões pré-pagos, com características diferenciadoras, cuja utilização está limitada aos montantes pré-carregados, do Cartão Caixa Carbono Zero, produto que integra a estratégia de responsabilidade social na estratégia comercial da CGD e a disponibilização no Caixadirecta on-line dos Extractos Electrónicos.

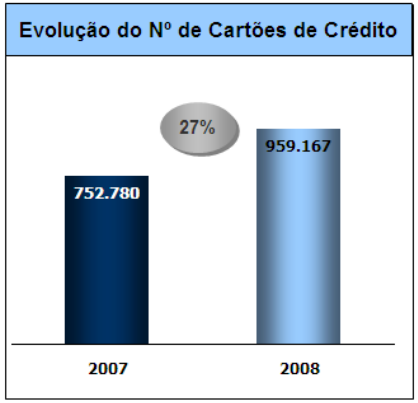
Em termos de Projectos na área de Transportes (Ticketing), destaca-se a parceria com os Serviços Municipalizados de Transportes Públicos de Coimbra (SMTUC), no âmbito do cartão CUP, que através da tecnologia contactless, permite simplificar e substituir os múltiplos cartões, centrando num único cartão as funcionalidades de identificação no meio universitário, de cartão bancário e de título de transporte público, no sistema de bilhética dos SMTUC.

No ano 2008 foram conquistados também alguns Prémios, em matéria de Meios de Pagamento. O Cartão Leve venceu na categoria de "Melhor Cartão de Fidelização" no concurso Ibérico "CIT Golden Card", em Março, o Cartão CaixaWorks foi considerado o "Melhor Cartão Empresa" no Cards International Global Awards, em Junho e o Cartão Universitário Politécnico

(CUP) foi premiado com um galardão internacional em inovação tecnológica no OSCARDS promovido pelo Publi News em Paris, em Dezembro.

Durante o ano foram lançados diversos cartões, dos quais se destacam, por tipo, os seguintes:

Cartão de crédito:



- Cartão Caixa Carbono Zero, para clientes que dão valor à preservação do ambiente, lançado em Julho ;
- Cartão LA Card Visa, que resulta de uma parceria com a Lanidor, para clientes que dão valor àquela marca, lançado em Novembro;
- Cartão Caixa Gold OE, especifico para clientes pertencentes à Ordem dos Engenheiros, lançado em Julho;
- Cartão Visabeira, que resulta de uma parceria com o Grupo Visabeira, dirigido aos seus colaboradores e clientes frequentes do segmento Premium, em Março.

Cartão de débito diferido:

- Cartão Farmácias Portuguesas, em parceria com a ANF, para clientes que valorizam a obtenção de benefícios na área da saúde, lançado em Março;
- Caixa Woman, criado especificamente para clientes do sexo feminino, lançado em Março.

Cartão pré-pago:

- Cartão PRO, dirigido aos Clientes mass market;
- Cartão LOL, para os Clientes jovensCartão LOL Júnior, dirigido aos Clientes juniores.

3 - CANAIS ELECTRÓNICOS

A aposta da Caixa no relacionamento multi-canal com os seus clientes, quer particulares quer empresas, assume especial relevância como vector essencial na orientação para o cliente. Os Canais electrónicos são já responsáveis por cerca de 750 milhões de transacções anuais.

Além do Balcão, o cliente dispõe de um leque alternativo e alargado de canais, desde o ATM até ao contact center e à Internet. Os clientes gerem a sua escolha, em função da sua necessidade específica, localização e momento, a partir de casa ou do trabalho, e ainda a partir de qualquer local, via dispositivo móvel (telemóvel, Smartphone ou PDA).

O Balcão é cada vez menos transaccional e mais relacional, orientado para as necessidades fundamentais dos clientes. Em 2008, a externalização das transacções automatizáveis para os canais alternativos atingiu os 76%, fruto da modernização e do alargamento das funcionalidades disponíveis. Os canais electrónicos ajudam a transformar a actividade permitindo o seu desenvolvimento em torno do cliente.

Durante o ano de 2008, foram lançados nos canais de internet banking, diversos produtos de poupanças on-line e disponibilizadas novas funcionalidades. No Caixadirecta on-line destacam-se a consulta de cheques debitados e requisitados, consulta da imagem do cheque, cancelamento de cheques, optimizações na área de bolsa e fundos e transferências SEPA. No

Caixa e-banking lançou-se um novo modelo de serviço, e as funcionalidades de amortização e utilização de contas correntes, consulta de cheques debitados, creditados, requisitados e consulta da imagem do cheque.

Salienta-se ainda o lançamento do serviço Caixadirecta mobile, serviço de mobile banking, que oferece aos clientes as principais funcionalidades bancárias através de um telemóvel ou PDA com acesso à internet.

No domínio do serviço multicanal e relacional, o «Gestor on-line», serviço inovador que articula a actuação do Gestor de Cliente nos três principais canais de acesso dos clientes Caixazul (Agência, Caixadirecta on-line e Caixadirecta telefone), foi alargado à totalidade de Gestores de Clientes deste segmento.

3.1 – Auto-serviço Bancário

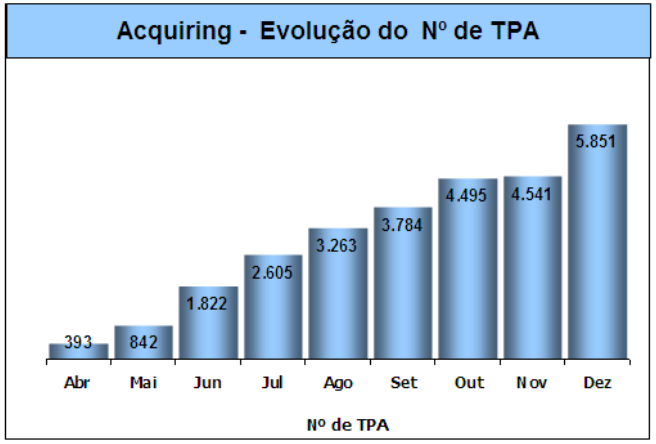
A utilização das suas redes de auto-serviço registou em 2008 um aumento, ultrapassando os 261 milhões de operações e atingindo cerca de 15 mil milhões de euros. Estas redes são já responsáveis por um terço dos depósitos, 95% dos Levantamentos e 40% das Transferências.

A Caixa detém 4.571 equipamentos tendo prosseguido o investimento na sua modernização:

- A rede **CAIXAUTOMÁTICA**, canal exclusivo dos nossos clientes, atingiu os 2.554 equipamentos, 40% dos quais pertence à geração de equipamentos de depósito inteligente. No fim do ano estavam à disposição do cliente 1.011 caixas de depósito inteligente (+311), que permitem a identificação automática de notas, ficando o valor do depósito, de imediato, disponível na conta do cliente;
- Na rede **MULTIBANCO**, a CGD atingiu as 2.017 unidades, mais 3% do que no ano anterior, detendo 16% do mercado. O crescimento deveu-se especialmente, à exploração dos locais não bancários, com relevo para o protocolo assinado com algumas cadeias de supermercados;
- Esforço de renovação no parque de **ATM** no ano transacto foi o que se traduziu na substituição de cerca de 15% dos equipamentos, e ainda a instalação do sistema de segurança e anti-vandalismo tintagem de notas.

3.2 - Terminais de Pagamento Automático

A rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA) da Caixa apresentou um crescimento de 25%, atingindo os 24 mil equipamentos. Face a 2007, as operações ultrapassaram os 40 milhões em número e os 2,5 mil milhões de euros em valor, com ganhos de quota de 1 p.p nos equipamentos; 1,5 p.p. nas operações; e 0,6 p.p., em valor.



Em 31 de Março de 2008 a Caixa deu início à actividade de **Acquirer multimarca**, disponibilizando ao mercado o serviço netcaixa, com a representação das marcas Visa e MasterCard nos Terminais de Pagamento Automático (TPA). Desta forma veio introduzir uma nova dinâmica a este mercado até então centralizado unicamente por dois players.

A possibilidade de aceitação, em TPA, de cartões das marcas internacionais, nas vertentes de débito e de crédito, e da marca nacional Multibanco, permitiu à Caixa oferecer uma solução integrada aos Clientes (equipamentos, comunicações e acquiring multimarca), contribuído para reforçar a posição da Instituição junto do negócio da banca de retalho.

3.3 - Novos Canais Electrónicos

Ao nível dos canais à distância a CGD oferece aos seus clientes as melhores soluções, suportadas na inovação, comodidade, usabilidade e segurança, permitindo-lhes retirar mais valor no relacionamento que estabelecem com a Instituição.
A CGD disponibiliza aos seus clientes os seguintes canais:

- **Banca Telefónica:**
  - **Caixadirecta,** para clientes particulares;
- **Internet Banking**
  - **Caixadirecta on-line**, para clientes particulares;
  - **Caixadirecta Invest**, faculta um serviço de corretagem on-line através do Caixadirecta on-line;
  - **Caixa e-banking**, para clientes Empresas e Institucionais;
- **Mobile banking**
  - **Caixadirecta mobile**, para clientes particulares, utiliza a internet via browser no telemóvel;
  - **Caixadirecta WAP**, para clientes particulares, utiliza a internet via telemóvel com recurso ao protocolo WAP;
  - **Caixadirecta SMS**, com recurso às mensagens;
- **Outros serviços com um âmbito mais específico:**
  - **CaixaContactCent**er;
  - **Agência Universitária Central (AUC),** canal não presencial para o segmento Universitário;
  - **Agência Para o Microcrédito (ACM),** canal não presencial, especializado na gestão e acompanhamento dos processos de microcrédito da CGD.
  - **Bolsa Caixa Imobiliário**, que faculta às imobiliárias um serviço de divulgação de imóveis, através de quiosques multimédia e da Internet, pelo site www.bci.cgd.pt.

Durante 2008, relevo para a adaptação dos canais de banca à distância à SEPA (Single Euro Payment Area), disponibilizando desta forma a todos os cliente CGD, transferências gratuitas que tenham como destino os países aderentes. Os serviços de internet banking, passaram a disponibilizar em formato electrónico - documentos digitais, a correspondência enviada por correio para o cliente, permitindo assim maior rapidez e facilidade de acesso à informação.

- **CAIXADIRECTA**

No canal **CAIXADIRECTA**, serviço de banca telefónica da CGD, o cliente dispõe de múltiplas operações, nomeadamente ao nível da consulta e movimentação de contas, simulações de crédito (habitação e pessoal) e informação sobre a oferta da Caixa.

Este canal registou durante o ano um crescimento de 17% do número de clientes, ultrapassando 1,1 milhões de contratos. As chamadas recebidas através do Inbound atingiram os 3 milhões, dos quais 86% foram resolvidas pelo modo de atendimento automático.

➢CAIXADIRECTA ON-LINE

O **CAIXADIRECTA ON-LINE** é o canal de internet banking de particulares. Em 2008, o número dos contratos activos e o número de operações realizadas evoluíram positivamente. O canal ultrapassou os 400 milhões de operações realizadas aumentou 28% em relação ao ano anterior, mantendo uma tendência de vitalidade e reforço sustentado na sua utilização. Destaque durante o ano para a optimização da área de bolsa e fundos , para o alargamento das funcionalidades disponíveis e para a dinamização da oferta permanente de Depósitos a Prazo e de Cartões.

Este canal integra outros acessos, como o **Caixadirecta wap**, que utiliza a internet via telemóvel, o **Caixadirecta sms** e ainda o serviço de corretagem on-line, o **Caixadirecta invest**, que permite o acesso a operações e informações sobre mercados financeiros nacionais e internacionais. Durante o ano de 2008 foi efectuado o lançamento do novo serviço de banca móvel, o **Caixadirecta mobile.** Este serviço disponível no endereço https://m.caixadirecta.cgd.pt, possibilita, com um telemóvel, smartphone ou PDA com acesso à internet, realizar operações bancárias diversas. Para utilizar o serviço, os clientes deverão ter activo o serviço Caixadirecta on-line.

➢CAIXA E-BANKING

O serviço Caixa e-banking registou em 2008 um aumento significativo, com as operações com sucesso a crescerem mais 71%, atingindo cerca de 72 milhões.

Este facto não se deveu apenas ao crescimento do número de contratos totais, mais 20%, ultrapassando os 82 mil, mas sobretudo ao aumento da actividade dos contratos existentes. A optimização do serviço e a introdução de novas funcionalidades têm sido fundamentais.

Em 2008, foi renovada a imagem e a forma de navegação do serviço, concebidas de forma a privilegiar a usabilidade e a abrangência. Realce para a importância dada às sugestões dos próprios clientes.

➢CAIXACONTACTCENTER

O **CaixaContactCenter** tem por objectivo promover a gestão integrada dos contactos, inbound e outbound, execução de operações e esclarecer os clientes, bem como a captação de negócio através de estratégias de up-selling e cross-seling. São ainda suas funções a execução e acompanhamento das campanhas de telemarketing, de fidelização, de apoio ao cliente, de realização de inquéritos e de promoção dos produtos e serviços disponibilizados nas redes tradicionais.

A plataforma CaixaContactCenter integra as seguintes linhas de contacto:

- Caixadirecta Informativo
- Caixadirecta Transaccional
- Caixadirecta Internacional
- Centro de Autorizações
- Apoio ao Cartão de Crédito
- Campanhas de Telemarketing
- Campanhas de Fidelização
- Gestão do Processo de Adesão à Distância aos Serviços Caixadirecta
- Caixaebanking
- Live in Portugal
- Caixa Universidade Politécnico
- Helpdesk Navegar
- netcaixa
- Campanhas de Recuperação de Crédito
- Correio Electrónico (mails)

Em 2008, foram recepcionados cerca de 24 mil mails de clientes, um valor inferior face a 2007, o que estará relacionado com a disponibilização do Espaço Cliente no site público da CGD, onde o cliente pode optar pelo registo de assuntos ou reclamações, sendo que estas são directamente encaminhadas para o Gabinete de Apoio ao Cliente.

Na área de Outbound, resultante das campanhas de telemarketing e de recuperação de crédito, verificou-se um incremento da actividade, em mais 17% e 34%, respectivamente, no número de chamadas efectuadas e no número de chamadas estabelecidas.

➢Agência Universitária Central (AUC)

A AUC tem dinamizado a gestão do segmento universitário, através da adopção de um modelo de serviço pioneiro, assente no conceito de banca à distância, com novas formas de interacção e comunicação, e uma disponibilidade de 24 horas por dia, todos os dias do ano, através do de uma linha azul (808.212.213) e de um endereço de e-mail (caixaup@cgd.pt).

Este modelo centralizado visa gerar um relacionamento efectivo com os clientes durante a sua vida académica, de modo a que elejam a CGD como parceiro financeiro preferencial, aquando do início da sua vida activa.

➢Agência Central para o Microcrédito (ACM)

Em Julho de 2008 a CGD criou de uma nova unidade de negócios: A Agência Central para o Microcrédito (ACM) – um canal não presencial, especializado na gestão acompanhamento dos processos de microcrédito da CGD.

A expansão e mediatização do movimento de microcrédito, justificaram a criação desta estrutura centralizada, que, na prática, corresponde a um esforço de reorganização interna e de maior eficiência na prestação dos serviços da CGD relacionados com o microcrédito.

Trabalhando actualmente em cooperação com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), através de um Protocolo estabelecido em 2005, a ACM tem-se dedicado à divulgação de informação e prestação de esclarecimentos sobre o microcrédito (através da Linha de Apoio ao Cliente e e-mail), procedendo ao consequente encaminhamento dos potenciais proponentes para a ANDC para preparação da candidatura. Após a preparação e envio do projecto de investimento pela ANDC, a ACM decide sobre a autorização das respectivas propostas de crédito.

➢BOLSA CAIXA IMOBILIÁRIO

O Canal Bolsa Caixa Imobiliário (BCI) divulga imóveis e Produtos/Serviços associados ao Crédito à Habitação, de uma forma dinâmica e próxima dos clientes e não clientes da CGD, numa rede de 104 quiosques multimédia. A sua base de dados de imóveis também se encontra disponível através da Internet, no site www.bci.cgd.pt, apresentando mais de 530 mil imóveis com aproximadamente 3,5 milhões de fotos, sendo mensalmente efectuadas em média cerca de 50 mil pesquisas e gerados mais de 1.600 pedidos de visita de imóveis.

4 - A CAIXA NA INTERNET

Os projectos online lançados e consolidados durante o ano de 2008 deram preferência à Inovação, à Diferenciação, à Personalização, à Missão, ao Conhecimento, às Causas , à Partilha, à Responsabilidade e ao Compromisso, levando a mensagem e a marca Caixa para mais próximo dos seus clientes e mercados.

O parque tecnológico da Caixa continuou a crescer e a modernizar-se para dar apoio às exigências de mobilidade, novas tecnologias de comunicação e distribuição da informação em diferentes suportes móveis (iPod, PSP, Telemóvel, PDA, Blackberry, Notepad, GPS, Corporate TV, Webcast, iPhone, Android, etc), posicionando a Caixa em termos de Inovação e Pioneirismo e de Proximidade com os seus mercados alvo.

Segundo a Marktest, em 2008, os sites da Caixa mantêm, a liderança, tanto em número de utilizadores únicos como em páginas visitadas, em Dezembro, 421 mil indivíduos acederam a sites da CGD a partir do lar. Em páginas visitadas, a liderança também se mantém a Caixa, com 19 milhões.

A área de segurança da Caixa ensina a aplicar os procedimentos correctos nas operações e transacções bancárias através da internet e na utilização dos cartões de débito e de crédito. Todos os meses a Caixa renova as suas mensagens de segurança nos seus canais de forma a relembrar os seus clientes e os cidadãos em geral de que a sua segurança também começa nos seus comportamentos e na suas atitudes

4.1 WWW.CGD.PT

Em 2008 foi efectuado o lançamento do novo website da Caixa. O **www.cgd.pt** foi reconstruído assentando numa filosofia comunicacional inovadora, criando uma rede de informação contextualizada nas necessidades financeiras e projecções de qualidade de vida dos seus utilizadores – Particulares e Empresas.

A organização do portfólio da Caixa de produtos e serviços e restante informação foi estruturada por necessidades e organizada por palavras do conhecimento/léxico geral e não por nomenclatura financeira, fornecendo assim ao utilizador todos os resultados relevantes do que procura.

O site disponibiliza um extenso e organizado "Mapa do Site", uma lista do "Saber Como" que direcciona as pessoas para informação prática (Abertura de Conta), um "Motor de Pesquisa" com busca optimizada, diversos "Simuladores" (crédito, moeda e IRS) e o acesso a outros Serviços Online, que facilitam igualmente a relação à distância na gestão das contas e restantes transacções. Criou-se também um Espaço Cliente, para contactos e sugestões e introduziu uma área de segurança, onde é disponibiliza informação completa sobre a utilização dos cartões e do PC nos acessos às contas no Internet ranking.

4.2 Site Cartão Caixa Carbono Zero

Integrado no Programa Caixa Carbono Zero 2010, o Cartão Caixa Carbono Zero proporciona condições especiais na aquisição de bens e serviços mais eficientes no consumo de energia e com melhor desempenho ambiental. Uma solução que contribui para a redução de emissões e para a poupança financeira, ao mesmo tempo, que contribui para a preservação do Planeta.

Este projecto sem informação materializada é comunicado essencialmente online num site (**www.cartaocarbonozero.cgd.pt**) inteiramente dedicado ao projecto com diferentes focos de interesse como o são as características do cartão e a

mecânica de compensação de emissões de CO2 para a atmosfera, as parcerias, dicas, calculadora de pegada de carbono, adesão online, etc . Uma loja online foi construída para comercializar produtos de baixo carbono e de alta eficiência energética.

4.3 Micro-Site Caixazul

A necessidade de criação de um microsite dirigido ao serviço Caixazul foi identificada como um canal de proximidade, contacto e de gestão da relação à distância. O microsite Caixazul foi lançado numa versão sem autenticação onde todos os conteúdos estão disponíveis aos utilizadores do cgd.pt. A entrada é efectuada partir a área de Particulares do cgd.pt, ou directamente a partir do endereço http://caixazul.cgd.pt

Está disponibilizado todo o portfolio do serviço – Contas, Cartões, Crédito, Aplicações Financeiras e outros serviços associados, com destaque para as seguintes áreas: “Gestão do Quotidiano”, “Habitação”, “Crédito Pessoal”, “Poupança e Futuro”, “Saúde”, “Cultura e Lazer” e “O que é O Meu Gestor”. A divulgação do lançamento do microsite foi efectuada nos suportes específicos deste segmento, como por ex. no canal “O Meu Gestor”, no CDOL, na Revista Azul e na área de destaques na página “O Nosso Banco” do website da Caixa.

4.4 Site Caixa Fã - www.caixafa.pt

O site Caixa Fã consolidou ao longo de 2008 a sua posição no ranking de sites mais vistos na sua categoria surgindo na 3ª posição da 1ª página do motor de busca Google, imediatamente a seguir à Wikipedia, e sempre nas primeiras posições nas pesquisas por Fã da Cultura, Fã do Planeta, do Desporto e da Solidariedade, entre outras.

Ao longo de 2008, O Caixa Fã ajudou a promover diversos projectos da Caixa na sua actividade de patrocinador oficial ou principal, como a patrocínio à Federação Portuguesa de Rugby e eventos como os Concertos OML - The Gift e da Mariza, os Festivais de Verão, O Cool Jazz Fest, as Orquestras, O Mundial de 2008, Ténis de Vale do Lobo.

Dada a sua capacidade e temática divididas pelos principais eixos do projecto para a Responsabilidade Social da Caixa, o site Caixa Fã sustenta a sua existência na relação que cria com adeptos, aficionados, acólitos, apaixonados, defensores, e incondicionais fãs de movimentos sociais, comunitários, culturais e desportistas, visitantes fiéis deste espaço.

4.5 Site Live In Portugal

Especificamente pensado e construído para cidadãos estrangeiros que queiram investir em imobiliário no território português, o Live in Portugal (www.liveinportugal.pt) sob uma assinatura “”Convide os seus amigos a fazer parte da paisagem”, oferece linhas especiais de crédito em condições preferenciais para aquisição, construção e reparação de casas em Portugal. O aconselhamento especializado distribuído pela rede de agências Caixa acrescidas por todo o país permitiu obter um alargamento e aumento todo o tipo de esclarecimento e atendimento adequados a esta tipologia de cliente.

O Live in Portugal para além de divulgar os imóveis com apoio Caixa existente nas diversas regiões faz, também, um convite aos vários roteiros turísticos disponibilizados nas áreas “Viver em Portugal” e “Conhecer Portugal” com sugestões “Onde Dormir” e “Onde Comer” fazendo assim um cruzamento entre a oferta imobiliária e turística nacional.

Este espaço online, que incorpora um simulador de crédito imobiliário exclusivo para este perfil de clientes, destaca também outros produtos e serviços Caixa relacionados como os seguros do património, de vida e de saúde, débitos directos e cartões, internet-banking entre outros, fazendo um mix comercial estratégico de comunicação diversificada mas enquadrada nos objectivos de quem escolhe Portugal para viver.

4.6 Site Saldo Positivo

A Caixa lançou o Programa Saldo Positivo, destinado ao público em geral, com o objectivo de promover a literacia financeira, incentivar a poupança e permitir, a todos, diagnosticar a sua situação financeira com maior rigor.

Em www.saldopositivo.cgd.pt, a Caixa apresenta conteúdos com aplicação prática e útil na gestão diária do orçamento familiar, bem como sugestões de poupança de energia e consequente redução de consumos e despesas. Através deste site, será possível aceder a ferramentas de diagnóstico financeiro, que permitem alertar para situações de endividamento excessivo, entre outras. Estes diagnósticos têm como base situações de consumo e de poupança/investimento, acompanhados de confrontação de cenários, opções de consumo ou de gestão, entre outros.

4.7 Blog O Planeta Agradece

O blogue "O Planeta Agradece" foi lançado em 2007, com o objectivo de promover um amplo debate sobre os problemas ambientais, disponibilizar ideias e boas práticas e colher contributos esclarecedores, bem como mobilizar a sociedade em geral para uma atitude mais responsável.

Durante 2008, no âmbito da estratégia de comunicação para as questões climáticas e ambientais, a Caixa na blogosfera marcou a sua presença com iniciativas como a construção da maior central solar térmica do país, a campanha do Livrão, o concurso design, a dia-a-dia carbono zero, o jogo do cilco da poupança para os mais novos e o projecto de jovens cientistas polares, conseguindo assim ser um dos blogs mais visitados do portal SAPO. Este espaço posiciona a Caixa na Web 2.0 permitindo à comunidade enviar comentários e fazer opinião num canal sob gestão Caixa.

4.8 Site Clube Caixa Gold

O site Club Caixa Gold, (ws.cgd.pt/clubecaixagold/) continuou ao longo dos últimos três anos e ao longo de 2008 a ser o espaço privilegiado dos titulares do Cartão de Crédito Gold da Caixa. Neste espaço foram lançadas diversas campanhas regulares sazonais (Natal, Páscoa e Férias e o Mundial de 2008 e os Jogos Olímpicos) de fidelização e captação de novos titulares onde se destacam o que de melhor se pode oferecer a clientes mais exigentes que valorizam oferta diferenciada e exclusiva do seu cartão e do seu banco. O Clube Caixa Gold atraiu em 2008 novos parceiros nas áreas do lazer, da estética, saúde, turismo e alojamento, vestuário, decoração e serviços Caixa, e foram introduzidas novas marcas que seleccionam o Cartão Gold para colocar as suas ofertas e promoções alavancando assim níveis de notoriedade e de facturação.

Empresas do Grupo Caixa, como a Fidelidade-Mundial, a Visabeira e as Viagens Tagus, entre outras, também com presença neste site alargaram a este canal toda a informação de diferentes áreas de negócio como a seguradora, imobiliária, turismo e construção.

4.9 Seminários Webcast

A Caixa iniciou em 2008 transmissões em webcast com o Seminário "Financiamento da Economia: Oportunidades e Parcerias no Contexto Actual", onde estiveram presentes vários nomes da economia nacional e internacional.

Transmitiu em directo e para todo o Mundo o seminário "Financiamento da Economia: Oportunidades e Parcerias no Contexto Actual" que se realizou dia 14 de Novembro,na Fundação Caixa – Culturgest, em Lisboa. No site www.cgd.pt ou directamente em www.ForunsCaixa.com , todos os interessados puderam assistir a este seminário. Esta transmissão foi assim uma ferramenta de trabalho para todos os empresários que não poderão estar presentes, mas que tinham interesse em estar informados

sobre modelos de financiamento às suas empresas e uma alavanca importante na percepção, uma vez mais, da capacidade inovadora e do time-to-market da Caixa.

4.10 www.cgd.pt/Mobile

Lançado em 2007 o www.cgd.pt/mobile afirma a Caixa nos circuitos da comunicação móvel materializando o desejo de estar mais perto dos seus clientes e do mercado em geral estabelecendo um compromisso de confiança, segurança e acessibilidade.

O site www.cgd.pt/mobile continua a colocar a Caixa no patamar das empresas facilitadoras, em que qualquer cidadão a partir do seu dispositivo móvel, pode aceder comodamente a informação bancária e financeira. Este canal disponibiliza também informação de Arte, Design, Desporto, Música e Ambiente, divulgando eventos, organizações e entidades que a Caixa apoiou ao longo de 2008

B) Crédito Especializado

O sector do Crédito Especializado não ficou imune ao impacto provocado pela evolução macroeconómica. A produção de locação financeira imobiliária apresentou uma quebra de 6%, enquanto que a locação financeira mobiliária registou um decréscimo de 2%. O factoring registou um crescimento de 13,8%, tendo o crédito ao consumo registado uma quebra de 5,7%.

PRODUÇÃO DO SECTOR NO ANO			
(milhões de euros)	**2007**	**2008**	**Var. %**
Leasing imobiliário	2.613	2.445	-6%
Leasing mobiliário	4.117	4.049	-2%
Factoring	20.609	23.460	14%
Crédito ao consumo	5.837	5.504	-6%
Total	**33.176**	**35.458**	**7%**

-
-
-
-

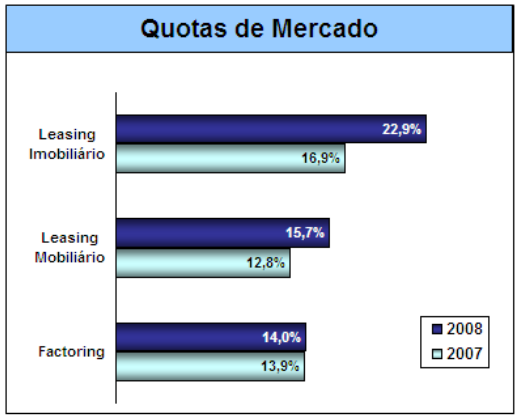
CAIXA LEASING E FACTORING

O Grupo CGD está presente na área do crédito especializado através da sua participação na Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S. A.(CLF), que desenvolve a sua actividade nas áreas do leasing imobiliário e mobiliário, do factoring e do crédito ao consumo.

A actividade comercial da CLF permitiu-lhe reforçar a sua posição no mercado, tendo obtido crescimentos superiores à média dos respectivos subsectores, em especial no leasing mobiliário (+21%) e imobiliário (+26%). No factoring, a CLF registou um crescimento de 14,5%, tendo a quebra de actividade da CLF no crédito ao consumo sido de apenas 0,5%.

PRODUÇÃO NO GRUPO CGD				
(milhões de euros)	**2007**	**2008**	**Var. %**	Quota de Mercado
Leasing imobiliário	443	559	26%	23%
Leasing mobiliário	526	637	21%	16%
Factoring	2.874	3.292	15%	14%
Crédito ao consumo	48	48	0%	1%
Da qual:				
Financiamento automóvel				
Leasing mobiliário	131	138	5%	
Crédito automóvel	19	21	11%	
Total	**3.891**	**4.536**	**17%**	

Em resultado da actividade comercial, o activo (líquido) da CLF registou um crescimento de 21,6%, em resultado do crescimento da carteira de crédito a clientes (líquido) que verificou um acréscimo de 22,1%. A evolução do negócio permitiu registar um crescimento de 9% na margem financeira e de 8% no produto da actividade.



O resultado liquido no montante de 4,8 milhões de euros, registou um decréscimo de -50%, face ao período homólogo do ano anterior, em resultado do elevado crescimento das provisões associadas ao crédito a clientes, que passaram de 4,9 milhões de euros em 2007, para 15,6 milhões de euros em 2008.

CAIXA LEASING E FACTORING			
(milhões de euros)	**2007**	**2008**	**Var. %**
Activo líquido+	2.808	3.415	22%
Créditos s/ clientes	2.762	3.382	22%
Provisões p/ crd. vencido, cob. duvidosa e crd. ao exterior (saldos)	25	39	56%
Capitais próprios	122	127	4%
Resultado líquido	10	5	-50%
Capital social	10	10	0%
% do Grupo	*100%*	*51%*	
Nº de empregados	213	184	-14%

C) Actividade Internacional

A actuação do Grupo CGD fora de Portugal tem tido como linhas orientadoras o acompanhamento da internacionalização das empresas portuguesas e a aproximação a países com relações comerciais e de investimento com Portugal ou com os quais se mantêm afinidades culturais e linguísticas. É igualmente estratégico para o Grupo CGD assegurar uma presença nos principais mercados financeiros internacionais e em regiões com elevado potencial de desenvolvimento.

Os mercados geográficos definidos como prioridade estratégica para o desenvolvimento internacional do Grupo CGD são (i) o mercado Ibérico, onde se mantém o plano de expansão e consolidação da presença da CGD através do Banco Caixa Geral, (ii) o mercado Africano, com particular destaque para Moçambique (onde a CGD tem o controlo do segundo maior banco do sistema financeiro – o Banco Comercial e de Investimentos) e para Angola (através da entrada no capital do Banco Totta Angola), (iii) o mercado Brasileiro, através do Banco Caixa Geral-Brasil e (iv) o mercado Asiático, onde a CGD tem uma presença sólida através do Banco Nacional Ultramarino.

Dispondo da mais vasta rede internacional da banca portuguesa, o Grupo CGD considera fundamental acompanhar com atenção os mercados de maior interesse para as empresas portuguesas e que são, também, mercados emergentes de elevado potencial. Inserem-se neste conjunto países da América do Sul (Venezuela e México), de África (Marrocos, Argélia, Líbia e Guiné Equatorial), da Europa Central e de Leste (Rússia, Ucrânia e Turquia) e da Ásia (Indonésia e Índia). Em todos estes mercados a CGD está presente através das suas actividades internacionais ainda que, à excepção da Argélia, Venezuela e Índia, sem dispor, por enquanto, de presenças físicas permanentes.

Também o Estado Português tem orientado a sua política externa fomentando os laços económicos com países que já apresentam um relacionamento relevante com o nosso país ou que apresentam um potencial significativo para as nossas empresas, com a orientação genérica de diversificar os destinos das exportações e do investimento português. O traço mais distintivo desta política externa tem sido o número significativo de visitas de Estado que têm vindo a ser efectuadas aos países considerados "mercados-alvo" para o fomento do relacionamento bilateral com Portugal.

A CGD tem acompanhado este esforço de diplomacia económica, marcando presença nas comitivas empresariais que usualmente acompanham os representantes do Estado naquelas deslocações, aproveitando para procurar detectar novas oportunidades de negócio, concretizar iniciativas em curso e desenvolver contactos com entidades locais. Em 2008 a CGD participou nas seguintes deslocações oficiais de representantes do Estado português: Venezuela, Argélia, Índia, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Líbia, Eslováquia e Polónia.

No âmbito do apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a CGD tem reforçado a sua Oferta Internacional através da formalização de linhas de crédito à exportação portuguesa, com garantia do Estado Português, de que se destacam, em 2008, as seguintes:

- Linha de 200 milhões de euros ao Banco russo "Vnesheconombank" - formalizada em Abril de 2008;
- Linha de 100 milhões de euros à República de Angola – formalizada pela CGD, Estado Português e Estado Angolano em Julho de 2008;

- Linha de 100 milhões de euros à República de Moçambique - formalizada pela CGD, Estado Português e Estado Moçambicano em Julho de 2008;
- Linha de 300 milhões de euros ao Export-Import Bank of China ("Eximbank") – assinada pela CGD em Maio de 2008;
- Linha de 50 milhões de euros à República Democrática de São Tomé e Príncipe – assinado memorando de entendimento entre o Estado Português e o Estado Sãotomense, em Julho de 2008, esperando-se para 2009 o início de funcionamento da Linha.

Estas linhas visam, regra geral, financiar projectos incluídos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento dos respectivos países – maioritariamente projectos de infra-estruturas - e que estejam a cargo de empresas portuguesas.

O ano de 2008 fica marcado pelos importantes desenvolvimentos ocorridos no âmbito do alargamento da presença internacional da CGD:

- Em Fevereiro de 2008 foi concedida a autorização para a CGD iniciar as suas actividades no Brasil, estando previsto o início das operações em Março de 2009 através de uma nova unidade, detida a 100% pela CGD e denominada Banco Caixa Geral Brasil.
  Este novo banco está vocacionado para a banca de empresas e de investimento, com particular enfoque nas grandes empresas e no segmento das Large Mid Caps, e pretende tornar-se no banco de referência do eixo de negócios Brasil/Portugal e Espanha/África.
- Em Junho de 2008, e no seguimento de um processo negocial enquadrado pelo Protocolo celebrado entre governos Português e Argelino em 2007, a Caixa Geral de Depósitos e a Banque Nationale d'Algérie (BNA) assinaram um Acordo Quadro ao abrigo do qual a Caixa assegura uma intervenção estrutural que visa a transformação e a modernização da BNA.
  Este Acordo visa a assistência técnica à BNA, apoiada nas competências e na experiência que a CGD dispõe no mais amplo espectro de áreas da actividade bancária. As duas partes acordaram ainda a instalação em Argel, de um Gabinete Internacional de Negócios especializado na detecção, na análise técnica e no desenvolvimento de novas oportunidades comerciais.

- Em Dezembro de 2008, o Banco Nacional de Angola deu o seu acordo ao projecto de abertura do capital do Banco Totta Angola que irá permitir que a CGD, em conjunto com o Santander Totta, detenham 51% do capital social do banco, ficando a gestão deste entregue maioritariamente à CGD. Está previsto que o negócio se conclua durante os primeiros meses de 2009.
  A CGD tem já uma experiência significativa no mercado angolano, tendo financiado um número significativo de projectos de infra-estruturas a cargo de empresas portuguesas, dos quais se destacam, em 2008, a construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Kwanza e a construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Catumbela. Estes financiamentos para Angola têm sido estruturados no âmbito da Convenção relativa à Cobertura de Riscos de Créditos à Exportação de Bens e Serviços de Origem Portuguesa para a República de Angola ("Linha COSEC"), formalizada entre o Estado Português e o Estado Angolano em 2004.

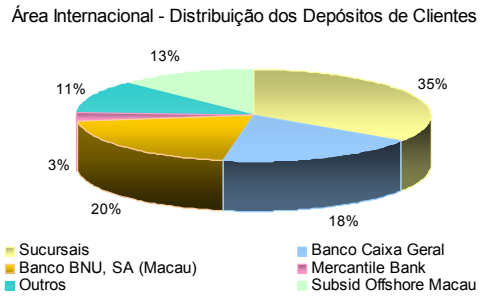
A rede internacional do Grupo CGD desenvolve actividades de banca de retalho, de *wholesale* e de banca de investimento, para além de acompanhar e desenvolver a relação com clientes da CGD residentes no estrangeiro, e ainda desenvolvendo outros negócios de estrangeiro e internacionais.

Na banca de retalho incluem-se a Sucursal de França e do Luxemburgo, Banco Caixa Geral, BNU Macau, Mercantile, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico e Banco Internacional São Tomé e Príncipe. No que respeita a *wholesale* e banca de investimento, o Grupo opera através das Sucursais de Nova Iorque, Ilhas Caimão, Espanha e Reino Unido. No segmento de Residentes no Estrangeiro, a CGD desenvolve a sua actividade através dos seus Escritórios de Representação, dispondo de duas plataformas *offshore* (Macau e Madeira) de apoio. Relativamente aos Outros Negócios de Estrangeiro e Internacionais, destaque para as linhas de crédito já referidas e outros projectos estruturantes, como é o caso da Argélia.

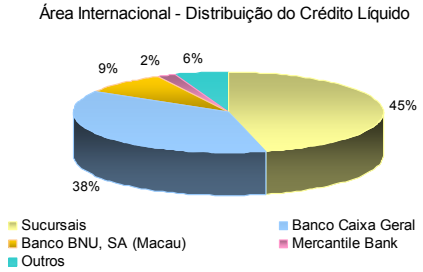
Assim, e no final de 2008, a rede internacional da CGD era composta por 10 Sucursais Bancárias (localizadas em Nova Iorque, França, Luxemburgo, Mónaco, Londres, Zhuhai/China, Timor Leste, Ilhas Caimão, Espanha e Zona Franca da Madeira), 7 Filiais (em 5 países: Espanha, Macau/China, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul), 1 Participada (São Tomé e Príncipe), e 8 Escritórios de Representação (situados na Bélgica, Alemanha, Suíça, Brasil, Venezuela, México, Índia e Xangai/China).

Em 31 de Dezembro de 2008 procedeu-se ao encerramento da Sucursal do Mónaco, por incorporação desta última na Sucursal de França.

No agregado da área internacional, os Depósitos de Clientes atingiram os 9 954 milhões de euros, representando um crescimento de 8,9% em relação a 2007.



Em relação ao Crédito a Clientes, a área internacional apresentou um acréscimo de 15,6 %, atingindo os 12 904 milhões de euros, contra os 11 161 milhões em 2007.



Em termos de Resultado Líquido da área internacional, todas as unidades apresentaram uma boa performance, à excepção da Sucursal de Nova Iorque, que foi a mais penalizada pelo contexto internacional fortemente desfavorável, em geral, e pelo contexto da economia norte-americana, em particular. Assim, o Resultado Líquido da área internacional (bancária e não bancária) atingiu os 87,9 milhões de euros, o que se traduz num decréscimo de 13,8% face a 2007.

A rede comercial da área internacional é composta por 392 agências, contra 376 em 2007. Em termos de número de empregados das sucursais e filiais bancárias no exterior, encontravam-se ao serviço 3 992 empregados no final de 2008.

Ao longo do ano de 2008 o Grupo CGD continuou a investir no aprofundamento da interligação da sua rede internacional, com o objectivo de prestar serviços e níveis de atendimento cada vez mais integrados e coerentes aos clientes internacionais, com especial destaque para as empresas. Destaque para a realização do II Fórum Ibérico, a 27 de Junho, em Lisboa, que reuniu administradores e quadros superiores da CGD e do BCG e que fomentou o aprofundamento da integração comercial das redes comerciais do Grupo em Portugal e Espanha. Continuou, igualmente, o esforço de dinamização do

negócio cruzado entre as redes dos principais mercados CGD, nomeadamente na Europa e nos nos PALOP's.

SUCURSAIS E FILIAIS

No final de 2008 os saldos de Crédito a Clientes e Depósitos de Clientes das Sucursais e Filiais ascenderam, respectivamente, a 13,2 mil milhões de euros (+15,6% do que em 2007) e 10,1 mil milhões (+8,6%).

Sucursais e Filiais Bancárias (a)

(milhões de euros)

	Sucursais		Filiais		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Aplicações em Instit. De Crédito	17 095	18 393	6 119	3 844	23 214	22 238
Créditos a Clientes	5 469	6 131	5 974	7 100	11 443	13 231
Recursos de Instit. de Crédito	10 858	11 462	5 630	4 316	16 488	15 778
Responsabil. representadas por títulos	8 196	8 901	10	5	8 206	8 905
Recursos de Clientes	2 852	3 485	6 399	6 565	9 252	10 050

(a) Inclui relações intra-Grupo.

Em termos de Activo líquido (após relações intra-Grupo), as Sucursais somavam, no final de 2008, 9 026 mil milhões de euros (+6,7% do que em 2007) e as Filiais bancárias 9 075 mil milhões, isto é, 8,1% e 8,2%, respectivamente, do total do Grupo CGD.

EUROPA

Na Europa o Grupo CGD está presente com 5 sucursais (França, Luxemburgo, Londres, Espanha e Zona Franca da Madeira) e 1 filial (Banco Caixa Geral, em Espanha).

ESPANHA

Dada a crescente integração das economias portuguesa e espanhola e a necessidade de apoiar as empresas portuguesas em Espanha, foi criado um Grupo de Trabalho de Negócio Ibérico entre a CGD e o Banco Caixa Geral (BCG), com o objectivo de aumentar a competitividade, adaptar a oferta comercial conjunta e reforçar a interligação entre as redes comerciais dos dois bancos.

O BCG continuou a beneficiar da contribuição das outras entidades do Grupo em Espanha, (Sucursal Espanha CGD, Caixa BI e Fidelidade Mundial), procurando maximizar sinergias e consequentemente a criação de valor para o Grupo, desenvolvendo também a vertente de Banca de Empresas e de Banca de Investimento.

O activo total do Banco contraiu-se 17%, em consequência, essencialmente, de uma evolução desfavorável nas Aplicações em Instituições de Crédito. No crédito a clientes observou-se um crescimento de 13,3%, em especial no segmento de Empresas e no Crédito Hipotecário a particulares.

Durante o ano de 2008, o BCG deu continuidade ao plano de expansão da rede de negócio, embora a um ritmo inferior ao de anos anteriores, tendo-se inaugurado 6 novas agências, o que reflecte um crescimento de 2,9%.

A Sucursal de Espanha tem uma função centrada na complementaridade da actividade exercida pelo Banco Caixa Geral no mercado espanhol, surgindo como uma plataforma operacional para operações de maior dimensão.

FRANÇA

A actividade da CGD em França está, essencialmente, orientada para a comunidade Portuguesa e outras etnias com ligações históricas e culturais a Portugal ou a países lusófonos. Tem também desempenhado um papel fundamental no suporte à oferta de apoio à exportação da CGD, sendo a Unidade do Grupo onde se encontram sedeadas as principais linhas de apoio às exportações portuguesas.

Na Sucursal de França, não obstante o clima macroeconómico recessivo em que se enquadrou a sua actividade, observou-se um incremento do Activo Líquido de 8,8%, para o qual contribuiu a expansão da carteira de crédito (+16,1%). No que concerne aos recursos de clientes, é de realçar o acréscimo significativo dos depósitos de clientes (+29,1%).

LUXEMBURGO

A CGD no Luxemburgo exerce a sua actividade, sobretudo, de banca de retalho. Entre os seus clientes conta não só com a comunidade portuguesa/lusófona residente, mas também com um conjunto de nacionalidades de países limítrofes, não esquecendo o segmento de gama alta composto geralmente por funcionários de representações diplomáticas, funcionários das Instituições Europeias ou outros profissionais do sector financeiro.

A Sucursal do Luxemburgo apresentou em 2008 um crescimento da carteira de crédito de 25%, mantendo-se a aposta no Crédito à Habitação como produto âncora, representativo de 89% do crédito total da carteira. Nos depósitos de clientes verificou-se um decréscimo de 8%, com origem ainda nas implicações de natureza fiscal resultantes da aplicação da Directiva da Poupança a não residentes.

REINO UNIDO

No Reino Unido, o Grupo CGD encontra-se representado através da Sucursal de Londres, que se encontra quase exclusivamente orientada para a distribuição de produtos financeiros de valor acrescentado aos clientes do Grupo.

Em 2008, a Sucursal continuou a oferecer produtos de capital garantido e não-garantido quer para a rede doméstica da CGD, quer para diversas unidades internacionais do Grupo.

A Sucursal presta também serviços à comunidade portuguesa no Reino Unido e aos cidadãos britânicos e irlandeses com interesses em Portugal. Destaque para a campanha *Live in Portugal*, especificamente dirigida aos clientes de língua inglesa interessados em investimento imobiliário em Portugal.

A Sucursal tem assumido uma estratégia flexível , sabendo gerir positivamente as oportunidades criadas pela volatilidade dos mercados.

ÁFRICA

Em África o Grupo CGD está representado por 4 filiais (Banco Comercial do Atlântico e Banco Interatlântico, em Cabo Verde, Banco Comercial e de Investimentos, em Moçambique e Mercantile Bank, na África do Sul) e 1 participada em que a gestão do Banco está entregue à CGD (Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, em São Tomé e Príncipe).

CABO VERDE

Em Cabo Verde, os bancos do Grupo são um parceiro de referência para os cabo-verdianos residentes e emigrantes, bem como para todos aqueles que mantêm ou pretendem manter relacionamento com o país, aproveitando as sinergias decorrentes da plataforma do Grupo. Para além do sector bancário, o Grupo CGD opera na área de seguros através da Garantia, a maior seguradora de Cabo Verde, e na área de capital de risco, através da Promotora.

O sector financeiro tem-se tornado cada vez mais competitivo e concorrencial, com a entrada de mais um Banco em 2008 – o Banco Africano Investimentos, com capital maioritariamente Angolano e que começou a operar em Outubro – ascendendo, no final do ano, a 5 o número de bancos a operar no mercado.

O Banco Comercial do Atlântico (BCA) é considerado o Banco de referência a nível nacional e na diáspora, com uma presença forte nos principais mercados de emigração cabo-verdiana, mas também nos segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas, sendo líder do mercado tanto no crédito como nos depósitos.

Em 2008 o activo líquido do BCA apresentou um incremento de 3% suportado, essencialmente, pelo crescimento da carteira de crédito, tendo sido lançados novos produtos de crédito habitação, designados BCA CASA PREMIUM e BCA CASA ESPECIAL.

Os depósitos de clientes, contrariamente à carteira de crédito, diminuíram 1% face ao ano anterior, apesar do aumento de 9% dos depósitos de poupança.

O Banco Interatlântico tem focalizado a sua actuação nos segmentos empresarial e de particulares de rendimento mais elevado, com um atendimento personalizado e de qualidade superior à média do sistema.

O BI procedeu à primeira emissão de obrigações subordinadas (4,5 milhões de euros) em Cabo Verde, para reforço dos fundos próprios do banco.

O Banco Interatlântico tem mantido um posicionamento de terceiro banco do sistema, com um ganho permanente de quota de mercado, quer no crédito quer nos depósitos.

MOÇAMBIQUE

Em Moçambique o Grupo CGD está presente através do Banco Comercial e de Investimentos, o qual reforçou a sua presença com a abertura de 7 novas agências e 1 centro de negócios.

O BCI desenvolve actividades de banca universal, com preponderância no mercado de retalho e com actividade relevante na banca de investimento, leasing e ALD. Em termos de quota de mercado o BCI consolidou a segunda posição no sistema financeiro moçambicano.

O ano de 2008 foi fundamentalmente o ano de definição da linha estratégica a seguir para tornar o BCI o líder do sistema financeiro a médio prazo. Na sequência da aprovação do Plano Estratégico 2008-2011 lançaram-se os alicerces sobre os quais assentará o novo BCI, nomeadamente através da definição dos modelos de atenção para a Banca de Retalho e Banca de Empresas, adequação da estrutura organizativa, desenvolvimento de novos produtos e definição do modelo de objectivos para as áreas de negócio.

O BCI fechou o ano de 2008 com uma nova imagem institucional, traduzindo um novo posicionamento competitivo, tendo esta nova imagem sido adoptada simultaneamente em toda a rede de agências a 15 de Dezembro de 2008.

O volume de activos totais do banco registou um acréscimo de 26,2% face ao ano anterior, fruto essencialmente do aumento da carteira de crédito (+53%). Os recursos de clientes cresceram 17%, com o principal contributo dos depósitos a prazo.

ÁFRICA DO SUL

O Mercantile Bank desenvolve actividades de banca universal, com especial enfoque no segmento de PME's. Tendo em conta o mercado financeiro especializado onde se insere e a sua dimensão – mercado em que os 4 maiores bancos detêm cerca de 80% da quota de mercado - a estratégia do banco passa por aproveitar nichos de mercado, em especial pequenas e médias empresas de cariz familiar, as quais representam um mercado menos explorado pelos principais bancos da África do Sul.

Por outro lado, pretende também ser um parceiro preferencial em *alliance banking* para organizações que procuram oferecer serviços financeiros aos seus clientes, com especial ênfase nos produtos baseados em cartões de crédito, de débito e no pagamento de serviços.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Grupo CGD encontra-se também presente em São Tomé e Príncipe através de uma participação no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), banco de referência do sistema financeiro local.

AMÉRICA

No continente americano o Grupo CGD está presente através de 2 sucursais (Nova Iorque e Ilhas Caimão).

A Sucursal de Nova Iorque é uma unidade especializada de negócio que opera num mercado sofisticado e altamente regulamentado. A sua actividade desenvolve-se, com maior ênfase, no mercado de capitais, e monetário, operações sindicadas e captação de recursos em USD para o Grupo.

ÁSIA

Na Ásia o Grupo CGD está presente com 2 sucursais (Zhuhai/China e Timor Leste) e 2 filiais (BNU Macau e Caixa Offshore Macau).

MACAU – CHINA

O Banco Nacional Ultramarino desenvolve actividades de banca universal, continuando a ser banco emissor de moeda em Macau.

A estratégia do Banco está centrada em explorar o potencial de negócio surgido nos sectores do turismo e do jogo através da participação em grandes operações de financiamento de investidores estrangeiros, nas quais o BNU foi pioneiro no território, e em captar o negócio associado aos grandes projectos, desde a gestão do float dos casinos, à exploração dos parques de máquinas ATM, passando pela captação e fidelização como clientes dos próprios empregados dos casinos.

O activo líquido registou um aumento de 3% relativamente ao ano transacto, destacando-se a progressão de 45% no crédito a Clientes. Relativamente aos depósitos de clientes, verificou-se uma contracção de 1,3%.

ZHUHAI – CHINA

A CGD dispõe de uma Sucursal na cidade de Zhuhai, vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região, com particular destaque para os clientes do BNU, atendendo à proximidade geográfica das duas unidades.

TIMOR LESTE

Os acontecimentos ocorridos em Timor-Leste, no mês de Fevereiro de 2008, nomeadamente a tentativa de assassinato do Sr. Presidente da República, tiveram como consequência a crescente instabilidade política e social com repercussões graves no sistema político, económico e social. No entanto, nos meses subsequentes, verificou-se uma evolução favorável, quer em termos políticos e sociais - com o encerramento de 18 campos de refugiados, quer em termos económicos - com o incremento das receitas extraordinárias do Fundo de Petróleo resultante do aumento do preço do crude.

Em termos de Activo Total, verificou-se um acréscimo de 110%, fruto essencialmente do incremento das Aplicações em IC´s.

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

O Grupo CGD dispõe de uma rede de 8 Escritórios de Representação localizados na Alemanha, Bélgica, Brasil, Suíça, Venezuela, México, Índia e Xangai e de um Núcleo de Residentes no Estrangeiro do Reino Unido, este último sedeado junto da Sucursal de Londres.

Esta rede internacional actua junto das comunidades portuguesas residentes no exterior, bem como junto dos clientes de nacionalidades estrangeiras com interesses em Portugal.

No ano de 2008, foram desenvolvidos vários projectos com o objectivo de melhorar as condições dos Escritórios de Representação, no sentido de os habilitar a prestar um serviço ao cliente cada vez mais personalizado, eficiente e de qualidade, suportado por uma melhor oferta dedicada ao segmento.

Destaca-se o trabalho desenvolvido através i) da criação de uma ferramenta de acompanhamento comercial baseada no conceito de *Customer Relationship Management*, ii) do relançamento dos contactos com um banco inglês com vista ao estabelecimento de parceria de *Agency Service* e iii) do upgrade das larguras de banda dos diversos escritórios.

A actividade dos Escritórios de Representação assenta em linhas de actividade comuns, enformadas pelas autorizações das entidades de supervisão legal, actuando dentro do respectivo quadro de competências e adequando a sua actividade ao país e segmentos de clientes alvo.

D) Banca De Investimento

A actividade da banca de investimento do Grupo CGD é desenvolvida pelo Caixa – Banco de Investimento, que actua em articulação com as estruturas comerciais e financeiras da CGD. Em 2008, o CaixaBI reforçou o seu estatuto de líder na banca de investimento em Portugal tendo sido eleito pela segunda vez consecutiva como o Melhor Banco de Investimento em Portugal pela revista Euromoney.

O reconhecimento do desempenho do CaixaBI como um *player* de referência do mercado foi reconhecido, quer na área do mercado de capitais, quer na área de project finance.

No segmento de títulos de rendimento variável ganhou o prémio "Deal of the Year in Portugal" atribuído pela revista The Banker no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções EDP – Energias de Portugal no final de 2007.

Na área de *project finance* o CaixaBI foi particularmente activo na concretização de negócios de referência , tendo obtido da revista da especialidade Project Finance o estatuto de Deal of the Year, em três categorias:

- *European Infrastructure*, para o projecto *Túnel Do Marão;*
- *European Renewable Solar*, para o projecto *Tuin Zonne;*
- *North America Transport*, para o projecto *State Highway 130.*

É, igualmente, importante fazer-se referência ao envolvimento do CaixaBI em negócios que envolvem clientes internacionais, permitindo que a vertente internacionalização ganhasse um peso acrescido no produto bancário do Banco.

Em 2008, o CaixaBI protagonizou a sua liderança em negócios emblemáticos, cujo destaque se faz pelas seguintes áreas:

Corporate Finance

O ano de 2008 foi de aposta no esforço de originação e liderança de operações de financiamento, nas várias vertentes de dívida, com particular ênfase em operações de *acquisiton finance*, *leverage finance* e reestruturações de passivos e refinanciamento de activos.

Neste contexto, o CaixaBI analisou um conjunto muito vasto de oportunidades, tendo sido aprovado o envolvimento creditício em 21 operações de Acquisition e Leveraged Finance, de entre as quais se destacam:

- **Sumol + Compal** – Reestruturação do Passivo da Compal e da Sumolis, no âmbito do processo de fusão por incorporação da Sumolis Gestão de Marcas com a Compal no montante total de € 320M. Participação da CGD com € 235M nas Tranches de mlp.

- **Projecto Comvento** – *Repricing* dos *project finance* associados ao desenvolvimento dos Portfolios Martel I, II e Entreventos da Enersis no âmbito da aquisição realizada por consórcio liderado pela Magnum Capital e *bridge finance* para a concretização do investimento no portfolio Martel III;

- **Verdelago** – Financiamento para o desenvolvimento de um empreendimento turístico em Altura no montante de €270M;

- **Grupo Alfonso Gallardo** – Financiamento para a aquisição da Papresa no montante de €190M;

- **Grupo ENCE** – Financiamento para desenvolvimento do plano estratégico de montante €350M;

- **LA SEDA** – pacote de financiamento intercalar, no montante de € 87M, destinado ao investimento na unidade industrial de PTA em Sines até à contratação do definitivo financiamento em regime de *project finance* também liderado pelo CaixaBI.

- **Criar Vantagens** – Aquisição da Aquapor por consórcio formado por Investhome, ABB e Bragaparques (€ 63M) com financiamento de € 37 M.

Na vertente de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em 2008 tendo ocupado a primeira posição no ranking de fusões e aquisições em Portugal em termos de volume de operações anunciadas e concretizadas.

Das operações concretizadas com sucesso, salientam-se:

- Assessoria Financeira ao **Grupo Águas de Portugal** na alienação da totalidade do capital social da Aquapor;

- Assessoria Financeira à **Magnum Capital Industrial Partners** na aquisição à Babcock & Brown Wind Partners e à Babcock & Brown de activos do Grupo Enersis em Portugal;

- Assessoria Financeira à Zon Multimédia no âmbito da aquisição de uma participação no capital social da Bragatel e Pluricanal.

Project

Em resposta ao dinamismo do mercado nesta área, o CaixaBI, com o apoio da capacidade financeira do Grupo CGD, participou no financiamento de 23 operações de Project Finance, o que levou o Grupo CGD a ficar colocado na 1ª posição no ranking nacional e na 6ª posição no ranking europeu de Project Finance. De entre o portfólio de negócios fechados nesta área destacam-se as seguintes operações:

- **Douro Litoral**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais, liderado pela Brisa;
- **State Highway 130**: projecto rodoviário *greenfield* no Texas com portagens reais, liderado pelo Grupo Cintra;
- **Túnel do Marão**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais, liderado pela Itinere;
- **Douro Interior**: projecto rodoviário misto (*greenfield* e *brownfield*) em Portugal com pagamentos de disponibilidade e serviço, liderado pela Mota-Engil.

MERCADO DE CAPITAIS

Dívida Pública

No segmento da Dívida Soberana, a Dívida Pública Portuguesa continuou a constituir uma das prioridades de actuação do CaixaBI, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT), destacando-se em 2008:

- o estatuto de *Joint Lead Manager* na nova emissão *benchmark* a 15 anos da República Portuguesa, no montante de Euro 3 mil milhões;
- o estatuto de *Co-Lead Manager* na emissão benchmark a 10 anos da República Portuguesa, no montante de Euro 3 mil milhões.

Dívida Privada

Mercado Obrigacionista

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI liderou 13 das 21 emissões obrigacionistas em que participou, *performance* que, de acordo com o *ranking* da Bloomberg, coloca o Banco como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas de emitentes nacionais em 2008.

Mercado Corporate de Acções

Durante o ano de 2008 o CaixaBI consolidou mais uma vez a sua posição de liderança entre as instituições financeiras nacionais ao nível de mercado de capitais em Portugal.

De entre as operações que tiveram lugar em 2008 destaca-se a conclusão com sucesso da Oferta Pública Inicial da EDP Renováveis no âmbito da qual a empresa dispersou cerca de 22,5% do seu capital em bolsa através de um aumento de capital. Nesta operação, o CaixaBI actuou na qualidade de *Joint Global Coordinator e Joint-Bookrunner.*

Intermediação Financeira

Não obstante a redução drástica da liquidez do mercado nacional, principalmente nos últimos meses do ano, os volumes transaccionados em mercado a caírem cerca de 45%, o CaixaBI conseguiu manter níveis de intermediação superiores aos do mercado como um todo, reforçando as suas quotas a nível geral e em particular ao nível das plataformas electrónicas. O CaixaBI é hoje considerado uma entidade de referência a nível nacional na área de intermediação financeira.

Seguindo uma estratégia de incremento sustentado de penetração no mercado, o CaixaBI conseguiu impulsionar fortemente o crescimento do negócio via canal internet do Caixadirecta Invest, tendo alcançado um crescimento ao nível do volume intermediado de16%, perante um mercado que caíu cerca de 45%.

PRIVATE EQUITY

Durante o ano 2008, a área de capital de risco do Grupo CGD investiu um total de € 47,8 milhões, dos quais 21,1 milhões de euros em novas participadas e € 26,7 milhões no reforço de participações da carteira.

Relativamente às novas operações é de salientar:

- a aquisição pela Caixa Capital de uma participação correspondente a 31,67% do capital da **MARL Energia – Central Fotovoltaica, S.A.**, envolvendo um investimento global de 516,7 mil euros;

- a tomada de uma participação de 250 mil de euros no capital do **Fundo de Capital de Risco F-HiTEC**, fundo de capital de risco promovido pela COTEC;

- a aquisição pelo FCR Energias Renováveis de uma participação correspondente a 5% do capital da **Hyperion – Energy Investments, SL.**, envolvendo um investimento estimado em 6,2 milhões de euros, dos quais foram já realizados 1,58 milhões de euros;

- a subscrição pelo FCR Energias Renováveis de 19,9% do capital da **Sobreovento – Energias Alternativas, Lda.,** envolvendo um investimento global de cerca de 3,98 milhões de euros.

Caixa Capital e Caixa Desenvolvimento (Capital de Risco)

No âmbito do Grupo CGD, está cometida à Caixa Capital a responsabilidade pela Área de Capital de Risco que compreende, para além da própria Sociedade, os três veículos de investimento geridos internamente, i.e. a Caixa Desenvolvimento (SGPS), o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital e o Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis – Caixa Capital.

No final de 2008, a Área de Capital de Risco apresentava uma carteira de participações financeiras que ascendia a 312,1 milhões de euros, investidos em 35 empresas, o que representa um investimento médio de 8,92 milhões de euros por empresa. Esse investimento encontrava-se repartido da seguinte forma pelos diversos veículos de investimento:

Os capitais realizados dos fundos de capital de rtisco (FCR Grupo CGD e FCR Energias Renováveis) ascendiam a 205,7 milhões de euros, representando as respectivas carteiras um investimento global realizado de cerca de 164,9 milhões de euros.

Caixa Capital

(milhares de euros)

	2007	2008
Activo líquido	40 617	36 385
Activos financeiros disponíveis para venda	11 336	6 603
Aplicações em Instituições de Crédito	621	1 541
Outros activos	6 628	5 505
Capitais próprios	27 425	24 543
Resultado líquido	2 290	-4 304
Capital social	16 500	16 500
% Grupo CGD	100%	100%

Caixa Desenvolvimento

(milhares de euros)

	2007	2008
Activo líquido	97 818	90 697
Activos financeiros disponíveis para venda	43 817	29 106
Aplicações em Instituições de Crédito	1 251	8 670
Outros activos	92 223	28 213
Capitais próprios	97 818	64 671
Resultado líquido	641	1 393
Capital social	2 500	2 500
% Grupo CGD	100%	100%

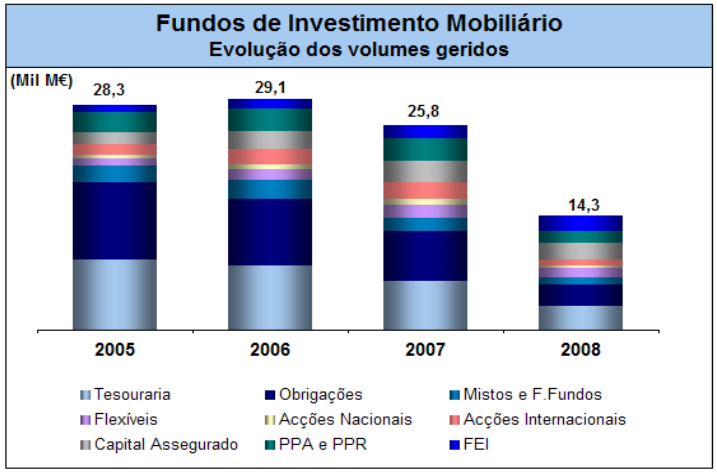
E) Gestão de Activos

Em 2008, a actividade de Gestão de Activos em Portugal foi afectada pela situação particularmente adversa dos mercados financeiros nacionais e internacionais.

Fundos de Investimento Mobiliário

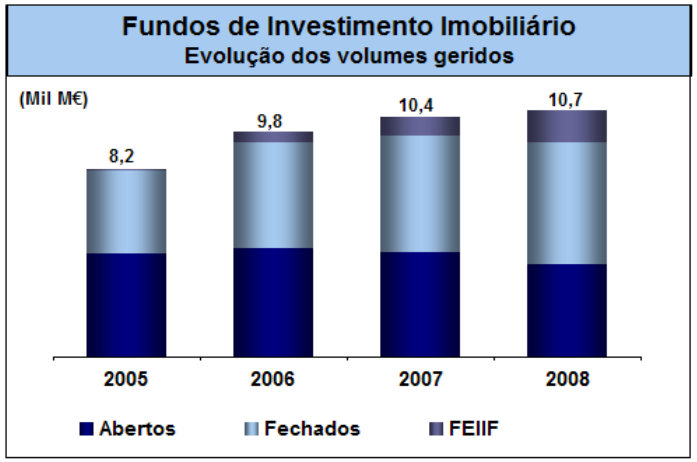
O segmento de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) português registou um decréscimo de 11,4 mil milhões de euros no volume gerido, em sintonia com o contexto negativo verificado nos mercados financeiros.

No final do ano, o valor dos FIM geridos pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas situava-se em 14,3 mil milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 44% face aos valores do início do ano. Este comportamento foi mais acentuado nas categorias de fundos de Acções, de Obrigações e de Tesouraria, que representavam mais de 60% deste segmento, e que diminuíram 8,9 mil milhões de euros (-57%). As outras categorias de fundos registaram taxas de variação negativas menos acentuadas, com excepção dos Fundos Especiais de Investimento que aumentaram 276 milhões de euros.



Fundos de Investimento Imobiliário

O segmento de Fundos de Investimento Imobiliário (FII), por seu lado, registou um crescimento de 265 milhões de euros, tendo o valor dos activos gerido pelo conjunto das sociedades gestoras atingido os 10,7 mil milhões de euros. Este crescimento centrou-se nos fundos imobiliários fechados de subscrição particular que aumentaram 791 milhões de euros, na medida em que a categoria de fundos abertos de subscrição pública perdeu 525 milhões de euros.

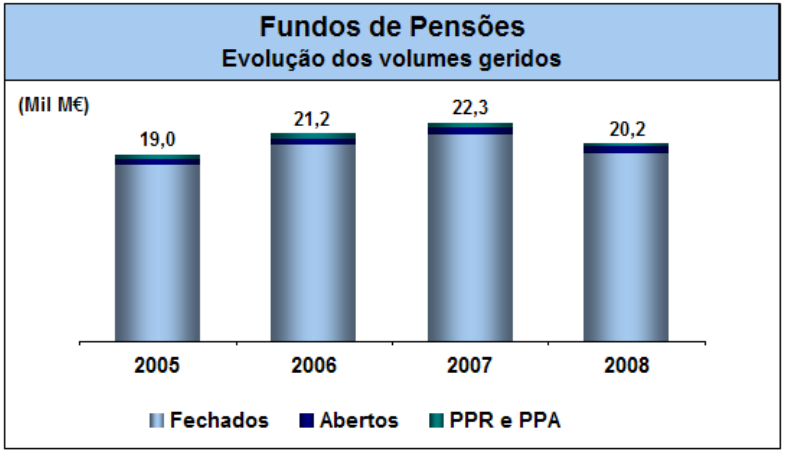


Fundos de Pensões

O segmento de Fundos de Pensões diminuiu 11%, totalizando 20,2 mil milhões de euros no final do ano. Os Fundos Fechados, predominantemente os fundos de pensões da banca, continuam a dominar este segmento de mercado, representando 94% do total dos fundos de pensões.

Gestão de Patrimónios

Relativamente ao segmento de gestão de carteiras por conta de outrem, o montante sob gestão baixou 4% para cerca de 61,5 mil milhões de euros.



Grupo CGD

A situação adversa dos mercados financeiros reflectiu-se negativamente nas diferentes actividades desenvolvidas no âmbito da Caixa Gestão de Activos que agrega os negócios de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, fundos de pensões e gestão discricionária de carteiras. Os activos totais geridos nestas quatro áreas de negócio diminuíram 9,2% no ano. Em resultado desta evolução, as comissões geradas pelo negócio da Gestão de Activos totalizaram cerca de 59 milhões de euros, menos 24% do que no ano anterior.

Comissões geradas

(milhares de euros)

	2007	2008
Fundos Mobiliários	52 838	33 247
Fundos Imobiliários	12 252	13 328
Fundos de Pensões	3 535	3 779
Gestão de Patrimónios	8 851	8 634
Total	**77 476**	**58 988**

FUNDOS MOBILIÁRIOS - CAIXAGEST

A área dos fundos de investimento mobiliário foi a mais afectada por esta envolvente hostil, caracterizada pela subida das taxas de juro, pela crise no mercado de crédito, pela queda acentuada das bolsas de valores e pela concorrência agressiva de produtos tradicionais de funding bancário. Consequentemente, as comissões geradas baixaram para 33,2 milhões de euros.

Comissões geradas

(milhares de euros)

	2007	2008
Comissões de Gestão	45 638	28 549
Comissões de Banco Depositário	5.987	4 055
Comissões de Subscrição e Resgate	1.213	643
Total	**52 838**	**33 247**

Em articulação com a rede comercial e o marketing da CGD, a Caixagest prosseguiu uma estratégia de lançamento de vários fundos inovadores:

• Cinco Fundos de Capital Protegido, que oferecem a possibilidade de investir no mercado accionista, sem risco de capital e com um rendimento mínimo assegurado.

• Os Fundos Caixa Monetário e Caixa Capitalização destinados a clientes com um perfil conservador e que pretendem soluções de investimento de curto e médio prazo mais adaptadas às condições de mercado verificadas ao longo de 2008.

É relevante referir que, durante o ano, oito fundos de capital garantido concluíram o período de duração estabelecido no seu Prospecto. A generalidade destes fundos apresentou rendibilidades bastante competitivas, sendo de destacar os fundos Caixagest Premium I e Caixagest Premium II, que obtiveram rendibilidades líquidas anuais superiores a 7%.

No final do ano, a Caixagest geria 50 fundos de investimento mobiliário, apresentando uma carteira de produtos amplamente diversificada por vários mercados financeiros internacionais e, por conseguinte, adaptada aos diversos segmentos de investidores.

O volume de activos gerido totalizou 3.614 milhões de euros, menos 42% que no ano anterior. Contudo, a quota de mercado da Caixagest aumentou para 25,2%, reforçando assim a sua posição de liderança.

Fundos sob gestão *(milhões de euros)*

	Nº	2007	2008
Fundos de Tesouraria	4	1 813	755
Fundos de Obrigações	5	1 721	769
Fundos de Capital Protegido	22	1 455	1 222
Fundos de Acções	8	581	155
Fundos de Fundos e Mistos	3	171	121
Fundos Especiais de Investimento	6	476	499
Fundos CAIXA	2	0	94
Total	**50**	**6 217**	**3 614**

GESTÃO DE PATRIMÓNIOS - CAIXAGEST

Em 2008, apesar dos condicionalismos do mercado, o nível global de comissionamento foi de 8,6 milhões de euros.

Comissões geradas

(milhares de euros)

	2007	2008
Comissões de Gestão	5 082	4 834
Comissões de Banco Depositário	3 769	3 799
Total	**8 851**	**8 634**

Ao longo do ano, a Caixagest procurou estar mais próxima da rede comercial e dos respectivos clientes, continuando a desenvolver os esforços necessários no sentido da captação de novos mandatos de gestão e apresentando propostas de investimento adequadas à nova conjuntura. Apesar da saída de um significativo número de clientes particulares mais avessos ao risco, registaram-se importantes captações de clientes institucionais com elevada capacidade financeira.

Carteiras sob gestão		(milhões de euros)
	2007	2008
Activos sob Gestão	**15 784**	**17 472**
Carteiras de Seguros	12 009	12 251
Institucionais	3 467	3 419
Fundos de Pensões		1 578
Particulares e Empresas	308	225
Activos sob Aconselhamento	**304**	**276**

FUNDOS IMOBILIÁRIOS – FUNDIMO

Em termos globais, o ano de 2008 caracterizou-se por um significativo aumento da actividade da Fundimo, resultante do acréscimo de actividade dos fundos fechados. O aumento do número de fundos sob gestão e do montante de activos, contribuiu favoravelmente para o crescimento das comissões geradas, que atingiram 13,3 milhões de euros.

Comissões geradas		(milhares de euros)
	2007	2008
Comissões de Gestão	6 488	7 362
Comissões de Banco Depositário	3 862	3 830
Comissões de Subscrição e Resgate	1.902	2 136
Total	**12 252**	**13 328**

O Fundo aberto Fundimo terminou o ano com uma rendibilidade, líquida de imposto, de 3,9%, apesar dos vários factores negativos que afectaram os mercados.

Em 2008, foram lançados três novos fundos imobiliários fechados de subscrição particular. Sendo a maior parte destes fundos associada a projectos de desenvolvimento imobiliário, houve necessidade de rever em baixa algumas projecções iniciais.

No final do ano o portfólio de produtos da Fundimo incluía um fundo aberto e 25 fundos fechados, totalizando 1.348 milhões de euros.

Fundos sob gestão			(milhões de euros)
	Nº	2007	2008
Fundos Abertos (fundo Fundimo)	1	822	785
Fundos Fechados	24	449	563
Total	**25**	**1.271**	**1.348**

FUNDOS DE PENSÕES - CGD PENSÕES

O volume gerido pela CGD Pensões registou um crescimento durante o ano de 2008, por via da gestão de novos fundos de pensões. No final do ano o volume de comissões geradas totalizou 3,8 milhões de euros.

Comissões geradas		(milhares de euros)
	2007	2008
Comissões de Gestão	3 260	3 458
Comissões de Banco Depositário	245	257
Comissões de Subscrição e Resgate	30	64
Total	**3 535**	**3 779**

No segmento dos fundos de pensões fechados, obteve-se o mandato para a gestão do fundo de pensões de uma grande instituição e registou-se a angariação de três grandes fundos de pensões.

Tendo em linha de conta as condições dos mercados financeiros e procurando dar resposta às necessidades dos seus clientes, a CGD Pensões lançou em Julho, o Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Prudente". Este fundo caracteriza-se por uma política de investimento muito conservadora, vem complementar a oferta já existente no segmento de fundos abertos.

Devido à conjuntura que marcou a generalidade dos mercados financeiros e a economia mundial, registou-se um aumento dos reembolsos de unidades de participação nos fundos de pensões abertos por parte de Participantes já reformados e verificou-se a transferência de participações de fundos abertos já existentes para o novo fundo Caixa Reforma Prudente, mais conservador.

A CGD Pensões terminou o ano tendo sob gestão dezasseis fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos, com um valor patrimonial que ascendia a 1.578 milhões de euros, representando um crescimento de 8,6%.

Fundos sob gestão *(milhões de euros)*

	Nº	2007	2008
Fundos Abertos	4	156	112
Fundos Fechados	16	1.297	1.466
Total	**20**	**1.452**	**1.578**

F) Actividade Seguradora e da Saúde

EVOLUÇÃO DO MERCADO

De acordo com os elementos divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o Mercado Segurador terá contabilizado, na sua Actividade em Portugal, um valor de 15,3 mil milhões de euros de Prémios de Seguro Directo (incluindo os valores captados ao abrigo de Contratos de Investimento), o que equivale a cerca de 9,1% do PIB.

Este valor representa um acréscimo de 11,5% no montante de Prémios, com origem, essencialmente, no Ramo Vida (+17,5%), que beneficiou do forte crescimento evidenciado pelos Produtos de Capitalização.

Por outro lado, os Ramos Não Vida, registaram uma redução do volume de Prémios (-1,3%), reflectindo a situação de estagnação económica e de aumento da concorrência baseada na vertente preço, com efeitos directos nos Ramos Acidentes de Trabalho, Multiriscos Comercial e Automóvel, sendo de referir, em sentido inverso, o aumento da carteira de Prémios dos Ramos Doença, Multiriscos Habitação e Responsabilidade Civil.

No que respeita ao grau de concentração do Mercado Segurador, verificou-se um comportamento diferenciado nas actividades Vida e Não Vida.

Assim, nos Ramos Vida registou-se uma maior concentração, com os 5 principais Grupos Seguradores a aumentarem a sua representatividade para 86,8% (+5,0 pp. face a 2007), enquanto nos Ramos Não Vida ocorreu uma redução deste indicador, tendo os 5 principais Grupos registado uma Quota de Mercado de 62,8% (-1,7 pp. face ao ano anterior), decorrente do crescimento de Seguradoras de menor dimensão.

A evolução do Mercado, em 2008, indicia um elevado acréscimo por parte do Canal Bancário, reflectindo, essencialmente, a evolução favorável dos Ramos Vida, enquanto os Canais de Mediação e Corretagem sofreram com o decréscimo generalizado dos Ramos Não Vida, que constituem a sua principal área de negócio.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS reforçou a liderança do Mercado Segurador nacional, com uma Quota de Mercado total de 26,1%, sendo líder tanto ns segmento Vida como no Não Vida (quotas de 24,7% e 29,6%, respectivamente).

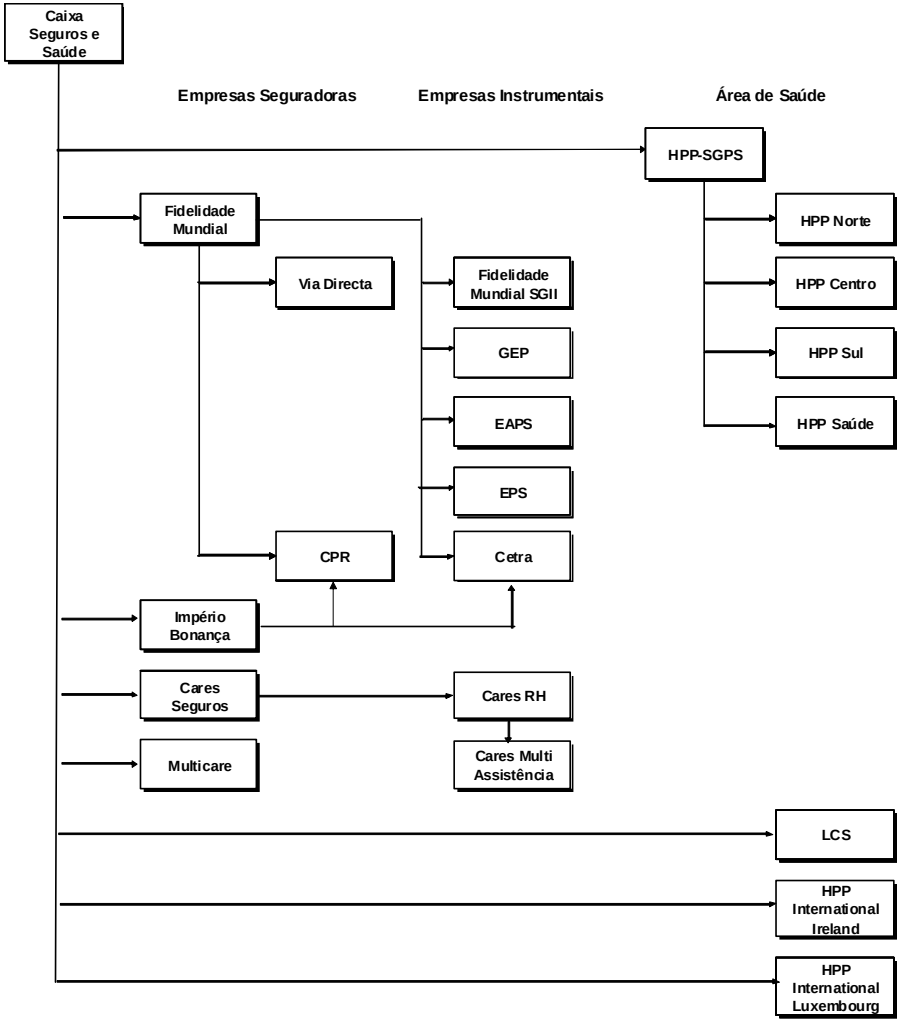
De referir, ainda, que o montante total de Produção captada por Seguradoras nacionais em mercados externos foi de 100,9 milhões de euros, dos quais cerca de 92% respeitam à actividade internacional das seguradoras da Caixa Seguros e Saúde, SGPS.

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA

Estrutura de participações

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA congrega todas as participações seguradoras do Grupo CGD, operando através de diversas marcas – Fidelidade Mundial, Império Bonança, OK! Teleseguro, Multicare e Cares – suportadas pela maior e mais diversificada rede de distribuição do mercado de seguros em Portugal. Dentro da área seguradora, o Grupo detém ainda a Companhia Portuguesa de Resseguro (CPR) e um conjunto de empresas instrumentais.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. integra igualmente as participações na actividade hospitalar do Grupo CGD, bem como na LCS – Linha de Cuidados de Saúde, S.A..



CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

INDICADORES GERAIS

(milhares de euros)

	2007	2008
INDICADORES CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS		
Activo Líquido	**13.944.109**	**14.151.715**
Investimentos Líquidos	**12.809.040**	**12.714.960**
Capitais Próprios e Interesses Minoritários	**1.234.382**	**951.424**
Passivo Subordinado		**326.525**
Resultado Líquido	**165.325**	**13.958**
Rentabilidade		
ROE Líquido	13,7%	1,3%
ROA Líquido	1,2%	0,1%
Número de empregados	**4.390**	**4.546**
Área Seguradora	3.730	3.673
Área Saúde	660	873
INDICADORES ÁREA SEGURADORA		
Prémios de Seguro Directo	**3.658.568**	**4.094.173**
Ramos Vida	967.319	1.002.424
Contratos de Investimento (Instrumentos financeiros)	1.292.496	1.772.104
Ramos Não Vida	1.398.753	1.319.645
Quotas de Mercado (Actividade em Portugal)	**26,0%**	**26,1%**
Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento)	23,6%	24,7%
Ramos Não Vida	31,2%	29,6%
Taxa de Sinistralidade Seguro Directo sobre prémios adquiridos		
Ramos Não Vida	58,1%	58,2%
Responsabilidades com Contratos de Seguros	**11.568.111**	**12.277.198**
Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite	7.666.693	7.184.019
Responsabilidades com Instrumentos Financeiros	3.901.418	5.093.179
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de Solvência (Total)	913.389	1.128.123
B. Margem de Solvência (Requisito Obrigatório)	652.664	690.741
Cobertura de Margem de Solvência (A/B)	139,9%	163,3%
Número de Agências	**153**	**154**
Fidelidade Mundial	90	90
Império Bonança	63	64
Número de mediadores exclusivos	**1.467**	**1.868**
Fidelidade Mundial	679	891
dos quais Pontos de Venda Exclusivos	*354*	*381*
Império Bonança	788	977
dos quais Franchisados	*164*	*189*
INDICADORES ÁREA DE SAÚDE (numero)		
Actividade Hospitalar		
Cirurgias	11.350	12.200
Diárias de Internamento	41.650	42.500
Imagiologia e Análises Clinicas	244.700	363.100
Sessões de Fisioterapia	120.400	112.700
Consultas	303.200	341.800
Actividade Linha de Cuidados de Saúde		
Chamadas Recebidas *(8 meses de funcionamento em 2007)*	288.990	499.295
Nível de Satisfação (medido por auditor independente)	97,0%	98,3%
Nível de Recomendação (idem)	98,0%	99,2%

Resumo do Ganhos e Perdas Consolidado

(milhares de euros)

	2007	2008
Conta Técnica Não Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.293.215	1.227.982
Proveitos/Custos dos investimentos	54.842	59.075
Outros proveitos/Custos técnicos	6.589	536
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(936.857)	(871.573)
Custos de exploração líquidos	(362.571)	(319.670)
Resultado Técnico Não Vida	**55.218**	**96.350**
Conta Técnica Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	946.047	982.145
Proveitos/Custos dos investimentos	275.111	48.544
Outros proveitos/Custos técnicos	114.754	404.242
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(1.166.640)	(1.473.724)
Custos de exploração líquidos	(49.821)	(38.135)
Resultado Técnico - Contratos de Seguro Vida	**119.451**	**(76.928)**
Resultado Técnico Contratos de Investimento	**31.485**	**8.826**
Resultado Técnico Vida: Contratos de Seguro Vida + Contratos de Investimento	**150.936**	**(68.102)**
Resultado Técnico Global	**206.154**	**28.248**
Conta Não Técnica		
Proveitos/Custos dos investimentos	30.460	(11.855)
Outros proveitos/Custos não técnicos	(23.238)	(1.743)
Resultado Antes de Impostos	**213.376**	**14.650**
Imposto sobre o rendimento do exercício	(48.430)	(3.777)
Interesses minoritários/resultados adquiridos	379	3.085
Resultado Líquido do Exercício	**165.325**	**13.958**

Resumo do Balanço Consolidado

(milhares de euros)

	2007	2008
Activo Liquido		
Activos tangíveis, activos intangíveis e inventários	98.041	206.833
Goodwill	150.700	146.707
Investimentos	11.284.460	11.314.491
Investimentos risco do tomador do seguro	777.115	620.486
Provisões técnicas resseguro cedido	231.901	253.790
Devedores	528.327	816.336
Depósitos e caixa	747.466	779.983
Acréscimos e diferimentos	126.099	13.089
Total do Activo	**13.944.109**	**14.151.715**
Capital Próprio e Passivo		
Capital social	448.400	448.400
Prémios de emissão	184.404	184.404
Reservas	311.361	49.764
Dividendos antecipados	-	(45.500)
Resultados transitados	101.404	279.118
Resultado líquido do exercício	165.325	13.958
Interesses minoritários	23.488	21.280
Total do Capital Próprio e Interesses Minoritários	**1.234.382**	**951.424**
Passivo		
Provisões técnicas de contratos de seguro	7.666.693	7.184.019
Passivos financeiros - componente de depósitos de contratos de seguros	3.124.303	4.472.693
Passivos financeiros - contratos de seguros com risco do tomador do seguro	777.115	620.486
Outras provisões	82.595	46.843
Depósitos recebidos de resseguradores	107.556	48.015
Credores	864.162	683.063
Acréscimos e diferimentos	87.303	145.172
Total do Passivo	**12.709.727**	**13.200.291**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	**13.944.109**	**14.151.715**

Posicionamento da Caixa Seguros e Saúde, SGPS

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS actua globalmente no Mercado Segurador, comercializando produtos em todos os ramos de Seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca, e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: balcões Fidelidade Mundial e Império Bonança, lojas de agentes e corretores, agências bancárias CGD, balcões CTT, *internet* e canal telefónico.

Tendo em conta esse posicionamento e a dimensão de referência que detém, assume igualmente responsabilidades acrescidas enquanto difusor de boas práticas, função que, na área seguradora, adquire relevo particular perante as novas regras de solvência, de gestão de riscos, de governo das sociedades e de conduta de mercado e ética empresariais.

Na área da Segurança Social, a actividade seguradora do Grupo encontra-se, pela natureza, experiência e imagem de solidez e confiança que as suas empresas detêm junto do público, especialmente posicionada para actuar como instrumento de políticas de fomento da poupança individual ou colectiva, de forma a mitigar o efeito da inevitável redução dos níveis de substituição das pensões de reforma asseguradas pelo Estado.

Assim, o Grupo CGD elegeu a área da poupança para a reforma como objectivo estratégico, comercializando um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca "Leve", que tem como principal característica distintiva o facto de se encontrar associado a um cartão de crédito cuja utilização permite contribuir para o plano de poupança.

No que respeita à actividade internacional, a área seguradora do Grupo definiu o enfoque da sua actuação no acompanhamento das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença autónoma ou através de empresas subsidiárias, continuando, todavia, a conferir prioridade à operação em curso no mercado Espanhol.

O redimensionamento da área seguradora do Grupo, decorrente da aquisição da Mundial Confiança (em 2000) e da Império Bonança (em 2005), permitiu igualmente criar condições para uma maior competitividade das estruturas de custos das seguradoras, atenuando uma das principais desvantagens concorrenciais face aos operadores internacionais que actuam no nosso mercado.

Resumo da Evolução da Actividade em 2008

Na sequência da aprovação, no final de 2007, de um Programa de Acção Estratégica para o triénio 2008-2010, foi definido um conjunto integrado de projectos sob a designação de *Programa Activaction*, cuja concretização com sucesso criará condições para que os objectivos estratégicos possam ser atingidos.

O *Programa Activaction* pretende responder ao essencial dos desafios que se colocam no âmbito dos três grandes grupos de objectivos definidos:

- Crescimento da operação global de seguros;
- Rentabilidade e solidez;
- Recursos optimizados.

Este programa representa um esforço significativo ao nível dos recursos investidos, exige uma atitude muito positiva e aberta de todos os colaboradores da área seguradora do Grupo e o seu impacto far-se-á sentir em todas as unidades orgânicas.

Em 2008, e no âmbito das medidas desencadeadas, pela área seguradora do Grupo, com vista ao reforço da actuação das suas marcas no mercado, introduziram-se melhorias substanciais nos portais internet, quer nos de suporte às redes comerciais, quer nos disponibilizados ao público em geral.

De referir, igualmente, o lançamento de novos produtos Automóvel, que se caracterizam pelas suas características de flexibilidade e inovação, bem como a aposta numa maior segmentação dos riscos, como meio de alcançar uma tarifação equilibrada, captando e fidelizando clientes com perfil de risco mais favorável.

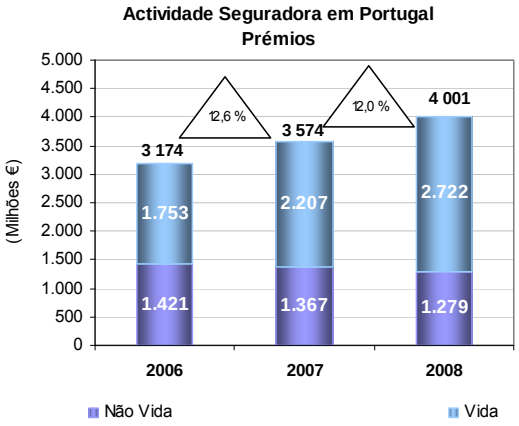
Também para os ramos Multirriscos Habitação e Acidentes de Trabalho, foram desenvolvidos novos produtos, que, pelas suas características, permitem uma maior adequação da tarifa ao risco subjacente.

Ao nível dos Ramos Vida, para além da consolidação do Leve PPR, foram comercializadas diversas tranches de produtos financeiros de oferta limitada que visaram fornecer aos clientes uma alternativa segura de poupança num contexto de forte instabilidade dos Mercados Financeiros.

A fidelização e a retenção de clientes marcaram também o ano em termos de posicionamento e estratégia no mercado segurador, tendo sido adoptadas diversas medidas com vista a aumentar a taxa de retenção de apólices e a venda de novos produtos.

Prémios de Seguro Directo

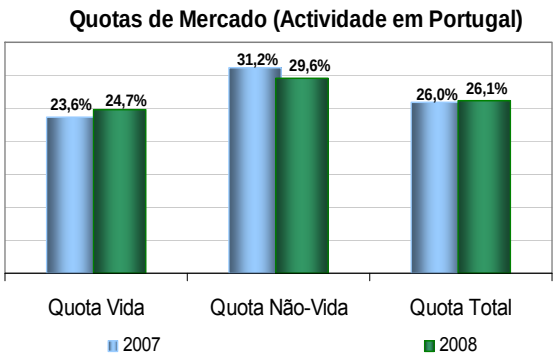
A.Caixa Seguros e Saúde, SGPS atingiu um montante de Prémios de Seguro Directo, incluindo recursos captados ao abrigo de Contratos de Investimento, de 4.094 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 11,9%.



A actividade em Portugal foi responsável pela maioria da Produção (97,7%), com um volume de Prémios de Seguro Directo de 4 001 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 12%, pelo que o Grupo consolidou, assim, a liderança do Mercado nacional com uma quota global de 26,1% (+0,1 pp. que no ano anterior), em sintonia com a sua vocação de Grupo Segurador global.

A actividade Vida, em Portugal, contabilizou 2 722 milhões de euros de Prémios de Seguro Directo, incluindo recursos captados no âmbito de Contratos de Investimento, o que permitiu atingir uma quota de Mercado de 24,7% (23,6% no ano anterior), reforçando a liderança desta área de negócio em termos de Produção.

De referir, igualmente, o facto de a área seguradora do Grupo ter alcançado a liderança do Mercado Segurador em termos de recursos captados pelo Ramo Vida (Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros associados a Contratos de Investimento), com uma quota de aproximadamente 24%.



No conjunto de Ramos Não Vida, a Produção com origem no mercado nacional atingiu 1 279 milhões de euros, correspondente a uma Quota de Mercado de 29,6% (31,2% em 2007), o que mais que triplica o valor do concorrente mais próximo.

A carteira de Prémios da área seguradora do Grupo mantém uma distribuição mais equilibrada entre estas duas áreas de negócio do que a verificada no Mercado, com o Ramo Vida a ser responsável por 68% dos Prémios face a 71,8% no Mercado.

Sinistralidade

A taxa de sinistralidade de seguro directo dos Ramos Não Vida situou-se em 58,2%, um valor sensivelmente igual ao registado ano anterior, reflectindo a política, adoptada pela área seguradora do Grupo, de uma rigorosa selecção de carteira e de um crescente ajustamento das tarifas aos riscos contratados, promovendo a captação de clientes com um perfil adequado.

Sinistralidade de Seguro Directo - Ramos Não Vida

	Custos com sinistros		Taxa Sinistralidade	
	2007	2008	2007	2008
Acidentes de trabalho	198 423	158 211	84,8%	72,5%
Acidentes pessoais e Pessoas Transp	14 361	19 610	30,8%	42,8%
Doença	124 141	140 946	78,1%	81,9%
Incêndio e Outros Danos	86 410	114 797	37,2%	48,9%
Automóvel	366 666	293 472	57,2%	50,9%
Marítimo, Aéreo e Transportes	9 987	9 735	27,1%	27,6%
Responsabilidade Civil Geral	10 676	14 455	31,8%	43,3%
Diversos	9 032	32 345	31,6%	108,4%
TOTAL	**819 696**	**783 571**	**58,1%**	**58,2%**

Provisões Técnicas e sua Cobertura

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS atingiu, no final do exercício de 2008, um montante de activos afectos à representação das responsabilidades técnicas de seguro directo e resseguro aceite de 13 mil milhões de euros, evidenciando, apesar da acentuada perda de valor dos activos financeiros em resultado da crise dos mercados internacionais, uma cobertura das responsabilidades técnicas em cerca de 104%.

Existe, ainda, um conjunto de activos não afectos, mas passíveis de representar responsabilidades técnicas, que aumentariam em cerca de 1,5pp o respectivo grau de cobertura .

Custos de Estrutura

O total de custos de estrutura da Caixa Seguros e Saúde, SGPS foi de 449,5 milhões de euros, inferior em 1,9% ao valor registado no ano anterior.

Contudo, em termos comparáveis e excluindo o efeito da Provisão para Outros Riscos e Encargos, os custos de estrutura atingiram 476 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,2% face ao ano transacto, o que se justifica, essencialmente, pelos custos associados à entrada em funcionamento das novas unidades hospitalares.

Resultados, Situação Líquida e Margem de Solvência

O Resultado Líquido do exercício, de acordo com as normas IAS/IFRS (Grupo CGD), foi de 14 milhões de euros, o que representa um decréscimo significativo face ao ano anterior, que se fica a dever, essencialmente, ao reconhecimento de perdas em investimentos em títulos, sendo 163,1 milhões de euros por perdas de imparidade e 76,1 milhões de euros relativos a perdas líquidas com a alienação/valorização de títulos.

O capital próprio consolidado da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, no final de 2008, ascende a 951 milhões de euros, inferior em 283 milhões de euros face ao ano anterior, em consequência da forte desvalorização dos activos, com variações reconhecidas no Capital Próprio, e também pelo facto de o montante de dividendos distribuídos, relativos a 2007, ter sido superior ao Resultado Líquido do exercício de 2008. De referir, ainda, a existência de um passivo subordinado no montante de 326,5 milhões de euros.

A Margem de Solvência exigida da Caixa Seguros e Saúde, SGPS era, no final de 2008, de 691 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiam 1 128 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 163,3%, representando, assim, um elevado índice de segurança para todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com as empresas do Grupo.

O Grupo tem, assim, inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, cumprindo os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo significativamente os valores mínimos legalmente fixados.

Síntese da Actividade das Principais Seguradoras

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA

Em 2008 continuaram a ser implementadas medidas de reforço da marca Fidelidade Mundial e de dinamização comercial, através da realização de campanhas promocionais, da melhoria das ferramentas informáticas de suporte à venda (Medinet) e do lançamento e promoção de produtos inovadores.

De referir, igualmente, o desenvolvimento do projecto assurfinance, através da oferta, pela Rede de Mediação, de crédito imobiliário e de financiamento automóvel a clientes da Fidelidade Mundial.

No que concerne à politica de produtos, há que destacar a implementação de medidas de consolidação da actual carteira de riscos no Ramo Automóvel, através de alterações nas tarifas com vista a captar novos clientes com perfil de risco mais favorável, do aprofundamento da segmentação da carteira e de incentivos ao pagamento de Prémios por débito bancário.

Ao nível dos Ramos Vida, para além da consolidação do LEVE PPR, foram comercializadas diversas tranches de produtos financeiros de oferta limitada que visaram fornecer aos clientes uma alternativa segura de poupança num contexto de forte instabilidade dos Mercados Financeiros.

Em termos de Produção, a Companhia mantém a liderança destacada do Mercado com uma quota de mercado de 21,8% (+0,7pp que em 2007), tendo registado um montante de Prémios na Actividade em Portugal de 3 339 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de Contratos de Investimento), que correspondeu a um acréscimo de 15,1% face ao ano anterior.

Esta liderança verificou-se quer nos Ramos Vida (quota de 23,4% face a 22,3% em 2007), quer nos Ramos Não Vida (quota de 17,8% face a 18,6% no ano anterior).

Por seu lado, a actividade no Estrangeiro evidenciou um aumento na Produção para 92 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), reflectindo, sobretudo, o crescimento de 90% evidenciado pela Sucursal de Espanha.

No que respeita aos Resultados, e como consequência da desvalorização dos mercados financeiros internacionais, a Companhia obteve, nas suas contas estatutárias, um Resultado Líquido de 14,4 milhões de euros face a 130,1 milhões de euros alcançados no ano anterior.

A Fidelidade-Mundial, ao terminar o exercício de 2008 com um montante de activos afectos à representação das provisões técnicas, incluindo responsabilidades com contratos de investimento, de 10,6 mil milhões de euros, apresenta um rácio de cobertura de responsabilidades técnicas de 102,3%.

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL - Contas Individuais (a)

(milhares de euros)

	2007	2008
Activo líquido	10 933 298	11 401 884
Prémios de seguro directo	2 977 559	3 431 168
Capitais próprios	974 350	726 449
Resultado líquido	130 085	14 387
Capital social	400 000	400 000
% Grupo CGD	100,00%	100,00%
Número de empregados	1 917	1 844
Número de agências	90	90
Mediadores exclusivos	679	891
Lojas em *franchising (PVE's)*	354	381

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas relativas à actividade seguradora e os valores de 2007 reflectem os ajustes de transição para as IFRS/IAS

Império Bonança – Companhia de Seguros, SA

Em 2008 continuaram a ser implementadas medidas de reforço da marca Império Bonança e de dinamização comercial, através da realização de campanhas promocionais, da melhoria das ferramentas informáticas de suporte à venda e do lançamento e promoção de produtos inovadores.

De referir, igualmente, o lançamento de dois novos produtos de importância fulcral para a Império Bonança, o AU-TO-IB e o LEVE PPR, em que as características inovadoras de ambos permitiram o reforço da oferta segmentada e orientada para as necessidades específicas de cada cliente.

Paralelamente, foram também lançados vários produtos financeiros com rendimento e capital garantido, para além da sempre disponível e abrangente oferta destinada quer a clientes Particulares, quer a empresas.

Reforçando o apoio que sempre tem prestado aos seus mediadores, informando e encontrando sempre as melhores soluções que permitam auxiliar a rede de mediação, a Império Bonança lançou o portal www my-ib com, com o objectivo de fornecer informação periódica actualizada e gerar uma comunicação dirigida, segmentada e fluida com cada Mediador.

No que respeita à Actividade em Portugal, atingiu-se um montante de Prémios de 623 milhões de euros, o que representa, face ao ano anterior, um decréscimo de 1,9%, tendo a quota de mercado descido 0,5 pp face ao ano anterior, para 4,1%.

Os Prémios do Ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, totalizaram 147 milhões de euros, apresentando um crescimento de 20,3% e uma quota de mercado de 1,3%, que decorre essencialmente da comercialização de produtos de capitalização.

Os Ramos Não Vida totalizaram uma Produção de 476 milhões de euros, o que lhe permitiu atingir uma quota de 11% nesta área de negócio, posicionando-se como a segunda maior seguradora nacional.

A Império Bonança detém activos representativos das provisões técnicas, incluindo responsabilidades com contratos financeiros, no montante de 2,1 mil milhões de euros, valor que excede as responsabilidades em 175 milhões de euros e que corresponde a um grau de cobertura de 109%.

O Resultado Líquido da Império Bonança situou-se em 27 milhões de euros, menos 7,9 milhões de euros que no ano anterior, sendo que para a quebra nos resultados contribuíram fundamentalmente as evoluções desfavoráveis das margens técnicas, cujo efeito foi parcialmente compensado pela redução dos custos de funcionamento não recorrentes.

Os resultados financeiros mantiveram-se praticamente ao nível do ano anterior, apesar da actual crise nos mercados financeiros internacionais.

IMPÉRIO BONANÇA - COMPANHIA DE SEGUROS - Contas Individuais (a)

(milhares de euros)

	2007	2008
Activo líquido	2 559 682	2 391 711
Prémios de seguro directo	643 096	623 580
Capitais próprios	206 606	203 536
Resultado líquido	34 888	27 000
Capital social	202 005	202 005
% Grupo CGD	100,00%	100,00%
Número de empregados	1 278	1 261
Número de agências	63	64
Mediadores exclusivos	788	977
Lojas em *franchising*	164	189

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas relativas à actividade seguradora e os valores de 2007 reflectem os ajustes de transição para as IFRS/IAS

Sínntese da Actividade das restantes Seguradoras e empresas instrumentais

Relativamente à evolução individual das restantes empresas da área seguradora do Grupo e consideradas para efeitos de consolidação das demonstrações financeiras, cabe destacar os seguintes aspectos:

- A Via Directa, que opera sob a marca Ok!Teleseguro, registou, apesar do contexto adverso dos Ramos em que actua, um aumento de 1,2% no seu volume de Prémios para 38,3 milhões de euros, tendo obtido um Resultado de 416 mil euros;

- A Cares, empresa de seguros de assistência, contabilizou um montante de Prémios de 45,4 milhões de euros, registando uma evolução de 5,3% face ao ano anterior, e um Resultado Líquido de 431 mil euros;
- A Multicare, seguradora vocacionada para a exploração de Seguros de Saúde, contabilizou, no seu primeiro exercício completo, um montante de Prémios de 167 milhões de euros, tendo registado um Resultado de 1,7 milhões de euros;
- A CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros, que passou a ser controlada pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS no ano transacto, continuou a gerir a carteira de sinistros em run-off e alcançou um Resultado Líquido de 769 mil euros;
- A EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S A , empresa especializada em gestão de operações e redes de saúde, obteve um volume de negócios de 279 mil euros e um Resultado Liquido de 37 mil euros;
- A GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S A , responsável pela peritagem de sinistros das seguradoras do Grupo, atingiu uma facturação de 19,7 milhões de euros, mais 12,7% que no ano anterior, tendo o Resultado Líquido sido tendencialmente nulo;
- A EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S A continuou a contribuir positivamente para a actividade da Companhia nas suas áreas de competência específica, mantendo o volume de negócios do ano transacto (2,1 milhões de euros) e registando um Resultado Líquido de 13 mil euros;
- A Fidelidade-Mundial SGII, vocacionada para a gestão de património imobiliário, alcançou em 2008 um total de proveitos de 6 milhões de euros, tendo obtido no exercício um Resultado Líquido de 1,2 milhões de euros;
- A Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, unidade especializada na reparação de automóveis, obteve, em 2008, um volume de facturação de 1 milhão de euros, sendo o Resultado Líquido de 131 mil euros.

Síntese da Área de Saúde

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS detém 75% da HPP, SGPS, que agrega as participações do Grupo CGD na área hospitalar, bem como 100% da HPP International (Ireland e Luxembourg) e da LCS – Linha de Cuidados de Saúde (Saude24).

A actividade desenvolvida pelas empresas agregadas na HPP, SGPS continuou a revelar um crescimento gradual, com o volume de negócios consolidado a crescer 11% para 62,2 milhões de euros, com particular incidência na HPP Norte e HPP Centro.

Na HPP Norte, a centralização de toda a actividade no novo hospital da Boavista permitiu rentabilizar a capacidade hospitalar instalada, com particular relevo para o bloco operatório, consulta e atendimento permanente.

Por sua vez, na HPP Centro o ano fica essencialmente associado à concretização e abertura do Hospital dos Lusíadas, concebido no âmbito da estratégia da HPP de constituir um Sistema Privado de Saúde de âmbito nacional.

Na HPP Sul o volume de negócios cresceu 10,4% em 2008, para o que contribuíram fundamentalmente os contratos celebrados com a Administração Regional de Saúde e uma maior diversificação da actividade.

A HPP, SGPS evidenciou um Resultado consolidado negativo de 12,2 milhões de euros, reflectindo os custos associados ao arranque das novas unidades hospitalares.

A LCS – Linha de Cuidados de Saúde alcançou, em 2008, um volume de negócios de 7,3 milhões euros (+63,4% que no ano anterior), sendo de referir que todos os indicadores apontam para uma excelente qualidade de serviço.

Tendo em atenção que este é apenas o primeiro exercício completo da LCS, não foi ainda possível alcançar um nível de actividade que suporte os custos associados, pelo que, apesar de uma evolução favorável face ao ano anterior, o Resultado Líquido foi negativo em 1,2 milhões de euros.

A HPP International (Ireland e Luxembourg), criada em 2007 e que resulta da parceria firmada entre o Grupo CGD e a USP Hospitales, registou um Resultado Líquido de 3,8 milhões de euros.

ANÁLISE FINANCEIRA

ÍNDICE

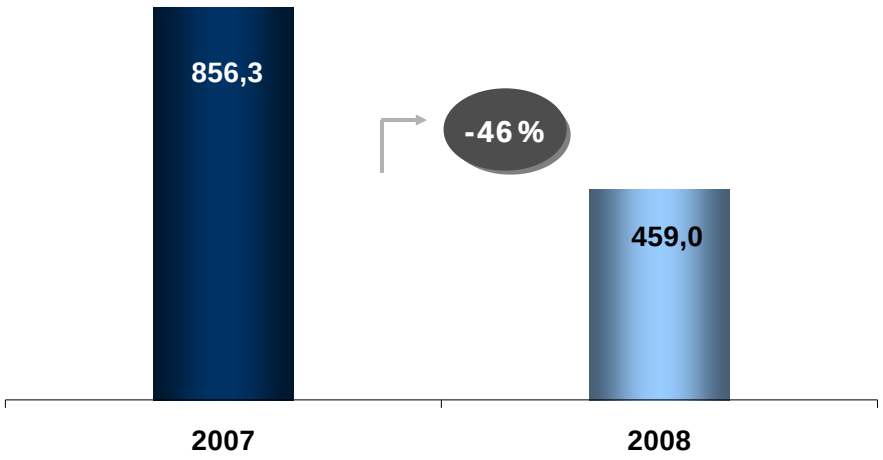
Actividade Consolidada	104	Actividade Individual	133
Resultados e Rendibilidade	104	Evolução do Balanço	133
Evolução do Balanço	113	Gestão de Capital	134
Gestão de Capital	127	Resultados	134
Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD	129	Principais Riscos e Incertezas em 2009	137
Rating do Grupo	131		

ACTIVIDADE CONSOLIDADA

RESULTADOS E RENDIBILIDADE

Os Resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2008 totalizaram 459,0 milhões de euros, contra 856,3 milhões no ano anterior, tendo diminuído 46,4% apesar do contributo muito positivo do Produto da actividade bancária e seguradora que registou um aumento de 13,1%. A redução verificada traduz os efeitos muito negativos da crise vivida nos mercados financeiros, com reflexos na desvalorização das carteiras de participações financeiras e de títulos e na necessidade do reconhecimento das respectivas perdas, com destaque para as participações no BCP e na ZON-Multimédia, nos montantes de 220 e 262,2 milhões de euros, respectivamente, bem como em outras imparidades de outos títulos relacionados com a actividade seguradora (122,1 milhões de euros).

Evolução do Resultado Líquido



Impactos excepcionais

- **Imparidade Activos Financeiros:**
  Dos quais:
  - ZON: 262M€
  - BCP: 220M€
  - Imparidade de outros títulos da actividade Seguradora: 122M€
- **Venda Activos**
  Dos quais:
  - ADP: 72M€
  - REN: 83M€

Demonstração de resultados (Consolidado)

(milhares de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	**2 031 981**	**2 201 410**	**169 429**	**8,3%**
Juros e rendimentos similares	5 910 121	7 325 539	1 415 418	23,9%
Juros e encargos similares	3 971 036	5 244 381	1 273 345	32,1%
Rendimentos de instrumentos de capital	92 896	120 252	27 356	29,4%
Margem complementar (2)	**568 087**	**844 803**	**276 717**	**48,7%**
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	394 918	418 781	23 863	6,0%
Resultados em operações financeiras	84 336	246 559	162 222	192,4%
Outros resultados de exploração	88 832	179 464	90 632	102,0%
Margem técnica da activ seguradora (3)	**549 245**	**514 957**	**-34 289**	**-6,2%**
Prémios líquidos de resseguro	2 242 766	2 213 705	-29 061	-1,3%
Rendimento invest afecto contratos de seguro	310 827	227 092	-83 735	-26,9%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	1 868 448	1 805 582	-62 867	-3,4%
Comissões e outras prov e custos associados	-135 900	-120 259	15 641	-11,5%
Produto da actividade (4)=(1)+(2)+(3)	**3 149 313**	**3 561 170**	**411 857**	**13,1%**
Custos operativos (5)	**1 735 696**	**1 838 673**	**102 977**	**5,9%**
Custos com pessoal	942 217	1 003 810	61 594	6,5%
Fornecimentos e serviços de terceiros	650 733	675 890	25 157	3,9%
Depreciações e amortizações	142 746	158 973	16 227	11,4%
Resultado bruto de exploração (6)=(4)-(5)	**1 413 617**	**1 722 497**	**308 880**	**21,9%**
Provisões e imparidade (7)	**341 644**	**1 091 021**	**749 377**	**219,3%**
Provisões líquidas de anulações	72 805	-130 627	-203 433	-279,4%
Imparidade de crédito, líquida	249 439	447 555	198 116	79,4%
Imparidade de outros activos, líquida	19 399	774 093	754 694	-
Resultados em empresas associadas (8)	**3 150**	**30 384**	**27 234**	**-**
Resultados, antes de impostos e de interesses minoritários (9)=(6)-(7)+(8)	**1 075 124**	**661 860**	**-413 263**	**-38,4%**
Impostos (10)	**177 514**	**156 693**	**-20 821**	**-11,7%**
Correntes	315 163	322 880	7 717	2,4%
Diferidos, líquido	-137 649	-166 187	-28 538	20,7%
Resultado líquido consolidado do exercício (11)=(9)-(10)				
▪ Atribuível a interesses minoritários	41 299	46 143	4 845	11,7%
▪ ***Atribuível ao accionista da CGD***	**856 311**	**459 023**	**-397 287**	**-46,4%**

A actividade da CGD contribuiu com 67,7% do Resultado Líquido obtido pelo Grupo, sendo de realçar também o desempenho muito favorável das unidades no exterior, com 87,9 milhões de euros, ou seja 19,1% do total, contra 11,9% no ano anterior.

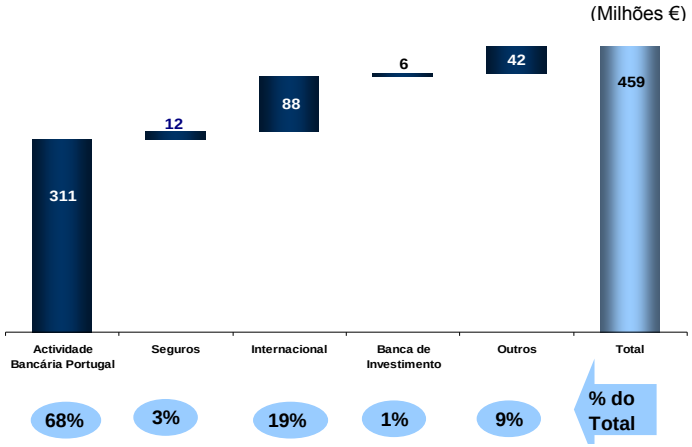
Resultados das principais Unidades do Grupo (a)

(milhares de euros)

	2007	2008	Estrutura 2007	Estrutura 2008
Banca comercial nacional	**528 794**	**310 986**	**61,8%**	**67,7%**
Banca de investimento	**36 184**	**6 215**	**4,2%**	**1,4%**
Das quais:				
Caixa Banco Investimento	34 259	18 275	4,0%	4,0%
Área internacional	**101 903**	**87 879**	**11,9%**	**19,1%**
Das quais:				
Banco Caixa Geral	10 813	15 934	1,3%	3,5%
Banco BNU, SA (Macau)	36 281	38 104	4,2%	8,3%
Mercantile Bank	15 696	31 936	1,8%	7,0%
B Com Atlântico (Cabo Verde)	5 991	4 484	0,7%	1,0%
Banco Com Inv Moçambique	5 202	7 370	0,6%	1,6%
Seguros e saúde	**162 447**	**12 347**	**19,0%**	**2,7%**
Gestão de activos	**13 602**	**10 882**	**1,6%**	**2,4%**
Outros	**13 382**	**30 714**	**1,6%**	**6,7%**
TOTAL	**856 311**	**459 023**	**100,0%**	**100,0%**

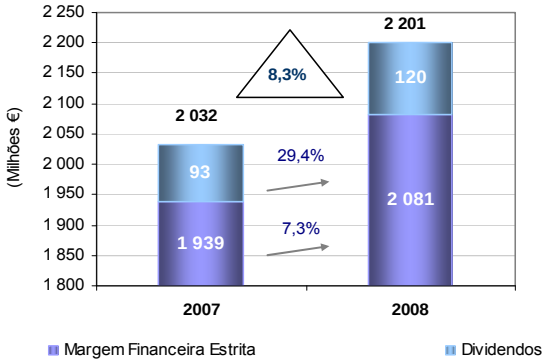
(a) Contributo para o resultado consolidado, diferente do resultado apresentado pela unidade nas suas contas individuais

Contribuição para o Resultado por Área de Negócio



A Caixa Seguros e Saúde contribuiu com um Resultado Líquido de 12,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo significativo face a 2007, decorrente da menor contribuição positiva da Área Seguradora, devido ao efeito adverso dos mercados financeiros internacionais, e do resultado da absorção, pela Área de Saúde, dos custos associados ao seu plano de expansão.

Margem Financeira Alargada



A Margem financeira alargada elevou-se a 2 201,4 milhões de euros (+8,3%), repartidos pela Margem financeira estrita, com 2 081,2 milhões de euros (+7,3%), e pelos Rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), com 120,3 milhões de euros (+29,4%).

A taxa da Margem aumentou de 2,28% para 2,31%.

Os dividendos tiveram origem nas seguintes empresas:

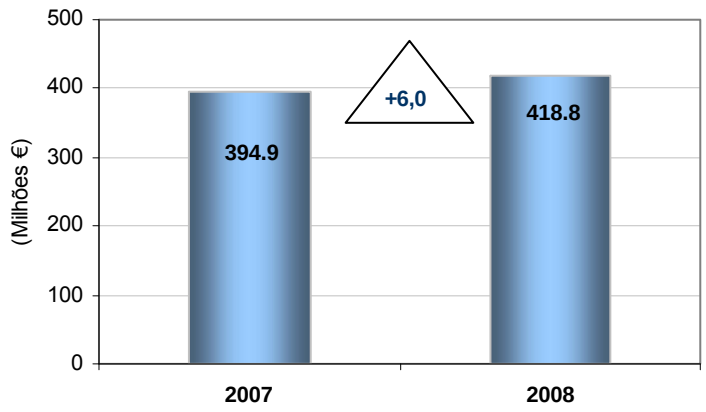
Rendimentos de Instrumentos de Capital

(milhões de euros)

	2007	2008
Portugal Telecom, SGPS, S A	34 290	47 550
EDP – Energias de Portugal, S A	19 208	25 497
ZON Multimédia, SGPS, S A	10 267	21 807
Flávio Luxembourg SARL, S A	-	3 834
GALP Energia, SGPS, S A	4 483	3 767
Visa Europa	-	3 029
Unicre – Cartão Internacional de Crédito	1 795	1 848
Cimpor	2 862	1 707
Banco Comercial Português, S A	7 933	-
Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2 199	-
Outros	9 859	11 213
Total	**92 896**	**120 252**

As Comissões líquidas progrediram 6,0%, atingindo 418,8 milhões de euros, destacando-se as relativas aos meios de pagamento, que aumentaram 14%, à prestação de serviços (+13%) e às de crédito (+32%). Verificou-se, em contrapartida, uma queda de 23% nas comissões de gestão de activos.

Evolução das Comissões Líquidas



Os Resultados em operações financeiras apresentaram um valor positivo de 246,6 milhões de euros, contra 84,3 milhões no ano precedente. O aumento verificado de 162,2 milhões de euros foi fundamentalmente influenciado pelo impacto da mais-valia no montante de 156 milhões de euros obtida com a alienação das participações detidas pela CGD na REN-Redes Energéticas Nacionais e na ADP-Águas de Portugal correspondentes a 15% do capital destas empresas.

Em "Activos detidos para negociação", excluindo os resultados em derivados sobre divisas, foram contabilizados resultados positivos no montante de 86,8 milhões de euros, evidenciando uma forte melhoria face ao ano anterior.

A acentuada descida das cotações determinada pela escassez da liquidez nos mercados e pelo aumento do grau de aversão ao risco reflectiram-se negativamente nos resultados de instrumentos de capital. Contudo, a utilização de instrumentos financeiros derivados para cobertura de posições permitiu obter ganhos de 241 milhões de euros, que mais do que compensaram as perdas nos activos de negociação.

Relativamente à carteira de "Activos disponíveis para venda" apesar de não terem existido deteriorações da notação de *rating*, o valor de mercado da maioria dos activos detidos diminuiu, em particular nos meses de Outubro e Novembro, o que se reflectiu negativamente nas reservas de justo valor e por consequência nos capitais próprios.

Os casos mais críticos registaram-se em títulos de algumas entidades do sector financeiro sujeitas a grande pressão do mercado no período pós-falência da Lehman Brothers e nos títulos de bancos islandeses.

Face à evolução descrita, a Margem complementar cifrou-se em 844,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento significativo de 48,7%, traduzindo a forte melhoria na rentabilidade operacional da actividade bancária.

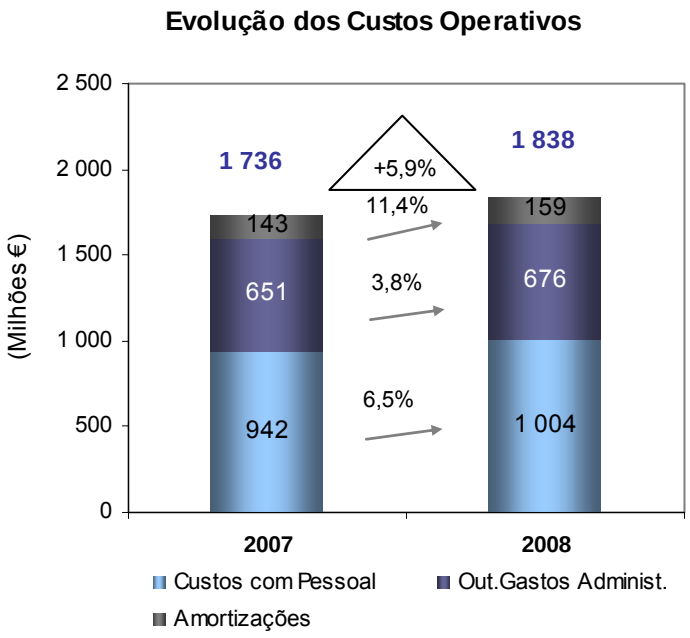
A Margem técnica da actividade de seguros contribuiu com 515 milhões de euros para o produto da actividade do Grupo, o que representou uma redução de 34,3 milhões face ao ano anterior (-6,2%).

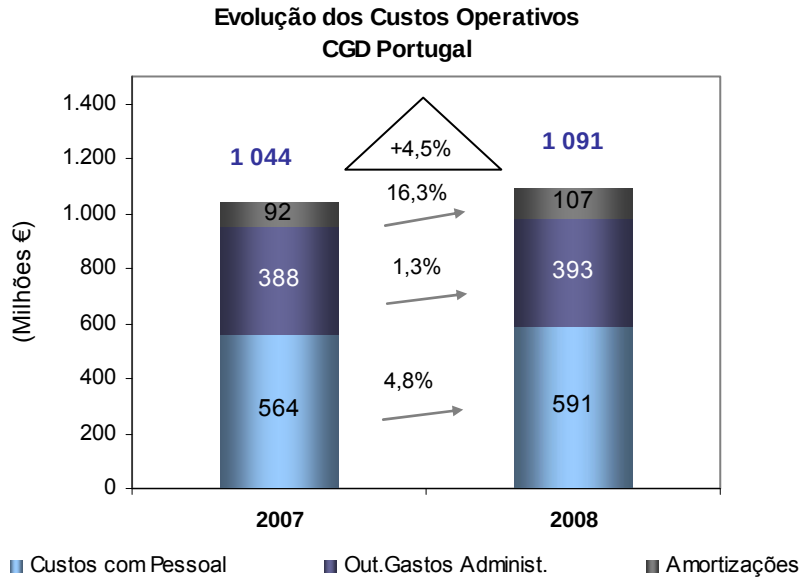
O volume de prémios adquiridos líquidos de resseguro totalizou 2 213,7 milhões de euros, montante ligeiramente inferior ao observado no ano anterior (-1,3%). Esta redução foi compensada pela evolução favorável dos custos com sinistros líquidos de resseguro que diminuíram 3,4%, fixando-se nos 1 805,6 milhões de euros. Em resultado da gestão criteriosa da carteira, alcançou-se uma redução da taxa de sinistralidade global e o comportamento entre prémios e sinistros saldou-se num ganho de 408,1 milhões de euros, +33,8 milhões (+9%) face ao ano anterior.

A quebra na margem é explicada pela redução dos rendimentos e ganhos de investimentos afectos a contratos de seguros em 83,7 milhões de euros (-26,9%), que foram afectados pelos resultados negativos de 58,8 milhões de euros com a alienação e valorização de investimentos, enquanto que no ano anterior esta rubrica apresentou um contributo positivo de 28,5 milhões de euros. Estes resultados estão em linha com a evolução negativa dos mercados financeiros.

Deste modo, o Produto da actividade bancária e seguradora totalizou 3 561,2 milhões de euros, registando um aumento de 13,1%.

Os Custos operativos somaram 1 838,7 milhões de euros, registando um acréscimo de 103,0 milhões (+5,9%), comportamento resultante dos aumentos verificados nos custos com pessoal (+6,5%), nos outros gastos administrativos (+3,9%) e nas depreciações e amortizações (+11,4%). De referir que os aumentos verificados nos custos com pessoal e outros gastos administrativos da actividade bancária em Portugal foram inferiores (de 4,7% e 1,4%, respectivamente), decorrente das diversas iniciativas de redução de custos que tem vindo a ser prosseguidas na CGD.





Os aumentos de custos mais significativos registaram-se na actividade internacional e no sector segurador, neste último associado à entrada em funcionamento em 2008 de duas novas unidades hospitalares da HPP e a reformas antecipadas e indemnizações por cessação de emprego, no âmbito da implementação em curso da nova estrutura organizativa.

No tocante aos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, os custos mais significativos foram os seguintes:

Fornecimentos e Serviços de Terceiros

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação
Total	**650,7**	**675,9**	**+3,9%**
Do qual:			
Com fornecimentos de terceiros	37,8	41,8	+10,4%
Rendas e alugueres	77,0	80,4	+4,4%
Comunicações	55,0	56,4	+2,5%
Publicidade	65,3	67,5	+3,4%
Conserv e reparação de material	49,9	47,7	-4,2%
Informática	101,3	102,6	+1,3%
Estudos e Consultoria	34,4	30,2	-12,2%
Outros serviços de terceiros	111,6	145,5	+30,3

Tendo em consideração os valores alcançados pelo produto da actividade e os custos operativos, o Resultado bruto de exploração foi de 1 722,5 milhões de euros, valor significativamente superior ao do ano anterior (+21,9%).

Após os valores das Dotações para Provisões e da Imparidade, bem como dos Resultados em Empresas Associadas, o Resultado antes de impostos e de interesses minoritários da CGD alcançou os 661,9 milhões de euros, ou seja, menos 38,4% do que em 2007.

Os Resultados em Empresas Associadas ascenderam a 30,4 milhões de euros, contra 3,2 milhões em 2007, provenientes sobretudo da REN.

Os impostos sobre lucros totalizaram 156,7 milhões de euros, respeitando 322,9 milhões a impostos correntes (+2,4%), que correspondem aos impostos efectivamente pagos relativamente ao exercício e resultam da aplicação da taxa de IRC sobre a matéria colectável, e 166,2 milhões a impostos diferidos activos a deduzir (+20,7%), relativos a operações passíveis de vir a proporcionar, no futuro, a recuperação do imposto pago Em 2008 os impostos diferidos respeitam, em boa parte, à tributação de provisões para crédito e imparidade de títulos, designadamente BCP e ZON, temporariamente não aceites fiscalmente.

O Resultado atribuível a Interesses Minoritários situou-se em 46,1 milhões de euros (+11,7%) e correspondem, na consolidação, à apropriação de resultados das empresas participadas, na parcela não detida pela Caixa, em especial no BCI (Moçambique) (7 milhões de euros), no Mercantile (África do Sul) (2,9 milhões) e no Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde) (2,9 milhões). Incluem ainda os rendimentos pagos aos tomadores dos títulos preferenciais emitidos pela CGD Finance no montante de 34,4 milhões de euros.

Após Impostos e Interesses Minoritários da CGD, o Resultado Líquido elevou-se a 459 milhões de euros, -46,4 % do que em 2007.

PROVISÕES E IMPARIDADE NO EXERCÍCIO

A Dotação para provisões e a Imparidade de outros activos ascenderam, no seu conjunto, a 643,5 milhões de euros, correspondente a um aumento de 551,3 milhões face ao ano precedente, incluindo-se neste último agregado cerca de 482 milhões de euros relativos às participações no BCP e na ZON-Multimédia e ainda, imparidade de outros títulos da carteira da Caixa-Seguros, no montante de 122,1 milhões de euros.

A Imparidade do crédito, líquida de reversões, aumentou 198,1 milhões de euros (+79,4%) face ao ano transacto, cifrando-se em 447,6 milhões.

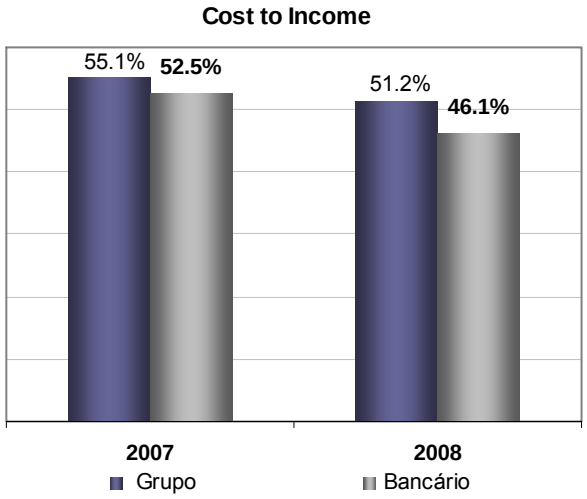
(milhares de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
PROVISÕES				
Dotação para provisões	120 408	288 796	168 388	139,8%
Reposição e anulação de provisões	47 603	419 423	371 820	781,1%
Provisões (líquidas)	***72 805***	***-130 627***	**-203 433**	**-279,4%**
IMPARIDADE				
A) De Crédito (1-2-3)	**249 439**	**447 555**	**198 116**	**79,4%**
Perdas de imparidade (1)	**739 491**	**1 051 969**	**312 478**	**42,3%**
Crédito a clientes	221 207	524 934	303 727	137,3%
Crédito e juros venc -créd a clientes	518 285	527 035	8 751	1,7%
Reversões por perda de imparidade (2)	**398 216**	**551 269**	**153 053**	**38,4%**
Crédito a clientes	140 955	185 935	44 980	31,9%
Crédito e juros vencidos - créd a clientes	257 261	365 334	108 073	42,0%
Recuperação de crédito (3)	**91 836**	**53 144**	**-38 692**	**-42,1%**
De créditos incobráveis	77 130	38 036	-39 094	-50,7%
De juros e desp crédito vencido	14 706	15 109	402	2,7%
B) De Outros Activos (1-2)	**19 399**	**774 093**	**754 694**	**-**
Perdas de imparidade (1)	**86 602**	**851 939**	**765 337**	**883,7%**
Aplicações em instituições de crédito	7 567	109 153	101 586	-
Devedores e outras aplicações	14	40 823	40 809	-
Títulos	4 317	680 304	675 987	-
Investimentos em filiais excl consol	2 593	0	-2 593	-100,0%
Activos não financeiros e outros	72 113	21 660	-50 453	-70,0%
Reversões por perda de imparidade (2)	**67 203**	**77 846**	**10 643**	**15,8%**
Aplicações em instituições de crédito	6 058	8 123	2 066	34,1%
Devedores e outras aplicações	60	272	212	351,5%
Títulos	242	0	-242	-
Investimentos em filiais excl consol	2 878	0	-2 878	
Activos não financeiros e outros	57 965	69 450	11 486	19,8%
Imparidade (líquida) (A + B)	**268 839**	**1 221 649**	**952 810**	**354,4%**
PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	**341 644**	**1 091 021**	**749 377**	**219,3%**

INDICADORES DE EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

O rácio de eficiência do Grupo – *cost-to-income* – melhorou significativamente, reduzindo-se de 55,1% para 51,2% no Grupo. Considerando apenas a actividade bancária do Grupo, o indicador reduziu-se de 52,5% para 46,1% na actividade bancária.

Esta evolução favorável também foi observada nos outros rácios de eficiência indicados no quadro seguinte, sejam o dos Custos operativos sobre o Activo ou o dos Custos com Pessoal sobre o Produto da Actividade.



Rácios de custos operativos

	2007	2008
Custos Operativos:		
Em função do Produto da Actividade (*Cost-to-income)*	55,1%	51,2%
Em função do Produto da Activ Bancária (*Cost-to-income* Bancário)	52,5%	46,1%
Em função do Activo líquido médio	1,75%	1,71%
Custos com Pessoal em função do Produto da Actividade	29,9%	27,9%

(a) Valores consolidados

A Rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em 9,6% (12,6% antes de impostos) e a rendibilidade líquida do activo (ROA) em 0,47% (0,61% antes de impostos).

Rácios de Rendibilidade

	2007	2008
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – **ROE** (1)	20,5%	12,6%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios – **ROE** (1)	17,1%	9,6%
Rendibilidade bruta dos activos – **ROA** (1)	1,09%	0,61%
Rendibilidade, após impostos, dos activos – **ROA** (1)	0,91%	0,47%
Produto da actividade (2) / Activo líquido médio	3,19%	3,34%

(1) Considerando os valores de Capitais próprios e de Activo líquido médios
(2) Inclui Resultados em empresas associadas

O Produto da Actividade bancária e seguradora, relativamente ao Activo Líquido médio, aumentou de 3,19% para 3,34%, influenciado pela forte melhoria na rentabilidade operacional da actividade bancária.

EVOLUÇÃO DO BALANÇO

O **Activo líquido** do Grupo CGD totalizou 111,1 mil milhões de euros no final de 2008, o que corresponde a um aumento de 7,5 mil milhões (+7,2%) face a igual data do ano anterior, assente, quase exclusivamente, na evolução do Crédito a Clientes.

No lado do Passivo salientou-se a expansão verificada nos Recursos de Clientes, com +6,1 mil milhões de euros (+11,3%), e nas Responsabilidades Representadas por Títulos, com +3,7 mil milhões (+22,8%).

Balanço Consolidado Do Grupo CGD
Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 926	1 898	-28	-1,4%
Aplicações em instituições de crédito	5 742	6 170	427	7,4%
Crédito a clientes	67 907	75 311	7 404	10,9%
Aplicações em títulos	21 928	21 339	-589	-2,7%
Investimentos em filiais e associadas	317	87	-230	-72,6%
Propriedades de investimento	410	321	-89	-21,7%
Activos intangíveis e tangíveis	1 388	1 438	49	3,6%
Activos por impostos correntes	30	41	11	38,2%
Activos por impostos diferidos	683	1 067	384	56,2%
Provisões técnicas de resseguros cedidos	234	240	6	2,5%
Outros activos	2 989	3 148	159	5,3%
Total	**103 554**	**111 060**	**7 506**	**7,2%**

continuação

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit de créd	8 841	6 952	-1 889	-21,4%
Recursos de clientes	54 039	60 128	6 089	11,3%
Passivos financeiros	1 194	2 214	1 020	85,5%
Responsabilidades representadas por títulos	16 231	19 929	3 698	22,8%
Provisões	937	742	-195	-20,8%
Provisões técnicas de actividade de seguros	7 674	7 192	-482	-6,3%
Passivos subordinados	2 667	3 145	477	17,9%
Outros passivos	6 430	5 274	-1 156	-18,0%
Soma	**98 013**	**105 576**	**7 563**	**7,7%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**5 541**	**5 484**	**-57**	**-1,0%**
Total	**103 554**	**111 060**	**7 506**	**7,2%**

Para o Activo Líquido do Grupo, a actividade individual da CGD contribuiu com 74,8% (73,7% em 2007), o sector segurador com 10,8% e o Banco Caixa Geral em Espanha com 4,6% Entre as restantes Instituições destacam-se, ainda, a Caixa Leasing e Factoring com 3,0% e o BNU (Macau) com 2,0%.

A distribuição do Activo Líquido Consolidado por entidades era a seguinte:

Activo Líquido Consolidado do Grupo CGD
Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007		2008	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
GRUPO CGD				
Caixa Geral de Depósitos	76 310	73,7%	83 022	74,8%
Caixa-Seguros e Saúde	12 675	12,2%	11 952	10,8%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4 608	4,4%	5 137	4,6%
BNU-Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	1 909	1,8%	2 172	2,0%
Caixa-Banco de Investimento	1 620	1,6%	1 750	1,6%
Caixa Leasing e Factoring	2 745	2,7%	3 336	3,0%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	554	0,5%	574	0,5%
Banco Com e de Investimentos (Moçambique)	449	0,4%	645	0,6%
Mercantile Lisbon Bank Holdings	374	0,4%	373	0,3%
Outras empresas (a)	2 310	2,2%	2 098	1,9%
Activo Líquido Consolidado	**103 554**	**100,0%**	**111 060**	**100,0%**

(a) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES E RECURSOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito somaram 8,1 mil milhões de euros (+5,2%), enquanto os recursos obtidos junto das mesmas entidades foram de 7,0 mil milhões, um montante inferior em 21,4% ao registado em Dezembro de 2007.

Esta evolução no saldo com Instituições de Crédito, não obstante o apreciável ritmo de crescimento registado no Crédito (+11,2%), foi possibilitada por uma melhor *performance* na captação de Depósitos de clientes (+9,7%), bem como emissão de dívida relevada nas "Responsabilidades representadas por títulos", cujo saldo aumentou de 17 mil milhões de euros para 21,3 mil milhões, com destaque para as obrigações no âmbito do programa EMTN, papel comercial e obrigações com garantia da República Portuguesa.

CRÉDITO A CLIENTES

O **Crédito a clientes** (bruto) progrediu 7,8 mil milhões de euros (+11,2%) para 77,4 mil milhões de euros, impulsionado sobretudo pelo crédito a empresas (+16,1%) e pelo crédito à habitação (+5,9%).

Cerca de 80% do total do crédito a clientes respeitam à actividade da CGD em Portugal, sendo de salientar, quanto às outras unidades do Grupo, os aumentos verificados no Banco Caixa Geral (Espanha), com 575 milhões de euros (+13,2%), e na Caixa Leasing e Factoring, com 613 milhões (+22,5%).

Crédito a Clientes (a)

Por segmentos de clientes

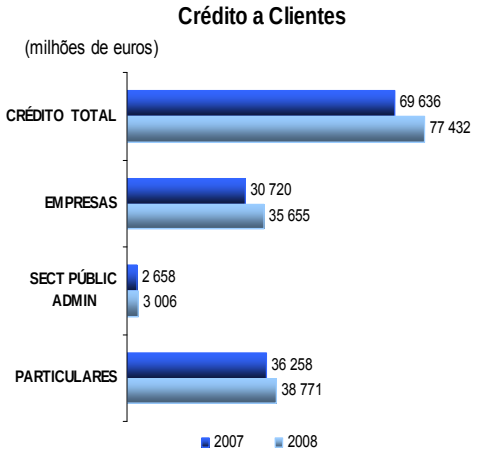
Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

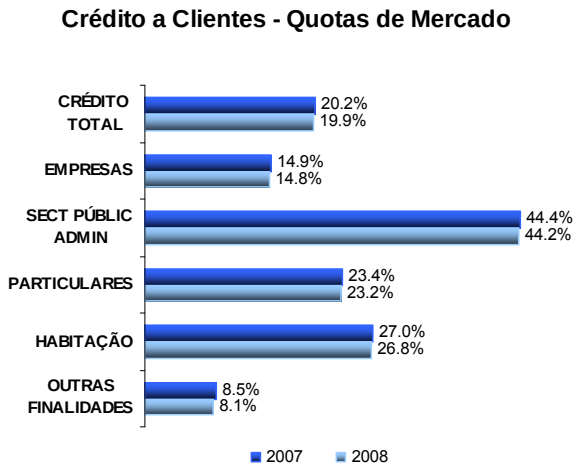
	2007	2008	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2007	2008
Empresas	30 720	35 655	4 935	16,1%	44,1%	46,0%
Sector Púb Administ	2 658	3 006	348	13,1%	3,8%	3,9%
Do qual: Municípios	*2 368*	*2 559*	*191*	*8,1%*	*3,4%*	*3,3%*
Particulares	36 258	38 771	2 513	6,9%	52,1%	50,1%
Total	**69 636**	**77 432**	**7 796**	**11,2%**	**100,0%**	**100,0%**

(a) Actividade Consolidada e antes de Imparidade

Na estrutura do crédito, o segmento de Particulares continua a manter um peso preponderante no Crédito Total, representando 50,1% do saldo total concedido, cabendo à habitação 45,7% É de salientar, no entanto, o reforço da importância do crédito às Empresas, que absorveu 46% do total, contra 44,1% em 2007



O saldo do Crédito ao Sector Público Administrativo registou um aumento de 348 milhões de euros (+13,1%), alcançando 3 mil milhões de euros, dos quais 2,6 mil milhões concedidos aos Municípios.



A quota de mercado do Crédito a Clientes da CGD, em Portugal, situou-se no final do ano em 19,9%, sendo a do segmento Empresas de 14,8%, enquanto no Crédito à Habitação a quota foi de 26,8% e no Sector Público Administrativo de 44,2%, mantendo a Caixa a liderança nestes segmentos.

Crédito a Clientes – Quotas de Mercado (a)

Por segmentos de clientes

	2007	2008
Empresas	14,9%	14,8%
Sector Púb Administrativo	44,4%	44,2%
Particulares	23,4%	23,2%
Habitação	27,0%	26,8%
Outras Finalidades	8,5%	8,1%
Total	**20,2%**	**19,9%**

(a) Actividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados

Crédito a Empresas

O Crédito às Empresas progrediu a um ritmo apreciável de 16,1% (+4,9 mil milhões de euros), fruto do conjunto de iniciativas e intensa actividade desenvolvidas ao longo do ano destinadas a intensificar a presença da CGD junto deste segmento de clientes.

Em termos de sectores de actividade, os incrementos mais significativos verificaram-se nos Serviços (+14,9%), nas Indústrias Extractivas e Transformadoras (+31,6%) e na Construção e Obras Públicas (+20,5%).

Crédito às Empresas (a)

Por sectores de actividade

Saldos devedores em 31 de Dezembro

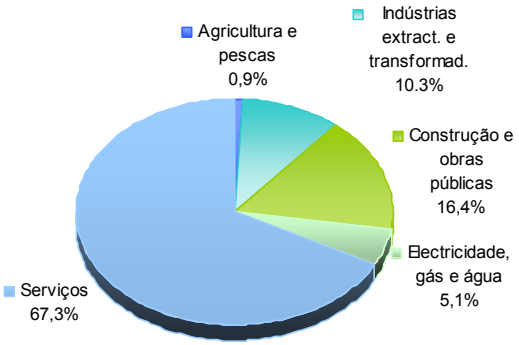
(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	**Relativa**
Agricultura e pescas	270	374	104	38,5%
Indústrias extract e transformadoras	3 166	4 167	1 001	31,6%
Construção e obras públicas	5 048	6 083	1 035	20,5%
Electricidade, gás e água	1 558	1 274	- 284	-18,2%
Serviços	20 677	23 756	3 080	14,9%
Total	**30 720**	**35 655**	**4 936**	**16,1%**

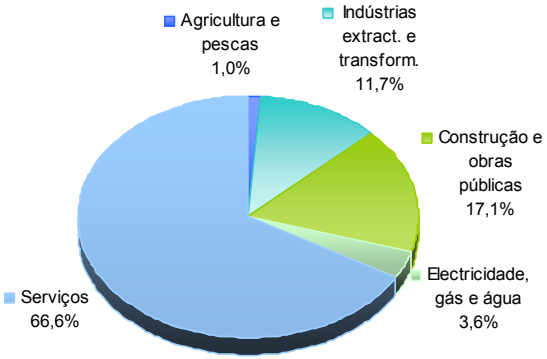
(a) Actividade Consolidada

Nos Serviços, o saldo do crédito estava maioritariamente aplicado nos sub-sectores “alugueres e serviços prestados a empresas”, com 7,5 mil milhões de euros, “actividades imobiliárias”, com 4 mil milhões, “comércio por grosso e a retalho”, com 3,8 mil milhões, e “actividades auxiliares de intermediação financeira”, com 1,7 mil milhões.

Crédito a Empresas - 2007



Crédito a Empresas - 2008

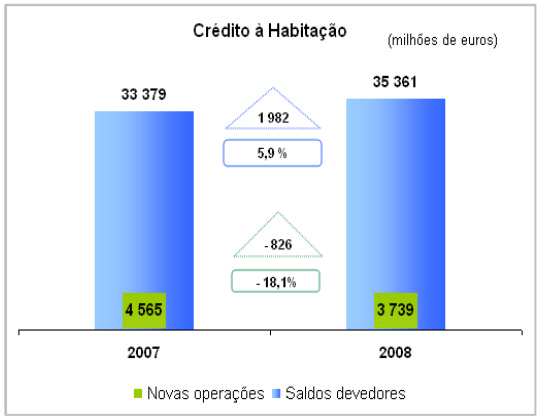


Crédito a Particulares

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 38,8 mil milhões de euros no final do ano, com um aumento de 2,5 mil milhões (+6,9%) assente quer na Habitação (+5,9%), área onde procurou responder ao contexto de abrandamento do mercado imobiliário com o lançamento de variadas soluções potenciando a competitividade da sua oferta, quer nas "Outras Finalidades" (+18,4%).

O saldo do Crédito à Habitação alcançou 35,4 mil milhões de euros, tendo expandido 5,9% no ano e representava 45,7% de todo o Crédito concedido pelo Grupo Caixa.

No tocante às novas operações de crédito à habitação contratadas em 2008 e, no território nacional, o montante contratado ascendeu a 3 739 milhões de euros, valor inferior ao verificado em 2007 (-18,1%), acompanhando a quebra que se tem assistido no mercado imobiliário.



Crédito a Particulares (a)

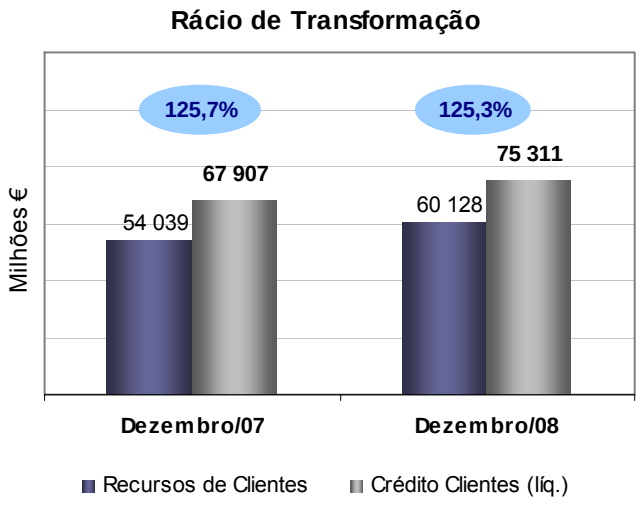
(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
SALDOS DEVEDORES:				
Habitação	33 379	35 361	1 982	5,9%
Outros fins	2 879	3 410	531	18,4%
do qual:				
Credicaixa (Consumo) (b)	889	981	92	10,3%
Cartões de Crédito (b)	280	276	-4	-1,4%
Total	**36 258**	**38 771**	**2 513**	**6,9%**
NOVAS OPERAÇÕES: (b)				
Habitação				
Número de contratos	62 255	50 585	-11 670	-18,7%
Montante (milhões de euros)	4 565	3 739	-826	-18,1%

(a) Actividade Consolidada
(b) Actividade em Portugal

O Crédito para "Outros Fins" apoia-se numa oferta alargada de produtos e abrange uma diversidade de finalidades, como sejam, o consumo, a utilização de cartões de crédito, a aquisição de bens duradouros e obras na habitação que, na actividade doméstica é efectuado sobretudo na modalidade Credicaixa (+10,3%) e através de cartões de crédito (-1,4%).

Face ao comportamento verificado nos depósitos e no crédito, o rácio de transformação manteve-se em cerca de 125%.



QUALIDADE DO CRÉDITO

O saldo do Crédito Vencido cifrou-se em 1 842 milhões de euros, tendo aumentado 29,3% face a 2007. Esta evolução conduziu a uma deterioração dos indicadores da qualidade dos activos, com o Rácio de Crédito com Incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, a fixar-se em 2,33% e o rácio de crédito vencido total e com mais de 90 dias em, respectivamente, 2,38% e 2,00%.

Qualidade do Crédito (Consolidado)

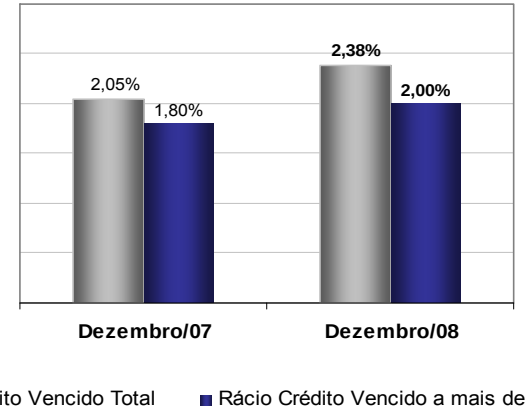
Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa
1 Crédito total	**69 636**	**77 432**	**7 797**	**11,2%**
1 1 Crédito sobre clientes (vincendo)	68 211	75 590	**7 379**	10,8%
1 2 Crédito e juros vencidos	1 425	1 842	418	29,3%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	1 253	1 545	291	23,2%
2 Imparidade do crédito	**1 729**	**2 121**	**392**	**22,7%**
2 1 Imparidade acumul – Crédito a clientes	763	1 100	337	44,1%
2 2 Imparidade acumul – Crédito e juros vencidos	965	1 021	55	5,7%
3 Crédito líquido de imparidade	**67 907**	**75 311**	**7 404**	**10,9%**
Rácios				
Rácio de crédito com incumprimento (1)	2,07%	2,33%		
Crédiito com incumprimento líq /crédito total líq (1)	*-0,43%*	*-0,42%*		
Crédito vencido / Crédito total	2,05%	2,38%		
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	1,80%	2,00%		
Imparidade acumulada/Crédito com incumprimento	120,1%	117,5%		
Imparidade acumulada/Crédito Vencido	121,4%	115,1%		
Imparidade acumul /Crédito vencido > 90 dias	137,9%	137,3%		

(1) Indicadores calculados de acordo com a Instrução do Banco de Portugal

Rácios de Crédito Vencido



O montante da Imparidade acumulada relativa ao Crédito a Clientes (normal e vencido) foi reforçado em 392,2 milhões de euros (+22,7%) para 2 121,1 milhões de euros no final de Dezembro, proporcionando um grau de cobertura de crédito vencido em níveis adequados, de 115,1% para a totalidade do crédito vencido e de 137,3% para o crédito vencido há mais de 90 dias, este último próximo do registado um ano antes (137,9%).

Tendo em vista fazer face à evolução negativa dos títulos cotados em bolsa, a CGD procedeu ainda à negociação do reforço de garantias nos empréstimos existentes na sua carteira cuja finalidade era a aquisição de acções e cuja garantia era dada pelas mesmas, por forma a que os rácios de cobertura contratuais sejam respeitados.

CARTEIRA DE TÍTULOS

No final de 2008 as Aplicações em títulos, que incluem as carteiras bancária e da actividade de investimento das seguradoras do Grupo, mantiveram um saldo próximo do registado no ano precedente, totalizando 22 mil milhões de euros (-0,3%), dos quais 75,4% relevados como Activos Financeiros Disponíveis para Venda.

Aplicações em Títulos (Consolidado)
Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Actividade bancária	**11 602**	**12 560**	**958**	**8,3%**
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 842	4 687	-2 155	-31,5%
Activos financeiros disponíveis para venda	4 760	7 874	3 113	65,4%
Actividade seguradora	**10 508**	**9 486**	**-1 021**	**-9,7%**
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	121	121	-
Activos financeiros disponíveis para venda	9 731	8 745	-985	-10,1%
Investimentos assoc a produtos *unit-linked*	777	620	-157	-20,2%
TOTAL	**22 110**	**22 047**	**-63**	**-0,3%**

Na estrutura da carteira bancária salienta-se o aumento da carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda" (+3,1 mil milhões de euros) por contrapartida da diminuição dos "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" (-2,2 mil milhões). Este movimento resultou da decisão de manter o investimento em activos de rendimento fixo e reclassificar algumas destas classes de activos e abrangeu instrumentos de dívida para os quais se assume um estatuto de *buy-and-hold* para um horizonte temporal significativo, tendo em conta que existirá uma convergência do actual valor de mercado para o valor nominal à medida que se aproximam da respectiva data de maturidade dada a inexistência de situações de imparidade.

Na análise da carteira de títulos por espécies, ressalta os instrumentos de dívida, com um saldo de 13,8 mil milhões de euros, o que representa cerca de 64% do total, dos quais 3,7 mil milhões respeitantes a obrigações de dívida pública e de outros organismos públicos e Bilhetes do Tesouro.

Este reforço resultou de uma estratégia de cariz mais defensivo adoptada na constituição da carteira bancária através da diminuição do montante aplicado em instrumentos de risco mais elevado e do aumento de forma mais significativa, no último trimestre, das posições longas em taxa de juro.

A actuação no segmento accionista foi, desde o início do ano, orientada para a redução significativa do risco, minimizando exposições direccionais e procurando acrescentar valor através da abertura de exposições longas ou curtas em sectores específicos. O montante investido nestes instrumentos está, contudo, condicionado pela existência de posições de cobertura de produtos estruturados emitidos pela Caixa.

Na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", as posições detidas em obrigações de titularizações, designadamente RMBS (*Residential Mortgage Backed Securities*) e CMBS (*Commercial Mortagage Backed*

Securities), não evidenciaram acréscimos significativos de risco – opinião corroborada pelas agências de rating que, apesar da agressividade com que têm actuado, não atingiram negativamente nenhuma das *tranches* em carteira, tendo inclusivé 12 dos títulos detidos sido alvos de *upgrade* durante 2008, o que corresponde a 15% do valor de mercado da carteira de RMBS.
Salienta-se ainda que, apesar do impacto severo da crise financeira no mercado de Leveraged Loans, também nenhuma das transacções de CLO (*Collateralized Loan Obligations*) detidas nesta carteira foi objecto de *downgrade* da respectiva notação de rating.

Quanto às posições detidas em instrumentos de dívida emitidos pelo sector financeiro, a opção por uma carteira essencialmente composta por dívida sénior, ao invés de dívida subordinada onde os preços caíram de forma acentuada, permitiu limitar o impacto da depreciação das cotações.

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O saldo dos Investimentos em Associadas reduziu-se 316,7 milhões de euros para 86,8 milhões no final de 2008 na sequência da alienação das participações detidas pela CGD na REN-Redes Energéticas Nacionais e na ADP-Águas de Portugal correspondentes a 15% do capital destas empresas.

LIQUIDEZ E *FUNDING* NO GRUPO

Com a difícil conjuntura financeira vivida em 2008 e em particular no 2º semestre, o financiamento em mercado de capitais por parte das instituições financeiras foi particularmente afectado A acentuada diminuição da liquidez provocada pela deterioração da confiança neste sector e o subsequente aumento do prémio de risco de contraparte e de liquidez limitaram o acesso aos mercados e agravaram substancialmente o custo de financiamento dos bancos, afectando inclusivé alguns segmentos de mercado antes considerados como os mais líquidos e seguros, como no caso das obrigações hipotecárias. Neste contexto, a estratégia do Grupo CGD no financiamento de médio e longo prazo passou por um reforço do recurso a maturidades menos longas e ao aproveitamento oportunístico de situações favoráveis nos diversos segmentos de mercado, capitalizando a solidez e prestigio do seu nome enquanto emitente de referência do sistema financeiro português.

Ainda no âmbito do financiamento de longo prazo, a CGD contratou um novo empréstimo com o BEI-Banco Europeu de Investimento designado por BEI XIV, no montante de 150 milhões de euros, destinado ao financiamento do segmento PME, com o objectivo de apoiar projectos de investimento destas empresas em Portugal e noutros países da União Europeia. Esta linha de crédito destina-se a financiar projectos dos sectores da indústria, turismo, serviços e infra-estruturas e ainda projectos que visem a protecção do ambiente, a economia de energia ou o desenvolvimento das tecnologias de informação.

A CGD assinou também com o BEI um Protocolo de Cooperação Institucional que visa reconhecer o actual envolvimento das duas Instituições e reforçar o papel estratégico da CGD na criação de instrumentos de financiamento para a economia Portuguesa.

Há ainda a salientar a obtenção de um novo empréstimo junto do Banco do Conselho da Europa, no montante de 100 milhões de euros, para financiar projectos no sector da educação.

Os Recursos totais captados pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) totalizaram 98,3 mil milhões de euros, +7,8% que um ano antes, distribuídos por recursos de balanço, com 88,1 mil milhões (+12,2%) e "fora do balanço", com 10,2 mil milhões (-19,9%).

Captação de Recursos Pelo Grupo

Saldos em 31 de Dezembro

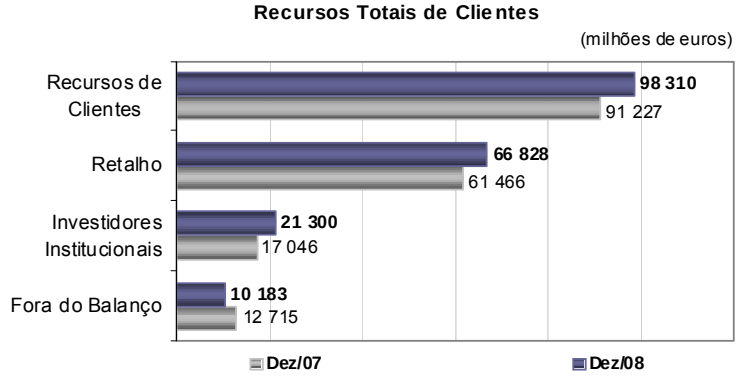
(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
No Balanço:	**78 512**	**88 127**	**9 616**	**12,2%**
Retalho	**61 466**	**66 828**	**5 362**	**8,7%**
▪ Depósitos de clientes	50 593	55 484	4 892	9,7%
▪ Seguros capitalização (1)	8 699	9 398	699	8,0%
▪ Outros recursos de clientes	2 174	1 945	-230	-10,6%
Investidores Institucionais	**17 046**	**21 300**	**4 254**	**25,0%**
▪ EMTN	6 231	7 354	1 123	18,0%
▪ ECP e USCP	4 544	6 078	1 533	33,7%
▪ Nostrum Mortgage e Nostrum Consumer	879	696	-183	-20,9%
▪ Obrigações Hipotecárias	5 391	5 922	531	9,8%
▪ Obrigações com Garantia da Rep Portuguesa	-	1 250	1 250	-
Fora do Balanço:	**12 715**	**10 183**	**-2 532**	**-19,9%**
Unid participe de fundos de investim	7 488	4 962	-2 526	-33,7%
▪ Caixagest	6 217	3 614	-2 603	-41,9%
▪ Fundimo	1 271	1 348	77	6,0%
Fundo de Pensões	1 452	1 578	125	8,6%
Gestão de Patrimónios (2)	3 775	3 644	-131	-3,5%
TOTAL	**91 227**	**98 310**	**7 084**	**7,8%**

(1) Inclui seguros de taxa fixa e produtos "unit linked"

(2) Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD

Os recursos de retalho de balanço somaram 66,8 mil milhões de euros (+8,7%), influenciados pela evolução dos Depósitos de Clientes, que se expandiram em 9,7%. De relevar ainda os seguros de capitalização, no montante de 9,4 mil milhões (+8%) e o sub-conjunto "Outros Recursos de Clientes", com 1,9 mil milhões, representados sobretudo por Obrigações de Caixa e Obrigações de Caixa Subordinadas.



O saldo dos recursos captados junto de investidores institucionais através de emissões próprias cresceu 4,3 mil milhões de euros (+25%), elevando o saldo global a 21,3 mil milhões de euros, salientando-se o lançamento da emissão obrigacionista garantida pela República Portuguesa, no valor de 1,25 mil milhões de euros, bem como o contributo dos títulos emitidos ao abrigo do programa de papel comercial, com +1,5 mil milhões (+33,7%). O montante das obrigações hipotecárias elevou-se a 5,9 mil milhões de euros, tendo aumentado no ano 500 milhões (+9,8%) através, essencialmente, de emissões privadas.

Ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), a CGD captou no ano um total de 3,106 mil milhões de euros de fundos, dos quais 1,356 mil milhões em emissões privadas, destacando-se uma emissão de 100 milhões de euros de dívida subordinada Lower Tier II. Os restantes 1,75 mil milhões de euros corresponderam a uma emissão pública de FRN no mercado sénior com uma maturidade de 2 anos, realizada em Abril.

Em Dezembro de 2008, a CGD inaugurou o mercado de emissões de dívida garantida pela República Portuguesa, com uma emissão obrigacionista no valor de 1,25 mil milhões de euros. Esta emissão a taxa fixa e com uma maturidade de 3 anos foi bem acolhida pelo mercado, tendo em conta o preço de colocação conseguido, que se fixou numa taxa equivalente à taxa *mid-swaps* acrescida de 85 p b , e a forte procura registada por parte dos investidores, a qual permitiu um aumento de 25% face ao montante estabelecido inicialmente (1 000 milhões de euros).

No mercado ECP, a CGD manteve ao longo do ano um comportamento bastante activo, beneficiando da preferência dos investidores que, na procura por crédito de qualidade, privilegiaram o nome da Caixa. O saldo vivo de ECP, cujo programa foi actualizado para 10 mil milhões de euros no início de 2008, chegou a ultrapassar, em meados do ano, os 6,5 mil milhões de euros. Esta utilização intensiva do Programa ECP foi acompanhada por poupanças significativas face aos *benchmarks* de mercado, o que possibilitou à CGD uma importante redução do custo relativo do seu financiamento de curto prazo.

Os recursos "fora do balanço" diminuíram o saldo em 2,5 mil milhões de euros (-19,9%), em termos anuais, com origem nos fundos mobiliários geridos pela Caixagest (-41,9%), afectados também pela crise financeira. No entanto, os fundos imobiliários e os recursos geridos pela área de fundos de pensões apresentaram aumentos de, respectivamente, 6% e 8,6%. De referir ainda o montante dos fundos da área de gestão de patrimónios, que totalizou 3,6 mil milhões.

RECURSOS DE CLIENTES

Os Recursos de Clientes ascenderam a 60,1 mil milhões de euros, progredindo 11,3% sustentado quer pelos Depósitos de Clientes, que aumentarm 9,7%, quer por "Outros Recursos", com +34,7%, constituídos maioritariamente por produtos dos seguros de taxa fixa, cujo saldo se elevou a 4,5 mil milhões de euros.

Recursos de Clientes (Consolidado)
Saldos em 31 de Dezembro

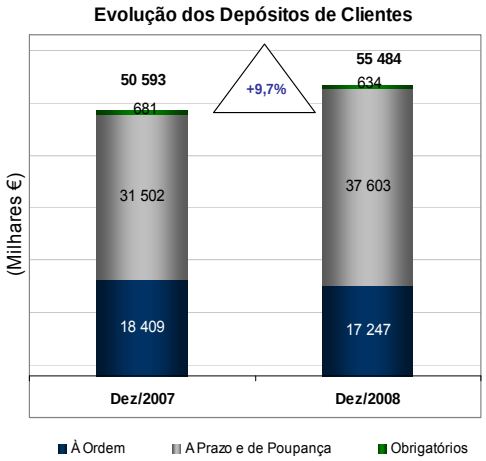
(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	**50 593**	**55 484**	**4 892**	**9,7%**
À Ordem	18 409	17 247	-1 162	-6,3%
A prazo e de poupança	31 502	37 603	6 101	19,4%
Obrigatórios	681	634	-48	-7,0%
Outros Recursos (a)	**3 446**	**4 643**	**1 197**	**34,7%**
Total	**54 039**	**60 128**	**6 089**	**11,3%**

(a) Inclui produtos de seguros de taxa fixa

Depósitos

O saldo global dos Depósitos ascendeu a 55,5 mil milhões de euros, aumentando 9,7% face ao ano transacto. Este maior dinamismo foi suportado pelos depósitos a prazo e de poupança, que cresceram 19,4%, representando 67,8% do total, contra 62,3% um ano antes, evidenciando um regresso dos clientes a este tipo de aplicação.



A progressão nas modalidades a prazo e de poupança teve origem quer nos particulares (+15,6%), quer nas empresas (+60,4%). Em contrapartida, os depósitos do sector público apresentaram uma quebra de 29,8%, decorrente da evolução dos recursos à ordem (-37,6%).

Depósitos de clientes (Consolidado)
Saldos em 31 de Dezembro

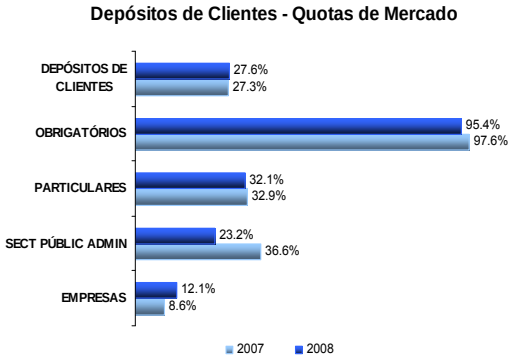
(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	**39 908**	**45 063**	**5 155**	**12,9%**
Depósitos à Ordem	11 329	12 017	688	6,1%
Depósitos a Prazo e de Poupança	28 579	33 046	4 467	15,6%
Empresas	**7 010**	**7 842**	**832**	**11,9%**
Depósitos à Ordem	4 302	3 497	-805	-18,7%
Depósitos a Prazo	2 708	4 345	1 637	60,4%
Sector Público	**3 675**	**2 579**	**-1 096**	**-29,8%**
Depósitos à Ordem	2 778	1 733	-1 045	-37,6%
Depósitos a Prazo	216	213	-3	-1,5%
Depósitos Obrigatórios	681	634	-47	-6,9%
Total	**50 593**	**55 484**	**4 892**	**9,7%**

Do saldo dos Depósitos, 45,4 mil milhões de euros respeitavam à actividade doméstica da CGD, ou seja, 81,9% do total consolidado, sobressaindo ainda, entre as sucursais e filiais do Grupo, os saldos

constituídos no BNU (Macau) (2,0 mil milhões de euros), Banco Caixa Geral (1,8 mil milhões de euros), Sucursal de França (1,9 mil milhões) e Subsidiária Offshore de Macau (1,3 mil milhões).

Em 2008 a Caixa reforçou a posição de liderança nos Depósitos de Clientes, em Portugal, aumentando a quota de mercado de 27,3% para 27,6%, no final do ano, valor que ascende a 32,1% no segmento de particulares e a 40,1% no segmento de emigrantes.



Depósitos de Clientes – Quotas de Mercado (a)

Por segmentos de clientes

	2007	2008
Empresas	8,6%	12,1%
Sector Púb Administrativo	36,6%	23,2%
Particulares	32,9%	32,1%
Emigrantes	41,3%	40,1%
Obrigatórios	97,6%	95,4%
Total	**27,3%**	**27,6%**

(a) Actividade em Portugal

PRODUTOS ESTRUTURADOS

No âmbito da captação, merece destaque o lançamento em 2008 de 56 produtos estruturados, sob a forma de depósitos, de obrigações, de fundos de investimento e de pensões e de seguros.

As subscrições dos clientes no ano ascenderam a 3,4 mil milhões de euros, distribuídos pelas seguintes modalidades de produtos:

Produtos Estruturados

Por modalidades

(milhões de euros)

	Montante	Estrutura
Depósitos - mercado doméstico	1 106,8	32,5%
Obrigações	646,8	19,0%
Fundos Investimento e de pensões	341,7	10,0%
Seguros financeiros	932,5	27,4%
PPR	375,2	11,0%
Total	**3 403,1**	**100,0%**

Verificou-se um reforço da importância relativa dos Seguros Financeiros e dos Depósitos (27,4% e 32,5%, respectivamente, contra 4,6% e 25,5% em 2007), tendo em contrapartida os Fundos reduzido o seu peso de 15,7% em 2007 para 10%. De referir ainda que 80% dos produtos estruturados lançados foram colocados junto dos segmentos Gama Alta e seniores, com uma preferência crescente para as aplicações com rendimento fixo.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As Responsabilidades Representadas por Títulos somaram 19,9 mil milhões de euros apresentando um elevado crescimento de 22,8%, para o que contribuiu a emissão obrigacionista garantida pela República Portuguesa, no valor de 1,25 mil milhões de euros, bem como os títulos emitidos ao abrigo do Programa de *Commercial Paper*, com +1,5 mil milhões (+33,7%), os quais, no contexto da crise de liquidez vivida, viram reforçado o seu papel de veículo privilegiado de captação de fundos de curto prazo.

Responsabilidades representadas por Títulos

Saldos em 31de Dezembro

(*milhões de euros*)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN (a)	4 334	5 309	975	22,5%
Emissões do Programa ECP e USCP	4 544	6 078	1 533	33,7%
Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	879	696	-183	-20,9%
Obrigações Hipotecárias	5 391	5 922	531	9,8%
Obrigações com Garantia da Rep Portuguesa	-	1 250	1 250	-
Obrigações de caixa e Certif de Depósito	1 082	674	-408	-37,7%
Total	**16 231**	**19 929**	**3 698**	**22,8%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados, no montante de 2 045 milhões de euros em 2008.

A nível do programa EMTN, o saldo vivo das obrigações com carácter não subordinado atingiu 5,3 mil milhões de euros. Não obstante as novas captações em 2008 terem somado 3,1 mil milhões de euros, o aumentado do saldo vivo cifrou-se em 975 milhões (+22,5%), por efeito do elevado volume de liquidações ocorridas durante o ano.

De referir ainda as diversas emissões de Obrigações Hipotecárias lançadas durante o ano, num montante total de 520 milhões de euros, e que elevaram o saldo destas Obrigações para 5,9 mil milhões no final de 2008 (+9,8%).

PASSIVOS SUBORDINADOS

A Caixa captou recursos sob a forma de Passivos Subordinados que totalizaram 3 145 milhões de euros (+17,9% face ao ano anterior), representados em especial por obrigações emitidas pela CGD (Sede), CGD Finance e pela Sucursal de França (2 mil milhões), no âmbito do Programa de *Euro Medium Term Notes*. A parcela restante destes recursos respeita a produtos estruturados de poupança, designadamente Obrigações de Caixa Subordinadas, colocados junto dos clientes da banca de retalho (1 100 milhões de euros).

Passivos Subordinados

Saldos em 31 de Dezembro

(*milhões de euros*)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN (a)	1 897	2 045	148	7,8%
Outros	771	1 100	330	42,8%
Total	**2 667**	**3 145**	**477**	**17,9%**

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos, no montante de 5 309 milhões de euros em 2008.

GESTÃO DE CAPITAL

Capitais Próprios

Os capitais próprios do Grupo ascenderam a 5,5 mil milhões de euros, montante ligeiramente inferior ao registado em Dezembro de 2007 (-1,0%).

Este comportamento foi influenciado negativamente pela distribuição de 340 milhões de euros a título de dividendos ao accionista Estado e, sobretudo, pela redução significativa da rubrica de Reservas de justo valor no montante de 1 254 milhões de euros, evolução resultante da crise financeira internacional, determinando menos-valias potenciais em diversos activos financeiros com reflexo no comportamento dos capitais próprios.

Como contributos positivos salientam-se a geração orgânica de fundos próprios da própria CGD, decorrentes dos lucros da sua actividade, o acréscimo de interesses minoritários originados com a constituição da Parcaixa e o reforço do capital social no montante de 400 milhões de euros em Agosto de 2008, elevando-o para 3 500 milhões de euros, tendo em vista assegurar níveis de solvabilidade adequados ao desenvolvimento do Grupo face aos constrangimentos provocados pela crise financeira.

Capitais Próprios

(milhões de euros)

	Dez/07	Dez/08
Capital social	3 100	3 500
Reservas de justo valor	381	-873
Outras reservas	813	1 464
Resultados transitados	-309	-222
Interesses minoritários	700	1 157
Resultado do exercício	856	459
TOTAL	**5 541**	**5 484**

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Em Dezembro de 2008 o Rácio de Solvabilidade em base consolidada, determinado no quadro regulamentar do Basileia II apresentou um valor de 10,7%, acima do verificado no ano anterior (10,1%). Esta evolução beneficiou, sobretudo, do crescimento que se verificou nos Fundos Próprios (+16,2%), bastante superior ao das posições de risco ponderadas (+9,6%).

O Tier I, por seu turno, subiu de 6,2% para 7,0% e o Core Tier I de 5,8% para 6,8%.

Rácio de Solvabilidade (Em Base Consolidada) (a)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absol	Relativa
1 Fundos próprios totais	**6 175**	**7 177**	**1 002**	**16,2%**
a) De base, *dos quais:*	3 767	4 664	897	23,8%
Core Capital	*3 508*	*4 522*	*1 014*	*28,9%*
b) Complementares	2 444	2 552	108	4,4%
c) Deduções	36	39	3	8,3%
2 Activos ponderados totais	**61 015**	**66 851**	**5 836**	**9,6%**
3 Requisitos de fundos próprios (2 /12,5)	4 880	5 348	468	9,6%
4 Fundos próprios excedentários (1 -3)	1 295	1 829	534	41,2%
5 TIER 1 ((1a) /2)	**6,2%**	**7,0%**	**0,8%**	
6 CORE TIER 1	**5,8%**	**6,8%**	**1,0%**	
7 Rácio de Solvabilidade (1 /2)	**10,1%**	**10,7%**	**0,6%**	

(a) Incluindo os Resultados retidos. Os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares estão deduzidos de 50% do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são ≥ 10%.

Os Fundos Próprios Totais ascenderam a 7 177 milhões de euros, com um incremento de 1 002 milhões (+16,2%) no ano, dos quais 897 milhões respeitantes aos Fundos Próprios de Base.

A evolução positiva do Core Capital, em cerca de 1 014 milhões de euros, é justificada pelo aumento do Capital Social (+400 milhões de euros), na capacidade geradora de auto-financiamento que proporcionou um resultado retido de 144 milhões de euros e no reforço de Interesses Minoritários (+427 milhões de euros). De referir que as deduções a este agregado foram mitigadas pela entrada em vigor de dois novos Avisos emitidos pelo Banco de Portugal no decurso do último trimestre de 2008, os quais vieram, por um lado, excluir do apuramento das mais e menos valias potenciais os títulos de dívida classificados como disponíveis para venda (Aviso nº 6/2008) e, por outro, a consideração da totalidade dos impostos diferidos activos no cálculo dos rácios de capital (Aviso nº 7/2008).

O menor crescimento dos Fundos Próprios de Base, cerca de 897 milhões de euros, deve-se ao incremento de 116 milhões de euros na dedução referente a 50% do investimento no sector segurador e nas Instituições de Crédito detidas a mais de 10%.

No que respeita aos Fundos Próprios Complementares, verificou-se um reforço de 108 milhões de euros em relação ao final do ano anterior, resultado das novas emissões de dívida subordinada com vencimento determinado, as quais registaram um acréscimo líquido de amortizações de 507 milhões de euros Como factores com impacto negativo, destacam-se a diminuição das Reservas de Reavaliação em 277 milhões de euros e o agravamento da dedução correspondente a 50% dos investimentos nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito detidas a mais de 10%.
No tocante às outras Deduções aos Fundos Próprios Totais, as mesmas registaram um valor de pouco significado e semelhante a 2007, correspondendo essas deduções à penalização decorrente da manutenção no Grupo dos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio.

Os Activos Ponderados alcançaram, por seu turno, 66,9 mil milhões de euros (+9,6%), determinando requisitos mínimos de Fundos Próprios de 5 348 milhões, que comparados com o total de fundos existentes de 7 177 milhões, proporcionaram um excedente de 1 829 milhões de euros, no final de 2008.

É de referir que em 2008 as posições de risco ponderadas foram, pela primeira vez, calculadas de acordo com as exigências decorrentes do Novo Acordo de Capital de Basileia II, tendo a CGD utilizado o método padrão para o cálculo do risco de crédito Esta alteração condiciona a comparação entre os anos de 2007 e 2008. Acresce, ainda, que em 2008 passou a ser exigida a afectação de capital para um novo tipo de risco: o risco operacional, tendo a CGD adoptado o método do indicador básico para o respectivo apuramento.

Do total das posições ponderadas no final de 2008, 59 974 milhões de euros (89,7%) correspondem a posições de risco de crédito, 4 521 milhões (6,8%) a risco operacional, 1 902 milhões (2,8%) a risco de mercado e 454 milhões de euros (0,7%) a posições de titularização.

Da análise efectuada às posições ponderadas de risco de crédito, consta-se que o segmento de “empresas”absorveu 42,9% do total, a carteira de”retalho” 17,9% e as posições “garantidas por bens imóveis” 19,8%.

FUNDO DE PENSÕES E PLANO MÉDICO DO PESSOAL DA CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31 12 1991 e destina-se a assegurar a satisfação dos encargos com as pensões de aposentação dos empregados da CGD, bem como das de sobrevivência, relativas aos empregados admitidos após aquela data. As pensões de sobrevivência do pessoal admitido anteriormente são da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.

No final de 2004, com a publicação dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e nº 241-A/2004, de 30 de Dezembro, as responsabilidades com pensões de aposentação e de sobrevivência do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Como compensação, o Fundo de Pensões transferiu para a CGA as provisões constituídas para a cobertura daquelas responsabilidades

Ainda a partir de 2004, o Fundo de Pensões passou a incluir a responsabilidade com o subsídio por morte, caso esta ocorra na situação de aposentação. O subsídio por morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal ilíquida e que está a ser paga, desde aquela data, pelo Fundo de Pensões.

A partir de 2005, com a entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade e com a publicação do Aviso n º 4/2005, do Banco de Portugal, passou a ser obrigatório reconhecer no passivo da CGD as responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego. Para o efeito foi constituída uma provisão que tem sido actualizada anualmente em função do valor dessa responsabilidade.

Importa referir também que, pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, a CGD, na qualidade de entidade patronal, passou a estar sujeita, a partir de 2007, a efectuar uma contribuição para a CGA, relativa a encargos com pensões de sobrevivência dos empregados admitidos até 1991, correspondente a uma taxa contributiva de 3,75% da remuneração do referido pessoal, que se elevou a um montante de 6 milhões de euros em 2008.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2008, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

- Taxa de desconto	5,75%
- Taxa de crescimento salarial	3,50%
- Taxa de crescimento das pensões	2,50%
- Tábua de mortalidade masculina·	TV 73/77
- Tábua de mortalidade feminina·	TV 88/90
- Tábua de invalidez	EKV80
- Idade média reforma	60 anos

No final de 2008 a CGD alterou a taxa de desconto, tendo em conta as normas do IAS, aumentando-a de 5% para 5,75%, bem como a taxa de crescimento salarial que passou de 3% para 3,5%.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com as pensões de reforma do pessoal da CGD ascendiam 1 137,2 milhões de euros e 1 106,4 milhões de euros, respectivamente, registando um aumento de 30,8 milhões de euros.

Fundo de Pensões em 2008

Movimentos no Fundo

(milhares de euros)

Valor do Fundo em 31 12 07	**1 106 441**
Contribuições dos empregados	27 053
Contribuições regulares da CGD	69 168
Contribuições extraordinárias da CGD	39 458
Pensões pagas	(25 447)
Rendimento líquido do Fundo	(79 493)
Valor do Fundo em 31 12 08	**1 137 181**

O valor do Fundo cobria integralmente, quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no activo.

No ano, foram relevados como custos do exercício 70,9 milhões de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de reservas, 21,3 milhões No final do ano, os desvios actuariais ascendiam a 143,3 milhões de euros, estando repartidos entre "corredor" (133 milhões de euros) e custos diferidos (10,3 milhões de euros).

A rentabilidade do Fundo de Pensões da CGD foi negativa em 6,97%, reflectindo as condições desfavoráveis dos mercados financeiros.

As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD - plano médico encontram-se provisionadas na sua totalidade e ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a 427,8 milhões de euros e 443,9 milhões de euros, respectivamente, como se evidencia no quadro:

Plano Médico em 2008

Evolução da provisão

(milhares de euros)

Valor da provisão em 31 12 07	**443 888**
+ Custo corrente do ano	30 948
- Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	19 478
- Ganhos actuariais	27 526
Valor da Provisão em 31 12 08	**427 832**

Os ganhos actuariais mencionados no quadro e referentes ao exercício deveram-se essencialmente a desvios entre os pressupostos utilizados e os valores efectivamente verificados. O saldo acumulado das perdas actuariais, líquido dos ganhos actuariais e após a amortização no ano de 4,7 milhões de euros, somava em 31 de Dezembro 84,3 milhões de euros, dos quais 42,8 milhões foram acomodados no "corredor" alargado (41,5 milhões de euros "fora do corredor").

RATING DO GRUPO

No universo dos grupos financeiros portugueses a Caixa Geral de Depósitos manteve, em 2008, os ratings mais elevados atribuídos pelas três principais agências de notação internacionais – STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCHRATINGS – às responsabilidades financeiras de curto e longo prazos, classificações comparáveis com as de grandes e sólidas instituições financeiras internacionais.

Os ratings atribuídos à CGD têm-lhe permitido aceder aos mercados internacionais, em condições bastante atractivas, para obtenção de outros fundos que complementam a gestão de liquidez e a obtenção de recursos para as suas operações de financiamento à economia.

Durante o ano, verificaram-se as seguintes revisões nas principais notações:

Em 27 de Agosto a **STANDARD & POOR'S** (S&P) reviu em alta as notações da Caixa, subindo o rating de Longo Prazo de A+ para AA-, o mais elevado atribuído por esta agência a um grupo bancário português, e o de Curto Prazo de A-1 para A-1+ Com esta revisão em alta da notação, o *Outlook* passou para estável. Em Outubro estas notações foram confirmadas.

Já em 13 de Janeiro de 2009, a S&P colocou a Caixa em *CreditWatch* com implicações negativas, e em 21 de Janeiro reviu em baixa os ratings de longo e curto prazos do Banco, para A+ e A-1, respectivamente, passando o *outlook* para estável. Segundo esta agência, a alteração verificada reflecte exclusivamente a revisão, no mesmo sentido, dos *ratings* da República Portuguesa.

Em Julho a **MOODY'S** confirmou as notações de rating da Caixa mantendo-as no Longo Prazo em Aa1 e no Curto Prazo em Prime -1, bem como o *Outlook* permaneceu estável.

Também o *Bank Financial Strenght Rating* – notação correspondente à solidez financeira e capacidade de solvência intrínsecas dos bancos sem quaisquer apoios externos – manteve a classificação de C.
Em Outubro a **FITCHRATINGS** também confirmou os ratings atribuídos à CGD de AA-no Longo Prazo e de F1+ no Curto Prazo e *Outlook* estável.
As notações detidas actualmente pela CGD são as que se apresentam:

	Curto Prazo	**Longo Prazo**	***Outlook***	
STANDARD & POOR'S	A-1	A+	Estável	Janeiro 2009
MOODY'S	Prime –1	Aa1	Estável	Julho 2008
FITCHRATINGS	F1+	AA-	Estável	Outubro 2008

STANDARD & POOR'S, JANEIRO DE 2009

"…the ratings on CGD factor in government support as we believe that the institution would likely receive financial assistance from the government if needed As a result, Standard & Poor's gives the ratings on CGD one notch of uplift above the bank's stand-alone credit quality ".

"CGD's stand-alone creditworthiness reflects its ironclad domestic franchise - which, among other things, provides it with a large, stable, and low-cost funding base -and overall sound financial profile Conversely, CGD's tight capital position, high single-name risk concentration, and equity risk exposure weigh on the ratings ".

as notações atribuídas à CGD (**A+ / Positive / A-1**) consideram o apoio do governo, uma vez que acreditamos que a Caixa receberá, se necessário, apoio financeiro por parte daquela entidade. Daí a atribuição pela Standard & Poor's de 1 *notch* acima na notação individual do banco relativamente à qualidade de crédito.

A notação individual da CGD reflecte a sua sólida posição no mercado nacional o que, entre outras coisas, proporciona à CGD uma base de *funding* alargada, estável e de baixo custo; e, no sólido perfil financeiro global. Por outro lado, pesou negativamente nas notações o apertado nível de solvabilidade da CGD e os riscos decorrentes da elevada concentração de exposição a clientes individuais e na carteira de participações.

MOODY'S, JULHO DE 2008

Moody's assigns a C BFSR to CGD The rating is supported by the bank's dominant position in Portugal and its sound financial fundamentals with strong profitability, improving efficiency and robust liquidity.

The rating is positively affected by CGD's diversified franchise, strong market shares, with a dominant position in key business lines, strong funding and good liquidity as well as a relatively low risk profile, with about half of its lending portfolio represented by residential mortgages.

A Moody's atribui à CGD a notação **C BFSR** (*Bank Financial Strenght Rating*) suportada pela posição dominante do banco em Portugal e a sua sólida base financeira com forte rentabilidade, melhoria de eficiência e robusta situação de liquidez.

A notação é influenciada positivamente pelo carácter diversificado do seu negócio, elevadas quotas de mercado, com uma posição dominante em sectores chave de actividade, forte capacidade de *funding* e boa liquidez, bem como pelo perfil de risco relativamente baixo, com cerca de metade da sua carteira de crédito representada por crédito hipotecário.

FITCHRATINGS, OUTUBRO DE 2008

The Long and Short Term IDRs and Support Rating of Caixa Geral de Depósitos (CGD) reflect its state ownership and strong franchise, with a dominant market share of retail deposits and mortgage lending in Portugal. The Individual Rating reflects the bank's relatively low credit risk appetite, healthy asset quality and sustained good profitability. It also addresses its appetite for equity investments and tightening capital levels.

As notações da Caixa Geral de Depósitos no longo e curto prazo reflectem a sua qualidade de banco detido pelo Estado e a sua forte posição no mercado com uma quota dominante nos depósitos de particulares e no crédito hipotecário em Portugal. A notação individual reflecte uma apetência relativamente baixa pelo risco de crédito, uma boa qualidade dos activos e uma boa rendibilidade sustentada. A notação traduz também a concentração em participações financeiras e o estreitamento dos níveis de capitalização.

(*) IDR – Issuer Default Rating

ANÁLISE FINANCEIRA – ACTIVIDADE INDIVIDUAL *

Evolução do Balanço

O Activo líquido da actividade individual da Caixa Geral de Depósitos alcançou 96,7 mil milhões de euros no final de 2008, apresentando um crescimento de 6,6 mil milhões (+7,3%) em termos anuais Este valor corresponde a cerca de 75% do Activo consolidado.

Balanço (Individual)
Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 568	1 502	-65	-4,2%
Aplicações em instituições de crédito	13 728	13 813	85	0,6%
Crédito a clientes	58 328	64 007	5 679	9,7%
Aplicações em títulos	10 735	10 444	-290	-2,7%
Investimentos em filiais e associadas	2 547	2 761	214	8,4%
Activos intangíveis e tangíveis	846	782	-64	-7,6%
Activos por impostos diferidos	407	720	313	76 9%
Outros activos	1 894	2 621	727	38,4%
Total	**90 053**	**96 651**	**6 598**	**7,3%**
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit crédito	14 198	10 533	-3 664	-25,8%
Recursos de clientes	45 366	50 551	5 185	11,4%
Passivos financeiros	1 525	2 570	1 045	68,5%
Responsabilidades representadas por títulos	15 938	20 387	4 449	27,9%

(*) Incluindo a actividade das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Financeira Exterior da Madeira, Timor e Zhuhai

Continuação

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Provisões	1 209	1 297	88	7,3%
Passivos subordinados	2 958	3 423	465	15,7%
Outros passivos	3 925	3 299	-627	-16,0%
Soma	**85 120**	**92 060**	**6 941**	**8,2%**
Capitais Próprios	**4 933**	**4 590**	**-343**	**-7,0%**
Total	**90 053**	**96 651**	**6 598**	**7,3%**

O crescimento do Activo Líquido deveu-se, em grande medida, ao Crédito a Clientes, com +5,7 mil milhões de euros (+9,7%). O saldo das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito somou 15,3 mil milhões de euros, mantendo o valor observado no ano anterior, enquanto que os Recursos de Instituições de Crédito registaram uma redução de 3,7 mil milhões de euros (-25,8%).

No tocante aos Passivos, ressaltam ainda os saldos atingidos nos Recursos de Clientes, com 50,6 mil milhões de euros, e nas Responsabilidades Representadas por Títulos, com 20,4 mil milhões, bem como os respectivos aumentos de 11,4% e 27,9%.

GESTÃO DE CAPITAL

Os Capitais Próprios totalizaram 4,6 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 343 milhões (-7%), decorrente sobretudo da diminuição registada nas reservas de reavaliação (-877 milhões) conjugada com o reforço do capital social no montante de 400 milhões.

Capitais Próprios (Individual)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital	3 100	3 500	400	11,4%
Reservas de reavaliação	461	-416	-877	-90,0%
Outras reservas e Resultados Transitados	706	1 022	316	44,7%
Resultado do exercício	666	484	-182	27,3%
Total	**4 933**	**4 590**	**-343**	**-7,0%**

O Rácio de Solvabilidade da actividade individual da CGD, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, mas incluindo os Resultados retidos, situou-se, no final de 2008, em 11,7%, valor acima dos 11,4% verificados no ano anterior. O rácio Tier I, por seu turno, também registou uma melhoria, subindo de 6,4% para 6,8%.

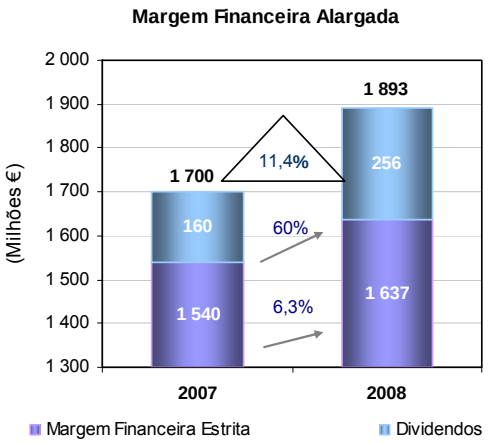
RESULTADOS

O Resultado Líquido individual em 2008 alcançou 484,3 milhões de euros (-27,3%), contra 666,1 milhões no ano anterior.

Demonstração de Resultados (Individual) *(milhares de euros)*

	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	**1 700 046**	**1 893 128**	**193 081**	**11,4%**
Juros e rendimentos similares	6 211 345	8 052 366	1 841 022	29,6%
Juros e encargos similares	4 671 399	6 415 371	1 743 973	37,3%
Rendimentos de instrumentos de capital	160 100	256 133	96 033	60,0%
Margem complementar (2)	**522 623**	**871 263**	**348 640**	**66,7%**
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	301 693	328 693	26 999	8,9%
Resultados em operações financeiras	68 293	107 258	38 965	57,1%
Resultados de alienação outros activos	287	321 971	321 684	-
Outros resultados de exploração	152 349	113 341	-39 008	-25,6%
Produto Bancário (3) = (1)+(2)	**2 222 669**	**2 764 390**	**541 722**	**24,4%**
Custos operativos e amortizações (4)	**1 110 815**	**1 157 149**	**46 333**	**4,2%**
Custos com pessoal	603 331	630 517	27 186	4,5%
Fornecimentos e serviços de terceiros	410 815	414 859	4 044	1,0%
Depreciações e amortizações	96 669	111 773	15 104	15,6%
Resultado bruto de exploração (5)=(3)-(4)	**1 111 854**	**1 607 242**	**495 388**	**44,6%**
Provisões e imparidade (líquidas de reposição e anulações) (6)	**308 146**	**1 006 694**	**698 548**	**226,7%**
Provisões para crédito	301 427	396 793	95 366	31,6%
Imparidade de outros activos financeiros	4 259	619 760	615 500	-
Imparidade de outros activos	2 460	-9 858	-12 318	-
Resultados antes de impostos (7)=(5)-(6)	**803 707**	**600 547**	**-203 160**	**-25,3%**
Impostos (8)	**137 570**	**116 296**	**-21 274**	**-15,5%**
Correntes	230 599	271 656	41 057	17,8%
Diferidos	-93 029	-155 359	-62 330	67,0%
Resultado do exercício (9)=(7)-(8)	**666 137**	**484 251**	**-181 886**	**-27,3%**

A margem financeira alargada, principal componente do produto da actividade elevou-se a 1 893,1 milhões de euros (+11,4%), repartidos pela margem financeira estrita, com 1 637 milhões de euros (+6,3%) e pelos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), com 256,1 milhões de euros (+60%).



As comissões líquidas evidenciaram um comportamento favorável, atingindo 328,7 milhões de euros, ou seja, um incremento de 8,9% face ao ano precedente.

Os resultados em operações financeiras atingiram um valor positivo de 107,3 milhões de euros, superior aos 68,3 milhões verificados em 2007. Por sua vez, os resultados de alienação de outros activos alcançaram 322 milhões de euros, beneficiando, em especial, da mais-valia obtida com a alienação das participações detidas pela CGD na REN-Redes Energéticas Nacionais e na ADP-Águas de Portugal.

Face ao comportamento apresentado, o produto bancário totalizou 2 764,4 milhões de euros, registando um aumento de 24,4%. Após a dedução dos custos operativos e amortizações, no montante de 1 157,1 milhões de euros (+4,2%), o resultado bruto de exploração foi de 1 607,2 milhões de euros, valor significativamente superior ao do ano anterior (+44,6%).

As Provisões e Imparidade do exercício somaram 1 006,7 milhões de euros, o que significou um aumento de 698,5 milhões de euros, decorrente, em grande medida, pelo reforço da Imparidade de títulos registados como activos financeiros disponíveis para venda.

Os Impostos sobre Lucros ascenderam a 116,3 milhões de euros, cabendo aos impostos correntes 271,7 milhões, e aos impostos diferidos 155,4 milhões.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2009

No ano de 2009 continuará a assistir-se a um clima de elevada incerteza que se espera, virá gradualmente a reduzir-se pela acção potencialmente estabilizadora de um conjunto de políticas governamentais concertadas lançadas em 2008.

A actividade financeira continua a enfrentar níveis de volatilidade muito mais elevados do que era usual, volatilidade esta evidente na generalidade das variáveis e indicadores relevantes, nomeadamente na valorização dos activos, na disponibilidade de liquidez e no custo do financiamento.

A acentuada desvalorização do preço dos activos em 2008 permite considerar a possibilidade de alguma estabilização do valor dos portfolios financeiros no ano, nomeadamente nos segmentos accionista e de crédito. Contudo, a manter-se a actual tendência, os efeitos prolongados da crise tenderão a ter um impacto acrescido sobre a actividade dos bancos, em especial os mais expostos a estes mercados, a que acrescerão ainda maiores dificuldades para os créditos existentes em carteira cujas garantias são asseguradas por títulos cotados em bolsa

Quanto aos mercados interbancários e de dívida, espera-se uma progressiva normalização em 2009, tendo em conta os esforços públicos que têm vindo a ser desenvolvidos. No entanto, a divulgação de nova informação sobre várias instituições poderá dar origem ao prolongamento do período de stress nos mercados financeiros, o que colocaria o calendário e o ritmo dessa recuperação em causa.

A regularização do mercado interbancário, contudo, não será total nem uniforme, devendo manter-se a pressão sobre a disponibilidade de financiamento, com particular incidência para as instituições financeiras com maior risco. Apesar da queda da taxa de cedência do BCE, o aumento do prémio de risco projecta um agravamento visível do custo do financiamento por grosso que a banca terá de repercutir sobre as taxas activas, ie, sobre os spreads dos novos contratos de crédito. Esta situação, num ambiente de taxas de inflação em queda, ao conduzir a taxas de juro reais sensivelmente mais altas, será mais um factor de dificuldade na actual situação conjuntural, não favorecendo o ritmo da recuperação económica necessário para recolocar o país numa trajectória de crescimento.

No quadro macroeconómico, as previsões de crescimento têm vindo a ser revistas em baixa e o momento da recuperação sucessivamente adiado. O clima recessivo na Europa e em Portugal reduzirá a procura de crédito por parte da generalidade dos agentes económicos e a oferta de crédito bancário será mais exigente. O aumento do desemprego e as dificuldades gerais dos consumidores deverão condicionar também a actividade imobiliária e o crédito hipotecário na banca. As excepções à desaceleração do crédito poderão vir de empresas envolvidas nos planos de estímulo à economia anunciados pelo Governo.

O impacto conjugado destes efeitos permite antever para 2009 um abrandamento da actividade bancária e da dimensão dos balanços e condições de rentabilidade menos favoráveis, agravadas por um previsível aumento do crédito mal parado e dificuldades acrescidas no cumprimento dos requisitos de solvabilidade.

GESTÃO DOS RISCOS

ÍNDICE

Risco de Crédito	140	Risco Operacional	151
Risco de Mercado	143	Basileia 2	153
Risco de Taxa de Juro e de Liquidez do Balanço	146		

GESTÃO DOS RISCOS

A gestão dos riscos, efectuada de forma centralizada, abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro e de liquidez no balanço, e operacional incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte em cumprir as suas obrigações. Dada a natureza da actividade bancária o risco de crédito reveste uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

O Grupo CGD mantém um processo contínuo de avaliação sobre a sua carteira de crédito com o objectivo de identificar a existência de evidências objectivas de imparidade. Considera-se que um crédito está em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos de perda que, ocorreram após o seu reconhecimento inicial deste activo, e quando esses eventos tenham impacto nos *cash flows* futuros afectando assim a recuperabilidade desse crédito.

A análise é efectuada de forma individual para as exposições significativas, verificando-se a capacidade dos mutuários em cumprir com o serviço de dívida contratado. Para o efeito procede-se à análise dos mutuários em torno das seguintes vertentes:

- Avaliação da situação económico-financeira;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo CGD e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigar o crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes

Para as exposições significativas em que não foram identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão colectiva, em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

As exposições que não são consideradas significativas são englobadas em subsegmentos de risco com características de risco similares (v g segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, etc), sendo determinada uma provisão colectiva.

Durante o ano de 2008, continuou-se a investir na melhoria dos procedimentos internos e das ferramentas de identificação, avaliação e controle do Risco de Crédito, durante toda a vida das operações/contratos.

O risco de crédito encontra-se distribuído por toda a estrutura comercial a qual, com base em normativos internos e mediante a utilização das ferramentas de avaliação do risco (modelos de *rating* e *scoring*), pode assumir determinados níveis de risco.

Contudo, relativamente, a exposições mais significativas, certos tipos de clientes e de operações, a sua avaliação e acompanhamento é objecto de análise por um conjunto de analistas de crédito, que em complemento às ferramentas disponíveis elaboram uma opinião independente sobre o risco de crédito implícito. Esta análise é efectuada sempre que existem alterações no relacionamento com o cliente, ou se identificam factores, por vezes externos à situação do cliente, que recomendam uma reavaliação do mesmo.

Ao longo de 2008, divulgou-se uma nova metodologia de atribuição de limites de crédito, com auxílio de um modelo informático de análise, parametrizado com base em indicadores económico-financeiros e níveis de risco, que permite estimar o nível de exposição de curto prazo recomendado.

A avaliação de risco associada ao crédito concedido às Instituições Financeiras assenta em regras estabelecidas internamente. Para este tipo de instituições, são estabelecidos limites de exposição por contraparte e grupo, tendo por base uma metodologia interna.

Em 2008, esta metodologia foi revista sendo que, a determinação dos referidos limites assentam em factores como a Probabilidade de *Default* associada ao nível de rating, o *Value-at-Risk*, o *Loss Given Default* (LGD), a dimensão da entidade, a ponderação do sistema financeiro onde a entidade se encontra inserida, além de factores qualitativos.

Os limites das instituições financeiras, encontram-se condicionados por um limite país sendo que o seu valor pondera níveis de concentração máximos e rating país.

Na que se refere ao Controlo de Risco de Crédito é, mensalmente, acompanhada a evolução da carteira, sendo efectuadas análises de concentração do crédito, nomeadamente por tipo de produto, estrutura de decisão, maturidade, prazo residual, sector de actividade e nível de *rating.* Neste âmbito são, também, monitorizados os níveis de cobertura por provisões, os clientes com maior nível de incumprimento e as taxas de incumprimento por produto e centro de decisão.

Para além das análises de carteiras efectuadas e utilização das restantes aplicações informáticas disponíveis, recorre ao Sistema de Alertas, para se atingir uma maior proximidade entre a data da ocorrência de um evento de alerta/risco e a actuação da área responsável pela contraparte.

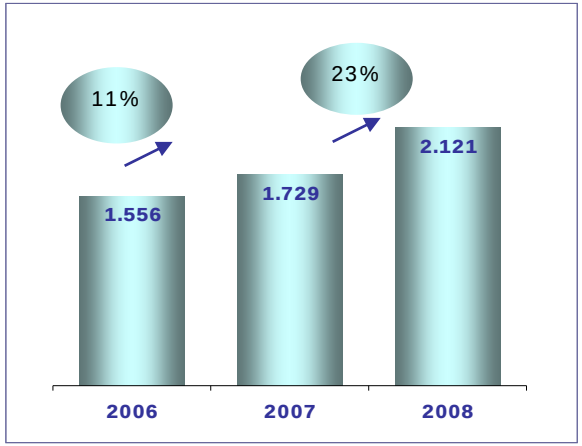
Analisa-se também trimestralmente a evolução da exposição aos principais grupos económicos. Semestralmente, é também realizado um Relatório com apuramento das quotas de mercado da CGD por sector de actividade e NUTS III.

Durante 2008 avançou-se também com o projecto de estimação, com base em modelos internos, para os segmentos da carteira de crédito seleccionados, dos factores de perdas esperadas (LGD) que permitirão uma melhor adequação no cálculo do consumo de capital.

O ano de 2008 caracterizou-se por uma maior degradação na qualidade do crédito, tendo-se verificado um aumento significativo nos valores de créditos e juros vencidos, face ao ano anterior, o que teve efeitos directos no crescimento de provisões por imparidade.

Imparidade para crédito a clientes (consolidado)

(M€)



Paralelamente, a crise do *subprime*, que marcou a 2ª metade de 2007, alastrou-se aos mercados financeiros mundiais, agravando-se significativamente no mês de Setembro de 2008 e afectando já a economia real. Esta situação tem tido

consequências directas nas carteiras das instituições financeiras, traduzindo-se não só num aumento do incumprimento como também na inversão de uma tendência de resultados positivos que vinha a registar-se nos últimos anos. Considerando que o Grupo CGD detém algumas exposições a Instituições Financeiras que apresentam um significativo risco de recuperação, procedeu-se, prudentemente, à adequação do provisionamento específico sobre estas Entidades, de maneira a fazer face ao agravamento nas perdas potenciais esperadas.

As razões para o aumento verificado nas provisões por imparidade, entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2008, justificam-se assim e essencialmente, pelas duas situações apontadas anteriormente.

Recuperação de Crédito

Em 2008, a área de Recuperação de Crédito procedeu ajustamentos organizacionais com vista a melhorar o funcionamento interno e implementou diversos instrumentos de recuperação, destinados a aumentar a eficiência da actividade recuperadora e a privilegiar a regularização negocial em detrimento da judicial, visando criar condições para que os clientes reassumam os seus compromissos e mantenham o relacionamento comercial com a CGD em situação normal.

O sistema de acompanhamento, identificação e afectação à Direcção de Recuperação de Crédito (DRC) de operações de crédito a particulares em incumprimento mantém-se: nos primeiros 60 dias de atraso (até 3 prestações em dívida), o acompanhamento e regularização do crédito cabe, às áreas comerciais com o apoio do *contact center* e, caso esta não se concretize, transita para a DRC - Área de Recuperação após o registo da 3ª prestação em dívida.

Desenvolveram-se meios informáticos para afectação de empresas à área de recuperação tendo-se definido as condições de afectação:

- Com responsabilidades até 100 000 euros, desde que registem pelo menos uma operação com mais de 90 dias de atraso;
- Com responsabilidades iguais ou superiores a 100 000 euros, desde que registem pelo menos uma operação com mais de 180 dias de atraso

Tem-se promovido tratamento célere das situações de incumprimento, nomeadamente pelas áreas comerciais, e contactos para regularização através do *Call Center*.

A meio do ano, assumiu-se a regularização negocial das operações em incumprimento da Caixa Leasing e Factoring, com meios humanos da CLF, integrando-a na política de recuperação da CGD.

Em 2008, a produção da DRC foi de 1 285,3 milhões de euros, sendo 76% (67% no ano anterior) relativos a regularizações e 24% (33% em 2007) a cobranças. Correspondendo às orientações de recuperação da CGD, a produção negocial supera largamente a judicial.

Na área do leasing e factoring, em pouco mais de meio ano, a produção negocial atingiu 30 milhões de euros: cobranças cerca de 10 milhões (33,3%) e regularizações aproximadamente 20 milhões (66,6%).

A carteira de crédito em fase negocial, reportada a 31 de Dezembro, era em Particulares de 973,5 milhões de euros, com incumprimento de 51,2 milhões de euros, e em Empresas de 159,4 milhões de euros, com incumprimento de 68,5 milhões de euros.

No segmento de **Particulares**, está automatizada a intervenção para efeitos de regularização da dívida vencida no Crédito à Habitação de toda a Rede Comercial, estando para breve a intervenção, sem restrições, no Crédito Pessoal, acção determinante para evitar o agravamento do incumprimento e melhorar os indicadores, numa conjuntura de crise.

Da globalidade dos clientes particulares afectos à área de recuperação negocial em 2008, 47,5% foram reencaminhados para a rede comercial após regularização do incumprimento, 7,8% enviados para contencioso e 44,7% continuavam em fase negocial no fecho do exercício, estando 11,3% destes em acompanhamento devido a planos de regularização negociados.

No segmento de **Empresas**, procedeu-se ao desenvolvimento informático do processo de afectação, estando a ser implementada de forma progressiva, actualmente em duas Direcções e alargando-se a todas as outras durante o ano de 2009.

O fluxo de afectação de crédito em incumprimento de empresas foi de 227,2 milhões de euros, tendo a produção negocial atingido 97,9 milhões de euros, distribuídos 47,1 milhões (48%) por cobranças e 50,8 milhões (52%) por crédito regularizado e devolvido à rede.

Na área de recuperação contenciosa, além das cobranças de crédito, que ascenderam a 199,7 milhões de euros, e das regularizações, que atingiram 88,5 milhões, registou-se uma redução de 2 726 na carteira de acções, apesar da instauração de 4 380 novas acções, perseguindo o objectivo de reduzir significativamente as acções pendentes, apostando na negociação ou acordos extrajudiciais.

RISCO DE MERCADO

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são usadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes *basis point value* (bpv), para taxa de juro, e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por factores de risco (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

A gestão da Carteira de Negociação tem objectivos de curto prazo e aproveitamento de oportunidades de mercado, podendo não existir posições na carteira, enquanto na Carteira Própria os objectivos são de médio e longo prazo, tendo em vista a geração de um fluxo regular e pouco volátil de resultados.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados) São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Existem limites de perdas máximas autorizadas, que são controlados diariamente.

Apresentam-se de seguida os níveis de risco de mercado, medidos em VaR, atingidos durante o ano, para a Carteira de Negociação e para a Carteira Própria:

Carteira de Negociação - Sede

(milhares de euros)

Carteira Negociação Sede (VaR 95% 1d)	Valores de VaR		
	Mínimo	Médio	Máximo
2008	298	753	16 521
1º Trimestre	306	914	16 521
2º Trimestre	298	771	1 271
3º Trimestre	404	754	1 520
4º Trimestre	352	577	1 032

Carteira Própria - Grupo

Carteira Própria (VaR 99% 10d)	Valores de VaR		
	Mínimo	Médio	Máximo
2008	18 514	21 953	25 848
1º Trimestre	20 051	21 884	23 451
2º Trimestre	18 724	20 109	20 922
3º Trimestre	18 514	21 766	23 929
4º Trimestre	21 127	24 058	25 848

Durante o ano de 2008, estabeleceu-se o âmbito de aplicação do modelo interno de risco de mercado para cálculo de requisitos de Fundos Próprios. Os resultados quanto a VaR para a carteira de negociação em termos regulamentares são os seguintes.

Carteira de negociação para efeitos regulamentares - Grupo

(milhares de euros)

Carteira Regulamentar (VaR 99% 10d)	Valores de VaR		
	Mínimo	Médio	Máximo
2008	4 613	15 465	30 158
1º Trimestre	4 613	7 400	13 241
2º Trimestre	10 172	17 079	30 158
3º Trimestre	12 703	16 981	23 201
4º Trimestre	13 517	20 126	27 330

Risco Cambial

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Apresentam-se de seguida os níveis de risco e o valor de mercado da posição cambial do Grupo, atingidos durante o ano:

Posição Cambial

(milhares de euros)

Posição Cambial (VaR 99% 10d)	Valores de VaR		
	Mínimo	Médio	Máximo
2008	1 781	7 962	21 377
1º Trimestre	4 943	6 328	7 815
2º Trimestre	4 701	6 146	11 137
3º Trimestre	1 781	5 152	11 757
4º Trimestre	10 231	14 258	21 377

RISCO DE TAXA DE JURO E DE LIQUIDEZ NO BALANÇO

A gestão de activos e passivos (*Asset-Liability Management, ALM*) prosseguiu, ao longo do ano, com o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, de modo a assegurar os objectivos de uma gestão prudente da liquidez e do consumo de capital e a identificação e controlo do risco de taxa de juro.

Ferramentas e Produtos

Na área de análise do risco de taxa de juro e de liquidez no balanço, a implementação de uma nova ferramenta informática de Gestão de Activos e Passivos, em 2005, denominada *BanWare ALM*, adquirida à empresa *Sungard-BancWare Inc*, veio permitir a avaliação das entidades do Grupo CGD materialmente mais relevantes nesta área, tendo-se então iniciado a definição de metodologias avançadas para a gestão destes riscos.

No final de 2008, a análise engloba um perímetro, denominado subconsolidado ALM que, no seu conjunto, abarca a CGD, a SFE, as Sucursais de Espanha, França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Ilhas *Cayman*, o Banco Caixa Geral, o Caixa-Banco de Investimento, o CGD *Finance*, o Caixa Geral *Finance*, o CGD *North America* e a Subsidiária *Offshore* de Macau.

O critério utilizado para seleccionar as instituições a incluir neste perímetro tem a ver com o peso no consolidado do Grupo CGD e/ou a importância das operações intragrupo. Assegurou-se, assim, que as operações que contribuem para o cálculo dos indicadores e estruturas de risco são as que, efectivamente, representam risco de taxa de juro para o Grupo CGD. Progressivamente, será dada continuidade a este processo de integração no perímetro de análise de risco de todas as instituições do Grupo.

Em síntese, a ferramenta *BancWare Inc* , utilizada para análise de risco na DGR, actua em dois módulos distintos: um, denominado *Insight*, que valida a informação recebida daquelas Instituições (mais de dois milhões de registos), estandardiza-a de acordo com um conjunto alargado de parâmetros e coloca-a num *layout* comum, produzindo, desse modo, um output final que é, simultaneamente, o input para o segundo módulo, denominado *ALM.* Este

actua, finalmente, sobre cada uma das contas, afectando-lhes um comportamento financeiro específico e permitindo, desse modo, construir um conjunto de indicadores de risco.

Os *outputs* produzidos, tanto para cada uma das Instituições, como em termos consolidados, são os seguintes:

- Em termos estáticos, com carácter mensal: balanço contratual, valor actual e duração; *gap* de taxa de juro, *gap* de liquidez, *gap* de liquidez estrutural, grau de imunização e mapa de origem e aplicação de fundos;
- Em termos dinâmicos, com carácter trimestral: balanço previsional para o período de simulação pretendido e margem financeira com análise de sensibilidade (*up/down* 200 b p , *up/down* 100 b p e *up/down* 50 b p).

Para efeitos de análise dinâmica, são introduzidas no modelo de simulação as seguintes quatro componentes: cenários de evolução de saldos, cenários de evolução de taxas, política de *pricing* para as novas operações e estrutura de prazos de contratação para os novos contratos.

A análise de risco de taxa de juro é feita mensalmente, tratando todas as operações do balanço sensível, para o perímetro antes indicado. Para a determinação do nível e impacto do risco de taxa de juro da Carteira Bancária, o perímetro de análise é mais alargado, já que, para além do referido anteriormente, inclui ainda o BNU-Macau, o Mercantile Bank e as Sucursais da CGD no Luxemburgo, em Timor e em Zhuhai

Os *outputs* produzidos, mapas e relatórios mensais, são destinados à Administração. De igual modo, se produz informação mensal destinada a apreciação nas reuniões do ALCO e o mesmo *software* é ainda utilizado para o tratamento de informação necessária à elaboração dos mapas de liquidez e de risco da taxa de juro da Carteira Bancária, reportados ao Banco de Portugal.

Risco de Taxa de Juro

Trata-se do risco incorrido na actividade de uma Instituição associado ao *mismatching* de maturidades entre activos e passivos De outro modo, é o risco de que ocorra uma diminuição ou um aumento da taxa de juro associada aos activos e passivos detidos por um determinado investidor, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro inerente aos mesmos

Genericamente, podemos então dizer que a CGD incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adoptada na CGD socorre-se da agregação em intervalos residuais de todos os seus activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão (*repricing dates*). Para esses intervalos, são calculados os respectivos *cash inflows* e *outflows*, obtendo-se, desse modo, os correspondentes *gaps* de risco de taxa de juro.

A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve ainda o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração. Através deste, mede-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflow* são exigidos.

Durante o ano de 2008, o *gap* acumulado de taxa de juro estático até 12 meses, sofreu uma significativa descida, mantendo-se, no entanto, sempre positivo e atingindo, no final do ano, o montante de 10 045 milhões de euros.

Gap da taxa de juro, em 31-12-2008 *

milhões de euros

	7D	1M	3M	6M	12M	3Y	>3Y
Total Activo	6 928	22 575	25 850	19 548	5 772	1 275	2 249
Total Passivo+Capital	5 203	14 632	20 208	15 057	4 719	21 294	5 801
Total Swaps Taxa de Juro	474	- 1 668	- 4 188	- 5 489	61	4 337	6 403
Total Futuros Taxa Juro	0	0	0	0	0	-26	-145
Gap do Período	2 200	6 276	1 453	-998	1 114	- 15 708	2 706
Gap Acumulado	2 200	8 476	9 929	8 931	10 045	-5 663	- 2 957

* Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Ilhas Cayman, Banco Caixa Geral, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau

Para acompanhar o efeito daqueles *gaps* sobre a margem financeira, procede-se trimestralmente à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade financeira, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na *yield curve.*

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo estabelecido um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo do cumprimento dessas *guidelines* é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabililidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites então estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações)

Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e enviado ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da Carteira Bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/– 200 b p (cf Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, e para efeitos de gestão interna, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira efectua-se com periodicidade trimestral, tendo sido fixados, para o efeito, limites internos.

No final do ano, o impacto nos capitais próprios (tal como são definidos no Aviso 12/92, do Banco de Portugal) e o impacto na margem de juros (entendida como a diferença entre proveitos e custos de juros, correspondente ao valor anualizado do seu nível corrente), resultantes

daquela deslocação da curva de rendimentos, eram de 7% e 14%, respectivamente.

Impacto na situação líquida		Impacto na margem de juros	
Banda Temporal	**Situação Líquida**	**Banda temporal**	**Margem de Juros**
À vista – 1 mês	- 4 512	À vista	- 16 201
1 – 3 meses	- 12 633	À vista – 1 mês	123 850
3 – 6 meses	- 29 104	1 – 2 meses	28 820
6 – 12 meses	- 16 879	2 – 3 meses	36 354
1 – 2 anos	487 888	3 – 4 meses	12 861
2 – 3 anos	61 466	4 – 5 meses	19 843
3- 4 anos	44 074	5 – 6 meses	16 730
4- 5 anos	18 399	6 – 7 meses	39 847
5- 7 anos	- 5 071	7 – 8 meses	- 2 852
7- 10 anos	8 543	8 – 9 meses	- 4 761
10 – 15 anos	- 54 682	9 -10 meses	- 4 222
15- 20 anos	- 13 595	10 – 11 meses	- 938
> 20 anos	- 65 967	11 – 12 meses	- 455
Total	**417 927**	**Total**	**248 875**
Impacto na Situação Líquida /Fundos próprios			7%
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até 1 ano em percentagem da margem de juros			14%

Risco de Liquidez

Trata-se do risco de que as reservas e disponibilidades de uma instituição não sejam suficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorrem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos de pagamento e de recebimento do banco poder gerar uma incapacidade para cumprir os seus compromissos.

O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem quando se geram:

- Dificuldades na captação de recursos para financiar os activos, conduzindo, normalmente, a acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos activos;
- Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual de activos e passivos.

A gestão do risco de liquidez continuou a socorrer-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço. Para cada um dos diferentes intervalos estabelecidos, são evidenciados os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* e calculados respectivos *gaps* de liquidez, tanto do período como acumulados. No final do ano, os seus valores eram os seguintes:

Gap de liquidez, em 31-12-2008 *

milhões de euros

	1M	3M	6M	12M	3Y	5Y	10Y	>10Y
Total Activo	17 687	4 331	6 022	4 598	12 606	9 878	12 885	17 854
Total Passivo+Capital	13 150	8 909	7 264	7 737	14 896	10 135	9 733	15 090
Total Swaps	-41	0	0	-44	- 18	8	6	18
Gap do Período	4 497	- 4 577	- 1 242	- 3 183	- 2 309	- 249	3 158	2 781
Gap Acumulado	4 497	- 81	- 1 323	- 4 506	- 6 815	- 7 064	- 3 907	- 1 125

* Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Ilhas Cayman, Banco Caixa Geral, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

Para efeitos de análise, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, o qual, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes *buckets* (bandas temporais) considerados.

No caso dos depósitos à ordem, 82% do seu saldo (*core deposits*) é considerado no *bucket* superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado nos *buckets* até 12 meses, segundo estudos realizados sobre sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes *buckets* de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

Também as aplicações em títulos merecem um tratamento especial, sendo que 85% do saldo total é considerado no *bucket* até 1 mês e os restantes 15% repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável, que apresentem liquidez adequada, são globalmente considerados no *bucket* até 1 mês.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três limites (dois de curto prazo e um de longo prazo), fixados em ALCO.

De modo a evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a CGD procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento contínuo do crédito hipotecário concedido, a CGD continuou, ao longo de 2008, a utilizar instrumentos de captação de recursos de médio e longo prazo, tanto nos mercados nacionais como internacionais.

Apesar dos problemas verificados nos mercados monetários e de capitais, a CGD prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequassem melhor aos *mismatchs* existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantissem uma maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança, quer da emissão de dívida.

No início de Agosto, a CGD procedeu a um aumento do seu capital social de 400 milhões de euros, através da emissão de 80 milhões de acções integralmente subscritas pelo Estado ao valor nominal de 5 euros cada.

No início de Dezembro, a CGD lançou a primeira emissão obrigacionista com garantia do Estado inaugurando em Portugal este novo segmento do mercado de dívida. O valor total da emissão ascendeu 1,25 mil milhões de euros, o que representou um acréscimo de 25% face ao montante estabelecido inicialmente de mil milhões de euros (os termos da garantia prestada pelo Estado permitiam uma emissão entre 1 e 2 mil milhões de euros). O acréscimo foi motivado pela forte procura registada e que ultrapassou largamente a oferta disponível. As obrigações, com maturidade de 3 anos, têm um cupão de 3,875% (85 pontos base acima do nível dos *Mid Swaps*).

Relativamente ao rácio de liquidez, mensalmente comunicado ao Banco de Portugal, o seu valor encontrava-se em linha com os objectivos fixados. Igualmente, como instrumento de orientação para a gestão, a CGD passou a calcular mensalmente, desde o princípio do ano, o rácio de liquidez da actividade doméstica de todos os Bancos e Sucursais que integram o Grupo CGD.

Finalmente, no quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores diversos sobre o grau de transformação de recursos em crédito relativos à Actividade Consolidada da CGD:

	2007	2008
Grau de transformação de depósitos em crédito	134,2%	135,7%
Grau de transformação de recursos de clientes em crédito	125,7%	125,3%
Grau de transformação de recursos totais de clientes * em crédito	78,2%	77,0%
Grau de transformação de recursos estáveis* em crédito	91,7%	89,3%

*Segundo definição da Instrução N º 1/2000 do Banco de Portugal

RISCO OPERACIONAL

No quadro dos deveres e obrigações decorrentes do Acordo de Basileia II, articulado com as tendências que vêm sendo observadas a nível internacional relativamente à adopção de melhores práticas no que respeita ao controlo interno – Sarbanes-Oxley Act –, a CGD definiu como metas a adopção do Método Standard para o cálculo de requisitos de fundos próprios a afectar a risco operacional, a criação das condições que permitam a evolução para o Método de Medição Avançada (AMA) e a aproximação às melhores práticas de controlo interno.

Neste enquadramento, em Abril de 2008, a CGD formalizou junto do Banco de Portugal, a candidatura para utilização do Método Standard no cálculo de requisitos de fundos próprios a afectar ao risco operacional (actualmente utiliza o Método do Indicador Básico).

Para fazer face a estes desafios, a CGD iniciou em finais de 2006 o desenvolvimento e a implementação de uma nova metodologia para a gestão deste risco, alinhada com as abordagens preconizadas por Basileia II, pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission) e CobiT (Control Objectives for Information and related Technology), tendo adoptado a definição de risco operacional, como o risco de perdas resultantes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos.

adoptado a definição de risco operacional, como o risco de perdas resultantes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos.

Fases do processo	Componentes de suporte à gestão
Identificação	▪ Catálogo de processos organizado em processos de negócio, de infra-estrutura e de outsourcing; ▪ Documentação detalhada dos processos numa ferramenta de Business Process Management (BPM) bem como dos respectivos riscos potenciais, mitigantes e procedimentos de controlo associados;
Avaliação	▪ Um processo descentralizado de recolha de eventos, perdas e recuperações decorrentes de risco operacional que contempla o registo de "near-misses" e suportado pela participação de todos os empregados Em complemento e para garantir a integridade desta base de dados, este processo é ainda reforçado através de procedimentos de controlo; ▪ Questionários de auto-avaliação de risco operacional desenvolvidos numa lógica de processo dirigidos aos responsáveis e executantes das actividades; ▪ Execução de testes aos controlos para avaliação do seu desenho e implementação;
Monitorização	▪ Indicadores de risco (em desenvolvimento); ▪ Um sistema de reporte específico para apoio à decisão que suporta a análise integrada da informação recolhida através das várias componentes da metodologia e que permite classificar os processos nas dimensões de análise – Risco operacional e controlo interno;

Continuação

Fases do processo	Componentes de suporte à gestão
	▪ Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de acção, actividade igualmente suportada no sistema informático de gestão do risco operacional que permite a sua integração com as restantes componentes da metodologia

A nível organizacional, a gestão do risco operacional e do controlo interno é assegurada por estruturas e funções dedicadas:

- Um Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão e propor planos de acção;
- Uma Área dedicada exclusivamente à gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar que o risco operacional está a ser gerido adequadamente e que os controlos estão a funcionar de forma eficaz, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais;
- Donos de Processos (Process Owners) aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e do controlo interno

São ainda intervenientes com especial relevância neste processo, o Conselho de Administração, a Direcção de Consultoria e Organização (Gestão de processos), o Gabinete de Compliance (Gestão do risco de compliance), a Direcção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (Cálculo dos requisitos de fundos próprios) e a Direcção de Auditoria Interna (Testes aos controlos).

A comunicação através de diversas iniciativas e o envolvimento da gestão de topo têm-se apresentado como essenciais, para garantir uma crescente consciencialização da importância da gestão deste risco e da manutenção de um adequado sistema de controlo interno, como mitigante relevante dos riscos.

Como resultado, têm sido identificadas oportunidades de melhoria e desenvolvidos planos de acção, permitindo optimizar processos, reduzir a exposição aos riscos inerentes à actividade e reforçar o sistema de controlo interno e a cultura de controlo.

Actualmente, encontra-se em implementação um plano para expansão da metodologia de gestão de risco operacional às restantes Entidades do Grupo até final de 2010, estando os respectivos trabalhos em fase avançada ou finalizados, no Caixa Banco de Investimentos, na Caixa Gestão de Activos, na Caixa Leasing e Factoring, no Banco Caixa Geral e na Caixa Seguros.

Também no quadro das recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir o funcionamento contínuo da actividade das Instituições, a CGD está a implementar uma Estratégia Global para a Continuidade do seu Negócio, assente em dois pilares fundamentais: continuidade operacional e recuperação tecnológica.

Esta visão global, mais exigente e abrangente, incluindo pessoas e processos críticos para actividade da Instituição, começou a ser pensada em 2006 e integrou algumas experiências já existentes, mais orientadas para o suporte tecnológico. Refira-se que, a CGD já há muito tinha criado recursos para garantir a continuidade dos sistemas de informação e a salvaguarda de toda a informação crítica.

A estratégia de implementação das soluções, com conclusão prevista para 2010, consiste na determinação de requisitos de continuidade para os processos de suporte à actividade da Instituição identificados no âmbito do Programa Risco Operacional e Controlo Interno.

Assim, estão a ser criadas as infra-estruturas logísticas e tecnológicas necessárias para dar resposta aos seguintes cenários de desastre: inoperacionalidade local dos postos de trabalho de cada um dos edifícios centrais de Lisboa e Porto; inoperacionalidade generalizada dos postos de trabalho da região de Lisboa; e incapacidade generalizada de deslocação dos colaboradores para os seus postos de trabalho.

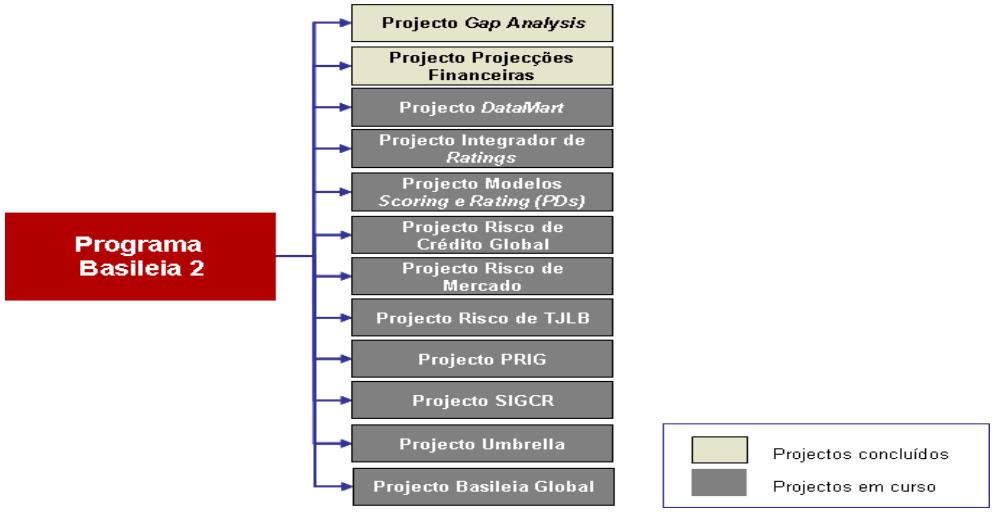
As soluções a adoptar para os cenários de continuidade operacional consideram a possibilidade de inoperacionalidade simultânea de postos de trabalho e da infra-estrutura tecnológica, concluindo-se, em Março de 2008, a implementação de soluções alternativas de suporte à actividade dos Mercados Financeiros (sala de Mercados Alternativa).

Esta "nova Estratégia Global para a Continuidade de Negócio", assente numa abordagem integrada de gestão de crises, para além de abranger a CGD integra também outras Empresas do Grupo CGD, como a Fidelidade Mundial, Império Bonança, o Caixa Banco de Investimentos, a Caixa Leasing e Factoring e a Caixa Gestão de Activos.

BASILEIA 2

A Caixa Geral de Depósitos tem vindo a desenvolver, desde o final de 2002, um conjunto de iniciativas designado por Programa Basileia 2, cujo objectivo é garantir o cumprimento dos requisitos do Novo Acordo de Capital de Basileia e a candidatura à utilização das abordagens avançadas para o cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Com a implementação do Programa Basileia 2, pretende-se, não apenas cumprir as exigências regulamentares, mas também dotar o Grupo CGD de ferramentas e metodologias mais sofisticadas de avaliação e gestão de risco, nas vertentes de crédito, mercado, taxa de juro e liquidez.



Risco de Crédito

No âmbito do Projecto Risco de Crédito, incluído no Programa Basileia 2 e de forma a preparar a candidatura à adopção do método de notações internas, foram registados progressos significativos nas várias iniciativas que o compõem, tendo em alguns casos existido a conclusão do projecto.

Projectos	Actividades Concluídas	Actividades em Curso
Projecto *Gap Analysis**	• Análise das Sucursais e Participadas	
Projecto Projecções Financeiras*	• Implementação da aplicação para projecções financeiras	
Projecto Basileia Global	• Realização do exercício de simulação de cálculo de capitais	• Processo de candidatura para a adopção à abordagem de Modelos Internos
Projecto *DataMart*	• Desenho funcional 1ª fase	• Implementação de alterações dos modelos de dados
	• Desenho técnico 1ª fase	• Implementação de *gaps* identificados nos Sistemas Operacionais
Projecto Sistema Integrador de *Ratings* (SIR)	• Desenho funcional do Sistema	• Implementação técnica do Sistema
Projecto Modelos de *Scoring* e *Rating (PDs)*	• Desenho e implementação dos modelos de *Scoring*	• Revisão da documentação dos modelos desenvolvidos
	• Integração do *Scoring* CH e CC	• Integração dos modelos no processo de decisão
	• Desenho e Implementação dos modelos de *Rating*	• Cálculo para o factor de risco da carteira
	• Integração dos modelos de *Rating*	• Revisão dos modelos
Projecto de Risco de Crédito Global	• Validação dos modelos de Risco de Crédito	• Revisão da documentação dos modelos desenvolvidos
	• Estimação dos modelos de avaliação de risco (LGD e EAD)	• Integração dos modelos no processo de decisão
Projecto Risco de Mercado	• Medição do risco de mercado	• Processo de candidatura para a adopção à abordagem de Modelos Internos
	• Medição do risco cambial	
	• *Stress Testing*	
Projecto Risco de Taxa de Juro e Liquidez no Balanço	• Ferramenta de ALM	• Implementação de metodologias avançadas
	• Implementação do novo modelo para relatórios	
Projecto de Recolha de Informação do Grupo	• Definição do *layout* de informação para as Entidades	• Recepção de informação para as Entidades de acordo com o *layout* definido
	• Solução técnica de recebimento/armazenamento de informação das Entidades	
Projecto SIGCR	• Desenho e implementação técnica da ferramenta para cálculo de capital	• Conclusão da implementação técnica da ferramenta para cálculo de capital
	• ICAAP - Fase de diagnóstico	• ICAAP - Fase de implementação
Projecto Umbrella	• Formação de Risco de Mercado	• Elaboração do Manual de Risco
	• Formação Genérica Bsileia 2	• Formação de Risco de Crédito

*Projecto concluído

Modelos de notação de risco (PD, *probability of default*)

Ao nível dos modelos de *scoring*, ficou concluída a sua ligação aos sistemas operativos, o que permite assegurar a integração da nova avaliação do risco no processo de decisão de propostas do segmento de Retalho.

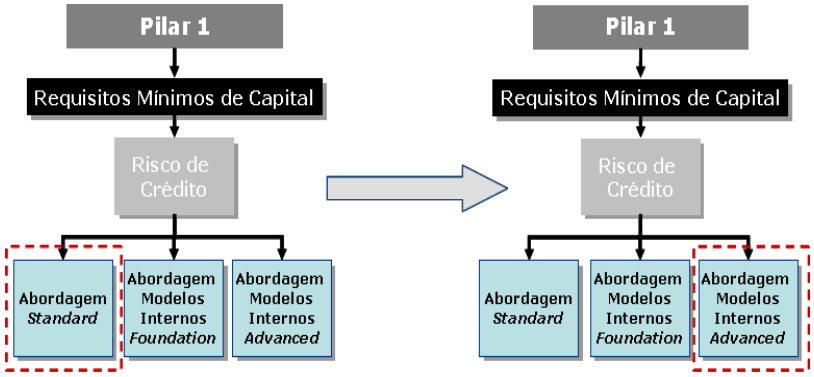
No que se refere aos modelos de *rating*, nomeadamente os que foram construídos para os segmentos de empresas, instituições financeiras e institucionais, iniciou-se o processo de implementação de um sistema que permitirá dotar as áreas comerciais e a área de gestão de risco com a informação adequada para uma eficiente e eficaz análise de risco. Esta aplicação permitirá gerar, analisar e guardar, de forma integrada, todos os dados relevantes para avaliar o perfil de risco dos clientes, através de uma nova Central de Balanços integrada e representa um passo importante para agilizar e reforçar os procedimentos da CGD nesta matéria.

Modelos de LGD e EAD

Durante o ano de 2008 foi concluído o processo de estimação dos modelos de avaliação de risco para os factores da abordagem avançada (LGD, *loss given default* e EAD – *exposure at default*). Estes modelos foram desenvolvidos para os segmentos de empresas (Grandes Empresas, PMEs e Microempresas) e para os segmentos de retalho (habitação, consumo, crédito e pequenos negócios). A CGD planeia incorporar estes modelos nos processos de avaliação e decisão de propostas durante o próximo ano.

Cálculo de Requisitos de Capital e Informação de Risco

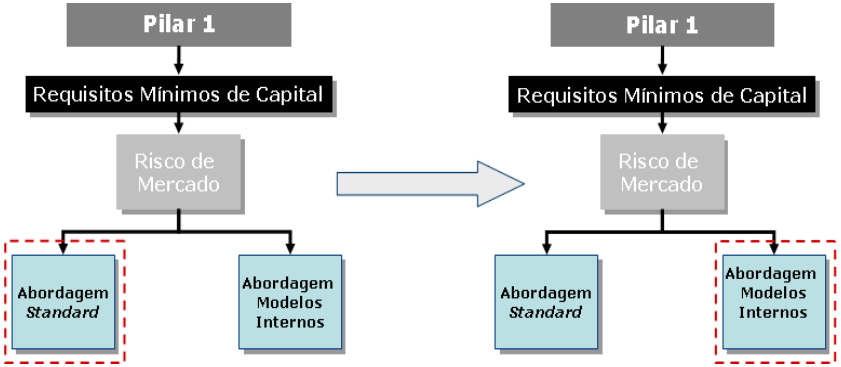
A CGD calculou os requisitos de capital para Risco de Crédito, em 2008, de acordo com o método padrão, tendo continuado os contactos iniciados em 2007 com o Banco de Portugal, no âmbito do processo de candidatura para a adopção do método das notações internas:



Risco de Mercado

No domínio do Risco de Mercado, foi concluída a revisão interna do modelo de gestão de risco de mercado, sob coordenação da Direcção de Auditoria Interna, tendo-se procedido à implementação das recomendações resultantes dessa análise Nessa sequência, foi possível concluir em 2007 o Manual de Gestão e Controlo de Risco de Mercado.

A candidatura para adopção de modelos internos para o Risco de Mercado foi iniciada em 2007.



Risco de Taxa de Juro e Liquidez no Balanço

No que diz respeito à gestão de Risco de Taxa de Juro e Risco de Liquidez, procedeu-se à implementação de novas funcionalidades da ferramenta de ALM e iniciou-se a definição e utilização de um processo estocástico de avaliação do risco de taxa de juro com base em simulações de Monte Carlo.

Ferramenta para Cálculo de Requisitos de Fundos Próprios

Tal como já referido, o Programa Basileia 2 tem como principal objectivo garantir o cumprimento do Novo Acordo no Grupo CGD. Neste âmbito, iniciou-se em 2007 a implementação de uma ferramenta de cálculo de requisitos de capital e determinação do rácio de solvabilidade.

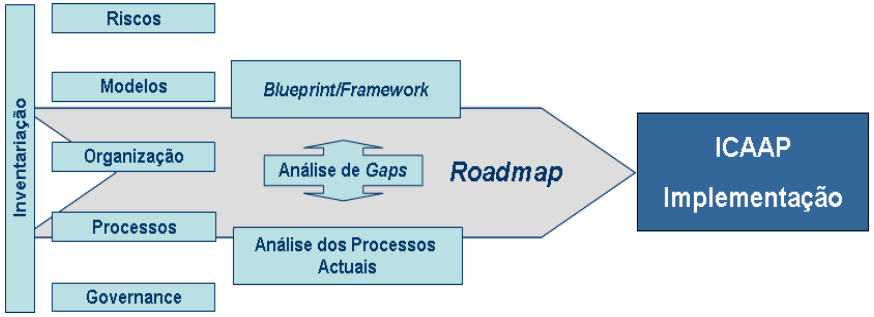
***DataMart* de Risco**

Continuaram os trabalhos de alargamento e consolidação do *DataMart* de Risco, repositório integrado de dados de risco nas vertentes de risco de crédito e risco de mercado. Esta consolidação traduziu-se na actualização dos modelos existentes e na criação de estruturas com o objectivo de dar resposta a novos requisitos de informação.

Durante o ano de 2008 foi dada continuidade ao processo de recolha da informação das Sucursais e Filiais do Grupo CGD, com vista ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Acordo de Basileia 2 e das exigências das Autoridades de Supervisão. Na sequência dos trabalhos desenvolvidos, foram alinhadas, com as diversas unidades, as condições técnicas para a centralização da informação (comunicações, processos e periodicidade de envio, etc) e estabelecidos os procedimentos para validação dos dados recebidos.

ICAAP

A CGD iniciou, no primeiro semestre de 2008, o diagnóstico da situação actual face às exigências do ICAAP, *Internal Capital Adequacy Assessment Process.* Como consequência desta iniciativa foi desenvolvido um *roadmap* para a implementação do modelo interno de avaliação de capital que ocorrerá durante o ano de 2009.



EVENTOS SUBSEQUENTES

EVENTOS SUBSEQUENTES

1 Em 21 de Janeiro de 2009 a Standard & Poor's reviu em baixa os *ratings* de longo e curto prazos do Banco, de AA- e A-1+ para, respectivamente, A+ e A-1, na sequência de, em 13 de Janeiro de 2009, ter colocado o Banco em *CreditWatch Negative.*

Segundo aquela agência de notação, estas alterações reflectem exclusivamente a revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa.

Em paralelo, a Standard & Poor's retirou os *ratings* da CGD de *CreditWatch Negative*, passando o *outlook* para Estável.

2 A Caixa Geral de Depósitos lançou em Fevereiro, nos mercados financeiros internacionais, uma emissão obrigacionista não garantida no montante de 1250 milhões de Euros, com o prazo de 5 anos.

Tratou-se da primeira (e, por ora, única) operação sénior não garantida pelo Estado de uma instituição financeira Portuguesa e uma das poucas europeias após um longo período de virtual paralisação deste segmento de mercado. A crise de confiança que tem dominado os mercados levou a que os investidores concentrassem a quase totalidade das suas aplicações em instrumentos de dívida garantida admitindo, porém, a subscrição de obrigações não garantidas desde que emitidas por instituições de elevado prestígio e qualidade creditícia.

A emissão foi subscrita por 117 investidores, tendo os títulos sido colocados com um spread de 225 pontos base sobre a taxa dos *Mid Swaps* para o prazo de 5 anos.

3 A CGD adquiriu à Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S A , através de uma operação efectuada fora de mercado regulamentado, em 16 de Fevereiro de 2009, 64 406 000 acções da sociedade CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S A correspondentes a 9,584% do capital e direitos de voto da referida sociedade CIMPOR.

Após a citada aquisição, a CGD passou a deter 64 825 894 acções da CIMPOR e os correspondentes direitos de voto.

O contrato de compra e venda pelo qual a CGD adquiriu as acções acima indicadas confere ainda à Investifino uma opção de recompra das mesmas acções, que pode ser exercida durante o prazo de 3 anos a contar da data da referida operação de venda.

4 Na sequência do processo de constituição da sua nova filial no Brasil – o Banco Caixa Geral Brasil – a CGD inaugurou em 16 de Fevereiro de 2009 as instalações da mesma em São Paulo, estando a ser concluídos os trâmites técnicos que permitam o seu início efectivo de actividade, previsto para o mês de Março de 2009.

Com um capital inicial de 40 milhões de Euros, o banco irá concentrar as suas actividades no mercado de empresas, explorando as oportunidades existentes, por um lado, nas companhias brasileiras que querem exportar para a Europa, para África, nomeadamente Angola, ou para a Ásia, onde,

através do BNU, a CGD tem uma presença importante, e, por outro, nas empresas portuguesas que já operam ou o pretendam passar a fazer no mercado brasileiro.

5 Entre 10 e 12 de Março de 2009, a CGD subscreveu três emissões de papel comercial emitidas pelo BPN, no montante global de 2 000 000 000 €, no âmbito do Programa garantido pela República Portuguesa, no quadro definido pela Lei n º 62-A/2008, de 11 de Novembro (Lei que nacionaliza todas as acções representativas do capital social do BPN).

O financiamento concedido ao abrigo do Programa de Papel Comercial serviu para reembolsar a CGD das anteriores operações de crédito e de assistência de liquidez efectuadas ao BPN.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

ÍNDICE

Proposta de Aplicação de Resultados	164
Declarações dobre a conformidade da Informação Financeira Apresentada	165
Posição Obrigacionista dos Membros do Conselho de Administração	167

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 484 250 872 euros, tenha a seguinte aplicação:

1. 20% para Reserva Legal, 96 850 174 euros;
2. 7 792 980 euros para a cobertura de Resultados Transitados;
3. 300 000 000 euros para dividendos;
4. 79 607 718 euros para Reservas Livres.

Lisboa, 19 Março de 2009

O Conselho de Administração

Presidente:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Jorge Humberto Correia Tomé

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 245 º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 e demais documentos de prestação de conta, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 19 de Março de 2009

Presidente:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Jorge Humberto Correia Tomé

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

O Conselho de Administração

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 245 º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 e demais documentos de prestação de conta, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 19 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

Presidente:

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais efectivos

José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

Marta Rosa Tobias Sá

POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Obrigacionistas	Título	Nº títulos em 31/12/08
Membros do Conselho de Administração:		
Dr Francisco Bandeira	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emis	300
	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 2ª emis	300
Dr Norberto Rosa	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017	200
	Obrigações CGD Aniversário 132	1 000
Dr Rodolfo Lavrador	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2008/2018 – 1ª emis	300
Dr Jorge Tomé	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emis	1 500
	Obrigações CGD Aniversário 132 – 2ª Série	1 000
	Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2008/2018 – 1ª emis	200
Dr José Araújo e Silva	Obrigações CGD Aniversário 132 – 2ª Série	100

INDICAÇÃO SOBRE ACCIONISTAS DA CGD (Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Capital Social em 31 12 08	% da Participação em 31 12 08
Estado Português	3 500 000 000 euros	100%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

INDICE

Balanço Individual	169	Balanço Consolidado	175
Demonstração de Resultados Individual	171	Demonstrações de Resultados Consolidados	177
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais	172	Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados	178
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais	173	Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados	179

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (*)

		2008			2007
Activo	Notas (a)	Activo bruto	Provisões imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	1.502.425.800		1.502.425.800	1.567.759.193
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	407.973.691		407.973.691	834.513.218
Activos financeiros detidos para negociação	5	3.668.824.768		3.668.824.768	4.614.934.109
Out.activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	5	661.446.984		661.446.984	1.937.802.133
Activos financeiros disponíveis para venda	6	6.553.135.127	524.736.486	6.028.398.641	5.171.284.070
Aplicações em instituições de crédito	7	13.511.751.474	106.769.442	13.404.982.032	12.893.740.986
Crédito a clientes	8	65.241.955.041	1.234.935.023	64.007.020.018	57.265.590.694
Derivados de cobertura	9	189.207.437	.	189.207.437	125.635.863
Activos não correntes detidos para venda	10	103.581.930	17.781.766	85.800.164	73.263.884
Propriedades de investimento		6.294.730	.	6.294.730	4.347.300
Outros activos tangíveis	11	1.354.541.022	726.274.504	628.266.518	682.898.849
Activos intangíveis	12	419.681.121	266.257.732	153.423.389	162.797.919
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	2.842.864.395	81.855.323	2.761.009.072	2.547.384.530
Activos por impostos correntes	14	8.085.704	.	8.085.704	1.053.724
Activos por impostos diferidos	14	719.683.156	.	719.683.156	406.876.874
Outros activos	15	2.478.050.494	60.335.780	2.417.714.714	1.762.950.362
Total do Activo		**99.669.502.874**	**3.018.946.056**	**96.650.556.818**	**90.052.833.708**

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Timor, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).
(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

(euros)

	Notas (a)	2008	2007
Passivo			
Recursos de bancos centrais	16	649.223.193	397.501.121
Passivos financeiros detidos para negociação	9	2.465.926.687	1.319.749.314
Recursos de outras instituições de crédito	16	9.883.990.419	13.800.078.944
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	50.550.799.933	45.365.668.578
Responsabilidades representadas por títulos	18	20.387.015.274	15.938.376.598
Passivos financeiros associados a activos transferidos	19	103.964.920	205.066.347
Derivados de cobertura	9	429.467.902	808.244.069
Provisões	20	1.297.287.549	1.209.420.892
Passivos por impostos correntes	14	127.700.236	119.346.013
Passivos por impostos diferidos	14	26.648.987	118.137.743
Outros passivos subordinados	21	3.423.453.035	2.958.383.622
Outros passivos	22	2.714.844.541	2.879.621.058
Total do Passivo		**92.060.322.676**	**85.119.594.299**
Capitais Próprios			
Capital	23	3.500.000.000	3.100.000.000
Reservas de reavaliação	24	-415.726.782	460.970.719
Outras reservas e resultados transitados	24	1.021.710.052	706.131.784
Resultado do exercício	24	484.250.872	666.136.906
Total dos Capitais Próprios		**4.590.234.142**	**4.933.239.409**
Total do Passivo+ Capitais Próprios		**96.650.556.818**	**90.052.833.708**

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (*)

(euros)

	Notas (a)	2008	2007
Juros e rendimentos similares	25	8.052.366.194	6.211.344.682
Juros e encargos similares	25	-6.415.371.472	-4.671.398.566
Margem financeira		**1.636.994.722**	**1.539.946.116**
Rendimentos de instrumentos de capital	26	256.133.064	160.100.213
Rendimentos de serviços e comissões	27	417.550.262	383.086.158
Encargos com serviços e comissões	27	-88.857.695	-81.392.659
Resultados activos e passivos aval. justo valor através resultados	28	72.785.476	-243.985.243
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	71.368.493	273.069.999
Resultados de reavaliação cambial	28	-36.895.789	39.208.294
Resultados de alienação de outros activos	30	321.970.826	287.107
Outros resultados de exploração	31	113.341.112	152.348.969
Produto da actividade		**2.764.390.471**	**2.222.668.954**
Custos com pessoal	32	-630.516.734	-603.330.827
Outros gastos administrativos	34	-414.858.997	-410.815.236
Depreciações e amortizações	11 e 12	-111.773.025	-96.669.365
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	-129.025.902	-113.347.616
Corr. de valor assoc. ao créd. a clientes e val. a receber de out. dev.	20	-267.767.155	-188.079.712
Imparidade outros activos financ. líquida reversões e recuperações	20	-619.759.547	-4.259.119
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	9.858.221	-2.459.943
Resultado antes de impostos		**600.547.332**	**803.707.136**
Impostos		**-116.296.460**	**-137.570.230**
Correntes	14	-271.655.839	-230.599.330
Diferidos	14	155..359..379	93..029.100
Resultado líquido do exercício		**484.250.872**	**666.136.906**
Número médio de acções ordinárias emitidas	23	653.534.247	590.000.000
Resultado por acção (Euros)		0,74	1,13

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Nova Iorque, Grand Cayman, Timor, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira)

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	8.396.716	6.647.650
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	-5.074.516	-4.120.735
Recuperação de capital e juros	48.613	86.016
Resultados cambiais	-36.896	39.208
Pagamentos a empregados e fornecedores	-946.153	-941.106
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	-108.626	-99.303
Outros resultados	58.653	63.408
	2.337.791	1.675.138
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	-7.663.908	-7.910.712
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	3.408.828	1.276.449
Outros activos	-1.128.033	489.365
	-5.383.113	-6.144.898
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	-3.615.053	3.839.340
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.042.379	-1.761.422
Outros passivos	-424.514	-816.044
	1.002.812	1.261.874
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	-2.042.511	-3.207.886
Impostos sobre lucros	-242.918	-326.341
Caixa líquida das actividades operacionais	-2.285.429	-3.534.227

.... Continuação

(milhares de euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	150.057	77.115
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	106.076	82.985
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	-2.695	-80.223
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	-2.347.663	-2.047.258
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	12.850	-116.909
Caixa líquida das actividades de investimento	-2.081.376	-2.084.290
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	-152.087	-102.120
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-839.396	-477.749
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	449.113	753.079
Emissão de responsabilidades representadas por títulos	4.114.384	5.416.922
Aumento de capital	400.000	150.000
Dividendos distribuídos	-340.000	-260.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	3.632.014	5.480.132
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-734.791	-138.385
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.402.272	2.540.657
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.910.399	2.402.272

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

		Reservas de reavaliação			
	Capital	Reservas de justo valor	Reservas por Impostos Diferidos	Imobilizado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.950.000	440.296	-115.182	241.027	566.141
Distribuição do resultado do exercício de 2006:	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	150.000	-	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-133.356	28.185	-	-105.171
Amortização do impacto de transição para NCA	-	-	-	-	-
relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**3.100.000**	**306.940**	**-86.997**	**241.027**	**460.970**
Distribuição do resultado do exercício de 2007:	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	400.000	-	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-1.084.958	240.289	-	-844.668
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-	-32.029	-32.029
Outros	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**3.500.000**	**-778.017**	**153.292**	**208.998**	**-415.727**

(milhares de euros)

	Outras reservas e resultados transitados					
	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	**467.252**	**67.846**	**-54.157**	**480.940**	**539.563**	**4.536.644**
Distribuição do resultado do exercício de 2006:	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	107.918	117.488	54.157	279.563	-279.563	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-260.000	-260.000
Aumento do Capital Social	-	-600	-	-600	-	149.400
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-105.171
Amortização do impacto de transição para NCA	-	-	-	-	-	-
relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-55.044	-55.044	-	-55.044
Variações cambiais em Sucursais	-	1.436	-	1.436	-	1.436
Outros	-	-164	-	-164	-	-164
Resultado do exercício	-	-	-	-	666.137	666.137
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**575.170**	**186.006**	**-55.044**	**706.132**	**666.137**	**4.933.238**
Distribuição do resultado do exercício de 2007:	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	133.227	137.865	55.045	326.137	-326.137	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-340.000	-340.000
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	400.000
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-844.668
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-39.838	-39.838	-	-39.838
Variações cambiais em Sucursais	-	-3.043	-	-3.043	-	-3.043
Transferência de reservas de reavaliação para resultados	-	-	32.029	32.029	-	-
Outros	-6	284	15	293	-	293
Resultado do exercício	-	-	-	-	484.251	484.251
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**708.391**	**321.112**	**-7.793**	**1.021.710**	**484.251**	**4.590.233**

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

		2008			2007
Activo	Notas (a)	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1.897.820.922		1.897.820.922	1.925.505.160
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	614.792.851		614.792.851	952.660.018
Aplicações em instituições crédito	6	5.661.209.772	106.381.426	5.554.828.346	4.789.663.848
		8.173.823.545	**106.381.426**	**8.067.442.119**	**7.667.829.026**
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	4.807.138.916		4.807.138.916	6.841.902.863
Activos financeiros disponíveis p/ venda	8	16.619.224.024	707.823.842	15.911.400.182	15.371.099.378
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	9	620.486.490		620.486.490	777.114.697
Derivados cobertura c/ reavaliação positiva	10	184.050.090		184.050.090	125.590.265
Investimentos a deter até à maturidade		12.178		12.178	12.142
		22.230.911.698	**707.823.842**	**21.523.087.856**	**23.115.719.345**
Crédito a clientes	11	77.432.297.877	2.121.086.409	75.311.211.468	66.844.299.544
Activos não correntes detidos p/venda	12	201.214.157	28.123.822	173.090.335	454.971.607
Propriedades de investimento	13	321.362.365	.	321.362.365	410.341.400
Outros activos tangíveis	14	1.985.735.267	943.785.806	1.041.949.461	977.135.599
Activos intangíveis	15	805.828.157	410.013.159	395.814.998	411.178.390
Investimentos em associadas	16	86.806.712		86.806.712	316.718.172
Activos por impostos correntes	17	41.057.896		41.057.896	29.714.077
Activos p/ impostos diferidos	17	1.066.937.021		1.066.937.021	683.058.493
Provisões técnicas resseguro cedido	18	240.188.384		240.188.384	234.295.652
Outros activos	19	2.981.038.117	189.904.456	2.791.133.661	2.408.502.429
Total do Activo		**115.567.201.196**	**4.507.118.920**	**111.060.082.276**	**103.553.763.734**

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

(euros)

	Notas (a)	2008	2007
Passivo			
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	20	**6.951.848.542**	**8.841.236.622**
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	60.127.755.761	54.038.766.599
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	9	620.486.491	777.114.700
Responsabilidades representadas por títulos	22	19.929.097.259	16.230.868.478
		80.677.339.511	**71.046.749.777**
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	2.213.954.434	1.193.755.999
Derivados cobertura c/reavaliação negativa	10	421.854.328	814.412.415
Passivos não correntes detidos p/venda	12		283.781.174
Provisões p/ benefícios aos empregados	23 e 37	505.886.423	531.625.366
Provisões para outros riscos	23	236.173.438	404.937.462
Provisões técnicas de contratos de seguro	24	7.192.350.219	7.673.902.083
Passivos por impostos correntes	17	148.576.789	182.106.479
Passivos por impostos diferidos	17	64.435.070	153.064.796
Outros passivos subordinados	25	3.144.758.739	2.667.374.519
Outros passivos	26	4.018.766.451	4.219.720.968
Total do Passivo		**105.575.943.944**	**98.012.667.660**
Capital	27	3.500.000.000	3.100.000.000
Reservas de justo valor	28	-873.304.267	381.177.263
Outras reservas e resultados transitados	28	1.241.868.732	503.823.642.
Resultado exercício atribuído ao accionista da CGD	28	459.023.469	856.310.883
Interesses minoritários	29	1.156.550.398	699.784.286
Total dos Capitais Próprios		**5.484.138.332**	**5.541.096.074**
Total do Passivo+ Capitais Próprios		**111.060.082.276**	**103.553.763.734**

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	Notas (a)	2008	2007
Juros e rendimentos similares	30	7.325.538.679	5.910.121.057
Juros e encargos similares	30	-5.244.380.759	-3.971.036.141
Rendimentos de instrumentos de capital	31	120.251.768	92.895.935
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		**2.201.409.688**	**2.031.980.851**
Rendimentos de serviços e comissões	32	532.689.989	490.964.770
Encargos com serviços e comissões	32	-113.909.251	-96.046.565
Resultados em operações financeiras	33	246.558.766	84.336.495
Outros resultados de exploração, do qual:	34	179.463.919	88.831.983
Resultado de operações descontinuadas	*12*		*-7.062.192*
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		**3.046.213.111**	**2.600.067.534**
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS		**514.956.517**	**549.245.322**
Prémios líquidos de resseguro	35	2.213.704.954	2.242.766.360
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguro	35	227.092.081	310.826.856
Custos c/ sinistros, líquidos de resseguros	35	-1.805.581.559	-1.868.448.206
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	35	-120.258.959	-135.899.688

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras

... Continuação

	Notas (a)	2008	*(euros)* 2007
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		**3.561.169.628**	**3.149.312.856**
Custos com pessoal	36	-1.003.810.347	-942.216.649
Outros gastos administrativos	38	-675.889.974	-650.733.417
Depreciações e amortizações	14 e 15	-158.972.570	-142.745.716
Provisões líquidas de anulações	23	130.627.361	-72.805.163
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	39	-447.555.496	-249.439.283
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	39	-774.093.037	-19.399.391
Resultados em empresas associadas	28	30.384.479	3.150.269
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		**661.860.044**	**1.075.123.506**
Impostos sobre lucros:			
Correntes	17	-.322.880.062	-315.162.738
Diferidos	17	166.186.888	137.649.007
		-156.693.174	**-177.513.731**
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**505.166.870**	**897.609.775**
Interesses minoritários	29	-46.143.401	-41.298.892
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD		**459.023.469**	**856.310.883**
Número médio de acções ordinárias emitidas	27	653.534.247	590.000.000
Resultado por acção (Euros)		0,70	1,45

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	7.771.052	6.495.077
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	-4.259.615	-3.514.735
Prémios recebidos (seguros)	2.238.623	2.228.889
Indemnizações pagas (seguros)	-2.255.247	-1.910.531
Recuperação de capital e juros	53.144	91.836
Resultados cambiais	-12.108	52.782
Pagamentos a empregados e fornecedores	-1.557.833	-1.534.617
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	-108.626	-111.052
Outros resultados	167.974	-46.141
	2.037.364	**1.751.508**
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	-9.710.172	-6.267.012
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	4.886.944	2.557.327
Outros activos	-129.811	797.215
	-4.953.039	**-2.912.470**
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	-1.859.962	3.305.628
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.585.959	-744.824
Outros passivos	-678.026	-1.065.622
	2.047.972	**1.495.182**
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	-867.703	334.220
Impostos sobre lucros	-340.461	-373.592
Caixa líquida das actividades operacionais	-1.208.163	-39.372

.... Continuação

(milhares de euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	120.252	92.896
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	531.785	-226.662
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	-2.571.702	-3.007.645
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	-111.248	116.728
Caixa líquida das actividades de investimento	-2.030.913	-3.024.683
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	-132.928	-90.395
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-880.283	-535.393
Dividendos pagos de acções preferenciais	-34.493	-29.816
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	460.624	733.857
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	3.400.606	3.053.343
Aumento de Capital	400.000	150.000
Dividendos distribuídos	-340.000	-260.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	2.873.526	3.021.596
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-365.551	-42.459
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.878.165	2.922.275
Alterações no perímetro de consolidação	-	-1.651
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.512.614	2.878.165

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

			Outras reservas e resultados transitados		
	Capital	Reserva de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.950.000	656.405	299.045	-319.452	-20.407
Distribuição do lucro do exercício de 2006:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	419.651	54.157	473.808
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	150.000	-	-600	-	-600
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-196.868	-	-	-
Reclassificação de valias potenciais	-	-78.360	78.360	-	78.360
Variações cambiais	-	-	-20.480	-	-20.480
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	37.231	-44.088	-6.857
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**3.100.000**	**381.177**	**813.207**	**-309.383**	**503.824**
Distribuição do lucro do exercício de 2007:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	461.267	55.044	516.311
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-
Aumento do Capital	400.000	-	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-1.080.241	-	-	-
Reclassificação de valias potenciais	-	-180.925	180.925	-	180.925
Variações cambiais	-	-	-21.517	-	-21.517
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-32.029	32.029	-
Alterações no Perímetro do Grupo:					
Aquisição da Parcaixa SGPS; SA	-	-	-	-	-
Alienação de parte da participação detida na Caixa Leasing e Factoring - IFIC, S.A.	-	-	11.433	-	11.433
Alienação da participação na Compal	-	-	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-
Outros	-	6.685	50.848	45	50.893
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**3.500.000**	**-873.304**	**1.464.134**	**-222.265**	**1.241.869**

.....Continuação

(milhares de euros)

	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	733.808	4.319.806	693.851	5.013.657
Distribuição do lucro resultado do exercício de 2006:				
Transferência para reservas e resultados transitados	-473.808	-	-	-
Distribuição ao Estado	-260.000	-260.000	-	-260.000
Aumento do Capital Social	-	149.400	-	149.400
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-196.868	-	-196.868
Reclassificação de valias potenciais	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-20.480	-454	-20.934
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-29.816	-29.816
Outros	-	-6.857	-5.096	-11.953
Resultado do exercício	856.311	856.311	41.299	897.611
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**856.311**	**4.841.312**	**699.784**	**5.541.097**
Distribuição do lucro do exercício de 2007:				
Transferência para reservas e resultados transitados	-516.311	-	-	-
Distribuição ao Estado	-340.000	-340.000	-	-340.000
Aumento do Capital	-	400.000	-	400.000
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-1.080.241	-	-1.080.241
Reclassificação de valias potenciais	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-21.517	-2.487	-24.004
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-	-
Alterações no Perímetro do Grupo:				
Aquisição da Parcaixa SGPS, SA	-	-	490.000	490.000
Alienação de parte da participação detidan na Caixa Leasing e Factoring - IFIC, S.A	-	11.433	-11.563	-130
Alienação da participação na Compal	-	-	-23.129	-23.129
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-34.493	-34.493
Outros	-	57.578	-7.705	49.873
Resultado do exercício	459.023	459.023	46.143	505.166
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**459.023**	**4.327.588**	**1.156.550**	**5.484.138**

RELATÓRIO E CONTAS

2008

Caixa Geral de Depositos

VOLUME 2

II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Anexo – Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) Relativas à Transparência de Informação e à Valorização dos Activos

Relatório de Auditoria – Contas Individuais

Certificação Legal das Contas Individuais

Relatório de Auditoria – Contas Consolidadas

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2008 a Caixa contava com uma rede nacional de 832 agências, uma Sucursal em França com 46 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2009.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;

ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/ 2008, de 14 de Outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com excepção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos. Até 31 de Dezembro de 2007, o referido impacto de transição encontrava-se a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de períodos de 5 e 7 anos, respectivamente. De acordo com as disposições do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização inicial, poderá ser atingido considerando um período de amortização adicional de três anos face ao inicial.

Por outro lado, ainda de acordo com o Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, o acréscimo de responsabilidades resultantes de alterações da tábua de mortalidade efectuadas após 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao limite do corredor, numa percentagem decrescente até 31 de Dezembro de 2012. No exercício de 2008 a Caixa ultrapassou pela primeira vez o limite do corredor, tendo em resultado desta situação utilizado a faculdade permitida pelo Aviso de acrescer a este saldo 70% do valor do aumento de responsabilidades reconhecidas no exercício de 2005 em resultado da alteração da tábua de mortalidade, que ascenderam a 27.507 mEuros.

2.2. *Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia*

No exercício de 2008 a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – "Reclassificação de activos financeiros" – Com esta emenda, aprovada pelo IASB em 13 de Outubro de 2008, passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. Continua a não ser permitida a reclassificação de activos financeiros relativamente a activos classificados na categoria (ou para a categoria) ao justo valor através de resultados. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008. Foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação ao abrigo do IFRS 7 para as entidades que efectuem reclassificações de activos financeiros, as quais são apresentadas na Nota 6.

- IFRIC 11 – "IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo" – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação do IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007, não tendo a sua adopção apresentado impacto na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2008.

- IFRIC 14 – "Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção" – Esta interpretação clarifica os requisitos de registo de um activo associado a planos de benefício definido, assim como os efeitos contabilísticos associados ao reconhecimento de responsabilidades decorrentes de requisitos mínimos de financiamento do plano. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008. Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa, pelo que a sua introdução não teve impacto na preparação de informação relativa a este exercício.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – "Segmentos operacionais" – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – "Relato por Segmentos". É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IAS 1 (Alterada) – "Apresentação das Demonstrações Financeiras" – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IAS 1 (Emenda) – "Apresentação de demonstrações financeiras – Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação" e IAS 32 (Emenda) – "Instrumentos financeiros: Apresentação" – A revisão efectuada ao texto destas normas esclarece essencialmente os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação enquanto passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de instrumentos financeiros com uma opção put (opção que permite ao detentor do instrumento financeiro exigir ao emitente a sua recompra ou liquidação, através da entrega de dinheiro ou outro instrumento financeiro). Neste âmbito, foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação para estes instrumentos financeiros ao abrigo do IAS 1. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IAS 39 – "Contabilidade de cobertura" (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRS 3 (Alterada) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada" (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IFRIC 16 – "Cobertura de um investimento líquido de operações no exterior" – Esta interpretação tem por objectivo clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura num investimento líquido de operações no exterior, nomeadamente: (i) que a cobertura de risco cambial deverá ser efectuada em função da moeda funcional e não da moeda de apresentação das demonstrações financeiras da empresa mãe do Grupo e suas subsidiárias; (ii) quais as entidades do grupo que poderão deter o instrumento de cobertura, de forma a cumprirem os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura; e (iii) procedimentos e impacto em reservas e resultados do exercício decorrentes da alienação da unidade objecto de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Outubro de 2008.

- IFRIC 17 – "Distribuição de dividendos em espécie" – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como "forwards" e "swaps cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.4. d) abaixo.

Nas contas globais, os activos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em "Outras reservas" do capital próprio.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às duas operações de titularização de créditos efectuadas pela Caixa (Nota 19), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efectuada em Novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efectuadas antes de 1 de Janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa;

- No que respeita à operação de titularização de crédito ao consumo, no âmbito da qual foram efectuadas pela Caixa cessões de créditos nos exercícios de 2004 e 2005, a Caixa não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2005 o montante em dívida de créditos titularizados desde o início da operação encontra-se registado na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 19).

Provisionamento

O regime de provisionamento destes activos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. <u>Provisão para crédito e juros vencidos</u>

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. <u>Provisão para créditos de cobrança duvidosa</u>

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
  (ii) estarem em incumprimento há mais de:
  . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
  . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
  . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

  Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

A CGD constitui ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, com base numa análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos (Nota 8).

No caso de créditos garantidos por acções, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas acções num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;

- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal, com o objectivo de reflectir o diferencial face à imparidade calculada de acordo com os requisitos do IAS 39.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

  - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

  - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

  - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;

- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo aqui classificados no reconhecimento inicial;

- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de activos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 2.2, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

  ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

  iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c)

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados".

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente à operação de titularização de crédito ao consumo, cujos créditos foram repostos em balanço na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.4. a) e 19).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de "Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de Outubro de 2008, relativamente a um conjunto e swaps que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses swaps a partir dessa data, foram registados em "Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados - taxa de juro".

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;

- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respectivamente.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A CGD efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efectuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;

- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;

- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;

- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- Diminuição da posição competitiva do devedor;

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, a Caixa analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

- Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação; Adicionalmente, como resultado da análise específica foi identificada e registada imparidade em alguns investimentos que apresentavam menos-valias inferiores a 50%;

- Existência de menos valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.6. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas de "Outros proveitos e custos de exploração".

2.7. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

2.11. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ajustamentos ao resultado contabilístico do exercício

a. Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do Artigo 60.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

b. Provisões

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2008 e 2007, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 35.º-A do Código do IRC (norma introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2007), no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;

- Disposições do n.º 1 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, no âmbito do qual devem ser igualmente acrescidas ao resultado contabilístico do exercício dotações para reforço de provisões para risco específico de crédito e risco-país até ao limite do saldo em 1 de Janeiro de 2007 quanto a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;

- Disposições do artigo 34.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de Janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.4.a. iv); adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito (tendo em consideração a diferença entre o saldo final e inicial do exercício), são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

c. *Encargos com pessoal*

A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, com excepção das despesas com empregados sujeitos ao regime geral contributivo da segurança social (aos quais se aplica o limite de 15%), os suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2008 e 2007 como variação patrimonial nas contas individuais referente a um oitavo e um quinto do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das NCA, respectivamente, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial.

Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD nos exercícios de 2008 e 2007 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

d. *Resultado da liquidação*

O artigo 86.º do Código do IRC, introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2005, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;

- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;

- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2008 e 2007, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente, reformas antecipadas, campanhas publicitárias e reavaliações de activos tangíveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade da Caixa.

2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 33. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 33). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido. Adicionalmente, conforme anteriormente referido na Nota 2.1 – Bases de Apresentação, de acordo com o Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, o acréscimo de responsabilidades resultantes de alterações da tábua de mortalidade efectuadas após 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao limite do corredor, numa percentagem decrescente até 31 de Dezembro de 2012. No exercício de 2008 a Caixa ultrapassou pela primeira vez o limite do corredor, tendo em resultado desta situação utilizado a faculdade permitida pelo Aviso de acrescer a este saldo 70% do valor do aumento de responsabilidades reconhecidas no exercício de 2005 em resultado da alteração da tábua de mortalidade.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.4). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.4. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de reavaliação. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.4. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa	339.533	328.505
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	1.162.893	1.239.254
	1.502.426	1.567.759

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Cheques a cobrar		
. No País	219.440	220.286
. No Estrangeiro	10.796	9.545
	230.236	229.831
Depósitos à ordem		
. No País	10.747	10.757
. No Estrangeiro	159.210	593.916
	169.957	604.673
Outras disponibilidades	7.781	9
	407.974	834.513

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008			2007		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	480.390	-	480.390	413.904	1	413.905
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	326.682	-	326.682	870.469	1	870.470
- De Organismos Financeiros Internacionais	-	7	7	71.355	80.586	151.941
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	51.175	11.631	62.806	303.348	1.112.895	1.416.243
De não residentes	169.773	127.556	297.329	880.001	175.032	1.055.033
	1.028.020	139.194	1.167.214	2.539.077	1.368.515	3.907.592
Instrumentos de capital						
De residentes	1.387	31	1.418	52.067	43	52.110
De não residentes	37.231	-	37.231	44.377	-	44.377
	38.618	31	38.649	96.444	43	96.487
Outros instrumentos financeiros						
. Unidades de Participação						
De residentes	51.292	425.713	477.005	332.687	542.394	875.081
De não residentes	44.499	-	44.499	500.769	-	500.769
. Outros						
De não residentes	-	96.509	96.509	-	26.850	26.850
	95.791	522.222	618.013	833.456	569.244	1.402.700
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)						
- Swaps	1.461.473	-	1.461.473	614.780	-	614.780
- Opções de divisas e cotações	937.686	-	937.686	503.139	-	503.139
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	84.475	-	84.475	23.517	-	23.517
- Futuros e outras operações a prazo	22.761	-	22.761	4.521	-	4.521
	2.506.395	-	2.506.395	1.145.957	-	1.145.957
	3.668.825	661.447	4.330.272	4.614.934	1.937.802	6.552.736

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 272.527 mEuros e 78.852 mEuros, respectivamente (655.372 mEuros e 61.656 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007). Os fundos de investimento mobiliários apresentam a seguinte composição:

	2008	**2007**
Fundos de acções	117.075	297.074
Fundos de fundos	47.442	185.914
Fundos de obrigações	6.382	26.551
Fundos de tesouraria	-	7.069
Outros fundos	101.628	138.764
	272.527	**655.372**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de 465.109 mEuros e 751.226 mEuros, respectivamente. Na Nota 35 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

No exercício de 2008, a Caixa transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 6).

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Instrumentos de dívida		
De outros emissores públicos	283.522	132.471
De organismos financeiros internacionais	178.641	150.546
De outros emissores	3.218.285	2.410.268
	3.680.448	2.693.285
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	1.877.548	2.326.873
Valorizados ao custo histórico	30.454	77.995
	1.908.001	2.404.868
Unidades de participação	964.686	227.342
Títulos vencidos	-	694
	6.553.135	5.326.189
Imparidade (Nota 20)		
. Instrumentos de dívida	(40.393)	(4.019)
. Instrumentos de capital	(484.300)	(150.841)
	(524.693)	(154.860)
Provisões para risco-país (Nota 20)	(44)	(44)
	(524.736)	(154.904)
	6.028.399	5.171.284

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Instrumentos de dívida de outros emissores” inclui as obrigações residuais emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos à habitação e ao consumo efectuadas pela Caixa, cujo valor de balanço ascende nestas datas a 13.052 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2008, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 28.471 mEuros relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia.

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de 721.374 mEuros. Na Nota 35 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição:

	2008	**2007**
Intrumentos dívida	(322.942)	(21.311)
Intrumentos capital	(303.180)	332.001
Outros instrumentos	(151.894)	(3.750)
	(778.017)	306.940

A variação na reserva de justo valor nos exercícios de 2007 e 2008 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Valor bruto	Impostos (Nota 14)	Valor líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	440.296	(115.182)	325.114
Valorização no exercício de 2007			
. Instrumentos de capital	(101.004)	19.831	(81.173)
. Instrumentos de dívida	(32.352)	8.354	(23.998)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	306.940	(86.997)	219.943
Imparidade transferida para resultados (Nota 20)			
. Instrumentos de dívida	35.730	(9.393)	26.337
. Instrumentos de capital	441.231	(58.000)	383.231
	476.961	(67.393)	409.568
Valorização no exercício de 2008			
. Instrumentos de dívida	(337.361)	71.192	(266.169)
. Instrumentos de capital	(1.076.412)	197.542	(878.870)
. Outros instrumentos	(148.147)	38.948	(109.199)
	(1.561.920)	307.682	(1.254.238)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(778.019)	153.292	(624.727)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

	31.12.2007					31.12.2008				
Título	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Liquido)	Reserva de Justo Valor	Percentagem de Participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (Liquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor										
EDP - Energias de Portugal, S.A.	5,10%	829.733	-	829.733	202.700	5,10%	502.229	-	502.229	(150.410)
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	5,37%	491.790	-	491.790	36.491	6,14%	334.285	-	334.285	(121.014)
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	13,17%	407.911	(19.160)	388.751	(28.369)	13,21%	404.205	(252.797)	151.408	-
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	2,34%	353.063	(110.255)	242.808	14.508	3,28%	335.577	(210.205)	125.372	-
GALP Energia, SGPS, S.A.	1,00%	152.499	-	152.499	101.747	1,19%	70.537	-	70.537	(56.603)
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	52,49%	91.877	-	91.877	4.924	52,49%	91.877	-	91.877	4.924
Brisa Privatização	-	-	-	-	-	1,50%	48.159	-	48.159	(14.841)
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Nota 13)	-	-	-	-	-	0,34%	75.680	-	75.680	35.686
EDP - Energias Renováveis	-	-	-	-	-	5,10%	14.978	-	14.978	(922)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico										
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	4,47%	4.358	(1.845)	2.513	-	4,47%	4.358	(1.845)	2.513	-
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	2.170	-	10,00%	2.170	-	2.170	-
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17,60%	1.065	-	1.065	-	17,60%	1.065	-	1.065	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	14,07%	15.863	(15.863)	-	-	14,06%	15.863	(15.863)	-	-
Margueira Capital - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	21,13%	47.492	(54)	47.438	-	10,84%	-	-	-	-
FIEP - Fundo P. Internac. Emp. Port.	8,50%	121	(115)	6	-		-	-	-	-
Outros	-	6.926	(3.549)	3.377	-	-	7.019	(3.590)	3.429	
		2.404.868	(150.841)	2.254.027	332.001		1.908.002	(484.300)	1.423.702	(303.180)

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital no exercício de 2008 foi o seguinte:

Título	31.12.2007 Valor Balanço (Liquido)	Compras / (Vendas)	Transferências	Imparidade registada no exercicio	Variação de reserva de Justo Valor	31.12.2008 Valor Balanço (Liquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
EDP - Energias de Portugal, S.A.	829.733	25.606	-	-	(353.110)	502.229
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	491.790	-	-	-	(157.505)	334.285
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA	388.751	(12.915)	-	(252.797)	28.369	151.408
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	242.808	85.506	-	(188.434)	(14.508)	125.372
GALP Energia, SGPS, S.A.	152.499	76.388	-	-	(158.350)	70.537
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	91.877	-	-	-	-	91.877
Brisa Privatização	-	63.000	-	-	(14.841)	48.159
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Nota 13)	-	-	39.994	-	35.686	75.680
EDP - Energias Renováveis	-	15.900	-	-	(922)	14.978
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2.513	-	-	-	-	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	2.170	-	-	-	-	2.170
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	1.065	-	-	-	-	1.065
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Margueira Capital - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	47.438	(47.438)	-	-	-	-
FIEP - Fundo P. Internac. Emp. Port.	6	-	-	-	-	-
Outros	3.377	46	-	-	-	3.429
	2.254.027	206.093	39.994	(441.231)	(635.181)	1.423.702

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2008 e 2007 foram os seguintes:

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

No exercício de 2007, a CGD adquiriu 140.752.993 acções por um montante global de 592.206 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 129.752.993 acções pelo valor global de 538.821 mEuros, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de 175.623 mEuros (Nota 29).

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 37.752.139 acções por um montante global de 153.375 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 37.018.441 acções por um montante global de 150.671 mEuros, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de 22.895 mEuros (Nota 29).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON - ex- PT Multimédia)

Em Maio de 2007, a CGD adquiriu 30.575.090 acções da PT Multimédia por 370.264 mEuros. Posteriormente, em Julho de 2007, a CGD alienou 3.500.000 acções pelo valor global de 42.000 mEuros tendo registado uma mais-valia de 1.295 mEuros.

Em 7 de Novembro de 2007, na sequência da aprovação pela Assembleia Geral da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) foi concretizado o Spin-off da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.. No âmbito desta operação, a Portugal Telecom distribuiu aos seus accionistas as acções que detinha da PT Multimédia.
Em resultado desta operação, a Caixa recebeu 9.696.316 acções da PT Multimédia, às quais foi atribuída uma parte do custo de aquisição original das acções da Portugal Telecom, não tendo deste modo sido registado qualquer efeito no resultado do exercício.

No decorrer do mês de Janeiro de 2008, a PT Multimédia alterou a sua designação social para ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 3.277.400 acções por um montante global de 19.037 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 3.173.371 acções por um montante global de 19.209 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma menos-valia total de 13.648 mEuros (Nota 29).

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

Durante o exercício de 2007 a CGD adquiriu 115.523.410 acções do BCP por 355.098 mEuros, tendo alienado 97.004.825 acções pelo valor global de 126.397 mEuros. Em resultado destas operações, foi registada uma mais-valia de 52.739 mEuros (Nota 29).

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 96.570.846 acções por um montante global de 143.696 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 25.894.321 acções por um montante global de 41.825 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma menos-valia total de 16.365 mEuros (Nota 29).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 14.359.466 acções por 218.668 mEuros. Ainda em 2008 a Caixa alienou 12.827.822 acções por um montante global de 193.789 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma mais-valia total de 51.508 mEuros (Nota 29).

Brisa Auto-estradas de Portugal, S.A.(Brisa)

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 9.000.000 acções da Brisa por 63.000 mEuros.

EDP Energias Renováveis

No mês de Outubro de 2008, a Caixa adquiriu a colaboradores 2.988.806 acções da EDP Energias Renováveis, as quais foram registadas por um custo inicial unitário de 5,31 Euros, correspondente à cotação de mercado deste activo na data da transacção.

Fundo Margueira Capital

Em Junho de 2008, o Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público, I.P., procedeu à amortização integral das Unidades de Participação do Fundo de Investimento Imobiliário Margueira Capital. A CGD era detentora de 9.510.441 unidades de participação do Fundo, subscritas a um valor unitário de 4,99 Euros. As Unidades de Participação beneficiavam de garantia do Estado relativamente ao montante integral do investimento inicial, o qual ascendia a 47.400 mEuros.

Cimpor, SGPS, S.A. (Cimpor)

Durante o segundo semestre de 2007, a CGD alienou a sua participação na Cimpor por 81.343 mEuros tendo registado uma mais-valia de 16.722 mEuros (Nota 29).

Euronext N.V. / New York Stock Exchange

Em 4 de Abril de 2007, concretizou-se a fusão entre a Euronext N.V. e a New York Stock Exchange (NYSE), tendo na sequência desta operação sido constituída uma nova sociedade com a designação de NYSE Euronext.

Na sequência desta operação, a CGD trocou as acções que detinha da Euronext N.V. por acções da NYSE Euronext, que foram subsequentemente vendidas.

Em resultado das operações realizadas, foram reconhecidas mais e menos-valias de 32.046 mEuros e 7.009 mEuros, respectivamente (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica "Unidades de participação" inclui unidades de participação de fundos mobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 514.823 mEuros e 163.751 mEuros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui ainda unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no montante de 40.272 mEuros.
Os fundos de investimento mobiliário têm a seguinte tipologia:

	2008	**2007**
Fundos de acções	25.936	-
Fundos de obrigações	171.194	94.341
Fundos de fundos	160.811	-
Outros fundos	156.882	69.410
	514.823	**163.751**

Com referência a 1 de Julho de 2008, a Caixa efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, a Caixa deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, é descrito como segue:

Valor de balanço de títulos reclassificados em 1 de Julho de 2008	1.001.797
Valor de balanço de títulos reclassificados em 31 de Dezembro de 2008	873.101
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos após a data da reclassificação, dos quais:	
Menos valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(98.231)
Ganhos / (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados	39.524

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

Os "Ganhos/ (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados" incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Mercado monetário interbancário	2.137.422	1.529.212
Depósitos a prazo		
. No País	459.509	384.083
. No Estrangeiro	3.669.125	4.978.947
Empréstimos		
. No País	4.280.616	2.178.928
. No Estrangeiro	529.958	1.013.613
Outras aplicações		
. No País	72.907	80.107
. No Estrangeiro	2.258.848	2.652.760
Operações de compra com acordo de revenda	49.562	-
Outros	-	28
	13.457.947	12.817.678
Juros a receber	55.539	78.878
Proveitos diferidos	(1.735)	(202)
	13.511.751	12.896.354
Provisões para risco-país (Nota 20)	(1.507)	(2.613)
Imparidade (Nota 20)	(105.262)	-
	(106.769)	(2.613)
	13.404.982	12.893.741

Em 31 de Dezembro de 2008, as aplicações em instituições de crédito no país incluem 1.455.159 mEuros de depósitos no Banco Português de Negócios, S.A., entidade que foi nacionalizada ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro.

No exercício de 2008, a Caixa registou imparidade de 40.593 mEuros para aplicações em bancos com sede na República da Islândia. Foi ainda registada imparidade para aplicações num banco norte-americano, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 64.669 mEuros. Adicionalmente, existem ainda saldos devedores com esta entidade, para os quais foi registada imparidade de 39.557 mEuros (Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para risco - país foi determinada da seguinte forma:

	2008				2007				
	Crédito e outros activos (*)	Financiamentos externos de curto prazo	Exposição	Provisão	Crédito e outros activos (*)	Financiamentos externos de curto prazo	Outros (**)	Exposição	Provisão
Moçambique	9.365	-	9.365	975	918	-	-	918	92
Federação Russa	33.853	(31.338)	2.515	251	24.558	(16.958)	-	7.600	760
Macau	3.002	(1.008)	1.994	199	5.057	-	(781)	4.276	428
Cabo Verde	555	(301)	254	64	4.053	-	-	4.053	1.013
África do Sul	126	-	126	13	473	-	-	473	47
Angola	18.918	(18.885)	33	3	-	-	-	-	-
Turquia	2.223	(2.223)	-	-	42.828	(42.828)	-	-	-
Panamá	-	-	-	-	20.379	(20.379)	-	-	-
Peru	3.593	(3.593)	-	-	3.397	(3.397)	-	-	-
Lituânia	-	-	-	-	1.800	(1.800)	-	-	-
Cazaquistão	11.271	(11.271)	-		11.400	(8.683)	-	2.717	272
Outros	9.312	(9.295)	17	2	17	(17)	-	-	1
	92.218	(77.914)	14.304	1.507	114.880	(94.062)	(781)	20.037	2.613

(*) Valores líquidos de provisões para aplicações vencidas.

(**) Inclui créditos excluídos da base de incidência ao abrigo de autorizações específicas do Banco de Portugal.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2008 e 2007, é apresentado na Nota 20.

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Crédito interno		
Empréstimos	39.445.180	35.262.598
Créditos em conta corrente	4.108.809	4.151.571
Outros créditos	2.228.344	2.108.439
Operações de compra com acordo de revenda	5.698	5.427
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	532.096	490.636
Descobertos em depósitos à ordem	274.704	204.525
Créditos tomados – Factoring	53.065	38.596
Crédito ao exterior		
Outros créditos	3.296.068	2.763.469
Empréstimos	1.981.778	1.610.760
Descobertos em depósitos à ordem	155.280	152.816
Créditos em conta corrente	33.754	24.710
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	59.616	68.960
Outros créditos e valores a receber – titulados		
. Papel comercial	3.427.081	2.626.980
. Outros	1.270.024	-
	56.871.498	49.509.487
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 18)	6.335.883	7.074.463
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 19)	105.043	207.077
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	505.190	380.318
Crédito e juros vencidos	1.424.341	1.115.501
	65.241.955	58.286.846
Provisões para crédito a clientes (Nota 20):		
- Crédito e juros vencidos	(1.041.514)	(882.575)
- Créditos de cobrança duvidosa	(178.436)	(130.140)
- Risco-país	(14.985)	(8.540)
	(1.234.935)	(1.021.255)
	64.007.020	57.265.591

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 73.338 mEuros e 72.321 mEuros, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2008 e 2007, é apresentado na Nota 20.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito reflectidas no passivo (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido incluem mEuros 10.678 e mEuros 14.170, respectivamente, de provisões constituídas acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a provisão para risco-país foi determinada da seguinte forma:

	2008					2007				
	Crédito e outros activos (*)	Garantias	Outros (**)	Exposição	Provisão	Crédito e outros activos (*)	Garantias	Outros (**)	Exposição	Provisão
Federação Russa	62.715	(32.457)	-	30.258	3.026	35.003	(262)	-	34.741	3.474
Venezuela	10.783	(1.166)	-	9.617	2.378	4.362	(1.020)		3.342	826
Moçambique	23.905	(882)	-	23.023	2.305	16.046	(729)	-	15.317	1.532
Angola	93.528	(76.309)	-	17.219	1.799	49.870	(45.699)	-	4.171	417
Cabo Verde	24.575	(18.657)	-	5.918	1.498	25.320	(21.249)	-	4.071	1.027
África do Sul	7.557	(547)	-	7.010	701	2.333	(498)	-	1.835	184
Macau	4.689	(93)	-	4.596	457	1.329	-	-	1.329	132
Índia	2.222	-	-	2.222	222	2.042	-	-	2.042	204
República Popular da China	1.110	(1)	-	1.109	111	161	(55)	-	106	11
Argentina	5.192	-	(4.790)	402	101	5.744	-	-	5.744	21
Marrocos	67.528	(67.130)	-	398	40	799	(499)	-	300	30
Costa Rica	7.402	(7.402)	-	-	-	5.944	(5.944)	-	-	-
Arábia Saudita	-	-	-	-	-	1.319	(1.262)	-	57	-
Outros	21.114	(13.469)	-	7.645	2.347	1.904	(17)	-	1.887	682
	332.318	(218.112)	(4.790)	109.416	14.985	152.176	(77.234)	-	74.942	8.540

(*) Valores líquidos de provisões para crédito vencido. Às garantias prestadas foi aplicado o factor de ponderação previsto no Aviso nº 1/93 do Banco de Portugal.
(**) Inclui créditos excluídos da base de incidência ao abrigo de autorizações específicas do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até três meses	77.830	53.950
De três a seis meses	65.717	47.129
De seis meses a um ano	143.282	110.095
De um a três anos	498.688	336.252
Mais de três anos	638.824	568.075
	1.424.341	1.115.501

No exercício de 2007, a CGD alienou por 34.250 mEuros um conjunto de créditos com valor nominal de capital em dívida de 115.733 mEuros, que se encontravam integralmente abatidos ao activo na data da celebração do contrato. O valor recebido foi registado em "Outros proveitos de exploração – recuperação de créditos incobráveis" (Nota 31).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2008								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	80	3.500	3.580	216.984	7.427	224.411	217.064	10.927	227.991
Pesca	-	-	-	30.637	438	31.075	30.637	438	31.075
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	13.932	-	13.932	321.110	1	321.112	335.042	1	335.043
Indústrias extractivas com excepção de prod. energéticos	-	-	-	75.390	1.425	76.815	75.390	1.425	76.815
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	128	1	129	648.598	12.184	660.782	648.726	12.186	660.912
Indústria têxtil	-	-	-	309.897	13.482	323.379	309.897	13.482	323.379
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	34.308	2.203	36.511	34.308	2.203	36.511
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	169.941	6.211	176.152	169.941	6.211	176.152
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	99.202	1.475	100.677	99.202	1.475	100.677
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-	15.248	-	15.248	15.248	-	15.248
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	206.002	1.219	207.221	206.002	1.219	207.221
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	97.452	1.089	98.541	97.452	1.089	98.541
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	254.035	4.702	258.737	254.035	4.702	258.737
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	12.557	-	12.557	263.534	5.674	269.208	276.091	5.674	281.765
Fabrico de máquinas e de equipamentos	7.232	-	7.232	95.570	2.172	97.742	102.802	2.172	104.974
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	93.380	3.771	97.151	93.380	3.771	97.151
Fabrico de material de transporte	12.496	-	12.496	48.064	341	48.405	60.560	341	60.901
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	111.586	5.180	116.766	111.586	5.180	116.766
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	124.922	-	124.922	767.437	846	768.283	892.359	846	893.205
Construção	85.446	-	85.446	4.642.501	220.180	4.862.681	4.727.947	220.180	4.948.127
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	25	-	25	2.546.507	57.218	2.603.726	2.546.532	57.218	2.603.751
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	148	-	148	498.304	10.827	509.131	498.452	10.827	509.279
Transportes, armazenagem e comunicações	54.447	-	54.447	627.706	8.222	635.928	682.153	8.222	690.375
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	1.244.780	363	1.245.143	1.244.780	363	1.245.143
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	1.722	53	1.775	1.722	53	1.775
Actividades auxiliares de intermediação financeira	370.778	-	370.778	1.273.776	2.011	1.275.788	1.644.555	2.011	1.646.566
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	2.163	-	2.163	3.509.021	84.449	3.593.469	3.511.184	84.449	3.595.632
Outras actividades	475.399	2.178	477.576	6.396.222	16.991	6.413.212	6.871.620	19.169	6.890.789
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.849.022	86.123	2.935.145	62.278	1.274	63.552	2.911.300	87.396	2.998.697
Educação	737	1	738	81.357	1.847	83.204	82.095	1.848	83.942
Saúde e segurança social	6.592	-	6.592	244.017	4.391	248.408	250.609	4.391	255.000
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	43.283	94	43.377	307.611	10.773	318.384	350.894	10.866	361.760
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	719	1	720	719	1	720
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	13.779	-	13.779	170.783	186	170.969	184.562	186	184.749
	4.073.166	91.897	4.165.063	25.465.682	488.624	25.954.306	29.538.848	580.521	30.119.368
Particulares									
Habitação	-	-	-	31.739.547	737.116	32.476.663	31.739.547	737.116	32.476.663
Outros fins	-	-	-	2.539.220	106.704	2.645.924	2.539.220	106.704	2.645.924
	-	-	-	34.278.767	843.820	35.122.587	34.278.767	843.820	35.122.587
	4.073.166	91.897	4.165.063	59.744.448	1.332.444	61.076.892	63.817.614	1.424.341	65.241.955

	31.12.2007								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	15	3.309	3.324	141.200	5.534	146.734	141.215	8.843	150.058
Pesca	-	-	-	20.967	876	21.843	20.967	876	21.843
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	12.811	-	12.811	23.761	1	23.762	36.572	1	36.573
Indústrias extractivas com excepção de produtos energéticos	-	-	-	84.390	984	85.374	84.390	984	85.374
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	143	-	143	386.635	6.877	393.511	386.778	6.877	393.654
Indústria têxtil	592	-	592	268.110	11.103	279.213	268.702	11.103	279.805
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	29.574	3.343	32.917	29.574	3.343	32.917
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	151.915	3.615	155.530	151.915	3.615	155.530
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	100.636	1.704	102.340	100.636	1.704	102.340
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-	14.898	0	14.899	14.898	0	14.899
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	58	-	58	90.021	1.015	91.036	90.079	1.015	91.094
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	86.843	885	87.728	86.843	885	87.728
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	241.583	8.610	250.193	241.583	8.610	250.193
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	204.775	2.616	207.390	204.775	2.616	207.390
Fabrico de máquinas e de equipamentos	5.828	-	5.828	69.290	3.348	72.639	75.118	3.348	78.466
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	69.991	1.521	71.512	69.991	1.521	71.512
Fabrico de material de transporte	15.264	-	15.264	34.728	505	35.233	49.992	505	50.497
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	99.068	5.870	104.938	99.068	5.870	104.938
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	51.024	-	51.024	1.187.876	209	1.188.085	1.238.901	209	1.239.110
Construção	74.311	179	74.491	3.900.968	97.966	3.998.934	3.975.280	98.145	4.073.425
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	20	-	20	2.159.542	34.267	2.193.810	2.159.562	34.267	2.193.830
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	442.417	10.752	453.169	442.417	10.752	453.169
Transportes, armazenagem e comunicações	107.062	-	107.062	783.466	10.543	794.009	890.528	10.543	901.071
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	793.864	206	794.070	793.864	206	794.070
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	1.972	44	2.016	1.972	44	2.016
Actividades auxiliares de intermediação financeira	299.519	-	299.519	1.258.771	143	1.258.914	1.558.290	143	1.558.433
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	1.356	3	1.359	3.254.208	57.647	3.311.854	3.255.564	57.649	3.313.213
Outras actividades	35.021	72	35.093	4.810.446	11.947	4.822.393	4.845.467	12.019	4.857.485
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.357.345	29.101	2.386.446	88.227	137	88.365	2.445.572	29.239	2.474.811
Educação	588	1	589	89.084	1.423	90.507	89.671	1.424	91.096
Saúde e segurança social	5.432	-	5.432	409.615	933	410.548	415.047	933	415.980
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	79.288	7	79.295	604.082	15.585	619.667	683.370	15.592	698.962
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	59	-	59	59	-	59
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	3.254	140	3.393	3.254	140	3.393
	3.045.678	32.672	3.078.350	21.906.236	300.348	22.206.583	24.951.914	333.019	25.284.933
Particulares									
Habitação	-	-	-	30.126.073	699.644	30.825.717	30.126.073	699.644	30.825.717
Outros fins	-	-	-	2.093.359	82.838	2.176.196	2.093.359	82.838	2.176.196
	-	-	-	32.219.431	782.481	33.001.913	32.219.431	782.481	33.001.913
	3.045.678	32.672	3.078.350	54.125.667	1.082.829	55.208.496	57.171.345	1.115.501	58.286.846

9. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo	Derivados de cobertura Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				15.460	(2.281)	-	-	13.178
Compras	340.854	-	340.854					
Vendas	326.973	-	326.973					
NDF's (No Deliverable Forward)				1.945	(3.734)	-	-	(1.789)
Compras	55.267	-	55.267					
Vendas	56.601	-	56.601					
FRA (forward rate agreements)	55.000	-	55.000	84	(89)	-	-	(4)
Swaps								
Swaps Cambiais				34.061	(184.226)	-	-	(150.164)
Compras	3.147.843	-	3.147.843					
Vendas	3.299.588	-	3.299.588					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.400.266	(1.150.042)	189.207	(425.692)	13.740
Compras	83.617.587	5.607.726	89.225.313					
Vendas	83.609.102	5.676.282	89.285.384					
Swaps de Eventos de Crédito				8.221	(48.278)	-	-	(40.057)
Compras	695.862	-	695.862					
Vendas	695.862	-	695.862					
Swaps de Cotações				10.333	(10.422)	-	-	(88)
Compras	60.000	-	60.000					
Vendas	60.000	-	60.000					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				3.193	-	-	-	3.193
Posições Longas	487.373	-	487.373					
Posições Curtas	149.625	-	149.625					
Futuros de Cotações								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	-	-	-					
. Outros				-	-	-	-	-
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	9.604	-	9.604					
Outros Futuros								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	(96.384)	-	(96.384)					
Posições Curtas	179.832	-	179.832					
Opções								
Divisas				12.974	(12.092)	-	-	883
Compras	25.000	-	25.000					
Vendas	1.865	-	1.865					
Cotações				924.712	(916.554)	-	-	8.158
Compras	1.188	-	1.188					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				84.475	(73.576)	-	(3.776)	7.122
Compras	47.000	-	47.000					
Vendas	34.200	-	34.200					
Outros	-	-	-	10.670	(15.072)	-	-	(4.402)
	176.859.840	11.284.008	188.143.848	2.506.395	(2.416.365)	189.207	(429.468)	(150.230)

	2007							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo	Derivados de cobertura Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				791	(9.324)	-	-	(8.533)
Compras	107.155	-	107.155					
Vendas	114.123	-	114.123					
NDF's (No Deliverable Forward)				2.544	(2.384)	-	-	160
Compras	35.520	-	35.520					
Vendas	35.520	-	35.520					
FRA (forward rate agreements)	305.800	-	305.800	599	(418)	-	-	181
Swaps								
Swaps Cambiais				64.957	(148.636)	-	-	(83.679)
Compras	5.023.386	-	5.023.386					
Vendas	5.155.380	-	5.155.380					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				546.045	(518.118)	125.590	(807.679)	(654.162)
Compras	65.700.030	7.131.842	72.831.872					
Vendas	65.700.030	7.279.516	72.979.546					
Swaps de Eventos de Crédito				1.612	(8.507)	-	-	(6.895)
Compras	1.068.182	-	1.068.182					
Vendas	1.068.182	-	1.068.182					
Swaps de Cotações				2.166	(2.244)	-	-	(78)
Compras	41.349	-	41.349					
Vendas	41.349	-	41.349					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				584	-	-	-	584
Posições Longas	(47.123)	-	(47.123)					
Posições Curtas	532.528	-	532.528					
Futuros de Cotações								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.951	-	1.951					
Posições Curtas	-	-	-					
. Outros				-	-	-	-	-
Posições Longas	11.135	-	11.135					
Posições Curtas	-	-	-					
Outros Futuros								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061					
Posições Curtas	38.340	-	38.340					
Opções								
Divisas				14.131	(15.914)	46	-	(1.737)
Compras	48.586	-	48.586					
Vendas	13.586	-	13.586					
Cotações				489.008	(574.683)	-	(393)	(86.068)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				23.517	(14.370)	-	(172)	8.975
Compras	17.158	-	17.158					
Vendas	85.794	-	85.794					
Outros	-	-	-	3	(25.151)	-	-	(25.148)
	145.128.022	14.411.358	159.539.380	1.145.957	(1.319.749)	125.636	(808.244)	(856.400)

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui 49.562 mEuros relativos a vendas a descoberto de títulos de taxa fixa.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

	2008					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	242.611	20.480	22.269	-	55.494	340.854
Vendas	236.488	19.790	20.335	-	50.360	326.973
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	43.074	2.707	2.749	6.737	-	55.267
Vendas	43.218	2.971	3.018	7.394	-	56.601
FRA (forward rate agreements)	-	-	55.000	-	-	55.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	2.940.956	182.796	24.091	-	-	3.147.843
Vendas	3.060.523	213.517	25.548	-	-	3.299.588
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	6.621.769	4.085.411	6.260.531	43.766.468	28.491.135	89.225.313
Vendas	6.662.571	4.085.411	6.304.669	43.765.728	28.467.004	89.285.384
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	25.000	-	-	556.044	114.818	695.862
Vendas	25.000	-	-	556.044	114.818	695.862
Swaps de Cotações						
Compras	20.000	-	-	40.000	-	60.000
Vendas	20.000	-	-	40.000	-	60.000
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	487.373	-	-	487.373
Posições Curtas	129.625	-	20.000	-	-	149.625
Futuros de Cotações						
. Negociados em nome de clientes	-	-	-	-	-	-
. Outros						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	9.604	-	-	-	-	9.604
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	(42.668)	(26.074)	(27.642)	-	-	(96.384)
Posições Curtas	55.395	53.616	70.821	-	-	179.832
Opções (Divisas e Cotações)						
Divisas e Cotações						
Compras	88	26.100	-	-	-	26.188
Vendas	1.865	-	-	-	-	1.865
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	25.000	-	-	2.000	20.000	47.000
Vendas	14.200	-	-	-	20.000	34.200
						188.143.848

	2007					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	26.351	22.304	16.058	-	42.442	107.155
Vendas	25.741	21.975	16.047	-	50.360	114.123
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	35.520	-	-	-	-	35.520
Vendas	35.520	-	-	-	-	35.520
FRA (forward rate agreements)	-	-	305.800	-	-	305.800
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	4.205.051	768.718	49.617	-	-	5.023.386
Vendas	4.298.012	804.628	52.740	-	-	5.155.380
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	6.896.658	3.951.789	6.695.542	29.613.328	25.674.555	72.831.872
Vendas	6.896.658	3.951.789	6.697.464	29.663.594	25.770.041	72.979.546
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Vendas	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Swaps de Cotações						
Compras	-	-	-	41.349	-	41.349
Vendas	-	-	-	41.349	-	41.349
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(39.500)	(7.623)	-	-	-	(47.123)
Posições Curtas	422.666	31.000	78.862	-	-	532.528
Futuros de Cotações						
. Negociados em nome de clientes	1.951	-	-	-	-	1.951
. Outros						
Posições Longas	11.135	-	-	-	-	11.135
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
Opções (Divisas e Cotações)						
Divisas e Cotações						
Compras	-	13.586	-	35.000	-	48.586
Vendas	-	13.586	-	-	-	13.586
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	-	17.158	-	17.158
Vendas	85.794	-	-	-	-	85.794
						159.539.380

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	440.500	4.162	98.091	(9.246)
Clientes	227.327	9.016	123.187	713
	667.827	13.178	221.278	(8.533)
NDF's (No Deliverable Forward)				
Instituições Financeiras	41.582	1.945	35.520	(79)
Clientes	70.285	(3.734)	35.520	239
	111.868	(1.789)	71.040	160
FRA (forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	55.000	(4)	305.800	181
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	6.447.431	(150.164)	10.178.765	(83.679)
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	176.503.097	26.984	145.266.992	(669.167)
Clientes	2.007.600	(13.245)	544.425	15.005
	178.510.697	13.740	145.811.417	(654.162)
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	1.391.724	(40.057)	2.136.363	(6.895)
Swaps de Cotações				
Instituições Financeiras	119.999	(88)	82.699	(78)
Futuros				
Futuros de Taxa de Juro				
Em Bolsa	636.998	3.193	485.406	584
Futuros de Cotações				
Instituições Financeiras	6.600	-	11.135	-
Clientes	3.004	-	1.951	-
	9.604	-	13.086	-
Outros Futuros				
Em Bolsa	83.448	2.080	68.401	-
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	26.188	371.747	62.172	444.950
Clientes	1.865	(362.706)	-	(532.755)
	28.053	9.041	62.172	(87.805)
Taxa de Juro (Caps & Floors)				
Instituições Financeiras	79.200	(9.030)	100.952	190
Clientes	2.000	16.151	2.000	8.785
	81.200	7.122	102.952	8.975
Outros				
Instituições Financeiras	-	(6.481)	-	(19.765)
Clientes	-	-	-	(535)
Em Bolsa	-	-	-	(4.848)
	-	(6.481)	-	(25.148)
	188.143.848	**(150.230)**	**159.539.380**	**(856.400)**

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.5, a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnam as condições previstas na IFRS 5, os quais são registados em "Outros activos".

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008										
	Saldo em 31.12.2007					Transferências de Outros activos				Saldo em 31.12.2008	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11)	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade (Nota 20)	Outros	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda											
Imóveis	87.310	(14.993)	18.761	(24.777)	-	21.367	(1.501)	(1.288)	(26)	102.635	(17.782)
Outros	947	-	-	-	-	-	-	-	-	947	-
	88.257	(14.993)	18.761	(24.777)	-	21.367	(1.501)	(1.288)	(26)	103.582	(17.782)
Outros activos (Nota 15)											
Bens recebidos em dação de crédito	75.244	(8.834)	38.292	(10.185)	2.906	(21.367)	1.501	(2.350)	11	84.901	(9.683)
	163.501	(23.827)	57.053	(34.962)	2.906	-	-	(3.638)	(15)	188.483	(27.465)

	2007										
	Saldo em 31.12.2006					Transferências de Outros activos				Saldo em 31.12.2007	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11)	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade (Nota 20)	Outros	Valor bruto	Imparidade acumulada
rrentes detidos para venda											
	74.108	(11.872)	10.309	(28.190)	2.674	27.845	(2.830)	(291)	562	87.308	(14.993)
	949	-								949	-
	75.057	(11.872)	10.309	(28.190)	2.674	27.845	(2.830)	(291)	562	88.257	(14.993)
(Nota 15)											
dos em dação de crédito	91.782	(16.501)	17.220	(5.147)	-	(27.845)	2.830	4.837	(767)	75.244	(8.834)
	166.839	(28.373) -	27.529	(33.337)	2.674	-	-	4.546	(205)	163.501	(23.827)

Nos exercícios de 2008 e 2007, as mais e menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 1.548 mEuros e 4.464 mEuros, respectivamente (Notas 30 e 31)).

Nos exercícios de 2008 e 2007, as "Transferências de outros activos" correspondem a transferências de imóveis que passaram a preencher os requisitos do IFRS 5.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008									
	Saldo em 31.12.2007									
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 20)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2008
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	117.400	-	-	-	54	(925)	-	-	(13.690)	102.838
Edifícios	678.644	(276.740)	-	-	161	(1.795)	(11.510)	7.283	(39.708)	356.335
Obras em imóveis arrendados	69.605	(47.907)	438	(232)	11.312	(9)	(5.373)	-	-	27.833
Outros imóveis	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80
Equipamento					-	-		-		
Mobiliário e material de escritório	57.435	(45.780)	4.029	(24)	-	-	(3.512)	-	(47)	12.101
Máquinas e ferramentas	13.658	(11.264)	498	-	-	-	(799)	-	(266)	1.828
Equipamento informático	86.640	(80.145)	8.575	(26)	146	(0)	(4.834)	-	(12)	10.344
Instalações interiores	280.087	(227.386)	3.331	1	19.821	(72)	(16.553)	256	(8.838)	50.647
Material de transporte	810	(668)	101	-	10	3	(65)	-	(34)	157
Equipamento de segurança	20.557	(17.090)	1.698	-	1.092	-	(1.647)	-	(0)	4.610
Outro equipamento	154	(149)	8	-	-	-	(3)	-	-	10
Activos em locação financeira					-	-		-		
Imóveis	1.465	(198)	-	-	-	-	(22)	-	-	1.245
Equipamento	55.536	(25.607)	14.626	-	(75)	(71)	(11.247)	-	(438)	32.723
Outros activos em locação financeira	-	(72)	-	-	-	72	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	30.634	-	26.030	-	(32.520)	(2.355)	-	-	-	21.789
Outros activos tangíveis	15.140	(11.861)	3.742	-	-	-	(1.294)	-	-	5.727
	1.427.766	(744.867)	63.158	(282)	-	(5.152)	(56.860)	7.538	(63.034)	628.267

	2007									
	Saldo em 31.12.2006									
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras trans-ferências e regularizações	Amortiza-ções do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 20)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	111.033	-	505	-	34	5.828	-	-	-	117.400
Edifícios	687.755	(267.805)	250	-	199	(6.761)	(13.008)	1.275	-	401.905
Obras em imóveis arrendados	72.468	(48.073)	77	(141)	2.379	(271)	(4.555)	-	(187)	21.697
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	58.763	(47.386)	3.775	(4)	-	93	(3.455)	-	(129)	11.657
Máquinas e ferramentas	12.902	(10.865)	593	(3)	711	-	(944)	-	-	2.394
Equipamento informático	91.047	(83.480)	4.131	(23)	377	(9)	(4.311)	-	(1.238)	6.494
Instalações interiores	272.802	(216.759)	7.101	(2)	5.430	(808)	(14.971)	325	(417)	52.701
Material de transporte	697	(614)	123	(3)	30	7	(92)	-	(6)	142
Equipamento de segurança	19.205	(15.414)	1.422	(1)	3	2	(1.748)	-	(1)	3.468
Outro equipamento	155	(148)	-	-	-	-	(2)	-	-	5
Activos em locação financeira										
Imóveis	1.735	(213)	-	-	(233)	-	(22)	-	-	1.267
Equipamento	42.578	(17.724)	14.509	-	(30)	17	(9.131)	-	(291)	29.928
Outros activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	(72)	-	-	(72)
Outros activos em locação financeira	12.740	(10.684)	1.762	-	-	177	(717)	-	-	3.278
Activos tangíveis em curso	12.517	-	28.726	(1)	(8.900)	(1.629)	-	-	(78)	30.635
	1.396.397	(719.165)	62.974	(178)	-	(3.354)	(53.028)	1.600	(2.347)	682.899

No exercício de 2008, a Caixa alienou ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, por 120.838 mEuros, imóveis cujo valor de balanço nessa data, líquido de amortizações e imparidade acumuladas, ascendia a 61.855 mEuros (Nota 30).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a imparidade registada para Imóveis de serviço próprio ascende a 9.166 mEuros e 16.704 mEuros, respectivamente (Nota 20).

Com referência ao movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" nos exercícios de 2008 e 2007, a coluna "Outras transferências e regularizações" inclui 2.906 mEuros e 2.674 mEuros relativos a reclassificações de imóveis de serviço próprio para "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10).

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008							
	Saldo em 31.12.2007							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2008
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	321.500	(212.356)	2.840	40.028	64	(2)	(54.831)	97.244
Outros activos intangíveis	508	-	181	-	-	-	(83)	606
Activos intangíveis em curso	53.145	-	42.183	(40.028)	274	-	-	55.573
	375.154	(212.356)	45.203	-	338	(2)	(54.914)	153.423

	2007							
	Saldo em 31.12.2006							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2007
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	287.995	(168.962)	8.931	24.198	641	(17)	(43.641)	109.144
Outros activos intangíveis	183	-	325	-	-	-	-	508
Activos intangíveis em curso	42.821	-	35.130	(24.198)	(608)	-	-	53.145
	330.999	(168.962)	44.386	-	33	(17)	(43.641)	162.798

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

Despesas com actividades de investigação e desenvolvimento

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 8.200 mEuros e 16.400 mEuros, respectivamente.

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008				2007			
	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20)	Valor de balanço	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 20)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,75%	521.113	(17.355)	503.758	99,75%	521.113	(17.355)	503.758
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,75%	128.606	(19.146)	109.460	91,75%	128.606	(19.146)	109.460
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	97,13%	54.521	-	54.521	97,13%	54.521	-	54.521
Banco Caixa Geral Brasil	99,70%	43.475	-	43.475	100,00%	3.870	-	3.870
CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	100,00%	15.905	-	15.905	100,00%	11.817	-	11.817
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	3.813	-	3.813	70,00%	3.813	-	3.813
Caixa Geral Finance, Limited	0,00%	1	-	1	0,00%	1	-	1
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	100,00%	1.229.204	-	1.229.204	100,00%	1.229.204	-	1.229.204
Parcaixa, SGPS, S.A.	51,00%	510.000	-	510.000	-	-	-	-
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	100,00%	27.683	-	27.683
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	100,00%	10.350	-	10.350
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	80,00%	8.000	-	8.000	80,00%	8.000	-	8.000
Caixaweb, SGPS, S.A.	100,00%	25.000	(17.862)	7.138	100,00%	25.000	(17.862)	7.138
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	1.300	-	1.300	100,00%	1.300	-	1.300
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, S.A.	58,40%	268	-	268	58,40%	268	-	268
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	80,00%	20	-	20	80,00%	20	-	20
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	-	-	100,00%	43.034	-	43.034
Outras		91	(26)	65		143	(26)	117
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	100,00%	9.583	(5.497)	4.086
Socimmobil	100,00%	4.771	(4.771)	-	100,00%	4.771	(4.771)	-
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	-	12.952	50,00%	12.952	-	12.952
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	37,40%	5.111	-	5.111	37,40%	5.111	-	5.111
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	45,00%	4.017	-	4.017	45,00%	4.017	-	4.017
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	37,40%	2.533	(1.278)	1.255
SOFID- Sociedade Financiamento Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	10,00%	1.250	-	1.250	10,00%	1.250	-	1.250
Prado Karton, S.A.	37,40%	5.111	(4.498)	613	37,40%	5.111	(4.498)	613
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Floresta Atlântica SGFII, SA	13,50%	50	-	50	-	-		-
Gestínsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	12	(5)	7	21,06%	11	(5)	6
REN – Redes Energéticas Nacionais, S.A.	-	-	-	-	20,00%	159.998	-	159.998
ADP – Águas de Portugal, S.A.	-	-	-	-	20,37%	142.618	-	142.618
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	47,53%	20.305	(8.424)	11.881	47,53%	20.305	(8.424)	11.881
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	41,55%	6.848	(2.486)	4.362	41,55%	6.848	(2.486)	4.362
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	36,21%	1.326	(212)	1.114
Banco Internacional de S. Tomé	27,00%	624		624	27,00%	624	-	624
IMOBCI	40,00%	144	(62)	82	40,00%	144	(62)	82
CGD - North America Finance	100,00%	-	-	-	-	-	-	-
CGD - Representação de Bancos, S.A.	51,07%	168	(168)	-	52,00%	168	(168)	-
GCI - Sociedade de Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	99,94%	175.143	-	175.143	98,87%	169.561	-	169.561
		2.842.864	(81.855)	2.761.009		2.629.240	(81.855)	2.547.385

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados em “Outros activos” (Nota 15).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante os exercícios de 2008 e 2007, foram os seguintes:

REN – Redes Energéticas Nacionais, S.A. (REN)

No exercício de 2008, a CGD alienou à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública), acções representativas de 15% do capital social da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.A.. O preço global acordado para a transmissão ascendeu a 236.395 mEuros, correspondentes a um valor unitário de 2,95 Euros por acção, tendo em resultado desta operação sido reconhecida uma mais-valia de 116.290 mEuros (Nota 30).

Na sequência desta alienação, em 31 de Dezembro de 2008 a Caixa detinha acções representativas de 5% do capital social da REN, as quais foram registadas na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 6).

ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A

Em Setembro de 2008, a CGD alienou por 141.270 mEuros à Parpública, acções representativas de 15% do capital social da ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

No decorrer do mês de Dezembro de 2008, a Caixa alienou à Parpública o remanescente da participação que ainda detinha da ADP, correspondente a 5,374% do respectivo capital social, por 50.612 mEuros. O valor da venda foi liquidado no início de 2009 (Nota 15).

Em resultado destas operações, a Caixa reconheceu mais-valias globais 49.264 mEuros, dos quais 36.270 mEuros registados em "Resultados na alienação de outros activos" (Nota 30) e 12.994 mEuros registados em "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 29).

Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A

Em Dezembro de 2008, a CGD alienou à Parpública acções representativas da totalidade do capital social da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. O preço global acordado para a transmissão foi de 150.000 mEuros (Nota 15), tendo em consequência desta operação sido registada uma mais-valia de 106.966 mEuros (Nota 30).

Parcaixa SGPS, S.A.

A Parcaixa SGPS, S.A. foi constituída em 23 de Dezembro de 2008 com um capital social de 1.000.000 mEuros, representado por 1.000.000.000 acções, integralmente subscrito pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública, nas proporções de 51% e 49% respectivamente. Para a realização do capital social da Parcaixa, a Caixa e a Parpública realizaram as seguintes contribuições:

- Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Entregas em numerário	510.000
- Parpública	
. Entregas em numerário	131.666
. ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. - Entrega de 17.511.000 acções, representativas de 19% do capital social	178.944
. Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A. – Entrega de 2.000.000 acções, representativas da totalidade do capital social	150.000
. Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A. - Entrega de 877.500 acções, representativas de 19,5% do capital social	2.150
- Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A. - Cedência dos direitos de crédito representativos de 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública a esta sociedade	27.240
	490.000
	1.000.000

Banco Caixa Geral - Brasil (ex-Banco Financial Português)

No decorrer do exercício de 2008, em resultado da intenção da Caixa de retomar a actividade no mercado financeiro brasileiro, foi solicitada ao Banco Central do Brasil e demais autoridades competentes, autorização para a cessação do processo de liquidação do Banco Financial Português, filial brasileira da CGD e a sua transformação numa sociedade anónima de direito brasileiro sob a denominação de Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., decisão homologada através de Decreto Presidencial do Presidente da República Federal do Brasil datado de 27 de Maio de 2008.

Em resultado da cessação do processo de liquidação, os montantes em dívida pelo ex-Banco Financial Português à CGD, no montante de 21.671.078 BRL, foram utilizados por esta entidade para a cobertura de prejuízos acumulados em exercícios anteriores. Em consequência desta operação, os valores a receber do Banco Financial, registados na rubrica “Outros activos - outros devedores e aplicações” em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 15), foram transferidos para a rubrica “Investimentos em filais”.

Ainda no exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos:

- Em 27 de Outubro de 2008, a CGD cedeu à Caixa Participações, SGPS, S.A., pelo respectivo valor nominal, 1000 acções do Banco Caixa Geral – Brasil, com um valor unitário de 370 BRL;

- Em assembleia-geral de accionistas realizada em 31 de Outubro de 2008, foi deliberado o aumento do capital social do Banco no valor de 86.000.000 BRL, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

Em resultado das operações descritas, em 31 de Dezembro de 2008 a Caixa detém directamente 99,75% do capital social do Banco Caixa Geral – Brasil.

Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. (Culturgest)

No exercício de 2007, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu à Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento 10.000 acções da Culturgest, passando a deter 58,4% do Capital Social desta entidade.

Em resultado da instituição em 2 de Outubro de 2007 da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, reconhecida por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 24 de Janeiro de 2008, e cuja actividade estatutariamente atribuída veio substituir em termos formais e de facto as funções até aí desenvolvidas pela Culturgest, foi deliberada em Assembleia Geral de accionistas realizada em Maio de 2008 a dissolução desta sociedade e nomeada a comissão liquidatária.

Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital

No exercício de 2008, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu à Direcção Geral do Tesouro, por 5.582 mEuros, 100 Unidades de Participação do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital, representativas de 2,86% do seu capital. Em resultado desta operação, a Caixa passou a deter 99,94% do capital desta entidade.

Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau (CGD Macau)

No exercício de 2008, a CGD Macau efectuou um aumento de capital no montante de 51 milhões de Patacas através da emissão de cinquenta e uma mil novas acções com valor nominal unitário de 1.000 Patacas cada, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pela CGD. Em resultado desta situação, o capital social aumentou para cento e setenta e um milhões de Patacas.

Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Credip)

A Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, mediante a emissão de 2.000.000 acções com um valor unitário de 5 Euros, subscrito e integralmente realizado ao par pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., nas proporções de 80% e 20% respectivamente. Esta sociedade tem por objecto a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos, em especial no financiamento de infra-estruturas públicas.

Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sofid)

A Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, representado por dez milhões de acções com valor nominal unitário de 1 euro e um prémio de emissão de 0,25 Euros por acção. A CGD subscreveu 1.000.000 acções, representativas de 10% do seu capital social, no montante de 1.250.000 mEuros.

Esta sociedade tem por objecto a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, especificamente, através da contribuição para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, em articulação com os objectivos e a estratégia do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

Caixa – Sistemas de Informação, S.A.

Em Assembleia Geral de accionistas de 16 de Outubro de 2007 foi aprovado o Relatório e Contas de encerramento de liquidação da Caixa – Sistemas de Informação com referência a 30 de Setembro de 2007.

Fundo de Capital de Risco PME – Caixa Capital (FCR PME)

Em consequência da deliberação da Assembleia Geral de Participantes, em Novembro de 2007 o FCR PME foi dissolvido e liquidado.

Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Na Assembleia Geral de accionistas realizada em 3 de Abril de 2007, foi deliberada a realização de prestações acessórias no montante global de 3.000 Euros, com o objectivo de reforçar os capitais próprios da Sociedade, dando assim cumprimento aos requisitos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

As prestações acessórias, imputáveis em partes equivalentes aos accionistas CGD e Banco Espírito Santo, foram realizadas através da conversão de suprimentos do mesmo montante concedidos à Locarent.

Wolfpart, SGPS S.A. (Wolfpart)

No exercício de 2007, a Wolfpart aumentou o seu capital no montante de 1.250 mEuros, através da emissão de 250.000 novas acções com valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela CGD. O aumento de capital destinou-se ao financiamento da aquisição em 2007 por esta entidade de 25% das unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado Beirafundo.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
Activos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a recuperar	4.091	1.054
. Outros	3.995	-
	8.086	1.054
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	(126.728)	(119.346)
. Outros	(972)	-
	(127.700)	(119.346)
	(119.615)	(118.292)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	719.683	406.877
Passivos por impostos diferidos	(26.649)	(118.138)
	693.034	288.739

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008				
		Variação em		Transferência	
	Saldo em 31.12.2007	Capital Próprio (Nota 6)	Resultados	para imposto corrente	Saldo em 31.12.2008
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	9.721	-	1.710	-	11.431
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	296.863	-	165.921	8.646	471.430
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	1.023	-	158	-	1.181
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(86.997)	240.289	(1)	-	153.291
Valorização de outros títulos	43.200	-	(15.323)	-	27.877
Benefícios dos trabalhadores	3.731	-	(32)	-	3.699
Comissões	35.090	-	(3.613)	-	31.477
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(8.474)	-	1.428	-	(7.046)
Despesas de carácter plurianual	(5.064)	-	9.429	-	4.365
Outros	(354)	-	(4.317)	-	(4.671)
	288.739	240.289	155.359	8.646	693.034

	2007				
		Variação em		Transferência	
	Saldo em 31.12.2006	Capital Próprio (Nota 6)	Resultados	para imposto corrente	Saldo em 31.12.2007
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	10.597	-	(876)	-	9.721
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	177.868	-	107.757	11.238	296.863
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	74.172	-	(73.149)	-	1.023
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(115.182)	28.185	-	-	(86.997)
Valorização de outros títulos	1.432	-	41.768	-	43.200
Benefícios dos trabalhadores	3.330	-	401	-	3.731
Comissões	16.191	-	18.899	-	35.090
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(8.864)	-	390	-	(8.474)
Despesas de carácter plurianual	(3.143)	-	(1.921)	-	(5.064)
Outros	(114)	-	(240)	-	(354)
	156.287	28.185	93.029	11.238	288.739

Os impostos sobre lucros registados directamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2008 e 2007 apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Impostos diferidos:		
. Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	240.289	28.185
	======	=====
Impostos correntes:		
. Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
. Responsabilidades com pensões	5.592	8.385
. Plano Médico e outros benefícios pós-emprego	8.646	11.238
	---	---
	14.238	19.623
	=====	=====

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2008	2007
Impostos correntes		
Do exercício	303.945	225.859
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	(32.288)	4.740
	271.656	230.599
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(155.359)	(93.029)
Total de impostos em resultados	116.296	137.570
Resultado antes de impostos	600.547	803.707
Carga fiscal	19,37%	17,12%

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Correcções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Correcção ao lucro tributável (exercícios de 2000 a 2003)		
Isenção de tributação de mais-valias - Banco Itaú (Nota 20)	-	15.130
Liquidações adicionais	3.357	5.813
Excesso de estimativa de imposto (exercícios de 2007 e 2006)	(32.921)	(16.099)
Outros	(2.725)	(104)
	(32.289)	4.740

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		600.547		803.707
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,29%	157.884	26,28%	211.214
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.11)	(0,70%)	(4.214)	(0,43%)	(3.472)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	(10,45%)	(62.777)	(4,54%)	(36.528)
Mais valias isentas de tributação	(6,36%)	(38.174)	(4,91%)	(39.473)
Provisões não aceites fiscalmente	(3,57%)	(21.450)	0,00%	-
Outras	(0,05%)	(319)	(0,40%)	(3.181)
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, líquida de recuperações	2,22%	13.332	1,33%	10.662
Reconhecimento de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	13,00%	78.066	-	-
Outras diferenças definitivas a acrescer	0,14%	832	1,23%	9.854
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,13%)	(809)	(0,16%)	(1.314)
Dividendos de acções privatizadas	-	-	(0,86%)	(6.872)
Tributação autónoma	0,17%	991	0,07%	549
Outros	0,52%	3.134	(1,07%)	(8.609)
	21,08%	126.496	16,54%	132.830
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Excesso de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2007 e 2006, líquido de impostos diferidos	(1,80%)	(10.832)	(2,00%)	(16.099)
Correcção ao Lucro tributável dos exercícios de 2000 a 2003 (mais valias na alienação de participações financeiras)	0,00%	-	1,89%	15.150
Outras	0,11%	632	0,71%	5.689
	(1,70%)	(10.200)	0,59%	4.740
	19,37%	116.296	17,12%	137.570

Nos exercícios de 2008 e 2007, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade foi de 26,29% e 26,28%, respectivamente. As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2005 a 2008. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	2008	2007
Imposto corrente do exercício	303.945	225.859
Imposto pago pelas sucursais	(13.008)	(12.491)
Transferência de impostos correntes para resultados transitados	(5.592)	(8.385)
Retenções na fonte	(10.768)	(10.995)
Pagamentos por conta	(152.416)	(74.994)
Outros	4.567	352
Imposto sobre o rendimento a pagar	126.728	119.346

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Outros activos		
Bens arrematados (Nota 10)	84.901	75.244
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.200	3.255
Outros	4.960	4.959
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	375.305	624.004
Empréstimos subordinados	517.892	87.964
Valores a receber pela venda da CLF (Nota 13)	150.000	-
Valores a receber pela venda da ADP (Nota 13)	50.612	-
Valores a receber – Banco Financial (Nota 13)	-	8.347
Devedores diversos	261.663	104.395
Bonificações a receber		
. Do Estado	5.786	13.246
. De outras entidades	18.581	23.132
Valores a receber pela venda de bens arrematados	1.865	1.203
Devedores por operações sobre futuros	16.151	13.572
Sector público administrativo	1.504	5.311
Outros	141.474	144.075
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (Nota 33)	178.810	232.871
Rendas	3.405	1.301
Outros	9.450	9.362
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais (Nota 33)	227.651	222.123
Outros	-	12
Rendimentos a receber	14.708	17.750
Operações activas a regularizar	410.131	237.592
	2.478.050	1.829.718
Imparidade e provisões		
Bens arrematados (Nota 10)	(9.683)	(8.834)
Outros activos (Nota 20)	(50.653)	(57.934)
	(60.336)	(66.768)
	2.417.715	1.762.951

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 20.

Os montantes registados em "Bens arrematados" correspondem essencialmente a imóveis e equipamentos recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor da imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens (considerando também os custos a incorrer até à respectiva venda). Os bens arrematados cuja expectativa de venda seja altamente provável e que se encontrem disponíveis para venda imediata na situação actual são classificados na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2008, os valores a receber pelas vendas da CLF e da ADP resultam da alienação pela CGD à Parpública de participações nestas entidades, conforme descrito em maior detalhe na Nota 13. Estes saldos foram integralmente regularizados em 13 de Janeiro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 165.371 mEuros relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de "Swaps de taxa de juro" ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros" inclui valores a receber de um banco norte-americano, relativamente aos quais foi registada imparidade de 39.557 mEuros na rubrica "Provisões para crédito vencido de clientes" (Nota 7).

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Suprimentos:		
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Locarent)	160.500	118.500
Gerbanca, SGPS, S.A.	87.732	87.732
Imocaixa – Gestão Imobiliária	41.938	-
Wolfpart, SGPS, S.A.	31.926	36.926
Caixa Leasing e Factoring	25.977	25.977
Parbanca, SGPS, S.A.	15.861	17.472
Sanjimo	5.605	5.605
Culturgest – Gestão de Espaços Culturais	4.000	3.500
Gestínsua	902	902
Sogrupo – Serviços Administrativos, ACE	865	865
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	-	326.525
	375.305	624.004
Empréstimos subordinados:		
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	371.525	-
Caixa Leasing e Factoring	90.000	40.000
Banco Caixa Geral	31.050	31.050
CGD Macau	15.392	10.148
BNU Macau	5.401	6.766
BCI Moçambique	4.524	-
	517.892	87.964

Os suprimentos concedidos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. foram transformados em Empréstimos subordinados, tendo sido reforçados em 2008 no montante de 45.000 mEuros. Estes empréstimos não vencem juros e têm duração indeterminada.

Os suprimentos concedidos à Locarent apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 58.500 mEuros a reembolsar no exercício de 2009, o qual é remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 4,769%.

- Suprimento no montante de 60.000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Dezembro de 2009 e rende juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 5,544%.

- No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos no montante total de 50.000 mEuros, dos quais em 31 de Dezembro de 2008 apenas se encontravam utilizados 42.000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Abril de 2011, e é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Janeiro, 1 de Abril, 1 de Julho e 1 de Outubro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008 a taxa de juro anual em vigor ascendia a 5,987%.

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária no valor de 29.538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5.513 mEuros. Posteriormente, foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21.000 mEuros, tendo até ao final de 2008 sido concedidos 6.887 mEuros.

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Tiveram por objectivo financiar os suprimentos concedidos por esta entidade à sua participada Resortpart, S.A. no exercício de 2006 e a aquisição de 25% do capital social nas suas participadas sociedades "Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A. " e "Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A." no exercício de 2007. No exercício de 2008 foram reembolsados 5.000 mEuros.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring não são remunerados e destinaram-se essencialmente a financiar a aquisição de acções da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os suprimentos concedidos à Parbanca SGPS, S.A. destinaram-se a financiar a participação em aumentos de capital efectuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, SARL (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, S.A. passou a deter 51% do capital social do Banco. No exercício de 2008 foi efectuado um reembolso de 1.611 mEuros.

Os suprimentos concedidos à Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. destinaram-se a fazer face às necessidades financeiras para o cumprimento das actividades culturais programadas e não têm prazo de reembolso definido.

O empréstimo subordinado de 40.000 mEuros concedido à Caixa Leasing e Factoring em 5 de Dezembro de 2004 tem um prazo inicial de reembolso de 10 anos e vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um spread de 0,30%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Março, 5 de Junho, 5 de Setembro e 5 de Dezembro de cada ano. No exercício de 2008 foi concedido um novo empréstimo subordinado no montante de 50.000 mEuros, com vencimento indeterminado. Este empréstimo vence juro trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses nos dias 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau apresentam o seguinte detalhe:

- O empréstimo subordinado no montante de 120.000.000 de Patacas (10.802 mEuros ao câmbio de 31 Dezembro de 2008) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 31 de Dezembro de 2016, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses;

- No início do exercício de 2008, foi concedido um novo empréstimo subordinado no montante de 51.000.000 de Patacas (4.591 mEuros ao câmbio de 31 de Dezembro de 2008), com vencimento em 30 de Março de 2018.

O empréstimo subordinado concedido ao BNU Macau no montante de 100.000.000 de Patacas Macaenses será amortizado até Dezembro de 2011 e vence juros à taxa do mercado monetário interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses. Em 2007 e 2008 foram efectuados dois reembolsos no montante de 20.000.000 de Patacas.

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (4.524 mEuros ao câmbio de 31 de Dezembro de 2008) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de Julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um spread de 3%. O pagamento dos juros é efectuado trimestral e postecipadamente, em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No País	458	18.687
No Estrangeiro	146.545	293.911
Empréstimos		
No Estrangeiro	500.000	83.672
Juros a pagar	2.220	1.231
	649.223	397.501
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	560.189	243.158
De instituições de crédito no Estrangeiro	6.773.020	10.185.527
Recursos do mercado monetário interbancário	370.902	740.380
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	71.962	73.810
De instituições de crédito no Estrangeiro	1.259.124	1.658.787
Empréstimos		
De instituições de crédito no Estrangeiro	752.263	741.979
Operações de venda com acordo de recompra	32.958	42.564
Despesas com encargos diferidos	(431)	-
Juros a pagar	64.003	113.874
	9.883.990	13.800.079

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos de poupança	5.304.299	6.844.343
Outros débitos		
No País	16.637.897	17.352.456
A prazo		
Depósitos	27.473.898	20.000.510
Depósitos Obrigatórios	603.514	655.810
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	80.602	214.095
Empréstimos	60.603	52.660
Outros	4.337	2.896
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	7.650	(6.475)
	50.172.709	45.116.295
Juros a pagar	382.589	263.045
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(4.499)	(13.673)
	50.550.800	45.365.669

18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Obrigações em circulação:		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
. Remuneração indexada a taxas de juro	4.589.818	3.059.002
. Remuneração indexada a acções / índices	1.920.444	1.825.452
. Remuneração indexada a taxas de câmbio	259.161	231.212
. Taxa de juro fixa	220.784	449.448
	6.990.206	5.565.114
Obrigações Hipotecárias	5.870.000	5.350.000
Obrigações de Caixa		
. Remuneração indexada a acções / índices	35.169	151.879
. Remuneração indexada a taxas de juro	1.309.991	59.991
. Taxa de juro fixa		
Produtos de taxa crescente	29.906	267.798
Outros	482.539	350.300
	14.717.810	11.745.082
Outros:		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
. Papel comercial	4.086.249	3.904.457
. Certificados de depósito	1.654.440	495.767
	5.740.689	4.400.224
Outros certificados de depósito	215.564	414.374
	5.956.253	4.814.598
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(305.865)	(631.153)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(165.846)	(168.525)
Juros a pagar	184.663	178.375
	20.387.015	15.938.377

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Obrigações em circulação – Obrigações de Caixa - Remuneração indexada a taxas de juro", inclui 1.250.000 mEuros relativos a uma emissão obrigacionista efectuada pela Caixa ao abrigo da Garantia concedida pelo Estado Português, em conformidade com as disposições da Lei nº 60-A/2008 de 20 de Outubro e da Portaria nº 1219-A/2008 de 23 de Outubro. Esta emissão tem vencimento em 12 de Dezembro de 2011, pagando juros anualmente a uma taxa fixa de 3,875%.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 5,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificate Deposits" a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e "Notes" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou acções.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	2008	2007
Euros	3.316.295	2.022.182
Libras	1.451.438	1.444.058
Dólares Norte Americanos	875.547	666.191
Francos Suíços	83.502	125.098
Dólares de Hong Kong	13.907	17.422
Ienes	-	106.106
Dólares Australianos	-	14.322
Dólares Canadianos	-	4.845
	5.740.689	4.400.224

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 10.000.000.000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, actualmente até ao montante máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;

- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;

- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;

- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 5.870.000 mEuros e 5.350.000 mEuros, respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Rating Moodys	Taxa em 31.12.2008	Taxa em 31.12.2007
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de Março e 30 de Setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	AAA	5,355%	4,799%
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2.000.000	28-06-2007	28-06-2012	Anualmente no dia 28 de Junho	Taxa Fixa	AAA	4,625%	4,625%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	AAA	3,041%	4,740%
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200.000	20-12-2007	20-12-2015	Semestralmente nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	AAA	3,302%	4,892%
	5.350.000							
Hipotecárias Série 6 2008/2016	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de Agosto e 27 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	AAA	3,22%	-
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,012%	AAA	3,29%	-
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,88%	-
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de Outubro	Taxa Fixa	AAA	5,38%	-
	5.870.000							

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a 6.335.883 mEuros e 7.074.463 mEuros, respectivamente (Nota 8). Às emissões de obrigações Hipotecárias foi atribuído um rating de AAA pela Moody's.

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	2008						
	Programa EMTN Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-Total	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	210.219	19.063	1.064.170	1.293.452	-	182.714	1.476.166
De 1 a 5 anos	1.232.392	204.423	3.170.757	4.607.572	2.000.000	1.674.891	8.282.463
De 5 a 10 anos	472.833	3.964	455.088	931.885	3.600.000	-	4.531.885
Mais de 10 anos	5.000	31.711	120.586	157.296	270.000	-	427.296
	1.920.444	259.161	4.810.601	6.990.206	5.870.000	1.857.605	14.717.810

	2007						
	Programa EMTN Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-Total	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	195.437	186.892	1.079.925	1.462.254	-	500.254	1.962.508
De 1 a 5 anos	1.308.241	17.036	2.178.014	3.503.291	2.000.000	329.714	5.833.005
De 5 a 10 anos	316.774	3.032	205.298	525.104	3.100.000	-	3.625.104
Mais de 10 anos	5.000	24.252	45.213	74.465	250.000	-	324.465
	1.825.452	231.212	3.508.450	5.565.114	5.350.000	829.968	11.745.082

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um spread.

19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Novembro de 2003, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de crédito hipotecário e ao consumo nos montantes de mEuros 1.000.000 e mEuros 400.000, respectivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

Titularização de crédito hipotecário

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC (“Nostrum Mortgages FTC” ou “Fundo”). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta. A CGD continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980.000	Aaa	AAA	AAA	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5.000	A2	A+	A	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15.000	Baa2	BBB+	BBB	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	1.000.000							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4.000						Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.004.000							

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o Nostrum Mortgages PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

A Caixa tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas em Março de 2011 e de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

Titularização de crédito ao consumo

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Consumer Finance (“Nostrum Consumer FTC” ou “Fundo”). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Consumer Finance PLC (Nostrum Consumer PLC), com sede na Irlanda.

Como forma de financiamento, o Nostrum Consumer PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Esta dívida apresenta as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Remuneração
		Moody's	Fitch	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes due 2015	359.600	Aaa	AAA	AAA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,26%
Class B Secured Floating Rate Notes due 2015	15.600	Aa1	AA	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,45%
Class C Secured Floating Rate Notes due 2015	12.400	Aa3	A	A	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,75%
Class D Secured Floating Rate Notes due 2015	10.000	Baa2	BBB	BBB	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 1,40%
Class E Secured Floating Rate Notes due 2015	2.400	Ba2	BB	BB+	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 4,00%
	400.000					
Class F Notes	2.625				Novembro de 2015	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	402.625					

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 26 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Consumer PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap o Nostrum Consumer PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4,2%.

A Caixa mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo junto da Caixa.

O produto das cobranças de capital entregues pela CGD é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das Unidades de Titularização.

A Caixa tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Consumer PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B, C, D e E, respeitando o grau de subordinação de cada tranche, por forma a ajustar o valor do passivo aos activos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe F) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações da Classe F equivale ao rendimento residual do Nostrum Consumer PLC o que, em substância, corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B, C, D e E;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações Classe F constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Consumer PLC, sendo por isso os primeiros títulos a absorver eventuais perdas que venham a ocorrer na carteira de crédito.

Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos activos cedidos nos exercícios de 2007 e 2008 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages FTC	Nostrum Consumer FTC	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	725.102	368.231	1.093.333
Reembolsos	(79.667)	(161.074)	(240.741)
Abates	-	-	-
Outros	(24)	(80)	(104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Notas 8 e 35)	645.411	207.077	852.488
Reembolsos	(64.585)	(99.075)	(163.660)
Abates	-	-	-
Outros	378	(2.959)	(2.581)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Notas 8 e 35)	581.204	105.043	686.247

Registo contabilístico

Dado o Banco de Portugal ter aprovado a classificação destas cessões como completas e definitivas, de acordo com o PCSB a Caixa registou a venda dos activos cedidos através destas operações, mantendo apenas um registo em contas extrapatrimoniais dos valores em dívida.

Com a implementação das NCA e, especificamente, dos requisitos para desreconhecimento de activos financeiros definidos pela Norma IAS 39, a Caixa anulou o impacto contabilístico do registo da venda relativamente à operação de crédito ao consumo, encontrando-se os créditos reflectidos em balanço a partir de 1 de Janeiro de 2005 (Nota 8). Consequentemente, a Caixa registou um "Passivo financeiro associado a activos transferidos". Genericamente, esta rubrica reflecte os passivos emitidos pelo Veículo para subscrição por entidades externas, deduzidos da liquidez do Fundo e do Veículo. O saldo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2008	2007
Obrigações emitidas pelo Veículo (incluindo residuais)	118.925	231.008
Disponibilidades do Veículo e do Fundo	(16.490)	(27.667)
Outros	1.530	1.725
	103.965	205.066

O montante de créditos cedidos no âmbito desta operação foi retirado de contas extrapatrimoniais. Deste modo, as rubricas extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 reflectem apenas valores relativos à titularização de crédito à habitação.

20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008							
	Saldo em 31.12.2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2008
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 8)	507.874	253.862	(7.467)	(3)	670	-	-	754.936
Provisões para risco país de passivos contingentes	881	1.320	(97)	-	-	-	-	2.104
Provisões para encargos com benefícios de empregados	452.623	-	-	(19.478)	-	-	3.288	436.433
Provisões para contingências judiciais	12.909	-	(4.192)	-	-	-	-	8.717
Provisões para outros riscos e encargos	235.134	254.287	(368.687)	(25.666)	30	-	-	95.098
	1.209.421	509.469	(380.443)	(45.147)	700	-	3.288	1.297.288
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	2.613	8.425	(9.536)	-	-	-	5	1.507
Provisões para crédito a clientes (Nota 8)	1.021.255	693.997	(425.119)	(97.996)	2.467	40.330	-	1.234.935
	1.023.869	702.422	(434.655)	(97.996)	2.467	40.330	5	1.236.442
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	44	-	6	(6)	-	-	-	44
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	154.860	476.961	-	(107.772)	645	-	-	524.693
Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 7)	-	142.793	-	-	-	(40.330)	2.799	105.262
	154.904	619.754	6	(107.778)	645	(40.330)	2.799	629.999
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	16.704	-	(7.538)	-	-	-	-	9.166
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13)	81.855	-	-	-	-	-	-	81.855
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	14.993	8.152	(6.864)	-	-	1.501	-	17.782
Imparidade de outros activos (Notas 10 e 15)								
Bens arrematados	8.834	4.762	(2.412)	-	-	(1.501)	-	9.683
Outros activos	57.934	2.620	(8.578)	(1.323)	-	-	-	50.653
	180.321	15.535	(25.393)	(1.323)	-	-	-	169.140
	2.568.514	1.847.180	(840.485)	(252.243)	3.812	-	6.092	3.332.869

	2007							
	Saldo em 31.12.2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2007
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 8)	433.434	80.590	(5.543)	-	(608)	-	-	507.873
Provisões para risco país de passivos contingentes	664	624	(407)	-	-	-	-	881
Provisões para encargos com benefícios de empregados	426.190	-	-	(18.114)	-	-	44.547	452.623
Provisões para contingências judiciais	20.851	1.058	-	(2.121)	-	-	(6.879)	12.909
Provisões para outros riscos e encargos	311.635	66.461	(29.435)	(120.253)	(152)	-	6.879	235.135
	1.192.774	148.733	(35.385)	(140.488)	(760)	-	44.547	1.209.421
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	9.240	8.882	(15.466)	-	(43)	-	-	2.613
Provisões para crédito a clientes (Nota 8)	983.354	486.008	(291.344)	(152.034)	(4.728)	-	(1)	1.021.255
	992.594	494.890	(306.810)	(152.034)	(4.771)	-	(1)	1.023.868
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	114	-	(70)	-	-	-	-	44
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	261.489	4.329	-	(110.648)	(310)	-	-	154.860
	261.603	4.329	(70)	(110.648)	(310)	-	-	154.904
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	18.530	-	(1.600)	(225)	-	-	(1)	16.704
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13)	85.135	-	(532)	(2.747)	-	-	-	81.856
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	11.872	291	-	-	-	2.830	-	14.993
Imparidade de outros activos (Notas 10 e 15)								
Bens arrematados	16.501	-	(4.837)	-	-	(2.830)	-	8.834
Outros activos	51.385	14.676	(5.538)	(2.589)	-	-	-	57.934
	183.423	14.967	(12.507)	(5.561)	-	-	(1)	180.321
	2.630.394	662.919	(354.772)	(408.731)	(5.841)	-	44.545	2.568.514

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para riscos gerais de crédito é superior aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal em 264.849 mEuros e 85.927 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 33):

	2008	2007
Provisão para assistência médica pós-emprego	427.832	443.888
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	5.042	5.182
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	2.059	2.053
Responsabilidades da Sucursal de França	1.500	1.500
	---	---
	436.433	452.623
	======	======

Nos exercícios de 2008 e 2007, os “Outros” movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
. Assistência médica (Notas 32 e 33)	30.948	28.156
. Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 32)	(140)	1.725
. Subsídio por morte	6	123
Provisões registadas por contrapartida de custos diferidos:		
. Desvios actuariais e financeiros (Notas 32 e 33)	(27.526)	14.543
	---	---
	3.288	44.547
	====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" incluía 120.253 mEuros para fazer face à eventual tributação das mais-valias realizadas com a alienação da participação no Banco Itaú em 2000 e 2001. Em Dezembro de 2007, a Caixa foi notificada do valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo em consequência desta situação procedido ao respectivo pagamento e utilizado o valor da provisão constituída para outros riscos e encargos pela sua totalidade. O diferencial entre o valor efectivamente pago e o valor da provisão para outros riscos e encargos e custos a pagar registados em 2006, que ascendeu a 15.130 mEuros, foi reflectido em "Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores" (Nota 14).

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Empréstimo da CGD Finance	400.000	400.000
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350.000	350.000
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	110.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 250.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 21.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	21.000	21.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Notes Due 2016 (5 emissões)	200.000	200.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 2.000.000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10.000	10.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Fixed rate Note Due 2017	55.000	55.000
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	118.915	90.948
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104.891	104.891
Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2006/2016	99.987	99.987
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emissão	400.000	400.000
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 2ª emissão	81.595	81.595
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012 (5 emissões)	100.000	100.000
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 – 1ª emissão	369.045	-
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	-	49.862
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017 (3 emissões)	18.000	18.000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	6.000
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	6.000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	120.000
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	125.000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	50.000
Caixa Geral de Depósitos - Euros 100.000.000 5,980% 20 year lower tier	100.000	-
Empréstimos Schuldshein "Caja Madrid"	35.927	33.965
	3.381.360	2.932.248
Juros a pagar	32.215	26.094
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	32.091	5.763
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(22.213)	(5.721)
	3.423.453	2.958.384

Os empréstimos concedidos pela CGD Finance e Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de obrigações e acções preferenciais efectuadas por estas entidades.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2008	Taxa de juro nominal em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
Empréstimo da CGD Finance	400.000	12.10.1999	12.10.2009	Anualmente, nos dias 12 de Outubro	Taxa fixa	6,25%	6,25%	N/A
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350.000	29.09.2005	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,77%	3,74%	5,46%	A partir de 30 de Setembro de 2015. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,77%
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250.000	26.06.2004	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,80%	3,79%	5,49%	A partir de 28 de Junho de 2014. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,8%
CGD (Sucursal de França) - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	4,50%	6,18%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
CGD (Sucursal de França) - € 250.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	250.000	27.04.2005	27.04.2015	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,25%	5,17%	4,86%	A partir de 27 de Abril de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 21.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	21.000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	3,28%	4,93%	N/A
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 15,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	5,60%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 16,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	5,60%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 18% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 14 de Junho de 2010 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	5,60%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 13 de Junho de 2011 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	5,60%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 2.000.000 Index Linked to Floating rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10.000.000)	10.000	07.08.2006	08.08.2016	Trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	5,21%	5,20%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2008	Taxa de juro nominal em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Floating rate Note Due 2017	55.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,32%	6,03%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	118.915	15-12-2006	15.12.2036	Semestralmente, nos dias 15 de Junho e Dezembro	Taxa fixa	2,88%	2,88%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104.891	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho	Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	5,40%	4,57%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2006/2016	99.987	28.12.2006	28.12.2016	Anual	1ªano: 4,10% em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano	4,30%	4,20%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 1ª emissão	400.000	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ªano: 4,90%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano; opção anual de *switch* para Euribor a 12 meses.	5,00%	4,90%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será 5,80%.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 2ª emissão	81.595	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ªano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 3ºano; no 4º e no 5º ano, a remuneração está indexada a índices.	5,10%	5,00%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2008. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2009. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2010. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 22% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2011. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2012. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2008	Taxa de juro nominal em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 - 1ª emissão	369.045	03.11.2008	05.11.2018	Anual	1º ano: 6,25%; 2º ano: 6,40% ou remuneração switch; 3º ano: 6,55% ou remuneração switch; 4º ano: 6,70% ou remuneração switch; 5º ano: 7,00% ou remuneração switch.	6,25%	-	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a obrigação poderá ser reembolsada antecipadamente por iniciativa do emitente, total ou parcialmente, neste último caso redução ao valor nominal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano inclusive.
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2008. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 22,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	22,50%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2009. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2011. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,32%	6,03%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	27.12.2007	27.12.2017	Anualmente até 27 de Dezembro de 2012. A partir desta data até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 27 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa fixa 5,733% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%	5,73%	5,73%	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	28.12.2007	28.12.2017	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,07%	4,69%	A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Caixa Geral de Depósitos - € 100.000.000 5,980% 20 year lower tier	100.000	03.03.2008	03.03.2028	Anual	Taxa fixa	5,98%	-	N/A
Empréstimo Schuldschein "Caja Madrid" de USD 50.000.000	35.927	18.08.2005	18.08.2015	Trimestralmente, nos dias 18 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa fixa	5,15%	5,15%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Credores:		
Recursos consignados	1.800.967	1.752.568
Recursos – conta caução	66.412	20.598
Outros fornecedores	55.701	57.111
Fornecedores de bens para locação financeira	40.675	36.135
Caixa Geral de Aposentações	16.218	176.098
Credores por valores a liquidar	7.394	6.939
Credores por venda de bens arrematados	6.008	8.092
Credores por contratos de Factoring	1.915	362
Banco Financial Português	-	13.866
Outros	56.837	77.885
Outras exigibilidades:		
Retenção de impostos na fonte	46.611	36.950
Outros impostos a pagar	5.814	6.936
Cobranças por conta de terceiros	1.840	1.410
Outras	82.992	85.040
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal		
. Férias e subsídio de férias	70.311	62.866
. Prémio de produtividade	46.029	44.285
. Prémio de antiguidade (Nota 33)	40.925	39.279
. Outros	736	2.811
Outros juros e encargos similares	3.630	13.580
Juros a pagar	11.198	10.685
Outros	25.383	25.325
Receitas com rendimento diferido	37.537	67.210
Outras contas de regularização:		
Operações passivas a regularizar	190.623	238.287
Outras operações cambiais a liquidar	99.089	95.303
	2.714.845	2.879.621

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 65.430 mEuros relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

Em 31 de Dezembro de 2008, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2008	Data de início	Data de vencimento
KFW 300 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	300.000	07-04-2004	17-03-2014
KFW 250 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	250.000	22-11-2004	22-11-2013
CGD - Empréstimo Global XII	Banco Europeu de Investimento	200.000	19-11-2004	15-09-2024
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	200.000	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	186.667	21-11-2002	15-09-2022
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	151.660	11-12-2003	15-12-2023
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150.000	27-10-2000	15-09-2012
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100.000	29-11-2007	15-12-2022
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	100.000	11-12-2002	23-06-2014
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75.000	12-10-2006	15-09-2026
CEB Pré-Escolar	CEB - Council of Europe Development Bank	55.776	07-04-2005	25-10-2012
Infraestruturas Municipais II	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	18.769	30-01-1991	31-12-2010
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	9.110	14-11-1997	15-09-2012
Projecto Municipal Infra EG - III	Banco Europeu de Investimento	3.609	18-04-1995	15-03-2010
Outros		377		
		1.800.967		

Em 31 de Dezembro de 2008, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 4,455%.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 700.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista foi realizado em 1 de Agosto de 2008 um aumento de capital da CGD no montante de 400.000 mEuros, através da emissão de 80.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2008, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2007 no montante de 340.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,49 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (133.227 mEuros), outras reservas (137.865 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 55.045 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista de 31 de Dezembro de 2007, foi efectuado nessa data um aumento de capital da CGD no montante de 150.000 mEuros, através da emissão de 30.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2007, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2006 no montante de 260.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,44 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (107.918 mEuros), outras reservas (117.488 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 54.157 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2008	2007
Reservas de reavaliação		
. Reserva de reavaliação legal de imobilizado	208.998	241.027
. Reserva de justo valor (Nota 6)	(778.017)	306.940
. Reserva por impostos diferidos (Nota 14)	153.292	(86.997)
	(415.727)	460.970
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	708.391	575.170
. Outras reservas	321.112	186.006
. Resultados transitados	(7.793)	(55.044)
	1.021.710	706.132
Lucro do exercício	484.251	666.137
	1.090.234	1.833.239

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

	2008	2007
Imobilizações corpóreas:		
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho	31.515	32.157
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de Dezembro	18.850	19.469
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de Maio	27.017	28.439
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril	11.082	15.325
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro	31.270	39.836
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro	34.861	41.897
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro	53.680	63.181
Imobilizações financeiras	723	723
	---	---
	208.998	241.027
	======	======

No exercício de 2008, a Caixa transferiu para “Resultados Transitados” 32.029 mEuros relativos ao saldo de reavaliações positivas realizadas no âmbito da alienação de um conjunto de imóveis ao Fundo de Pensões da CGD (Nota 11).

O resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	2008	2007
Actividade em Portugal	491.632	641.681
Sucursal de Nova Iorque	(60.561)	(1.133)
Sucursal de Londres	18.493	9.803
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	17.575	8.516
Sucursal de França	9.240	6.235
Sucursal de Cayman	4.056	2.265
Sucursal de Timor	2.766	855
Sucursal do Luxemburgo	449	421
Sucursal de Espanha	408	(2.842)
Sucursal do Mónaco	140	237
Sucursal do Zhuhai	53	99
Resultado da actividade global	484.251	666.137

25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No País	211.557	150.029
. No estrangeiro	358.518	328.227
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.928.981	2.376.558
. Crédito ao exterior	282.904	235.125
. Crédito vencido	53.174	55.526
. Outros créditos e valores a receber – Papel comercial	140.230	79.149
Juros de activos securitizados não desreconhecidos	15.241	28.029
Juros de activos detidos para negociação		
. Títulos	79.282	161.892
. Swaps	3.261.848	2.182.687
. Contratos de garantia de taxa de juro	1.055	802
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	88.584	88.849
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	148.219	78.091
Juros de derivados de cobertura	304.566	258.546
Juros de devedores e outras aplicações	15.371	13.800
Juros de disponibilidades	48.223	42.603
Outros juros e rendimentos similares	51.628	63.917
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	62.986	67.515
	8.052.366	6.211.345

	2008	2007
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	(107.957)	(66.062)
De outros residentes	(864.240)	(583.191)
De emigrantes	(72.035)	(55.233)
De outros não residentes	(71.985)	(63.462)
	(1.116.217)	(767.948)
Juros de recursos de instituições de crédito		
. No País	(28.340)	(23.852)
. No estrangeiro	(409.889)	(556.081)
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Swaps	(3.300.268)	(2.200.574)
. Outros	(2.221)	(4.535)
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	(844.655)	(521.210)
Juros de derivados de cobertura	(381.282)	(300.063)
Juros de credores e outros recursos	(158.209)	(109.624)
Juros de recursos consignados	(87.028)	(79.358)
Juros de passivos por activos não desreconhecidos	(15.241)	(28.029)
Outros juros e encargos similares	(72.023)	(80.125)
	(6.415.371)	(4.671.399)

26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	95.500	50.000
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	42.414	30.046
EDP - Energias de Portugal, S.A.	25.476	19.208
PT Multimédia, SGPS, S.A.	20.992	10.267
Gerbanca, SGPS, S.A.	20.960	-
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	17.408	19.399
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	5.687	2.756
Banco Comercial Português, S.A.	-	7.933
Outros	27.697	20.491
	256.133	160.100

No exercício de 2008, o valor dos dividendos distribuídos pela Caixa Seguros e Saúde, inclui 45.500 mEuros relativos a adiantamentos sobre lucros desse exercício.

27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Meios de pagamento	169.075	148.226
Prestação de serviços a terceiros	98.917	91.525
Em operações de crédito	56.535	43.969
Por garantias prestadas	32.459	21.709
Por operações sobre instrumentos financeiros	27.905	29.726
Outros	32.659	47.931
	417.550	383.086
Encargos com serviços e comissões		
Meios de pagamento	(55.924)	(49.106)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(14.824)	(14.064)
Por serviços prestados a terceiros	(10.766)	(9.900)
Outros	(7.344)	(8.323)
	(88.858)	(81.393)

28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Resultados em activos e passivos detidos para negociação		
Instrumentos de dívida	(30.697)	(167.086)
Instrumentos de capital	(77.886)	4.947
Instrumentos derivados	213.649	(71.756)
Outros títulos	(36.931)	(19.632)
	68.134	(253.527)
Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	16.462	(29.735)
Instrumentos de capital	(12)	143
Outros títulos	(18.914)	12.704
Créditos e outros valores a receber	-	(789)
	(2.464)	(17.677)
Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos		
Derivados de cobertura	329.974	(524.440)
Correcções de valor de instrumentos financeiros objecto de operações de cobertura		
. Activos	10.040	(6)
. Passivos	(332.899)	551.663
	7.115	27.218
	72.785	(243.985)

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	2008	2007
Reavaliação da posição cambial	(28.695)	128.567
Resultados em derivados cambiais	(8.201)	(89.359)
	(36.896)	39.208

29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	991	19.567
Instrumentos de capital		
Galp Energia SGPS (Nota 6)	51.508	-
EDP (Nota 6)	22.895	175.623
ADP – Águas de Portugal (Nota 13)	12.994	-
BCP (Nota 6)	-	52.739
Euronext (Nota 6)	-	32.046
Cimpor (Nota 6)	-	16.722
Outros	13.615	3.573
	102.003	300.270
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	(622)	(20.191)
Instrumentos de capital		
BCP (Nota 6)	(16.365)	-
ZON (Nota 6)	(13.648)	-
Euronext (Nota 6)	-	(7.009)
	(30.635)	(27.200)
	71.368	273.070

30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Ganhos e perdas na alienação de activos tangíveis	61.028	(798)
Ganhos e perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.415	-
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas		
REN (Nota 13)	116.290	-
Caixa Leasing e Factoring (Nota 13)	106.966	-
ADP (Nota 13)	36.270	-
Outros	2	1.085
	321.971	287

No exercício de 2008, a rubrica “Ganhos e perdas na alienação de activos tangíveis”, inclui uma mais-valia de 58.983 mEuros na alienação de imóveis ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos (Nota 11).

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Outros proveitos de exploração		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	61.837	60.537
Recuperação de créditos incobráveis		
. Crédito concedido	34.861	72.390
. Juros e despesas	13.752	13.626
Reembolso de despesas	3.308	5.508
Prestação de serviços diversos	11.815	12.466
Venda de cheques	11.770	13.233
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações e a outras entidades	12.376	13.044
Mais-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 10)	190	6.049
Outros	15.046	3.943
	164.956	200.796
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(10.700)	(11.200)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 35)	(10.261)	(9.605)
Donativos e quotizações	(6.319)	(6.489)
Menos-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 10)	(57)	(1.585)
Outros	(24.279)	(19.568)
	(51.615)	(48.447)
	113.341	152.349

No exercício de 2007, a "Recuperação de créditos incobráveis" inclui 34.250 mEuros relativos à alienação de um conjunto de créditos vencidos pela Caixa (Nota 8).

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	2.204	2.267
Remuneração dos empregados	448.954	440.441
Prémio de antiguidade	4.446	4.211
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 20)	(140)	1.725
Reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33)	1.247	143
Assistência médica – CGD (Nota 33)		
. Custo normal (Notas 20 e 33)	30.948	28.156
. Contribuições relativas a pessoal no activo	29.532	29.129
. Amortizações dos desvios acima do corredor (Nota 33)	4.684	4.012
Outros encargos relativos a remunerações	11.550	9.567
Fundo de Pensões – CGD (Nota 33)		
. Custo normal	69.656	61.504
. Outros	1.485	1.170
Outros encargos sociais obrigatórios	12.585	11.851
Outros custos com o pessoal	13.366	9.155
	630.517	603.331

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Remuneração dos empregados" inclui 40.000 mEuros, relativos à provisão para distribuição de resultados aos empregados da CGD.

O número médio de empregados durante os exercícios de 2008 e 2007, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2008	2007
Direcção	127	120
Chefias	1.858	1.852
Técnicos	2.188	2.146
Administrativos	6.037	6.121
Auxiliares	220	228
	---	---
	10.430	10.467
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (295 em 2008 e 299 em 2007), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2008 e 2007) e os que se encontram em comissão de serviço no exterior (78 em 2008 e 82 em 2007).

33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de Dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de Dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

. Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;

. Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2008, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;

. Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;

. Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 7,5%

- Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2008	2007
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 73/77	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	5,75%	5,00%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,5%	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	2,5%	2,5%
Tabela de saídas:		
. Idades inferiores a 30 anos	5%	5%
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%
. Idades superiores a 40 anos	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2008 e 2007, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2008 e 2007 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2008		2007	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	-6,97%	5,25%	4,96%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,69%	3,00%	4,77%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,65%	2,50%	2,77%

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2008		2007	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Responsabilidades por serviços passados:				
Activos	10.539	746.831	10.909	717.616
Reformados e pré-reformados	3.772	390.350	3.460	388.813
	14.311	1.137.181	14.369	1.106.429
Fundos de pensões autónomos		1.137.181		1.106.441
Nível de financiamento		100,00%		100,00%

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades encontravam-se integralmente financiadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a mEuros 1.105.522 e mEuros 1.277.645, respectivamente.

No que se refere à CGD, poderão ainda vir a ser reclamadas responsabilidades existentes relativamente a alguns ex-empregados. No entanto, considera-se pouco expressivo o seu impacto, atendendo a que nos últimos três anos foram apenas vinte os casos de aposentação onde, em alguma medida, tais reclamações se verificaram.

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	955.302
Contribuições regulares:	
- Dos empregados	26.838
- Da Caixa	61.006
Contribuições extraordinárias	38.297
Pensões pagas	(23.499)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	47.708
Mais-valias potenciais, líquidas	2.985
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquido	(2.196)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.106.441
Contribuições regulares:	
- Dos empregados	27.053
- Da Caixa	69.168
Contribuições extraordinárias	39.458
Pensões pagas	(25.447)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	(16.689)
Mais-valias potenciais, líquidas	(60.109)
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquido	(2.694)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1.137.181

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 196.651 mEuros e 70.911 mEuros, respectivamente, bem como títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 226.606 mEuros e 87.805 mEuros, respectivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, podem ser demonstrados da seguinte forma:

		2008	2007
Situação inicial	(I)	12	-
		====	====
Custo do serviço corrente		(75.696)	(69.422)
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões		60.693	52.719
Custo dos juros		(54.651)	(44.801)
		---	---
Custo normal do exercício (Nota 32)		(69.656)	(61.504)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 32)		(1.247)	(143)
		---	---
Variações com impacto em resultados	(II)	(70.901)	(61.647)
		=====	=====
Alteração da taxa de desconto (4,75% para 5% em 2007 e 5% para 5,75% em 2008)		157.315	49.122
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2% para 2,5%)		-	(57.805)
Alteração da taxa de crescimento dos salários (3,00% para 3,50%)		(34.473)	-
Outros desvios de responsabilidades		(20.393)	(24.739)
Desvios de rendimento		(140.187)	(4.222)
		---	---
Desvios actuariais e financeiros	(III)	(37.738)	(37.644)
		======	=====
Contribuições para Fundos de Pensões			
. Da CGD	(IV)	108.626	99.303
		======	=====
Situação final dos exercícios	(I)+(II)+(III)+(IV)	-	12
		=====	=====

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a 5.042 mEuros e 5.182 mEuros, respectivamente, e encontra-se registado na rubrica "Provisões" (Nota 20).

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" (Nota 20). O movimento nesse passivo nos exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006	419.195
Custo do ano corrente (Notas 20 e 32)	28.156
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(18.006)
Perdas actuariais (Nota 20)	14.543
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	443.888
Custo do ano corrente (Notas 20 e 32)	30.948
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(19.478)
Ganhos actuariais (Nota 20)	(27.526)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	427.832

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 40.925 mEuros e 39.279 mEuros, respectivamente (Nota 22).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" (Nota 20) e ascende a 2.059 mEuros e 2.053 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a 1.500 mEuros (Nota 20).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos e dos custos diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor (Nota 15)		Desvios acima do Corredor		Sub Total (Nota 15)	Custos diferidos - NCA (Nota 15)			Sub Total (Nota 15)	Total
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde		Pensões	Saúde	Outros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	67.955	41.920	-	64.073	173.948	95.721	208.845	2.971	307.537	481.485
Desvios actuariais do ano	37.644	2.469	-	12.074	52.187	-	-	-	-	52.187
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32)	-	-	-	(4.012)	(4.012)	-	-	-	-	(4.012)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(31.907)	(41.769)	(990)	(74.666)	(74.666)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	105.599	44.389	-	72.135	222.123	63.814	167.076	1.981	232.871	454.994
Desvios actuariais do ano	37.738	(1.606)	-	(25.920)	10.212	-	-	-	-	10.212
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32)	-	-	-	(4.684)	(4.684)	-	-	-	-	(4.684)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(21.271)	(32.130)	(660)	(54.061)	(54.061)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	143.337	42.783	-	41.531	227.651	42.543	134.946	1.321	178.810	406.461

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 16 anos até à reforma dos activos. Os custos diferidos – NCA com pensões e saúde estão a ser amortizados de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, até aos exercícios de 2012 e 2014, respectivamente (2009 e 2011, respectivamente, no exercício de 2007).

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Serviços especializados:		
. Serviços de informática	75.400	74.728
. Serviços prestados por Agrupamentos Complementares de Empresas	42.415	41.070
. Serviços de consultoria	7.329	12.270
. Serviços de limpeza	6.077	5.679
. Serviços de informação	6.268	5.678
. Segurança e vigilância	4.299	4.584
. Outros	65.438	62.034
Publicidade e edição de publicações	45.043	41.962
Rendas e alugueres	34.770	35.351
Comunicações e despesas de expedição	37.075	33.237
Conservação e reparação	31.862	31.879
Transporte de valores e outros	16.328	19.530
Água, energia e combustíveis	14.184	13.883
Deslocações, estadas e representação	7.766	7.220
Impressos e material de consumo corrente	5.278	5.204
Outros	15.327	16.506
	414.859	410.815

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica “Serviços prestados por ajustamentos complementares de empresas” inclui 9.536 mEuros e 9.148 mEuros, respectivamente, relativos a valores debitados pela Sogrupo - Serviços Administrativos ACE e 25.014 mEuros e 24.283 mEuros, respectivamente, relativos a serviços de carácter técnico no âmbito da gestão de sistemas de informação prestados à Caixa pelo Sogrupo - Serviços de Informação, ACE.

35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
Passivos eventuais		
Garantias e avales	4.679.793	4.041.211
Activos dados em garantia	1.703.272	1.240.689
Cartas de crédito em "stand by"	80.407	179.192
Créditos documentários abertos	90.282	81.903
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	27.690	27.489
Aceites e endossos	1.171	1.064
Transacções com recurso	259	333
	6.582.874	5.571.881
Compromissos		
Compromissos revogáveis	14.482.392	21.877.941
Outros compromissos irrevogáveis	4.036.500	3.704.479
Contratos a prazo de depósitos:		
. A receber	1.621.605	1.678.279
. A constituir	869.789	1.924.792
Subscrição de títulos	1.899.663	1.840.307
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	151.823	150.683
Operações a prazo	24.717	54.887
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.549	7.549
	23.094.038	31.238.917
Depósito e guarda de valores	44.895.723	55.444.109
Valores administrados pela instituição		
Activos cedidos em operações de titularização (Nota 19)	581.204	645.411
Outros valores	61.046	49.625
	642.250	695.036

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Garantias e avales" inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e acções preferenciais nos montantes de 817.710 mEuros e 600.000 mEuros, respectivamente (806.938 mEuros e 600.000 mEuros, respectivamente em 31 de Dezembro de 2007).

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações e em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 correspondem às seguintes situações:

	2008	2007
Recursos consignados		
. Banco Europeu de Desenvolvimento	802.500	805.070
Banco de Portugal	892.772	422.420
Royal Bank of Scotland	8.000	15.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (futuros)	7.540	15.221
Outros	-	769
	1.710.812	1.258.480

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida, com excepção das garantias dadas ao Banco Europeu de Desenvolvimento, em que os activos incluem créditos concedidos pela Caixa nos montantes de 692.500 mEuros.

Adicionalmente, em 2008 e 2007 a CGD deu títulos em garantia no montante de 178.378 mEuros e 183.174 mEuros, respectivamente para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2008 e 2007, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a 11.401 mEuros e 11.300 mEuros, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1.140 mEuros e 1.695 mEuros, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 151.823 mEuros e 150.683 mEuros, respectivamente.

36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard,* nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Finance: inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;

- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;

- Banca comercial: inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;

- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;

- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

Linhas de negócio

	2008					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem Financeira	126.696	1.206.162	259.468	-	40.751	1.636.995
Rendimentos de instrumentos de capital	171.947	-	84.186	-	-	256.133
Rendimentos de serviços e comissões	23.782	97.831	32.742	(12)	263.208	417.550
Encargos com serviços e comissões	(13.425)	(17.055)	1.504	-	(59.882)	(88.858)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	428.762	616	(149)	-	-	429.229
Outros resultados de exploração	1.410	29.641	5.999	-	76.292	113.341
Produto bancário	739.171	1.317.195	383.750	(12)	320.368	2.764.390
Outros custos e proveitos						(2 280 140)
Resultado Líquido do Exercício						484.251
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	15.280.531	7.242	19.135	-	8.473	15.315.382
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10.547.877	-	-	-	-	10.547.878
Crédito sobre clientes (líquido)	2.199	35.276.855	28.730.201	-	(2.234)	64.007.020
Activo líquido total	25.830.608	35.284.097	28.749.336	-	6.786.516	96.650.557
Recursos de outras instituições de crédito	9.675.524	-	202.696	-	5.771	9.883.990
Recursos de clientes e outros empréstimos	209.936	40.944.361	9.394.451	-	2.052	50.550.800
Responsabilidades representadas por títulos	20.386.915	100	-	-	-	20.387.015

	2007					
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros	Total
Margem Financeira	165.438	1.247.852	101.288	-	25.368	1.539.946
Rendimentos de instrumentos de capital	88.651	-	71.449	-	-	160.100
Rendimentos de serviços e comissões	17.890	158.338	29.587	(105)	177.376	383.086
Encargos com serviços e comissões	(13.627)	(35.782)	1.015	-	(32.999)	(81.393)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	67.535	1.045	-	-	-	68.580
Outros resultados de exploração	37.785	24.033	72.638	-	17.892	152.349
Produto bancário	363.672	1.395.487	275.978	(105)	187.637	2.222.668
Outros custos e proveitos						(1.556.532)
Resultado Líquido do Exercício						666.136
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	15.287.631	8.335	47	-	-	15.296.013
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	11.849.092	564	-	-	-	11.849.656
Crédito sobre clientes (líquido)	4.013	33.597.994	23.663.583	-	-	57.265.591
Activo líquido total	27.140.737	33.606.893	23.663.630	-	5.641.573	90.052.834
Recursos de outras instituições de crédito	13.677.206	6.786	116.087	-	-	13.800.079
Recursos de clientes e outros empréstimos	188.895	36.075.852	9.100.921	-	-	45.365.669
Responsabilidades representadas por títulos	15.937.672	704	-	-	-	15.938.377

Mercados Geográficos

	2008						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	8.028.557	1.266.884	191.605	89.239	4.894	(1.528.814)	8.052.366
Juros e encargos similares	(6.525.530)	(1.181.651)	(169.404)	(72.482)	(858)	1.534.554	(6.415.371)
Rendimentos de instrumentos de capital	234.217	21.916	-	-	-	-	256.133
Rendimentos de serviços e comissões	375.480	37.857	1.047	2.976	1.315	(1.125)	417.550
Encargos com serviços e comissões	(76.755)	(14.407)	(142)	(59)	(90)	2.596	(88.858)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	418.622	(13.168)	(4.435)	(232)	372	28.070	429.229
Resultados de exploração	123.649	(6.177)	134	(457)	255	(4.063)	113.341
Produto bancário	2.578.240	111.253	18.804	18.986	5.889	31.218	2.764.390
Outros custos e proveitos							(2.280.140)
Resultado Líquido do Exercício							484.251
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	18.443.791	16.285.576	1.223.508	954.973	87.040	(21.679.507)	15.315.382
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	9.249.759	1.533.542	671.322	251.589	-	(1.158.334)	10.547.878
Crédito sobre clientes (líquido)	57.984.138	4.328.203	982.731	690.124	21.824	-	64.007.020
Activo líquido total	92.270.886	22.310.953	2.927.299	1.902.488	111.122	(22.872.192)	96.650.557
Recursos de outras instituições de crédito	20.087.563	8.588.796	1.184.201	1.682.347	6.527	(21.665.444)	9.883.990
Recursos de clientes e outros empréstimos	47.065.450	2.060.766	1.264.354	50.740	109.490	-	50.550.800
Responsabilidades representadas por títulos	11.475.967	8.261.468	423.474	215.867	-	10.239	20.387.015

	2007						
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	6.214.368	1.045.587	1.447	217.602	6.037	(1.273.696)	6.211.345
Juros e encargos similares	(4.744.559)	(989.867)	(474)	(208.785)	(871)	1.273.157	(4.671.399)
Rendimentos de instrumentos de capital	148.564	11.536	-	-	-	-	160.100
Rendimentos de serviços e comissões	352.812	28.743	288	2.579	1.617	(2.953)	383.086
Encargos com serviços e comissões	(68.823)	(17.328)	(100)	(60)	(108)	5.026	(81.393)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	79.208	22.891	-	568	786	(34.873)	68.580
Resultados de exploração	167.483	(6.392)	(21)	(595)	562	(8.688)	152.349
Produto bancário	2.149.053	95.170	1.140	11.309	8.023	(42.027)	2.222.669
Outros custos e proveitos							(1.556.532)
Resultado Líquido do Exercício							666.137
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	18.031.950	13.680.672	14.345	1.738.265	36.447	(18.205.666)	15.296.013
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10.267.505	1.694.909	564	292.499	1.140	(406.961)	11.849.656
Crédito sobre clientes (líquido)	53.063.627	3.666.245	16.505	497.721	21.493	-	57.265.591
Activo líquido total	86.926.177	19.087.316	31.802	2.541.541	58.852	(18.592.854)	90.052.834
Recursos de outras instituições de crédito	23.710.357	6.295.640	2	2.000.794	5.607	(18.212.321)	13.800.079
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.595.275	1.581.364	25.818	102.805	60.407	-	45.365.669
Responsabilidades representadas por títulos	7.788.961	7.698.680	-	416.415	-	34.321	15.938.377

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

37. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2008			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	8.388.075
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	480.390	-	-	475.070
Crédito a clientes	41.243	19.417	670.462	81.356
Outros activos	5.814	18.581	164.968	726.820
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	147.825	1.072.780	19.150	1.550.799
Débitos representados por títulos	-	-	-	1.527.563
Passivos subordinados	-	-	-	1.079.657
Outros passivos	291	-	57	47.523
Garantias prestadas	-	1.634	9.324	48.961
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	20.575	-	23.092	1.793.515
Ganhos em operações financeiras	13.464	-	-	5.105.740
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	57.205
Outros proveitos de exploração	-	-	-	49.300
Custos:				
Juros e encargos similares	83	4.424	26	1.699.495
Perdas em operações financeiras	91	-	-	4.889.864
Comissões	-	-	-	5.251
Outros custos de exploração	-	-	-	49.300

	2007			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito				9.161.327
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	413.912	-	1.500	237.939
Crédito a clientes	-	727	780.435	14.269
Outros activos	13.274	23.132	122.211	615.568
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.991	2.232.896	11.614	902.300
Débitos representados por títulos	-	-	-	774.317
Passivos subordinados	-	-	-	1.072.961
Outros passivos	61	-	104	93.516
Garantias prestadas	-	856	17.320	49.212
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	21.732	879	57.082	1.236.991
Ganhos em operações financeiras	129	-	-	5.260.472
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	302	61.116
Outros proveitos de exploração	-	-	106	49.897
Custos:				
Juros e encargos similares	1.250	47.409	557	1.236.991
Perdas em operações financeiras	854	-	-	5.288.488
Comissões	-	-	-	3.970
Outros custos de exploração	-	-	640	539

Os valores apresentados nos quadros acima, com excepção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à actividade individual da Caixa, e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 13, no exercício de 2008, a Caixa alienou à Parpública participações detidas na CLF, ADP e REN. Em resultado destas operações, foi reconhecida uma mais-valia global de 272.520 mEuros.

Ainda no exercício de 2008, a Caixa alienou ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, por 120.838 mEuros, imóveis cujo valor de balanço nessa data, líquido de amortizações e imparidade acumuladas, ascendia a 61.855 mEuros. O resultado nesta operação foi registado na rubrica “Resultados da alienação de outros activos” (Nota 30).

Órgãos de gestão

Em 2008, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a 3.700 mEuros (2.529 Euros no exercício de 2007).

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 1.205 mEuros.

38. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito –

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias, para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de rating e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tida em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspectos/condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Adicionalmente, encontra-se implementado um modelo de limites de curto prazo, que utilizando um conjunto de indicadores e o rating atribuído pelos modelos internos, sugere um limite global para o cliente, bem como um sub-limite para crédito financeiro. Os limites são depois geridos pela área comercial, cabendo à DGR apenas o acompanhamento dos mesmos e a sua revisão, pelo menos anualmente, ou sempre que a actividade e o relacionamento com o cliente assim o justifiquem.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro –

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne regularmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de "cash inflows" e "cash outflows", bem como os respectivos "gaps" de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes "buckets" considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 82% do seu saldo ("core deposits") é considerado no "bucket" superior a 10 anos, sendo o restante ("non-core deposits") alocado nos "buckets" até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes "buckets" de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no "bucket" até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no "bucket" até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos "gaps" de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos "mismatchs" existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer da emissão de dívida.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas ("repricing" dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos "cash flows" activos e passivos, bem como os correspondentes "gaps" de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo "gap" de duração. Através deste, procura medir-se o nível de "mismatch" entre o tempo médio em que os "cash inflows" são gerados e os "cash outflows" são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses "gaps" sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na yield curve.

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de "guidelines" sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas "guidelines" é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o "trade-off" rentabililidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao "gap" acumulado a 12 meses e ao "gap" de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador "economic value at risk" (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador "earnings at risk" (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/− 200 bpv (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade da CGD.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	2008	2007
Títulos de Negociação		
Dívida Pública	807.072	1.284.373
Dívida Privada	220.948	1.254.704
	1.028.020	2.539.077
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor em contrapartida de resultados		
Dívida Privada	139.195	1.368.515
	139.194	1.368.515
Activos detidos para venda		
Dívida Pública	283.522	132.471
Dívida Privada	3.356.534	2.556.795
	3.640.055	2.689.266
	4.807.269	6.596.858
Instrumentos Financeiros Derivados	2.695.602	1.271.593
Aplicações e Empréstimos de IC's	13.404.982	12.893.741
Crédito a clientes	63.252.084	56.757.718
Outros devedores	2.409.992	1.222.657
Outras operações a regularizar	398.440	297.287
	82.161.100	72.442.996
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales	4.677.690	4.040.330
Cartas de crédito stand-by	80.407	179.192
Créditos documentários abertos	90.282	81.903
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	29.120	28.886
Contratos de Depósitos a prazo a constituir	869.789	1.924.792
Linhas de crédito irrevogáveis	1.998.353	1.261.988
Outros compromissos irrevogáveis	2.504.757	2.442.491
Credit Default Swaps (posições curtas)	695.862	1.068.182
	10.946.260	11.027.764
Exposição máxima	**97.914.629**	**90.067.618**

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	25.846	324.638	33.448	-	383.932
AA- até AA+	505.719	26.494	-	-	532.213
A- até A+	-	94.779	5.373	-	100.152
Menor que A-	-	11.656	-	-	11.656
Sem Rating	-	67	-	-	67
	531.565	457.635	38.821	-	1.028.020
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	480.390	314.203	38.821	-	833.414
Instituições financeiras	51.175	143.431		-	194.606
	531.565	457.635	38.821	-	1.028.020
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	106.440	-	-	106.440
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
Menor que A-	-	13.579	-	-	13.579
Sem Rating	19.175	-	-	-	19.175
	19.175	120.019	-	-	139.194
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	-	106.181	-	-	106.181
Instituições financeiras	-	13.838	-	-	13.838
Outros emitentes	19.175	-	-	-	19.175
	19.175	120.019	-	-	139.194
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	57.717	430.266	145.541	44.770	678.294
AA- até AA+	178.455	310.542	60.224	53.744	602.965
A- até A+	104.807	1.400.155	85.385	169.487	1.759.834
Menor que A-	41.399	478.288	8.983	48.987	577.658
Sem Rating	-	32.232	-	29.465	61.697
	382.378	2.651.484	300.133	346.453	3.680.448
Emitidos por:					
Corporates	97.690	-	126.313	-	224.002
Governos e outras autoridades locais	48.656	157.209	2.140	-	208.005
Instituições financeiras	236.032	2.494.275	171.680	346.453	3.248.440
Outros emitentes	-	-	-	-	-
	382.378	2.651.484	300.133	346.453	3.680.448

	2007				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	25.204	871.221	5.015	-	901.440
AA- até AA+	635.730	188.048	-	-	823.778
A- até A+	56.318	425.924	10.799	15.052	508.093
Menor que A-	-	179.617	-	11.820	191.437
Sem Rating	-	92.692	-	21.637	114.329
	717.252	1.757.502	15.814	48.509	2.539.077
Emitidos por:					
Corporates	147.810	-	-	-	147.810
Governos e outras autoridades locais	463.410	884.955	10.799	-	1.359.164
Instituições financeiras	106.032	872.547	5.015	48.509	1.032.103
	717.252	1.757.502	15.814	48.509	2.539.077
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	135.687	2.496	-	138.183
AA- até AA+	-	16.566	-	-	16.566
A- até A+	462.828	75.951	-	-	538.779
Menor que A-	570.546	7.625	-	-	578.171
Sem Rating	96.816	-	-	-	96.816
	1.130.190	235.829	2.496	-	1.368.515
Emitidos por:					
Corporates	819.387	48.886	-	-	868.273
Governos e outras autoridades locais	-	105.724	2.496	-	108.220
Instituições financeiras	302.923	81.219	-	-	384.142
Outros emitentes	7.880	-	-	-	7.880
	1.130.190	235.829	2.496	-	1.368.515
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	-	113.010	139.169	34.466	286.645
AA- até AA+	-	159.688	58.461	16.533	234.682
A- até A+	44.208	1.511.701	60.980	147.392	1.764.281
Menor que A-	23.979	208.864	-	56.500	289.343
Sem Rating	-	78.720	8.233	27.362	114.315
	68.187	2.071.983	266.843	282.253	2.689.266
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	-	-	132.471	-	132.471
Instituições financeiras	68.187	2.037.315	126.140	254.890	2.486.532
Outros emitentes	-	34.668	8.233	27.362	70.263
	68.187	2.071.983	266.844	282.252	2.689.266

Exposições afectadas pelo período de turbulência

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afectadas pelo período de turbulência financeira que caracterizou os mercados financeiros ao longo do exercício, com a seguinte composição:

Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Commercial mortgage-backed securities						
	AAA	Senior	União Europeia	38.204	-	(1.042)
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	16.177	-	(4.132)
	A- até A+	Mezzanine	América do Norte	1.308	(3.722)	-
				55.689	(3.722)	(5.174)
Residential mortgage-backed securities						
	AAA	Senior	União Europeia	152.518	-	(9.895)
			América do Norte	5.238	-	(6)
			Outros	13.291	-	615
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	25.516	-	(5.187)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	19.342	-	(3.667)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	35.292	-	(13.970)
			América do Norte	784	(8.199)	-
				251.981	(8.199)	(32.110)
Asset-backed securities						
	AAA	Senior	América do Norte	3.415	-	(181)
	A- até A+	Senior	América do Norte	2.407	-	(1.189)
				5.822	-	(1.370)
Collateralized Loan obligations						
	AAA	Senior	União Europeia	11.555	-	(1.842)
			Outros	31.479	-	(7.421)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	11.157	-	(960)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	20.274	-	(24.710)
	Sem rating	Mezzanine	União Europeia	6.604	-	(6.565)
				81.069	-	(41.498)
Outros instrumentos financeiros						
	CCC	Senior	Outros	16.042	(28.471)	-
				16.042	(28.471)	-
				410.603	(40.392)	(80.152)

Na preparação do quadro apresentado acima foram considerados os títulos cuja variação no justo valor tenha afectado directamente os resultados da Caixa no decorrer do exercício.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer do exercício de 2008 foi o seguinte:

					2008					
							Impacto em Resultados do Exercício			
Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2007	Amortizações de capital	Aquisições	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Imparidade registada no exercício	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2008
Commercial mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	40.628	-	-	(1.382)	-	(1.042)	38.204
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	26.968	-	-	(6.659)	-	(4.132)	16.177
	A- até A+	Mezzanine	América do Norte	4.287	-	-	743	(3.722)	-	1.308
Residential mortgage-backed securities										
			União Europeia	129.295	(7.821)	51.995	(11.517)	-	(9.433)	152.518
	AAA	Senior	América do Norte	5.015	-	-	229	-	(6)	5.238
			Outros	-	-	13.571	(895)	-	615	13.291
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	28.199	-	4.554	(2.050)	-	(5.187)	25.516
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	25.023	-	-	(2.014)	-	(3.667)	19.342
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	56.262	-	-	(7.000)	-	(13.970)	35.292
			América do Norte	4.479	-	-	4.504	(8.199)	-	784
Asset-backed securities										
	AAA	Senior	América do Norte	3.392	-	-	204	-	(181)	3.415
	A- até A+	Senior	América do Norte	3.448	-	-	148	-	(1.189)	2.407
Collateralized Loan obligations										
	AAA	Senior	União Europeia	22.515	(9.293)	-	175	-	(1.842)	11.555
			Outros	34.466	-	-	4.434	-	(7.421)	31.479
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	13.076	-	-	(959)	-	(960)	11.157
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	49.689	-	-	(4.705)	-	(24.710)	20.274
	Sem rating	Mezzanine	União Europeia	14.387	-	-	(1.218)	-	(6.565)	6.604
Outros instrumentos financeiros										
	CCC	Senior	Outros	29.561	-	13.982	1.503	(28.471)	(532)	16.042
				490.690	(17.115)	84.102	(26.459)	(40.393)	(80.222)	410.604

Os “Ganhos/ (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresente a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por rating da Standard & Poor's ou equivalente e por país de origem da contraparte:

	2008						
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	Total
AAA	-	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	387.412	71.993	-	-	6	459.412
A- até A+	281.364	1.518.823	16.915	-	-	17.790	1.834.892
Menor que A-	1.577.191	60.930	7.185	32.127	12.395	40.754	1.730.582
Sem Rating	643.722	161.018	2.974	-	-	36.020	843.734
Empresas do Grupo CGD	4.458.609	3.886.483	-	-	181.577	9.694	8.536.363
	6.960.885	6.014.666	99.068	32.127	193.972	104.264	13.404.982

	2007						
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	Total
AAA	-	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	804.460	272.231	-	-	-	1.076.691
A- até A+	266.498	1.462.390	117.985	-	-	10.342	1.857.215
Menor que A-	340	83.779	67.939	304.688	16.063	92.946	565.755
Sem Rating	111.599	92.769	3.505	2.729	5.333	14.254	230.190
Empresas do Grupo CGD	3.730.537	5.231.248	-	-	199.056	3.049	9.163.890
	4.108.974	7.674.646	461.661	307.418	220.451	120.591	12.893.741

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2008					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"default"*	Outros Saldos	**Total Crédito**	*Justo valor das garantias de operações em default*
Crédito a empresas						
Vincendo	28.125.374	1.003.983	752.818	425.983	30.308.158	
Vencido	72.058	26.693	487.276	25.795	611.823	
	28.197.432	1.030.676	1.240.094	451.779	30.919.980	*1.199.746*
Crédito à habitação						
Vincendo	29.836.495	579.889	1.078.802	143.580	31.638.767	
Vencido	8.776	6.237	730.450	276	745.739	
	29.845.272	586.126	1.809.251	143.856	32.384.505	*2.405.656*
Crédito ao consumo						
Vincendo	1.148.487	24.236	26.312	80.145	1.279.180	
Vencido	1.240	2.082	47.903	681	51.907	
	1.149.728	26.318	74.215	80.826	1.331.087	*35.559*
Outros Créditos						
Vincendo	81.201	312	2.552	2.256	86.321	
Vencido	-	977	13.895	-	14.872	
	81.201	1.289	16.447	2.256	101.193	
Total crédito vincendo	59.191.557	1.608.420	1.860.483	651.964	63.312.425	
Total crédito vencido	82.075	35.990	1.279.524	26.752	1.424.341	
Total de crédito	59.273.632	1.644.410	3.140.007	678.716	64.736.765	

	2007					
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"default"*	Outros Saldos	**Total Crédito**	*Justo valor das garantias de operações em default*
Crédito a empresas						
Vincendo	22.920.750	1.692.346	403.045	168.934	25.185.075	
Vencido	4.118	10.576	287.727	19.717	322.139	
	22.924.869	1.702.922	690.772	188.652	25.507.214	*1.161.294*
Crédito à habitação						
Vincendo	28.651.485	781.601	654.757	128.281	30.216.124	
Vencido	3.693	5.209	677.812	99	686.813	
	28.655.178	786.810	1.332.569	128.380	30.902.937	*1.740.544*
Crédito ao consumo						
Vincendo	1.133.393	25.633	20.013	8.241	1.187.281	
Vencido	270	2.156	33.431	241	36.097	
	1.133.663	27.789	53.444	8.482	1.223.377	*35.950*
Outros Créditos						
Vincendo	67.675	736	1.885	132.250	202.546	
Vencido	346	1.165	13.932	55.010	70.453	
	68.021	1.900	15.817	187.260	272.999	
Total crédito vincendo	52.773.304	2.500.316	1.079.701	437.706	56.791.026	
Total crédito vencido	8.427	19.105	1.012.901	75.067	1.115.501	
Total de crédito	52.781.731	2.519.421	2.092.602	512.773	57.906.527	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:
- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor de balanço, líquido de provisões de:

- crédito concedido a clientes que ao longo dos referidos exercícios apresentaram prestações vencidas por um período superior a 90 dias e relativamente às quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pelo processo de recuperação de créditos em incumprimento; ou,

- crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascendem a 571.969 mEuros e 423.481 mEuros, respectivamente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa em alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresenta-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008									
	Prazos residuais contratuais									
	Aaté 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.504.173	-	-	-	- -	-	-	-	-	1.504.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	407.974	-	-	-	- -	-	-	-	-	407.974
Aplicações em instituições de crédito	7.662.413	1.212.638	1.701.065	735.236	1.753.198	- 652.647	66.920	13.354	3.796	13.801.267
Carteira de títulos										
Negociação	52.255	64.310	241.407	31.139	370.042	- 137.301	264.830	85.081	2.580.478	3.826.843
Outros	88.871	90.454	86.693	188.231	1.391.039	- 878.443	1.039.318	823.675	3.195.721	7.782.445
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.554.528	3.959.979	5.336.275	5.263.481	15.857.116	- 12.597.912	18.245.916	23.203.386	(65.715)	88.952.878
	14.270.215	5.327.381	7.365.439	6.218.087	19.371.395	14.266.302	19.616.984	24.125.495	5.714.281	116.275.580
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.718.499)	(2.452.611)	(627.904)	(1.076.629)	(558.068)	- (151.488)	(78.948)	(8.798)	(2.291)	(10.675.235)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(49.562)	-	-	- -	-	-	-	(2.416.365)	(2.465.927)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.337.634)	(8.705.725)	(11.873.346)	(3.396.791)	(925.489)	- (339.813)	(329.079)	(138.046)	(32.611)	(51.078.535)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.050.952)	(2.013.295)	(757.378)	(1.048.627)	(6.085.949)	- (3.761.111)	(4.589.186)	(783.356)	(65.978)	(23.155.832)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(3.656)	(3.613)	(7.310)	(29.143)	- (29.129)	(69.491)	-	12.286	(130.057)
Outros passivos subordinados	(6.099)	(19.596)	(19.078)	(528.460)	(495.579)	- (1.611.009)	(1.548.615)	(241.242)	-	(4.469.678)
Recursos consignados	(51)	(44.961)	(30.231)	(74.905)	(291.039)	- (711.753)	(745.383)	(419.871)	(376)	(2.318.570)
	(35.113.234)	(13.289.407)	(13.311.550)	(6.132.723)	(8.385.266)	(6.604.304)	(7.360.703)	(1.591.312)	(2.505.335)	(94.293.834)
Derivados	(10.724)	(21.735)	(27.247)	(94.506)	(105.785)	- (41.730)	(24.444)	(100.511)	-	(426.682)
Diferencial	(20.853.743)	(7.983.761)	(5.973.358)	(9.142)	10.880.344	7.620.268	12.231.838	22.433.672	3.208.945	21.555.064

	2007									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.569.770	-	-	-	-	-	-	-	-	1.569.770
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	7.624.702	1.774.354	1.279.732	908.561	1.058.748	433.929	66.298	27.351	1.153	13.174.827
Carteira de títulos										
Negociação	37.828	76.028	31.129	306.004	592.810	791.123	1.044.679	602.730	1.980.768	5.463.099
Outros	46.196	101.280	96.532	159.436	1.398.803	1.796.718	1.246.455	242.130	3.037.582	8.125.133
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.845.678	3.226.221	5.113.700	4.552.207	13.426.179	11.604.712	15.884.355	19.663.308	114.548	77.430.908
	13.958.683	5.177.883	6.521.094	5.926.208	16.476.540	14.626.481	18.241.787	20.535.519	5.134.051	106.598.246
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8.486.061)	(3.009.471)	(1.248.445)	(882.857)	(286.823)	(378.795)	(103.987)	(12.484)	(5.232)	(14.414.154)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.757.247)	(7.754.252)	(9.523.334)	(2.167.568)	(1.029.758)	(287.193)	(147.334)	(98.051)	(12.566)	(45.777.303)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.600.532)	(1.598.628)	(1.040.269)	(1.973.052)	(2.862.191)	(3.708.848)	(4.361.489)	(800.510)	(31.773)	(18.977.293)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(7.735)	(7.671)	(15.463)	(61.631)	(61.591)	(132.629)	-	22.980	(263.739)
Outros passivos subordinados	(5.465)	(13.871)	(19.866)	(154.907)	(763.696)	(1.226.666)	(1.572.516)	(140.714)	18	(3.897.683)
Recursos consignados	(42)	(44.375)	(30.637)	(69.312)	(292.300)	(471.697)	(1.028.737)	(455.561)	(458)	(2.393.118)
	(35.849.347)	(12.428.332)	(11.870.222)	(5.263.158)	(5.296.398)	(6.134.790)	(7.346.692)	(1.507.320)	(1.346.781)	(87.043.040)
Instrumentos financeiros derivados	(32.441)	(63.639)	(22.348)	(68.202)	(198.577)	(5.331)	(197.918)	(199.205)	-	(787.662)
Diferencial	(21.923.105)	(7.314.087)	(5.371.477)	594.848	10.981.564	8.486.360	10.697.178	18.828.993	3.787.270	18.767.544

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, tendo sido considerados na elaboração dos mesmos os seguintes ajustamentos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reclassificação das categorias inicialmente consideradas no mapa de "gap" de liquidez.
- Depósitos à ordem de clientes – reclassificação dos "core deposits" (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de "Até 1 mês" para "Mais de 10 anos";
- Carteira de Títulos – reclassificação dos títulos de dívida e acções considerados com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com excepção dos títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento, os quais foram reclassificados para a coluna "Indeterminado";
- Crédito à Habitação - a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao histórico de informação de contratos originados desde Novembro de 2004.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

	2008									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.500.820	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500.820
Disponibilidades em outras instituições de crédito	405.497	-	-	2.474	-	-	-	-	-	407.971
Aplicações em instituições de crédito	7.631.163	1.164.064	1.648.740	664.034	1.601.653	611.525	50.360	10.745	3.796	13.386.079
Carteira de títulos										
Negociação	511.244	9.994	37.878	1.497	49.132	16.627	36.804	11.320	2.994.329	3.668.825
Outros (líquido de imparidade)	2.123.723	11.518	7.018	18.601	177.184	112.268	129.584	67.953	4.042.041	6.689.890
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.255.111	3.328.651	4.294.787	3.786.244	10.883.908	8.834.679	11.927.725	16.067.035	(65.715)	63.312.425
	16.427.557	4.514.228	5.988.423	4.472.850	12.711.877	9.575.098	12.144.472	16.157.053	6.974.451	88.966.009
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.694.659)	(2.412.428)	(608.604)	(1.017.162)	(516.459)	(133.892)	(74.143)	(7.785)	(2.291)	(10.467.421)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(49.562)	-	-	-	-	-	-	(2.416.365)	(2.465.927)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.046.019)	(4.508.607)	(6.177.785)	(5.670.642)	(8.805.807)	(4.832.625)	(3.332.204)	(13.758.849)	(32.611)	(50.165.150)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.006.072)	(1.925.148)	(605.327)	(781.153)	(5.280.339)	(3.239.432)	(4.087.940)	(682.675)	(65.978)	(20.674.063)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(2.329)	(2.354)	(4.782)	(20.168)	(21.939)	(64.265)	-	12.286	(103.551)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(400.000)	(204.877)	(1.385.640)	(1.271.927)	(118.915)	-	(3.381.360)
Recursos consignados	(42)	(17.827)	(17.853)	(35.722)	(141.798)	(581.530)	(636.891)	(368.928)	(376)	(1.800.967)
	(12.746.792)	(8.915.901)	(7.411.923)	(7.909.461)	(14.969.448)	(10.195.057)	(9.467.371)	(14.937.151)	(2.505.335)	(89.058.439)
Diferencial	3.680.766	(4.401.673)	(1.423.500)	(3.436.611)	(2.257.571)	(619.959)	2.677.101	1.219.902	4.469.116	(92.430)

	2007									
	Maturidades remanescentes									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.565.562	-	-	-	-	-	-	-	-	1.565.562
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	7.577.637	1.711.610	1.238.834	850.473	960.178	410.637	52.172	11.270	1.153	12.813.963
Carteira de títulos										
Negociação	1.433.178	9.264	1.755	38.477	59.873	97.834	129.798	49.170	2.735.888	4.555.237
Outros (líquido de imparidade)	3.460.226	11.060	6.008	9.703	158.416	238.938	164.105	22.398	3.037.582	7.108.437
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.593.363	2.725.609	4.354.135	3.297.890	9.271.089	8.451.925	10.782.604	14.199.863	114.547	56.791.026
	18.464.476	4.457.543	5.600.733	4.196.543	10.449.556	9.199.333	11.128.679	14.282.701	5.889.170	83.668.734
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8.426.411)	(2.937.660)	(1.205.822)	(832.924)	(228.111)	(344.934)	(91.361)	(10.019)	(5.232)	(14.082.475)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.908.769)	(2.966.765)	(2.913.999)	(5.152.533)	(8.885.225)	(4.940.769)	(3.649.454)	(14.692.690)	(12.566)	(45.122.771)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.545.923)	(1.522.508)	(888.950)	(1.785.139)	(2.245.455)	(3.133.683)	(3.760.133)	(646.116)	(31.773)	(16.559.680)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(7.734)	(15.001)	(21.306)	(38.416)	(100.130)	(19.666)	(4.534)	-	2.645	(204.142)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(49.880)	(504.891)	(1.006.582)	(1.279.965)	(90.948)	17	(2.932.248)
Recursos consignados	(34)	(15.849)	(15.852)	(26.625)	(130.042)	(323.536)	(860.755)	(379.416)	(458)	(1.752.568)
	(12.888.872)	(7.457.781)	(5.045.928)	(7.885.518)	(12.093.855)	(9.769.170)	(9.646.202)	(15.819.190)	(1.367.117)	(81.973.632)
Diferencial	5.575.604	(3.000.239)	554.805	(3.688.975)	(1.644.299)	(569.837)	1.482.477	(1.536.488)	4.522.053	1.695.102

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Actividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa.

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2008			
	Dez-08	Max.	Min.	Dez-07
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	11.476	11.476	3.263	3.279
Cambial	6.882	6.882	1.093	1.919
Preço	23.212	25.492	17.757	21.210
Volatilidade	588	650	369	477
Efeito diversificação	(18.705)			(6.378)
	23.452			**20.506**

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.219	609	304	(304)	(608)	(1.216)
Aplicações em instituições de crédito	32.726	16.390	8.240	(8.165)	(16.230)	(32.075)
Carteira de Títulos						
Negociação	75.055	36.213	17.796	(17.199)	(33.827)	(65.478)
Outros	80.745	39.031	19.223	(18.620)	(36.667)	(71.194)
Crédito a clientes (saldos brutos)	476.549	233.827	115.908	(114.036)	(226.173)	(445.345)
Total activo sensível	*666.294*	*326.070*	*161.471*	*(158.324)*	*(313.505)*	*(615.308)*
Recursos de outras instituições de crédito	(38.974)	(20.075)	(10.332)	10.354	20.637	40.996
Recursos de clientes e outros empréstimos	(267.253)	(133.034)	(65.855)	64.511	127.804	251.170
Responsabilidades representadas por títulos	(682.519)	(358.386)	(175.500)	168.502	330.471	636.520
Outros passivos subordinados	(237.618)	(135.245)	(65.562)	61.840	120.310	228.357
Total passivo sensível	*(1.226.364)*	*(646.740)*	*(317.249)*	*305.207*	*599.222*	*1.157.043*
Total Ganho / Perda	(560.070)	(320.670)	(155.778)	146.883	285.717	541.735

	2007					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	826	413	206	(206)	(413)	(825)
Aplicações em instituições de crédito	42.146	20.735	10.285	(10.122)	(20.089)	(39.590)
Carteira de Títulos						
Negociação	162.218	78.447	38.586	(37.363)	(73.552)	(142.594)
Outros	33.531	16.273	8.022	(7.807)	(15.412)	(30.065)
Crédito a clientes (saldos brutos)	528.825	256.610	126.441	(123.089)	(243.143)	(474.702)
Total activo sensível	*767.547*	*372.478*	*183.540*	*(178.587)*	*(352.608)*	*(687.776)*
Recursos de outras instituições de crédito	(44.439)	(22.127)	(11.027)	10.948	21.819	43.338
Recursos de clientes e outros empréstimos	(215.708)	(107.469)	(53.316)	52.543	104.370	206.069
Responsabilidades representadas por títulos	(642.606)	(334.830)	(163.509)	156.242	305.733	586.282
Outros passivos subordinados	(185.551)	(106.125)	(51.459)	48.569	94.525	179.551
Total passivo sensível	*(1.088.304)*	*(570.550)*	*(279.311)*	*268.302*	*526.446*	*1.015.240*
Total Ganho / (Perda)	(320.757)	(198.072)	(95.771)	89.715	173.838	327.465

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercicio de 2007	(326.815)	(152.376)	(76.175)	76.768	159.880	309.325
Exercicio de 2008	(387.158)	(171.851)	(83.200)	81.266	162.357	324.546

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2007 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	2008								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	347.159	1.153.661	-	-	-	-	-	-	1.500.820
Disponibilidades em outras instituições de crédito	407.971	-	-	-	-	-	-	-	407.971
Aplicações em instituições de crédito	6.564.309	3.093.203	2.542.665	812.537	158.074	135.367	76.128	3.796	13.386.079
Carteira de títulos									-
Negociação	5.113	45.126	99.654	234.671	9.892	313.135	380.756	74.083	1.162.430
Outros (líquido de imparidade)	294.240	892.469	2.219.882	158.825	37.934	272.400	330.919	2.483.221	6.689.890
Crédito a clientes (bruto)	2.610.839	16.648.547	19.806.739	17.298.838	5.151.169	647.172	1.214.836	(65.715)	63.312.425
	10.229.631	21.833.006	24.668.940	18.504.871	5.357.069	1.368.074	2.002.639	2.495.385	86.459.615
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(3.497.496)	(2.343.450)	(2.822.942)	(608.604)	(1.040.945)	(171.304)	(31.676)	48.996	(10.467.421)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(2.465.927)	(2.465.927)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(17.271.141)	(8.070.302)	(9.083.778)	(11.601.161)	(2.978.593)	(753.996)	(373.567)	(32.612)	(50.165.150)
Responsabilidades representadas por títulos	(868.841)	(3.852.217)	(5.633.372)	(2.995.519)	(443.348)	(3.159.581)	(3.655.206)	(65.979)	(20.674.063)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	(103.551)	-	-	-	-	-	(103.551)
Outros passivos subordinados	(104.891)	(250.000)	(880.000)	(21.000)	(430.000)	(99.987)	(1.595.482)	-	(3.381.360)
Recursos consignados	-	(676)	(1.799.145)	(769)	-	-	-	(377)	(1.800.967)
	(21.742.369)	(14.516.645)	(20.322.788)	(15.227.053)	(4.892.886)	(4.184.868)	(5.655.931)	(2.515.899)	(89.058.439)
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps (IRSs)	432.405	(1.861.006)	(3.844.358)	(5.445.939)	46.291	4.171.457	6.434.083	6.996	(60.071)
Futuros sobre taxa de juro	-	-	-	(267.784)	(20.000)	496.773	(113.600)	242.359	337.748
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	-	(15.000)	-	-	-	(15.000)
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	12.800	12.800
	432.405	(1.861.006)	(3.844.358)	(5.713.723)	11.291	4.668.230	6.320.483	262.155	275.477
Exposição Líquida	(11.080.333)	5.455.355	501.794	(2.435.905)	475.474	1.851.436	2.667.191	241.641	(2.323.347)

	2007								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	497.872	1.067.690	-	-	-	-	-	-	1.565.562
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	6.640.760	2.099.362	2.697.758	687.196	506.005	144.328	73.630	(35.075)	12.813.963
Carteira de títulos									
Negociação	-	184.815	549.812	132.068	228.763	251.565	1.227.447	894.507	3.468.977
Outros (líquido de imparidade)	372.253	669.600	2.004.634	798.970	37.030	5.489	182.878	3.037.539	7.108.393
Crédito a clientes (bruto)	2.023.624	14.038.771	15.993.745	16.990.767	5.815.911	714.834	1.098.826	114.548	56.791.026
	10.369.019	18.060.239	21.245.949	18.609.001	6.587.709	1.116.216	2.582.780	4.011.519	82.582.431
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.377.426)	(3.143.896)	(3.349.809)	(1.205.656)	(851.068)	(113.111)	(35.972)	(5.536)	(14.082.475)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18.316.866)	(6.526.729)	(7.577.729)	(9.235.257)	(2.113.777)	(951.718)	(380.110)	(20.583)	(45.122.771)
Responsabilidades representadas por títulos	(976.812)	(2.588.032)	(3.520.008)	(3.202.424)	(894.904)	(1.420.997)	(3.924.730)	(31.773)	(16.559.679)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	(204.142)	-	-	-	-	-	(204.142)
Outros passivos subordinados	(104.891)	(250.000)	(880.000)	(70.880)	(30.000)	(400.000)	(1.196.494)	17	(2.932.248)
Recursos consignados	-	(676)	(1.750.227)	(1.207)	-	-	-	(458)	(1.752.568)
	(24.775.994)	(12.509.333)	(17.281.915)	(13.715.424)	(3.889.750)	(2.885.826)	(5.537.306)	(1.378.083)	(81.973.631)
Derivados (valor nocional)									
Interest rate swaps (IRSs)	1.496.804	(3.452.286)	(3.817.325)	(3.038.186)	409.545	2.061.886	6.159.418	32.470	(147.674)
Futuros sobre taxa de juro	-	-	(32.110)	(31.000)	(49.000)	-	(319.107)	(54.189)	(485.406)
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	(94.200)	-	(94.200)
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	(68.636)	(68.636)
	1.496.804	(3.452.286)	(3.849.435)	(3.069.186)	360.545	2.061.886	5.746.111	(90.354)	(795.916)
Exposição Líquida	(12.910.171)	2.098.620	114.598	1.824.391	3.058.504	292.276	2.791.585	2.543.082	(187.116)

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades mínimas de caixa e os depósitos à ordem de clientes não remunerados foram classificadas na coluna de “<= 7 dias”;

- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";

- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

	2008				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.500.720	1.500.879	159	1.706	1.502.426
Disponibilidades em outras instituições de crédito	407.974	407.974	-	-	407.974
Aplicações em instituições de crédito	13.388.908	13.416.922	28.014	16.074	13.404.982
Crédito a clientes	63.673.532	64.252.005	578.473	333.488	64.007.020
	78.971.134	79.577.780	606.646	351.267	79.322.401
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	10.581.674	10.602.432	(20.758)	(48.461)	10.533.213
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.498.682	50.542.508	(43.826)	52.118	50.550.800
Responsabilidades representadas por títulos	20.321.193	20.366.252	(45.059)	65.822	20.387.015
Passivos financeiros associados a activos transferidos	116.251	116.644	(393)	(12.286)	103.965
Outros passivos subordinados	3.423.453	3.631.670	(208.217)	-	3.423.453
Recursos consignados	1.800.590	1.817.187	(16.597)	377	1.800.967
	84.941.253	87.076.693	(334.850)	57.571	86.799.414

	2007				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.564.007	1.564.245	238	3.752	1.567.759
Disponibilidades em outras instituições de crédito	833.048	833.048	-	1.465	834.513
Aplicações em instituições de crédito	12.885.093	12.893.523	8.430	8.648	12.893.741
Crédito a clientes	56.898.309	57.040.413	142.104	367.282	57.265.591
	72.180.457	72.331.228	150.772	381.148	72.561.605
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	14.189.984	14.190.196	(212)	7.596	14.197.580
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.292.372	45.158.764	133.607	73.297	45.365.669
Responsabilidades representadas por títulos	15.906.603	16.059.311	(152.708)	31.774	15.938.377
Passivos financeiros associados a activos transferidos	228.047	228.469	(422)	(22.980)	205.066
Outros passivos subordinados	2.958.401	3.027.302	(68.901)	(17)	2.958.384
Recursos consignados	1.752.109	1.763.281	(11.171)	458	1.752.568
	80.327.515	80.427.322	(99.807)	90.128	80.417.643

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

  . Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;

  . Taxas de juro praticadas nas novas operações concedidas pela Caixa na data do balanço, para tipos de crédito comparáveis;

  . Curvas de taxas de juro incorporando o spread de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;

  . Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:

  . O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;

  . Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	2008				
			Técnicas de Valorização		
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	-	974.441	162.659	25.330	1.162.430
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	299.431	139.194	222.822	661.447
Activos financeiros disponíveis para venda	69.317	2.839.424	2.974.576	145.082	6.028.399
Passivos financeiros detidos para negociação (excl. derivados)	-	(49.562)	-	-	(49.562)
Derivados de negociação	-	3.193	89.507	(2.670)	90.030
Derivados de cobertura	-	-	(240.260)	-	(240.260)
	69.317	**4.066.927**	**3.125.676**	**390.564**	**7.652.485**

	2007				
			Técnicas de Valorização		
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Títulos detidos para negociação	-	2.051.821	1.407.520	9.636	3.468.977
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	687.360	727.967	522.475	1.937.802
Activos financeiros disponíveis para venda	56.570	2.704.217	2.297.490	113.007	5.171.284
Derivados de negociação	-	-	(173.792)	-	(173.792)
Derivados de cobertura	-	-	(682.608)	-	(682.608)
	56.570	**5.443.398**	**3.576.577**	**645.118**	**9.721.663**

Na construção do quadro acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros);
- Técnicas de valorização – fontes externas – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a coluna "Outras técnicas de valorização" inclui títulos adquiridos durante o último mês do exercício respectivo com valor de balanço de 32.110 mEuros e 52.655 mEuros respectivamente, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2008						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	*Valor de Balanço de Derivados de negociação*	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.495.492	6.834	11	-	89		1.502.426
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262.759	58.255	6.892	916	79.152		407.974
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.675.440	141.053	2.982	256	4.146	2.506.395	4.330.272
Activos financeiros disponíveis para venda	5.800.876	729.974	22.285	-	-		6.553.135
Aplicações em instituições de crédito	11.089.427	1.919.803	137.466	6.463	358.592		13.511.751
Crédito a clientes (saldos brutos)	64.010.831	946.930	271.223	6.714	6.258		65.241.955
Outros activos	2.833.003	21.809	(6)	55.508	2.392		2.912.706
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	1.807.072	119.703	-	-	1		1.926.777
	88.974.900	3.944.362	440.853	69.857	450.629	2.506.395	96.386.995
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(6.496.422)	(3.572.829)	(258.466)	(32.569)	(172.927)		(10.533.213)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(49.562)	-	-	-	-	(2.416.365)	(2.465.927)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(49.367.187)	(815.912)	(133.932)	(175.103)	(58.665)		(50.550.800)
Responsabilidades representadas por títulos	(17.058.167)	(1.109.295)	(1.673.810)	(433.000)	(112.742)		(20.387.015)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	429.468						429.468
Outros passivos subordinados	(3.268.232)	(36.153)	-	(119.068)	-		(3.423.453)
Outros passivos	(2.712.592)	(329)	(1.914)	-	(9)		(2.714.845)
dos quais: Recursos consignados	(1.800.967)	-	-	-	-		(1.800.967)
	(78.522.694)	(5.534.518)	(2.068.122)	(759.740)	(344.344)	(2.416.365)	(89.645.785)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(2.604.855)	1.271.184	1.319.345	-	(137.419)	-	(151.745)
Swaps de taxa de juro	(1.104.252)	54.969	223.621	749.960	15.631	-	(60.071)
Futuros	330.636	(2.493)	-	-	-	-	328.144
Opções e Caps & Floors	38.988	(1.865)	-	-	-	-	37.124
Operações cambiais a prazo	19.304	(28.972)	(807)	51.843	(28.821)	-	12.548
	(3.320.179)	1.292.824	1.542.158	801.803	(150.609)	-	166.000
	7.132.026	(297.333)	(85.111)	111.920	(44.324)	90.030	6.907.210

	2007						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	*Valor de Balanço de Derivados de negociação*	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.563.979	3.634	40	2	105	-	1.567.759
Disponibilidades em outras instituições de crédito	318.576	432.400	5.439	47.677	30.421	-	834.513
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.277.333	149.274	37.603	-	2.265	1.086.260	6.552.736
Activos financeiros disponíveis para venda	4.874.938	296.346	-	-	-	-	5.171.284
Aplicações em instituições de crédito	9.840.845	1.935.665	266.153	44.654	806.424	-	12.893.741
Crédito a clientes (saldos brutos)	57.066.214	728.380	463.131	2.419	26.702	-	58.286.846
Outros activos	1.815.596	2.477	-	11.601	45	-	1.829.718
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(1.198.707)	(46.500)	-	-	(334)	-	(1.245.541)
	79.558.775	3.501.675	772.366	106.353	865.628	1.086.260	85.891.056
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7.824.730)	(5.308.420)	(520.590)	(113.398)	(430.442)	-	(14.197.580)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.345.615)	(790.516)	(62.089)	(94.859)	(72.589)	-	(45.365.669)
Responsabilidades representadas por títulos	(12.481.311)	(1.114.813)	(1.735.692)	(423.269)	(183.292)	-	(15.938.377)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(205.066)	-	-	-	-	-	(205.066)
Outros passivos subordinados	(2.833.146)	(34.174)	-	(91.064)	-	-	(2.958.384)
Outros passivos	(2.873.346)	(9.108)	3.031	-	(198)	-	(2.879.621)
dos quais: Recursos consignados	(1.752.568)	-	-	-	-	-	(1.752.568)
	(70.563.215)	(7.257.031)	(2.315.339)	(722.591)	(686.521)	(1.319.749)	(82.864.446)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(4.554.200)	3.210.005	1.017.713	106.175	88.313	-	(131.994)
Swaps de taxa de juro	(842.314)	(117.859)	290.448	507.488	14.563	-	(147.674)
Futuros	(567.221)	(7.623)	-	-	-	-	(574.844)
Opções e Caps & Floors	37.000	-	-	(70.636)	-	-	(33.636)
Operações Cambiais a Prazo	10.697	(54.569)	1.070	42.427	(6.593)	-	(6.968)
	(5.916.039)	3.029.954	1.309.231	585.454	96.283	-	(895.117)
	3.079.521	(725.402)	(233.742)	(30.784)	275.390	(233.489)	2.131.494

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	31.12.2008	Max	Min	31.12.2007
VaR Cambial 99% 10d				
Rand da África do Sul	6.403	10.901	4.198	4.951
Pataca de Macau	4.676	4.676	1.810	1.886
Dólar dos Estados Unidos	4.668	8.706	96	1.702
Real do Brasil	4.483	4.483	432	1.489
Libra estrelina	1.508	2.801	285	170
Outras Moedas	1.776	8.312	466	2.602
Efeito diversificação	(12.475)			(6.504)
TOTAL	**11.039**			**6.295**

39. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;

- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes;

- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

As principais exigências regulamentares em vigor assentam no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro. O referido RGICSF contempla diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 17,5 milhões de euros, para as Instituições de Crédito;

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao montante do Capital Social;

- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 8%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, dado o risco de contaminação que pode existir num dado Grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse Grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades - que não sejam nem Instituições de Crédito, nem empresas do sector Segurador -, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que os Bancos estão sujeitos, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente dos riscos por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes credores. Exemplo destas regras complementares são as orientações que o Banco de Portugal difunde habitualmente para o sistema financeiro, as quais poderão assumir um carácter de exigência ou de recomendação, como no caso da recente Carta-Circular nº 83/08, de 12/11, na qual o Banco de Portugal recomenda o reforço dos níveis de capitalização das instituições de crédito, para fazerem face à conjuntura internacional de crise e de recessão. Essa recomendação aponta um rácio mínimo de 8% para os Fundos Próprios de Base (Tier I), a atingir até 30 de Setembro de 2009.

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório foi introduzido na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro, do Banco de Portugal. Este diploma, bem como o referente ao Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 1/93, de 19 de Maio), decorre da aprovação, em 1988, do primeiro Acordo de Basileia, e foi complementado em 1996 com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/96, de 29/12, o qual veio acrescentar aos requisitos de capital previstos no Aviso nº 1/93 (riscos de crédito), os decorrentes dos riscos de mercado e cambial.

O normativo de Basileia I foi substituído em 1 de Janeiro de 2008 pelo denominado Novo Acordo de Capital Basileia II, o qual contempla, para além de novas metodologias de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios mais sensíveis ao risco (Pilar I), um conjunto de exigências relativas à auto-avaliação e determinação por parte das Instituições de Crédito do nível de capital interno considerado adequado ao seu perfil de risco (Pilar II), constituindo esse montante apurado, o capital económico do banco. Apesar de este capital não constituir a solução para todas as contingências de crise ou de recessão que possam ocorrer, é tido como fundamental para o amortecimento dos impactos negativos que advêm para a actividade das instituições de crédito, em cenários e conjunturas desfavoráveis como a actual. Torna-se assim muito importante para as Instituições o planeamento da evolução do seu capital interno, tendo em vista assegurar a sua adequação, numa base permanente, aos riscos incorridos em cada momento, de forma a ser possível fazer face às perdas não esperadas, servindo como uma espécie de caução, no caso de estas virem a ocorrer. De acordo com esta perspectiva, pode afirmar-se que a nova estrutura de adequação do capital imposta por Basileia II se pode revelar um importante veículo de melhoria da avaliação e da gestão dos riscos a que uma instituição de crédito está sujeita, devendo os modelos de risco de crédito, tendencialmente, culminar numa maior proximidade entre capital regulamentar e capital económico, sendo expectável que esses modelos passem a ser utilizados não só para as decisões de crédito como também para cálculo dos fundos próprios.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, a Caixa Geral de Depósitos dispõe de um Departamento próprio de Informação Prudencial, que trabalha em articulação com os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Gestão de Risco, bem como com as diferentes entidades que compõem o Grupo.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2008 e de 2007, para a sua actividade individual.

(milhões de Euros)

	31-12-2007	31-12-2008	Variação (Dez/2008-Dez/2007)
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	**3.797**	**4.057**	**261**
Capital Social	3.100	3.500	400
Reservas e Resultados Transitados	706	1.022	316
Resultado Líquido	366	191	(175)
Impactos de transição IAS *(regime transitório)*	177	141	(35)
Deduções aos F. P. Base	***(552)***	***(796)***	***(244)***
B - FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	**3.018**	**2.969**	**(49)**
Passivos subordinados c/ venc. indeterminado	710	710	-
Passivos subordinados c/ venc. determinado	1.898	2.029	131
Reservas de Reavaliação	410	230	(180)
Outros elementos	-	-	-
C - DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	**(34)**	**(36)**	**(2)**
Participações em empresas e Seguros e em Instituições de Crédito	-	-	-
Outras Deduções	(34)	(36)	(2)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	**6.781**	**6.990**	**210**
E - POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	**59.577**	**59.768**	**191**

RÁCIOS	31-12-2007	31-12-2008	Variação (Dez/2008-Dez/2007)
TIER I (A/E)	**6,4%**	**6,8%**	**0,4%**
TIER II (B/E)	**5,1%**	**5,0%**	**-0,1%**
DEDUÇÕES (C/E)	**-0,1%**	**-0,1%**	**0,0%**
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	**11,4%**	**11,7%**	**0,3%**

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de 3 grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do Balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

- Fundos Próprios de Base ou Tier I: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

  - O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;

  - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos dividendos a entregar ao Estado e apenas se tiver sido objecto de certificação por Revisor Oficial de Contas;

  - Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, inicialmente, por 5 ou por 7 anos. Em 2008 estes períodos de diferimento foram alargados em mais 3 anos, através do Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal;

  - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário introduzir, numa perspectiva de prudência, como factores de correcção. Incluem-se as Contribuições para o Fundo de Pensões ainda não relevadas como custo do exercício, o Imobilizado Incorpóreo e as Reservas de Reavaliação Negativas, das quais o Banco de Portugal veio excluir, pelo Aviso nº 6/2008, de 14 de Outubro, as perdas não realizadas em títulos de dívida, classificados como disponíveis para venda. Até Setembro de 2007 incluía-se também nestas deduções a parcela dos Impostos Diferidos Activos que ultrapassasse 10% dos Fundos Próprios de Base, tendo este limite sido revogado pelo Aviso do Banco de Portugal nº 9/2008, de 28 de Outubro.

Fundos Próprios Complementares ou Tier II: São constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas de alguns activos e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Das Reservas de Reavaliação positivas passaram a ser excluídos, a partir de Outubro de 2008, os ganhos não realizados em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, de acordo com a entrada em vigor do já referido Aviso nº 6/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, sendo a de vencimento determinado considerada no segmento Lower Tier II apenas até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base, enquanto a de vencimento indeterminado é considerada na totalidade, no segmento Upper Tier II;

- Reservas de Reavaliação positivas, as quais são incluídas nos Fundos Próprios Complementares apenas por 45% do seu montante.

Deduções aos Fundos Próprios: Referem-se a um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Montantes relacionados com os imóveis em reembolso de crédito próprio em poder da Instituição, há mais de quatro anos;

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo Caixa e 25% para as exposições perante outros Grupos;

- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (superiores a 5%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital no âmbito de Basileia I, utilizados até 31/12/2007, os activos ponderados eram hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que pudessem existir. Um tratamento idêntico era adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, as Instituições de Crédito passaram a aplicar no cálculo dos Requisitos de Capital os normativos decorrentes do Novo Acordo de Basileia (Basileia II), o que na Caixa se traduziu na aplicação do método padrão para efeito do risco de crédito.

A metodologia adoptada é uma evolução de Basileia I e consiste em atribuir ponderadores às posições em risco (activos e elementos extra-patrimoniais convertidos em equivalentes de crédito) em função da sua natureza, tipo de contraparte e da existência de garantias (reais ou pessoais).

Face a Basileia I, as principais alterações advêm da possibilidade de se utilizarem ratings atribuídos por agências de notação externa reconhecidas (ECAIs) para aferição do ponderador de risco e da existência de tratamento específico para operações de securitização, conforme regulado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

Em 2008 foi também introduzido o novo risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem Requisitos de Capital adicionais para a sua cobertura. Segundo o método básico de análise de riscos operacionais utilizado pela Caixa, o capital em risco operacional ascendia a 3.643 milhões de euros. É intenção estratégica da CGD evoluir para o método de notações internas, estando a decorrer, junto do Banco de Portugal, o processo de candidatura para o efeito.

No que respeita à periodicidade de reporte ao Banco de Portugal, os Fundos Próprios em base Individual têm de ser remetidos mensalmente, até 30 dias após a data do reporte. A periodicidade destes relatórios demonstra o grau de acompanhamento que é feito à evolução dos Fundos Próprios, o que significa que também a Situação Líquida da Instituição é, indirectamente, objecto de controlo regular por parte da Autoridade de Supervisão.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal. Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2008 a Caixa contava com uma rede nacional de 832 agências, uma Sucursal em França com 46 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

A Caixa participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos sectores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de sectores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2009.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 da CGD e de parte das suas filiais e associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

No exercício de 2008 a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – "Reclassificação de activos financeiros" – Com esta emenda, aprovada pelo IASB em 13 de Outubro de 2008, passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. Continua a não ser permitida a reclassificação de activos financeiros relativamente a activos classificados na categoria (ou para a categoria) ao justo valor através de resultados. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008. Foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação ao abrigo do IFRS 7 para as entidades que efectuem reclassificações de activos financeiros, os quais são apresentados na Nota 8.

- IFRIC 11 – "IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo" – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação do IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007, não tendo a sua adopção apresentado impacto na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2008.

- IFRIC 14 – "Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção" – Esta interpretação clarifica os requisitos de registo de um activo associado a planos de benefício definido, assim como os efeitos contabilísticos associados ao reconhecimento de responsabilidades decorrentes de requisitos mínimos de financiamento do plano. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008. Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa, pelo que a sua introdução não teve impacto na preparação de informação relativa a este exercício.

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – "Segmentos operacionais" – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – "Relato por Segmentos". É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IAS 1 (Alterada) – "Apresentação das Demonstrações Financeiras" – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IAS 1 (Emenda) – "Apresentação de demonstrações financeiras – Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação" e IAS 32 (Emenda) – "Instrumentos financeiros: Apresentação" – A revisão efectuada ao texto destas normas esclarece essencialmente os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação enquanto passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de instrumentos financeiros com uma opção put (opção que permite ao detentor do instrumento financeiro exigir ao emitente a sua recompra ou liquidação, através da entrega de dinheiro ou outro instrumento financeiro). Neste âmbito, foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação para estes instrumentos financeiros ao abrigo do IAS 1. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alterada) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada" (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IAS 39 – "Contabilidade de cobertura" (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRIC 16 – "Cobertura de um investimento líquido de operações no exterior" – Esta interpretação tem por objectivo clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura num investimento líquido de operações no exterior, nomeadamente: (i) que a cobertura de risco cambial deverá ser efectuada em função da moeda funcional e não da moeda de apresentação das demonstrações financeiras da empresa mãe do Grupo e suas subsidiárias; (ii) quais as entidades do grupo que poderão deter o instrumento de cobertura, de forma a cumprirem os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura; e (iii) procedimentos e impacto em reservas e resultados do exercício decorrentes da alienação da unidade objecto de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Outubro de 2008.

- IFRIC 17 – "Distribuição de dividendos em espécie" – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas "filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a CGD detém títulos de participação representativos de 52%, aproximadamente, do capital do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta participação não é consolidada pelo facto dos títulos de participação detidos pela CGD não lhe conferirem qualquer participação na gestão do IHRU.

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades, nomeadamente a Esegur – Empresa de Segurança, S.A., é efectuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os activos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

2.4. Concentrações de actividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O "goodwill" é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

No caso de transacções efectuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das acções adicionais e o valor correspondente de activos e passivos da entidade adquirida é registado directamente em reservas.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma filial excede o custo de aquisição, o excesso deve ser reflectido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.6. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de Dezembro de 2003. Deste modo, o saldo da referida rubrica reflecte apenas as variações cambiais originadas a partir de 1 de Janeiro de 2004.

2.7. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

  - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

    - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é integralmente composta por títulos detidos pelo Banco Caixa Geral.

iii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros activos".

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;

- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;

- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de activos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 2.2, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 8.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

  - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- Os instrumentos de capital não cotados afectos à actividade de capital de risco são valorizados com base em:

  - Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;

  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rendibilidade;

  - Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos activos detidos.

  As valorizações incorporam factores de desconto para reflectir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado activo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor actual do preço para alienação do activo, ajustado quando aplicável de modo a reflectir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

A Caixa decidiu a revogação da designação de cobertura a partir de 1 de Outubro de 2008, relativamente a um conjunto de swaps que estavam a cobrir risco de taxa de juro de passivos emitidos. Os ganhos gerados nesses swaps a partir dessa data foram registados em "Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação – em derivados - taxa de juro".

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;

- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Aplicações em instituições de crédito, Investimentos a deter até à maturidade e Crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por acções, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas acções num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidas a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, o Grupo analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

- Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação;

  Adicionalmente, como resultado da análise específica foi identificada e registada imparidade em alguns investimentos que apresentavam menos-valias inferiores a 50%;

- Existência de menos valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.8. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados "grupos de activos e passivos a alienar").

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;

- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos".

Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em "Activos não correntes detidos para venda";

- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica "Outros activos".

Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui ainda os activos e passivos da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. ("Compal"). Conforme descrito na Nota 3, no decorrer do primeiro trimestre de 2008, o Grupo assinou um contrato promessa de compra e venda para alienação desta participação, tendo esta operação sido concretizada no decorrer do exercício. Deste modo os activos e passivos da Compal foram registados em "Activos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda".

De acordo com a IFRS 5, os custos e proveitos da Compal no exercício de 2007 foram registados pelo valor líquido em "Outros resultados de exploração".

2.9. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

2.10. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

Até 1 de Janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de activos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efectuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.11. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros activos tangíveis" e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

2.12. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente a CGD, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, S.A. beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados de acordo com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspectos fiscais de maior relevo para a actividade do Grupo em Portugal.

Ajustamentos ao resultado contabilístico do exercício

a. Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do Artigo 60.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

b.

Provisões

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2008 e 2007, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, consideraram o efeito dos seguintes normativos:

- Disposições do artigo 35.º-A do Código do IRC (norma introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2007), no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico de crédito e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;

- Disposições do n.º 1 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, no âmbito do qual devem ser igualmente acrescidas ao resultado contabilístico dotações para reforço de provisões para risco específico de crédito e risco-país até ao limite do saldo em 1 de Janeiro de 2007 quanto a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;

- Disposições do artigo 34.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de Janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

c. *Encargos com pessoal*

A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, com excepção das despesas com empregados sujeitos ao regime geral contributivo da segurança social (aos quais se aplica o limite de 15%), os suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2008 e 2007 como variação patrimonial nas contas individuais referente a um oitavo e um quinto do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das Normas de Contabilidade Ajustadas, respectivamente, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial.

Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD nos exercícios de 2008 e 2007 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

d.

Resultado da liquidação

O artigo 86.º do Código do IRC, introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2005, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;
- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2008 e 2007, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do “goodwill”;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes;

- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa, a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. (Fidelidade-Mundial) e a Império – Bonança, Companhia de Seguros, S.A. (Império-Bonança) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 37. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 37). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efectuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Seguros

a) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições do IFRS 4 – "Contratos de seguro". Esta Norma permite aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos. Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes das disposições do IFRS 4. De acordo com este normativo, os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser reconhecidos como proveito os prémios emitidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e

- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são reflectidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo Grupo.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;

- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;

- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis (*)
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens) TV 88/90 (Mulheres)
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

(*) No cálculo das Provisões Matemáticas para a marca Império-Bonança foi construída uma tábua de mortalidade única assumindo uma proporção de sessenta e cinco por cento de Homens e de trinta e cinco por cento de Mulheres.

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efectuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões, já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de run-off destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efectuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efectuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor actuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades. O teste de adequacidade dos passivos é descrito na Nota 2.16. i).

g) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos em que o plano de participação nos resultados não estabelece de forma inequívoca a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor da companhia.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício, ou, em alternativa, na parte aplicável, directamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, de activos financeiros disponíveis para venda e dos terrenos e edifícios de uso próprio afectos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado da Euro Benchmark Curve, dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da Euro Benchmark Curve de maturidade igual à da duração do respectivo passivo, acrescida do valor de run off das valias potenciais.

Com base nestas taxas de rendimento são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projecção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

j) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

k) Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked"

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos "Unit-linked") emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos "Unit-linked" são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

l) Responsabilidades para com subscritores de contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos";

m) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

n) Activos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais e o respectivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo, que corresponde ao "Value in force" da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do "Goodwill" à data da aquisição e reconhecido separadamente como um activo intangível.

O "Value in force" é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

o) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em "Juros e rendimentos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.18. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos directos com a emissão.

A classificação das acções preferenciais emitidas pelo Grupo é efectuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As acções preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são reflectidas no balanço consolidado na rubrica de "Interesses minoritários".

2.19. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.7. a) iv), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.7. d)). Como critério

genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projecções efectuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da actividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos reflectem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

		2008			2007	
Sector de actividade/Entidade	Sede	% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Bandeirantes, SGPS, S.A.	Madeira	100,00	15	(4)	19	(4)
Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	31.100	7.467	29.370	6.319
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	32.894	2.524	35.294	5.183
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,68	64.671	1.393	97.818	641
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	1.419.337	99.563	1.081.528	94.153
Caixaweb, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	6.723	127	10.187	198
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	41.770	12.602	52.466	23.290
Império - Bonança, SGPS, S.A.	Lisboa	-	-	-	372.382	40
Parbanca, SGPS, SA	Madeira	100,00	13.240	5.631	1.498	5.858
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	51,00	1.000.000	-	-	-
Bancário						
Banco Caixa Geral, S.A. (b)	Vigo	99,75	419.405	10.744	408.618	10.849
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	Praia	59,17	28.452	8.847	22.697	5.891
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,00	52.871	14.645	64.197	17.780
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00	38.734	(1.096)	21.691	(3.524)
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	27,00	9.484	1.927	8.291	1.514
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00	200.523	35.821	153.912	32.095
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,68	190.438	30.242	220.122	37.042
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00	32.553	13.953	13.570	1.352
CGD - North America	Delaware	100,00	1	-	1	-
CGD - Representação de Bancos, S.A.	São Paulo	100,00	371	-	243	(68)
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd. (b)	Joanesburgo	91,75	95.990	32.141	81.181	16.478
Segurador						
Cares - Companhia de Seguros, S.A. (b)	Lisboa	100,00	10.610	431	13.894	3.531
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A.	Lisboa	100,00	726.449	14.387	1.009.582	126.096
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00	20.978	769	19.286	841
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	Praia	65,30	5.297	776	5.057	643
Império - Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00	203.536	27.000	215.429	31.265
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00	26.153	1.669	26.210	1.007
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00	29.433	416	30.958	2.082
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	51,00	126.624	4.788	121.939	10.608
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	80,00	10.618	461	10.157	157
Gestão de Activos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00	35.450	4.298	34.095	7.908
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00	5.978	1.025	5.153	897
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00	8.876	5.227	7.649	4.642
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	52,69	3.260	93	3.167	(27)
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,68	24.746	(2.739)	27.485	(416)
Imobiliário						
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00	2.723	482	3.586	1.345
Fidelidade Mundial - SGII, S.A.	Lisboa	100,00	25.115	1.236	23.817	2.094
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00	221	(40)	261	14
Caixa Geral Finance (c)	Cayman	,01	634.494	34.493	600.117	29.932

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1.000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600.000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada.

		2008			2007	
Sector de actividade/Entidade	Sede	% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Outros sectores						
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00	1.756	22	1.734	8
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00	(276)	72	(84)	13
Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A.	Lisboa	-	-	-	116.657	(7.062)
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, S.A.	Lisboa	100,00	(4.175)	(29)	(3.486)	(3.470)
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00	240	13	227	16
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00	2.165	37	2.129	1.003
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00	687	(1.267)	(1.029)	(2.128)
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00	1.012	66	1.892	233
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00	99	(4)	103	(26)
HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (b)	Lisboa	75,00	25.016	(11.256)	34.582	1.028
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00	30.970	(30)	31.000	(0)
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00	5.699	3.784	1.914	914
Servicomercial - Consultoria e Informática, Lda.	Lisboa	-	-	-	3.584	67
Portal Executivo - Sociedade de Serviços, Consultoria e Informação em Gestão, S.A.	Lisboa	-	-	-	(1.428)	(54)
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	1.668	(927)	2.594	1.390
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris					
Sogrupo - Serviços Administrativos, ACE	Lisboa					
Sogrupo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa					
Sogrupo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa					
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Consumer Finance, FTC	Lisboa		110.227	(2.297)	223.540	1.079
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa		582.413	(1.046)	650.247	(1)
Nostrum Mortgages PLC	Dublin		8.163	(6.800)	15.008	9.105
Nostrum Consumer Finance PLC	Dublin		1.416	(1.487)	2.973	(1.619)
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	100,00	165.730	(16.229)	181.959	(6.236)
Fundo de Capital de Risco - Energias Renováveis - Caixa Capital	Lisboa	90,71	48.449	(4.651)	53.100	1.708
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	98,90	83.188	(1.040)	84.927	(1.134)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00	15.203	(19)	15.222	477
Empresas registadas pelo método proporcional						
Esegur - Empresa de Segurança, S.A.	Lisboa	50,00	9.738	2.115	10.344	3.415

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1.000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600.000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2008 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de accionistas.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante os exercícios de 2008 e 2007 foram os seguintes:

Sumol+Compal, S.A, ex- Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. ("Compal")

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo, através da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., detinha uma participação de 80% no capital social da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A..

Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A. ("Sumolis") com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008. Em consequência desta situação, em 31 de Dezembro de 2007, a participação detida nesta sociedade foi registada de acordo com a Norma IFRS 5 - "Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação" (Nota 12).

No decorrer do exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativamente a esta operação:

- Em 14 de Agosto de 2008, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência à venda da Compal, tendo posteriormente sido alienadas pela Caixa Desenvolvimento acções correspondentes a 29,9% do capital da Compal por 42.426 mEuros, incluindo prestações acessórias de 34.385 mEuros;

- Em Dezembro de 2008 foi aprovado, em Assembleia Geral de Accionistas, o projecto de fusão entre a Compal e a Sumol+Compal, Gestão de Marcas, S.A., tendo sido concretizada a escritura de fusão em 23 de Dezembro de 2008, com efeito em 31 de Dezembro de 2008. Conforme previsto contratualmente, a Caixa Desenvolvimento e o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital alienaram acções correspondentes a 5,0225% e 3,1775%, respectivamente, do capital da Compal pelo montante global de 11.975 mEuros, incluindo prestações acessórias de 9.430 mEuros.

- Após a fusão, a Sumol+Compal, S.A. procedeu à emissão de 20.619.055 novas acções, tendo este aumento de capital sido integralmente subscrito e realizado pela Caixa Desenvolvimento e pelo Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital mediante a entrega das acções remanescentes da Compal. As acções foram emitidas com um valor nominal de 1 Euro cada e um prémio de emissão global de 34.375 Euros.

Em resultado destas operações, o Grupo registou mais-valias totais de 19.052 mEuros dos quais 9.816 mEuros registados na rubrica "Outros resultados de exploração" (Nota 34) e 9.236 mEuros em "Resultados em operações financeiras" (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2008, a participação do Grupo na Sumol+Compal representa 20,6% do capital social, encontrando-se registada na rubrica "Investimentos em associadas" (Nota 16) por 54.994 mEuros, valor atribuído às acções recebidas no âmbito da subscrição do aumento de capital, acima descrito. A Caixa Desenvolvimento detém opção de venda sobre as acções, a qual poderá ser exercida quarenta e três meses após a aprovação da operação de concentração pela Autoridade de Concorrência.

Parcaixa, SGPS, S.A.
Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (CLF)

Em 23 de Dezembro de 2008, a Caixa alienou à Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A (Parpública), 2.000.000 acções da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (CLF), representativas da totalidade do seu capital social por 150.000 mEuros (Nota 19).

Na mesma data, foi constituída a Parcaixa, SGPS, S.A. (Parcaixa) , com um capital social de 1.000.000 mEuros, representado por 1.000.000.000 acções, integralmente subscrito pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública nas proporções de 51% e 49% respectivamente. Para a realização do capital social da Parcaixa, a Caixa e a Parpública realizaram as seguintes contribuições:

- Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Entregas em numerário	510.000

- Parpública	
. Entregas em numerário	131.666
. ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. - Entrega de 17.511.000 acções, representativas de 19% do capital social	178.944
. Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A. – Entrega de 2.000.000 acções, representativas da totalidade do capital social	150.000
. Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A. - Entrega de 877.500 acções, com um valor nominal de 5 euros cada e representativas de 19,5% do capital social	2.150
- Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A. - Cedência dos direitos de crédito representativos de 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública a esta sociedade	27.240

	490.000

	1.000.000
	========

Não foi reconhecido qualquer resultado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo com esta operação.

Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau (CGD Macau)

No exercício de 2008 a CGD Macau efectuou um aumento de capital no montante de 51 milhões de Patacas através da emissão de cinquenta e uma mil novas acções com valor nominal unitário de 1.000 Patacas cada, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pela CGD. Em resultado desta operação, o capital social aumentou para cento e setenta e um milhões de Patacas.

Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. (Culturgest) (em liquidação)

No decorrer do exercício de 2007, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento ("FLAD") 10.000 acções da Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A.. Em consequência desta operação, o Grupo passou a deter a totalidade do capital social da Culturgest.

Em resultado da instituição em 2 de Outubro de 2007 da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, reconhecida por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 24 de Janeiro de 2008, e cuja actividade estatutariamente atribuída veio substituir em termos formais e de facto as funções até aí desenvolvidas pela Culturgest, foi deliberada em Assembleia Geral de accionistas realizada em Maio de 2008 a dissolução desta sociedade e nomeada a comissão liquidatária.

Caixatec - Tecnologias de Comunicação, S.A.
Portal Executivo – Sociedade de Serviços, Consultoria e Informação em Gestão, S.A. (Portal Executivo) (em Liquidação)

Deu-se continuidade em 2007, à reorganização da presença do Grupo CGD na área WEB, tendo sido efectuada, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a fusão por incorporação da Imoportal.com-Multimédia, SA na Caixaweb - Serviços Técnicos e de Consultoria, S.A., tendo nesta data esta sociedade alterado a sua designação social para Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A.. Esta empresa passou a deter a responsabilidade pelo desenvolvimento de portais associados aos diversos negócios do Grupo.

Em Assembleia Geral de accionistas de 11 de Dezembro de 2008, foi aprovado o Relatório e Contas, com referência a 30 de Setembro de 2008, e deliberada a liquidação do Portal Executivo.

Servicomercial – Consultoria e Informática, Lda.

Em Assembleia Geral realizada em 28 de Março de 2008 foi deliberada dissolução e liquidação imediata da Servicomercial. Em resultado desta deliberação, o património global da sociedade foi transmitido para a Império Bonança, SGPS, S.A., detentora da totalidade do capital da Servicomercial.

Império Bonança, SGPS, S.A.

No exercício de 2008 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação, da Império Bonança, SGPS, S.A. na Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.. Na sequência deste processo, a Sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. a totalidade dos seus direitos e obrigações.

Banco Caixa Geral - Brasil (ex-Banco Financial Português)

No decorrer do exercício de 2008, decorrentes da intenção da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de retomar a actividade no mercado financeiro Brasileiro, foi solicitada ao Banco Central do Brasil e demais autoridades competentes, autorização para a cessão do processo de liquidação do Banco Financial Português, Filial Brasileira da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e a sua transformação numa sociedade anónima de direito Brasileiro sob a denominação de Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., decisão homologada através de Decreto Presidencial do Presidente da República Federal do Brasil datado de 27 de Maio de 2008.

Em resultado da cessão do processo de liquidação, os montantes em dívida pelo ex-Banco Financial Português à CGD, no montante de 21.671.078 Reais (BRL), foram utilizados por esta entidade para a cobertura de prejuízos acumulados em exercícios anteriores.

Ainda no decorrer de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos:

- Em 27 de Outubro de 2008, a CGD cedeu à Caixa Participações, SGPS, S.A., pelo respectivo valor nominal, 1000 acções do Banco Caixa Geral – Brasil, com um valor unitário de 370 BRL;

- Em assembleia-geral de accionistas realizada em 31 de Outubro de 2008, foi deliberado o aumento do capital social do Banco no valor de 86.000.000 BRL, integralmente subscrito e realizado pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Wolfpart, SGPS, S.A. (Wolfpart)

No exercício de 2007, a Wolfpart efectuou um aumentou do seu capital social no montante de 1.250 mEuros, através da emissão de 250.000 novas acções com valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela CGD. O aumento de capital destinou-se ao financiamento da aquisição de 25% das unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado Beirafundo.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, a CGD concedeu à Wolfpart, suprimentos no montante de 6.926 mEuros com o objectivo de financiar a aquisição no exercício de 25% do capital das suas participadas "Torre Ocidente, Imobiliária, S.A." e "Torre Oriente, Imobiliária, S.A.", pelo montante global de 2.990 mEuros e 3.938 mEuros, respectivamente (Nota 16).

Em Setembro de 2007, em resultado da fusão por incorporação do património das sociedades Resortpart, S.A. e Vale do Lobo, S.G.P.S., S.A. na sociedade "Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A, a Wolfpart passou a deter uma participação de 25% do capital desta última sociedade (Nota 16).

Credip - IFIC, S.A.

A Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, mediante a emissão de 2.000.000 acções, subscrito e realizado integralmente ao par pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., nas proporções de 80% e 20% respectivamente. Esta sociedade tem por objecto a concessão de crédito no âmbito do financiamento da construção de infra-estruturas públicas.

Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.

No exercício de 2007, a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e a Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. adquiriram 70% do capital social da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A, pelo montante global de mEuros 7.500. Em consequência desta transacção, o Grupo passou a deter a totalidade do capital social da resseguradora.

HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A.

A Caixa Geral de Depósitos adquiriu, no exercício de 2007, através da Caixa Seguros, uma participação de 10% no maior operador privado de saúde do espaço ibérico, o Grupo USP Hospitales. O investimento da Caixa Seguros no Grupo USP Hospitales foi efectuado através das empresas HPP International - LUX, S.a.r.l. e da HPP International Ireland Limited. No quadro de um acordo de Joint Venture, o Grupo USP Hospitales tomou, por seu turno, uma participação de 25% no capital social da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., a holding detida, indirectamente, pela Caixa Seguros para a área da saúde.

No âmbito deste acordo, em 5 de Junho de 2007, a HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., realizou um aumento de capital social no montante de 1.833.333 Euros, integralmente subscrito pela USP Hospitales, através da emissão de 1.833.333 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, representativas de 25% do capital social da HPP, e um prémio de emissão de 8,27 Euros por acção, num total de 15.168 mEuros.

Multicare – Seguros de Saúde, S.A.

Tendo em vista o exercício das actividades seguradora e resseguradora no ramo doença, foi constituída no primeiro semestre de 2007, a Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. O capital social, no montante de mEuros 18.000, foi integralmente subscrito e realizado pela Caixa Seguros, SGPS, S.A..

Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland

Em 2007, o Caixa - Banco de Investimento, S.A. procedeu à liquidação das suas filiais Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland. A Caixa Ireland Limited era uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu Activo era composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland era uma sociedade com sede na República da Irlanda, e tinha como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários.

Banco Comercial e de Investimento S.A.R.L.

No decorrer do exercício de 2007, a Parbanca, SGPS, S.A., reforçou a sua participação no Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L. (BCI), através da aquisição de 2.892.857 acções, com o valor nominal unitário de MZN 10.000, pelo valor global de 10.085 mEuros (ao câmbio de referência da data de transacção). Em resultado desta operação, o Grupo aumentou a sua participação para 51%.

Em 31 de Janeiro de 2007, a SCI Imobiliária e a BCI Leasing fundiram-se, por incorporação, no BCI Fomento, sociedades de direito Moçambicano, já participadas pelo BCI.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa	555.586	536.356
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
- Capital	1.340.629	1.386.952
- Juros a receber	1.606	2.197
	1.897.821	1.925.505

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Cheques a cobrar		
- No país	236.840	236.860
- No estrangeiro	14.477	16.781
	251.317	253.641
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	74.448	72.434
- No estrangeiro	288.988	626.523
	363.435	698.957
Juros a receber	40	62
	614.793	952.660

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Mercado monetário interbancário	1.240.442	20.576
Depósitos a prazo		
- No país	244.018	158.958
- No estrangeiro	1.354.352	2.124.657
Empréstimos		
- No país	1.097.409	423.505
- No estrangeiro	614.541	1.058.105
Outras aplicações		
- No país	110.371	204.782
- No estrangeiro	925.703	746.506
Operações de compra com acordo de revenda	61.098	28.830
	5.647.934	4.765.918
Juros a receber	15.839	26.088
Proveitos diferidos	(2.563)	(1.006)
	5.661.210	4.791.000
Imparidade (Nota 39)	(106.381)	(1.337)
	5.554.828	4.789.664

Em 31 de Dezembro de 2008, as aplicações em instituições de crédito no país, incluem 1.455.159 mEuros de depósitos no Banco Português de Negócios, S.A., entidade que foi nacionalizada ao abrigo da Lei nº62-A/2008, de 11 de Novembro.

No exercício de 2008, o Grupo registou imparidade de 40.593 mEuros para aplicações em bancos com sede na República da Islândia. Foi ainda registada imparidade para aplicações num banco norte-americano, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 64.669 mEuros. Existem ainda outros saldos devedores com esta entidade, registados em "Outros activos", para os quais foi registada imparidade de 39.557 mEuros (Nota 19).

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2008 e 2007, é apresentado na Nota 39.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2008			2007		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	264.221	-	264.221	395.678	1.237	396.915
. Bilhetes do Tesouro	302.560	-	302.560	87.585	-	87.585
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais	2.921	-	2.921	2.464	-	2.464
Estrangeiros	355.936	29.980	385.916	870.469	34.700	905.169
- De Organismos Financeiros Internacionais	-	7	7	71.355	80.586	151.941
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	219.382	55.877	275.258	578.524	1.176.889	1.755.413
De não residentes	247.111	252.477	499.588	887.273	215.764	1.103.037
	1.392.131	338.342	1.730.472	2.893.348	1.509.176	4.402.524
Instrumentos de capital						
De residentes	38.678	53.078	91.757	52.097	56.113	108.210
De não residentes	38.651	-	38.651	44.377	-	44.377
	77.329	53.078	130.408	96.474	56.113	152.587
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	51.292	426.854	478.146	332.687	542.395	875.082
De não residentes	44.499	-	44.499	500.769	-	500.769
- Outros						
De não residentes	-	96.509	96.509	-	26.850	26.850
	95.791	523.363	619.154	833.456	569.245	1.402.701
Crédito e outros valores a receber	-	7.217	7.217	-	11.418	11.418
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
- Swaps	1.279.298	-	1.279.298	347.663	-	347.663
- Futuros e outras operações a prazo	20.813	-	20.813	4.448	-	4.448
- Opções de divisas e cotações	925.679	-	925.679	492.733	-	492.733
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	83.163	-	83.163	25.847	-	25.847
- Outros	10.935	-	10.935	1.982	-	1.982
	2.319.887	-	2.319.887	872.673	-	872.673
	3.885.139	922.000	4.807.139	4.695.951	2.145.952	6.841.903

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 272.527 mEuros e 78.852 mEuros, respectivamente (655.372 mEuros e 61.656 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007). Os fundos de investimento mobiliários têm a seguinte tipologia:

	2008	**2007**
Fundos de acções	117.075	297.074
Fundos de fundos	47.442	185.914
Fundos de obrigações	6.382	26.551
Fundos de tesouraria	-	7.069
Outros	101.628	138.764
	272.527	**655.372**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de 492.063 mEuros e 768.846 mEuros, respectivamente. Na Nota 23 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	171.736	108.740
- De outros emissores públicos	3.054.611	3.266.949
- De organismos financeiros internacionais	275.574	260.339
- De outros emissores	8.523.541	7.392.133
	12.025.462	11.028.161
Instrumentos de capital		
- Valorizados ao justo valor	2.690.868	3.345.222
- Valorizados ao custo histórico	198.984	97.551
	2.889.852	3.442.773
Outros instrumentos	1.703.910	1.083.494
	16.619.224	15.554.428
Imparidade (Nota 39)		
- Instrumentos de capital	(650.234)	(173.735)
- Instrumentos de dívida	(52.666)	(9.593)
- Outros instrumentos	(4.924)	-
	(707.824)	(183.328)
	15.911.400	15.371.099

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Outros instrumentos" inclui unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 926.841 mEuros e 155.717 mEuros, respectivamente (699.069 mEuros e 72.331 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007). Os fundos de investimento mobiliários têm a seguinte tipologia:

	2008	2007
Fundos de acções	51.554	91.407
Fundos de obrigações	229.221	161.864
Fundos de tesouraria	254.839	359.487
Fundos de fundos	189.813	702
Outros	201.414	85.609
	926.841	**699.069**

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Instrumentos de dívida" inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de 735.022 mEuros. Na Nota 23 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2008, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 28.471 mEuros relativos a obrigações emitidas no âmbito por Bancos com sede na República da Islândia. Inclui ainda imparidade de 9.148 mEuros para fazer face às perdas estimadas em instrumentos de dívida emitidos por um banco norte-americano.

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	2008						
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Percentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor							
EDP – Energias de Portugal, S.A.	502.229	8.027	-	510.256	-	510.256	5,23
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	404.206	18.810	-	423.015	(262.227)	160.788	14,02
Portugal Telecom, S.A.	334.285	58.336	-	392.621	-	392.621	7,28
Banco Comercial Português, S.A.	335.577	19.068	-	354.645	(210.205)	144.440	3,78
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	91.877	-	-	91.877	-	91.877	52,49
Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	86.608	11	-	86.619	-	86.619	5,08
Galp Energia, SGPS, S.A.	70.537	140	-	70.678	-	70.678	1,21
La Seda Barcelona, S.A.	-	-	51.979	51.979	(36.575)	15.404	7,35
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	48.159	2.002	-	50.161	-	50.161	1,60
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	37.428	37.428	-	37.428	17,17
EDP - Energias Renováveis, S.A.	14.981	4.415	11.026	30.423	-	30.423	0,74
SICAR NovEnergia II	-	-	39.510	39.510	-	39.510	23,70
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	14.000	14.000	-	14.000	23,90
Martifer, SGPS, S.A.	-	2.349	6.296	8.645	(3.743)	4.903	2,49
Acções de entidades estrangeiras	1.348	483.988	2.475	487.811	(94.459)	393.352	
Outros	17	18.180	23.004	41.201	(21.100)	20.101	
	1.889.824	615.326	185.718	2.690.868	(628.309)	2.062.559	
Valorizados ao custo histórico							
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	-	153.003	-	153.003	19,00
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	15.863	-	-	15.863	(15.863)	-	14,07
Outros	26.650	251	3.217	30.118	(6.062)	24.056	
	195.516	251	3.217	198.984	(21.925)	177.059	
	2.085.340	615.577	188.935	2.889.852	(650.234)	2.239.618	

	2007						
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Percentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor							
EDP – Energias de Portugal, S.A.	829.731	12.707	-	842.438	-	842.438	5,15
Portugal Telecom, S.A.	491.791	85.643	-	577.434	-	577.434	5,73
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. *	407.911	23.935	-	431.846	(19.160)	412.686	13,98
Banco Comercial Português, S.A.	353.064	51.775	-	404.839	(110.255)	294.584	2,20
Galp Energia, SGPS, S.A.	152.499	11.112	-	163.611	-	163.611	1,07
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	91.877	-	-	91.877	-	91.877	52,49
La Seda Barcelona, S.A.	-	-	77.925	77.925	-	77.925	7,35
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	31.842	31.842	-	31.842	17,17
SICAR NovEnergia II	-	-	31.622	31.622	(891)	30.731	23,61
Imolgere, Imobiliária e Serviços, S.A.	-	-	14.000	14.000	-	14.000	23,90
Martifer, SGPS, S.A.	-	2.363	4.911	7.274	-	7.274	0,53
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	3.853	-	3.853	-	3.853	0,06
Banco Espírito Santo, S.A.	-	3.312	-	3.312	-	3.312	0,04
Sonae, SGPS, S.A.	-	2.068	-	2.068	-	2.068	0,05
Acções de entidades estrangeiras	-	623.083	2.855	625.938	(1.700)	624.238	
Outros	-	17.452	17.891	35.343	(19.603)	15.740	
	2.326.873	837.303	181.046	3.345.222	(151.609)	3.193.613	
Valorizados ao custo histórico							
Fundo Margueira Capital	47.438	-	-	47.438	-	47.438	21,13
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	15.863	-	-	15.863	(15.863)	-	14,07
Outros	25.322	3.255	5.673	34.250	(6.263)	27.987	
	88.623	3.255	5.673	97.551	(22.126)	75.425	
	2.415.496	840.558	186.719	3.442.773	(173.735)	3.269.038	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Actividade seguradora” inclui os títulos da Caixa Seguros e Saúde e da Garantia;

- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);

- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Actividade bancária”.

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados no exercício de 2008 apresenta a seguinte composição (Nota 39):

Zon – Serviços de Comunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	262.222
Banco Comercial Português, S.A.	219.986
La Seda Barcelona, S.A.	36.575
Outros	113.871
	632.654

Em 31 de Dezembro de 2008, a reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

Reserva de Justo Valor	
Instrumentos de dívida	(517.038)
Instrumentos de capital – Justo valor positivo	32.458
Instrumentos de capital – Justo valor negativo	
. Menos valia inferior a 20% do custo de aquisição	(7.476)
. Menos valia entre 20% e 30% do custo de aquisição	(352.637)
. Menos valia entre 30% e 40% do custo de aquisição	(40.354)
. Menos valia entre 40% e 50% do custo de aquisição	(128.834)
	(496.843)
Outros instrumentos	(181.555)
Efeito de instrumentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados	69.733
Total de mais e menos-valias potenciais	(1.125.704)
Reserva por impostos diferidos	252.400
	(873.304)

Os principais instrumentos de capital registados como "Activos financeiros disponíveis para venda" tiveram os seguintes movimentos em 2008 e 2007:

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

No exercício de 2007, a CGD adquiriu 140.752.993 acções por um montante global de 592.206 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 129.752.993 acções pelo valor global de 538.821 mEuros, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de 175.623 mEuros (Nota 33).

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 37.752.139 acções por um montante global de 153.375 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 37.018.441 acções por um montante global de 150.671 mEuros, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de 22.904 mEuros (Nota 33).

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

Durante o exercício de 2007 a CGD adquiriu 115.523.410 acções do BCP por 355.098 mEuros, tendo alienado 97.004.825 acções pelo valor global de 126.397 mEuros. Em resultado destas operações, foi registada uma mais-valia de 52.739 mEuros (Nota 33).

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 96.570.846 acções por um montante global de 143.696 mEuros. Ainda no decorrer do exercício, a Caixa alienou 25.894.321 acções por um montante global

de 41.825 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma menos-valia total de 16.365 mEuros (Nota 33).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ex- PT Multimédia)

Em Maio de 2007, a CGD adquiriu 30.575.090 acções da PT Multimédia por 370.264 mEuros. Posteriormente, em Julho de 2007, a CGD alienou 3.500.000 acções pelo valor global de 42.000 mEuros tendo registado uma mais-valia de 1.295 mEuros (Nota 33).

Em 7 de Novembro de 2007, na sequência da aprovação pela Assembleia Geral da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) foi concretizado o Spin-off da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.. No âmbito desta operação, a Portugal Telecom distribuiu aos seus accionistas as acções que detinha da PT Multimédia.

Em resultado desta operação, a Caixa recebeu 9.696.316 acções da PT Multimédia, às quais foi atribuída uma parte do custo de aquisição original das acções da Portugal Telecom, não tendo deste modo sido registado qualquer efeito no resultado do exercício.

No decorrer do mês de Janeiro de 2008, a PT Multimédia alterou a sua designação social para ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 3.277.400 acções por um montante global de 19.037 mEuros. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 3.173.371 acções por um montante global de 19.209 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma menos-valia total de 13.648 mEuros (Nota 33).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 14.359.466 acções por 218.668 mEuros. Ainda em 2008, a Caixa alienou 12.827.822 acções por um montante global de 193.789 mEuros, tendo em consequência destas operações sido registada uma mais-valia total de 51.508 mEuros (Nota 33).

Brisa Auto-estradas de Portugal, S.A. (Brisa)

No exercício de 2008, a CGD adquiriu 9.000 acções da Brisa por 63.000 mEuros.

EDP Energias Renováveis, S.A.

Em Junho de 2008, o Caixa - Banco de Investimento e o FCR Energias Renováveis adquiriram 1.263.962 e 600.000 acções da EDP Renováveis, S.A., respectivamente, no âmbito da Initial Public Offering (IPO) realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção, correspondente ao montante total de 14.912 mEuros. Até ao final de 2008 as referidas entidades adquiriram ainda através de operações de Bolsa 340.000 acções pelo montante de 2.630 mEuros.

No mês de Outubro de 2008, a Caixa adquiriu a colaboradores 2.988.806 acções da EDP Energias Renováveis, as quais foram registadas por um custo inicial unitário de 5,31 Euros, correspondente à cotação de mercado das acções na data da aquisição.

Fundo Margueira Capital

Em Junho de 2008, o Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público, I.P., procedeu à amortização integral das Unidades de Participação do Fundo de Investimento Imobiliário Margueira Capital. A CGD era detentora de 9.510.441 unidades de participação do Fundo, subscritas a um valor unitário de 4,99 Euros. As Unidades de Participação beneficiavam de garantia do Estado relativamente ao montante integral do investimento inicial, o qual ascendia a 47.400 mEuros.

La Seda Barcelona, S.A.

No exercício de 2007, o Grupo reforçou a sua posição na La Seda Barcelona (cotada na Bolsa de Valores de Madrid), através da aquisição de 24.466.468 acções, pelo montante de 48.878 mEuros.

Em Setembro de 2008, o Grupo alienou 28.181.290 acções da La Seda Barcelona através de uma transacção em bolsa. Ainda no mesmo mês, o Grupo adquiriu, também em bolsa, quantidade idêntica de acções. O valor das acções compradas ascendeu a 19.798 mEuros e a menos valia realizada com esta operação ascendeu a 31.056 mEuros (Nota 33).

SICAR NovEnergia II e Fundo Novenergia 2010

No exercício de 2007, o FCR Energias Renováveis entregou a participação de 20,06% que detinha no Fundo Novenergia 2010 tendo recebido 270 unidades de participação do SICAR NovEnergia II no valor de 13.500 mEuros e 753 mEuros em numerário. Em resultado desta operação, o Grupo registou um ganho realizado de 88 mEuros. Ainda no exercício de 2007 o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital subscreveu 330 unidades de participação do SICAR pelo montante de 16.500 mEuros.

No exercício de 2008, o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital subscreveu e realizou 82 unidades de participação do SICAR NovEnergia II, pelo montante de 5.000 mEuros.

Euronext N.V. / New York Stock Exchange

Em 4 de Abril de 2007, concretizou-se a fusão entre a Euronext N.V. e a New York Stock Exchange (NYSE), tendo na sequência desta operação sido constituída uma nova sociedade com a designação de NYSE Euronext.

Na sequência desta operação, a CGD trocou as acções que detinha da Euronext N.V. por acções da NYSE Euronext, que foram subsequentemente vendidas.

Em resultado das operações realizadas, foram reconhecidas mais-valias líquidas de 25.037 mEuros (Nota 33).

Cimpor, SGPS, S.A. (Cimpor)

Durante o segundo semestre de 2007, a CGD alienou a sua participação na Cimpor por 81.343 mEuros, tendo registado uma mais-valia de 16.722 mEuros (Nota 33).

A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, S.A.

Em Abril de 2007, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital participaram no aumento de capital da Holgere – Gestão de Serviços, S.A., através da subscrição de 3.814.714 acções pelo montante total de 14.000 mEuros. Adicionalmente, foram concedidos suprimentos no montante de 14.000 mEuros. Em 7 de Dezembro de 2007, a denominação social desta participada foi alterada para Imolgere – Imobiliário e Serviços, S.A., tendo novamente sido alterada em 2008 para A. Silva & Silva Imobiliário e Serviços, S.A..

Martifer, SGPS, S.A.

Em Junho de 2007, o FCR Energias Renováveis adquiriu 26.400 acções da Martifer, SGPS, S.A. no âmbito da Oferta Pública de Aquisição realizada na Bolsa de Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção. O FCR Energias Renováveis reforçou esta participação através da aquisição em Bolsa de 576.188 acções, pelo montante de 4.844 mEuros.

No exercício de 2008, o FCR Energias Renováveis adquiriu 349.020 acções pelo montante de 1.241 mEuros.

Finpro, SGPS, S.A.

Em 20 de Abril de 2007, o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital participou no aumento de capital da Finpro, SGPS, S.A. tendo subscrito 3.434.293 acções por 17.171 mEuros. Do valor total do capital apenas foi realizado o montante de 5.151 mEuros, estando previsto que o restante capital será realizado no prazo máximo de 5 anos. Na sequência desta operação a participação do Fundo no capital da Finpro, SGPS, S.A. aumentou para 17,17%.

Com referência a 1 de Julho de 2008, a Caixa efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, a Caixa deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, é descrito como segue:

Valor de balanço de títulos reclassificados em 1 de Julho de 2008	1.001.797
Valor de balanço de títulos reclassificados em 31 de Dezembro de 2008	873.101
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos após a data da reclassificação, dos quais:	
Menos valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(98.231)
Ganhos / (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados	39.524

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial.

9. PRODUTOS “UNIT-LINKED”

Os “Investimentos associados a produtos “unit-linked” correspondem a activos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os activos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados reflectida na rubrica “Responsabilidades para com subscritores de produtos “unit-linked”, do passivo. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Investimentos associados a produtos "unit-linked":		
- Instrumentos de dívida	507.146	596.751
- Instrumentos representativos de capital	31.111	5.543
- Outros	1.189	41.180
Instrumentos derivados		
- Justo valor positivo	5.736	3.295
Aplicações em instituições de crédito	75.304	130.346
	620.486	777.115
Responsabilidades para com subscritores de produtos "unit-linked"	620.486	777.115

10. DERIVADOS

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

A Caixa controla os riscos das suas actividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respectivos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo	Derivados de cobertura Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				15.448	(8.227)	-	-	7.222
Compras	463.998	-	463.998					
Vendas	430.983	-	430.983					
NDF's (No Deliverable Forward)				1.945	(3.734)	-	-	(1.789)
Compras	55.267	-	55.267					
Vendas	56.601	-	56.601					
FRA (forward rate agreements)	55.000	-	55.000	227	(7)	-	-	219
Swaps								
Swaps Cambiais				34.063	(183.238)	-	-	(149.176)
Compras	3.214.901	-	3.214.901					
Vendas	3.366.653	-	3.366.653					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				1.202.097	(907.663)	184.050	(421.854)	56.629
Compras	58.535.618	5.185.927	63.721.545					
Vendas	58.527.132	5.265.513	63.792.645					
Swaps de Eventos de Crédito				8.221	(48.278)	-	-	(40.057)
Compras	695.862	-	695.862					
Vendas	695.862	-	695.862					
Swaps de Cotações				34.917	(176)	-	-	34.742
Compras	99.892	-	99.892					
Vendas	99.892	-	99.892					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	152.148	-	152.148					
Posições Curtas	(30.610)	-	(30.610)					
Futuros de Taxa de Juro				3.193	-	-	-	3.193
Posições Longas	487.373	-	487.373					
Posições Curtas	215.863	-	215.863					
Futuros de Cotações				-	-	-	-	-
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	9.604	-	9.604					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
. Negociados em nome de clientes								
Posições Longas	(96.384)	-	(96.384)					
Posições Curtas	179.832	-	179.832					
Opções								
Divisas				12.974	(10.441)	-	-	2.533
Compras	25.000	-	25.000					
Vendas	1.865	-	1.865					
Cotações				912.704	(910.185)	-	-	2.521
Compras	1.188	-	1.188					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				83.163	(77.403)	-	-	5.759
Compras	973.682	-	973.682					
Vendas	991.610	-	991.610					
Outras opções				8.914	(4.372)	-	-	4.542
Compras	10.709	-	10.709					
Vendas	21.418	-	21.418					
Outros				2.021	(10.670)			(8.650)
	129.240.959	10.451.440	139.692.399	2.319.887	(2.164.394)	184.050	(421.854)	(82.310)

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui 49.562 mEuros relativos a vendas a descoberto de títulos de taxa fixa.

	2007							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo	Derivados de cobertura Passivo	Total
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				718	(10.132)	-	-	(9.414)
Compras	155.451	-	155.451					
Vendas	294.258	-	294.258					
NDF's (No Deliverable Forward)				2.544	(2.384)	-	-	160
Compras	35.520	-	35.520					
Vendas	35.520	-	35.520					
FRA (forward rate agreements)	305.800	-	305.800	602	(418)	-	-	184
Swaps								
Swaps Cambiais				5.425	(303.916)	-	-	(298.491)
Compras	5.254.972	-	5.254.972					
Vendas	5.387.320	-	5.387.320					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				340.625	(256.746)	125.590	(814.412)	(604.943)
Compras	42.404.436	6.730.402	49.134.838					
Vendas	42.389.164	6.899.932	49.289.096					
Swaps de Eventos de Crédito				1.613	(8.507)	-	-	(6.894)
Compras	1.068.182	-	1.068.182					
Vendas	1.068.182	-	1.068.182					
Swaps de Cotações				-	(2.244)	-	-	(2.244)
Compras	21.349	-	21.349					
Vendas	21.349	-	21.349					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	108.413	-	108.413					
Posições Curtas	5.577	-	5.577					
Futuros de Taxa de Juro				584	-	-	-	584
Posições Longas	159.877	-	159.877					
Posições Curtas	433.328	-	433.328					
Futuros de Cotações				-	-	-	-	-
Posições Longas	12.070	-	12.070					
Posições Curtas	8.716	-	8.716					
Outros Futuros								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061					
Posições Curtas	38.340	-	38.340					
Opções								
Divisas				14.131	(17.954)	-	-	(3.823)
Compras	48.586	-	48.586					
Vendas	13.586	-	13.586					
Cotações				478.602	(562.601)	-	-	(83.999)
Compras	3.719	-	3.719					
Vendas	3.719	-	3.719					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				25.847	(14.013)	-	-	11.834
Compras	473.033	-	473.033					
Vendas	581.256	-	581.256					
Outros	-	-	-	1.982	(14.841)	-	-	(12.859)
	100.361.784	13.630.334	113.992.118	872.673	(1.193.756)	125.590	(814.412)	(1.009.905)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2008					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	339.114	39.385	30.005	-	55.494	463.998
Vendas	311.261	40.921	28.441	-	50.360	430.983
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	43.074	2.707	2.749	6.737	-	55.267
Vendas	43.218	2.971	3.018	7.394	-	56.601
FRA (forward rate agreements)	20.000	-	35.000	-	-	55.000
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	3.008.014	182.796	24.091	-	-	3.214.901
Vendas	3.127.588	213.517	25.548	-	-	3.366.653
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	6.557.686	4.111.243	6.068.747	38.807.832	8.176.038	63.721.546
Vendas	6.570.673	4.102.757	6.140.700	38.826.609	8.151.907	63.792.646
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	25.000	-	-	556.044	114.818	695.862
Vendas	25.000	-	-	556.044	114.818	695.862
Swaps de Cotações						
Compras	20.000	-	-	79.892	-	99.892
Vendas	20.000	-	-	79.892	-	99.892
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	120.447	21.007	10.694	-	-	152.148
Posições Curtas	(29.675)	(914)	(21)	-	-	(30.610)
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	-	-	487.373	-	-	487.373
Posições Curtas	195.863	-	20.000	-	-	215.863
Futuros de Cotações						
Posições Longas	-	-	-	-	-	-
Posições Curtas	9.604	-	-	-	-	9.604
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	(42.668)	(26.074)	(27.642)	-	-	(96.384)
Posições Curtas	55.395	53.616	70.821	-	-	179.832
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	88	26.100	-	-	-	26.188
Vendas	1.865	-	-	-	-	1.865
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	25.000	0	218.300	652.559	77.824	973.682
Vendas	34.200		218.300	642.844	96.266	991.610
Outras Opções						
Compras	1.269	2.300	6.426	714	-	10.709
Vendas	2.538	4.601	12.851	1.428	-	21.418
	20.484.554	8.776.934	13.375.400	80.217.986	16.837.525	139.692.399

	2007					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	41.510	34.109	37.390	-	42.442	155.451
Vendas	76.478	41.399	126.021	-	50.360	294.258
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	35.520	-	-	-	-	35.520
Vendas	35.520	-	-	-	-	35.520
FRA (forward rate agreements)	-	-	305.800	-	-	305.800
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	4.435.889	769.467	49.616	-	-	5.254.972
Vendas	4.529.226	805.355	52.739	-	-	5.387.320
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps						
Compras	6.598.097	3.738.191	6.580.140	25.415.307	6.803.103	49.134.838
Vendas	6.554.718	3.741.501	6.622.132	25.471.730	6.899.015	49.289.096
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Vendas	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Swaps de Cotações						
Compras	-	-	-	21.349	-	21.349
Vendas	-	-	-	21.349	-	21.349
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	84.278	-	24.135	-	-	108.413
Posições Curtas	257	5.320	-	-	-	5.577
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	167.500	(7.623)	-	-	-	159.877
Posições Curtas	323.465	31.000	78.863	-	-	433.328
Futuros de Cotações						
Posições Longas	12.070	-	-	-	-	12.070
Posições Curtas	8.716	-	-	-	-	8.716
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	3.719	13.586	-	35.000	-	52.305
Vendas	3.719	13.586	-	-	-	17.305
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	-	318.033	155.000	473.033
Vendas	85.794	-	-	310.784	184.678	581.256
	23.054.939	9.185.891	14.027.722	52.568.558	15.155.008	113.992.118

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2008		2007	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais				
Instituições Financeiras	56.155	77	112.841	-
Clientes	838.826	7.144	336.868	(9.414)
	894.981	7.222	449.709	(9.414)
NDF's (Non Deliverable Forward)				
Instituições Financeiras	41.582	1.945	35.520	(79)
Clientes	70.285	(3.734)	35.520	239
	111.868	(1.789)	71.040	160
FRA (forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	55.000	219	305.800	184
Swaps				
Swaps Cambiais				
Instituições Financeiras	6.581.554	(149.176)	10.642.292	(298.491)
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				
Instituições Financeiras	118.609.542	(133.397)	94.249.170	(585.457)
Clientes	8.904.649	190.026	4.174.764	(19.486)
	127.514.191	56.629	98.423.934	(604.943)
Swaps de Eventos de Crédito				
Instituições Financeiras	1.391.724	(40.057)	2.136.364	(6.894)
Swaps de Cotações				
Instituições Financeiras	199.783	34.742	42.698	(2.244)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Instituições Financeiras	121.538	-	113.990	-
Futuros de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras	66.237	-	107.800	-
Em Bolsa	636.998	3.193	485.406	584
	703.235	3.193	593.206	584
Futuros de Cotações				
Em Bolsa	9.604	-	20.786	-
Outros Futuros				
Em Bolsa	83.448	-	68.400	-
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	25.000	379.783	62.172	453.393
Clientes	3.053	(374.729)	7.438	(541.215)
	28.053	5.054	69.610	(87.822)
Caps &Floors				
Instituições Financeiras	189.200	(39.332)	130.000	2.454
Clientes	1.776.093	45.091	924.289	9.380
	1.965.293	5.759	1.054.289	11.834
Outras Opções				
Instituições Financeiras	32.128	4.542	-	-
Outros				
Instituições Financeiras	-	-	-	(9.387)
Clientes	-	(8.650)	-	1.377
Em Bolsa	-	-	-	(4.849)
	-	(8.650)	-	(12.859)
	139.692.399	**(82.310)**	**113.992.118**	**(1.009.905)**

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	52.196.484	46.938.700
Créditos em conta corrente	4.996.221	5.068.098
Outros créditos	8.149.540	7.928.927
Outros créditos e valores a receber - titulado		
. Papel comercial	3.471.212	2.702.044
. Outros	1.270.024	-
Operações de locação financeira imobiliária	1.632.129	1.382.446
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.090.780	1.055.447
Operações de compra com acordo de revenda	5.698	5.427
Operações de locação financeira mobiliária	1.163.645	890.791
Créditos tomados – Factoring	608.018	392.738
Descobertos em depósitos à ordem	462.066	376.092
	75.045.817	66.740.713
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	1.558	902
Juros a receber	600.808	460.962
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(58.117)	(54.082)
	75.590.066	67.148.496
Crédito e juros vencidos	1.842.232	1.424.653
	77.432.298	68.573.149
Imparidade (Nota 39)	(2.121.086)	(1.728.849)
	75.311.211	66.844.300

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” incluía 73.338 mEuros e 72.321 mEuros, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação e ao consumo cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização, que foram repostos em balanço em função da consolidação dos veículos constituídos no âmbito dessas operações. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Habitação	Consumo	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	725.102	368.231	1.093.333
Reembolsos	(79.667)	(161.074)	(240.741)
Abates	-	-	-
Outros	(24)	(80)	(104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	645.411	207.077	852.488
Reembolsos	(64.585)	(99.075)	(163.660)
Outros	378	(2.959)	(2.581)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	581.204	105.043	686.247

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, ascendiam a 694.586 mEuros e 879.264 mEuros, respectivamente (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 6.335.883 mEuros e 7.074.463 mEuros respectivamente (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até três meses	297.457	171.262
De três a seis meses	122.335	81.398
De seis meses a um ano	190.495	199.127
De um a três anos	584.904	400.744
Mais de três anos	647.040	572.121
	1.842.232	1.424.653

No exercício de 2007, a CGD alienou por 34.250 mEuros um conjunto de créditos com valor nominal de capital em dívida de 115.733 mEuros, que se encontravam integralmente abatidos ao activo na data da celebração do contrato. O valor recebido foi registado como uma dedução às perdas de imparidade do exercício (Nota 39).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2008								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vincendo	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	81	3.500	3.581	299.781	11.930	311.711	299.861	15.430	315.292
Pesca	17	-	17	57.423	1.080	58.503	57.441	1.080	58.521
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	13.932	-	13.932	328.819	248	329.067	342.751	248	342.999
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	126.265	2.294	128.559	126.265	2.294	128.559
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	160	1	161	829.922	28.562	858.484	830.082	28.563	858.645
Indústria têxtil	-	-	-	373.394	14.646	388.040	373.394	14.646	388.040
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	52.593	3.114	55.706	52.593	3.114	55.706
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	227.723	9.245	236.969	227.723	9.245	236.969
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	127	-	127	250.046	3.936	253.982	250.173	3.936	254.109
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-	18.576	0	18.576	18.576	0	18.576
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	374.113	3.084	377.198	374.113	3.084	377.198
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	152.189	2.246	154.435	152.189	2.246	154.435
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	290.463	6.275	296.738	290.463	6.275	296.738
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	12.557	-	12.557	465.843	27.929	493.772	478.400	27.929	506.329
Fabrico de máquinas e de equipamentos	7.232	-	7.232	144.412	6.707	151.119	151.643	6.707	158.351
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	110.076	3.878	113.954	110.076	3.878	113.954
Fabrico de material de transporte	12.535	-	12.535	78.135	836	78.971	90.670	836	91.506
Indústrias transformadoras não especificadas	-	0	0	176.807	8.546	185.353	176.807	8.546	185.353
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	130.282	-	130.282	1.142.056	2.122	1.144.178	1.272.338	2.122	1.274.460
Construção	88.650	-	88.650	5.710.664	287.032	5.997.696	5.799.314	287.032	6.086.347
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	219	-	219	3.732.295	96.865	3.829.161	3.732.514	96.865	3.829.380
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	151	-	151	999.620	18.149	1.017.768	999.770	18.149	1.017.919
Transportes, armazenagem e comunicações	87.386	-	87.386	1.748.061	22.973	1.771.035	1.835.447	22.973	1.858.420
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	1.078.039	2.334	1.080.372	1.078.039	2.334	1.080.372
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	5.975	93	6.068	5.975	93	6.068
Actividades auxiliares de intermediação financeira	370.858	-	370.858	1.379.555	2.215	1.381.770	1.750.413	2.215	1.752.628
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	2.273	-	2.273	4.227.772	115.580	4.343.351	4.230.045	115.580	4.345.625
Outras actividades	481.297	2.194	483.490	7.029.552	22.539	7.052.091	7.510.848	24.733	7.535.581
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3.059.733	138.498	3.198.231	78.817	5.160	83.976	3.138.550	143.658	3.282.208
Educação	1.617	10	1.628	173.057	2.405	175.462	174.674	2.415	177.089
Saúde e segurança social	9.264	897	10.161	325.696	5.761	331.457	334.960	6.658	341.618
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	45.584	94	45.678	1.197.214	25.524	1.222.738	1.242.797	25.618	1.268.415
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	994	39	1.033	994	39	1.033
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	14.614	160	14.774	241.331	6.775	248.105	255.945	6.935	262.880
	4.338.569	145.355	4.483.924	33.427.276	750.121	34.177.397	37.765.845	895.476	38.661.321
Particulares									
Habitação	-	-	-	34.574.541	786.414	35.360.956	34.574.541	786.414	35.360.956
Outros fins	-	-	-	3.249.679	160.342	3.410.021	3.249.679	160.342	3.410.021
	-	-	-	37.824.220	946.757	38.770.977	37.824.220	946.757	38.770.977
	4.338.569	145.355	4.483.924	71.251.496	1.696.878	72.948.374	75.590.066	1.842.232	77.432.298

	31.12.2007								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	268	3.309	3.577	199.807	7.333	207.140	200.075	10.642	210.717
Pesca	-	-	-	40.924	1.704	42.628	40.924	1.704	42.628
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	12.811	-	12.811	37.041	1	37.042	49.852	1	49.853
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	128.645	1.367	130.012	128.645	1.367	130.012
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	143	-	143	496.320	9.771	506.091	496.463	9.771	506.234
Indústria têxtil	592	-	592	342.504	12.688	355.192	343.096	12.688	355.784
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	33.290	3.541	36.831	33.290	3.541	36.831
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	171.727	3.961	175.688	171.727	3.961	175.688
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	178	-	178	146.422	2.155	148.577	146.600	2.155	148.755
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-	15.191	55	15.246	15.191	55	15.246
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	58	-	58	153.511	1.708	155.219	153.569	1.708	155.277
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	139.640	1.243	140.883	139.640	1.243	140.883
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	283.061	10.605	293.666	283.061	10.605	293.666
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	950	-	950	278.780	3.731	282.511	279.730	3.731	283.461
Fabrico de máquinas e de equipamentos	5.828	-	5.828	100.048	6.530	106.578	105.876	6.530	112.406
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	130.235	2.362	132.597	130.235	2.362	132.597
Fabrico de material de transporte	15.240	-	15.240	51.732	612	52.344	66.972	612	67.584
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	228.832	8.883	237.715	228.832	8.883	237.715
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	51.125	-	51.125	1.379.577	1.871	1.381.448	1.430.702	1.871	1.432.573
Construção	74.239	180	74.419	4.557.674	112.362	4.670.036	4.631.913	112.542	4.744.455
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	20	-	20	2.915.993	53.490	2.969.483	2.916.013	53.490	2.969.503
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	749.908	13.348	763.256	749.908	13.348	763.256
Transportes, armazenagem e comunicações	139.988	24	140.012	1.318.869	16.545	1.335.414	1.458.857	16.569	1.475.426
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	879.352	1.199	880.551	879.352	1.199	880.551
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	26.333	78	26.411	26.333	78	26.411
Actividades auxiliares de intermediação financeira	299.519	-	299.519	1.297.064	144	1.297.208	1.596.583	144	1.596.727
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	1.353	3	1.356	3.721.956	57.288	3.779.244	3.723.309	57.291	3.780.600
Outras actividades	34.936	140	35.076	5.168.858	27.680	5.196.538	5.203.794	27.820	5.231.614
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.367.610	29.145	2.396.755	98.873	290	99.163	2.466.483	29.435	2.495.918
Educação	107.871	97.335	205.206	109.510	1.509	111.019	217.381	98.844	316.225
Saúde e segurança social	5.911	3.580	9.491	529.588	1.884	531.472	535.499	5.464	540.963
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	83.478	49.905	133.383	1.072.301	29.885	1.102.186	1.155.779	79.790	1.235.569
Familias com empregados domésticos	551	1.071	1.622	19.299	620	19.919	19.850	1.691	21.541
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	3.631	5.167	8.798	3.631	5.167	8.798
	3.202.669	184.692	3.387.361	26.826.496	401.610	27.228.106	30.029.165	586.302	30.615.467
Particulares									
Habitação	-	-	-	32.066.125	713.961	32.780.086	32.066.125	713.961	32.780.086
Outros fins	-	-	-	5.053.206	124.390	5.177.596	5.053.206	124.390	5.177.596
	-	-	-	37.119.331	838.351	37.957.682	37.119.331	838.351	37.957.682
	3.202.669	184.692	3.387.361	63.945.827	1.239.961	65.185.788	67.148.496	1.424.653	68.573.149

12. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
ACTIVOS		
Filiais	319	400.438
Imóveis e equipamento	200.895	114.557
	201.214	514.996
Imparidade (Nota 39)	(28.124)	(60.024)
	173.090	454.972
PASSIVOS		
Filiais	-	283.781

No quadro da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007, a Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. foi reclassificada na classe de "Activos não correntes detidos para venda", de acordo com o disposto na norma IFRS 5, dado ter sido celebrado um contrato promessa de compra e venda com a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A..

Nestes termos, no final do exercício de 2007, a Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A., deixou de ser consolidada pelo método integral e foi integrada como operação descontinuada, de acordo com o descrito na Nota 2.8. A operação de venda da Compal concretizou-se no exercício de 2008 (Nota 3).

O valor contabilístico das principais categorias de activos e passivos da Compal em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado no quadro seguinte.

Activos não correntes detidos para venda	
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	330.542
Existências	22.676
Clientes	39.380
Disponibilidades	382
Outros activos	7.458
	400.438
Passivos não correntes detidos para venda	
Empréstimos bancários	(254.433)
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	(12.994)
Outros passivos	(16.404)
	(283.781)

O valor contabilístico das principais rubricas de resultados da Compal no exercício de 2007 apresenta o seguinte detalhe:

Vendas e prestações de serviços	172.987
Custo das mercadorias vendidas	(74.845)
Fornecimentos e serviços externos	(58.583)
Custos com pessoal	(17.747)
Juros e outros encargos financeiros	(15.457)
Amortizações	(9.730)
Outros	(3.687)
Resultados de exploração (Nota 34)	(7.062)

Conforme descrito na Nota 2.8, o Grupo regista ainda nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnam as condições previstas na IFRS 5, os quais são registados em "Outros activos".

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008										
	Saldo em 31.12.2007					Transferências de Outros activos				Saldo em 31.12.2008	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade (Nota 39)	Outros movimentos	Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda											
Imóveis	112.286	(18.700)	99.242	(33.370)	(1.805)	22.404	(1.501)	(1.288)	4.990	198.815	(26.410)
Outros	2.270	(1.324)	2.192	(1.512)	-	-	-	(2.577)	(7.835)	2.080	(1.714)
	114.557	(20.024)	101.434	(34.882)	(1.805)	22.404	(1.501)	(3.865)	(2.845)	200.895	(28.124)
Outros activos (Nota 19)											
Bens recebidos em dação de crédito	86.164	(12.160)	38.992	(10.225)	2.906	(22.404)	1.501	(1.971)	2.988	95.444	(9.653)
	200.720	(32.184)	140.426	(45.107)	1.101	-	-	(5.836)	143	296.339	(37.777)

	2007											
	Saldo em 31.12.2006			Alienações e abates		Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Transferências				Saldo em 31.12.2007	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade (Nota 39)	Outros movimentos	Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 39)
Activos não correntes detidos para venda												
Imóveis	93.305	(15.995)	16.932	(33.392)	1.079	4.639	31.019	(322)	(3.462)	(217)	112.286	(18.700)
Outros	2.277	(1.323)	986	(928)	440	-	-	-	(441)	(64)	2.270	(1.324)
	95.582	(17.318)	17.918	(34.320)	1.519	4.639	31.019	(322)	(3.903)	(281)	114.557	(20.024)
Outros activos (Nota 19)												
Bens recebidos em dação de crédito	107.398	(20.083)	19.927	(9.376)	166	-	(31.019)	3.134	4.623	(767)	86.164	(12.160)
	202.980	(37.401)	37.845	(43.696)	1.685	4.639	-	2.812	720	(1.047)	200.720	(32.184)

Nos exercícios de 2008 e 2007, as "Transferências de Outros activos" correspondem essencialmente a transferências efectuadas pela Caixa, relativas a imóveis que passaram a preencher os requisitos do IFRS 5.

Nos exercícios de 2008 e 2007, as mais-valias líquidas em activos não correntes detidos para venda, ascenderam a 10.769 mEuros e 10.273 mEuros, respectivamente (Nota 34).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento" durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	339.535
Aquisições	56.238
Reavaliações	17.879
Alienações	(3.311)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	410.341
Aquisições	678
Reavaliações	4.516
Alienações	(5.405)
Transferências para activos tangíveis	(88.768)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	321.362

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2008 e 2007, foi o seguinte:

	2008									
	Saldo em 31.12.2007									
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transfe-rências e regularizações	Amortiza-ções do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2008
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	170.059	-	127	79	54	(1.395)	-	-	(14.924)	154.000
Edifícios	865.632	(303.637)	2.626	(539)	161	(2.408)	(16.532)	5.929	(43.638)	507.593
Obras em imóveis arrendados	95.551	(54.041)	6.247	(291)	12.010	(326)	(7.934)	-	(2)	51.213
Outros Imóveis	-	-	80	-	-	-	-	-	-	80
Equipamento						-				
Mobiliário e material de escritório	100.845	(81.568)	7.625	(49)	(1.131)	(469)	(5.525)	-	(99)	19.628
Máquinas e ferramentas	35.627	(26.884)	1.424	(34)	8	(417)	(2.417)	-	(506)	6.801
Equipamento informático	151.032	(134.334)	14.103	(68)	1.252	3.399	(11.776)	-	(70)	23.537
Instalações interiores	311.070	(250.740)	6.582	(7)	19.062	(152)	(18.486)	248	(8.846)	58.730
Material de transporte	8.711	(4.809)	1.713	(47)	37	(159)	(776)	-	(744)	3.926
Equipamento de segurança	22.745	(18.509)	2.414	2	1.091	754	(1.933)	-	(2)	6.563
Outro equipamento	26.075	(20.699)	2.915	(127)	3	464	(2.271)	(153)	(65)	6.141
Activos em locação financeira	65.751	(31.657)	29.796	(11)	(112)	9.009	(14.807)	-	(647)	57.320
Outros activos tangíveis	17.184	(11.862)	3.774	-	-	(2)	(1.294)	-	-	7.800
Activos tangíveis em curso	45.594	-	51.505	(22)	(32.433)	74.535	-	-	(563)	138.617
	1.915.877	(938.741)	130.929	(1.114)	0	82.834	(83.752)	6.024	(70.107)	1.041.949

	2007										
	Saldo em 31.12.2006										
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / (saida) de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transfe-rências e regularizações	Amortiza-ções do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007
Imóveis de serviço próprio											
Terrenos	170.013	-	(2.544)	3.891	(85)	34	5.806	-	-	(7.056)	170.059
Edifícios	927.641	(307.359)	(17.315)	11.458	(2.427)	1.302	(9.385)	(17.430)	1.305	(25.796)	561.995
Obras em imóveis arrendados	95.686	(55.298)	-	5.133	(241)	3.151	1.955	(8.166)	-	(711)	41.510
Equipamento											
Mobiliário e material de escritório	99.190	(80.558)	(3)	7.721	(22)	62	(1.315)	(5.635)	-	(164)	19.276
Máquinas e ferramentas	34.448	(25.705)	(460)	2.462	(52)	739	91	(2.775)	-	(5)	8.743
Equipamento informático	157.809	(140.829)	(25)	21.896	(283)	931	1.380	(9.875)	-	(14.306)	16.698
Instalações interiores	305.662	(240.978)	3	11.702	(11)	5.476	(3.276)	(16.751)	325	(1.823)	60.329
Material de transporte	8.797	(5.331)	(38)	1.652	(23)	627	37	(1.351)	-	(467)	3.902
Equipamento de segurança	21.229	(16.902)	(0)	1.827	(14)	14	(21)	(1.894)	-	(1)	4.237
Outro equipamento	102.519	(69.560)	(26.395)	3.405	(54)	102	76	(2.043)	46	(2.720)	5.376
Activos em locação financeira	56.466	(26.722)	-	18.120	-	(340)	17	(11.019)	-	(2.428)	34.094
Outros activos tangíveis	17.733	(13.316)	(319)	1.784	-	-	177	(717)	-	(20)	5.322
Activos tangíveis em curso	23.281	-	(2.115)	45.653	(21)	(12.096)	(1.761)	-	-	(7.345)	45.595
	2.020.474	(982.558)	(49.213)	136.704	(3.232)	1	(6.218)	(77.655)	1.676	(62.843)	977.136

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a imparidade acumulada de outros activos tangíveis ascende a 19.172 mEuros e 16.783 mEuros, respectivamente (Nota 39).

No exercício de 2008, a Caixa alienou ao Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, por 120.838 mEuros, imóveis cujo valor de balanço nessa data, líquido de amortizações e imparidade acumuladas, ascendia a 61.855 mEuros (Nota 34).

No movimento do exercício de 2008 e 2007, a coluna "Outras transferências e regularizações" inclui 1.101 mEuros e 4.639 mEuros relativos a reclassificações de imóveis de serviço próprio para "Activos não correntes detidos para venda".

As alterações no perímetro em 2007 referem-se essencialmente à Compal (Nota 3). Conforme referido na Nota 12, em 31 de Dezembro de 2007 esta filial encontra-se classificada em "Activos e Passivos não correntes detidos para venda".

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2008 e 2007:

	2008								
	Saldo em 31.12.2007		Entrada / saída						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	de entidades no perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2008
Goodwill - Império Bonança	150.700	-	(3.993)	-	-	-	-	-	146.707
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(11.597)	-	-	-	-	-	(3.866)	30.924
Sistemas de tratamento									-
automático de dados (Software)	512.544	(358.522)	-	15.439	(147)	40.829	(142)	(71.224)	138.778
Outros activos intangíveis	20.017	(6.519)	(416)	272	-	(1.163)	660	(131)	12.720
Activos intangíveis em curso	58.168	-	-	49.585	(471)	(40.209)	(386)	-	66.686
	787.815	(376.637)	(4.409)	65.296	(618)	(543)	132	(75.220)	395.815

	2007								
	Saldo em 31.12.2006		Entrada / saída						
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	de entidades no perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2007
Goodwill - Império Bonança	150.700	-	-	-	-	-	-	-	150.700
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(7.732)	-	-	-	-	-	(3.866)	34.789
Sistemas de tratamento	-								-
automático de dados (Software)	463.504	(303.189)	(23)	30.676	(2.427)	27.991	(104)	(62.401)	154.027
Outros activos intangíveis	303.694	(59.782)	(243.522)	12.172	(192)	(51)	-	1.176	13.495
Activos intangíveis em curso	46.191	-	-	40.694	-	(28.717)	-	-	58.168
	1.010.475	(370.703)	(243.546)	83.541	(2.619)	(777)	(104)	(65.091)	411.178

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

As saídas do perímetro em 2007 respeitam à Compal, na sequência da sua classificação em 31 de Dezembro como um Activo não corrente detido para venda (Nota 12).

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Outros activos intangíveis" incluía um saldo líquido antes de imparidade de 281.143 mEuros correspondente às marcas da Compal, das quais 265.328 mEuros resultantes da afectação do goodwill originado na aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a imparidade acumulada de activos intangíveis ascende a 957 mEuros e 913 mEuros, respectivamente (Nota 39).

Despesas com actividades de investigação e desenvolvimento

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 8.200 mEuros e 16.400 mEuros, respectivamente.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008		2007	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Sumol + Compal, S.A. (Nota 3)	20,62	54.994	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	14.013	21,60	13.988
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	2.686	27,00	2.688
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	38,14	2.479	38,14	2.548
Locarent - Companhia Portuguesa Aluguer de Viaturas, S.A.	45,00	2.350	45,00	1.877
Prado Karton - Companhia do Cartão, S.A.	38,14	1.828	38,14	2.150
Torre Oriente, Imobiliária, S.A.	25,00	1.728	25,00	2.685
Companhia de Papel do Prado, S.A.	38,14	1.302	38,14	1.307
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	25,00	35	25,00	1.849
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	-	-	20,00	193.068
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-	-	20,37	89.304
SCI Imobiliária	-	-	45,10	119
Outras		5.392		5.134
		86.807		316.718

Os dados financeiros provisórios das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

		2008				
Sector de actividade/Entidade	Sede	Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	46.873	36.923	9.950	641	4.072
Imobiliário						
Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	7.862	7.724	138	(124)	(81)
Torre Oriente, Imobiliária, S.A.	Lisboa	38.260	31.347	6.913	948	57.259
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	404.118	409.869	(5.751)	(3.740)	n.d.
Outros sectores						
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.400	987	3.413	(3)	4
Locarent - Companhia Portuguesa Aluguer de Viaturas, S.A.	Lisboa	320.322	315.101	5.222	1.051	94.542
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	16.164	9.666	6.498	625	185
Prado Karton - Companhia do Cartão, S.A.	Tomar	14.336	9.545	4.791	(906)	17
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	n.d.	n.d.	64.881	8.011	n.d.
Sumol + Compal, S.A. (Nota 3)	Lisboa	n.d.	n.d.	266.702	n.d.	n.d.

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.
n.d. - Não disponível

		2007				
Sector de actividade/Entidade	Sede	Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	35.779	25.842	9.937	512	3.164
Imobiliário						
Resortpart	Lisboa	420.675	423.638	(2.963)	(10.409)	47.020
Torre Oriente Imobiliária	Lisboa	12.186	1.446	10.740	(566)	804
Torre Ocidente Imobiliária	Lisboa	7.574	38	7.536	(66)	62
Outros sectores						
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	n.d.	n.d.	438.411	2.467	n.d.
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.410	983	3.427	178	181
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	14.579	7.899	6.680	847	21.086
Prado Karton - Companhia do Cartão, S.A.	Tomar	15.695	10.057	5.638	(297)	17.583
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Lisboa	3.969.533	2.963.206	1.006.327	145.150	615.966
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	122.348	57.459	64.889	8.694	141.539
Locarent	Lisboa	291.074	286.903	4.171	1.107	72.839

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.
n.d. - Não disponível

Os principais movimentos ocorridos na rubrica de investimentos em associadas foram os seguintes:

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)

No exercício de 2008, a CGD alienou à Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública), acções representativas de 15% do capital social da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.. O preço global acordado para a transmissão ascendeu a 236.395 mEuros, correspondentes a um valor unitário de 2,95 Euros por acção, tendo em resultado desta operação sido reconhecida uma mais-valia de 83.498 mEuros (Nota 33).

Na sequência desta alienação, em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo detinha acções representativas de 5% do capital social da REN, as quais foram registadas na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8).

ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A

Em Setembro de 2008, a CGD alienou por 141.270 mEuros à Parpública, acções representativas de 15% do capital social da ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.. Em resultado desta operação, foi reconhecida uma mais-valia de 72.401 mEuros (Nota 33).

No decorrer do mês de Dezembro de 2008, a Caixa alienou à Parpública o remanescente da participação que ainda detinha da ADP, correspondente a 5,374% do respectivo capital social por 50.612 mEuros tendo o valor da venda sido liquidado no início de 2009 (Nota 19). O Grupo não reconheceu qualquer resultado em consequência desta transacção.

Conforme descrito na Nota 3, no âmbito da realização do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A., a Parpública transferiu para esta entidade 19% do capital social da ADP. Em 31 de Dezembro de 2008, a participação detida pelo Grupo na ADP encontra-se registada na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8).

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	37.059	4.583
Outros	3.999	25.131
	41.058	29.714
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(147.463)	(182.065)
Outros	(1.114)	(42)
	(148.577)	(182.106)
Activos por impostos diferidos	1.066.937	683.058
Passivos por impostos diferidos	(64.435)	(153.065)
	1.002.502	529.994

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008					
		Variação em		Transferência		
	Saldo em 31.12.2007	Capital Próprio	Resultados	para imposto corrente	Outros	Saldo em 31.12.2008
ıparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	12.902	-	4.298	-	31.484	48.684
rovisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	345.241	-	150.716	(5.508)	14.672	505.121
eavaliação de instrumentos financeiros derivados	1.553	-	(467)	-	(264)	822
alorização de activos financeiros disponíveis para venda	(27.891)	281.970	-	-	(1.679)	252.400
alorização de outros títulos	71.570	-	(15.383)	-	(13.999)	42.188
rejuízos fiscais reportáveis	3.755	-	15.467	-	(1.058)	18.164
enefícios dos trabalhadores	117.161	-	1.265	-	1.886	120.312
omissões	43.489	-	(1)	-	3	43.491
eavaliação legal de outros activos tangíveis	(8.662)	-	1.434	-	(2)	(7.230)
espesas de carácter plurianual	(5.064)	-	9.429	-	-	4.365
utros	(24.060)	-	(571)	-	(1.184)	(25.815)
	529.994	281.970	166.187	(5.508)	29.859	1.002.502

	2007						
		Entrada/Saída	Variação em		Transferência		
	Saldo em 31.12.2006	de entidades no perímetro	Capital Próprio	Resultados	para imposto corrente	Outros	Saldo em 31.12.2007
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	12.093	(178)	-	(333)	-	1.320	12.902
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	208.246	-	-	148.109	(8.385)	(2.729)	345.241
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	75.259	-	-	(73.832)	-	126	1.553
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(86.995)	-	59.326	(827)	-	605	(27.891)
Valorização de outros títulos	28.592	-	-	43.721	-	(743)	71.570
Prejuízos fiscais reportáveis	6.938	(586)	-	(2.275)	-	(322)	3.755
Benefícios dos trabalhadores	110.742	-	-	6.419	-	-	117.161
Comissões	20.532	-	-	22.788	-	169	43.489
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(7.454)	30	-	396	-	(1.634)	(8.662)
Despesas de carácter plurianual	(3.143)	-	-	(1.921)	-	-	(5.064)
Créditos fiscais	2.532	(2.532)	-	-	-	-	-
Outros	(19.623)	-	-	(4.596)	-	159	(24.060)
	347.719	(3.266)	59.326	137.649	(8.385)	(3.049)	529.994

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2008	2007
Impostos correntes		
Do exercício	354.075	309.557
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	(31.195)	5.605
	322.880	315.163
Impostos diferidos	(166.187)	(137.649)
Total de impostos em resultados	156.693	177.514
Lucro consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	661.860	1.075.124
Carga fiscal	23,67%	16,51%

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Correcções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Correcção ao lucro tributável (exercícios de 2000 a 2003)		
Isenção de tributação de mais-valias no Banco Itaú (Nota 23)	-	15.130
Liquidações adicionais	6.573	5.944
Excesso de estimativa de imposto (exercícios de 2007 e 2006)	(34.558)	(16.842)
Outros	(3.210)	1.374
	(31.195)	5.605

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		661.860		1.075.124
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,29%	174.003	26,28%	282.543
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.13)	(0,66%)	(4.392)	(0,48%)	(5.200)
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	(0,45%)	(2.964)	(0,08%)	(828)
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	(0,05%)	(347)	(0,78%)	(8.400)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	(4,24%)	(28.042)	(2,30%)	(24.718)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(2,88%)	(19.040)	(0,09%)	(960)
Mais valias isentas de tributação	(1,94%)	(12.861)	(3,67%)	(39.473)
Prejuízo fiscal imputado de ACE	(0,07%)	(465)	(0,06%)	(621)
Outras	(0,08%)	(518)	(0,37%)	(3.992)
Registo de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	11,79%	78.066	-	-
Outras diferenças definitivas a acrescer	0,21%	1.387	0,61%	6.556
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,12%)	(809)	(0,17%)	(1.789)
Dividendos de acções privatizadas	(0,09%)	(596)	(0,64%)	(6.872)
Outros	(0,01%)	(78)	-	-
Tributação autónoma	0,40%	2.634	0,14%	1.531
Dedução de prejuízos fiscais não compensada por impostos diferidos	(1,53%)	(10.148)	(0,37%)	(3.942)
Registo no exercício de Impostos diferidos anteriormente não reconhecidos - Mercantile	(2,03%)	(13.446)	-	-
Registo no exercício de Impostos diferidos anteriormente não reconhecidos - Banco Caixa Geral	-	-	(2,84%)	(30.487)
Outros	0,52%	3.413	0,80%	8.562
	25,05%	165.798	15,99%	171.909
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correcção ao Lucro tributável dos exercícios de 2000 a 2003 (mais valias na alienação de participações financeiras)	-	-	1,41%	15.150
Excesso de estimativa de imposto relativo ao exercício de 2007 e 2006, líquido de impostos diferidos	(1,64%)	(10.832)	(1,50%)	(16.099)
Outras	0,26%	1.727	0,61%	6.554
	(1,38%)	(9.105)	0,52%	5.605
	23,67%	156.693	16,51%	177.514

No exercício de 2007, o Banco Caixa Geral reconheceu impostos diferidos activos no montante de 30.487 mEuros, relativos a eventos de exercícios anteriores, os quais não tinham sido registados por não se encontrarem reunidos os requisitos previstos na norma IAS 12.

No exercício de 2008, o Mercantile reconheceu impostos diferidos activos no montante de 13.446 mEuros relativos a prejuízos fiscais reportáveis originados em exercícios anteriores, os quais não tinham sido registados por não se encontrarem reunidos os requisitos previstos na norma IAS 12.

No exercício de 2008, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade foi de 26,29%. As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2005 a 2008, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal). Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa Seguros		
Ramo Vida:		
Provisão matemática	4.767	5.174
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	16.880	15.949
Sinistros não declarados (IBNR)	5.013	6.061
	21.893	22.010
Provisão p/ participação resultados	-	48
Total do ramo vida	26.660	27.232
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	40.655	37.481
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	178.171	158.507
Sinistros não declarados (IBNR)	8.304	8.196
	186.475	166.703
Outras provisões técnicas		
Provisão para envelhecimento	-	485
Total dos ramos não vida	227.130	204.669
Ajustamentos	(16.241)	-
Sub-total Caixa Seguros	237.549	231.901
Outros	2.639	2.395
	240.188	234.296

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	-	-	-	11	-	11
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7.819	(3.846)	3.973	7.512	(2.277)	5.235
Doença	5.826	(3.709)	2.117	1.802	-	1.802
Incêndio e Outros Danos	30.120	(5.085)	25.035	24.707	(3.280)	21.427
Automóvel	-	-	-	237	-	237
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.446	(551)	4.895	5.979	(277)	5.702
Responsabilidade Civil Geral	3.245	(196)	3.049	2.364	(102)	2.262
Crédito e Cauções	96	(2)	94	97	-	97
Protecção Jurídica	11	-	11	-	-	-
Assistência	107	-	107	27	-	27
Diversos	1.669	(295)	1.374	872	(191)	681
	54.339	(13.684)	40.655	43.608	(6.127)	37.481

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	16.880	5.013	21.893	15.949	6.061	22.010
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	3.250	3	3.253	3.182	3	3.185
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.880	384	4.264	3.588	394	3.982
Doença	130	-	130	76	21	97
Incêndio e Outros Danos	63.986	4.821	68.807	64.769	4.225	68.994
Automóvel	24.902	88	24.990	26.594	270	26.864
Marítimo, Aéreo e Transportes	42.742	404	43.146	38.454	591	39.045
Responsabilidade Civil Geral	23.682	719	24.401	18.911	1.991	20.902
Crédito e Cauções	42	3	45	19	8	27
Protecção Jurídica	-	213	213	-	213	213
Diversos	15.557	1.669	17.226	2.914	480	3.394
	178.171	8.304	186.475	158.507	8.196	166.703
	195.051	13.317	208.368	174.456	14.257	188.713

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 24.

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Outros activos		
Bens arrematados (Nota 12)	95.444	86.164
Certificados de dívida do Território de Macau	243.042	190.026
Outros	19.318	19.310
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar - Seguros	151.474	176.393
Devedores diversos	436.259	276.516
Valores a receber pela venda da CLF (Nota 3)	150.000	-
Valores a receber pela venda da ADP (Nota 16)	50.612	-
Sector Público Administrativo	23.204	26.853
Suprimentos	228.261	157.835
Devedores por operações sobre futuros	17.904	16.098
Bonificações a receber		
Do Estado	11.167	17.761
De outras entidades	18.581	23.132
Valor a receber pela venda de bens arrematados	1.865	1.203
Outros	589.615	941.704
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Caixa Seguros e Saúde (Nota 37)	3.145	9.798
Desvios actuariais:		
CGD (Nota 37)	227.651	222.123
Caixa Seguros e Saúde	12.750	11.984
Outros	(1.703)	(466)
Rendimentos a receber	29.728	31.992
Despesas com encargo diferido		
Rendas	6.197	3.150
Outras	23.081	23.493
Receitas com rendimento diferido	(1.926)	(491)
Outras operações activas por regularizar	479.148	360.286
Operações de Bolsa	166.221	-
	2.981.038	2.594.864
Imparidade		
- Bens recebidos em dação (Notas 12 e 39)	(9.653)	(12.160)
- Outros activos (Nota 39)	(180.251)	(174.202)
	(189.904)	(186.362)
	2.791.134	2.408.502

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 39.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui valores a receber de um banco norte-americano, relativamente aos quais foi registada imparidade de 39.557 mEuros (Nota 6).

Os montantes registados em “Bens arrematados” correspondem essencialmente a imóveis e equipamentos recebidos em dação em pagamento de dívidas vencidas referentes a crédito concedido. A imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens (considerando também os custos a incorrer até à respectiva venda). Os bens arrematados cuja expectativa de venda seja altamente provável e que se encontrem disponíveis para venda imediata na situação actual são classificados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 12).

Em 31 de Dezembro de 2008, os valores a receber pelas vendas da CLF e da ADP resultam da alienação pela CGD à Parpública de participações nestas entidades, conforme descrito em maior detalhe nas Notas 3 e 16. Estes saldos foram integralmente regularizados em 13 de Janeiro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Devedores e outras aplicações – Devedores diversos", inclui 165.371 mEuros relativos a contas – caução em diversas instituições financeiras no âmbito de contratação de "Swaps de taxa juro ("IRS") com essas entidades.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 26). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 243.042 mEuros e 190.026 mEuros, respectivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas	160.500	118.500
Sagesecur – Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projectos, S.A.	27.242	-
Outros	40.519	29.335
	228.261	157.835

Os suprimentos concedidos à Locarent apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 58.500 mEuros, a reembolsar no exercício de 2009. Este suprimento é remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 4,769%.

- Suprimento no montante de 60.000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Dezembro de 2009 e rende juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 5,544%.

- No exercício de 2008, foram concedidos suprimento no montante total de 50.000 mEuros, dos quais em 31 de Dezembro de 2008, apenas se encontravam utilizados 42.000 mEuros. Esta operação tem vencimento em 1 de Abril de 2011, e é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Janeiro, 1 de Abril, 1 de Julho e 1 de Outubro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2008 a taxa de juro anual em vigor ascendia a 5,987%.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do seu capital social, conforme descrito na Nota 3.

20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	458	18.687
De Instituições de crédito no estrangeiro	38.763	293.911
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no Estrangeiro	107.782	-
Empréstimos		
De Instituições de crédito no estrangeiro	500.000	83.672
Outros recursos	-	3
Juros a pagar	2.220	1.231
	649.223	397.504
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	605.652	291.953
De instituições de crédito no Estrangeiro	3.367.714	5.199.344
Recursos do mercado monetário interbancário	363.826	732.000
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	83.033	90.597
De instituições de crédito no Estrangeiro	1.158.432	1.514.874
Empréstimos		
De instituições de crédito no País	85.000	135.000
De instituições de crédito no Estrangeiro	382.256	370.186
Recursos de organismos financeiros internacionais	192.231	5.276
Operações de venda com acordo de recompra	32.958	42.564
Juros a pagar	31.954	61.939
Despesas com encargo diferido	(431)	-
	6.302.625	8.443.732
	6.951.849	8.841.237

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos de poupança	5.968.702	7.450.158
Outros débitos		
À vista	17.178.710	18.409.430
A prazo		
Depósitos	31.217.574	23.726.512
Produtos de taxa fixa - seguros	4.472.692	3.124.303
Depósitos obrigatórios	633.493	681.463
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	86.779	225.760
Empréstimos	60.667	52.834
Operações de venda com acordo de recompra	21.285	34.282
Outros	47.532	48.344
	36.540.022	27.893.499
Juros a pagar	437.242	306.223
Custos diferidos, liquidos de proveitos diferidos	4.581	(4.048)
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	7.720	(6.684)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(9.222)	(9.811)
	440.321	285.680
	60.127.756	54.038.767

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16) e que consequentemente são registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da actividade bancária.

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Obrigações em circulação:		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
. Remuneração indexada a taxas de juro	3.324.656	2.419.078
. Taxa de juro fixa	201.784	430.449
. Remuneração indexada a acções / índices	1.828.527	1.781.992
. Remuneração indexada a taxas de câmbio	259.161	232.424
	5.614.127	4.863.942
Obrigações Hipotecárias	5.784.586	5.316.167
Outras obrigações de caixa		
. Remuneração indexada a taxas de juro	1.314.110	349.006
. Remuneração indexada a acções / índices	31.120	141.690
. Taxa de juro fixa		
Produtos de taxa crescente	29.906	267.798
Outros	482.539	59.991
	13.256.388	10.998.595
Outros:		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit		
. Papel comercial	4.086.249	3.904.457
. Certificados de depósito	1.654.440	495.767
	5.740.689	4.400.224
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper		
. Papel comercial	337.048	144.127
Outros certificados de depósito denominados:		
. Em Dólares Norte Americanos	215.564	414.443
. Em Meticais Moçambicanos	-	7.016
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 11):		
. Crédito à habitação	584.533	652.190
. Crédito ao consumo	110.053	227.074
Outros passivos	-	-
	6.987.888	5.845.074
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(299.381)	(624.309)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(165.039)	(167.004)
Juros a pagar	149.242	178.512
	19.929.097	16.230.868

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Obrigações em circulação – outras obrigações de Caixa – Remuneração indexada a taxas de juro", inclui 1.250.000 mEuros relativos a uma emissão obrigacionista efectuada pela Caixa ao abrigo da garantia concedida pelo Estado Português, em conformidade com as disposições da Lei nº 60 – A/2008 de 20 de Outubro e da Portaria nº 1219 – A/2008 de 23 de Outubro. Esta emissão tem vencimento em 12 de Dezembro de 2011, pagando juros anualmente a uma taxa de juro fixa de 3,875%.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 5,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit" a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e "Notes" com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou acções.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	2008	2007
Euros	3.316.295	2.022.182
Libras	1.451.438	1.444.058
Dólares Norte Americanos	875.548	666.191
Francos Suíços	83.502	125.098
Dólares de Hong-Kong	13.907	17.422
Dólares Canadianos	-	4.845
Dólares Australianos	-	14.322
Iene Japonês	-	106.106
	5.740.689	4.400.224

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir "Notes" até um montante global de dois biliões de Dólares Norte Americanos. As "Notes" têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 10.000.000.000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

(iv)

Obrigações Hipotecárias

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir directamente pela CGD até ao montante máximo actual de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de activos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;

- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;

- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;

- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 5.870.000 mEuros e 5.350.000 mEuros, respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Rating Moodys	Taxa em 31.12.2008	Taxa em 31.12.2007
Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de Março e 30 de Setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	AAA	5,355%	4,799%
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2.000.000	28-06-2007	28-06-2012	Anualmente no dia 28 de Junho	Taxa Fixa	AAA	4,625%	4,625%
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	AAA	3,041%	4,740%
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200.000	20-12-2007	20-12-2015	Semestralmente nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	AAA	3,302%	4,892%
	5.350.000							
Hipotecárias Série 6 2008/2016	200.000	27-02-2008	29-02-2016	Semestralmente nos dias 27 de Agosto e 27 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,16%	AAA	3,22%	-
Hipotecárias Série 7 2008/2016	150.000	31-03-2008	15-03-2016	Trimestralmente nos dias 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,012%	AAA	3,29%	-
Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche	150.000	09-09-2008	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,88%	-
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	01-10-2008	01-10-2038	Anualmente no dia 1 de Outubro	Taxa Fixa	AAA	5,38%	-
	5.870.000							

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a 6.335.883 mEuros e 7.074.463 mEuros (Nota 11), respectivamente. Às emissões de Obrigações Hipotecárias foi atribuído um rating de AAA pela Moody's.

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	2008						
	Programa EMTN						
	Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	131.137	4.000	982.846	1.117.983	-	178.665	1.296.648
Entre 1 e 5 anos	1.540.215	-	2.211.733	3.751.947	1.972.165	1.674.891	7.399.003
Entre 5 e 10 anos	149.797	7.928	153.797	311.522	3.542.420	4.119	3.858.061
Mais de 10 anos	7.378	247.233	178.064	432.675	270.000	-	702.675
	1.828.527	259.161	3.526.440	5.614.127	5.784.586	1.857.675	13.256.388

	2007						
	Programa EMTN						
	Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
	Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	195.437	186.891	1.079.925	1.462.253	-	488.772	1.951.025
Entre 1 e 5 anos	1.278.184	17.036	1.618.968	2.914.188	-	329.713	3.243.901
Entre 5 e 10 anos	303.371	3.032	105.421	411.824	5.066.167	-	5.477.991
Mais de 10 anos	5.000	25.465	45.213	75.678	250.000	-	325.678
	1.781.992	232.424	2.849.527	4.863.942	5.316.167	818.485	10.998.595

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um spread.

23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008						
	Saldos em 31.12.2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2008
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 37)	531.625	8.958	(6.856)	(31.569)	(550)	4.278	505.886
Provisões para contingências judiciais	24.422	2.612	(5.570)	(66)	(750)	1.113	21.761
Provisões para garantias e compromissos assumidos	67.671	32.213	(5.781)	-	5	-	94.108
Provisões para outros riscos e encargos	312.844	245.013	(401.216)	(26.939)	(357)	(9.041)	120.304
	404.937	279.838	(412.567)	(27.005)	(1.102)	(7.928)	236.173
	936.562	288.796	(419.423)	(58.574)	(1.652)	(3.650)	742.059

	2007							
	Saldos em 31.12.2006	Entradas/ (Saídas) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2007
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 37)	495.870	-	15.462	(1.030)	(19.307)	(200)	40.830	531.625
Provisões para contingências judiciais	29.590	(453)	5.038	(529)	(2.180)	51	(7.095)	24.422
Provisões para garantias e compromissos assumidos	58.915	-	13.978	(5.070)	-	(234)	82	67.671
Provisões para outros riscos e encargos	380.008	476	85.929	(40.973)	(123.915)	(63)	11.382	312.844
	468.513	23	104.945	(46.572)	(126.095)	(246)	4.369	404.937
	964.383	23	120.407	(47.602)	(145.402)	(446)	45.199	936.562

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 37.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direcção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” incluía 120.253 mEuros, destinados a fazer face à eventual tributação das mais-valias realizadas com a alienação pela Caixa da participação no Banco Itaú em 2000 e 2001. Em Dezembro de 2007, a Caixa foi notificada do valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo em consequência desta situação procedido ao respectivo pagamento e utilizado o valor da provisão constituída para outros riscos e encargos pela sua totalidade. O diferencial entre o valor efectivamente pago e o custo registado em 2006, no montante de 15.130 mEuros, foi reflectido em “Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores” (Nota 17).

As entradas no perímetro em 2007 reflectem essencialmente a integração da Companhia Portuguesa de Resseguros nas contas da Caixa Seguros. As saídas no perímetro em 2007, referem-se à reclassificação da Compal como um activo não corrente detido para venda (Nota 12).

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
Passivos eventuais		
Garantias e avales	3.913.718	3.261.798
Activos dados em garantia	2.022.253	1.441.161
Cartas de crédito "stand by"	80.500	196.442
Créditos documentários abertos	171.479	158.136
Aceites e endossos	1.171	1.064
Transacções com recurso	259	333
Outros passivos eventuais	4.315	35.256
	6.193.695	5.094.189
Compromissos		
Compromissos revogáveis	14.780.739	22.287.517
Linhas de crédito irrevogáveis	2.703.038	2.292.549
Outros compromissos irrevogáveis	1.946.877	2.002.169
Subscrição de títulos	1.930.705	1.874.407
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	151.985	150.845
Sistema de indemnização aos investidores	9.601	9.601
Operações a prazo	24.796	55.341
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	1.564.782	1.464.348
A constituir	410.733	341.989
Outros	118.613	108.240
	23.641.869	30.587.006
Depósito e guarda de valores	49.838.643	60.352.283

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 correspondem às seguintes situações principais:

	2008	2007
Recursos consignados		
. Banco Europeu de Desenvolvimento	802.500	802.500
Banco de Portugal	933.372	438.416
Royal Bank of Scotland	8.000	15.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (futuros)	16.071	3.319
Outros	17	220
	1.759.960	1.259.455

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida, com excepção das garantias dadas ao Banco Europeu de Desenvolvimento, em que os activos incluem créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros.

Adicionalmente, a CGD deu títulos em garantia no montante de 178.378 mEuros para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2008 e 2007, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a 11.431 mEuros e 11.328 mEuros, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de 1.140 mEuros e 1.699 mEuros, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 151.985 mEuros e 150.845 mEuros, respectivamente.

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa Seguros		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Ramo Vida:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	262.819	236.561
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.295.409	4.763.259
	4.558.228	4.999.820
Provisão para participação nos resultados	33.225	52.616
Provisão para prémios não adquiridos	4.610	-
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	160.777	126.642
Sinistros não declarados (IBNR)	26.397	46.768
	187.174	173.410
Outras provisões técnicas		
Provisão para compromissos de taxa	4.804	-
Provisão para estabilização de carteira	13.112	-
	17.916	-
Total do ramo vida	4.801.153	5.225.846
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	338.967	361.082
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	1.909.347	1.940.107
Sinistros não declarados (IBNR)	117.192	127.607
	2.026.539	2.067.714
Provisão para riscos em curso	17.091	11.782
Outras provisões técnicas		
Provisão para participação nos resultados	269	269
Total dos ramos não vida	2.382.866	2.440.847
Total dos ramos vida e não vida	7.184.019	7.666.693
Garantia	8.331	7.209
Total Geral	7.192.350	7.673.902

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2008			2007		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Individual s/ Participação nos Resultados	4.712	-	4.712	4.851	-	4.851
Seguro de Dependência	88	-	88	78	-	78
Educação Segura 3,5%	-	-	-	17	-	17
Protecção Sénior	260	-	260	259	-	259
Educação Garantida	274	-	274	236	-	236
LUX-Imperio	233	-	233	-	-	-
Individual c/ Participação nos Resultados	10.220	8.933	19.153	14.781	8.369	23.150
Vida Individual - Leve +	-	-	-	30	-	30
Hipoteca Futura	5.740	-	5.740	3.779	-	3.779
Capital Vida 4%	4.836	160	4.996	5.051	75	5.126
Rendas Individual 4%	13.362	2.354	15.716	14.736	232	14.968
Grupo s/ Participação nos Resultados	73.437	-	73.437	40.601	52	40.653
Grupo c/ Participação nos Resultados	29.811	11.002	40.813	27.718	8.375	36.093
Rendas	119.846	1.061	120.907	124.424	935	125.359
	262.819	23.510	286.329	236.561	18.038	254.599
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
Top Reforma 4% - Ind.	86.889	34	86.923	94.409	87	94.496
Seg Poupança 1ªS 4%	1.165	-	1.165	50.760	-	50.760
Seg Poupança 2ªS 2,75%	10.787	216	11.003	14.707	42	14.749
Seg Poupança 3 / 4ªS 3,5%	45.004	579	45.583	51.545	11	51.556
Garantia Crescente 2,75% - Bco	386	-	386	1.567	52	1.619
Super Garantia 2,75% (Med)	10.127	-	10.127	13.958	43	14.001
PIR 4%	25.980	7.002	32.982	41.622	3.296	44.918
Postal Poup Invest 3,25%	11.833	-	11.833	12.197	-	12.197
Postal Poup Futuro 3%	8.097	-	8.097	10.778	28	10.806
Seg Poupança 5ªS 2,75%	758.525	126	758.651	928.051	7.483	935.534
Seg Poupança 6ªS 2,25%	146.593	32	146.625	158.952	2.300	161.252
Postal Poup Futuro Série B	2.743	-	2.743	2.801	16	2.817
Postal Poupança Segura	22.841	-	22.841	13.393	1	13.394
F.Poupança 7ªS 2%	168.585	1	168.586	180.287	3.210	183.497
Caixa Seguro 4,5%	98.437	-	98.437	100.925	-	100.925
Caixa Seguro 4,25%	96.708	-	96.708	101.713	-	101.713
Caixa Seguro Liquidez 2%	215.133	-	215.133	143.359	-	143.359
Caixa Seguro 4,4%	47.372	-	47.372	48.993	-	48.993
Postal 4,10%	16.136	74	16.210	17.222	-	17.222
Seg.Poupança 9ª Série	19.675	-	19.675	-	-	-
Poupança/PoupaInveste	1.783	-	1.783	-	-	-
Top Reforma 4% Grupo	6.615	3	6.618	6.249	1	6.250
Top Reforma 2,75% Grupo	7.518	151	7.669	7.034	135	7.169
Complementos Reforma	4.241	122	4.363	4.761	22	4.783
Jubilacion BCG (ESP)	1.757	-	1.757	-	-	-
PPR/E Fidelidade 4%	192.148	27	192.175	206.367	27	206.394
PPR/E Rendimento1ª/2ª S 3,5%	228.200	184	228.384	263.932	184	264.116
PPR (Clássico) 4%	55.479	118	55.597	62.888	534	63.422
Multiplano PPR/E 3%	12.387	-	12.387	14.128	40	14.168
PPR/E MC Série A 3%	35.449	-	35.449	44.062	141	44.203
Postal PPR/E Série A 3,25%	10.616	-	10.616	15.169	-	15.169
PPR/E Rend. 3ªS 2,75%	520.188	-	520.188	671.851	6.493	678.344
PPR/E MC Série B 2,75%	265.042	10	265.052	271.635	2.592	274.227
Postal PPR/E Série B 2,75%	24.148	-	24.148	34.073	298	34.371
PPR/E Capital Garantido	5.319	1	5.320	5.158	275	5.433
PPR/E Rend. 4ª S 2,25%	176.682	-	176.682	177.965	2.459	180.424
PPR/E Investimento Garantido 1ª Série	46.546	3	46.549	40.791	142	40.933
PPR/E Capital Mais FRN	74.287	-	74.287	75.235	-	75.235
PPR - Leve Duo	41.288	-	41.288	31.163	397	31.560
Postal PPR 4,10%	6.507	-	6.507	5.862	-	5.862
Postal PPR/E Série E	1.220	-	1.220	-	-	-
Epargne Libre (FRF) 3	241.325	-	241.325	246.143	1.763	247.906
Epargne Libre Plus (FRF)	14.464	-	14.464	1.738	-	1.738
Poupança Reforma Individual	88.243	267	88.510	140.378	371	140.749
Plano Império Investimento	-	75	75	533	22	555
Poupinveste	-	-	-	3	-	3
PUR	30.975	2	30.977	33.675	217	33.892
PUR 3,25%	24.897	7	24.904	29.904	7	29.911
PUR 2,4%	16.841	83	16.924	19.001	345	19.346
Conta Poupança Reforma 3%	19.442	104	19.546	-	-	-
Poupaunverste 2ª Série	4.093	-	4.093	4.582	-	4.582
Grupo Capitalização	3.605	15	3.620	3.499	53	3.552
PoupaInveste Empresas	137	-	137	119	(5)	114
PUR 3,25% - Grupo	1.158	-	1.158	1.273	7	1.280
PUR 2,4% - Grupo	286	31	317	303	42	345
PPR	87.801	215	88.016	116.282	272	116.554
PPR	35.863	1	35.864	37.567	1	37.568
PPR 3%	51.756	86	51.842	36.150	196	36.346
Império Bonança PPR/E 412	84.700	55	84.755	78.068	55	78.123
Império Bonança PPR/E 413	29.822	4	29.826	37.814	498	38.312
Império Bonança PPR/E Ganha Mais	9.577	14	9.591	9.905	193	10.098
PPR Ganha +	25.315	24	25.339	26.498	204	26.702
PPR Ganha + 3ª Série	5.558	-	5.558	3.548	-	3.548
Operações de capitalização	-	-	-	1.264	-	1.264
IB PPR Leve Duo	74	1	75	-	-	-
IB - Luxemburgo	9.041	48	9.089	9.450	28	9.478
	4.295.409	9.715	4.305.124	4.763.259	34.578	4.797.837
	4.558.228	33.225	4.591.453	4.999.820	52.616	5.052.436

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	236.561	20.701	6.784	262.819
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.763.259	(447.179)	31.615	4.295.409
	4.999.820	(426.478)	38.399	4.558.228
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	18.038	5.345	(2.000)	23.510
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	34.578	(32.003)	(31.615)	9.715
	52.616	(26.658)	(33.615)	33.225
	5.052.436	(453.136)	4.784	4.591.453
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 18):				
- De contratos de seguro	(5.167)	406	-	(4.760)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	(7)	-	-	(7)
	(5.174)	406	-	(4.767)
	5.047.262	(452.730)	4.784	4.586.686

	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	250.967	(17.567)	3.161	236.561
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.928.270	(187.508)	22.497	4.763.259
	5.179.237	(205.075)	25.658	4.999.820
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	17.323	8.805	(8.090)	18.038
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	24.676	41.494	(31.592)	34.578
	41.999	50.299	(39.682)	52.616
	5.221.236	(154.776)	(14.024)	5.052.436
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	(4.820)	(347)	-	(5.167)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	-	(7)	-	(7)
	(4.820)	(354)	-	(5.174)
	5.216.416	(155.130)	(14.024)	5.047.262

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite dos ramos não vida apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	18.933	(3.132)	15.801	19.154	(3.108)	16.046
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	17.579	(2.271)	15.308	15.307	(2.299)	13.008
Doença	31.266	(4.653)	26.613	32.570	(4.482)	28.088
Incêndio e Outros Danos	87.752	(15.491)	72.261	88.715	(15.842)	72.873
Automóvel	221.737	(36.758)	184.979	246.831	(42.335)	204.496
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.546	(671)	6.875	8.272	(530)	7.742
Responsabilidade Civil Geral	11.656	(1.645)	10.011	10.413	(1.597)	8.816
Crédito e Cauções	299	(57)	242	313	(61)	252
Protecção Jurídica	1.386	(270)	1.116	3.312	(434)	2.878
Assistência	4.728	(691)	4.037	5.816	(700)	5.116
Diversos	2.068	(344)	1.724	2.067	(300)	1.767
	404.950	(65.983)	338.967	432.770	(71.688)	361.082

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	19.154	(228)	7	18.933
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15.307	2.235	37	17.579
Doença	32.570	(1.307)	3	31.266
Incêndio e Outros Danos	88.715	(1.179)	216	87.752
Automóvel	246.831	(25.094)	-	221.737
Marítimo, Aéreo e Transportes	8.272	(726)	-	7.546
Responsabilidade Civil Geral	10.413	1.200	43	11.656
Crédito e Cauções	313	(14)	-	299
Protecção Jurídica	3.312	(1.926)	-	1.386
Assistência	5.816	(1.088)	-	4.728
Diversos	2.067	1	-	2.068
	432.770	(28.126)	306	404.950
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3.108)	(24)	-	(3.132)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.299)	28	-	(2.271)
Doença	(4.482)	(171)	-	(4.653)
Incêndio e Outros Danos	(15.842)	351	-	(15.491)
Automóvel	(42.335)	5.577	-	(36.758)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(530)	(141)	-	(671)
Responsabilidade Civil Geral	(1.597)	(48)	-	(1.645)
Crédito e Cauções	(61)	4	-	(57)
Protecção Jurídica	(434)	164	-	(270)
Assistência	(700)	9	-	(691)
Diversos	(300)	(44)	-	(344)
	(71.688)	5.705	-	(65.983)
	361.082	(22.421)	306	338.967
Resseguro cedido (Nota 18):				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	11	(11)	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7.512	295	12	7.819
Doença	1.802	4.024	-	5.826
Incêndio e Outros Danos	24.707	5.349	64	30.120
Automóvel	237	(237)	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.979	(533)	-	5.446
Responsabilidade Civil Geral	2.364	881	-	3.245
Crédito e Cauções	97	(1)	-	96
Protecção Jurídica	-	11	-	11
Assistência	27	80	-	107
Diversos	872	797	-	1.669
	43.608	10.655	76	54.339
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.277)	(1.569)	-	(3.846)
Doença	-	(3.709)	-	(3.709)
Incêndio e Outros Danos	(3.280)	(1.805)	-	(5.085)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(277)	(274)	-	(551)
Responsabilidade Civil Geral	(102)	(94)	-	(196)
Crédito e Cauções	-	(2)	-	(2)
Diversos	(191)	(104)	-	(295)
	(6.127)	(7.557)	-	(13.684)
	37.481	3.098	76	40.655

	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	20.167	(1.022)	9	19.154
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14.455	797	55	15.307
Doença	24.331	8.234	5	32.570
Incêndio e Outros Danos	88.698	(205)	222	88.715
Automóvel	270.190	(23.359)	-	246.831
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.341	931	-	8.272
Responsabilidade Civil Geral	10.580	(235)	68	10.413
Crédito e Cauções	318	(5)	-	313
Protecção Jurídica	3.339	(27)	-	3.312
Assistência	5.005	811	-	5.816
Diversos	2.098	(31)	-	2.067
	446.522	(14.111)	359	432.770
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3.451)	343	-	(3.108)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.600)	301	-	(2.299)
Doença	(2.577)	(1.905)	-	(4.482)
Incêndio e Outros Danos	(15.477)	(365)	-	(15.842)
Automóvel	(50.566)	8.231	-	(42.335)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(649)	119	-	(530)
Responsabilidade Civil Geral	(1.874)	277	-	(1.597)
Crédito e Cauções	(59)	(2)	-	(61)
Protecção Jurídica	(535)	101	-	(434)
Assistência	(520)	(180)	-	(700)
Diversos	(276)	(24)	-	(300)
	(78.584)	6.896	-	(71.688)
	367.938	(7.215)	359	361.082
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	34	(23)	-	11
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.440	4.068	4	7.512
Doença	964	838	-	1.802
Incêndio e Outros Danos	22.909	1.715	83	24.707
Automóvel	217	20	-	237
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.526	1.453	-	5.979
Responsabilidade Civil Geral	2.186	178	-	2.364
Crédito e Cauções	61	36	-	97
Protecção Jurídica	104	(104)	-	-
Assistência	301	(274)	-	27
Diversos	897	(25)	-	872
	35.639	7.882	87	43.608
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	-	(2.277)	-	(2.277)
Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	(2.931)	(349)	-	(3.280)
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	7	(284)	-	(277)
Responsabilidade Civil Geral	(42)	(60)	-	(102)
Crédito e Cauções	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	(194)	3	-	(191)
	(3.160)	(2.967)	-	(6.127)
	32.479	4.915	87	37.481

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	160.777	26.397	187.174	126.642	46.768	173.410
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	499.413	1.672	501.085	498.993	13.620	512.613
Provisão para assistência vitalícia	134.483	96	134.579	121.716	5.529	127.245
Provisão para assistência temporária	141.851	23.476	165.327	122.064	4.668	126.732
	775.747	25.244	800.991	742.773	23.817	766.590
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15.227	3.225	18.452	14.866	2.609	17.475
Doença	31.677	12.618	44.295	28.241	20.117	48.358
Incêndio e Outros Danos	106.122	16.399	122.521	112.599	13.825	126.424
Automóvel	796.875	41.326	838.201	874.340	48.561	922.901
Marítimo, Aéreo e Transportes	53.849	2.052	55.901	53.295	1.491	54.786
Responsabilidade Civil Geral	90.606	13.674	104.280	95.315	14.067	109.382
Crédito e Cauções	481	25	506	512	36	548
Protecção Jurídica	7.148	299	7.447	4.212	2.243	6.455
Assistência	12.784	24	12.808	8.812	121	8.933
Diversos	18.831	2.306	21.137	5.142	720	5.862
	1.133.600	91.948	1.225.548	1.197.334	103.790	1.301.124
	1.909.347	117.192	2.026.539	1.940.107	127.607	2.067.714
	2.070.124	143.589	2.213.713	2.066.749	174.375	2.241.124

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	173.410	1.479.353	(1.465.410)	(24)	187.174
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	766.590	162.142	(124.902)	(1)	800.991
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	17.475	23.539	(22.561)	(1)	18.452
Doença	48.358	139.161	(142.906)	(6)	44.295
Incêndio e Outros Danos	126.424	115.166	(119.046)	(23)	122.521
Automóvel	922.901	305.394	(396.900)	-	838.201
Marítimo, Aéreo e Transportes	54.786	9.772	(8.657)	-	55.901
Responsabilidade Civil Geral	109.382	16.677	(17.006)	-	104.280
Crédito e Cauções	548	(410)	44	-	506
Protecção Jurídica	6.455	1.639	(647)	-	7.447
Assistência	8.933	33.892	(30.017)	-	12.808
Diversos	5.862	33.169	(17.881)	-	21.137
	1.301.124	677.999	(755.577)	(30)	1.225.548
	2.067.714	840.141	(880.479)	(31)	2.026.539
	2.241.124	2.319.494	(2.345.889)	(55)	2.213.713
Resseguro cedido (Nota 18):					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	22.010	9.619	(9.736)	-	21.893
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	3.185	2.564	(2.496)	-	3.253
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.982	3.439	(3.157)	-	4.264
Doença	97	199	(166)	-	130
Incêndio e Outros Danos	68.994	53.912	(54.109)	10	68.807
Automóvel	26.864	2.182	(4.056)	-	24.990
Marítimo, Aéreo e Transportes	39.045	8.792	(4.691)	-	43.146
Responsabilidade Civil Geral	20.902	8.004	(4.505)	-	24.401
Crédito e Cauções	27	91	(73)	-	45
Protecção Jurídica	213	-	-	-	213
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	3.394	22.425	(8.593)	-	17.226
	163.518	99.044	(79.350)	10	183.222
	166.703	101.608	(81.846)	10	186.475
	188.713	111.227	(91.582)	10	208.368

	2007					
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	168.368	-	1.135.329	(1.130.249)	(38)	173.410
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	713.064	317	199.217	(146.003)	(5)	766.590
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15.449	25	14.342	(12.334)	(7)	17.475
Doença	41.159	-	169.030	(161.824)	(7)	48.358
Incêndio e Outros Danos	140.102	653	88.565	(102.894)	(2)	126.424
Automóvel	956.349	242	369.943	(403.633)	-	922.901
Marítimo, Aéreo e Transportes	52.737	76	9.930	(7.957)	-	54.786
Responsabilidade Civil Geral	109.093	5.108	7.543	(12.362)	-	109.382
Crédito e Cauções	1.213	14	(718)	39	-	548
Protecção Jurídica	5.532	-	1.655	(732)	-	6.455
Assistência	8.086	-	28.927	(28.080)	-	8.933
Diversos	4.306	43	9.638	(8.125)	-	5.862
	1.334.026	6.161	698.855	(737.902)	(16)	1.301.124
	2.047.090	6.478	898.072	(883.905)	(21)	2.067.714
	2.215.458	6.478	2.033.401	(2.014.154)	(59)	2.241.124
Resseguro cedido:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	20.475	-	9.978	(8.443)	-	22.010
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	1.552	-	1.633	-	-	3.185
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	2.093	-	3.167	(1.278)	-	3.982
Doença	101	-	41.187	(41.191)	-	97
Incêndio e Outros Danos	77.316	-	28.179	(36.501)	-	68.994
Automóvel	32.835	-	(623)	(5.348)	-	26.864
Marítimo, Aéreo e Transportes	38.897	-	5.429	(5.281)	-	39.045
Responsabilidade Civil Geral	21.180	-	3.054	(3.332)	-	20.902
Crédito e Cauções	401	-	(287)	(87)	-	27
Protecção Jurídica	213	-	-	-	-	213
Diversos	3.408	-	3.706	(3.720)	-	3.394
	176.444	-	83.812	(96.738)	-	163.518
	177.996	-	85.445	(96.738)	-	166.703
	198.471	-	95.423	(105.181)	-	188.713

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008			
	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	-	4.095	-	4.095
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	45	(45)	-	-
Doença	6.464	(1.550)	9	4.923
Incêndio e Outros Danos	1.576	3.714	38	5.328
Automóvel	1.352	(988)	-	364
Marítimo, Aéreo e Transportes	63	4	-	67
Responsabilidade Civil Geral	1.566	(891)	-	675
Crédito e Cauções	55	(55)	-	-
Protecção Jurídica	1	-	-	1
Assistência	-	258	-	258
Diversos	660	720	-	1.380
	11.782	5.262	47	17.091

	2007			
	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	32	(33)	1	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	324	(279)	-	45
Doença	7.348	(895)	10	6.463
Incêndio e Outros Danos	1.571	(40)	44	1.575
Automóvel	5.003	(3.649)	-	1.354
Marítimo, Aéreo e Transportes	208	(145)	-	63
Responsabilidade Civil Geral	1.888	(323)	-	1.565
Crédito e Cauções	-	55	-	55
Protecção Jurídica	96	(95)	-	1
Assistência	361	(361)	-	-
Diversos	190	471	-	661
	17.021	(5.294)	55	11.782

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CGD Finance - € 400.000.000 6.25 percent Notes due 2009	396.455	400.000
CGD Finance - € 10.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2010	10.000	10.000
CGD Finance - € 200.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2011	28.710	25.169
CGD Finance - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	104.786	105.314
CGD Finance - USD 265.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2016	196.037	180.015
CGD (Sucursal de França) - Euros 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	106.506	110.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 250.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 21.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	21.000	21.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Fixed Rate Note Due 2017	55.000	55.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	200.000	200.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 2.000.000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10.000	10.000
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	118.915	90.948
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emissão	400.000	400.000
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 2ª emissão	81.595	81.595
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 - 1ª emissão	369.045	-
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	100.000	100.000
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	98.519	102.069
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2006/2016	91.056	99.987
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	125.000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	120.000
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	50.000
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	-	40.726
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017 (3 emissões)	18.000	18.000
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	6.000
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	6.000
Empréstimos Schuldshein "Caja Madrid"	35.927	33.965
Caixa Geral de Depósitos - Euros 100.000.000 5,980% 20 year lower tier	100.000	-
Empréstimo subordinado BCI	2.860	-
	3.101.411	2.640.788
Juros a pagar	32.449	27.072
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	32.091	5.237
Correcção de valor de passivos objecto De operações de cobertura	(21.191)	(5.722)
	3.144.759	2.667.375

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor de Balanço	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em 31.12.2008	Taxa de juro em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
Empréstimo da CGD Finance	396.455	12.10.1999	12.10.2009	Anualmente, nos dias 12 de Outubro	Taxa fixa	6,25%	6,25%	N/A
Empréstimo da CGD Finance - €10.000 Floating Rate Subordinated Notes	10.000	27.07.2000	27.07.2010	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,6%	5,52%	5,21%	N/A
Empréstimo da CGD Finance - €200.000 Floating Rate Subordinated Notes	28.710	03.12.2001	03.12.2011	Trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,47%	5,49%	A partir de 3 de Dezembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,15%
Empréstimo da CGD Finance - €110.000 Floating Rate Subordinated Notes	104.786	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,3%	4,50%	6,18%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
Empréstimo da CGD Finance - €265.000 Floating Rate Subordinated Notes	196.037	06.12.2006	20.12.2016	Trimestralmente, nos dias 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Primeiro pagamento a 20 de Março de 2007.	Taxa Libor 3 meses + 0,25%	3,38%	5,13%	A partir de 20 de Dezembro de 2016. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Libor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	106.506	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	4,50%	6,18%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
CGD (Sucursal de França) - € 250.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	250.000	27.04.2005	27.04.2015	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,25%	5,17%	4,86%	A partir de 27 de Abril de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 21.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	21.000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	3,28%	4,93%	N/A
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Floating rate Note Due 2017	55.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,32%	6,03%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 15,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,03%	5,60%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 16,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,03%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 18% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

Obrigação	Valor de Balanço	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em 31.12.2008	Taxa de juro em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 14 de Junho de 2010 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 13 de Junho de 2011 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 2.000.000 Index Linked to Floating rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10.000.000)	10.000	07.08.2006	08.08.2016	Trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	5,21%	4,19%	Nos últimos cinco anos, mediante o Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	118.915	30.11.2006	15.12.2036	Semestral	Taxa fixa	2,88%	2,88%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 1ª emissão	400.000	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ªano: 4,90%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano; opção anual de *switch* para Euribor a 12 meses.	5,00%	4,90%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será 5,80%.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 2ª emissão	81.595	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ªano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 3ºano; no 4º e no 5º ano, a remuneração está indexada a índices.	5,10%	5,00%	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%
Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 - 1ª emissão	369.045	03.11.2008	05.11.2018	Anual	1º ano: 6,25%; 2º ano: 6,40% ou remuneração switch; 3º ano: 6,55% ou remuneração switch; 4º ano: 6,70% ou remuneração switch; 5º ano: 7,00% ou remuneração switch.	6,25%	-	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a obrigação poderá ser reembolsada antecipadamente por iniciativa do emitente, total ou parcialmente, neste último caso redução ao valor nominal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano inclusive.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2008. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,61%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2009. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2010. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 22% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2011. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2012. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

Obrigação	Valor de Balanço	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em 31.12.2008	Taxa de juro em 31.12.2007	Cláusula de reembolso antecipado
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	98.519	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho	Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	5,40%	4,57%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2006/2016	91.056	28.12.2006	28.12.2016	Anual	1ªano: 4,10% em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano	4,30%	4,20%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	27.12.2007	27.12.2017	Anualmente até 27 de Dezembro de 2012. A partir desta data até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 27 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa fixa 5,733% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%	5,73%	5,73%	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,32%	6,03%	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	28.12.2007	28.12.2017	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,07%	4,69%	A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2008. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 22,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	22,50%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2009. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2011. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixagest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Empréstimo Schuldschein "Caja Madrid" de USD 50.000.000	35.927	18.08.2005	18.08.2015	Trimestralmente, nos dias 18 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa fixa	5,15%	5,15%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.
Caixa Geral de Depósitos - € 100.000.000 5,980% 20 year lower tier	100.000	03.03.2008	03.03.2028	Anual	Taxa fixa	5,98%	-	N/A
Empréstimos Subordinados BPI	2.860	30.07.2008	30.07.2018	Trimestralmente, nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Euribor 3 meses + 3,00%	7,86%	-	Prazo de reembolso do capital é de 10 anos, obrigando-se o BCI a reembolsar a CGD de todo o capital no dia 30 de Julho de 2018.

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Credores		
Recursos consignados	1.802.839	1.755.154
Fornecedores de bens de locação financeira	27.987	34.261
Outros fornecedores	67.276	80.190
Recursos - conta caução	96.581	37.830
Recursos - conta subscrição	9.111	16.849
Recursos - conta cativa	1.109	879
Credores diversos:		
Credores por seguro directo e resseguro	247.071	324.411
Credores por cedência de factoring	33.749	42.922
Caixa Geral de Aposentações	16.218	176.852
Credores por operações sobre futuros	19.211	3.170
Credores por operações sobre valores mobiliários	754	1.538
Outros	533.946	723.649
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 19)	251.514	198.410
Retenção de impostos na fonte	69.193	61.522
Contribuições para a Segurança Social	11.696	16.384
Outros impostos a pagar	24.719	15.970
Cobranças por conta de terceiros	2.296	1.718
Outros	19.388	25.187
Encargos a pagar:		
Juros e encargos similares	12.831	20.790
Gastos com pessoal		
Prémio de antiguidade - CGD (Nota 37)	40.925	39.279
Outros	173.911	164.840
Gastos gerais administrativos	44.122	14.655
Outros encargos a pagar	45.114	61.997
Receitas com rendimento diferido:		
Outras	80.783	97.541
Operações passivas a regularizar	380.112	292.768
Operações de Bolsa	6.312	10.955
	4.018.766	4.219.721

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os encargos a pagar de gastos com pessoal incluem 40.000 mEuros, relativos a prémios de produtividade e bónus a pagar a empregados da CGD.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 65.430 mEuros relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

Em 31 de Dezembro de 2008, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo em 31.12.2008	Data de início	Data de vencimento
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100.000	29-11-2007	15-12-2022
KFW 300 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	300.000	07-04-2004	17-03-2014
KFW 250 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	250.000	22-11-2004	22-11-2013
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75.000	12-10-2006	15-09-2026
CGD - Empréstimo Global XII	Banco Europeu de Investimento	200.000	19-11-2004	15-09-2024
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	151.660	11-12-2003	15-12-2023
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	200.000	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	186.667	21-11-2002	15-09-2022
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150.000	27-10-2000	15-09-2012
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	100.000	11-12-2002	23-06-2014
Projecto Municipal Infra EG - III	Banco Europeu de Investimento	3.609	18-04-1995	15-03-2010
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	9.110	14-11-1997	15-09-2012
CEB Pré-Escolar	CEB - Council of Europe Development Bank	55.776	07-04-2005	25-10-2012
Infraestruturas Municipais II	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	18.769	30-01-1991	31-12-2010
Operações realizadas pelo BCI Moçambique		1.848		
Outros		401		
		1.802.839		

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 4,46% e 4,24%, respectivamente.

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 700.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista foi realizado em 1 de Agosto de 2008 um aumento de capital da CGD no montante de 400.000 mEuros, através da emissão de 80.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2008, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2007 no montante de 340.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,49 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (133.227 mEuros), outras reservas (137.865 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 55.044 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista de 31 de Dezembro de 2007, foi efectuado nessa data um aumento de capital da CGD no montante de 150.000 mEuros, através da emissão de 30.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2007, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2006 no montante de 260.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0.44 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (107.918 mEuros), outras reservas (117.488 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 54.157 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2008	2007
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	(873.304)	381.177
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva Legal - CGD	708.391	575.164
- Outras Reservas	755.743	238.043
- Resultados Transitados	(222.265)	(309.383)
	1.241.869	503.824
Lucro do exercício atribuível ao accionista da CGD	459.023	856.311
	827.588	1.741.312

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2008, as "Outras reservas e resultados transitados" incluem as reservas legais da CGD, no montante de 708.391 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 208.998 mEuros em 31 de Dezembro de 2008, e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

	2008	2007
Imobilizações Corpóreas:		
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho	31.515	32.157
Decreto-Lei nº 399 – G/84, de 28 de Dezembro	18.850	19.469
Decreto-Lei nº 118 – B/86, de 27 de Maio	27.017	28.439
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril	11.082	15.325
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro	31.270	39.836
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro	34.861	41.897
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro	53.680	61.181
Imobilizações Financeiras	723	723
	---	---
	208.998	241.027
	======	======

No exercício de 2008, a Caixa transferiu para "Resultados Transitados" 32.029 mEuros relativos ao saldo de reavaliações positivas realizadas no âmbito da alienação de um conjunto de imóveis ao Fundo de Pensões do Pessoal da CGD.

A "Reserva de justo valor" reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflecte o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída nas "Outras reservas".

A contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

		2008	2007
Caixa Geral de Depósitos, S.A.			
Caixa Geral de Depósitos		461.017	605.909
Sucursal de Nova Iorque		(60.052)	895
Sucursal de Londres		18.493	9.803
Sucursal Financeira Exterior da Madeira		17.018	8.516
Sucursal de Espanha		(10.195)	(2.843)
Sucursal de Cayman		4.593	2.265
Sucursal de Timor		2.766	854
Sucursal do Luxemburgo		449	421
Sucursal de França		277	6.235
Sucursal do Mónaco		140	236
Sucursal do Zhuhai		53	99
		434.560	632.393
Dividendos recebidos pela CGD		(150.031)	(77.115)
	(A)	284.529	555.278
Contribuição para o resultado das filiais:			
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)		38.104	36.281
Mercantile Bank Holdings, Ltd.		31.936	15.696
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)		18.275	34.259
Banco Caixa Geral, S.A. (a)		15.934	10.813
CGD Macau		13.953	1.356
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.(a)		12.347	162.447
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD		(12.043)	1.932
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.		7.370	5.202
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.		5.227	4.642
Nostrum Mortgages (Fundo e Plc)		(5.108)	6.886
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.		4.594	10.608
Banco Comercial do Atlântico, S.A.		4.484	5.991
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.		4.298	7.908
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.		1.058	1.708
Nostrum Consumer (Fundo e Plc)		(392)	1.118
Outras		3.906	(1.752)
	(B)	143.942	305.096
Contribuição para o resultado das empresas associadas:			
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.		26.963	7.528
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.		1.730	1.816
Outras		1.859	(13.407)
	(C)	30.552	(4.063)
Resultado consolidado atribuível ao accionista da CGD		459.023	856.311

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2008	2007
Caixa Geral Finance	600.000	600.749
Parcaixa, SGPS, S.A. (Nota 3)	478.437	-
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L	26.129	20.275
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	14.825	15.055
Banco Comercial do Altlântico, S.A.R.L.	8.664	7.187
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	7.918	6.696
FCR Energias Renováveis - Caixa Capital	4.206	4.455
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	2.572	2.121
Credip, IFIC, S.A.	2.124	2.031
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.233	1.184
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.207	947
Banco Caixa Geral, S.A	1.044	1.005
Compal (Nota 3)	-	23.331
Outras	8.192	14.749
	1.156.550	699.785

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de Junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Directores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de Junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 28 de Junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 30 de Setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de Setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2008 e 2007 apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Caixa Geral Finance	34.493	29.932
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	7.087	6.749
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	2.871	1.411
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	2.927	3.776
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	678	619
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	420	363
Outros	(2.332)	(1.551)
	---	---
	46.143	41.299
	=====	=====

30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	50.487	51.046
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	166.811	193.886
Juros de crédito interno	3.544.598	2.860.677
Juros de crédito ao exterior	356.962	306.778
Juros de crédito vencido	57.001	59.039
Juros de activos finaceiros detidos para negociação		
- Derivados	2.017.114	1.415.027
- Títulos	89.859	165.071
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	95.023	107.692
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	303.576	98.683
Juros de derivados de cobertura	288.556	242.624
Juros de investimentos a deter até à maturidade	1	4
Juros de devedores e outras aplicações	15.464	15.083
Juros de disponibilidades	57.224	47.226
Juros de outros créditos e outros valores a receber	146.613	82.980
Outros juros e rendimentos similares	10.186	137.890
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	82.496	86.899
Outros	43.569	39.516
	7.325.539	5.910.121
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do sector público administrativo	125.647	82.639
- De outros residentes	922.469	648.315
- De emigrantes	80.197	63.255
- De outros não residentes	147.773	130.913
- Produtos de taxa fixa - seguros	139.405	105.684
- Outros	1.382	4.458
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	206.849	333.872
Juros de recursos de instituições de crédito no país	35.452	30.782
Juros de swaps	2.051.055	1.433.274
Juros de outros passivos de negociação	2.195	4.535
Juros de responsabilidades respresentadas por títulos sem carácter subordinado	864.649	608.873
Juros de derivados de cobertura	365.252	282.025
Juros de passivos subordinados	138.304	98.094
Outros juros e encargos similares	107.446	100.958
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	16.455	13.841
Outros	39.852	29.518
	5.244.381	3.971.036

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	47.550	34.290
EDP - Energias de Portugal, S.A.	25.497	19.208
ZON	21.807	10.267
Galp Energia, SGPS, S.A.	3.767	4.483
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	1.848	1.795
Cimpor	1.707	2.862
Fundo Margueira	1.139	1.902
Banco Comercial Português, S.A.	-	7.933
Outros	16.936	10.156
	120.252	92.896

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	**2007**
Rendimentos de serviços e comissões:		
Meios de pagamento	184.528	160.124
Serviços prestados a terceiros	121.671	101.792
Em operações de crédito	69.938	52.862
Gestão de activos	61.681	80.711
Garantias prestadas	42.332	31.677
Operações sobre instrumentos financeiros	34.079	46.016
Montagem de operações	18.461	17.783
	532.690	490.965
Encargos com serviços e comissões:		
Meios de pagamento	65.891	56.024
Serviços prestados por terceiros	19.350	11.480
Operações sobre instrumentos financeiros	15.241	17.458
Outros	13.427	11.085
	113.909	96.047

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	(9.227)	138.360
Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de divida	(18.436)	(169.984)
Instrumentos de capital	(101.893)	(517)
Outros instrumentos	(36.931)	(6.559)
	(157.260)	(177.060)
Em derivados:		
Divisas	(3.293)	(90.572)
Taxa de juro	119.890	(3.375)
Cotações	145.514	(39.423)
Eventos de crédito	(39.880)	(11.037)
Outros	18.552	(4.743)
	240.783	(149.150)
	83.522	(326.210)
Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	12.668	(32.905)
Instrumentos de capital	(98)	2.030
Outros títulos	(18.914)	11.084
Créditos e outros valores a receber	-	(789)
	(6.345)	(20.579)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	2.236	(2.333)
Instrumentos de capital (Nota 8)		
REN (Nota 16)	83.498	-
ADP - Águas de Portugal, SGPS S.A (Nota 16)	72.401	-
Galp Energia	51.508	-
La Seda	(31.056)	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	22.904	175.623
Banco Comercial Português, S.A.	(16.365)	52.739
ZON	(13.648)	1.295
Compal (Nota 3)	9.236	-
Euronext	-	25.037
Cimpor	-	16.722
Outros	(11.877)	12.130
	166.601	283.546
Outros títulos	12.119	(11.139)
	180.956	270.074
Resultados em operações de cobertura:		
Swaps de taxa de juro	324.244	(527.367)
Opções	-	(55)
Correcções de valor em activos e passivos cobertos	(327.097)	550.280
	(2.853)	22.857
Outros	505	(167)
	246.559	84.336

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	40.680	33.015
Reembolso de despesas	6.171	8.186
Ganhos em filiais e associadas	11.752	-
Rendas de locação operacional	2.605	7.185
Ganhos em activos não financeiros:		
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	11.212	10.844
- Outros activos tangíveis	63.931	3.832
- Propriedades de investimento	10.161	8.163
- Outros	795	913
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	12.376	13.006
Venda de cheques	12.338	14.791
Compal (Nota 3)	9.816	-
Outros	93.150	76.692
	274.985	176.627
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	8.905	9.674
Perdas em activos não financeiros:		
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	443	571
- Outros activos tangíveis	427	974
- Outros	2.317	580
Outros impostos	19.858	16.515
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	11.287	10.628
Multas e penalidades	1.083	1.205
Resultados em operações descontinuadas - Compal (Nota 12)	-	7.062
Outros	51.201	40.587
	95.521	87.795
	179.464	88.832

No exercício de 2008, a rubrica “Ganhos em activos não financeiros – Outros activos tangíveis” inclui uma mais-valia de 58.983 mEuros na alienação de imóveis ao Fundo de Pensões do Pessoal da CGD (Nota 14).

35. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

35.1 PRÉMIOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa Seguros		
Seguro directo e resseguro aceite		
Prémios Brutos emitidos		
- Ramo Vida	1.002.465	967.319
- Ramo não vida	1.359.745	1.433.673
Prémios de resseguro cedido	(185.323)	(183.452)
	2.176.887	2.217.540
Outros	36.818	25.226
	2.213.705	2.242.766

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe:

	2008			2007		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
- De contratos de seguro						
. Sem participação nos resultados	158.047	(19.067)	138.980	114.621	(18.522)	96.099
. Com participação nos resultados	59.052	(1.568)	57.484	59.224	(2.746)	56.478
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	785.366	(1)	785.365	793.474	(4)	793.470
	1.002.465	(20.636)	981.829	967.319	(21.272)	946.047
Ramos não vida:						
Prémios brutos emitidos -						
Acidentes de trabalho	222.711	(1.150)	221.561	235.754	(1.218)	234.536
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	52.971	(14.886)	38.085	47.590	(10.989)	36.601
Doença	170.759	(3.118)	167.641	167.262	(4.127)	163.135
Incêndio e Outros Danos	236.825	(97.285)	139.540	234.793	(95.485)	139.308
Automóvel	572.763	(2.454)	570.309	633.057	(1.596)	631.461
Marítimo, Aéreo e Transportes	34.762	(26.849)	7.913	38.137	(29.149)	8.988
Responsabilidade Civil Geral	34.833	(10.543)	24.290	34.349	(9.862)	24.487
Crédito e Cauções	681	(194)	487	570	(82)	488
Protecção Jurídica	4.725	(70)	4.655	7.430	-	7.430
Assistência	11.956	(71)	11.885	21.914	(1.761)	20.153
Diversos	16.759	(8.067)	8.692	12.817	(7.911)	4.906
	1.359.745	(164.687)	1.195.058	1.433.673	(162.180)	1.271.493
Total de prémios, líquidos de resseguro	2.362.210	(185.323)	2.176.887	2.400.992	(183.452)	2.217.540
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	221	(12)	209	1.013	(23)	990
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.272)	307	(1.965)	(852)	4.072	3.220
Doença	1.304	315	1.619	(8.239)	838	(7.401)
Incêndio e Outros Danos	963	3.828	4.791	(17)	1.798	1.781
Automóvel	25.094	(237)	24.857	23.359	20	23.379
Marítimo, Aéreo e Transportes	726	(811)	(85)	(931)	1.453	522
Responsabilidade Civil Geral	(1.243)	859	(384)	167	178	345
Crédito e Cauções	14	(3)	11	5	36	41
Protecção Jurídica	1.924	13	1.937	27	(104)	(77)
Assistência	1.120	77	1.197	(811)	(274)	(1.085)
Diversos	(1)	737	736	32	(25)	7
	27.850	5.073	32.923	13.753	7.969	21.722
Prémios adquiridos:						
Acidentes de trabalho	222.932	(1.162)	221.770	236.767	(1.240)	235.527
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	50.699	(14.579)	36.120	46.738	(6.918)	39.820
Doença	172.063	(2.803)	169.260	159.023	(3.290)	155.733
Incêndio e Outros Danos	237.788	(93.457)	144.331	234.776	(93.687)	141.089
Automóvel	597.857	(2.691)	595.166	656.416	(1.576)	654.840
Marítimo, Aéreo e Transportes	35.488	(27.660)	7.828	37.205	(27.696)	9.509
Responsabilidade Civil Geral	33.590	(9.684)	23.906	34.517	(9.683)	24.834
Crédito e Cauções	695	(197)	498	576	(46)	530
Protecção Jurídica	6.649	(57)	6.592	7.457	(104)	7.353
Assistência	13.076	6	13.082	21.103	(2.035)	19.068
Diversos	16.758	(7.330)	9.428	12.849	(7.936)	4.913
	1.387.595	(159.614)	1.227.981	1.447.427	(154.211)	1.293.216
Total de prémios adquiridos não vida e prémios vida	2.390.060	(180.250)	2.209.810	2.414.746	(175.483)	2.239.263

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se reflectida em “Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas” (Nota 35.3).

35.2 RESULTADOS EM INVESTIMENTOS AFECTOS A CONTRATOS DE SEGUROS

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Juros	172.960	65.674	238.634	154.677	65.142	219.819
Dividendos	20.679	6.659	27.338	22.685	7.722	30.407
Ganhos e perdas realizados, líquidos	4.353	8.728	13.081	21.992	18.588	40.580
Ganhos e perdas não realizados, líquidos	(47.886)	(23.986)	(71.872)	-	-	-
Outros	526	19.385	19.911	235	19.786	20.021
	150.632	76.460	227.092	199.589	111.238	310.827

35.3 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Caixa Seguros						
Seguro directo e resseguro aceite						
Sinistros pagos	1.465.410	880.480	2.345.890	1.130.249	883.905	2.014.154
Variação da provisão para sinistros	13.951	(42.074)	(28.123)	40.825	25.426	66.251
	1.479.361	838.406	2.317.767	1.171.074	909.331	2.080.405
Provisão para participação nos resultados	12.449	95	12.544	52.258	94	52.352
Variação das outras provisões técnicas	(420.377)	5.309	(415.068)	(166.392)	(5.239)	(171.631)
	1.071.433	843.810	1.915.243	1.056.940	904.186	1.961.126
Saldo de resseguro cedido	(9.242)	(102.336)	(111.578)	(10.337)	(84.653)	(94.990)
Sub-total Caixa Seguros	1.062.191	741.474	1.803.665	1.046.603	819.533	1.866.136
Outros	-	1.917	1.917	-	2.312	2.312
	1.062.191	743.391	1.805.582	1.046.603	821.845	1.868.448

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2008					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	124.902	36.181	161.083	4.095	-	165.178
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	22.561	1.019	23.580	(45)	28	23.563
Doença	142.906	(1.852)	141.054	(1.542)	-	139.512
Incêndio e Outros Danos	119.046	(4.329)	114.717	3.752	-	118.469
Automóvel	396.900	(93.434)	303.466	(988)	-	302.478
Marítimo, Aéreo e Transportes	8.657	1.080	9.737	4	-	9.741
Responsabilidade Civil Geral	17.006	(794)	16.212	(891)	-	15.321
Crédito e Cauções	(44)	(402)	(446)	(55)	-	(501)
Protecção Jurídica	647	1.001	1.648	-	-	1.648
Assistência	30.017	3.874	33.891	258	67	34.216
Diversos	17.882	15.582	33.463	721	-	34.183
	880.480	(42.074)	838.405	5.309	95	843.810
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(2.496)	(67)	(2.563)	-	-	(2.563)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(3.157)	(278)	(3.435)	-	-	(3.435)
Doença	(166)	(2.956)	(3.122)	485	-	(2.637)
Incêndio e Outros Danos	(54.109)	856	(53.253)	-	-	(53.253)
Automóvel	(4.056)	3.030	(1.026)	-	-	(1.026)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(4.691)	(4.194)	(8.885)	-	-	(8.885)
Responsabilidade Civil Geral	(4.505)	(3.527)	(8.032)	-	-	(8.032)
Crédito e Cauções	(73)	(6)	(79)	-	-	(79)
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(8.593)	(13.833)	(22.426)	-	-	(22.426)
	(81.846)	(20.975)	(102.821)	485	-	(102.336)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	122.406	36.114	158.520	4.095	-	162.615
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	19.404	741	20.145	(45)	28	20.128
Doença	142.740	(4.808)	137.932	(1.057)	-	136.875
Incêndio e Outros Danos	64.937	(3.473)	61.464	3.752	-	65.216
Automóvel	392.844	(90.404)	302.440	(988)	-	301.452
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.966	(3.114)	852	4	-	856
Responsabilidade Civil Geral	12.501	(4.321)	8.180	(891)	-	7.289
Crédito e Cauções	(117)	(408)	(525)	(55)	-	(580)
Protecção Jurídica	647	1.001	1.648	-	-	1.648
Assistência	30.017	3.874	33.891	258	67	34.216
Diversos	9.289	1.749	11.037	721	-	11.757
	798.634	(63.049)	735.584	5.794	95	741.474

	2007					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	146.003	54.877	200.880	(32)	-	200.848
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	12.334	1.990	14.324	(279)	86	14.131
Doença	161.824	7.781	169.605	(885)	-	168.720
Incêndio e Outros Danos	102.894	(15.157)	87.737	4	-	87.741
Automóvel	403.633	(25.287)	378.346	(3.649)	-	374.697
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.957	2.090	10.047	(145)	-	9.902
Responsabilidade Civil Geral	12.362	(3.410)	8.952	(323)	-	8.629
Crédito e Cauções	(39)	(825)	(864)	55	-	(809)
Protecção Jurídica	732	914	1.646	(95)	8	1.559
Assistência	28.080	831	28.911	(361)	-	28.550
Diversos	8.125	1.622	9.747	471	-	10.218
	883.905	25.426	909.331	(5.239)	94	904.186
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	-	(1.633)	(1.633)	-	-	(1.633)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(1.278)	(1.888)	(3.166)	-	-	(3.166)
Doença	(41.190)	3	(41.187)	-	-	(41.187)
Incêndio e Outros Danos	(36.501)	8.429	(28.072)	-	-	(28.072)
Automóvel	(5.347)	5.971	624	-	-	624
Marítimo, Aéreo e Transportes	(5.280)	(91)	(5.371)	-	-	(5.371)
Responsabilidade Civil Geral	(3.332)	804	(2.528)	-	-	(2.528)
Crédito e Cauções	(87)	472	385	-	-	385
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(3.721)	16	(3.705)	-	-	(3.705)
	(96.736)	12.083	(84.653)	-	-	(84.653)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	146.003	53.244	199.247	(32)	-	199.215
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11.056	102	11.158	(279)	86	10.965
Doença	120.634	7.784	128.418	(885)	-	127.533
Incêndio e Outros Danos	66.393	(6.728)	59.665	4	-	59.669
Automóvel	398.286	(19.316)	378.970	(3.649)	-	375.321
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.677	1.999	4.676	(145)	-	4.531
Responsabilidade Civil Geral	9.030	(2.606)	6.424	(323)	-	6.101
Crédito e Cauções	(126)	(353)	(479)	55	-	(424)
Protecção Jurídica	732	914	1.646	(95)	8	1.559
Assistência	28.080	831	28.911	(361)	-	28.550
Diversos	4.404	1.638	6.042	471	-	6.513
	787.169	37.509	824.678	(5.239)	94	819.533

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efectuar, e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo: **Acidentes de Trabalho**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	161.384	-	-	-	-	-	-	-	161.384
2002	189.831	130.420	-	-	-	-	-	-	320.251
2003	199.621	142.655	142.469	-	-	-	-	-	484.745
2004	201.435	153.668	143.255	197.014	-	-	-	-	695.372
2005	207.368	161.276	155.076	182.114	172.376	-	-	-	878.210
2006	213.686	162.666	160.052	195.728	193.813	171.468	-	-	1.097.413
2007	216.086	171.215	164.710	199.531	193.324	186.491	179.194	-	1.310.551
2008	**215.044**	**175.879**	**169.013**	**199.393**	**195.103**	**189.002**	**179.290**	**190.399**	**1.513.123**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	202.572
- Sinistros de anos anteriores	6.931
- Custos imputados à regularização de sinistros	(51.403)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	2.984
	161.084

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**158.224**	**147.904**	**153.945**	**153.515**	**154.213**	**143.579**	**108.309**	**73.076**	**1.092.765**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**38.936**	**45.601**	**44.637**	**74.938**	**44.184**	**46.262**	**67.087**	**118.652**	**480.297**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	304.849
Total de seguro directo	785.146
Provisão para sinistros de resseguro aceite	15.845
Total do ramo	**800.991**

Ramo: **Incêndio e Outros Danos em Coisas**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	145.524	-	-	-	-	-	-	-	145.524
2002	148.552	80.450	-	-	-	-	-	-	229.002
2003	148.756	85.868	82.113	-	-	-	-	-	316.737
2004	146.306	87.491	82.036	111.921	-	-	-	-	427.754
2005	145.862	87.737	85.556	112.070	94.631	-	-	-	525.856
2006	145.851	85.815	83.938	110.019	96.767	84.220	-	-	606.610
2007	147.755	89.740	80.636	111.927	103.217	88.676	86.044	-	707.995
2008	**146.858**	**90.471**	**80.935**	**110.549**	**102.111**	**83.468**	**87.971**	**132.778**	**835.141**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	127.145
- Sinistros de anos anteriores	(1.392)
- Custos imputados à regularização de sinistros	(10.996)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(40)
	114.717

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**139.571**	**92.434**	**79.722**	**109.301**	**75.060**	**95.472**	**75.784**	**84.015**	**751.359**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**4.359**	**3.874**	**5.394**	**5.867**	**10.184**	**9.612**	**12.208**	**50.121**	**101.619**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	14.134
Total de seguro directo	115.753
Provisão para sinistros de resseguro aceite	6.768
Total do ramo	**122.521**

Ramo: **Automóvel**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	563.211	-	-	-	-	-	-	-	563.211
2002	580.703	576.632	-	-	-	-	-	-	1.157.335
2003	624.281	600.484	550.502	-	-	-	-	-	1.775.267
2004	640.082	630.630	564.933	554.251	-	-	-	-	2.389.896
2005	637.346	643.504	579.156	536.454	498.157	-	-	-	2.894.617
2006	638.812	641.486	587.860	543.465	491.652	438.945	-	-	3.342.220
2007	652.577	605.102	583.395	548.256	492.711	431.929	417.514	-	3.731.484
2008	**607.099**	**642.737**	**579.115**	**533.898**	**483.104**	**425.696**	**399.699**	**407.495**	**4.078.843**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	347.358
- Sinistros de anos anteriores	(7.067)
- Custos imputados à regularização de sinistros	(47.064)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	10.239
	303.466

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**598.530**	**578.733**	**519.052**	**459.725**	**409.255**	**363.270**	**292.175**	**221.074**	**3.441.814**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**45.886**	**69.729**	**71.850**	**85.480**	**74.789**	**79.957**	**108.776**	**195.751**	**732.218**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	80.554
Total de seguro directo	812.772
Provisão para sinistros de resseguro aceite	25.429
Total do ramo	**838.201**

Ramo: **Marítimo e Transportes**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	4.336	-	-	-	-	-	-	-	4.336
2002	4.840	4.371	-	-	-	-	-	-	9.211
2003	4.927	4.168	2.546	-	-	-	-	-	11.641
2004	4.729	3.290	2.439	2.514	-	-	-	-	12.972
2005	4.650	3.385	2.527	2.739	3.810	-	-	-	17.111
2006	4.637	3.347	2.307	2.408	3.878	2.329	-	-	18.906
2007	4.641	3.054	2.019	2.577	3.871	2.658	3.654	-	22.474
2008	**4.353**	**2.406**	**1.992**	**2.864**	**3.904**	**2.501**	**3.852**	**2.148**	**24.020**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	1.546
- Sinistros de anos anteriores	(268)
- Custos imputados à regularização de sinistros	161
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(30)
	1.409

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**4.142**	**3.072**	**2.961**	**2.543**	**3.610**	**2.042**	**3.117**	**671**	**22.158**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**53**	**49**	**183**	**505**	**441**	**459**	**735**	**1.477**	**3.902**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	563
Total de seguro directo	4.465
Provisão para sinistros de resseguro aceite	719
Total do ramo	**5.184**

Ramo: **Aéreo**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	1.080	-	-	-	-	-	-	-	1.080
2002	1.269	686	-	-	-	-	-	-	1.955
2003	1.316	719	607	-	-	-	-	-	2.642
2004	1.216	672	1.111	3.117	-	-	-	-	6.116
2005	1.065	667	4.379	2.735	2.506	-	-	-	11.352
2006	999	562	4.368	22.813	2.369	883	-	-	31.994
2007	999	432	4.244	23.807	2.250	985	454	-	33.171
2008	**870**	**563**	**4.546**	**29.010**	**2.249**	**1.037**	**446**	**457**	**39.178**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	6.008
- Sinistros de anos anteriores	(834)
- Custos imputados à regularização de sinistros	27
- Custos com sinistros de resseguro aceite	11
	5.212

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**1.101**	**1.023**	**4.885**	**3.131**	**1.573**	**960**	**334**	**129**	**13.136**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**2**	**0**	**302**	**26.138**	**872**	**94**	**113**	**332**	**27.853**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	12.098
Total de seguro directo	39.951
Provisão para sinistros de resseguro aceite	3.646
Total do ramo	**43.597**

Ramo: **Mercadorias Transportadas**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	7.026	-	-	-	-	-	-	-	7.026
2002	8.954	6.685	-	-	-	-	-	-	15.639
2003	8.901	8.118	4.893	-	-	-	-	-	21.912
2004	8.762	7.030	4.320	4.796	-	-	-	-	24.908
2005	8.455	6.876	4.536	5.039	4.272	-	-	-	29.178
2006	8.580	6.737	4.620	4.934	4.865	3.979	-	-	33.715
2007	8.702	5.474	4.527	4.999	4.623	4.597	5.643	-	38.565
2008	**7.603**	**6.415**	**4.419**	**4.785**	**4.683**	**4.899**	**5.452**	**4.524**	**42.780**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	4.211
- Sinistros de anos anteriores	(1.564)
- Custos imputados à regularização de sinistros	447
- Custos com sinistros de resseguro aceite	22
	3.116

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**8.163**	**6.960**	**5.210**	**4.853**	**4.160**	**3.760**	**4.731**	**1.365**	**39.202**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**132**	**203**	**285**	**211**	**567**	**1.142**	**736**	**3.161**	**6.437**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	474
Total de seguro directo	6.911
Provisão para sinistros de resseguro aceite	209
Total do ramo	**7.120**

Ramo: **Responsabilidade Civil**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	13.397	-	-	-	-	-	-	-	13.397
2002	15.961	12.802	-	-	-	-	-	-	28.763
2003	18.674	19.174	11.948	-	-	-	-	-	49.796
2004	21.878	17.817	28.066	13.042	-	-	-	-	80.803
2005	22.198	19.145	32.492	16.643	13.576	-	-	-	104.054
2006	18.762	19.753	21.360	16.073	14.563	13.613	-	-	104.124
2007	18.758	18.891	21.729	17.622	14.401	16.350	9.615	-	117.366
2008	**18.821**	**18.602**	**21.721**	**18.092**	**13.507**	**17.811**	**14.104**	**10.805**	**133.463**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	16.097
- Sinistros de anos anteriores	(582)
- Custos imputados à regularização de sinistros	(1.063)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1.761
	16.213

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**17.037**	**14.368**	**13.796**	**15.153**	**8.749**	**11.350**	**8.091**	**3.337**	**91.881**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**5.744**	**5.014**	**7.635**	**5.011**	**6.078**	**6.619**	**6.318**	**8.070**	**50.489**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	17.468
Total de seguro directo	67.957
Provisão para sinistros de resseguro aceite	36.323
Total do ramo	**104.280**

Ramo: **Perdas Pecuniárias Diversas**

Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**Total**
2001	1.960	-	-	-	-	-	-	-	1.960
2002	2.062	2.207	-	-	-	-	-	-	4.269
2003	2.096	2.294	4.783	-	-	-	-	-	9.173
2004	2.159	2.385	4.340	7.095	-	-	-	-	15.979
2005	2.111	2.470	4.593	7.533	2.926	-	-	-	19.633
2006	2.014	2.438	4.424	7.328	4.189	5.079	-	-	25.472
2007	2.019	2.450	4.346	7.796	4.173	6.005	8.953	-	35.742
2008	**2.016**	**2.451**	**4.352**	**7.738**	**4.216**	**6.192**	**9.745**	**32.351**	**69.061**

Custos com sinistros registados em 2008:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2008	33.318
- Sinistros de anos anteriores	(1.318)
- Custos imputados à regularização de sinistros	657
- Custos com sinistros de resseguro aceite	862
	33.519

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2008	**2.014**	**2.296**	**5.328**	**8.015**	**4.135**	**5.248**	**8.233**	**14.626**	**49.895**

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2008	**66**	**3**	**7**	**2**	**94**	**945**	**1.537**	**17.750**	**20.404**

Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001	81
Total de seguro directo	20.485
Provisão para sinistros de resseguro aceite	644
Total do ramo	**21.129**

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros reflectidos em outros activos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros em 2008 e 2007 apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2008					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	43.002	10.307	53.310	30.161	-	83.471
com participação nos resultados	36.556	3.896	40.453	(2.676)	7.720	45.496
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.385.852	(252)	1.385.599	(447.862)	4.728	942.466
	1.465.410	13.951	1.479.361	(420.377)	12.448	1.071.433
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(6.858)	670	(6.188)	113	-	(6.076)
com participação nos resultados	(2.878)	(585)	(3.463)	288	-	(3.176)
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	2	2	7	-	9
	(9.736)	87	(9.649)	407	-	(9.242)
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	36.144	10.977	47.121	30.274	-	77.395
com participação nos resultados	33.678	3.311	36.989	(2.389)	7.720	42.321
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.385.852	(250)	1.385.602	(447.855)	4.728	942.475
	1.455.674	14.038	1.469.712	(419.969)	12.448	1.062.191

	2007					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	32.537	203	32.740	5.161	-	37.901
com participação nos resultados	35.570	17.969	53.539	(8.267)	5.852	51.124
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.062.142	22.653	1.084.795	(163.286)	46.406	967.915
	1.130.249	40.825	1.171.074	(166.392)	52.258	1.056.940
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(5.647)	281	(5.366)	(506)	-	(5.872)
com participação nos resultados	(2.796)	(1.818)	(4.614)	159	-	(4.455)
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	(3)	(3)	(7)	-	(10)
	(8.443)	(1.540)	(9.983)	(354)	-	(10.337)
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	26.890	484	27.374	4.655	-	32.029
com participação nos resultados	32.774	16.151	48.925	(8.108)	5.852	46.669
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.062.142	22.650	1.084.792	(163.293)	46.406	967.905
	1.121.806	39.285	1.161.091	(166.746)	52.258	1.046.603

35.4 COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS E CUSTOS ASSOCIADOS À ACTIVIDADE DE SEGUROS

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008			2007		
	Ramo vida	Ramos não vida	Total	Ramo vida	Ramos não vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	11.578	27.017	38.595	4.258	25.814	30.072
Comissões de gestão de Co-Seguro	129	1.115	1.244	224	996	1.220
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	74	-	74	66	-	66
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	-	2.250	2.250	15	1.084	1.099
	11.781	30.382	42.163	4.563	27.894	32.457
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro directo:						
- Comissões de mediação e corretagem	(6.946)	(119.118)	(126.064)	(1.267)	(129.020)	(130.287)
- Comissões de cobrança	(113)	(10.250)	(10.363)	(128)	(10.802)	(10.930)
- Outras	(1.277)	(7.763)	(9.040)	-	-	-
De operações de resseguro aceite	-	(12.112)	(12.112)	-	(7.548)	(7.548)
Comissões de gestão de Co-Seguro	(7)	(676)	(683)	(18)	(602)	(620)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	(490)	5.938	5.448	(326)	5.227	4.901
Impostos da actividade	(1.252)	(9.734)	(10.986)	(1.083)	(24.542)	(25.625)
Outros	(12)	(2)	(14)	(22)	(31)	(53)
	(10.097)	(153.717)	(163.814)	(2.844)	(167.318)	(170.162)
Outros	-	-	1.392	-	-	1.805
	1.684	(123.335)	(120.259)	1.719	(139.424)	(135.900)

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	14.026	12.230
Remuneração dos empregados	720.533	693.946
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 37)	140	1.725
	734.699	707.901
Outros encargos relativos a remunerações	64.106	60.042
Assistência médica - CGD		
- Custo normal (Nota 37)	30.948	28.156
- Contribuições relativas a pessoal no activo	29.532	29.129
- Amortizações dos desvios acima do corredor (Nota 37)	4.684	4.012
Responsabilidades com pensões - CGD (Nota 37)		
- Custo normal	69.654	61.504
- Reforma antes da idade normal de reforma (Nota 37)	1.247	143
Outros encargos com pensões		
Caixa Seguros		
- Custo normal	1.399	2.547
- Outros	237	4.487
Outros	8.182	5.056
Outros encargos sociais obrigatórios	22.213	18.328
	232.201	213.404
Outros custos com pessoal	36.910	20.911
	1.003.810	942.217

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica "Remuneração dos empregados" inclui 40.000 mEuros, relativos à provisão para distribuição de resultados aos empregados da CGD.

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os exercícios de 2008 e 2007, por tipo de funções, foi o seguinte:

	31.12.2008			31.12.2007		
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo
Direcção	313	208	521	285	230	515
Chefias	2.720	544	3.264	2.399	836	3.235
Técnicos	3.764	1.504	5.268	3.810	1.293	5.103
Administrativos	7.629	2.042	9.671	7.236	1.759	8.995
Auxiliares	1.282	341	1.623	1.183	299	1.482
	15.707	4.639	20.345	14.913	4.417	19.330
Número de efectivos no final do exercício	16.168	4.629	20.797	16.034	4.456	20.490

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os números apresentados acima não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (295 em 2008 e 299 em 2007), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2008 e 2007) e os que se encontram em comissão de serviço no exterior (78 em 2008 e 82 em 2007).

37. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

37.1 Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Responsabilidades com empregados da CGD

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de Dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de Novembro, cujo montante total ascendeu a 2.510.043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

. Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;

. Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2008, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;

. Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;

. Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 7,5%

- Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de activos do fundo de pensões de montante equivalente.

<u>Responsabilidades com empregados da Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. e Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.</u>

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector segurador, a Fidelidade - Mundial e a Império Bonança concedem aos seus Colaboradores, admitidos na Actividade Seguradora até Junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações, varia em função da remuneração do Colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na actividade seguradora.

Adicionalmente, a Império Bonança:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.

- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato colectivo de trabalho aos Colaboradores admitidos até Junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do Fundo de Pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de Janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respectivo fundo de pensões.

Determinação das responsabilidades

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo foram as seguintes:

	2008		2007	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Método actuarial	Projected Unit Credit		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade				
. Homens	TV 73/77		TV 73/77	
. Mulheres	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de invalidez	EKV 80		EKV 80	
Taxa de desconto	5,75%	5,75%	5,00%	4,75%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	4,55%	5,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,00%	2,50%	1,00%
Tabela de saídas:				
. Idades inferiores a 30 anos	5%	n/a	5%	n/a
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	n/a	1%	n/a
. Idades superiores a 40 anos	0%	n/a	0%	n/a

Nos estudos efectuados em relação à CGD em 2008 e 2007, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2008 e 2007 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2008		2007	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	-6,97%	5,25%	4,96%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	3,69%	3,00%	4,77%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,65%	2,50%	2,77%

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços passados do Grupo de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2008				2007			
	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:								
Activos	746.831	38.586	21.074	806.491	717.616	36.217	19.817	773.650
Reformados e pré-reformados	390.350	198.879	15.557	604.786	388.813	212.317	14.423	615.553
	1.137.181	237.464	36.631	1.411.277	1.106.429	248.534	34.240	1.389.203
Fundos de pensões autónomos	1.137.181	143.123	667	1.280.972	1.106.441	156.415	710	1.263.566
Provisões matemáticas	-	72.969	-	72.969	-	75.009	-	75.009
Provisões para pensões e encargos similares	-	24.517	39.305	63.822	-	26.908	38.018	64.926
	1.137.181	240.609	39.972	1.417.762	1.106.441	258.332	38.728	1.403.501
Diferencial	-	3.145	3.341	6.486	12	9.798	4.488	14.298
Nível de financiamento	100,00%	101,32%	109,12%	100,46%	100,00%	103,94%	113,11%	101,03%

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades da Caixa encontravam-se integralmente financiadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a 1.105.522 mEuros e 1.277.645 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para pensões e encargos similares de "Outras entidades", incluem 1.500 mEuros relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal o número de beneficiários em 2008 e 2007 era o seguinte:

	2008		2007	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Activos	10.539	2.608	10.909	2.708
Reformados e pré-reformados	3.772	2.810	3.460	2.826
	14.311	5.418	14.369	5.534

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	955.302	261.521	39.703	1.256.526
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	26.838	-	160	26.998
Efectuadas pela entidade	61.006	11.109	325	72.440
De natureza extraordinária	38.297	-	-	38.297
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	(953)	2.408	1.455
Variação nas provisões matemáticas	-	(2.924)	-	(2.924)
Pensões pagas	(23.499)	(16.059)	(958)	(40.516)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	48.497	5.643	270	54.410
Outras variações	-	(5)	(3.180)	(3.185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.106.441	258.332	38.728	1.403.501
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	27.053	-	174	27.227
Efectuadas pela entidade	69.168	7.039	282	76.489
De natureza extraordinária	39.458	-	-	39.458
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	(1.802)	4.113	2.310
Variação nas provisões matemáticas	-	(15.239)	(1.123)	(16.362)
Pensões pagas	(25.447)	(3.335)	(43)	(28.825)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(79.493)	(2.040)	-	(81.533)
Outras variações	-	(2.345)	(2.159)	(4.504)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1.137.181	240.609	39.972	1.417.762

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 200.275 mEuros e 70.911 mEuros, respectivamente, dos quais 120.838 mEuros relativos a alienações pela CGD ao Fundo de Pensões, ocorrida em 2008 (Nota 14). Detém ainda títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 274.031 mEuros e 87.805 mEuros, respectivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respectivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Situação em 31 de Dezembro de 2006	-	3.007	5.493	8.500
Custo dos serviços correntes	(69.422)	(1.558)	(194)	(71.174)
Custo dos juros	(44.801)	(8.800)	(83)	(53.684)
Retorno esperado dos activos do plano	52.719	7.811	155	60.685
Custo normal do exercício (Nota 36)	(61.504)	(2.547)	(122)	(64.173)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	(143)	(828)	(903)	(1.874)
Variações com impacto em resultados	(61.504)	(3.375)	(1.025)	(66.047)
Desvios de responsabilidades	(33.422)	2.933	133	(30.356)
Desvios de rendimento	(4.222)	(3.876)	124	(7.974)
Desvios	(37.644)	(943)	257	(38.330)
Contribuições entregues pela entidade	99.303	11.109	325	110.737
Outros	-	-	(563)	(563)
Situação em 31 de Dezembro de 2007	155	9.798	4.487	14.297
Custo dos serviços correntes	(75.696)	(1.420)	(160)	(77.276)
Custo dos juros	(54.651)	(7.094)	(40)	(61.785)
Retorno esperado dos activos do plano	60.693	7.115	34	67.842
Custo normal do exercício (Nota 36)	(69.654)	(1.399)	(165)	(71.218)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	(1.247)	-	1.077	(170)
Variações com impacto em resultados	(70.901)	(1.399)	912	(71.388)
Desvios de responsabilidades	102.449	512	449	103.409
Desvios de rendimento	(140.186)	(12.188)	(36)	(152.410)
Desvios	(37.738)	(11.676)	413	(49.001)
Contribuições entregues pela entidade	108.626	7.039	282	115.947
Outros	-	(617)	(2.753)	(3.370)
Situação em 31 de Dezembro de 2008	-	3.145	3.341	6.486

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD em 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	2008	2007
Alteração da taxa de desconto (4,75% para 5% em 2007 e 5% para 5,75% em 2008)	157.315	49.122
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2% para 2,5%)	-	(57.805)
Alteração da taxa de crescimento dos salários (3% para 3,5%)	(34.473)	-
Outros desvios de responsabilidades	(20.393)	(24.739)
	102.449	(33.422)

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" e em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 ascendiam a 427.832 mEuros e 443.888 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, após Maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões, que em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 ascendem a 24.517 mEuros e 26.908 mEuros, respectivamente.

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 40.925 mEuros e 39.279 mEuros, respectivamente (Nota 26).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2008 e 2008 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" e ascende a 2.059 mEuros e 2.053 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades no montante de 1.500 mEuros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das IFRS nos exercícios de 2008 e 2007 relativamente à CGD pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios acima do Corredor		
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde	Total (Nota 19)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	67.954	41.920	-	64.074	173.948
Desvios actuariais do ano	37.644	2.469	-	12.074	52.187
Amortização (Nota 36)	-	-	-	(4.012)	(4.012)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	105.598	44.389	-	72.136	222.123
Desvios actuariais do ano	8.120	(1.606)	29.618	(25.920)	10.212
Amortização (Nota 36)	-	-	-	(4.684)	(4.684)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	113.718	42.783	29.618	41.532	227.651

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 16 anos até à reforma dos activos.

Provisões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
CGD		
. Provisão para assistência médica pós-emprego	427.832	443.888
. Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	5.042	5.182
. Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	2.059	2.053
. Responsabilidades da Sucursal de França	1.500	1.500
	436.433	452.623
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	38.268	36.828
. Outros	1.037	1.190
Provisão para assistência médica pós-emprego		
. Caixa Seguros (Império – Bonança)	24.517	26.908
. Outros	3.593	2.745
Outros	2.039	11.331
	505.886	531.625

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2008 e 2007, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 23):

	2008	2007
Saldo no início do exercício	531.625	495.870
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
. Assistência médica – CGD (Nota 36)	30.948	28.156
. Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 36)	(140)	1.725
Desvios actuariais relativos a assistência médica pós-emprego	(27.526)	14.543
Outros	996	(3.594)
	4.278	40.830
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões"	2.102	14.432
Utilizações:		
. Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(19.478)	(18.006)
. Outros	(12.091)	(1.301)
Outros	(550)	(200)
Saldo no final do exercício	505.886	531.625

38. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	102.624	101.259
- Serviços de estudos e consultas	11.464	28.155
- Avenças e honorários	10.157	30.104
- Serviços de limpeza	11.006	9.630
- Serviços de segurança e vigilância	7.100	7.043
- Serviços de Informações	7.661	7.242
- Outros	183.839	138.220
Rendas e alugueres	80.450	77.043
Publicidade e edição de publicações	68.329	66.126
Comunicações e despesas de expedição	56.437	55.042
Conservação e reparação	47.748	49.858
Água, energia e combustiveis	23.420	21.767
Deslocações, estadas e representação	20.524	18.224
Transporte de valores e outros	14.143	13.010
Impressos e material de consumo corrente	10.844	11.323
Outros	20.145	16.688
	675.890	650.733

39. IMPARIDADE EM ACTIVOS

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008								
	Saldo em 31.12.2007	Entrada/ (saída) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2008	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.728.849	86	1.051.969	(551.270)	(108.135)	1.520	(1.932)	2.121.086	(53.144)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	1.337	-	109.153	(8.303)	-	3.484	711	106.381	-
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8)									
Instrumentos de capital	173.735	-	632.654	-	(170.915)	86	14.674	650.234	
Instrumentos de dívida	9.593	-	42.725	-	-	644	(296)	52.666	
Outros instrumentos	-	-	4.924	-	-	-	-	4.924	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	16.783	-	1.732	(7.756)	(256)	-	8.670	19.172	-
Imparidade de activos intangíveis	913	957	-	-	-	-	(913)	957	
Imparidade de activos não correntes detidos para venda									
Filiais	40.000	-	-	(40.000)	-	-	-	-	
Imóveis e equipamento	20.024	-	12.393	(8.528)	(691)	(1)	4.927	28.124	
Imparidade de outros activos (Notas 12 e 19)									-
Bens recebidos em dação de crédito (Notas 12 e 19)	12.160	-	1.971	-	-	-	(4.478)	9.653	
Outros activos (Nota 19)	174.202	27	46.387	(13.258)	(1.403)	(46)	(25.478)	180.431	
	448.747	984	851.939	(77.846)	(173.265)	4.167	(2.183)	1.052.543	-
	2.177.596	1.070	1.903.908	(629.116)	(281.400)	5.687	(4.115)	3.173.629	(53.144)

	2007								
	Saldo em 31.12.2006	Entrada/ (saída) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2007	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.556.149	(1.431)	739.491	(398.216)	(164.163)	(7.586)	4.605	1.728.849	(91.836)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	2.355	-	7.567	(6.058)	-	-	(2.527)	1.337	-
Imparidade de activos disponíveis para venda									
Instrumentos de capital	276.409	(53)	-	-	(110.679)	(203)	8.261	173.735	-
Instrumentos de dívida	14.024	-	4.317	(242)	-	(298)	(8.208)	9.593	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	18.533	-	-	(1.676)	(225)	-	151	16.783	-
Imparidade de activos intangíveis	44.709	-	-	(43.750)	-	-	(46)	913	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda									
Filiais	-	-	40.000	-	-	-	-	40.000	-
Imóveis e equipamento	17.318	-	5.073	(1.170)	(1.519)	-	322	20.024	-
Imparidade de outros activos (Notas 12 e 19)									
Bens recebidos em dação de crédito (Notas 12 e 19)	20.083	-	-	(4.623)	(3.300)	-	-	12.160	-
Outros activos (Nota 19)	161.690	(3.537)	27.053	(6.807)	1.186	-	(5.383)	174.202	-
Imparidade em associadas	569	-	2.593	(2.878)	(414)	(24)	154	-	-
	555.690	(3.590)	86.603	(67.204)	(114.951)	(525)	(7.276)	448.747	-
	2.111.839	(5.021)	826.094	(465.420)	(279.114)	(8.111)	(2.671)	2.177.596	(91.836)

No exercício de 2007, a Recuperação de créditos, juros e despesas, inclui 34.250 mEuros relativos à alienação pela Caixa de um conjunto de créditos que tinham sido abatidos ao activo (Nota 11).

40. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard,* nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Actividade Seguradora: inclui a actividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.. A actividade foi dividida entre Vida e Não Vida;

- Corporate Finance: inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "repo" e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;

- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;

- Banca comercial: inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;

- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;

- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

Linhas de negócio

	2008								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	205 600	1 314 210	478 006	375	78 705	(6 843)	201	10 904	2.081.158
Rendimentos de instrumentos de capital	22 066	278	84 192	-	163	2 011	137	11 405	120.252
Rendimentos de serviços e comissões	32 408	146 332	67 618	45 521	32 518	4 235	238	203 820	532.690
Encargos com serviços e comissões	(10 443)	(28 053)	(7 082)	(2 294)	(3 884)	(452)	(833)	(60 868)	(113.909)
Resultados em operações financeiras	213 409	35 612	(1 211)	(40)	959	(605)	(294)	(1 273)	246.559
Outros resultados de exploração	(1 840)	46 543	23 499	24	4 841	(30)	(346)	106 771	179.464
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	982 224	1 231 481	-	2.213.705
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	150 633	76 459	-	227.092
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(1 062 192)	(743 389)	-	(1.805.582)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	1 689	(121 338)	(610)	(120.259)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	461.200	1.514.922	645.023	43.587	113.303	70.669	442.317	270.150	3.561.170
Outros custos e proveitos									(3 102 146)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									459.023
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	7 171 134	650 812	156 051	6	1 112	7 601	6 689	74 038	8.067.442
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	11 120 496	42 364	171 646	9 314	65 642	7 953 223	1 439 723	720 679	21.523.088
Crédito a clientes (líquido)	3 615	38 483 431	36 234 579	-	572 676	3 163	3 511	10 236	75.311.211
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	26 712	229 717	(16 241)	240.188
Activo líquido total	18 295 245	39 176 607	36 562 276	9 320	639 430	7 990 698	1 679 641	6 706 864	111.060.082
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	6 702 782	69 750	160 795	-	9 943	-	-	8 577	6.951.849
Recursos de clientes e outros empréstimos	232 127	45 153 241	10 261 840	-	5 806	4 472 692	-	2 048	60.127.756
Responsabilidades representadas por títulos	19 228 837	700 260	-	-	-	-	-	-	19.929.097
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	4 801 206	2 391 144	-	7.192.350
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	620 486	-	-	620.486

	2007								
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Outros	Total
Margem financeira	312.321	1.296.767	235.436	299	50.493	28.564	504	14.702	1.939.085
Rendimentos de instrumentos de capital	11.557	332	72.217	-	92	-	-	8.698	92.896
Rendimentos de serviços e comissões	25.902	192.053	66.534	61.424	31.195	1.140	200	112.517	490.964
Encargos com serviços e comissões	(11.737)	(45.341)	(821)	(3.703)	(140)	(552)	(410)	(33.342)	(96.046)
Resultados em operações financeiras	78.493	1.168	(158)	142	422	(1.149)	(4.764)	10.183	84.336
Outros resultados de exploração	(1.387)	21.063	3.352	(62)	(60)	581	25.513	39.833	88.832
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	946.074	1.296.692	-	2.242.766
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	208.064	102.763	-	310.827
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(1.046.928)	(821.520)	-	(1.868.448)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	(5)	-	-	-	(13.280)	(122.615)	-	(135.900)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	415.149	1.466.037	376.559	58.099	82.002	122.514	476.362	152.591	3.149.313
Outros custos e proveitos									(2.293.002)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									856.311
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	6.547.933	675.325	330.696	3	-	55.552	12.077	46.243	7.667.829
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	12.191.440	62.177	198.188	12.749	30.487	8.002.372	2.022.837	595.469	23.115.720
Crédito a clientes (líquido)	91.522	36.847.917	29.458.229	2.004	428.422	3.692	3.658	8.856	66.844.299
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	27.285	207.011		234.296
Activo líquido total	18.830.895	37.585.418	29.987.114	14.757	458.909	8.088.900	2.245.584	6.342.187	103.553.764
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	8.522.397	98.045	212.324	-	2	-	-	8.468	8.841.236
Recursos de clientes e outros empréstimos	212.793	40.152.669	10.541.127	-	5.587	3.124.303	-	2.288	54.038.767
Responsabilidades representadas por títulos	16.222.804	704	7.360	-	-	-	-		16.230.868
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	5.246.155	2.427.747		7.673.902
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	777.115	-		777.115

Mercados Geográficos

	2008								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	8.742.417	1.787.265	191.605	1.439.038	-	171.951	154.694	(5.161.431)	7.325.539
Juros e encargos similares	(7.112.575)	(1.576.600)	(169.404)	(1.387.492)	-	(122.546)	(64.891)	5.189.127	(5.244.381)
Rendimentos de instrumentos de capital	210.914	21.916	-	-	-	137	993	(113.708)	120.252
Rendimentos de serviços e comissões	494.393	61.225	1.047	2.985	-	18.215	34.227	(79.402)	532.690
Encargos com serviços e comissões	(117.324)	(20.234)	(142)	(277)	-	(8.746)	(8.500)	41.314	(113.909)
Resultados em operações financeiras	202.253	(18.805)	(3.117)	(319)	2.023	23.159	15.939	25.426	246.559
Outros resultados de exploração	416.337	(3.705)	(1.089)	(457)	229	6.714	5.159	(243.724)	179.464
Prémios, líquidos de resseguro	2.210.127	-	-	-	-	-	3.578	-	2.213.705
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	250.917	-	-	-	-	-	-	(23.825)	227.092
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.803.666)	-	-	-	-	-	(1.916)	-	(1.805.582)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(149.655)	-	-	-	-	-	1.392	28.004	(120.259)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	3.344.138	251.062	18.900	53.478	2.252	88.884	140.675	(338.219)	3.561.170
Outros custos e proveitos									(3.102.147)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									459.023
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	20.029.361	17.643.115	1.223.508	1.663.255	18	2.706.928	495.609	(35.694.352)	8.067.442
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.855.805	2.965.478	671.322	541.953	40.383	59.201	275.368	(4.886.422)	21.523.088
Crédito a clientes (líquido)	61.874.411	9.801.441	973.405	680.299	-	1.160.189	970.288	(148.822)	75.311.211
Provisões técnicas de resseguro cedido	237.549	-	-	-	-	-	2.639	-	240.188
Activo líquido total	112.783.498	31.414.862	2.917.973	3.951.818	44.314	4.200.770	1.893.530	(46.146.683)	111.060.082
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	25.403.795	12.556.330	1.184.332	1.682.349	-	288.959	76.601	(34.240.517)	6.951.849
Recursos de clientes e outros empréstimos	51.669.172	3.905.825	1.264.354	50.740	-	3.384.005	1.445.176	(1.591.516)	60.127.756
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	620.486	-	-	-	-	-	-	-	620.486
Responsabilidades representadas por títulos	11.475.967	10.376.939	423.474	583.126	-	-	4.661	(2.935.070)	19.929.097
Provisões técnicas de contratos de seguros	7.184.019	-	-	-	-	-	8.331	-	7.192.350

	2007								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	6.858.368	1.508.622	1.447	597.760	459	187.967	134.847	(3.379.349)	5.910.121
Juros e encargos similares	(5.274.516)	(1.353.848)	(474)	(559.020)	-	(139.387)	(56.627)	3.412.836	(3.971.036)
Rendimentos de instrumentos de capital	198.328	11.536	-	-	-	92	786	(117.846)	92.896
Rendimentos de serviços e comissões	475.537	50.421	288	2.587	-	14.921	29.451	(82.240)	490.965
Encargos com serviços e comissões	(114.960)	(23.668)	(100)	(60)	-	(6.346)	(3.831)	52.918	(96.047)
Resultados em operações financeiras	79.977	36.105	-	281	45	7.154	11.912	(51.138)	84.336
Outros resultados de exploração	225.528	(4.202)	(21)	(595)	5	6.385	5.035	(143.303)	88.832
Prémios, líquidos de resseguro	2.239.262	-	-	-	-	-	3.505	(1)	2.242.766
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	348.671	-	-	-	-	-	-	(37.844)	310.827
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.866.136)	-	-	-	-	-	(2.312)	-	(1.868.448)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(160.239)	-	-	-	-	-	1.806	22.533	(135.900)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	3.009.820	224.966	1.140	40.953	509	70.786	124.572	(323.434)	3.149.312
Outros custos e proveitos									(2.293.001)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD									856.311
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	19.035.211	16.942.960	14.345	2.255.190	2.510	2.870.780	551.584	(34.004.751)	7.667.829
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	22.363.212	3.093.703	564	497.844	-	41.304	281.480	(3.162.388)	23.115.719
Crédito a clientes (líquido)	56.251.033	8.759.465	16.404	496.287	-	804.875	780.752	(264.516)	66.844.300
Provisões técnicas de resseguro cedido	231.901	-	-	-	-	-	2.395	-	234.296
Activo líquido total	105.712.519	29.582.161	31.701	4.326.633	20.972	3.941.914	1.708.377	(41.770.513)	103.553.764
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	28.015.312	11.628.405	2	2.000.794	-	291.091	23.588	(33.117.955)	8.841.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	46.810.097	3.368.363	25.818	102.805	-	3.255.773	1.417.000	(941.089)	54.038.767
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	777.115	-	-	-	-	-	-	-	777.115
Responsabilidades representadas por títulos	7.788.961	9.996.868	-	587.042	-	-	9.629	(2.151.632)	16.230.868
Provisões técnicas de contratos de seguros	7.666.693	-	-	-	-	-	7.209	-	7.673.902

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

41. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2008			2007		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:						
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	736.760	-	27.032	689.363	-	21.836
Crédito a clientes	41.243	31.578	740.332	-	58.715	853.151
Provisões para crédito / Imparidade	-	7	8.190	-	1	7.849
Outros activos	21.152	18.581	232.408	31.149	23.884	173.400
Passivos:						
Recursos de clientes e outros empréstimos	147.825	1.072.780	27.805	1.991	2.232.896	21.519
Outros passivos	918	0	2.094	1.209	529	2.387
Garantias prestadas	-	1.634	9.373	399	3.705	17.320
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	23.009	1.176	34.621	23.334	2.661	64.643
Ganhos em operações financeiras	37.146	-	5.583	8.771	-	75
Rendimentos de serviços e comissões	-	187	202	-	378	349
Prémios de seguro	-	-	5.523	-	2.456	2.798
Outros proveitos de exploração	-	-	477	298	-	619
Custos:						
Juros e encargos similares	83	4.424	7.101	1.250	47.410	3.695
Perdas em operações financeiras	19.615	-	2.220	10.592	-	517
Comissões	-	0	52	-	15	172
Outros custos de exploração	4	0	5.876	3	2.483	2.550

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração local.

Conforme descrito em maior detalhe nas Notas 3 e 16, no exercício de 2008 a Caixa alienou à Parpública participações detidas na CLF, ADP e REN. Em resultado destas operações, foi reconhecida uma mais-valia global de 155.899 mEuros. Ainda no exercício de 2008, a Caixa alienou ao Fundo de Pensões do Pessoal da caixa Geral de Depósitos, por 120.838 mEuros, imóveis cujo valor de balanço nessa data, líquido de amortizações e imparidade acumuladas, ascendia a 61.855 mEuros. O resultado nesta operação foi registado na rubrica “Outros resultados de exploração – outros activos tangíveis” (Nota 34).

Órgãos de gestão

Em 2008 os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Caixa e das empresas do Grupo ascenderam a 19.058 mEuros (16.609 mEuros no exercício de 2007).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido a membros dos Conselhos de Administração ascendia a mEuros 712 e mEuros 2.762 respectivamente.

42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito –

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias, para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de rating e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tida em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspectos/condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Adicionalmente, encontra-se implementado um modelo de limites de curto prazo, que utilizando um conjunto de indicadores e o rating atribuído pelos modelos internos, sugere um limite global para o cliente, bem como um sub-limite para crédito financeiro. Os limites são depois geridos pela área comercial, cabendo à DGR apenas o acompanhamento dos mesmos e a sua revisão, pelo menos anualmente, ou sempre que a actividade e o relacionamento com o cliente assim o justifiquem.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro –

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne regularmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de “cash inflows” e “cash outflows”, bem como os respectivos “gaps” de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes "buckets" considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 82% do seu saldo ("core deposits") é considerado no "bucket" superior a 10 anos, sendo o restante ("non-core deposits") alocado nos "buckets" até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes "buckets" de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no "bucket" até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no "bucket" até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos "gaps" de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos "mismatchs" existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer da emissão de dívida.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas ("repricing" dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos "cash flows" activos e passivos, bem como os correspondentes "gaps" de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo "gap" de duração. Através deste, procura medir-se o nível de "mismatch" entre o tempo médio em que os "cash inflows" são gerados e os "cash outflows" são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses "gaps" sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na yield curve.

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de "guidelines" sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas "guidelines" é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o "trade-off" rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao "gap" acumulado a 12 meses e ao "gap" de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador "economic value at risk" (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador "earnings at risk" (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/− 200 bpv (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo CGD.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2008	2007
Títulos de Negociação		
Divida Pública	925.638	1.356.196
Divida Privada	466.493	1.537.152
	1.392.131	2.893.348
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor em contrapartida de resultados		
Divida Pública	29.980	35.937
Divida Privada	308.362	1.473.239
	338.342	1.509.176
Activos detidos para venda		
Divida Pública	3.501.920	3.636.010
Divida Privada	8.470.876	7.382.558
	11.972.796	11.018.568
	13.703.269	15.421.092
Instrumentos Financeiros Derivados	2.503.937	998.263
Aplicações e Empréstimos de IC's	5.554.828	4.789.664
Crédito a clientes	75.311.211	66.844.296
Outros devedores	1.683.361	1.396.730
Outras operações a regularizar	479.148	360.286
	85.532.485	74.389.239
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas		
Garantias e avales	3.819.610	3.194.127
Cartas de crédito stand-by	80.500	196.442
Créditos documentários abertos	171.479	158.136
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	5.745	36.653
Contratos de Depósitos a prazo a constituir	410.733	341.989
Linhas de crédito irrevogáveis	2.703.038	2.292.549
Outros compromissos irrevogáveis	1.946.877	2.002.169
Credit Default Swaps	695.862	1.068.182
	9.833.844	9.290.247
Exposição máxima	**109.069.598**	**99.100.578**

Qualidade de Crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresente a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por rating da Standard & Poor's ou equivalente e por país de origem da contraparte:

	2008						
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	**Total**
AAA	-	43.851	-	-	-	41	43.892
AA- até AA+	-	498.805	106.002	-	5.103	60.330	670.240
A- até A+	296.581	1.578.272	28.398	-	40.438	17.790	1.961.479
Menor que A-	1.577.191	60.930	7.185	32.127	55.433	70.241	1.803.107
Sem Rating	656.440	161.018	2.974	-	94.776	82.254	997.462
Empresas do Grupo CGD	1.394	-	-	-	-	77.254	78.648
	2.531.606	2.342.876	144.560	32.127	195.749	307.909	5.554.828

	2007						
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros	**Total**
AAA	-	10.041	-	-	-	38	10.079
AA- até AA+	206.101	1.020.888	329.368	-	221.242	173.787	1.951.386
A- até A+	173.747	1.500.438	117.985	-	46.961	10.342	1.849.474
Menor que A-	340	83.821	67.939	356.273	27.624	125.499	661.496
Sem Rating	118.923	107.317	3.505	2.729	8.244	76.510	317.228
	499.110	2.722.506	518.798	359.002	304.070	386.176	4.789.664

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	25.846	324.638	33.448	2.322	386.254
AA- até AA+	753.662	58.706	2.024	11.296	825.688
A- até A+	8.731	98.870	7.761	9.305	124.668
Menor que A-	844	14.227	-	29.254	44.325
Sem Rating	-	67	-	11.129	11.196
	789.083	496.509	43.232	63.306	1.392.131
Emitidos por:					
Corporates	-	2.312	-	1.555	3.867
Governos e outras autoridades locais	569.702	314.203	38.821	29.254	951.979
Instituições financeiras	219.382	179.993	4.412	32.498	436.285
	789.084	496.508	43.232	63.307	1.392.131
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	117.506	-	-	117.506
AA- até AA+	973	6.753	-	-	7.726
A- até A+	6.075	9.889	-	-	15.964
Menor que A-	37.197	15.558	-	2.365	55.120
Sem Rating	19.168	103.936	-	18.921	142.025
	63.413	253.642	-	21.286	338.342
Emitidos por:					
Corporates	43.273	113.825	-	-	157.097
Governos e outras autoridades locais	973	117.247	-	-	118.221
Instituições financeiras	-	22.570	-	2.365	24.935
Outros emitentes	19.168	-	-	18.922	38.090
	63.413	253.642	-	21.287	338.342
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	96.588	2.367.047	174.974	141.451	2.780.060
AA- até AA+	433.063	1.823.313	116.570	317.918	2.690.864
A- até A+	255.298	4.327.461	223.350	420.200	5.226.309
Menor que A-	41.399	708.755	14.602	300.907	1.065.663
Sem Rating	38.990	54.462	71.384	45.065	209.901
	865.338	9.281.036	600.880	1.225.542	11.972.796
Emitidos por:					
Corporates	159.415	1.222.007	215.674	143.273	1.740.369
Governos e outras autoridades locais	220.392	2.688.891	2.140	145.157	3.056.581
Instituições financeiras	469.201	5.359.426	383.066	837.341	7.098.748
Outros emitentes	16.331	10.712	-	99.771	129.893
	865.338	9.281.036	600.880	1.225.542	11.972.796

	2007				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	29.919	871.221	5.015	-	906.154
AA- até AA+	707.553	188.048	-	-	895.601
A- até A+	56.318	425.924	10.799	15.052	508.092
Menor que A-	22.566	179.617	-	11.820	214.004
Sem Rating	255.168	92.692	-	21.637	369.497
	1.071.523	1.757.502	15.814	48.509	2.893.348
Emitidos por:					
Corporates	152.523	-	-	-	152.523
Governos e outras autoridades locais	535.234	884.955	10.799	-	1.430.987
Instituições financeiras	128.599	872.547	5.015	48.509	1.054.670
Outros emitentes	255.168	-	-	-	255.168
	1.071.523	1.757.502	15.814	48.509	2.893.348
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	4.012	146.635	2.495	-	153.143
AA- até AA+	2.227	22.578	-	-	24.805
A- até A+	473.971	75.951	-	9.976	559.897
Menor que A-	624.408	22.628	-	-	647.036
Sem Rating	96.817	0	-	27.478	124.295
	1.201.435	267.793	2.495	37.453	1.509.176
Emitidos por:					
Corporates	878.387	48.886	-	-	927.273
Governos e outras autoridades locais	2.227	116.673	2.495	-	121.395
Instituições financeiras	312.941	102.235	-	9.976	425.151
Outros emitentes	7.880	-	-	27.478	35.358
	1.201.435	267.793	2.495	37.453	1.509.176
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	8.332	2.645.812	184.280	67.759	2.906.184
AA- até AA+	32.096	1.729.181	156.366	150.009	2.067.653
A- até A+	69.595	4.288.688	109.155	366.403	4.833.842
Menor que A-	23.979	360.083	89.938	63.858	537.858
Sem Rating	-	260.702	59.116	353.213	673.031
	134.003	9.284.466	598.856	1.001.243	11.018.568
Emitidos por:					
Corporates	-	853.758	50.801	14.107	918.666
Governos e outras autoridades locais	40.428	2.952.715	147.852	56.728	3.197.722
Instituições financeiras	93.574	5.117.462	341.087	722.555	6.274.679
Outros emitentes	-	360.531	59.116	207.855	627.502
	134.003	9.284.466	598.856	1.001.244	11.018.568

Exposições afectadas pelo período de turbulência

Em 31 de Dezembro de 2008, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo inclui títulos de tipologias que foram especialmente afectadas pelo período de turbulência financeira que caracterizou os mercados financeiros ao longo do exercício, com a seguinte composição:

				31.12.2008		
Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Activos financeiros disponíveis para venda						
Commercial mortgage-backed securities						
	AAA	Senior	União Europeia	38.204	-	(1.042)
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	16.177	-	(4.132)
	A- até A+	Mezzanine	América do Norte	1.308	(3.722)	-
				55.689	(3.722)	(5.174)
Residential mortgage-backed securities						
			União Europeia	177.813	-	(10.583)
	AAA	Senior	América do Norte	5.238	-	(6)
			Outros	13.291	-	615
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	157	-	(2.375)
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	25.516	-	(5.187)
	A- até A+	Senior	União Europeia	160	-	(44)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	19.342	-	(3.667)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	35.292	-	(13.970)
			América do Norte	784	(8.199)	-
	Menor que A-	Senior	União Europeia	385	-	(31)
				277.979	(8.199)	(35.217)
Asset-backed securities						
	AAA	Senior	América do Norte	83	-	(18)
			União Europeia	3.415	-	(181)
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	234	-	(20)
	A- até A+	Senior	América do Norte	2.407	-	(1.189)
			União Europeia	37	-	(65)
	Menor que A-	Senior	União Europeia	16	-	(85)
				6.191	-	(1.408)
Collateralized Loan obligations						
	AAA	Senior	União Europeia	11.555	-	(1.842)
			Outros	31.479	-	(7.421)
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	11.157	-	(960)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	20.274	-	(24.710)
	Sem rating	Mezzanine	União Europeia	6.604	-	(6.565)
				81.069	-	(41.497)
Outros instrumentos financeiros	CCC	Senior	Outros	16.042	(28.471)	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Outros instrumentos financeiros	Menor que A-	Senior	União Europeia	52.253	-	-
				489.223	(40.393)	(83.297)

Na preparação do quadro apresentado acima foram considerados os títulos cuja variação no justo valor tenha afectado directamente os resultados do Grupo no decorrer do exercício.

O movimento ocorrido nestes títulos no exercício de 2008 foi o seguinte:

Tipo	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica origem do emitente	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2007	Amortizações de capital	Aquisições	Impacto em Resultados do Exercício: Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Impacto em Resultados do Exercício: Imparidade registada no exercício	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (Líquido) em 31.12.2008
Activos financeiros disponíveis para venda										
Commercial mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	40.628	-	-	(1.382)	-	(1.042)	38.204
	AA- até AA+	Mezzanine	União Europeia	26.968	-	-	(6.659)	-	(4.132)	16.177
	A- até A+	Mezzanine	América do Norte	4.287	-	-	743	(3.722)	-	1.308
Residential mortgage-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	164.700	(17.035)	51.995	(11.263)	-	(10.583)	177.813
			América do Norte	5.015	-	-	229	-	(6)	5.238
			Outros	-	-	13.571	(895)	-	615	13.291
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	199	-	-	6	-	(48)	157
		Mezzanine	União Europeia	28.199	-	4.554	(2.050)	-	(5.187)	25.516
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	189	-	-	15	-	(44)	160
		Senior	União Europeia	25.023	-	-	(2.014)	-	(3.667)	19.342
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	56.262	-	-	(7.000)	-	(13.970)	35.292
			América do Norte	4.479	-	-	4.504	(8.199)	-	784
		Senior	União Europeia	403	-	-	13	-	(31)	385
Asset-backed securities										
	AAA	Senior	União Europeia	97	-		4	-	(18)	83
			América do Norte	3.392	-	-	204	-	(181)	3.415
	AA- até AA+	Senior	União Europeia	294	-	-	(41)	-	(20)	234
	A- até A+	Senior	América do Norte	3.448	-	-	148	-	(1.189)	2.407
			União Europeia	92	-	-	10	-	(65)	37
	Menor que A-	Senior	União Europeia	78	-	-	23	-	(85)	16
Collateralized Loan obligations										
	AAA	Senior	União Europeia	22.515	(9.293)	-	175	-	(1.842)	11.555
			Outros	34.466	-	-	4.434	-	(7.421)	31.479
	A- até A+	Mezzanine	União Europeia	13.076	-	-	(959)	-	(960)	11.157
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	49.689	-	-	(4.705)	-	(24.710)	20.274
	Sem rating	Mezzanine	União Europeia	14.387	-	-	(1.218)	-	(6.565)	6.604
Outros instrumentos financeiros										
	CCC	Senior	Outros	29.561	-	13.982	1.503	(28.471)	(532)	16.042
				527.449	(26.329)	84.102	(26.175)	(40.393)	(81.684)	436.970
Activos financeiros ao justo valor através de resultados										
Outros instrumentos financeiros	Menor que A-	Senior	União Europeia	40.212	-	26.038	(13.997)	-	-	52.253
				567.660	(26.329)	110.140	(40.172)	(40.393)	(81.684)	489.223

Os “Ganhos/ (perdas) reflectidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

2008

	Créditos com análise colectiva						
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	*Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual*
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	9.783.630	531.968	236.098	-	1.603.577	12.155.273	
Vencido	27.011	29.978	341.791	-	46.760	445.540	
Análise Individual							
Vincendo	23.145.762	239.590	19.375	3.036.951	-	26.441.677	
Vencido	116.451	25.971	49.948	342.489	-	534.859	
	33.072.854	827.506	647.212	3.379.440	1.650.338	39.577.350	*2.616.536*
Crédito à habitação							
Vincendo	32.356.819	822.644	1.099.464	-	270.115	34.549.042	
Vencido	9.706	8.269	733.072	-	15.836	766.883	
	32.366.525	830.912	1.832.536	-	285.951	35.315.925	*2.433.918*
Credito ao consumo							
Vincendo	1.332.093	59.809	31.910	-	186.810	1.610.622	
Vencido	1.350	5.650	49.175	-	8.616	64.792	
	1.333.443	65.459	81.085	-	195.426	1.675.413	*36.463*
Outros créditos							
Vincendo	119.206	6.015	2.556	-	161.426	289.203	
Vencido	1.055	2.850	14.376	-	11.878	30.158	
	120.260	8.865	16.932	-	173.304	319.361	
Total crédito vincendo	66.737.510	1.660.026	1.389.403	3.036.951	2.221.928	75.045.817	
Total crédito vencido	155.573	72.717	1.188.362	342.489	83.091	1.842.232	
Total de crédito	66.893.083	1.732.743	2.577.765	3.379.440	2.305.019	76.888.050	

2007

	Créditos com análise colectiva						
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Créditos com análise de imparidade específica	Outros saldos	Total	*Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual*
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	7.402.901	1.025.026	234.557	-	619.551	9.282.034	
Vencido	2.325	13.738	271.701	-	30.874	318.638	
Análise Individual							
Vincendo	20.701.604	488.008	140.946	1.252.870	-	22.583.428	
Vencido	4.972	685	13.984	264.623	-	284.265	
	28.111.803	1.527.456	661.189	1.517.493	650.425	32.468.366	*1.934.064*
Crédito à habitação							
Vincendo	31.058.599	817.443	663.279	-	249.760	32.789.081	
Vencido	4.307	5.818	680.064	-	24.737	714.926	
	31.062.906	823.261	1.343.343	-	274.497	33.504.007	*1.745.792*
Credito ao consumo							
Vincendo	1.719.130	40.959	39.305	-	16.548	1.815.941	
Vencido	438	3.559	44.311	-	2.479	50.786	
	1.719.568	44.517	83.616	-	19.026	1.866.728	*35.950*
Outros créditos							
Vincendo	104.491	945	1.898	-	162.894	270.228	
Vencido	349	2.385	14.854	-	38.449	56.037	
	104.841	3.330	16.752	-	201.343	326.266	
Total crédito vincendo	60.986.725	2.372.380	1.079.985	1.252.870	1.048.752	66.740.713	
Total crédito vencido	12.391	26.185	1.024.915	264.623	96.538	1.424.653	
Total de crédito	60.999.117	2.398.565	2.104.901	1.517.493	1.145.291	68.165.366	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:
- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas "Créditos com imparidade individual – Análise colectiva", apresentam a seguinte composição:

2008				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
512.956	83.196	596.151	(9.301)	340.707

2007				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
865.409	14.078	879.487	(25.392)	1.081.779

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor de balanço, líquido de imparidade de:

- crédito concedido a clientes que ao longo dos referidos exercícios apresentaram prestações vencidas por um período superior a 90 dias e relativamente às quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pelo processo de recuperação de créditos em incumprimento; ou,

- crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascendem a 572.792 mEuros e 448.493 mEuros, respectivamente.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresenta-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008							
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.899.590	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	614.752	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4.143.923	489.621	388.016	256.296	254.181	107.826	-	-
Carteira de títulos								
Negociação	56.352	64.833	244.927	72.105	456.656	201.624	498.050	91.319
Outros	206.902	273.370	350.648	842.317	4.750.316	3.038.358	2.408.398	1.559.445
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.351.208	4.916.020	6.110.475	6.153.225	19.191.455	14.585.013	20.684.879	27.364.540
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
	12.272.728	5.743.844	7.094.067	7.323.942	24.652.608	17.932.821	23.591.327	29.015.304
Passivos								
Recursos de bancos centrais	(4.703.007)	(1.895.030)	(154.267)	(136.365)	(67.550)	(3.858)	(25.947)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(27.789.816)	(9.522.413)	(12.623.245)	(5.815.566)	(3.180.513)	(1.176.512)	(823.638)	(151.520)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(4.389.512)	(2.023.952)	(762.783)	(1.069.216)	(6.736.527)	(3.766.424)	(4.658.677)	(783.356)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(7.287)	(49.562)	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(6.241)	(13.022)	(12.709)	(515.677)	(672.858)	(1.653.894)	(802.672)	(341.242)
Recursos consignados	(51)	(44.961)	(30.231)	(74.905)	(291.039)	(711.753)	(745.383)	(419.871)
	(36.895.914)	(13.548.940)	(13.583.234)	(7.611.730)	(10.948.487)	(7.312.441)	(7.056.317)	(1.695.989)
Instrumentos Financeiros Derivados	(16.912)	(28.554)	(29.332)	(96.359)	(126.571)	(51.214)	(46.521)	(85.480)
Diferencial	(24.640.099)	(7.833.650)	(6.518.500)	(384.146)	13.577.551	10.569.167	16.488.489	27.233.835

	2007							
	Prazos residuais contratuais							
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.922.286	6.726	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	3.233.218	608.347	243.226	305.853	276.097	204.676	-	-
Carteira de títulos								
Negociação	38.910	76.378	32.963	340.253	646.203	828.259	1.348.446	607.280
Outros	167.570	344.338	389.677	815.095	4.690.229	4.054.831	3.644.344	1.690.046
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.157.273	3.958.070	5.548.524	4.539.605	12.734.517	11.350.307	17.025.721	40.492.661
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	1	11	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.471.854	4.993.859	6.214.389	6.000.806	18.347.047	16.438.084	22.018.512	42.789.987
Passivos								
Recursos de bancos centrais	(6.496.056)	(1.526.728)	(675.043)	(113.092)	(98.062)	(2.219)	(64.881)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28.166.576)	(8.564.111)	(10.048.356)	(3.056.211)	(2.731.576)	(1.323.568)	(635.935)	(244.270)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(2.681.248)	(1.686.666)	(1.056.705)	(2.008.348)	(3.020.468)	(4.384.543)	(4.494.118)	(800.510)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.347)	(1.333)	(113)	(3.473)	(4.856)	(2.295)	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(2.560)	(7.861)	(9.173)	(135.314)	(694.994)	(1.446.365)	(696.795)	(90.948)
Recursos consignados	(44)	(44.375)	(30.637)	(69.312)	(292.322)	(471.697)	(1.028.737)	(455.561)
	(37.349.831)	(11.831.074)	(11.820.027)	(5.385.749)	(6.842.279)	(7.630.687)	(6.920.467)	(1.591.289)
Instrumentos financeiros derivados	(36.796)	(62.833)	(24.229)	(67.324)	(214.507)	(265)	(197.488)	(186.187)
Diferencial	(25.914.772)	(6.900.048)	(5.629.867)	547.732	11.290.261	8.807.131	14.900.556	41.012.511

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, tendo sido considerados na elaboração dos mesmos os seguintes ajustamentos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reclassificação das categorias inicialmente consideradas no mapa de "gap" de liquidez.

- Depósitos à ordem de clientes – reclassificação dos "core deposits" (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de "Até 1 mês" para "Mais de 10 anos";

- Carteira de Títulos – reclassificação dos títulos de dívida e acções considerados com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com excepção dos títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento, os quais foram reclassificados para a coluna "Indeterminado";

- Crédito à Habitação - a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao histórico de informação desde Novembro de 2004.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

	2008									
	Maturidade remanescente									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.896.215	-	-	-	-	-	-	-	-	1.896.215
Disponibilidades em outras instituições de crédito	614.753	-	-	-	-	-	-	-	-	614.753
Aplicações em instituições de crédito	4.133.731	480.555	378.343	247.212	223.019	105.726	-	-	7.480	5.576.066
Carteira de títulos										
Negociação	786.848	9.994	37.878	31.208	68.063	23.234	69.117	12.070	526.838	1.565.251
Outros	2.332.399	165.694	258.775	655.519	3.480.050	2.185.071	1.457.178	798.103	5.500.612	16.833.400
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	620.486	620.486
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.975.860	4.201.132	5.009.366	4.509.936	13.482.995	10.321.871	13.564.480	18.992.011	(11.833)	75.045.817
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
	14.739.806	4.857.375	5.684.362	5.443.875	17.254.127	12.635.901	15.090.775	19.802.184	6.643.596	102.152.001
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4.687.660)	(1.869.176)	(150.455)	(128.233)	(65.000)	(2.777)	(23.892)	-	9.088	(6.918.104)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.514.610)	(5.267.836)	(6.892.998)	(7.919.602)	(11.039.383)	(5.662.871)	(4.066.900)	(12.639.019)	315.785	(59.687.435)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	(620.486)	(620.486)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.343.789)	(1.929.273)	(605.493)	(789.607)	(5.897.761)	(3.238.789)	(4.152.205)	(682.675)	1.395.315	(20.244.275)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(7.287)	(49.562)	-	-	-	-	-	-	(2.157.106)	(2.213.954)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(400.000)	(434.002)	(1.495.362)	(571.927)	(218.915)	18.796	(3.101.411)
Recursos consignados	(42)	(17.827)	(17.853)	(35.722)	(141.798)	(581.530)	(636.891)	(368.928)	(2.249)	(1.802.839)
	(15.553.387)	(9.133.673)	(7.666.799)	(9.273.164)	(17.577.943)	(10.981.330)	(9.451.816)	(13.909.537)	(1.040.856)	(94.588.505)
Diferencial	(813.581)	(4.276.298)	(1.982.437)	(3.829.289)	(323.817)	1.654.571	5.638.959	5.892.647	5.602.740	7.563.496

	2007									
	Maturidade remanescente									
	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses	De 3 meses a a 6 meses	De 6 meses a a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.923.308	-	-	-	-	-	-	-	-	1.923.308
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	-	-	952.598
Aplicações em instituições de crédito	3.217.995	588.562	230.267	285.741	244.847	194.172	-	-	619	4.762.203
Carteira de títulos										
Negociação	1.735.644	9.269	1.788	41.742	67.037	100.459	172.128	49.545	1.645.666	3.823.277
Outros	3.656.787	203.515	213.349	530.608	2.897.152	2.182.023	2.144.929	991.998	4.696.689	17.517.051
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	777.115	777.115
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.972.709	3.644.890	5.096.730	3.919.806	10.574.754	9.295.729	11.996.318	17.002.313	237.465	66.740.713
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	1	11	-	-	-	12
	16.459.040	4.446.234	5.542.134	4.777.898	13.783.791	11.772.394	14.313.375	18.043.856	7.357.554	96.496.277
Passivos										
Recursos de bancos centrais	(6.455.453)	(1.493.273)	(651.515)	(105.313)	(91.125)	(1.419)	(62.923)	-	82.953	(8.778.067)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.928.218)	(3.692.520)	(3.385.690)	(5.947.803)	(10.548.088)	(5.974.604)	(4.129.706)	(14.179.699)	33.241	(53.753.087)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)	(777.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.626.639)	(1.599.050)	(895.179)	(1.797.748)	(2.319.202)	(3.788.609)	(3.879.257)	(646.116)	708.131	(16.843.669)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.347)	(1.333)	(113)	(3.473)	(4.856)	(2.295)	-	-	(1.178.338)	(1.193.756)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(49.880)	(514.891)	(1.317.079)	(679.965)	(90.948)	11.974	(2.640.788)
Recursos consignados	(36)	(15.849)	(15.852)	(26.625)	(130.065)	(323.536)	(860.755)	(379.416)	(3.021)	(1.755.154)
	(15.013.693)	(6.802.025)	(4.948.348)	(7.930.842)	(13.608.227)	(11.407.542)	(9.612.606)	(15.296.179)	(1.122.174)	(85.741.636)
Diferencial	1.445.348	(2.355.791)	593.786	(3.152.944)	175.564	364.853	4.700.769	2.747.677	6.235.380	10.754.641

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	2008								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	703.553	1.192.662	-	-	-	-	-	-	1.896.215
Disponibilidades em outras instituições de crédito	597.891	16.861	-	-	-	-	-	-	614.752
Aplicações em instituições de crédito	2.737.602	1.882.232	703.665	105.135	56.762	41.932	1.725	47.013	5.576.066
Carteira de títulos									
Negociação	8.225	48.426	140.053	234.671	39.396	337.264	640.226	116.990	1.565.251
Outros	493.723	1.391.607	4.091.575	561.618	905.031	2.288.636	3.207.218	3.893.993	16.833.400
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	283	28.709	24.933	240.143	178.639	1.022	71.349	75.409	620.487
Crédito a Clientes (bruto)	3.531.731	20.748.009	22.374.432	19.365.189	5.788.568	979.592	2.214.566	43.730	75.045.817
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-	-	-	-	12	12
	8.073.009	25.308.506	27.334.658	20.506.756	6.968.396	3.648.446	6.135.084	4.177.147	102.152.001
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(3.145.700)	(1.592.090)	(1.904.176)	(130.455)	(152.016)	-	(2.886)	9.218	(6.918.105)
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(7.277)	(49.572)	-	-	-	-	-	(2.157.106)	(2.213.954)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	(283)	(28.709)	(24.933)	(240.143)	(178.639)	(1.022)	(71.349)	(75.409)	(620.487)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18.493.871)	(9.234.598)	(9.904.757)	(12.368.886)	(5.305.373)	(2.995.786)	(1.699.950)	315.785	(59.687.436)
Responsabilidades representadas por títulos	(868.841)	(4.185.934)	(6.333.741)	(2.968.819)	(443.348)	(3.179.581)	(3.659.325)	1.395.315	(20.244.274)
Outros passivos subordinados	(104.891)	(260.000)	(660.987)	(21.000)	(430.000)	(99.987)	(1.543.342)	18.796	(3.101.411)
Recursos consignados	-	(676)	(1.799.145)	(769)	-	-	-	(2.249)	(1.802.839)
	(22.620.863)	(15.351.579)	(20.627.739)	(15.730.072)	(6.509.376)	(6.276.376)	(6.976.852)	(495.650)	(94.588.506)
Derivados									
Interest Rate Swaps (IRSs)	474.311	(1.740.708)	(4.224.576)	(5.573.167)	(52.682)	4.464.895	6.562.327	18.501	(71.100)
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	-	(267.784)	(20.000)	490.773	(173.837)	242.359	271.510
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	-	(15.000)	-	-	70.000	55.000
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	(7.715)	(18.442)	8.229	(17.928)
	474.311	(1.740.708)	(4.224.576)	(5.840.952)	(87.682)	4.947.953	6.370.048	339.089	237.482
Exposição Líquida	(14.073.543)	8.216.219	2.482.343	(1.064.268)	371.338	2.320.023	5.528.280	4.020.586	7.800.977

	2007								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	<= 7 dias	>7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	840.000	1.083.308	-	-	-	-	-	-	1.923.308
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	-	952.598
Aplicações em instituições de crédito	2.506.251	924.960	941.889	202.841	87.867	12.368	2.461	83.566	4.762.203
Carteira de títulos									
Negociação	-	189.515	572.287	132.288	228.763	278.065	1.527.146	895.214	3.823.278
Outros	444.962	1.209.596	3.607.506	1.218.079	680.652	1.585.546	3.948.372	4.822.338	17.517.051
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	777.115	777.115
Crédito a Clientes (bruto)	3.034.225	16.457.358	17.647.112	18.615.582	6.710.066	887.504	2.047.261	1.341.607	66.740.713
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-	-	-	-	12	12
	7.778.035	19.864.736	22.768.795	20.168.789	7.707.347	2.763.483	7.525.240	7.919.852	96.496.277
Passivos									
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4.246.976)	(2.256.306)	(1.553.273)	(601.515)	(123.502)	(4.081)	(1.195)	8.781	(8.778.067)
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(1.531)	(13.887)	-	-	-	-	-	(1.178.338)	(1.193.756)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)	(777.115)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20.173.193)	(7.947.737)	(8.348.955)	(9.729.683)	(2.974.838)	(2.535.476)	(2.068.855)	25.649	(53.753.087)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.044.742)	(2.600.818)	(4.469.704)	(3.175.291)	(895.384)	(1.441.083)	(3.924.730)	708.083	(16.843.669)
Outros passivos subordinados	(104.891)	(260.000)	(645.497)	(70.880)	(30.000)	(400.000)	(1.141.494)	11.974	(2.640.788)
Recursos consignados	-	(676)	(1.750.227)	(1.207)	-	-	-	(3.045)	(1.755.154)
	(25.571.334)	(13.079.424)	(16.767.656)	(13.578.575)	(4.023.724)	(4.380.640)	(7.136.274)	(1.204.011)	(85.741.637)
Derivados (valor nocional)									
Interest Rate Swaps (IRSs)	1.551.572	(3.505.750)	(4.351.087)	(3.174.891)	446.326	2.357.045	6.462.161	60.365	(154.258)
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(32.110)	(31.000)	(49.000)	207.000	(418.307)	49.966	(273.451)
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	-	(305.800)	-	-	-	(305.800)
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	(39.587)	(68.636)	(108.223)
	1.551.572	(3.505.750)	(4.383.197)	(3.205.891)	91.526	2.564.045	6.004.268	41.694	(841.732)
Exposição Líquida	(16.241.726)	3.279.563	1.617.942	3.384.324	3.775.149	946.888	6.393.234	6.757.535	9.912.909

Na construção do quadro acima, as disponibilidades mínimas de caixa foram classificadas na coluna "de 7 dias a 1 mês".

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é apresentado no quadro seguinte:

	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.879.523	1.879.678	155	18.298	1.897.821
Disponibilidades em outras instituições de crédito	612.939	613.531	592	1.854	614.793
Aplicações em instituições de crédito	5.426.409	5.431.342	4.933	128.419	5.554.828
Crédito a clientes	73.874.860	74.694.648	819.789	1.436.351	75.311.211
	81.793.731	82.619.200	825.469	1.584.922	83.378.653
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	6.912.194	6.918.633	(6.439)	39.655	6.951.849
Recursos de clientes e outros empréstimos	59.532.596	59.722.217	(189.621)	595.160	60.127.756
Responsabilidades representadas por títulos	21.348.304	21.394.315	(46.011)	(1.419.207)	19.929.097
Outros passivos subordinados	3.154.685	3.357.224	(202.539)	(9.926)	3.144.759
Recursos consignados	1.809.909	1.826.506	(16.597)	2.249	1.812.158
	92.757.688	93.218.894	(461.206)	(792.069)	91.965.619

	2007				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.917.349	1.917.583	234	8.156	1.925.505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.660	952.691	31	-	952.660
Aplicações em instituições de crédito	4.674.639	4.678.757	4.118	115.025	4.789.664
Crédito a clientes	65.743.013	66.019.136	276.123	1.101.286	66.844.300
	73.287.661	73.568.167	280.506	1.224.467	74.512.129
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	8.911.834	8.893.357	18.477	(70.597)	8.841.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.559.121	53.324.316	234.805	479.645	54.038.767
Responsabilidades representadas por títulos	16.925.789	17.076.393	(150.604)	(694.920)	16.230.868
Outros passivos subordinados	2.676.641	2.747.985	(71.344)	(9.267)	2.667.375
Recursos consignados	1.752.111	1.763.282	(11.171)	3.043	1.755.154
	83.825.496	83.805.333	20.163	(292.095)	83.533.401

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
  - Taxas de juro praticadas nas novas operações concedidas pela Caixa na data de balanço, para tipos de crédito comparáveis;
  - Curvas de taxas de juro incorporando o spread de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;
  - Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:
  . O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
  . Saldos de entidades não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	2008				
			Técnicas de Valorização		
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.151.449	229.842	183.960	1.565.251
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.217	304.371	300.730	309.682	922.000
Activos financeiros disponíveis para venda	330.744	4.189.741	10.581.957	808.958	15.911.400
Passivos financeiros detidos para negociação (excl. derivados)	-	(49.562)	-	-	(49.562)
Derivados de negociação	-	3.193	152.302	-	155.495
Derivados de cobertura	-	-	(237.804)	-	(237.804)
	337.961	5.599.192	11.027.027	1.302.600	18.266.780

	2007				
			Técnicas de Valorização		
	Custo Histórico	Cotações Mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.125.649	1.660.685	36.945	3.823.278
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	687.360	669.683	788.909	2.145.952
Activos financeiros disponíveis para venda	84.373	3.616.386	11.444.841	225.499	15.371.099
Derivados de negociação	-	(1.531)	(310.980)	(8.572)	(321.083)
Derivados de cobertura	-	-	(688.822)	-	(688.822)
	84.373	6.427.864	12.775.407	1.042.780	20.330.424

Na construção do quadro acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

. Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
. Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros);
. Técnicas de valorização – fontes externas – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
. Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizado com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a coluna "Outras técnicas de valorização" inclui títulos adquiridos durante o último mês do exercício respectivo com valor de balanço de 32.110 mEuros e 102.814 mEuros, respectivamente, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição

Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

. "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  . Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  . Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
  . Actividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

De referir que a análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da actividade seguradora. As políticas de gestão de risco aplicáveis a estes instrumentos financeiros são descritas na Nota 43.

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
  . Subsidiária Offshore de Macau;
  . Caixa - Banco de Investimento;
  . Veículos de emissão de dívida.

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2008			
	Dez-08	Max.	Min.	Dez-07
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	16.154	16.154	5.966	3.183
Cambial	54.650	54.650	23.196	37.355
Preço	23.336	25.587	17.474	21.208
Volatilidade	591	650	369	477
Efeito diversificação	(47.481)			(24.300)
	47.250			**36.769**

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points" (bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.219	609	304	(304)	(608)	(1.216)
Aplicações em instituições de crédito	5.339	2.856	1.523	(1.547)	(3.089)	(6.159)
Carteira de Títulos						
Negociação	109.685	52.938	26.017	(25.147)	(49.461)	(95.735)
Outros	538.415	256.935	125.675	(120.471)	(236.127)	(454.395)
Crédito a clientes (saldos brutos)	514.766	252.889	125.421	(123.494)	(245.031)	(482.839)
Total activo sensível	1.169.424	566.227	278.940	(270.963)	(534.316)	(1.040.344)
Recursos de outras instituições de crédito	(8.085)	(4.516)	(2.485)	2.547	5.088	10.158
Recursos de clientes e outros empréstimos	(589.362)	(266.196)	(135.368)	134.044	264.909	517.882
Responsabilidades representadas por títulos	(685.513)	(359.931)	(176.323)	169.338	332.143	639.857
Outros passivos subordinados	(227.423)	(130.463)	(63.231)	59.595	115.899	219.831
Total passivo sensível	(1.510.383)	(761.106)	(377.407)	365.524	718.039	1.387.728
Total Ganho / Perda	(340.959)	(194.879)	(98.467)	94.561	183.723	347.384

	2007					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	826	413	206	(206)	(413)	(825)
Aplicações em instituições de crédito	6.641	3.320	1.661	(1.652)	(3.302)	(6.591)
Carteira de Títulos						
Negociação	197.706	95.515	46.958	(45.425)	(89.380)	(173.112)
Outros	455.721	216.781	105.818	(101.123)	(197.904)	(379.679)
Crédito a clientes (saldos brutos)	736.011	328.472	136.705	(225.145)	(396.368)	(721.295)
Total activo sensível	1.396.906	644.502	291.349	(373.552)	(687.367)	(1.281.502)
Recursos de outras instituições de crédito	(12.923)	(6.523)	(3.263)	3.258	6.511	13.004
Recursos de clientes e outros empréstimos	(472.043)	(221.655)	(101.179)	129.449	240.082	436.591
Responsabilidades representadas por títulos	(646.703)	(336.876)	(164.531)	157.260	307.765	590.332
Outros passivos subordinados	(174.412)	(100.779)	(48.840)	46.051	89.587	170.045
Total passivo sensível	(1.306.082)	(665.833)	(317.812)	336.018	643.945	1.209.972
Total Ganho / Perda	90.823	(21.332)	(26.464)	(37.534)	(43.422)	(71.530)

De referir que em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Mercantile Bank, Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L. e Banco Interatlântico, S.A..

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira - exercício de 2008					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Proveitos com juros	(1.196.585)	(598.478)	(299.311)	299.909	600.583	1.201.911
Custos com juros	869.770	446.103	223.137	(223.140)	(440.703)	(892.586)
Margem Financeira	(326.815)	(152.376)	(76.175)	76.768	159.880	309.325

	Projecção margem financeira - exercício de 2007					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Proveitos com juros	(1.251.640)	(626.520)	(313.541)	313.585	627.174	1.254.407
Custos com juros	848.805	446.679	224.403	(224.981)	(450.129)	(900.449)
Margem Financeira	(402.835)	(179.840)	(89.138)	88.604	177.046	353.958

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2008											
	Moeda											
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Dólar de Hong Kong	Meticais Moçambique	Rand Africa Sul	Escudo Cabo Verde	Outras	*Valor de Balanço de Derivados*	Total
Activo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.556.944	17.944	123	467	10.777	151.097	60.980	9.466	87.678	2.346	-	1.897.821
Disponibilidades em outras instituições de crédito	311.693	83.301	7.080	3.978	40.317	89.505	-	(96)	2.087	76.928	-	614.793
Aplicações em instituições de crédito	2.981.762	1.840.736	53.878	2.085	106.307	245.699	12.713	27.730	69.195	321.104	-	5.661.210
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.213.444	206.206	2.982	1	-	1.356	-	20.438	-	42.825	2.319.887	4.807.139
Activos financeiros disponíveis para venda	15.564.358	735.437	30.976	-	33	19.187	86.631	1.350	159.818	21.434	-	16.619.224
Investimento associados produtos "Unit Linked"	620.188	23	99	-	-	-	-	-	-	177	-	620.486
Investimentos detidos até à maturidade	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Crédito a clientes (saldos brutos)	73.862.940	1.394.715	313.675	13.118	287.167	740.751	193.741	267.289	349.511	9.391	-	77.432.298
Outros activos												
Devedores por seguro directo e resseguro	301.172	-	-	-	-	-	-	-	1.583	-	-	302.755
Outros	3.458.813	27.995	124	17	245.937	-	9.280	22.439	15.910	3.425	-	3.783.940
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(2.924.953)	(133.292)	(4.076)	-	(18.797)	(1)	(17.652)	(6.141)	(20.284)	-	-	(3.125.196)
	97.946.373	4.173.065	404.861	19.666	671.741	1.247.594	345.693	342.475	665.498	477.630	2.319.887	108.614.482
Passivo												
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4.014.768)	(2.531.500)	(196.200)	(30.683)	(24.993)	(28.290)	(3.932)	(9.264)	(2.267)	(109.952)	-	(6.951.849)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(55.308.001)	(1.712.655)	(152.315)	(179.502)	(963.265)	(530.956)	(296.515)	(321.427)	(571.763)	(91.357)	-	(60.127.756)
Responsabil associad produtos "Unit Linked"	(620.486)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(620.486)
Responsabilidades representadas por títulos	(16.259.075)	(1.446.235)	(1.673.810)	(433.000)	-	(13.503)	-	-	(4.234)	(99.240)	-	(19.929.097)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(49.562)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.164.392)	(2.213.954)
Passivos subordinados	(2.790.488)	(235.203)	-	(119.068)	-	-	-	-	-	-	-	(3.144.759)
Outros passivos												
Credores por seguro directo e resseguro	(247.071)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(247.071)
Recursos consignados	(1.800.968)	(76)	-	-	-	-	(1.772)	-	(23)	-	-	(1.802.839)
Outros	(2.120.561)	(24.718)	(2.334)	-	(264.782)	-	(9.892)	(33.030)	(17.861)	(1.253)	-	(2.474.431)
	(83.210.980)	(5.950.387)	(2.024.659)	(762.253)	(1.253.040)	(572.749)	(312.111)	(363.721)	(596.148)	(301.802)	(2.164.392)	(97.512.242)
Derivados (Nocionais)												
Swaps cambiais	(2.604.855)	1.204.119	1.319.345	-	-	78.807	-	-	-	(149.168)	-	(151.752)
Swaps de taxa de juro	(1.305.697)	243.065	223.621	749.960	-	2.318	-	-	-	15.632	-	(71.100)
Futuros	275.440	(3.930)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	271.510
Opções e Caps & Floors	8.261	(12.574)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.313)
Operações Cambiais a Prazo	19.979	109.226	820	51.849	-	237	-	(201)	-	(28.691)	-	153.218
	(3.606.872)	1.539.906	1.543.786	801.809	-	81.362	-	(201)	-	(162.227)	-	197.563
Exposição líquida	11.128.521	(237.416)	(76.012)	59.222	(581.299)	756.207	33.582	(21.447)	69.350	13.601	155.495	11.299.803

	2007										
	Moeda										
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Meticais Moçambique	Escudo Cabo Verde	Rand Africa Sul	Outras	*Valor de Balanço de Derivados*	Total
Activo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.592.835	11.123	163	362	9.608	57.853	92.330	10.646	150.586	-	1.925.505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	365.590	437.450	5.248	47.857	36.046	1.293	1.475	231	57.469	-	952.660
Aplicações em instituições de crédito	1.488.073	1.667.002	105.305	31.539	648.871	13.863	59.500	32.946	742.566	-	4.789.664
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.745.577	151.968	37.586	-	637	-	-	32.338	1.125	872.673	6.841.903
Activos financeiros disponíveis para venda	14.763.797	299.348	13.472	-	27.405	58.275	189.469	450	18.883	-	15.371.099
Investimento associados produtos "Unit Linked"	777.115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777.115
Investimentos detidos até à maturidade	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Crédito a clientes (saldos brutos)	65.522.344	1.078.450	550.774	6.845	237.377	155.794	267.108	282.552	471.905	-	68.573.149
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Devedores por seguro directo e resseguro	295.736	-	-	-	-	-	2.055	-	-	-	297.790
Outros	2.926.448	6.521	114	11.601	200.337	8.900	12.142	4.666	2.540	-	3.173.268
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(2.027.146)	(53.668)	(855)	(32)	(12.002)	(18.120)	(16.201)	(9.602)	(364)	-	(2.137.991)
	91.450.381	3.598.193	711.808	98.171	1.148.279	277.858	607.877	354.226	2.254.568	872.673	100.564.174
Passivo											
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(3.743.044)	(4.221.149)	(375.686)	(102.717)	(8.349)	(269)	(1.869)	(2.914)	(385.240)	-	(8.841.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(49.387.835)	(1.707.550)	(82.755)	(101.526)	(845.322)	(234.269)	(546.834)	(373.032)	(759.644)	-	(54.038.767)
Responsabil associad produtos "Unit Linked"	(777.115)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(12.621.082)	(1.259.009)	(1.735.692)	(424.501)	-	(7.292)	-	-	(183.292)	-	(16.230.868)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(95.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.098.170)	(1.193.756)
Passivos subordinados	(2.362.455)	(213.856)	-	(91.064)	-	-	-	-	-	-	(2.667.375)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Credores por seguro directo e resseguro	(324.411)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.411)
Recursos consignados	(1.752.569)	(168)	-	-	-	(2.394)	(23)	-	-	-	(1.755.154)
Outros	(3.253.014)	(30.077)	(2.884)	(0)	(216.518)	(6.722)	(7.499)	(7.257)	(5.188)	-	(3.529.159)
	(74.317.111)	(7.431.809)	(2.197.016)	(719.808)	(1.070.190)	(250.946)	(556.224)	(383.202)	(2.557.382)	(1.098.170)	(89.357.842)
Derivados (Nocionais)											
Swaps cambiais	(4.554.201)	3.057.939	1.017.713	105.448	-	-	-	-	240.753	-	(132.348)
Swaps de taxa de juro	(1.045.397)	62.156	290.448	508.701	-	-	-	15.272	14.563	-	(154.258)
Futuros	(260.599)	30.435	2.273	43.918	-	-	-	-	8.432	-	(175.541)
Opções e Caps & Floors	(2.587)	-	-	(70.636)	-	-	-	-	-	-	(73.223)
Operações Cambiais a Prazo	(24.714)	(136.124)	(10.281)	41.905	-	-	-	-	(9.594)	-	(138.807)
	(5.887.498)	3.014.406	1.300.152	629.337	-	-	-	15.272	254.154	-	(674.176)
Exposição líquida	11.245.772	(819.210)	(185.056)	7.700	78.089	26.912	51.653	(13.704)	(48.660)	(225.497)	10.532.156

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR			
	Actividade Bancária		*Actividade seguradora*	
	2008	2007	2008	2007
Dólar de Hong Kong	55.253	17.713	-	-
Pataca de Macau	48.161	11.582	50	21
Rand da África do Sul	16.774	4.952	-	-
Dólar dos Estados Unidos	4.806	1.724	311	134
Metical de Moçambique	1.294	964	-	-
Libra estrelina	1.493	169	1.206	677
Iene japonês	69	125	-	-
Outras Moedas	5.148	3.690	1.224	763
Efeito diversificação	(116.270)	(33.492)	(990)	(955)
Total	**16.728**	**7.426**	**1.802**	**641**

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à actividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade Mundial.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente, pelas companhias que integram a Caixa Seguros (Companhia).

43.1 SUBSCRIÇÃO DE RISCOS

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada, situando-se predominantemente dentro das retenções das companhias;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de Subscrição e normas de Delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções de Subscrição das Direcções da Rede de Agências e a Direcção Técnica da Rede de Corretores, que são unidades de subscrição técnicas multidisciplinares de apoio às redes comerciais, que analisam e aceitam riscos de acordo com competências delegadas pelas Direcções Técnicas.

Apesar de se tratar de riscos devidamente enquadrados e delimitados, as unidades de subscrição dispõem, quando necessário, de instrumentos adicionais de avaliação dos riscos a subscrever, nomeadamente análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

Estes instrumentos visam particularizar e avaliar “in loco” os desvios aos padrões médios de um determinado risco, permitindo a avaliação de perdas máximas expectáveis, dos pontos fracos e fortes da entidade proponente ou do objecto do risco, bem como efectuar uma avaliação específica para determinadas coberturas ou limites de capital a subscrever, assim se estabelecendo o contrato adequado e equilibrado entre as partes.

As unidades de subscrição têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco.

O primeiro nível da subscrição é da competência das Direcções Técnicas, cabendo-lhe a aceitação de riscos não delegados nos dois níveis referidos e a gestão técnica dos Ramos.

Em determinadas situações pré definidas, a aceitação de riscos ultrapassa a competência da Direcção Técnica, passando a competência a pertencer ao Comité de Aceitação ou ao Conselho de Administração.

O primeiro nível da subscrição é dotado de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em actuariado. Quando as características do risco o justificam, recorre a análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados, havendo recursos à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela Seguradora, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

43.2. GESTÃO TÉCNICA

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direcção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objectivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

43.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA CONTROLO DO RISCO

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto, encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de actividades, tipo de objectos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objectos seguros, tipos de actividades, coberturas, etc …), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

No caso específico do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas e causas na exploração do ramo, quer de uma perspectiva comercial, quer de uma perspectiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas. A apresentação do diagnóstico, a discussão das propostas correctivas e outros temas relacionados com a exploração do ramo automóvel é realizada em reuniões frequentes, designadas de War Room, onde participam Administradores e responsáveis das diversas direcções envolvidas no negócio automóvel.

Selecção e Saneamento de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidades elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e da política de retenção das companhias. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objecto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

43.4 POLÍTICAS DE RESSEGURO

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios, valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados Ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais), e ramos Patrimoniais (Incêndio e Anexos, Engenharia e Máquinas e riscos Marítimos, nas suas diferentes componentes, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos).

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objecto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de protecção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respectiva retenção, pauta-se pela relação entre a estrutura de carteira quanto a capitais seguros e o respectivo volume de prémios de cada ramo, e pelo acompanhamento estatístico da sua rentabilidade e relação Retenção/ Prémios no fim dum ano ou dum ciclo e pela capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta o facto de catástrofes não se produzirem com frequência e a retenção reflecte o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto da mesma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

As retenções, como referido, são as adaptadas às carteiras existentes e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo e Aviação, as companhias operam com Tratados Proporcionais.

No que se refere a ramos de Massa (Auto, AT, AP), os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira e à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para os diferentes níveis que a mesma pode ter.

Também o negócio do ramo Responsabilidade Civil Geral se encontra protegido por um tratado de resseguro em Excesso de Perdas.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/ recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

43.5. TÉCNICAS DE GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALM) UTILIZADAS PELA COMPANHIA.

A Companhia tem actuações diferentes consoante o tipo de produto em causa.

Procedimentos de adequação de Activos e Passivos

Produtos Imunizados

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respectivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre activos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de rating "investment grade", admitidos em mercados da OCDE, devendo igualmente ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com capital e rendimento garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos "benchmarks" definidos relativamente a cada produto.

Os "benchmarks" são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projecção dos cash flows dos passivos são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades actuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida.

Para projecção dos cash flows dos activos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa fixa, ou é utilizada a taxa do activo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da aderência destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável não são utilizadas projecções de cash flows futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor actual de mercado.

Política de alocação de investimentos a produtos

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos "Unit Linked" em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respectivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objectivo de garantir a independência das respectivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respectivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com "matching" entre activos e passivos.

Os activos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo também nestes casos a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

Relativamente à selecção do tipo de activos também são definidos, por classe de activos, os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	**Limite máximo (% do valor global da Carteira)**
Rendimento Fixo – Taxa longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxa curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6% (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	40,0 %

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes pontos:

I. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95 %;

III. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores - Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem. Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que as constituem. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada internamente pela Direcção de Investimentos, havendo pontualmente e sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

IV. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência.

Activos de Permanência	Dívida Corporate	Dívida Soberana*	Limite por emitente
Até 1 ano	BBB-	BBB-	1%
1 a 5 anos	A-	A-	3%
5 a 15 anos	AA-	A+	6%
15 a 30 anos	Não autorizado	A+	
Superior a 30 anos	Não autorizado	AAA	

Gestão activa	Rating *	Limite por emissão	Limite por emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	
0 a 5 anos	AAA	6%	6%
5 a 30 anos	AAA	3%	

* não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

O investimento em outras classes de activos não especificadas deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam também da regulamentação em vigor.

43.6. RAMO VIDA

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior factor de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros – Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior factor de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal factor de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de activos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Fidelidade – Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2009	130.815	71.591	-	5.353	40.304	852.538
2010	55.316	33.929	-	5.304	37.546	684.792
2011	47.637	31.208	-	5.231	34.501	880.427

Império - Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2009	-	11.234	28.923	103.097
2010	-	10.788	26.075	91.822
2011	-	10.342	23.309	67.436

O quadro seguinte apresenta a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Fidelidade – Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2009	127,585	70,184	-	5,353	39,236	997,697
2010	51,183	31,744	-	5,304	34,679	746,101
2011	41,703	27,637	-	5,231	30,244	851,530

Império - Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2009	-	11,234	28,186	121,431
2010	-	10,788	24,040	105,408
2011	-	10,342	20,329	79,344

Seguidamente apresenta-se a variação estimada das responsabilidades reconhecidas em Balanço, com referência a 31 de Dezembro de 2008, considerando diversas alterações dos pressupostos utilizados.

Fidelidade – Mundial

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%*	15,097
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0.5%	1,324
Taxa de Inflação	+ 1%	562
Taxa de Saída	+ 5%	(2,912)

* Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

Império – Bonança

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%*	9,391
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0.5%	-
Taxa de Inflação	+ 1%	22
Taxa de Saída	+ 5%	(-695)

* Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

43.7. RISCO DE TAXA DE JURO

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso existe um matching entre o perfil dos cash flows dos activos investidos e os outflows dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão activa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de benchmark, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira activa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão táctica de underweigth/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a optimizar os retornos dos activos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo conforme leitura do quadro seguinte.

Risco por maturidade	Valor	Peso	Mod Dur
Rendimento Fixo	9.909.277.859	100,0%	
Obrigações taxa fixa	5.862.053.312	59,2%	3,8
Maturidade 1 a 3	3.562.097.210	60,8%	1,9
Maturidade 4 a 5	1.208.145.528	20,6%	4,1
Maturidade 6 a 7	188.510.530	3,2%	5,7
Maturidade 8 a 10	304.803.243	5,2%	7,6
Maturidade 11 a 19	269.296.056	4,6%	9,7
Maturidade 20 a 29	329.200.746	5,6%	14,1
Obrigações Taxa variavel	3.254.611.161	32,8%	0,3
Obrigações Inflation-Linked	177.026.260	1,8%	4,0
Perpétuas (Taxa Fixa)	10.769.106	0,1%	
Incumprimento	813.525	0,0%	
Obrigações mat < 1 ano	604.004.494	6,1%	0,6

As companhias utilizam ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente, durante o exercício de 2008, um exercício de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de activos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se actualmente à utilização pontual de swaps de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro, ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com activos directos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Caixa Seguros dispõe de um conjunto de swaps de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos unit linked e taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

Montante nocional (€)	Divisa	Produtos associados	Maturidade	Tx cedida	Tx tomada
100.000	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 +0,450%	4,250%
4.000.000	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 +0,450%	4,710%
5.200.000	EUR	VANTAGEM DUPLA 2003	2013	Euribor_6M_360 +0,450%	4,670%
3.100.000	EUR	MAIS VALOR 2004 - 1ªS	2009	Euribor_6M_360 +0,875%	4,500%
10.000.000	EUR	MAIS VALOR 2004 - 1ªS	2009	Euribor_6M_360 +0,875%	4,550%
13.293.000	EUR	MAIS VALOR 2004 -2ª S	2009	Euribor_6M_360 +0,875%	Euribor_6M_360 +0,875%
14.373.348	EUR	REFORMA PPR/E MAIS	2009	5,238%	5,207%
20.000.000	EUR	Caixa Seguro 4,5%	2012	8,024%	7,379%
5.000.000	EUR	Caixa Seguro 4,4% 55/25	2010	5,794%	5,331%
9.500.000	EUR	Garantido 4,14%	2009	4,110%	4,382%
2.300.000	EUR	PPR 4,28%	2013	Euribor_3M_360	3,880%
4.000.000	EUR	PPR 4,28%	2010	Euribor_3M_360	4,040%
11.000.000	EUR	K Investe	2012	4,000%	4,300%
12.000.000	EUR	Garantido 4%	2013	4,000%	4,300%
10.000.000	EUR	Postal 4%	2013	Euribor_3M_360	4,000%
20.000.000	EUR	Postal 4%	2010	Euribor_3M_360	3,760%
20.000.000	EUR	Postal 4%	2012	Euribor_3M_360	3,880%
45.000.000	EUR	Postal 4%	2010	4,733%	4,040%
15.000.000	EUR	Postal PPR 20%	2012	3,710%	3,923%
25.000.000	EUR	Caixa Seguro 2x4,15	2013	Euribor_3M_360	4,250%
17.500.000	EUR	Postal 12,2%	2013	3,910%	3,991%
76.500.000	EUR	Caixa Seguro Euro Campeão	2011	Euribor_3M_360	5,200%
50.000.000	EUR	Levexpert PPR Série A	2013	4,500%	4,781%
100.000.000	EUR	Caixa Seguro 4,6%	2013	4,600%	4,635%
9.000.000	EUR	Invest 2	2010	4,600%	4,631%
30.000.000	EUR	Postal Valorização Garantida	2010	4,400%	4,498%
15.000.000	EUR	Garantido 4,65%	2011	4,650%	4,758%
50.000.000	EUR	Levexpert PPR Série B	2011	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360 - 0,140%
16.000.000	EUR	Postal PPR Valor Premium	2013	4,730%	5,01%
80.000.000	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	5,14%
65.000.000	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360 - 0,250%
110.000.000	EUR	Pst Top Rend. CS Invest Mais	2013	Euribor_3M_360	Euribor_1A_360 - 0,190%
45.000.000	EUR	Levexpert PPR Série C	2013	Euribor_3M_360	3,81%
125.000.000	EUR	Caixa Seguro Duplo Invest	2009	Euribor_3M_360	4,04%

A política de gestão de risco/tá/ise por contraparte decorre essencialmente da grelha de selecção no momento da compra do activo divulgada no ponto Requisitos de segregação de activos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos activos da Companhia. O risco no entanto é monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões / outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No quadro abaixo apresentamos os grupos económicos das posições maiores ou iguais a 50 milhões de Euros:

Activos por risco de contraparte

Grupo económico	Cúmulo de Capitais	%
TOTAL	**9.909.277.859**	100,0%
Dívida Pública - União Europeia	2.700.422.394	27,3%
Itália	700.660.206	7,1%
Alemanha	594.001.738	6,0%
França	450.168.302	4,5%
Grécia	262.869.765	2,7%
Bélgica	252.595.704	2,5%
Portugal	167.094.357	1,7%
Espanha	162.096.499	1,6%
Áustria	52.071.034	0,5%
Outros	58.864.790	0,6%
Caixa Geral de Depósitos SA	1.530.709.096	15,4%
Banco Santander SA	266.077.784	2,7%
Espirito Santo Financial Group	204.005.033	2,1%
Intesa Sanpaolo SpA	167.825.705	1,7%
General Electric Co	154.353.799	1,6%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	141.730.656	1,4%
DnB NOR ASA	139.060.297	1,4%
Fortis	132.217.946	1,3%
SNS Reaal	126.154.071	1,3%
ING Groep NV	124.492.791	1,3%
Anglo Irish Bank Corp PLC	96.985.323	1,0%
Danske Bank A/S	96.793.317	1,0%
Royal Bank of Scotland Group PLC	95.693.281	1,0%
Banco Comercial Portugues SA	93.895.682	0,9%
UniCredit SpA	93.121.956	0,9%
HBOS PLC	93.025.484	0,9%
European Investment Bank	91.543.650	0,9%
Carrefour SA	85.225.949	0,9%
Bayerische Motoren Werke AG	81.422.493	0,8%
Dexia SA	80.766.831	0,8%
Australia & New Zealand Banking	80.627.962	0,8%
Volkswagen AG	79.899.371	0,8%
France Telecom SA	79.476.372	0,8%
BNP Paribas	74.467.361	0,8%
Nationwide Building Society	74.008.222	0,7%
Citigroup Inc	73.944.880	0,7%
Deutsche Telekom AG	71.295.336	0,7%
Montepio Geral Associacao Mutualista	66.759.538	0,7%
Caja de Ahorros y Monte de Pie	64.029.436	0,6%
St George Bank Ltd	61.224.052	0,6%
Credit Agricole SA	60.974.631	0,6%
Enel SpA	60.371.018	0,6%
Gdf Suez	58.708.174	0,6%

Grupo económico	Cúmulo de Capitais	%
Norddeutsche Landesbank Girozentrale	58.220.415	0,6%
Landesbank Baden-Wurttemberg	58.087.721	0,6%
Societe Generale	56.695.171	0,6%
Deutsche Bank AG	54.471.775	0,5%
Skandinaviska Enskilda Banken	53.036.960	0,5%
UBS AG	51.864.337	0,5%
Outros	2.075.591.587	20,9%

44. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;

- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes;

- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

As principais exigências regulamentares em vigor assentam no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro. O referido RGICSF contempla diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 17,5 milhões de euros, para as Instituições de Crédito;

Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao montante do Capital Social;

A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 8%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos consolidados, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, dado o risco de contaminação que pode existir num dado Grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse Grupo;

Os limites às participações em outras sociedades - que não sejam nem Instituições de Crédito, nem empresas do sector Segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que os Bancos estão sujeitos, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente dos riscos por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes credores. Exemplo destas regras complementares são as orientações que o Banco de Portugal difunde habitualmente para o sistema financeiro, as quais poderão assumir um carácter de exigência ou de recomendação, como no caso da recente Carta-Circular nº 83/08, de 12 de Novembro, na qual o Banco de Portugal recomenda o reforço dos níveis de capitalização das instituições de crédito, para fazerem face à conjuntura internacional de crise e de recessão. Essa recomendação aponta um rácio mínimo de 8% para os Fundos Próprios de Base (Tier I), a atingir até 30 de Setembro de 2009.

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório foi introduzido na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro, do Banco de Portugal. Este diploma, bem como o referente ao Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 1/93, de 19 de Maio), decorre da aprovação, em 1988, do primeiro Acordo de Basileia, e foi complementado em 1996 com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/96, de 29/12, o qual veio acrescentar aos requisitos de capital previstos no Aviso nº 1/93 (riscos de crédito), os decorrentes dos riscos de mercado e cambial. De salientar, ainda, que após a entrada em vigor das IAS em 01/01/2005 passaram a existir dois perímetros de consolidação, sendo um para efeitos da publicação de contas e outro para efeitos prudenciais. A principal diferença reside no facto de no perímetro prudencial o sector segurador ser considerado pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que no perímetro da publicação de contas as empresas de Seguros são consolidadas pelo método integral. Por outro lado, os Fundos não são objecto de consolidação no perímetro prudencial, contrariamente ao que sucede no perímetro da publicação de contas.

O normativo de Basileia I foi substituído em 1 de Janeiro de 2008 pelo denominado Novo Acordo de Capital Basileia II, o qual contempla, para além de novas metodologias de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios mais sensíveis ao risco (Pilar I), um conjunto de exigências relativas à auto-avaliação e determinação por parte das Instituições de Crédito do nível de capital interno considerado adequado ao seu perfil de risco (Pilar II), constituindo esse montante apurado, o capital económico do banco. Apesar de este capital não constituir a solução para todas as contingências de crise ou de recessão que possam ocorrer, é tido como fundamental para o amortecimento dos impactos negativos que advêm para a actividade das instituições de crédito, em cenários e conjunturas desfavoráveis como a actual. Torna-se assim muito importante para as Instituições o planeamento da evolução do seu capital interno, tendo em vista assegurar a sua adequação, numa base permanente, aos riscos incorridos em cada momento, de forma a ser possível fazer face às perdas não esperadas, servindo como uma espécie de caução, no caso de estas virem a ocorrer. De acordo com esta perspectiva, pode afirmar-se que a nova estrutura de adequação do capital imposta por Basileia II se pode revelar um importante veículo de melhoria da avaliação e da gestão dos riscos a que uma instituição de crédito está sujeita, devendo os modelos de risco de crédito, tendencialmente, culminar numa maior proximidade entre capital regulamentar e capital económico, sendo expectável que esses modelos passem a ser utilizados não só para as decisões de crédito como também para cálculo dos fundos próprios.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, a Caixa Geral de Depósitos dispõe de um Departamento próprio de Informação Prudencial, que trabalha em articulação com os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Gestão de Risco, bem como com as diferentes entidades que compõem o Grupo.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Grupo CGD, nos finais de 2007 e de 2008. Durante estes exercícios (e também anteriormente) as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação da CGD cumpriram individualmente com os imperativos legais a que cada uma está sujeita, quer em Portugal, quer nos respectivos países onde se encontram sedeadas. Destas entidades destacam-se, em Portugal, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring-IFIC, enquanto no estrangeiro se salientam o Banco Caixa Geral (Espanha), o BNU Macau (Macau) e o Mercantile Bank (África do Sul).

(milhões de euros)

	31-12-2007 (1)	31-12-2008 (2)	Variação (2)-(1)
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	**3.767**	**4.664**	**897**
Capital Social	3 100	3 500	400
Reservas e Resultados Transitados	274	877	603
Resultado Líquido	550	144	(406)
Interesses Minoritários	707	1 134	427
Impactos de transição IAS *(regime transitório)*	180	144	(36)
Deduções aos F. P. de Base (*)	***(1 044)***	***(1 135)***	***(91)***
B - FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	**2.444**	**2.552**	**108**
Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado	220	215	(5)
Passivos subordinados c/ venc. determinado	2 054	2 561	507
Reservas de Reavaliação	510	233	(277)
Outros elementos (*)	(340)	(457)	(117)
C - DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	**(36)**	**(39)**	**(3)**
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	**6 175**	**7 177**	**1 002**
E - POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	**61 015**	**66 851**	**5 836**

RÁCIOS	31-12-2007 (1)	31-12-2008 (2)	Variação (2)-(1)
TIER I (A/E)	**6,2%**	**7,0%**	**0,8%**
CORE TIER I	**5,8%**	**6,8%**	**1,0%**
TIER II (B/E)	**4,0%**	**3,8%**	**-0,2%**
DEDUÇÕES (C/E)	**-0,1%**	**-0,1%**	**0,0%**
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	**10,1%**	**10,7%**	**0,6%**

(*) – Incluem as deduções do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são ≥ 10%.

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundo Próprios resulta do somatório de 3 grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do Balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador, nomeadamente:

(i) Fundos Próprios de Base ou Tier I: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação), os Interesses Minoritários e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos do perímetro prudencial;

- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos dividendos a entregar ao Estado e apenas se tiver sido objecto de certificação por Revisor oficial de contas;

- Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, inicialmente, por 5 ou por 7 anos. Em 2008 estes períodos de diferimento foram alargados em mais 3 anos, através do Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário introduzir, numa perspectiva de prudência, como factores de correcção. Incluem-se as Contribuições para o Fundo de Pensões ainda não relevadas como custo do exercício, o Imobilizado Incorpóreo e as Reservas de Reavaliação Negativas, das quais o Banco de Portugal veio excluir, pelo Aviso nº 6/2008, de 14 de Outubro, as perdas não realizadas em títulos de dívida, classificados como disponíveis para venda. Até Setembro de 2007 incluía-se também nestas deduções a parcela dos Impostos Diferidos Activos que ultrapassasse 10% dos Fundos Próprios de Base, tendo este limite sido revogado pelo Aviso do Banco de Portugal nº 9/2008, de 28 de Outubro. Nestas deduções aos Fundos Próprios de Base são ainda de considerar os montantes referentes às Diferenças Positivas de Reavaliação da Equivalência Patrimonial, bem como o valor correspondente a 50% do montante do investimento no sector segurador (deduzido, em determinadas condições, do excedente da margem de solvência, caso ele exista) e nas Instituições de Crédito em que a percentagem de participação seja igual ou superior a 10%.

(ii) Fundos Próprios Complementares ou Tier II: São constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas de alguns activos e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Das Reservas de Reavaliação positivas passaram a ser excluídos, a partir de Outubro de 2008, os ganhos não realizados em títulos de divida classificados como disponíveis para venda, de acordo com a entrada em vigor do já referido Aviso nº6/2008, de 14 de Outubro, do Banco de Portugal. O valor destes Fundos não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base. A sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, da qual a de vencimento determinado é considerada no segmento Lower Tier II apenas até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base, enquanto a de vencimento indeterminado é considerada na totalidade, no segmento Upper Tier II;

- Reservas de Reavaliação positivas, incluídas nos Fundos Próprios Complementares apenas por 45% do seu montante.

De forma semelhante aos Fundos Próprios de Base, são também deduzidos aos Fundos Próprios Complementares os montantes correspondentes a 50% dos investimentos em Instituições de Crédito e em empresas do sector segurador. No primeiro caso, se a participação for igual ou superior a 10%, a mesma será deduzida na íntegra, enquanto se for inferior a 10% só será dedutível na parte em que o valor agregado dessas participações ultrapasse 10% do somatório dos Fundos Próprios de Base com os Complementares. No caso das Seguradoras, o valor a deduzir poderá beneficiar do excesso da margem de solvência apurado no sector Segurador, o qual permitirá diminuir a dedução aos Fundos Próprios;

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Referem-se a um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Montantes relacionados com os imóveis em reembolso de crédito próprio em poder da Instituição, há mais de quatro anos;

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais consolidados, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo Caixa e 25% para as exposições perante outros Grupos;

- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (superiores a 5%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos de Requisitos de Capital entrou em vigor em 01.01.2008 o Novo Acordo de Capital (Basileia II), tendo a CGD aplicado o método padrão para cálculo de requisitos de capital para risco de crédito, conforme disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007.

A metodologia adoptada é uma evolução de Basileia I e consiste em atribuir ponderadores às posições em risco (activos e elementos extrapatrimoniais convertidos em equivalentes de crédito) em função da sua natureza, tipo de contraparte e da existência de garantias (reais ou pessoais).

Face a Basileia I, as principais alterações advêm da possibilidade de se utilizarem ratings atribuídos por agências de notação externa reconhecidas (ECAIs) para aferição do ponderador de risco e da existência de tratamento específico para operações de securitização, conforme regulado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

É intenção estratégica da CGD evoluir para o método de notações internas, estando a decorrer o processo de candidatura para o efeito.

No que respeita à periodicidade de reporte ao Banco de Portugal, oficialmente os Fundos Próprios em base consolidada têm de ser remetidos semestralmente, até 60 dias após a data de referência. No entanto, internamente a CGD elabora Fundos Próprios consolidados com periodicidade trimestral. De salientar, também, que em 31/12/2008 o Banco de Portugal solicitou que, de forma extraordinária e até orientações em contrário, fossem enviados com periodicidade mensal os Fundos Próprios consolidados e os respectivos requisitos de capital, não se prevendo durante quanto tempo será exigido às Instituições este esforço apreciável de reportar o seu rácio de solvabilidade numa base temporal tão curta.

ANEXO

ADOPÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

CARTA CIRCULAR Nº 97/2008/DSB, DE 3 DE DEZEMBRO, DO BANCO DE PORTUGAL

I.	MODELO DE NEGÓCIO	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório do Conselho de Administração - Capítulos: - Mensagem do Presidente - Estratégia e Modelo de Negócio Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos: - Visão Estratégica 2008-2010 - Análise Financeira – Evolução do Balanço (sobre operações de titularização e produtos estruturados) Ver Anexo às DF's Consolidadas: Notas 11 e 22 sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	No Relatório do Conselho de Administração encontra-se uma descrição pormenorizada da actividade do Grupo CGD, seus objectivos e resultados, contribuição para o negócio, consequências da turbulência nas Demonstrações de Resultados, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ver em especial os capítulos mencionados no ponto I.1 atrás. Ver Notas 28 e 40 do Anexo às DF's Consolidadas.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Nota 2.7.do Anexo às DF's Consolidadas.
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.

II.	**RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos. Ver Anexo às DF's Consolidadas: - Nota 42: onde é efectuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro - Nota 43: onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro e Resseguro
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.
III.	**IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS**	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: - Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade Ver Notas 6, 8 e 19 do Anexo às DF's Consolidadas.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: - Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade Ver Nota 42 do Anexo às DF's Consolidadas.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	Ver Relatório do Conselho de Administração - Nos diversos Capítulos é feita referência às consequências da turbulência dos mercados financeiros sobre o sistema bancário e sobre a CGD, em particular, designadamente nos seguintes Capítulos: - Mensagem do Presidente - Enquadramento Macroeconómico - Análise Financeira Ver o referido nos pontos III.8 e III.9 atrás.

11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial as Notas 33 e 42 do Anexo às DF's Consolidadas.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o Capítulo Análise Financeira - Principais Riscos e Incertezas. Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: - Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.
IV.	**NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA**	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo: - Gestão dos Riscos Ver Anexo às DF's Consolidadas: - Nota 2.7 - Nota 42, onde é efectuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos activos e passivos registados ao custo amortizado.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;	Ver Anexo às DF's Consolidadas: - Nota 2.7, descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura - Notas 10, 42 e 43, onde consta extensa informação sobre derivados, montantes nocionais e valor contabilístico das operações da Caixa através desses instrumentos, para os quais existem limites de exposição por produto e por cliente e o acompanhamento da evolução diária dos resultados.

18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages); - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Relatório do Conselho de Administração. Ver Nota 42 do Anexo às DF's Consolidadas.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	Ver Relatório do Conselho de Administração a exposição a activos afectados pelo período de turbulência: Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo "monoline".
V.	**POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO**	
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas: - Nota 2, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros

23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: – Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; – Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); – Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); – Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Notas 7 e 42 do Anexo às DF's Consolidadas. Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: – Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; – Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); – Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; – Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); – *Stress Scenarios.*	Ver Anexo às DF's Consolidadas: - Nota 2.7, onde consta informação e os processos aplicadas pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros - Notas 42 e 43
VI.	**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**	
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

Março de 2009

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 96.650.557 mEuros e capital próprio de 4.590.234 mEuros, incluindo um resultado do exercício de 484.251 mEuros, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta igualmente contas consolidadas, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2008 incluem um aumento do activo em 14.409.525 mEuros, uma redução das reservas e resultados transitados de 237.418 mEuros e uma diminuição do lucro do exercício atribuível ao accionista da Caixa no montante de 25.228 mEuros.

Lisboa, 23 de Março de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 96.650.557 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.590.234 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 484.251 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

Av. Praia da Vitória, 73, 2.º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 ora.sroc@mail.telepac.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46, Contribuinte n.º 501 794 662

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

LISBOA, 23 DE MARÇO DE 2009

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

Av. Praia da Vitória, 73, 2.º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 ora.sroc@mail.telepac.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46, Contribuinte n.º 501 794 662

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

Março de 2009

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e subsidiárias ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 111.060.082 mEuros e capital próprio total de 5.484.138 mEuros, incluindo um resultado do exercício atribuível ao accionista da CGD de 459.023 mEuros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Março de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 111.060.082 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.484.138 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 459.023 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Av. Praia da Vitória, 73, 2.º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 ora.sroc@mail.telepac.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46, Contribuinte n.º 501 794 662

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

ÊNFASE

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. (Sociedade em Liquidação), Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. e Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A., tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

LISBOA, 23 DE MARÇO DE 2009

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

Av. Praia da Vitória, 73, 2.º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 ora.sroc@mail.telepac.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46, Contribuinte n.º 501 794 662

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA** (adiante designada de Caixa ou CGD), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2. A fiscalização da CGD compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais e Estatutos da CGD.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado na CGD, acompanhou e fiscalizou os actos de gestão do Conselho de Administração, tendo acesso às actas das reuniões semanais realizadas por este órgão, à documentação que suporta as decisões tomadas, preparada pelos vários serviços internos, grupos de trabalho e entidades externas (consultores/auditores), e promoveu reuniões periódicas com a sociedade de revisores oficiais de contas que lhe presta assessoria, na qualidade de perito técnico, conforme contrato existente para este efeito, nas quais são definidas as principais áreas e matérias que devem ser aprofundadas.

4. O Conselho Fiscal vigiou ainda pela observância da Lei e dos Estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 287/93 de 20 de Agosto, enviado aos Gabinetes dos Senhores Ministro de Estado e das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CGD.
   No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.

5. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do "Relatório sobre o Governo da Sociedade" que integra o Relatório e Contas da CGD, tendo verificado que o mesmo cumpre os princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado e relativos à divulgação de informação, constantes no anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março.

6. Na sequência da publicação, em 1 de Julho, do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, o Conselho Fiscal emitiu, em 22 de Dezembro de 2008, os Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da CGD (Individual e Grupo).
Expressando uma opinião geral positiva, os documentos emitidos evidenciam, também, um conjunto de deficiências e/ou aspectos a melhorar cuja evolução o Conselho Fiscal irá acompanhar no decorrer do exercício de 2009.

7. O Conselho Fiscal tomou conhecimento ao longo do exercício dos relatórios emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras intercalares, para efeitos de inclusão nos fundos próprios, dos resultados positivos provisórios apurados mensalmente, de acordo com o Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro e da Carta Circular nº 17/DSB/1995, de 7 de Março, ambos do Banco de Portugal.

8. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, o Conselho Fiscal salienta as seguintes situações:

(i) Na Assembleia Geral da Sociedade, realizada em 17 de Abril de 2008, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2007, respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 666,1 milhões de euros, fosse transferido 133,2 milhões de euros para reserva legal, conforme alínea a) do nº 1 do artigo 26º dos Estatutos da Sociedade, 55 milhões de euros para cobertura de resultados transitados negativos, 340 milhões de euros para dividendos ao accionista Estado e 137,9 milhões de euros para reservas livres.
Na mesma Assembleia Geral foi aprovada a proposta de atribuição de participação nos lucros aos trabalhadores da CGD e aos membros do Conselho de Administração, até ao montante de 41,4 milhões de euros, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 26º dos Estatutos da CGD.

(ii) Os empréstimos concedidos pela CGD em exercícios anteriores para a compra de acções de empresas cotadas têm merecido particular atenção do Conselho Fiscal, conforme relatórios trimestrais emitidos para a Tutela.
Apesar da redução dos financiamentos e do reforço de garantias verificado, o Conselho Fiscal tem vindo a recomendar a reposição do nível de garantias contratuais, atendendo à forte desvalorização das acções, a fim de acautelar a exposição da CGD, a qual se considera elevada.

(iii) Reconhecimento de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, com destaque para a ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (262,2

milhões de euros) e para o BCP – Banco Comercial Português, SA (220,0 milhões de euros).

(iv) A CGD efectua semestralmente a quantificação das provisões económicas adequadas ao risco implícito da carteira de crédito, remetendo essa informação ao Banco de Portugal, através do relatório de imparidade emitido pelos Auditores Externos, de acordo com orientações daquele Órgão de Supervisão. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios emitidos pelos Auditores Externos sobre esta matéria.

(v) Em 12 de Novembro de 2008 entrou em vigor a Lei nº 62-A/2008, que nacionalizou a totalidade das acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios atribuindo à CGD a respectiva gestão. Na sequência do previsto na Lei e para dotar o banco de liquidez foram celebrados contratos de empréstimos com garantia pessoal do Estado, tendo os mesmos sido substituídos, já em 2009, por um Programa de Emissões de Papel Comercial até 2 mil milhões de euros.

(vi) A CGD integra um conjunto de seis instituições de crédito que concederam ao Banco Privado Português um empréstimo de 450 milhões de euros, o qual foi objecto de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito da operação de financiamento. O envolvimento da CGD ascende a 120 milhões de euros.

(vii) O Conselho Fiscal tem vindo a acompanhar as operações de apoio de liquidez prestadas pela CGD ao Banco Finantia no último trimestre de 2008, as quais têm sido objecto de recomendação de execução pelo Banco de Portugal e Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. Estas operações são de curto prazo e decorrem de um processo de reestruturação das fontes de financiamento do banco.

(viii) Foi alterada a denominação de Caixa Seguros, SGPS para Caixa Seguros e Saúde, SGPS, com o objectivo de evidenciar a posição da *holding* do Grupo para os negócios segurador e hospitalar, passando a deter 75% do capital da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS.

(ix) Na sequência do contrato celebrado entre o Grupo CGD e a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SA, em Março de 2008, com vista à alienação da participação de 80% detida pelo Grupo na Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (Compal), foram alienadas acções correspondentes a 38,1% do capital social desta entidade, por 54,4 milhões de euros.

No âmbito da fusão da Compal com a Sumolis – Gestão de Marcas, SA, o Grupo CGD através da entrega das acções remanescentes de que é titular na Compal, subscreveu e realizou integralmente o aumento do capital social em espécie da Sumol+Compal, SA, no montante de 20,6 milhões de euros, passando a deter uma participação nesta sociedade de 20,6%.

(x) A CGD, na sequência do processo de constituição da sua nova filial no Brasil (Banco Caixa Geral Brasil, SA), irá iniciar a sua actividade naquele país no exercício de 2009.

(xi) O Conselho de Administração da CGD aprovou a operação de aquisição de participação no Banco Totta de Angola (BTA), mediante a assinatura de um Segundo Acordo Quadro, entre a CGD e o Banco Santander Totta, que consolida as negociações havidas entre todas as partes envolvidas, ficando a gestão do BTA entregue maioritariamente à CGD.

(xii) A CGD alienou à Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA (Parpública), 15% do capital social da REN – Redes Eléctricas Nacionais, SGPS, SA e 15% do capital social da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, tendo registado mais-valias de 83,5 milhões de euros e 72,4 milhões de euros, respectivamente. A Caixa alienou à Parpública o remanescente da participação que detinha na AdP (5,374%) por 50,6 milhões de euros.

(xiii) Foi constituída uma nova sociedade gestora de participações sociais, denominada Parcaixa, SGPS, SA, com um capital social de mil milhões de euros, detido 51% pela CGD e 49% pela Parpública. A nova *holding* detém a totalidade do capital da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA, 19% do capital da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, e 19,5% da Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.

(xiv) As Responsabilidades Representadas por Títulos apresentam um elevado crescimento, para o que contribuiu a emissão obrigacionista no valor de 1,25 mil milhões de euros, garantida pela República Portuguesa, ao abrigo da Portaria nº 1219-A/2008, e a emissão de obrigações sénior a 2 anos, no montante de 1,75 mil milhões de euros, ao abrigo do programa EMTN.

(xv) A CGD registou imparidade no valor de 40,6 milhões de euros para aplicações em bancos islandeses e de 64,7 milhões de euros num banco norte americano. Para esta última entidade foi ainda registada imparidade no valor de 39,6 milhões de euros para saldos devedores, registados em "Outros Activos".

(xvi) Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma ascendem a 1,1 mil milhões de euros, conforme estudo actuarial efectuado por entidade independente, encontrando-se as mesmas integralmente financiadas, nessa data, pelo Fundo de Pensões da CGD. As contribuições para o Fundo efectuadas pela CGD em 2008 ascenderam a 108,6 milhões de euros (39,5 milhões de euros de contribuições extraordinárias).

(xvii) As responsabilidades com assistência médica (427,8 milhões de euros) e subsídio por morte antes da idade normal de reforma (2,1 milhões de euros), apuradas com base no estudo actuarial realizado com referência a 31 de Dezembro de 2008, encontram-se integralmente provisionadas, assim como o passivo de 5,0 milhões de euros relativo ao impacto da passagem à situação de inactivos de trabalhadores com os quais a CGD celebrou acordos de suspensão de trabalho.

(xviii) O Estado Português, accionista único da CGD, subscreveu e realizou integralmente ao par o aumento do capital social em 400 milhões de euros, através da emissão de 80 milhões de novas acções nominativas de 5 euros cada, tendo o mesmo sido aprovado em Deliberação Unânime por Escrito, tomada nos termos do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, em 31 de Julho de 2008.

9. Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido da sociedade ascendeu a 96,7 mil milhões de euros, registando um aumento de 6,6 mil milhões de euros face ao exercício anterior. Este crescimento justifica-se essencialmente pela evolução do Crédito a Clientes que registou um acréscimo de 6,7 mil milhões de euros, com destaque para o crédito a empresas e o crédito à habitação.

(ii) O crescimento do Passivo deveu-se sobretudo ao aumento de 5,2 mil milhões de euros na captação de recursos de clientes e outros empréstimos e de 4,4 mil milhões de euros nas Responsabilidades Representadas por Títulos.

(iii) Os Capitais Próprios apresentaram uma redução de 343,0 milhões de euros, devido essencialmente a uma diminuição significativa de 876,7 milhões de euros registada nas Reservas de Reavaliação, em resultado da desvalorização verificada nos Instrumentos de Dívida e nos Instrumentos de Capital, conjugado com o aumento do capital social no montante de 400 milhões de euros.

(iv) O rácio de solvabilidade, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, registou um ligeiro aumento de 0,3 p.p, situando-se no final do exercício em 11,7%. O *Tier* I ascendeu a 6,8% (6,4% em período homólogo do exercício anterior).

(v) O Resultado Líquido ascendeu a 484,3 milhões de euros (666,1 milhões de euros em 2007), o que representa uma diminuição de 27,3% face ao exercício anterior. Este decréscimo é explicado essencialmente pelo reconhecimento de perdas por imparidade de títulos registados como activos financeiros disponíveis para venda, uma vez que o produto bancário registou um aumento de 24,4% face ao exercício anterior.

10. Em relação às Contas Consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido do Grupo CGD ascendeu a 111,1 mil milhões de euros, registando um aumento de 7,5 mil milhões de euros face ao exercício anterior. Este crescimento justifica-se essencialmente pela evolução do Crédito a Clientes que registou um acréscimo de 8,5 mil milhões de euros, com destaque para o crédito a empresas e o crédito à habitação.

(ii) O crescimento do Passivo deveu-se sobretudo ao aumento de 6,1 mil milhões de euros na captação de recursos de clientes e outros empréstimos e de 3,7 mil milhões de euros nas Responsabilidades Representadas por Títulos.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 5,5 mil milhões de euros, registando uma ligeira redução de 57,0 milhões de euros face ao ano anterior, devido ao aumento das menos-valias potenciais em diversos activos financeiros, contribuindo para uma redução significativa nas Reservas de Justo Valor (-1,3 mil milhões de euros). Como contributos positivos destaque para o aumento do capital social no montante de 400 milhões de euros e para o aumento da rubrica de interesses minoritários, com realce para o efeito da aquisição da Parcaixa (478, 4 milhões de euros)

(iv) O rácio cost-to-income apresentou uma evolução favorável, reduzindo-se de 55,1% para 51,2%.

(v) O rácio de solvabilidade em base consolidada, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, registou um aumento de 0,6 p.p, situando-se final do exercício em 10,7%. O *Tier* I ascendeu a 7,0% (6,2% em período homólogo do exercício anterior).

(vi) O Resultado Líquido ascendeu a 459,0 milhões de euros (856,3 milhões de euros em 2007), o que representa uma diminuição de 46,4% face ao exercício anterior. Este decréscimo é explicado essencialmente pelo reconhecimento de perdas por imparidade de títulos registados como activos financeiros disponíveis para venda e de outros títulos da actividade seguradora, uma vez que o produto da actividade bancária e seguradora registou um aumento de 13,1% face ao exercício anterior.

11. No exercício de 2008 foi registada uma evolução muito significativa no processo de reorganização interna da área do controlo dos riscos nas várias vertentes, designadamente através do projecto "Risco Operacional e Controlo Interno". A implementação deste programa visa atribuir à CGD as competências necessárias para gerir o risco operacional, optimizar o consumo de capitais próprios, cumprir requisitos regulamentares e melhorar o sistema de controlo interno, acompanhando as melhores práticas internacionais nesta matéria. O Conselho Fiscal destaca que devem ser implementadas medidas que permitam a uniformização entre os procedimentos adoptados pela empresa-mãe e as respectivas filiais, tendo por objectivo responder, atempadamente, às obrigações regulamentares e reforçar o quadro de cultura de controlo interno existente no Grupo CGD.

12. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

13. O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria" (Contas Individuais e Consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

14. PARECER:

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2008, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 23 DE MARÇO DE 2009

O CONSELHO FISCAL

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

(Presidente)

Maria Rosa Tobias Sá

(Vogal)

José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

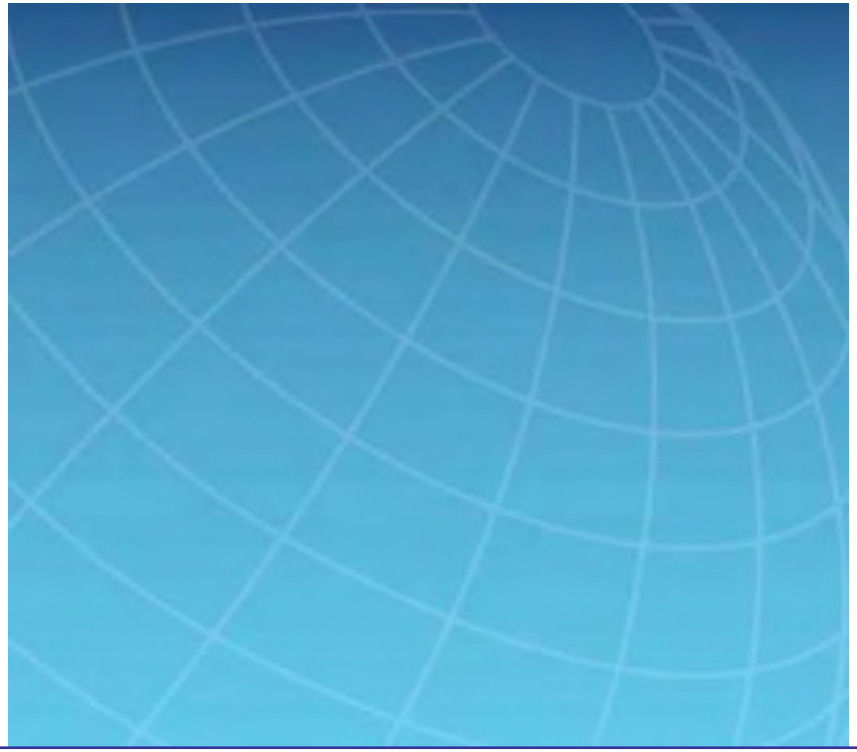
(Vogal)

RELATÓRIO E CONTAS

2008

Caixa Geral de Depositos

VOLUME 3



III. Relatório sobre o Governo da Sociedade

2008

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 49/2007

Principios de Bom Governo	Recomendações	Grau de Cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	▪ **Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objectivos e políticas**, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	▪ **Elaborar planos de actividade e orçamentos** adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e aos objectivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	▪ **Adopção de planos de igualdade**, de modo a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	▪ **Reporte de informação anual** à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido.	1.2.
	▪ **Cumprimento de legislação e regulamentação**, adoptando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	▪ **Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores** e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3.3.
	▪ **Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos**, estabelecendo e divulgando procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços, adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transacções realizadas e que garantem a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido	3. e 4.
	▪ **Conduzir com integridade todos os negócios da empresa** (ter ou **aderir a um código de ética** que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.1.1.

continuação

Principios do Bom Governo	Recomendações	Grau de Cumprimento (1)	Referência no relatório
Estruturas de Administração e Fiscalização	▪ **Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis**, de dimensão semelhante e do mesmo sector;	Cumprido.	5.2.
	▪ O **modelo de governo deve assegurar a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização** (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Cumprido.	5.
	▪ **Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos** e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Cumprido.	5.3.1.
	▪ **Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes** com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela selecção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	5.4.
	▪ **Implementação do sistema de controlo**, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	5.7.
	▪ **Promover a rotação e limitação dos mandatos** dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	5.
Remuneração e Outros Direitos	▪ **Divulgação anual das remunerações totais** (fixas e variáveis) auferidas **por cada membro do órgão de administração**;	Cumprido.	6. e Anexo II
	▪ Divulgação anual das remunerações auferidas **por cada membro do órgão de fiscalização**;	Cumprido.	6. e Anexo II
	▪ **Divulgação anual dos demais benefícios e regalias** (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6. e Anexo II
Prevenção de conflitos de interesses	▪ **Obrigação dos membros dos órgãos sociais de** se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.8.
	▪ **Obrigação dos membros dos órgãos sociais de** declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.8.
	▪ **Obrigação dos membros dos órgãos sociais de** declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.8.

continuação

Principios do Bom Governo	Recomendações	Grau de Cumprimento (1)	Referência no relatório
Divulgação de informação relevante	▪ **Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações** de que tenham conhecimento, **susceptíveis de afectar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa**;	Cumprido.	7.1.
	▪ **Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado**, de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido.	7.2.
	▪ **Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade** (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido.	7.3. e 7.4.
	▪ **Nomeação do provedor do cliente**, quando se justificar.	Não aplicável.	7.5.

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

1.1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

1.2. Missão

A CGD tem como Missão:

- A consolidação da sua posição como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:
  - O desenvolvimento económico;
  - O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
  - A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.
- Enquanto líder do mercado, a procura de uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

1.3. Principais Objectivos Estratégicos

A CGD, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Sector Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de Abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo accionista através de Deliberação Unânime, de 11 de Julho de 2008. Essa Deliberação estabeleceu os objectivos para o ano de 2008 bem como os objectivos para o triénio 2008-2010, os quais têm por referência o documento com as "Prioridades Estratégicas do Grupo CGD para o triénio 2008-2010".

As Directrizes estratégicas orientadoras da actividade são as seguintes:

I. Consolidar a evolução de crescimento rentável (em Portugal e nos principais mercados internacionais) e contribuir para o desenvolvimento económico;
II. Alinhar com as melhores práticas em eficiência operativa e qualidade de serviço;
III. Reforçar as capacidades e mecanismos de controlo e gestão de risco;
IV. Desenvolver uma política de recursos humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do Conhecimento, da Comunicação e do Desempenho;
V. Apoiar o desenvolvimento cultural e social, promover a sustentabilidade e ser uma referência de Bom Governo em Portugal;
VI. Reestruturar o modelo corporativo.

Estas seis Directrizes consubstanciam-se, por sua vez, em 19 prioridades de gestão:

1. Crescer no Retalho, mantendo a liderança na captação de recursos, reforçando o cross-selling através da dinamização comercial e desenvolvendo a oferta de gestão de activos e crédito especializado e tornando-se o banco principal das melhores empresas;
2. Desenvolver a banca de investimento e o capital de risco, garantindo o apoio à economia nacional;
3. Crescer nos mercados internacionais;
4. Manter a posição de liderança no mercado de seguros;
5. Garantir elevado nível de qualidade e serviço no sector da saúde;
6. Renovar a imagem de marca, reforçando o seu posicionamento;
7. Optimizar a produtividade e eficiência nos processos operativos;
8. Controlar os custos de Fornecimentos e Serviços Externos;
9. Melhorar a qualidade serviço ao cliente;
10. Optimizar a gestão de capital no contexto da transição para a abordagem IRB - Advanced (Basileia II) e consolidar a adequação do pricing do crédito ao risco;
11. Consolidar a performance na recuperação de crédito;
12. Integrar a gestão de risco das operações internacionais;
13. Reforçar as capacidades de *Assets and Liability Management*, de forma a manter a solidez financeira;
14. Implementar procedimentos adequados de gestão de risco operacional;
15. Desenvolver e dignificar os recursos humanos do Grupo, nomeadamente introduzindo processos para a gestão activa de talento e fomentando a orientação para o desempenho;
16. Desenvolver capacidades em planeamento estratégico, e em research macro, sectorial e de mercados financeiros;
17. Potenciar a actuação ao nível cultural, social e promover a sustentabilidade;
18. Proactividade no desenvolvimento de melhores práticas de governação e de conduta ética;
19. Desenvolver o Grupo, libertando recursos para o desenvolvimento de negócio em áreas prioritárias.

Depois de definido e comunicado este Quadro Estratégico, a Instituição iniciou um processo de operacionalização da estratégia através do qual as diversas Direcções e empresas do Grupo elaboraram as respectivas Visões Operativas da Estratégia, consubstanciadas num grupo de iniciativas estratégicas devidamente prioritizadas e programadas através da definição de responsáveis, acções concretas e metas a atingir.

Por último, foi levado a cabo um processo de consolidação das Visões Operativas da Estratégia tendo resultado 12 Projectos Transversais Estruturantes, a implementar até 2010:

1. Dinamizar a actividade comercial de particulares e pequenos negócios;
2. Dinamizar a actividade comercial PME's;
3. Executar a estratégia multicanal;
4. Potenciar o *Assurfinance;*
5. Desenvolver o negócio internacional;
6. Optimizar a gestão de risco e do capital do Banco;
7. Reforçar a atenção sobre a recuperação de crédito do Grupo ao longo de toda a cadeia de valor;

8. Desenvolver negócio de capital de risco;
9. Promover a redução de custos;
10. Reforçar a eficiência de processos e qualidade de serviço;
11. Desenvolver o talento;
12. Optimizar a infra-estrutura tecnológica.

A CGD desenvolve anualmente um processo de planeamento que tem como âmbito as contas consolidadas das diversas unidades de negócio que compõem o Grupo. Nesse exercício são estabelecidos os objectivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

Para acompanhar a execução do plano de actividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de actividade.

Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida pela Instituição.

2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ACTUAÇÃO

2.1. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

A actividade da CGD está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo DL nº 300/2007, de 23 de Agosto.

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, de que se destaca o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo DL nº 298/92, de 31 de Dezembro e várias vezes alterado, o Código dos Valores Mobiliários, que sofreu alterações relevantes em 2007 com a publicação do DL nº 357-A/2007, de 31 de Outubro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF) e as respectivas normas de execução, e todas as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A actividade da CGD encontra-se sujeita aos Estatutos da Sociedade, cuja versão integral foi publicada em anexo ao DL nº 106/2007, de 3 de Abril, e que foram actualizados em 1 de Agosto de 2008, na sequência do aumento de capital realizado nessa data.

A CGD dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, que abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, a política de pessoal, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

A intermediação financeira exercida pela CGD é objecto de um Regulamento Interno - Regulamento Interno da Actividade de Intermediação Financeira da CGD (RIAIF) -, aprovado pela CMVM, onde estão definidos os princípios e procedimentos fundamentais que regulam as actividades que prossegue nesta área de negócio e para as quais se encontra registada junto da autoridade de supervisão, vinculando os membros dos órgãos sociais e os colaboradores do Banco afectos a esta área, ainda que ocasionais.

2.1.1. CÓDIGO DE CONDUTA

Em Fevereiro de 2008, a CGD aprovou o Código de Conduta da Instituição, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores e órgãos sociais, e que devem reger a actividade da empresa.

O Código de Conduta encontra-se publicado no Sistema de Normas Internas, acessível através da Intranet por todos os colaboradores, bem como no site da CGD, estando assim igualmente acessível ao público em geral.

2.2. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Toda a actividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a CGD adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA FISCAL

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a CGD dispõe de duas Unidades Técnicas que se complementam, uma vocacionada para o cumprimento das obrigações fiscais da própria Instituição, outra que se focaliza no apoio logístico à interpretação das normas legislativas, quer as relativas à própria Instituição, quer as relativas a produtos orientados para clientes, para além de outras funções que lhe estão adstritas em matéria de contencioso tributário.

2.2.2. APLICAÇÃO DE NORMAS DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A CGD dispõe de uma Área de Prevenção de Branqueamento de Capitais, que visa assegurar o cumprimento da política definida neste âmbito, nomeadamente através da realização de acções de formação aos colaboradores, da análise ao sistema de controlo interno instituído e da implementação de dispositivos ou ferramentas informáticas que garantam uma monitorização eficaz das operações, no sentido de permitir a detecção de operações potencialmente suspeitas da prática do crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, para posterior comunicação às autoridades públicas competentes.

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a actividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação. Assim, os colaboradores da Instituição encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

2.2.3. APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

Tem sido preocupação da CGD assegurar uma total transparência das praticas comerciais em que a Instituição se envolve, procurando reduzir a complexidade dos produtos que divulga, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Instituição tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos de investimento, poupança, serviços e financiamento que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de protecção do consumidor.

Salienta-se, ainda, que o processo de lançamento de novos produtos pressupõe a emissão de recomendações emitidas pela Função Compliance e pela Direcção de Risco, na óptica do cliente e do risco, respectivamente, antes do início da comercialização nas redes comerciais da Caixa.

2.2.4. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL

A CGD comprometeu-se com a preservação do ambiente, traduzida na aplicação das normas de natureza ambiental e na promoção da adopção de comportamentos ambientalmente adequados, por parte dos seus colaboradores.

Neste âmbito, a CGD tem vindo a desenvolver, desde 2007, um programa estratégico - Caixa Carbono Zero 2010 - que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, clientes e da sociedade em geral. Este programa, enquadra-se na Responsabilidade Social da Instituição, no âmbito da qual assume particular relevância, entre outras, a área estratégica do Ambiente, designadamente a nível da sensibilização ambiental.

Este programa que é transversal à empresa, assenta em três vectores de actuação:

- Informa (sobre emissões) que procura caracterizar o perfil das emissões de carbono resultante das actividades da Caixa ("pegada de carbono"), definir metas internas de redução de emissões e avaliar o desempenho e eficácia ambiental das medidas internas de redução, para o que têm vindo a ser realizados inventários anuais de emissão de carbono.
- Reduz (consumos de energia e emissões), que procura optimizar a produtividade do recurso energia, reduzir a intensidade carbónica da electricidade através de energia renovável, privilegiar a adopção de "tecnologias de baixo carbono" (nos edifícios e na frota) e minimizar a produção de resíduos e maximizar a sua reutilização e reciclagem. Com este objectivo têm vindo a ser realizadas as diversas acções de que se destacam a redução das cargas e substituição/renovação de equipamentos, a melhoria da mobilidade e tecnologia de propulsão, uma maior eficiência na redução, reutilização e reciclagem e da produção e consumo de fontes renováveis.
- Compensa (emissões inevitáveis), que procura reduzir o balanço líquido das emissões de carbono da Caixa em coerência com a meta Caixa Carbono Zero, para o que têm vindo a ser implementados projectos externos de redução de emissões de carbono.

Neste contexto, assume especial relevância a instalação de uma central solar, a maior do país, na cobertura do edifício-sede, que visa o abastecimento do edifício, enquadrando-se assim nos objectivos de sustentabilidade da CGD e que permite a produção energética por fonte renovável para aquecimento das águas com uma poupança anual prevista de 400 000 kWh e para o sistema de climatização que permite poupar adicionalmente 500 000 kWh.

Destaca-se ainda a certificação energética e de qualidade do ar dos edifícios, merecendo relevo o recente caso do edifício Sede da CGD, em que foi conseguida a classificação mais elevada na escala existente, de acordo com o estipulado na legislação em vigor (A+), bem como a implementação de sistemas de gestão de consumos de energia em diversos edifícios, com monitorização *on-line* e a substituição de equipamentos, numa óptica de actualização tecnológica, maior eficiência funcional e energética, bem como numa perspectiva de substituição de gases refrigerantes não ecológicos por outros que o sejam, no caso de equipamentos que ainda os utilizem.

2.2.5. APLICAÇÃO DE NORMAS DE ÍNDOLE LABORAL

A CGD pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus empregados, dando sempre primazia, perante uma eventual situação de conflito, a uma solução consensual.

Não obstante, e apesar do elevado grau de cumprimento da legislação laboral por parte da Instituição surgem, pontualmente, situações de discórdia entre os colaboradores e a CGD,

revelando-se necessária a intervenção judicial. Neste âmbito, destaca-se que, ao longo dos últimos 10 anos, o número de sentenças favoráveis à CGD atingiu cerca de 80% do total, o que permite concluir que só muito raramente a posição da CGD não é sufragada pelos Tribunais.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFECTIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES, E DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL, BEM COMO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A política de Pessoal da CGD é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

- A humanização das relações e das condições de trabalho;
- A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- A adopção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades para todos.

2.3.1. IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

A distribuição do efectivo na CGD apresentou em 2008 uma distribuição equitativa por sexos – 52% feminino e 48% masculino. Esta distribuição mantém-se equitativa quando avaliada ao nível das funções administrativas, técnicas e específicas. No que respeita às funções de enquadramento e de direcção, existem ainda diferenças significativas, fruto da evolução histórica da empregabilidade de ambos os sexos, em que predominava o sexo masculino, mas cuja tendência é de maior equilíbrio no futuro.

O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a CGD não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade, tendo nos seus quadros para além dos empregados de origem portuguesa, empregados oriundos da Europa (30), dos PALOP's (22), da América Latina (10) e da Ásia (1).

Por outro lado, a CGD no âmbito da adopção de boas práticas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência. Actualmente a Instituição emprega 165 pessoas portadoras de deficiência física, sendo 81 mulheres e 84 homens.

Neste contexto, salienta-se o Protocolo celebrado entre a CGD e o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), em Junho de 2008, que representa o comprometimento da Caixa na execução de uma efectiva política de igualdade de oportunidades no acesso a estágios profissionais e à integração profissional de pessoas portadoras de deficiência física.

2.3.2. CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL

A CGD tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos empregados;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns empregados;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Prioridade na admissão de filhos/cônjuges de empregados falecidos;
- Aconselhamento psicológico, presencial e telefónico;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos empregados (infantil e de estudo);

- Concessão de crédito em condições de prazo e taxa favoráveis;
- Existência de um Núcleo de Acção Social e de um Gabinete de Psicologia, integrados na Direcção de Pessoal, que dispõem de programas de apoio aos empregados, com um serviço de aconselhamento, extensivo às famílias, que procuram intervir numa perspectiva de prevenção.

2.3.3. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A CGD dispõem, desde 2007, do portal do empregado, CaixaPessoal, que fomenta e sustenta uma renovada filosofia de relacionamento entre cada empregado e a Empresa, tornando assim possível a disponibilização de informação de gestão de recursos humanos a todos os empregados, no momento e na forma que mais se ajustem às suas necessidades.

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional, nomeadamente através da plataforma de *e-learning*, através da qual se ministraram 106 636 horas de formação ao longo de 2008, e que pode ser acedida a partir de casa, sem qualquer limitação de tempo.

Para além do programa de formação disponibilizado pela Instituição, são concedidos apoios à formação individual. Neste âmbito, a CGD apoiou, em 2008, 1923 colaboradores, dos quais 910 relativos a Conferências, Seminários e Congressos no País e no Estrangeiro, 869 respeitantes a formação em Línguas Estrangeiras e 144 para frequência em Formação do Ensino Superior, nomeadamente frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que a CGD, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, oferece aos seus colaboradores condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, na aquisição de equipamento e *software* informático e na adesão a linhas de comunicação de banda larga.

3. TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Das transacções com empresas do Grupo e empresas associadas, destacam-se como sendo as mais relevantes as operações realizadas com:

- Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- ESEGUR – Empresa de Segurança, SA;
- Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(milhares de euros)

	2008			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	8.388.075
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	480.390	-	-	475.070
Crédito a clientes	41.243	19.417	670.462	81.356
Outros activos	5.814	18.581	164.968	726.820
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	147.825	1.072.780	19.150	1.550.799
Débitos representados por títulos	-	-	-	1.527.563
Passivos subordinados	-	-	-	1.079.657
Outros passivos	291	-	57	47.523
Garantias prestadas	-	1.634	9.324	48.961
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	20.575	-	23.092	1.793.515
Ganhos em operações financeiras	13.464	-	-	5.105.740
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	57.205
Outros proveitos de exploração	-	-	-	49.300
Custos:				
Juros e encargos similares	83	4.424	26	1.699.495
Perdas em operações financeiras	91	-	-	4.889.864
Comissões	-	-	-	5.251
Outros custos de exploração	-	-	-	49.300

4. OUTRAS TRANSACÇÕES

4.1. PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A CGD possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens / prestadores de serviços – de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.

4.2. UNIVERSO DAS TRANSACÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

As contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado respeitam a:

- Transporte de valores – com a ESEGUR – Empresa de Segurança, SA;
- Aquisições em regime de locação financeira – com a Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- Seguros – com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA;
- Renting de viaturas – com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

4.3. LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EM BASE INDIVIDUAL

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual, em 2008 foram os seguintes:

- Companhia IBM Portuguesa, S.A.
- ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A.

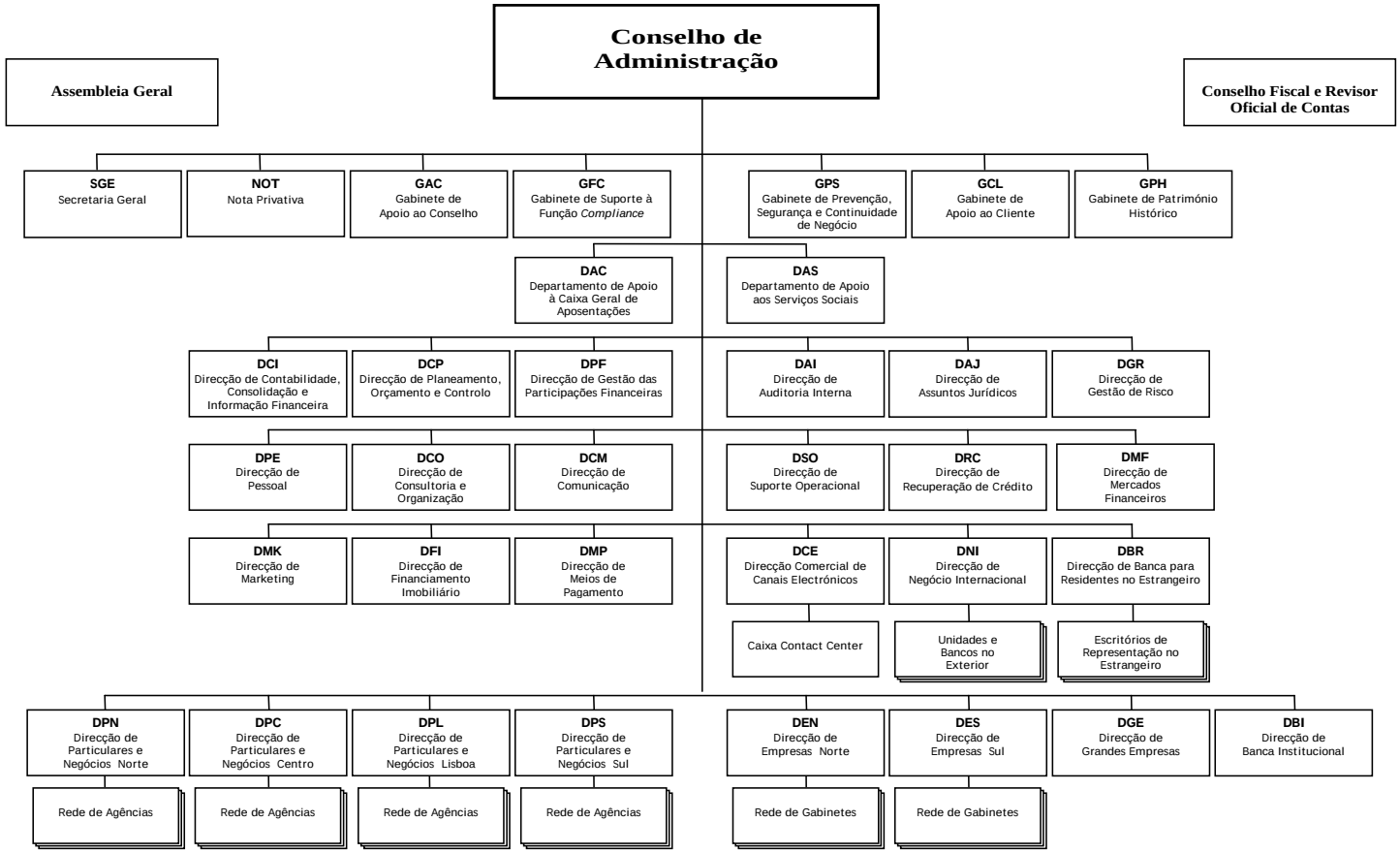
5. MODELO SOCIETÁRIO

O modelo de governo da CGD, que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais da CGD são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, o número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro.

ORGANOGRAMA GERAL DA CGD



5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo o actual mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral de 2008 a 2010.

Composição da Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Manuel Carlos Lopes Porto
Vice-Presidente: Daniel Proença de Carvalho
Secretário: José Lourenço Soares

Os *Curricula* dos membros da Assembleia Geral constam do Anexo I deste Relatório.

A Assembleia Geral delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade, que estipulam que lhe compete em especial:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, com indicação do Presidente e do Vice-Presidente, e os membros do Conselho Fiscal, também com indicação do respectivo Presidente;
- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações, nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável;
- Autorizar a aquisição e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, uns e outros quando de valor superior a 20% do capital social;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada.

5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um presidente, um ou dois vice-presidentes e cinco a onze vogais. Actualmente o Conselho de Administração é composto por sete membros, com mandato de 2008 a 2010.

Composição do Conselho de administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, José Fernando Maia de Araújo e Silva, Jorge Humberto Correia Tomé e Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Os *Curricula* dos membros do Conselho de Administração constam do Anexo I deste Relatório.

- As competências do Conselho de Administração decorrem da lei, competindo-lhe em especial e de acordo com os Estatutos da Sociedade:
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respectivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder directivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a sociedade, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral nestas matérias;
- Decidir sobre a emissão de obrigações;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se, mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

O Conselho de Administração reúne em regra uma vez por semana, tendo realizado um total de 53 reuniões em 2008.

O Conselho de Administração deliberou a distribuição de pelouros e responsabilidades entre os seus membros, que podem ser consultadas nos respectivos *Curricula* (Anexo I), bem como as substituições a vigorar no caso de ausências.

5.3. Órgãos de fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

As competências dos órgãos de fiscalização são as que decorrem da lei, competindo-lhe em especial, de acordo com os Estatutos da Sociedade:

- Assistir às reuniões do Conselho de Administração sempre que o entenda conveniente;
- Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo Conselho de Administração;
- Colocar ao Conselho de Administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado.

5.3.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, dois vogais efectivos e dois suplentes. O mandato actual dos membros do Conselho Fiscal é de 2007 a 2009, sendo este Órgão composto actualmente pelos seguintes membros:

Composição do Conselho Fiscal

Presidente: Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Vogais: José Emílio Garrido Coutinho Castel-Branco e Maria Rosa Tobias Sá
Vogais Suplentes: José Clemente Gomes e Ana Maria Ratel Barroso Reis Boto

Os *Curricula* dos membros do Conselho Fiscal constam do Anexo I deste Relatório.

O Conselho Fiscal reúne, por regra uma vez por mês, tendo realizado, em 2008, um total de 15 reuniões.

O Conselho Fiscal emitiu, em 2 de Abril de 2008, um Relatório sobre o grau de cumprimento dos objectivos fixados pelo accionista ao Conselho de Administração, "*com vista ao cumprimento do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março*", conforme previsto na deliberação unânime por escrito do accionista Estado, de 17 de Setembro de 2007.

5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

O mandato actual da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é de 2007 a 2009.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designado

Efectivo - Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego
Suplente - Álvaro, Falcão e Associados, SROC

5.4. AUDITOR EXTERNO

A auditoria anual às contas da CGD é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direcção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo passaram a ser da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegurará as suas condições de independência.

5.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração designou, por deliberação de 16 de Janeiro de 2008, o Secretário da Sociedade e o Secretário da Sociedade Suplente, pelo período de tempo coincidente com o do mandato do Conselho de Administração da CGD em exercício – de 2008 a 2010.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

EFECTIVO - João Manuel Travassos Dias Garcia

SUPLENTE - Ana Paula Rogenes Perez Lopes Pargana Calado

5.6. CONSELHOS DELEGADOS

Na CGD existem cinco Conselhos Delegados, cuja composição, competências e periodicidade de reunião são as seguintes:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 3, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 4, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana;
- Conselho Delegado de *Marketing*, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, *marketing*, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por semana;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, gestão de imóveis, organização, pessoal, sistemas de informação e suporte operacional, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por semana;
- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), com competências delegadas relativas às acções e procedimentos destinados a controlar os riscos e a posição financeira do Grupo, composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração e pelos Vogais com os pelouros dos mercados financeiros, gestão de risco, planeamento, contabilidade, controlo, internacional, marketing, participações financeiras e financiamento imobiliário. Em regra, o ALCO reúne uma vez por trimestre.

5.7. SISTEMA DE CONTROLO

A estrutura orgânica da CGD assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à actividade, a CGD tem definidas políticas específicas para a gestão das carteiras de investimento e negociação (activos financeiros), bem

como de crédito, cuja execução é acompanhada pelo Conselho de Administração e pelos Conselhos de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, à rentabilidade exigida, a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

A Gestão de Risco é objecto de um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2008, bem como de uma Nota que integra cada um dos Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, designada por "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", que descreve as políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da CGD/Grupo CGD e quantifica para cada tipo de risco a exposição da CGD/Grupo CGD.

Merece destaque, neste contexto, a existência de um Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno (CGRC), órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as politicas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão e propor planos de acção ao Conselho de Administração, composto pelos responsáveis das estruturas com competências na matéria, bem como pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros e que reúne em regra uma vez por mês.

5.8. Prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na CGD e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspecção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, directa ou indirectamente, nas empresas onde exercem funções.

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

6.1. Estatuto remuneratório fixado em 2008

Mesa Assembleia Geral

Presidente – Senha de presença no valor de 897,84 euros;
Vice-Presidente – Senha de presença no valor de 698,32 euros;
Secretário – Senha de presença no valor de 498,80 euros.

Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente – Remuneração de 26.500,00 euros, 14 vezes por ano;
Vice-Presidente – Remuneração de 22.525,00 euros, 14 vezes por ano;
Vogais – Remuneração de 18.550,00 euros, 14 vezes por ano.

Conselho Fiscal

Presidente – Remuneração de 5.300,00 euros, 14 vezes por ano;
Vogais – Remuneração de 3.975,00 euros, 14 vezes por ano

6.2 Remuneração e outras regalias dos membros dos órgãos sociais

Esta informação consta do Anexo II deste Relatório.

REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EM 2008

(valores em euros) (a)

Oliveira Rego & Associados, SROC, representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego	
Serviços de Revisão Legal de Contas	220.498
Outros Serviços	65.000

(a) valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO EM 2008

(valores em euros) (a)

Deloitte e Associados, SROC, S.A.	
Auditoria Externa e Revisão de Contas	1.865.859
Outros serviços de garantia de fiabilidade	414.152
Consultoria fiscal	108.196
Outros serviços	355.520

(a) valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD

7. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

7.1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

A CGD tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado enquanto emitente de instrumentos financeiros, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam susceptíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa, no sentido do integral cumprimento do dever de divulgação pública imediata de informação relevante. Complementarmente, o *site* na Internet disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

CONTACTOS DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO: António José Alves Valente
TELEFONE: 217905908
FAX: 217953986
E-MAIL: antonio.valente@cgd.pt

No âmbito da divulgação de informação privilegiada, a CGD, durante o ano 2008, remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 10 comunicações, que se encontram disponíveis no site da CGD www.cgd.pt e no site da CMVM www.cmvm.pt.

INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA REMETIDA À COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Data	**Assunto**
25/02/2008	Informou sobre as contas consolidadas relativas ao exercício de 2007
30/04/2008	Informou sobre as deliberações da Assembleia Geral de 17 de Abril de 2008 e documentos finais de prestação de contas de 2007
01/08/2008	Informou sobre o aumento do capital social
08/09/2008	Informou sobre a notações de rating
01/10/2008	Informou sobre a alienação de participações financeiras
24/10/2008	Informou sobre a utilização de garantias do Estado
27/11/2008	Informou sobre a garantia do Estado Português
05/12/2008	Informou sobre a emissão obrigacionista com garantia do Estado
23/12/2008	Informou sobre a constituição da PARCAIXA, SGPS, SA

Ainda no âmbito do cumprimento do dever de divulgação pública, a CGD comunicou ao mercado ao longo de 2008, a realização de sete emissões de obrigações de caixa e uma de obrigações subordinadas no montante global de 647 milhões de euros destinadas a colocação

junto dos seus clientes. Essa divulgação foi feita através do envio das respectivas fichas técnicas à Euronext para publicação no Boletim de Cotações e também pela sua publicação num jornal de grande circulação

7.2. Divulgação de Informação no site do SEE

A CGD tem vindo, desde 2007, a disponibilizar no site das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) www.dgtf.pt, um conjunto amplo de informação sobre diversas matérias relativas à actividade da Instituição.

Informação divulgada no site do SEE

Estatutos

Caracterização da Empresa

- Missão
- Objectivos
- Políticas da empresa
- Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita
- Termos contratuais da prestação de serviço público
- Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público

Orientações de Gestão

Modelo de Governo /Membros dos órgãos sociais

- Modelo de Governo
- Estatuto Remuneratório Fixado
- Remunerações e outras regalias
- Funções e Responsabilidades
- Currículos

- Princípios de Bom Governo
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita
- Transacções relevantes com entidades relacionadas
- Outras transacções
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico-social e ambiental
- Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo
- Código de Conduta

Informação financeira histórica e actual

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapa de Fluxos de Caixa

Função de tutela e accionista

Esforço financeiro público

7.3. Divulgação de informação sobre o Governo Societário

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2008 da CGD, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

A CGD disponibiliza no seu site institucional www.cgd.pt conjunto amplo de informação sobre diversas matérias relativas ao governo societário.

INFORMAÇÃO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO DIVULGADA NO SITE DA CGD

Estatutos

Organograma

Modelo de Governo - Órgãos Sociais
- Composição
- Currículos
- Pelouros

Assembleias Gerais
- Competências
- Informação sobre Assembleias Gerais realizadas: acta, lista de presenças e deliberações

Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

Regulamentos

Código de Conduta

Princípios de Bom Governo
- Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo
- Divulgação de Prazos Médios de Pagamento calculado conforme RCM 34/2008

Informação privilegiada
- Informação privilegiada remetida à CMVM

Política de Conflitos de Interesses

Informação financeira
- Informação trimestral e semestral (balanço individual, actividade consolidada e relatório de gestão intercalar)
- Relatórios e Contas

7.4. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

No actual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade dos bancos na sua relação com os clientes, colaboradores e sociedade em geral. A Caixa Geral de Depósitos assume uma responsabilidade acrescida para com a sociedade portuguesa. É o banco com a maior carteira de clientes e como tal tem uma responsabilidade ainda mais evidente. Responsabilidade que decorre, também, do facto de ser um banco público, desde sempre presente na vida dos portugueses, ligação que implica a assumpção de um conjunto de objectivos de ordem social e ambiental integrados no desempenho global da sua actividade.

O ano de 2008 ficou marcado por uma crise financeira internacional sem precedentes, em que os modelos de valorização de activos imóveis, de concessão de crédito, da supervisão existente foram colocados em causa e com graves consequências para a economia real. Foi um ano em que os factores da transparência, ética, responsabilidade, responsabilização e consequências de longo prazo ganharam uma especial relevância, pela constatação das consequências reais, que evidenciaram o imperativo da sua integração nas instituições financeiras.

Neste contexto de mudança de paradigma, valores e atitudes, os temas da sustentabilidade ganharam um peso acrescido. O mercado e a sociedade civil esperam, cada vez mais, das organizações uma maior transparência da sua gestão e a integração na sua estratégia de sustentabilidade de compromissos e acções em matéria de Responsabilidade Social.

A Responsabilidade Social é, na Caixa, um compromisso de sempre, e abrange as mais diversas áreas de actuação, da Solidariedade à Educação e ao Ambiente, passando pelo Desporto e pela Cultura.

No que se refere ao ano de 2008, no âmbito da sua Estratégia de Sustentabilidade, a actuação da CGD em matéria de Responsabilidade Social, será relatada num novo formato, que constituirá o primeiro Relatório de Sustentabilidade, a publicar no segundo trimestre de 2009.

A elaboração de um trabalho desta natureza é um processo transversal às várias áreas do Grupo, com actualizações e melhorias contínuas. Assim sendo, o ano de 2009 será marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de acções específicas, que visam introduzir o tema da Sustentabilidade de forma coerente em áreas centrais do Banco, nomeadamente através da criação e dinamização de mais produtos financeiros, que promovam o consumo sustentável nas suas várias vertentes. Uma concretização importante e ímpar, em Portugal, desta política ocorreu, em 2008, com o lançamento do cartão de crédito Caixa Carbono Zero, que materializa de forma inovadora a incorporação da Sustentabilidade nos produtos Caixa, em linha com a Estratégia da CGD de Combate às Alterações Climáticas, consubstanciada no Programa Caixa Carbono Zero 2010.

A CGD entende a Sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspectos de *Governance* e transparência, ambientais e sociais. Por isso, tem um conjunto de acções concretas, desenvolvidas ao longo do tempo, e que a Caixa quer continuar a desenvolver, para o que conta com a sua solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

Ética

A CGD actua segundo princípios éticos, que se concretizam no respeito pela legislação, pelas normas internas e códigos de conduta voluntários. Neste contexto, a CGD desenvolve um conjunto de acções internas, de que são exemplo as acções de formação aos vários quadros, sobre a aplicação de normas e legislação de cariz fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do cliente, entre outras. A promoção do bem-estar ambiental e social no desenrolar das actividades do Grupo CGD, incentivando o respeito pelo Ambiente e promovendo a igualdade de oportunidades entre todos os colaboradores, constituem também vectores essenciais nos padrões éticos existentes. Foi neste enquadramento que, em Fevereiro de 2008, o Código de Conduta da CGD foi aprovado, sendo aplicável a todos os colaboradores e a todos os membros dos órgãos sociais. Este documento contempla e sistematiza todos os princípios gerais que devem ser seguidos, de forma a que a Caixa seja, e continue a ser, um banco exemplar.

Governance

Como banco socialmente responsável, a Caixa tem um Modelo de Governo que responde, quer aos desafios que são colocados à gestão, quer às expectativas por parte dos vários *stakeholders* com os quais o Grupo se relaciona no decorrer das suas actividades.

Na assumpção desta responsabilidade, a Caixa está a aplicar os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, com vista ao seu cumprimento integral.

À luz destes princípios, a Caixa, enquanto empresa pública, concretiza a sua missão e os objectivos de forma económica, financeira e ambientalmente eficiente, procurando melhorar a sua competitividade, com respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a Estratégia de Sustentabilidade e a sua implementação integra o Modelo de Governo do Banco, de forma a que a Sustentabilidade faça, cada vez mais, parte da estratégia e da gestão diária da Caixa.

Envolvimento com os *stakeholders*

O relacionamento com os *stakeholders* tem uma importância nuclear para as actividades desenvolvidas pela Caixa, nas suas várias áreas. Atendendo à natureza, quer jurídica quer da missão, da CGD existe um relacionamento constante, e muitas vezes único, com os

Colaboradores, Clientes, Comunidade, ONG, Bancos de Desenvolvimento, Entidades Reguladoras, Fornecedores, entre muitos outros. Em 2009, a CGD vai divulgar de forma sistematizada o modo como se relaciona com os *stakeholder*s e o tipo de informação e comportamento que estes esperam que o Banco tenha no futuro.

A definição da Estratégia de Sustentabilidade, bem como os trabalhos de elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade, assentam num intenso diálogo interno com várias Direcções Centrais, com o objectivo de este tema ser incorporado, de forma crescente, adequada e continua nas actividades específicas de cada Direcção da Caixa e das Empresas do Grupo.

Nesta linha, pretende-se, também, implementar uma estratégia de relacionamento com os *stakeholders* que permita corresponder positivamente às expectativas de todos os envolvidos, de uma forma, ainda, mais efectiva e socialmente responsável.

Colaboradores

A CGD sabe que, para criar valor, no longo prazo, para os seus *stakeholders*, de uma forma socialmente responsável, tem de contar com uma equipa de colaboradores motivados e sensibilizados para as questões éticas, ambientais e sociais.

Desta forma, para motivar e desenvolver, em termos profissionais, os colaboradores tem sido implementada uma estratégia de recursos humanos que garante o respeito pela igualdade e diversidade, assim como o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal. Por outro lado, é adoptada uma cultura de meritocracia, aplicada na prática pelo novo modelo de avaliação do desempenho, que, em conjunto com as diferentes possibilidades de formação pessoal e profissional disponibilizadas, se destina a fazer com que os colaboradores satisfaçam de uma forma eficiente as expectativas dos nossos clientes.

São também disponibilizadas aos colaboradores acções de formação e sensibilização dedicadas aos mais variados temas, desde o branqueamento de capitais ao comportamento ambientalmente responsável. De entre as iniciativas de sensibilização ambiental efectuadas junto dos colaboradores, destaque para o Dia-a-Dia Carbono Zero e para as Acções Internas de Informação e Sensibilização, no âmbito do Programa Caixa Carbono Zero 2010.

O envolvimento de todos os colaboradores é potenciado através da informação que é disponibilizada na intranet da CGD. Nesta plataforma, os colaboradores irão ter, também, em 2009, acesso à informação relevante sobre a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo.

Clientes

A satisfação dos clientes é uma prioridade para a CGD. Desta forma, têm vindo a ser desenvolvidas várias iniciativas com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços e da transparência da informação prestados aquando da venda dos produtos.

No que diz respeito a acções desenvolvidas, recorde-se a adopção do Código de Conduta do Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade e do Código de Conduta Voluntário Europeu do Crédito à Habitação.

No âmbito do relacionamento com os seus clientes, a Caixa dispõe de um Órgão de Estrutura de Apoio ao Cliente (Gabinete de Apoio ao Cliente), visando uma maior qualidade e eficiência do serviço prestado.

Com este objectivo foi, também, criado o Espaço Cliente, no site CGD, uma área especialmente dedicada a esta temática. Este Gabinete gere e trata as reclamações e sugestões dos clientes - recebidos através do Espaço Cliente, do Caixadirecta, ou de qualquer outro meio - identificando oportunidades e caminhos de melhoria.

O cliente da CGD tem já acesso a produtos financeiros que promovem o consumo de bens com elevado valor ambiental, sendo também sensibilizados através de campanhas de comunicação e de informação, que evidenciam um conjunto de comportamentos e hábitos que podem ser implementados nas acções diárias, de forma a proteger o Ambiente e os

Recursos Naturais. O Cartão Caixa Carbono Zero e o Crédito Pessoal Energias Renováveis – para clientes Particulares e Empresas – são exemplos específicos nesta matéria.

A Caixa assume, também, um papel muito importante em termos de inclusão social e financeira de pessoas com necessidades especiais, oferecendo produtos/serviços que vão de encontro às necessidades dos invisuais. Com o objectivo de fomentar a educação e formação e preparar o futuro, a Caixa dispõe, também, de produtos específicos para estudantes. No combate à exclusão social e financeira e de promoção do empreendedorismo, a Caixa disponibiliza uma Linha de Microcrédito destinada a pessoas que pretendam criar o seu próprio emprego.

A CGD dispõe, também, de linhas de crédito, com condições vantajosas, para o apoio ao desenvolvimento e à internacionalização das PME. Mais concretamente, são disponibilizados produtos que facilitam as exportações das empresas portuguesas para países em desenvolvimento e que as apoiam nos seus processos de internacionalização. Por outro lado, assume um papel principal como financiador ou como parceiro estratégico em vários investimentos de elevada dimensão e com fortes impactes positivos no Ambiente e na sociedade. Note-se que alguns destes financiamentos e parcerias são desenvolvidos em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e com o KFW, estando, por isso, sujeitos a exigentes critérios de selecção ambientais e sociais.

Estas parcerias, com o BEI e com o International Finance Corporation do Banco Mundial, fazem com que o Desenvolvimento Sustentável promovido pela CGD chegue até Timor, Moçambique e Cabo Verde, através da construção de infra-estruturas básicas ou da criação de condições favoráveis para o aparecimento e fomento de tecido empresarial nestes países.

Ambiente

No que diz respeito ao seu relacionamento com o Ambiente, a CGD tem um Programa Estratégico, no âmbito do qual tem vindo a desenvolver diferentes iniciativas de referência ao nível do sector financeiro nacional e, também, mundial.

Fazem já parte da sua abordagem ambiental, consubstanciada no Programa Caixa Carbono Zero 2010, que concretiza a sua Estratégia para as Alterações Climáticas, diversas acções que visam promover uma maior eficiência energética e a promoção de energias renováveis, ao nível do impacto directo da sua actividade.

Colocada na cobertura do Edifício Sede, a Central Solar Térmica da CGD - a maior da Europa com schiler de absorção - entrou em funcionamento em 2008, e vem permitir poupar mais de 1 GWh de electricidade por ano, sendo a acção mais visível no domínio da eficiência energética e da implementação de energias de fonte renovável.

Um dos vectores estratégicos do Programa Caixa Carbono Zero diz respeito à Sensibilização Ambiental, envolvendo colaboradores, clientes e a sociedade em geral. Neste âmbito, têm sido desenvolvidas acções de grande envolvimento e impacto, a nível nacional, nas mais diferentes áreas de actividade - do Design (Concurso de Design com Materiais Reciclados) à Ciência (Programa Nova Geração de Cientistas Polares), passando pela Floresta (Floresta Caixa) e pela Educação Financeira e Ambiental (Ciclo da Poupança).

No âmbito seu plano de actuação no combate às alterações climáticas, a Caixa pretende continuar a alargar o âmbito de sua política ambiental ao negócio, o que permitirá à CGD aconselhar, da melhor forma, os seus clientes, quer empresas quer particulares, a fazer face aos desafios ambientais que se irão colocar a curto e médio prazos.

Existem já exemplos de referência no âmbito da actuação da Caixa tais como: o cartão Caixa Carbono Zero, o cartão Caixa Fã e as linhas de financiamento específicas para produtos ambiental e socialmente responsáveis.

Comunidade

A CGD é uma instituição financeira com uma forte tradição histórica de envolvimento com a Comunidade.

Este relacionamento privilegiado com a sociedade civil resulta, por um lado, da dimensão da sua Rede de Agências e, por outro, do facto da Responsabilidade Social fazer parte da sua identidade. Neste enquadramento, a CGD promove múltiplas acções que visam o bem-estar social, educacional, cultural e ambiental, com o objectivo último de melhoria global das condições de vida da população.

A CGD interage com a Comunidade em cinco grandes áreas: literacia financeira e formação, educação e sensibilização ambientais, cultura, solidariedade e desporto. Para além destas, deve também ser levada em consideração a actuação da Caixa no domínio da Ciência, ao nível da promoção e divulgação da investigação científica, através do Programa Nova Geração de Cientistas Polares.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade da CGD, a divulgar no segundo trimestre de 2009, reportará de forma mais específica todas as áreas aqui referidas. Este documento evidenciará de forma sistemática um conjunto de acções já realizadas, mas será, acima de tudo, um compromisso público da CGD de contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia nacional, em Portugal e no estrangeiro.

7.5. Nomeação de um Provedor do Cliente

Na CGD, para além da existência e disponibilização do livro de reclamações, o direito de reclamação dos clientes e dos cidadãos em geral, bem como a apresentação de sugestões, pode ser exercido em qualquer ponto da Rede Comercial, ou através do serviço Caixadirecta Telefone, ou no Espaço Cliente no sítio www.cgd.pt, estando as regras de gestão e tratamento das reclamações claramente definidas em Ordens e Instruções de Serviço internas.

A CGD dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspectiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas, com o máximo rigor e celeridade, por uma estrutura dedicada, o Gabinete de Apoio ao Cliente, criado em 2008 e que funciona na dependência directa do Conselho de Administração. Este Gabinete garante a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente. Para tanto, e quando necessário, recorre a outras áreas internas da Caixa ou a Empresas do Grupo, salvaguardando a segregação de funções e a independência relativamente ao órgão da estrutura que possa constituir o objecto da reclamação.

Neste contexto, a CGD entendeu que não se justificava a nomeação de um Provedor do Cliente.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE – Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto

DATA DE NASCIMENTO: 15 de Junho de 1943

CARGOS QUE EXERCE:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, responsável pelo Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; docência também em outras pós-graduações da Faculdade.
- Professor da Universidade Lusíada (Director da Faculdade de Direito do Porto).
- Professor do Instituto Superior Bissaya Barreto.
- Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Presidente da *European Community Studies Association* (ECSA), de 2005 a 2009.
- Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais, de 2005 a 2006.
- Presidente da Assembleia Geral da Ana, Aeroportos e Navegação Aérea, de 2002 a 2005.
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 2002 a 2005.
- Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de 2000 a 2005.
- Deputado ao Parlamento Europeu, de 1989 a 1999 (Vice-Presidente da Comissão dos Orçamentos, de 1994 a 1997 e Questor, de 1992 a 1994).
- Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, 1993 e 1996 a 1999.
- Presidente do Conselho Nacional do Plano, de 1986 a 1989.
- Membro da Comissão da Reforma Fiscal, de 1987 a 1988.
- Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, de 1976 a 1989.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Doutoramento em Ciências Jurídico Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1983.
- M. Phil em Economia, Universidade de Oxford, em 1976.
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1965.

OUTRAS HABILITAÇÕES / DISTINÇÕES OBTIDAS:

- Comenda da Ordem do Infante D. Henrique (Portugal).
- Comenda do Rio Branco (Brasil).

VICE-PRESIDENTE – Dr. Daniel Proença de Carvalho

DATA DE NASCIMENTO: 15 de Setembro de 1941

CARGOS QUE EXERCE:

- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Presidente do Conselho de Administração da ZON Multimédia, SGPS, SA.
- Membro da Comissão de Remunerações do Banco Espírito Santo, SA.
- Presidente da Assembleia geral da Galp Energia, SGPS, SA.
- Presidente do Conselho Consultivo da sociedade de Capital de Risco "Explorer Investments - Sociedade de Capital de Risco, SA." .
- Administrador da sociedade SINDCOM – Sociedade de Investimentos na Indústria e Comércio, SGPS, SA.
- Presidente do Conselho de Curadores da Fundação 'D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud'.
- Presidente da Assembleia Geral da Liga de Amigos da Casa - Museu João Soares.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Batalha de Aljubarrota.
- Membro do Conselho Consultivo da Fundação Renascer.
- Presidente da Assembleia Geral de várias sociedades, de que se destacam:

CELULOSE DO CAIMA – SGPS, SA.

SOCITREL Sociedade Industrial de Trefilaria, SA.

EDIFER - INVESTIMENTOS, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

EDIFER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

PORTUGÁLIA - Administração de Patrimónios, SA.

MAGUE - SGPS, SA.

ALMONDA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

RENOVA - Fábrica de Papel do Almonda, SA.

PANATLÂNTICA - HOLDING, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

G.A. – Estudos e Investimentos, SA.

VILA SOL II – Empreendimentos Turísticos, SA.

Empresa Imobiliária e Turística da Fonte Nova, SA.

CABO RASO – Empreendimentos Turísticos, SA.

BELO – Sociedade Agrícola de Mértola, SA.

Sociedade Agrícola SERRA BRANCA, SA.

Sociedade Agrícola dos NAMORADOS, SA.

COALTEJO – Criador de Ovinos Algarve e Alentejo, SA.

SOTAC – Sociedade de Turismo e Agricultura, SA.

SOGESFIN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

3 Z - Administração de Imóveis, SA.

SÉTIMOS – Participações, SGPS, SA.

DÉCIMUS – Participações, SGPS, SA.

GOTAN – SGPS, SA.

ESTORIL SOL, SGPS, SA.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Director do Círculo Voltaire, de 1993 a 2007.
- Membro do Conselho Consultivo Geral da Fundação Calouste Gulbenkian, de 1993 a 2003.
- Presidente do Conselho de Administração da Fundação Arpad Szènes-Vieira da Silva, de 1993 a 2007.
- Presidente da Assembleia Geral do Automóvel Clube de Portugal, de 1995 a 2001.
- Fundador e dirigente do "Movimento Portugal Único", em 1998.
- Vice-presidente da Fundação Portugal Séc. XXI, de 1986 a 1987.
- Presidente da Rádio Televisão Portuguesa, de 1980 a 1983.
- Ministro da Comunicação Social no 4º Governo Constitucional presidido por Mota Pinto, de 1978 a 1979.
- Director do Jornal Novo e membro do Conselho de Imprensa em representação dos Directores dos jornais diários, de 1976 a 1977.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

SECRETÁRIO – Dr. José Lourenço Soares

DATA DE NASCIMENTO: 22 de Novembro de 1950

CARGOS QUE EXERCE:

- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios, SA.
- Director Central da Direcção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Presidente da Assembleia Geral do Caixa Banco de Investimentos, SA e pertence aos Órgãos Sociais de outras Sociedades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Vogal do Conselho de Administração de Sociedades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.
- Vogal da Direcção do Instituto dos Advogados de Empresa, da Ordem dos Advogados.
- Assistente na Faculdade de Direito de Lisboa.
- Professor-Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.
- Mestre em Ciências-Jurídicas pela mesma Faculdade.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Eng. Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

DATA DE NASCIMENTO: 10 de Outubro de 1941

CARGOS QUE EXERCE:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da PARCAIXA, SGPS, SA, desde Dezembro de 2008.
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, SA, desde Abril de 2008.

PELOUROS:

- Relações Institucionais.
- Comunicação Institucional e Assessoria de Imprensa.
- Secretaria Geral.
- Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração.
- Participações Financeiras.
- Auditoria Interna.
- Risco de Crédito.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, de Junho de 2005 a Dezembro de 2007.
- Conselheiro da TAP – AIR PORTUGAL, SGPS, SA, de 1998 a 2006.
- Membro do Conselho de Administração do HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA, de 2003 a 2005.
- Membro do Conselho de Administração do CARLTON LIFE, SGPS, SA, de 2003 a 2005.
- Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação, de 2001 a 2005.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA, de Novembro de 1983 a Janeiro de 1990 e Conselheiro Executivo até 2002.
- Membro do Conselho Consultivo da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, de 2000 a 2002.
- Membro da Comissão Executiva da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, de 2000 a 2002.
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Administração.
- Conselheiro do BFE – Banco de Fomento Exterior em 1990.
- Conselheiro do ICEP – Instituto de Comércio Externo de Portugal, de 1986 a 1988.
- Membro do Conselho de Administração (não executivo) da CELBI – Celulosa da Beira Industrial, de 1987 a 1988.
- Membro do Conselho de Administração (não executivo) da EGF – Empresa Geral de Fomento, em 1988.
- Membro do Conselho de Administração da Siderurgia Nacional, de 1980 a 1983.
- Chefe de Departamento de Exportação e Director de Relações Industriais da SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricação Metálica, S.A, de 1965 a 1979.

Cargos Governamentais:

- Ministro do Comércio e Turismo, de Abril de 1990 a Novembro de 1995.
- Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, de Maio de 1989 a Janeiro de 1990.
- Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, de Junho de 1988 a Maio de 1989.
- Secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro-Ministro, de Fevereiro a Novembro de 1985.
- Secretário de Estado do Comércio Externo, de Setembro de 1980 a Junho de 1983.

Cargos Parlamentares:

- Deputado eleito por Faro nas eleições legislativas de Outubro de 1991.
- Deputado eleito pelo Círculo de Lisboa em 1995.

Cargos Académicos:

- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico em 1965.

OUTRAS HABILITAÇÕES / DISTINÇÕES OBTIDAS:

- Brasil – Gran Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.
- Marrocos – Gran Cruz da ALAUI.
- Chile – Gran Cruz da BERNARDO O'HIGGINS.
- Itália – Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Italiana.
- Hungria.
- Japão.
- Espanha – Comenda da Ordem de Isabel, a Católica.

VICE-PRESIDENTE: Dr. Francisco Manuel Marques Bandeira

DATA DE NASCIMENTO: 29 de Março de 1957

CARGOS QUE EXERCE:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios, SA, desde Novembro de 2008.
- Presidente (não executivo) do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral (Espanha), desde Janeiro de 2008 .
- Vice-Presidente (não executivo) do Banco Comercial e de Investimentos, SARL (Moçambique), desde Setembro de 2008.
- Presidente (não executivo) do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P., desde Janeiro de 2008.
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração do Grupo Pestana Pousadas – Investimento Turístico, SA, desde Janeiro de 2007.
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, desde Outubro de 2006.
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Visabeira, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2006.
- Membro da Comissão de Vencimentos da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA, desde Abril de 2008.

PELOUROS:

- Área Comercial.
- Escritórios de Representação.
- Recursos Humanos.
- Apoio aos Serviços Sociais.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Presidente do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, desde Outubro de 2006 a Abril de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, de Outubro de 2006 a Janeiro de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de Agosto de 2005 a Janeiro de 2008.
- Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, de Novembro de 2006 a Janeiro de 2008.
- Administrador na LUSOFACTOR – Grupo CGD. Em acumulação com as Administrações da IFIC e SFAC do Grupo CGD, coordenou a dinamização do financiamento automóvel no âmbito do Projecto Líder.
- Administrador (não executivo) da RAVE, de 2001 a 2002.
- Administrador (não executivo) do FIEP, de 1997 a 2001.
- Administrador e Vice-Presidente do ICEP, de 1996 a 2000.
- Membro dos comissariados da EXPO 98 e do Pavilhão de Portugal, de 1996 a 1999.
- Técnico, Subdirector, Director-Adjunto, Director e Director Coordenador no Banco de Fomento e Exterior, de 1988 a 1996.
- Assessor da Comissão de Coordenação da Região Centro, no PIDR do Baixo Mondego, de 1986 a 1988.
- Técnico do IFADAP, de 1981 a 1986.

Cargos Académicos:

- Docente no Ensino Especial, de 1975 a 1979.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra, de 1976 a 1981.

OUTRAS HABILITAÇÕES / DISTINÇÕES OBTIDAS:

- Portugal - Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

VOGAL: Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa

DATA DE NASCIMENTO: 3 de Abril de 1955

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde 1 de Outubro de 2004.
- Vice-Presidente do Banco Português de Negócios, SA, desde 12 de Novembro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo – Sistemas de Informação, ACE, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Participações, SGPS, SA, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixatec – Tecnologias de Comunicação, SA, desde Março de 2008.
- Membro (não executivo) do Conselho de Administração da ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA, desde Janeiro de 2008.
- Membro (não executivo) do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, desde Setembro de 2005.
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Económicas, desde 2005.
- Membro da CISP – Comissão Interbancária para o Sistema de Pagamentos, desde Setembro de 2005.

PELOUROS:

- Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão.
- Informática.
- Suporte Operacional.
- Meios de Pagamento.
- Canais Electrónicos.
- Compliance.
- Apoio à Caixa Geral de Aposentações.
- SEPA – *Single Euro Payments Área.*

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Consultor do Banco de Portugal, em 2004.
- Director Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal, com a responsabilidade pela supervisão de todas as instituições de crédito e sociedades financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Português, de 1996 a 2002.
- Representante do Banco de Portugal no Grupo de Contacto dos supervisores bancários dos países do Espaço Económico Europeu.
- Subdirector-Geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, com a responsabilidade no processo de preparação e elaboração do Orçamento do Estado, no acompanhamento da execução orçamental e na elaboração da Conta Geral do Estado, de 1989 a 1992.
- Representante do Ministério das Finanças nas negociações relativas à definição da legislação complementar sobre os défices excessivos e em outras reuniões com organismos internacionais.
- Economista do Departamento de Estudos de Economia e Estatística do Banco de Portugal. Ingressou no Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais tendo sido posteriormente responsável pelo Núcleo de Modelos Macro-económicos e Econometria. Realizou diversos estudos, alguns dos quais publicados, participou regularmente na elaboração da análise de conjuntura, de que se destacam os relatórios anuais e boletins trimestrais e representou o Banco de Portugal em reuniões de Organismos Internacionais. Foi autor dum modelo macro-económico para a economia portuguesa que viria a ser utilizado pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças para realizar previsões e simulações de política económica, de 1980 a 1988.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Orçamento de 1993 a 1995 e de 2002 a 2004.

Cargos Académicos:

- Docente no Instituto Superior de Economia, onde foi responsável pelas cadeiras da área de Econometria, de 1977 a 1993.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAL: Dr. Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

DATA DE NASCIMENTO: 16 de Julho de 1964

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau), desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA (Zona Franca da Madeira), desde Março de 2008.
- Membro da Comissão de Vencimentos da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, desde Março de 2008.
- Membro da Comissão de Vencimentos da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, SA, desde Março de 2008.

PELOUROS:

- Negócio Internacional.
- Assuntos Jurídicos.
- Comunicação.
- Nota Privativa.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, SA (Espanha), de 2002 a 2008.
- Advogado da Sociedade de Advogados "A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Torres & Associados", de 1994 a 1995.
- Responsável pelo Núcleo Fiscal do Banco Nacional Ultramarino, de 1992 a 1995.
- Técnico e Consultor Jurídico do Núcleo Fiscal e do Departamento de Assuntos Jurídicos do Banco Nacional Ultramarino, de 1989 a 1992.
- Advogado e Jurisconsulto, de 1989 a 1995.

Cargos Governamentais:

- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 2001 a 2002.
- Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, de 1999 a 2001.
- Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, de 1995 a 1999.

Cargos Académicos:

- Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1991 a 1995.
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1991 a 2002.
- Docente no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, de 1992 a 1995.
- Assistente Estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1988 a 1991.
- Docente do Instituto Superior de Línguas e Administração, de 1988 a 1990.
- Assistente da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1987 a 1991.
- Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1987 a 1988.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1991).
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1987).

VOGAL: Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva

DATA DE NASCIMENTO: 15 de Abril de 1951

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão Imobiliária, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, desde Maio de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo IV – Gestão de Imóveis, ACE, desde Fevereiro de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, SA, desde Junho de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da USP Hospitales, S.L., desde Dezembro de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da Allipen Spain, S.L., desde Dezembro de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da Monte Candina, S.L., desde Dezembro de 2008.
- Vogal do Conselho de Administração da Flávio Luxembourg SARL, desde Dezembro de 2008.

PELOUROS:

- Marketing.
- Gestão de Imóveis.
- Financiamento Imobiliário.
- Seguros e Saúde.
- Prevenção e Segurança.
- Recuperação de Crédito.
- Crédito Especializado.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Administrador da Corticeira Amorim, SGPS e membro da sua Comissão Executiva, de 2002 a 2007.
- Vice-Presidente da Sonae Indústria, SGPS, SA, de 1999 a 2002.
- Administrador Spred SGPS, SA (Grupo Sonae), de 1998 a 1999.
- Administrador Executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, SA, Sub-Holding para o negócio do Retalho de Serviços Financeiros que tinha no seu portfolio: Corretagem de Seguros e Gestão de Riscos – MDS; crédito ao consumo – Pensinsular SFAC, em parceria com Banco Pastor; crédito automóvel e gestão de Frotas – Finlog e Retalho de Serviços Financeiros – Banco Universo e cartão viva Universo, de 1996 a 1998.
- Administrador Executivo da Tafisa, SA (Espanha) – residente em Madrid (Grupo Sonae), de 1993 a 1996.
- Coordenação Financeira da Sonae Investimentos, SGPS, de 1991 a 1993.
- Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Área Indústria (Grupo Sonae), de 1989 a 1990.
- Administrador da Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Porto, de 1987 a 1988.
- Director do Departamento Internacional (Porto) do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, de 1983 a 1986.
- Técnico a tempo parcial, na Comissão de Coordenação da Região Norte, em temas de elaboração de projectos de desenvolvimento regional Profissão Liberal em PME / Actividade de Consultadoria, de 1980 a 1983.

Cargos Académicos:

- Professor convidado, responsável pela cadeira de 'Gestão Financeira Internacional' do 5º ano da licenciatura em Gestão na Universidade Católica do Porto e co-responsável pelo curso de 'Projecto Aplicado em Gestão Internacional', desde 1991.
- Responsável da cadeira de 'Gestão Financeira Internacional' no curso de pós-graduação de Analistas Financeiros, organizado no Porto – Faculdade de Economia, pela Organização Internacional de Analistas Financeiros, de 1987 a 1988.
- Assistente na Faculdade de Economia do Porto, de 1975 a 1984.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1974.
- Formação especializada em Paris (Universidade de Paris IX, Dauphine) e Londres (Midland Bank: International Banker's Course), entre 1982 e 1984.

VOGAL: Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

DATA DE NASCIMENTO: 7 de Novembro de 1954

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa – Banco de Investimentos, SA, desde Março de 2008.
- Presidente do Conselho da Gerbanca, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Credip – Instituição Financeira de Crédito, SA, desde Abril de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Trem – Aluguer Material Circulante, ACE, desde Março de 2002.
- Presidente do Conselho de Administração do Trem II – Aluguer Material Circulante, ACE, desde Março de 2002.
- Administrador (não executivo) do Banco Comercial e de Investimentos, SARL (Moçambique), desde Agosto de 2007.
- Administrador (não executivo) da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde Junho de 2002.
- Vogal da Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest, SGPS, SA, desde Maio de 2008.

PELOUROS:

- Desenvolvimento Corporativo e Organizacional.
- Grandes Empresas.
- Banca Institucional.
- Banco de Investimento.
- Capital de Risco.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Presidente da Comissão Executiva do Caixa – Banco de Investimento, SA, de Março de 2002 a Janeiro de 2008.
- Administrador executivo do Caixa – Banco de Investimento, SA, de Julho de 2001 a Março de 2002.
- Administrador Executivo da Companhia de Seguros Açoreana, Grupo BANIF, com a responsabilidade directa das áreas: Financeira e Administrativa, Pessoal, Informática, Gabinete Jurídico e Ramo Vida da Companhia, de Dezembro de 1996 a Julho de 2001.
- Vogal Executivo dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros "O Trabalho" e "O Trabalho Vida", de Maio de 2000 a Julho de 2001.
- Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA – Açor Pensões, SA (actualmente designada Banif Açor Pensões), de Outubro de 1999 a Julho 2001.
- *Partner* da firma internacional Coopers & Lybrand em Portugal, com a responsabilidade da Área Financeira e do Corporate Finance, de Junho de 1995 a Novembro de 1996.
- Director do BPSM com a coordenação da Sucursal do Banco em França e do Sottomayor Bank of Canada (filial do BPSM), de Fevereiro de 1995 a Maio de 1995.
- Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor, com os pelouros da Direcção Internacional, Direcção de Informática e Organização, Direcção Administrativa e da Sociedade Instrumental do BPSM do Home-Banking (telesotto), de Março de 1994 a Janeiro de 1995 (data de privatização do Banco).
- Administrador Executivo na Sociedade de Capital de Risco SULPEDIP, SA (actual PME Investimentos, SA), de Junho de 1989 a Março de 1994.
- Director do Mercado de Capitais na Direcção de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), de Setembro de 1986 a 1994, tendo desempenhado funções de Técnico na mesma Direcção de 1985 a 1986.
- Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR, em representação do Banco.
- Técnico de Análise de Empresas e de Projectos Industriais e do Sector de Turismo no Banco Pinto & Sotto Mayor (Direcção de Estudos Económicos), admitido em Abril de 1983.

- Quadro técnico da firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand, Lda., admitido em Fevereiro de 1980, atingindo a categoria de Auditor Sénior em 1982.
- Técnico economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), admitido em Setembro de 1979.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Mestrado de Economia Aplicada - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE.

VOGAL: Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

DATA DE NASCIMENTO: 2 de Julho de 1965

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA, desde Janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios, SA, desde Novembro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Gestão de Activos, SGPS, SA, desde Fevereiro de 2008.
- Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo – Serviços Administrativos, ACE, desde Fevereiro de 2008.

PELOUROS:

• Mercados Financeiros.
• Gestão de Activos.
• Gestão de Risco.
• Serviços Administrativos.

CARGOS QUE EXERCEU:

Cargos Empresariais:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, (Espanha) de 2005 a 2008.
- Administrador Executivo do Banco BEST, de 2004 a 2005.
- Director Central Adjunto da Direcção de Mercado de Capitais-Rendimento Fixo no BCP Investimento e membro da Alta Direcção do Banco Comercial Português, de 2000 a 2004.
- Administrador da BCP Dealer, de 1999 a 2000.
- Presidente da CISF Securities, Corretora do Grupo BCP sediada em Nova Iorque, de 1997 a 1999.
- Director Geral Adjunto na Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque, de 1996 a 1999.
- Director e Responsável pela Direcção de Planeamento e Marketing do Banco Cisf, de 1995 a 1996.
- Director Adjunto na Direcção de Mercado de Capitais do Banco Cisf, de 1993 a 1995.
- Sub-Director da Direcção Internacional do Banco Comercial Português, de 1989 a 1993.
- Técnico na Direcção Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor, de 1988 a 1989.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- MBA em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa, de 1991 a 1993.
- Pós-Graduação em Actuariado pela Universidade Católica Portuguesa, em 1989.
- Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, de 1983 a 1988.

CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Professor Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

DATA DE NASCIMENTO: 6 de Maio de 1953

CARGOS QUE EXERCE:

- Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Presidente do Conselho Fiscal da Electricidade dos Açores, EDA, SA.
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Cátedra Jean Monnet em Estudos Comunitários da Comissão Europeia.
- Presidente do Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal e Vice Presidente do Instituto Europeu da FDL.
- Advogado com actividade predominante nas áreas do Direito Económico, Fiscal, Financeiro e Bancário.

- Fundador e sócio da Paz Ferreira e Associados, Sociedade de Advogados.
- Membro da Comissão de Acompanhamento das Privatizações em representação da Região Autónoma dos Açores.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Membro do Júri do concurso para juízes conselheiros do Tribunal de Contas.
- Membro do grupo de reflexão sobre problemas da justiça criado pelo Ministro da Justiça.
- Membro do Conselho Científico Jurídico da Autoridade da Concorrência.
- Presidente da Associação Fiscal Portuguesa.
- Vogal do Conselho Superior do Ministério Público.
- Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público.
- Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- Foi responsável pela elaboração de diversos anteprojectos legislativos, designadamente os do novo regime do sector empresarial do Estado, da lei-quadro da dívida pública, da lei de finanças das regiões autónomas e da lei do sector empresarial local e da cobertura de riscos sísmicos.
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão que preparou a Reforma Fiscal de 1988/89.
- Assessorou o programa de Privatizações na Região Autónoma dos Açores, definindo estratégias e redigindo projectos de diploma. Dirigiu os estudos relativos à adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores.
- Sócio fundador da AREP e APRI e honorário do Instituto Açoriano de Cultura.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Agregação, doutoramento, mestrado e licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito de Lisboa. Docente em várias pós-graduações em Universidades Portuguesas e Estrangeiras.

VOGAL: Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

DATA DE NASCIMENTO: 27 de Agosto de 1961

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Administrador da PARPÚBLICA – Participações do Estado (SGPS), SA.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Director Geral da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, 2005 a 2007.
- Subdirector-geral da Direcção-Geral do Tesouro, de 2001 a 2005.
- Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, de Agosto de 2000 a Abril de 2001.
- Director da Tesouraria Central do Estado, de 1991 até 2000.
- Coordenador da COMACC – Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com a República de Cabo Verde.
- Vogal da comissão de fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Responsável pela integração do Tesouro nos sistemas de compensação interbancários e dos sistemas de controlo de cobranças no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado.
- Coordenador do projecto "Homebanking do Tesouro".
- Membro do grupo de acompanhamento do FEOGA – Garantia, durante a primeira Presidência Portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias.
- Membro do júri do Concurso Público para Alienação dos Créditos do Estado sobre Moçambique para efeitos de conversão em investimento.
- Coordenador do grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas euro.
- Presidente da mesa da Assembleia Geral da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, na área de Técnicas Quantitativas e Métodos de Planeamento.

VOGAL: Dra. Maria Rosa Tobias Sá

DATA DE NASCIMENTO: 16 de Agosto de 1960

CARGOS QUE EXERCE:

- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, SA.
- Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.

CARGOS QUE EXERCEU:

- Chefe da Unidade "Acções Estruturais" do Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) da Comissão Europeia, Bruxelas – dirigiu a equipa de investigadores responsáveis pelas investigações nos 27 Estados membros da UE na área dos Fundos Estruturais e de Coesão e das Iniciativas Comunitárias.
- Coordenadora do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) da Procuradoria-Geral da República, Lisboa, tendo fundado e dirigido o serviço - Assessoria técnica e consultadoria a magistrados do Ministério Público, bem como pareceres, em áreas ligadas à "criminalidade económica" – fraude e desvio na obtenção de subsídios (nacionais e comunitários), falências fraudulentas, corrupção, peculato, peculato de uso; Leccionou, a convite da Direcção do Centro de Estudos Judiciários, acções de formação para as Magistraturas Judicial e do Ministério Público.
- Subdirectora-Geral do Ministério do Emprego e Formação Profissional, Lisboa - Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, Responsável pelas duas Direcções de Serviços de Auditoria então existentes – Auditorias a Programas Operacionais, Auditorias às Autoridades de Gestão e Pagamento desses Programas, Auditorias de Sistemas, controlos a beneficiários e a outros operadores económicos. Responsável pelas relações institucionais com outros organismos no quadro do controlo – Tribunal de Contas Europeu, Comissão Europeia, IGF.
- Directora de Serviços Ministério da Agricultura e das Pescas, Lisboa - Inspecção-Geral da Agricultura, Responsável pelas auditorias na área do FEOGA – Garantia, duma parte das auditorias ao FEOGA – Orientação (subsídios a jovens agricultores, às indústrias de transformação, ao desenvolvimento rural); controlos a beneficiários e outros operadores económicos; auditorias de sistema, auditorias a serviços do Ministério. Representação do Ministério.
- Inspector do Ministério das Finanças, Lisboa - Inspecção-Geral de Finanças – Inspecção de Serviços Públicos - Auditorias de Gestão a Serviços Públicos (entidades no âmbito dos Ministérios da Justiça, do Trabalho, das Finanças, das Obras Públicas); auditorias de sistemas, auditorias a beneficiários de subsídios nacionais e comunitários (complementadas com controlos cruzados).
- Docente das cadeiras de "Métodos Matemáticos Aplicados à Gestão", de "Estatística" e de "Investigação Operacional" Instituto de Línguas e Administração, de 1988 a 1994.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

- Licenciatura em Economia (Métodos Matemáticos) - Universidade de Lisboa Instituto Superior de Economia (ISE).

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

(valores em euros)

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	1.795,67	1.396,63	--

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Valores em euros)

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO						OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES						ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Remuneração Base	Acumulação de Funções	Remuneração Complementar	Despesas de Representação	Férias não gozadas	Participação nos Lucros/ Prémios de Gestão	Gastos de utilização de telefones (2)	Rendas suportadas no ano com a aquisição pela empresa da viatura de serviço	Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	Subs. de Refeição	Despesas de Deslocação	Outros (Subsídio de Estudo)	Encargos com Regime de Previdência	Seguros de Saúde	Seguros de Vida	Opção pelo vencimento de origem (S/N)	Regime de Previdência	Exercício de opção da aquisição da viatura de serviço (S/N)	Usufruto de casa de função (S/N)	Exercício de funções remuneradas fora do Grupo (S/N)
Presidente				Existe atribuição de um cartão de crédito de empresa no qual apenas são consideradas, a custo da CGD, despesas decorrentes da actividade devidamente documentadas com facturas e comprovativos do movimento. Eventuais despesas de carácter pessoal pagas com este cartão são debitadas directamente aos Srs. Administradores na sua conta à ordem.																	
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira (1)	33.648,42				18.954,32	202.013,11	1.620,28		393,02	61,20			3.247,02	Não existem seguros individuais. Apenas o Seguro para cobertura de Acidentes Pessoais em deslocação (uma apólice para todos os colaboradores que também abrange os Srs. Administradores)		N	Segurança Social	N	N	N
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	362.630,05						3.028,95	15 210,10	3.601,41	2.514,50	335,39		12.011,38			N	Segurança Social	N	N	N
Vice-Presidente																				
António Manuel Maldonado Gonelha (1)	28.601,14				24.590,74	157.401,91	771,23		471,89	61,20			2.323,76			N	Segurança Social	N	N	N
Francisco Manuel Marques Bandeira	313.874,09					117.841,03	2.904,35	24 746,56	7.371,45	2.537,90	7.519,60	70,00	28.326,51			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
Vogais																				
Jose Joaquim Berberan Santos Ramalho (1)	22.695,31					117.841,03	28,84	1 445, 81	186,38	64,20			4.169,13			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
Vitor Manuel Lopes Fernandes (1)	23.553,89				19.552,88	117.841,03	67,44		148,61	40,80			3.207,92			N	Segurança Social	N	N	N
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona (1)	23.553,89				21.647,83	117.841,03	510,18		96,96	61,20			4.802,97			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
Armando António Martins Vara (1)	23.736,95				23.742,78	117.841,03	961,87		82,87	64,20			3.061,29			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	S (3)
Norberto Emílio Sequeira da Rosa	259.408,78					117.841,03	995,96	15 330,23	2.861,45	2.601,60	540,10		26.537,61			N	Fundo Pensões B. Portugal	N	N	N
Rodolfo Vasco C G Mascarenhas Lavrador	254.935,85						12.151,93	9 989,22	1.439,70	2.161,20	22.452,90	981,40	33.002,69			0,00	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
José Fernando Maia de Araújo e Silva	253.841,04						2.287,18	14 009,37	2.770,83	2.557,30	2.137,60		16.682,62			N	Segurança Social	N	N	N
Jorge Humberto Correia Tomé	254.935,85						1.712,40	19 283,92	2.322,91	2.717,60	40,00	49,00	35.029,48			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
Pedro Manuel Oliveira Cardoso	254.935,85						1.983,66	13 818,54	3.911,04	2.268,20	6.185,59	293,00	33.111,44			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N

OBSERVAÇÕES:

(1) Terminou o mandato em 09/01/2008

(2) Reporta a custos com comunicações móveis e de dados

(3) As verbas auferidas e pagas fora do Grupo são deduzidas no recibo de vencimento da CGD, pelo que o seu vencimento é o apresentado neste quadro como Administrador CGD.

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(valores em euros)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	REMUNERAÇÃO						OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES						ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Remuneração Base	Acumulação de Funções	Remuneração Complementar	Despesas de Representação	Férias não gozadas	Participação nos Lucros / Prémios de Gestão	Gastos de utilização de telefones	Valor de aquisição pela empresa da viatura de serviço	Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	Subs. de Refeição	Despesas de Deslocação	Outros (Subsídio de Estudo)	Encargos com Regime de Previdência	Seguros de Saúde	Seguros de Vida	Opção pelo vencimento de origem (S/N)	Regime de Previdência	Exercício de opção da aquisição da viatura de serviço (S/N)	Usufruto de casa de função (S/N)	Exercício de funções remuneradas fora do Grupo (S/N)
Presidente																				
Eduardo Manuel Hintze Paz Ferreira	74.116,79	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.613,61	0,00	0,00		Segurança Social			
Vogais																				
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	55.587,59	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.657,09	0,00	0,00		Segurança Social			
Maria Rosa Tobias Sá	55.587,59	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.657,09	0,00	0,00		Segurança Social			